



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO E
DESIGN

ESTUDO DE CASO SOBRE PRESERVAÇÃO URBANA NO BRASIL – SÍTIO
HISTÓRICO DE SOBRAL/CE: CONTROVÉRSIAS, PARADOXOS E CONFLITOS
SOBRE O SEU PROCESSO DE TOMBAMENTO FEDERAL PELO IPHAN



FRANCISCO ALEXANDRE VERAS DE FREITAS

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F936e Freitas, Francisco Alexandre Veras de.

Estudo de caso sobre preservação urbana no Brasil – Sítio Histórico de Sobral/CE :
Controvérsias, paradoxos e conflitos sobre o seu processo de tombamento federal pelo
IPHAN / Francisco Alexandre Veras de Freitas. – 2021.

412 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia,
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Romeu Duarte Junior.

1. Patrimônio histórico. 2. Tombamento. 3. Gestão pública. 4. Arquitetura. 5. Sobral. I.
Título.

CDD 720

FRANCISCO ALEXANDRE VERAS DE FREITAS

**ESTUDO DE CASO SOBRE PRESERVAÇÃO URBANA NO BRASIL – SÍTIO
HISTÓRICO DE SOBRAL/CE: CONTROVÉRSIAS, PARADOXOS E CONFLITOS
SOBRE O SEU PROCESSO DE TOMBAMENTO FEDERAL PELO IPHAN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico.

Orientador: Prof. Dr. Romeu Duarte Junior.

FORTALEZA

2021

FRANCISCO ALEXANDRE VERAS DE FREITAS

**ESTUDO DE CASO SOBRE PRESERVAÇÃO URBANA NO BRASIL – SÍTIO
HISTÓRICO DE SOBRAL/CE: CONTROVÉRSIAS, PARADOXOS E CONFLITOS
SOBRE O SEU PROCESSO DE TOMBAMENTO FEDERAL PELO IPHAN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico.

Orientador: Prof. Dr. Romeu Duarte Junior.

Aprovada em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Arq. Romeu Duarte Junior (Orientador)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Arq. Clóvis Ramiro Jucá Neto
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof^a. Dr^a. Arq^a. Margarida Júlia Farias de Salles Andrade
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof^a. Dr^a. Geog. Maria do Carmo Alves
Convidada

A todos que buscam a melhoria do ensino, pesquisa e extensão em
Arquitetura e Urbanismo e que anseiam e lutam por uma educação que
prime por sua qualidade.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Romeu Duarte Junior, por toda a iluminação teórica, pela inspiração, pela contribuição sempre eficaz, pelas oportunidades e parcerias ao longo desses anos que tornaram possível este trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design (PPGAU+D) da Universidade Federal do Ceará e ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU), minha casa do conhecimento.

Aos professores da banca, Clóvis Ramiro Jucá Neto e Margarida Júlia Farias de Salles Andrade, pelas sugestões e por toda a colaboração.

Aos colegas da turma de 2018 do PPGAU+D, que contribuíram para meu processo de formação acadêmico e como pessoa. Amigos com quem pude compartilhar angústias, descobertas e momentos bastante proveitosos.

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Superintendência do Ceará (IPHAN/CE), pelos materiais, livros e arquivos disponibilizados.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pela bolsa disponibilizada.

À professora e membro da banca, Maria do Carmo Alves, pelo auxílio competente à pesquisa, pelas idas ao campo nos finais de semana, pelos livros, pelas ideias, pelo exemplo, pela amizade.

A José Clodoveu de Arruda Coelho Neto pelas diversas, longas e prazerosas conversas.

A Ivo Ferreira Gomes (prefeito de Sobral), por atender tão prontamente minha solicitação de entrevistá-lo.

Aos préstimos dos arquitetos Antônio Carlos Campelo Costa, Domingos Cruz Linheiro, Francisco Augusto Sales Veloso, Francisco Edilson Ponte Aragão, José Antenor Viana Coelho, Luciene Vieira Lobo e Ana Caroline Alves Parente Nogueira.

À presteza e disponibilidade das arquitetas Lia Motta e Márcia Genésia de Sant'Anna em responder aos questionários encaminhados por e-mail, face à distância.

À Olga Gomes de Paiva, com quem, através desta dissertação, retomei a convivência.

A Anastácio Braga Nogueira, que me convenceu, em uma conversa despretensiosa no escritório de Dráulio Luiz de Oliveira Araújo, que eu poderia fazer este mestrado.

A Caio Monteiro Silva, que, ao ser admitido no doutorado em Psicologia, me inspirou a fazer este mestrado.

A todos que colaboraram com esta dissertação:

Ariane Ingrid da Silva Botelho (historiadora – pesquisa na hemeroteca do Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico); Herbert de Vasconcelos Rocha (arquiteto – imagens e informações sobre o sítio histórico); Helena de Araújo Freres (pedagoga e filósofa – correção ortográfica); Thalita Castello Branco Fontenele (psicóloga – correção ortográfica); Ivyna Freitas Lins (estudante de psicologia – transcrições das entrevistas); Jéssica Lilian Rodrigues Furtado (historiadora – transcrições das entrevistas); Natallie Lopes Skeff (pedagoga – transcrições das entrevistas); Pedro Vitor Monte Rabelo (arquiteto – mapas); Rachel Pessoa Morano (arquiteta – imagens no sítio histórico); Úrsula Priscyla Santana Nóbrega (arquiteta – imagens, pesquisa de campo e informações institucionais da Prefeitura de Sobral sobre a cidade); Maria do Carmo Alves (geógrafa – imagens do sítio histórico); Domingos Cruz Linheiro (arquiteto – desenho cedido para a capa da dissertação).

Agradeço pela presença de todas essas pessoas no transcorrer da pesquisa.

[...] Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado. (CALVINO, 2006, p. 14).

RESUMO

A apreensão do sítio histórico tombado da cidade de Sobral pela sua comunidade não é de fácil assimilação. Os poucos testemunhos materiais edificados que perseveraram durante esses 247 anos desde a elevação à condição de vila, no século XVIII, não ajudam hoje o reforço à imagem de um conjunto edilício preservado, reconhecido tanto pelos moradores quanto pelos agentes públicos, turistas, visitantes e empreendedores. O traçado de suas poligonais de tombamento e de entorno opera mais com o intuito de proteger determinadas edificações de importância local que tampouco constituem um conjunto arquitetônico íntegro. A população tem o entendimento do conceito de monumento sobre prédios específicos, mas isso diz mais respeito aqueles imóveis que se configuram como marcos urbanos e históricos. Com o tombamento do sítio histórico pelo IPHAN, no ano de 1999, foram realizados grandes investimentos capitaneados, planejados e executados para Sobral, pelo poder público municipal, para requalificar, proteger e valorizar o patrimônio cultural edificado da cidade – ações essas que construíram uma imagem moderna de uso para o acervo edificado. Portanto, intenta-se discutir aqui os valores atribuídos ao sítio histórico e a crítica ao traçado das poligonais de tombamento e de entorno concebidas, mesmo a despeito da falta de legibilidade desse conjunto de imóveis por parte dos seus moradores, que continua evidenciando o caráter histórico do núcleo. Por meio de entrevistas com os principais envolvidos com o processo de proteção do sítio histórico, e, ainda, do estudo da instrução de tombamento e da legislação pertinente, analisa-se os instrumentos metodológicos de tombamento que foram utilizados, destacando-se as características diferenciadas e singulares do sítio histórico de Sobral. De forma análoga, examina-se a gestão local e federal sobre o conjunto urbano desde o seu tombamento. A partir das práticas, apropriações e experiências dos protagonistas públicos e privados da cidade de Sobral, analisa-se as motivações, as circunstâncias políticas e o conceito metodológico empregado para promoção do sítio histórico como monumento nacional, assim como as consequências decorrentes desse ato à gestão pública e à comunidade.

Palavras-chave: Patrimônio histórico; Tombamento; Gestão pública; Arquitetura; Sobral.

ABSTRACT

The seizure of the historic site listed in the city of Sobral by its community is not easy to assimilate. The few built material testimonies that persevered during these 247 years since the elevation to the condition of a village, in the 18th century, do not help today to reinforce the image of a preserved building set, recognized by both residents and public agents, tourists, visitors and entrepreneurs. The layout of its tipping and surrounding polygonal lines operates more in order to protect certain buildings of local importance that do not constitute an integral architectural ensemble either. The population has an understanding of the concept of monument on specific buildings, but this concerns more properties that are configured as urban and historical landmarks. With the historic site listed by IPHAN in 1999, large investments were made, planned and executed for Sobral, by the municipal government, to requalify, protect and enhance the city's built cultural heritage – actions that built a modern image for the collection of buildings. Therefore, it is intended to discuss here the values attributed to the historic site and the criticism surrounding the polygonals' outline of the conceived listings and surroundings, even in spite of the lack of legibility regarding this group of buildings by its residents, which continues to show its historical condition. Through interviews with the people mainly involved in the process of protecting the historic site, as well as studying the listing instructions and relevant legislation, this study analyzes the methodological instruments of listing that were used, highlighting the differentiated and singular characteristics of the historic site of Sobral. In a similar way, local and federal management of the urban complex is examined since it was listed. Based on the practices, appropriations and experiences of public and private protagonists in the city of Sobral, the motivations, political circumstances and methodological concept used to list the historic site as a national monument are analyzed, as well as the consequences resulting from this act on public management and its community.

Keywords: Historical heritage; Tipping; Public management; Architecture; Sobral.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 000 – A ilustração utilizada na capa desta dissertação retrata o sítio histórico tombado de Sobral pela margem esquerda do Rio Acaraú. Autor: Domingos Cruz Linheiro, 1999.....	01
Figura 001 – Perfil de quadra das edificações situadas à rua Cel. José Sabóia, na área tombada do sítio histórico.....	58
Figura 002 – Perfil de quadra das edificações situadas à rua Ernesto Deocleciano, na área tombada do sítio histórico.....	59
Figura 003 – Perfil de quadra das edificações situadas à avenida Dom José, na área tombada do sítio histórico.....	59
Figura 004 – Perfil de quadra das edificações situadas à rua Oriano Mendes, na área tombada do sítio histórico.....	59
Figura 005 – Imagem do casario setecentista a sudoeste da Praça da Igreja Matriz, situado à antiga rua Defronte à Cadeia; via que seria futuramente denominada de Randal Pompeu.....	101
Figura 006 – Imagem da antiga Casa do Capitão Mor José de Xerez Furna Uchoa. Atualmente, é o Centro de Referência do Sítio Histórico de Sobral e sede do Escritório Técnico do IPHAN-CE.....	103
Figura 007 – Imagem da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.....	104
Figura 008 – Imagem da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.....	105
Figura 009 – Imagem do Sobrado Radier.....	114
Figura 010 – Imagem da Igreja de Nossa Senhora das Dores.....	115
Figura 011 – Imagem da Igreja do Menino Deus.....	115
Figura 012 – Imagem da Câmara Municipal (antiga Casa de Câmara e Cadeia).....	116
Figura 013 – Imagem do Museu Diocesano Dom José.....	116
Figura 014 – Imagem da Casa da Cultura.....	117
Figura 015 – Imagem do anexo da Câmara Municipal.....	118
Figura 016 – Imagem do Solar Joaquim Lopes dos Santos.....	118
Figura 017 – Imagem da antiga Academia Sobralense de Letras.....	118
Figura 018 – Imagem da Casa Tavares.....	119
Figura 019 – Imagem do Patronato Maria Imaculada.....	124

Figura 020 – Imagem do Teatro São João.....	126
Figura 021 – Imagem da Escola de Música Maestro José Wilson Brasil.....	126
Figura 022 – Imagem da Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano.....	127
Figura 023 – Imagem da estação ferroviária.....	127
Figura 024 – Imagem da cadeia pública.....	128
Figura 025 – Imagem do Mirante do Monumento Cristo Redentor. Vista no sentido oeste.....	131
Figura 026 – Imagem do Mirante do Monumento Cristo Redentor. Vista no sentido leste.....	131
Figura 027 – Imagem do Palace Club, atual Palácio de Ciências e Línguas Estrangeiras.....	135
Figura 028 – Imagem da Santa Casa de Misericórdia.....	135
Figura 029 – Imagem do Abrigo Sagrado Coração de Jesus, Capela do Sagrado Coração de Jesus e a sede da Cúria Diocesana de Sobral.....	135
Figura 030 – Imagem do antigo Colégio Sobralense, atual Colégio Farias Brito Sobralense.....	136
Figura 031 – Imagem do Seminário da Betânia.....	136
Figura 032 – Imagem do Colégio Sant’ana.....	137
Figura 033 – Imagem do antigo complexo industrial da CIDAO, atual <i>Campus</i> da CIDAO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE).....	137
Figura 034 – Imagem da antiga Fábrica Santa Emiliana, atual COOPNORTE.....	138
Figura 035 – Imagem do Arco de Nossa Senhora de Fátima.....	138
Figura 036 – Imagem da edificação de esquina assobradada (à esquerda) que foi demolida para dar lugar ao <i>Shopping Flamboyant</i>	155
Figura 037 – Imagem do <i>Shopping Flamboyant</i> disposto à avenida Dom José.....	156
Figura 038 – Confluência da avenida Dom José com a rua Jornalista Deolindo Barreto, onde se registra a antiga residência dos Figueiredo, no extremo direito, ainda intacta, assim como também se encontra preservado o imóvel residencial situado na esquina diagonal oposta.....	167
Figura 039 – No extremo esquerdo, estão registradas as ruínas da demolição da antiga residência dos Figueiredo pela rua Jornalista Deolindo Barreto.....	167
Figura 040 – No extremo esquerdo, estão registradas as ruínas da demolição da antiga residência dos Figueiredo pela avenida Dom José.....	168

Figura 041 – Feição da antiga edificação disposta na esquina diagonal oposta da residência dos Figueiredo antes de ser descaracterizada.....	170
Figura 042 – Feição da antiga edificação disposta na esquina diagonal oposta da residência dos Figueiredo antes de ser descaracterizada.....	170
Figura 043 – Fachada principal já descaracterizada da edificação disposta na esquina diagonal oposta à Casa da Cultura de Sobral.....	171
Figura 044 – Primeira página do abaixo-assinado.....	175
Figura 045 – Sobrado Cel. Ignácio Gomes Parente, o primeiro sobrado a ser erguido em Sobral, situado à confluência da avenida Dom José com a rua Cel. José Inácio.....	191
Figura 046 – Imagem atual da Figura 045. Imóvel já completamente descaracterizado, assim como as edificações vizinhas. Área tombada do SHS.....	191
Figura 047 – Imagem da rua Cel. José Sabóia, tendo ao fundo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.....	192
Figura 048 – Imagem atual da Figura 047. Somente a Igreja de Nossa Senhora do Rosário permaneceu com a suas feições preservadas nesse trecho da rua Cel. José Sabóia. Área tombada do SHS.....	192
Figura 049 – Vista do Sobrado Cel. Inácio Gomes Parente e o casario térreo vizinho, no início da rua Cel. José Sabóia.....	192
Figura 050 – Imagem atual da Figura 049. Todas as edificações desse trecho da rua Cel. José Sabóia foram completamente descaracterizadas. Área tombada do SHS.....	192
Figura 051 – Imagem da rua Lúcia Sabóia e sua confluência com a avenida Dom José ao fundo.....	193
Figura 052 – Imagem atual da Figura 051. Excetuando-se as duas edificações mais próximas da confluência da avenida Dom José com a rua Lúcia Sabóia, os demais imóveis nesse trecho da via foram descaracterizados. Área de entorno do SHS.....	193
Figura 053 – Imagem da antiga Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano a partir da margem esquerda.....	193
Figura 054 – Imagem atual da Figura 053. A elevação sul do bloco da tecelagem é a que menos sofreu intervenções com o passar do tempo. Área de entorno do SHS.....	193

Figura 055 – Imagem da antiga Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano. Nesse local vê-se um dos blocos administrativos em primeiro plano e o bloco da tecelagem ao fundo.....	194
Figura 056 – Imagem atual da Figura 055. Figura 056. Imagem atual da Figura 055. Vários blocos administrativos da antiga fábrica foram demolidos para dar lugar aos novos blocos do Campus da UFC. Área de entorno do SHS.....	194
Figura 057 – Imagem da elevação principal da estação ferroviária a partir do largo ao sudeste da edificação. Nota-se a presença de platibandas que encobriam visualmente parte das cobertas do imóvel.....	195
Figura 058 – Imagem atual da Figura 057. Nota-se a inserção de beirais em todas as águas das cobertas do prédio da estação ferroviária e a manutenção do largo ao sudeste da edificação. Área de entorno do SHS.....	195
Figura 059 – Imagem de antiga casa com oitão enobrecido situada à confluência da rua Conselheiro José Júlio com a rua Tabelião Idelfonso Cavalcante.....	195
Figura 060 – Imagem atual da Figura 059. O imóvel adaptado para uma agência da Caixa Econômica sofreu a perda de seus vãos originais e dos quintais das áreas livres que valorizavam a sua implantação. Área tombada do SHS.....	195
Figura 061 – Imagem da antiga Agência dos Correios, situada à rua Tabelião Idelfonso Cavalcante.....	196
Figura 062 – Imagem atual da Figura 061. Apesar de preservada, é a única edificação em sua quadra em tal condição. Área tombada do SHS.....	196
Figura 063 – Imagem da antiga Associação Comercial situada à rua Anahid Andrade.....	196
Figura 064 – Imagem atual da Figura 063. Apesar de relativo estado de conservação, seu entorno foi bastante descaracterizado. Área tombada do SHS.....	196
Figura 065 – Imagem da rua Floriano Peixoto e a sua confluência com a rua Anahid Andrade.....	196
Figura 066 – Imagem atual da Figura 065. Nessa imagem, evidencia-se a perda massiva dos exemplares arquitetônicos desse trecho da via, com exceção à edificação de oitão enobrecido na confluência com a rua Luzanir Coelho. À esquerda, área de entorno do SHS. À direita, área tombada do SHS.....	196
Figura 067 – Imagem da Praça da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio. Nota-se a presença do obelisco comemorativo à fundação da cidade no eixo do logradouro.....	197

Figura 068 – Imagem atual da Figura 067. Na Praça foi construído o Museu do Eclipse.....	197
Figura 069 – Imagem da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, visto pela rua Cel. Rangel. Nota-se em primeiro plano o obelisco comemorativo à fundação da cidade no eixo do logradouro à frente do referido templo.....	197
Figura 070 – Imagem atual da Figura 069. Apesar de direcionar o percurso dos transeuntes e a perspectiva à frente da igreja e do obelisco, o Museu do Eclipse é um obstáculo que interfere na amplitude das visuais no logradouro. Área tombada do SHS.....	197
Figura 071 – Imagem do largo da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio durante a expedição do Sr. Andrew Crommelin para observar o eclipse solar em 1919. Nota-se a presença dos primeiros casarios à rua Cel. José Inácio.....	198
Figura 072 – Imagem atual da Figura 071. Vista da confluência da rua Cel. José Inácio com a rua Cel. Rangel. Apreende-se a perda das feições originais das edificações nesta esquina da Praça da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio. Área de entorno do SHS.....	198
Figura 073 – Imagem da antiga residência de Falb Rangel situada à avenida Dr. Guarany.....	198
Figura 074 – Imagem atual da Figura 073. A edificação ainda se mantém preservada. Área de entorno do SHS.....	198
Figura 075 – Imagem da avenida Dr. Guarany.....	199
Figura 076 – Imagem atual da Figura 075. Evidenciam-se o novo paisagismo urbano e o sistema viário. Área de entorno do SHS.....	199
Figura 077 – Imagem da avenida Dr. Guarany, voltada para a rua Menino Deus. Nota-se a presença de edificações preservadas, de estilos arquitetônicos variados, de onde sobressai a horizontalidade de suas massas.....	199
Figura 078 – Imagem atual da Figura 077. Apesar das edificações terem suas fachadas parcialmente encobertas pela vegetação da via, poucos são os exemplares que permaneceram com suas feições externas intactas. Área de entorno do SHS.....	199
Figura 079 – Imagem da avenida Dr. Guarany com destaque para o Arco de Nossa Senhora de Fátima.....	199

Figura 080 – Imagem atual da Figura 079. Nota-se que, excluindo o monumento no canteiro central, muitas edificações que estão em segundo plano já não possuem as feições originais. Área de entorno do SHS.....	199
Figura 081 – Imagem da avenida Dr. Guarany, voltado para a rua Menino Deus. Nota-se a falta de pavimentação em seu percurso e a não ocupação de edificações no eixo do largo.....	200
Figura 082 – Imagem atual da Figura 081. Apesar das benfeitorias urbanísticas na via, além da presença do monumento do Arco de Nossa Senhora de Fátima, atesta-se a permanência de apenas uma única edificação preservada no perfil de quadra no canto direito da imagem. Área de entorno do SHS.....	200
Figura 083 – Imagem do Arco de Nossa Senhora de Fátima pela rua Dr. Figueiredo Rodrigues.....	200
Figura 084 – Imagem atual da Figura 083. Nota-se a descaracterização das edificações próximas ao monumento. Área de entorno do SHS.....	200
Figura 085 – Imagem do Abrigo Sagrado Coração de Jesus situado à Praça Quirino Rodrigues.....	201
Figura 086 – Imagem atual da Figura 085. O conjunto de edificações ainda se mantém em grande parte íntegro. Área de entorno do SHS.....	201
Figura 087 – Imagem da antiga Escola Professor Arruda situada à rua Cel. Mont’Alverne.....	201
Figura 088 – Imagem atual da Figura 087. Atual Escola de Ensino Médio Professor Arruda. Ainda mantém preservada as feições externas de sua arquitetura. Área tombada do SHS.....	201
Figura 089 – Imagem da Igreja de São Francisco em sua versão original.....	202
Figura 090 – Imagem atual da Figura 089. A antiga capela foi demolida e construída a atual. Área tombada do SHS.....	202
Figura 091 – Imagem da margem esquerda do rio Acaraú tendo ao fundo a Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Nota-se a pouca urbanidade e ocupação à margem do rio.....	202
Figura 092 – Imagem atual da Figura 091. Nota-se o tratamento urbanístico que redefiniu e consolidou o limite noroeste da margem do rio, mantendo ainda o destaque de um dos seus principais templos. Área tombada do SHS.....	202

Figura 093 – Imagem da Igreja de Nossa Senhora das Dores sem sua torre sineira, e sem o alteamento da coberta da nave principal, situada à rua das Dores durante a cheia do rio Acaraú.....	203
Figura 094 – Imagem atual da Figura 093. A referida igreja em sua configuração final e com seu largo urbanizado. Área tombada do SHS.....	203
Figura 095 – Imagem da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em seu terraplano situado à rua Oriano Mendes.....	203
Figura 096 – Imagem atual da Figura 095. A referida igreja em sua configuração final e com o novo desenho de seu logradouro e implantação de projeto paisagístico. Área tombada do SHS.....	203
Figura 097 – Imagem da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em seu antigo desenho de praça, no qual se avistava em primeiro plano o cruzeiro (demolido) pela rua Oriano Mendes.....	204
Figura 098 – Imagem atual da Figura 097. A referida igreja em sua configuração final e com o novo desenho de seu logradouro e implantação de projeto paisagístico. Área tombada do SHS.....	204
Figura 099 – Imagem da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em seu antigo desenho de praça, no qual se avistava em primeiro plano o cruzeiro (demolido) pela rua Oriano Mendes.....	204
Figura 100 – Imagem atual da Figura 099. A referida igreja em sua configuração final e com o novo desenho de seu logradouro e implantação de projeto paisagístico. Apesar de ter sido encontrada a base do cruzeiro, não foi recomposto o seu coroamento bulboso em alvenaria. Área tombada do SHS.....	204
Figura 101 – Imagem da antiga Casa de Câmara e Cadeia situada à Praça Dom Jerônimo.....	204
Figura 102 – Imagem atual da Figura 101. Adaptada para o uso exclusivo das atividades da Câmara Municipal, essa edificação ainda se encontra preservada. Área tombada do SHS.....	204
Figura 103 – Imagem da confluência da rua Ernesto Deocleciano com a rua Conselheiro Rodrigues Júnior. Desse ponto, avista-se a serra da Meruoca.....	205
Figura 104 – Imagem atual da Figura 102. Ressalte-se que a edificação no canto esquerdo foi reconstruída através de registros fotográficos. Área tombada do SHS.....	205

Figura 105 – Imagem do Solar Joaquim Lopes dos Santos na confluência da rua Ernesto Deocleciano com a rua Menino Deus.....	205
Figura 106 – Imagem atual da Figura 105. A perspectiva ampliada demonstra o entorno já bastante descaracterizado que se encontra na vizinhança imediata da edificação. Área tombada do SHS.....	205
Figura 107 – Imagem da antiga residência de Francisco Rangel Parente (demolida), situada à confluência da rua Menino Deus com a rua Cel. Mont’Alverne.....	206
Figura 108 – Imagem atual da Figura 107. Imóvel de esquina foi completamente demolido, sendo substituído por edificação de uso misto (residencial multifamiliar e comercial). Área tombada do SHS.....	206
Figura 109 – Imagem da Praça do Teatro São João. Vista do lago em direção ao Museu Dom José.....	206
Figura 110 – Imagem atual da Figura 109. Repara-se a permanência do lago. Entretanto, é notória a presença de maior quantidade de espécimes vegetais de maior porte. Área tombada do SHS.....	206
Figura 111 – Imagem do Teatro São João com seu adro prolongado.....	207
Figura 112 – Imagem atual da Figura 111, com o novo paisagismo executado para a Praça do Teatro São João. Área tombada do SHS.....	207
Figura 113 – Imagem da antiga coluna da Rádio Imperador erigida por Falb Rangel em 1938. Situa-se à Praça do Teatro São João.....	207
Figura 114 – Imagem atual da Figura 113. A edificação que se encontra ao fundo da Figura 36, dotada de torreão, foi demolida. Área tombada do SHS.....	207
Figura 115 – Imagem da rua Jornalista Deolindo Barreto, tendo a Igreja do Menino Deus em primeiro plano e a antiga residência do Pe. Francisco Jorge de Souza (Casa da Cultura) e o do Major João Pedro Bandeira de Melo (Museu Dom José) ao fundo.....	208
Figura 116 – Imagem atual da Figura 115. Nota-se que a edificação na confluência da rua Jornalista Deolindo Barreto com a rua Menino Deus, ao sudeste com a divisa de lote da Casa da Cultura, foi demolida. Área tombada do SHS.....	208
Figura 117 – Imagem da Igreja do Menino Deus na confluência da rua homônima com a rua Jornalista Deolindo Barreto, tendo a presença do antigo cruzeiro (demolido).....	208
Figura 118 – Imagem atual da Figura 117. A referida igreja se mantém satisfatoriamente preservada, porém sem seu cruzeiro. Área tombada do SHS.....	208

Figura 119 – Imagem da avenida Dom José com destaque para o Colégio Sant’ana e o casario à esquerda desse colégio.....	208
Figura 120 – Imagem atual da Figura 119. Percebe-se no canto esquerdo a presença de uma edificação de gabarito excessivo, alinhamento inadequado, materiais e partido arquitetônico incompatíveis. Área tombada do SHS.....	208
Figura 121 – Imagem da avenida Dom José com destaque para o Colégio Sant’ana e o casario à esquerda desse colégio.....	209
Figura 122 – Imagem atual da Figura 121. Em perspectiva ampliada, tem-se a presença tanto de edificações que destoam da paisagem urbana quanto de equipamentos públicos dissonantes (posteamto). Área tombada do SHS.....	209
Figura 123 – Imagem da avenida Dom José com destaque para o Colégio Sant’ana e o casario à esquerda desse colégio.....	209
Figura 124 – Imagem atual da Figura 123. Atenta-se para algumas edificações parcialmente descaracterizadas à esquerda do Colégio Sant’ana. Área tombada do SHS.....	209
Figura 125 – Imagem do Colégio Sant’ana situado à avenida Dom José. Notar a presença ao fundo do Sobrado Manuel Francisco de Moraes (demolido).....	210
Figura 126 – Imagem atual da Figura 125. Atenta-se que entre o Colégio Sant’ana e o Sobrado Radier, as edificações existentes já perderam suas feições originais. Área tombada do SHS.....	210
Figura 127 – Imagem da antiga residência do Senador Paula Pessoa, situada à avenida Dom José.....	210
Figura 128 – Imagem atual da Figura 127. Após amplas e classicizantes reformas, a edificação serviu como residência do bispo Dom José Tupinambá da Frota e, depois, como abrigo do Colégio Sant’ana. Área tombada do SHS.....	210
Figura 129 – Imagem da rua Domingos Olímpio nas proximidades da Praça da Coluna da Hora. Percebe-se a presença do casario preservado ao noroeste da divisa de lote com o Sobrado Radier.....	210
Figura 130 – Imagem atual da Figura 129. Atesta-se a descaracterização dos imóveis situados ao noroeste da divisa de lote com o Sobrado Radier. Área tombada do SHS.....	210
Figura 131 – Imagem da rua Domingos Olímpio na confluência com a rua Dom José. Nota-se a presença de casario preservado ao fundo, no canto esquerdo da imagem.....	211

Figura 132 – Imagem atual da Figura 131. No perfil de quadra ao fundo, no prolongamento da travessa do Xerez, voltado para a face sudoeste da Praça da Coluna da Hora, percebe-se que nenhuma das edificações desta quadra manteve a as suas feições originais. Área tombada do SHS.....	211
Figura 133 – Imagem da rua Domingos Olímpio nas proximidades do antigo Mercado Público (demolido). Percebe-se a presença do casario preservado na confluência da referida rua com o prolongamento com a travessa do Xerez.....	211
Figura 134 – Imagem atual da Figura 133. Atesta-se a descaracterização dos imóveis situados ao fundo, na confluência da rua Domingos Olímpio com a travessa do Xerez. Área tombada do SHS.....	211
Figura 135 – Imagem da avenida Dom José quando da época do Mercado Público. Perspectiva voltada para a rua Ernesto Deocleciano.....	212
Figura 136 – Imagem atual da Figura 135. Com exceção da Academia Sobralense de Letras, percebe-se a quase total perda das feições originais do antigo casario. Área tombada do SHS.....	212
Figura 137 – Imagem da avenida Dom José quando da época da Coluna da Hora original. Perspectiva voltada para a rua Ernesto Deocleciano.....	212
Figura 138 – Imagem atual da Figura 137. Percebe-se a quase total perda das feições originais do antigo casario. Área tombada do SHS.....	212
Figura 139 – Imagem da avenida Dom José. Perspectiva voltada para a confluência com a rua Domingos Olímpio.....	212
Figura 140 – Imagem atual da Figura 139. Com exceção do Sobrado Radier, quase todas as edificações desse trecho da via perderam suas feições originais. Área tombada do SHS.....	212
Figura 141 – Imagem da avenida Dom José voltada para a confluência com a rua Domingos Olímpio. Nota-se em ambas faces de quadra a presença de edificações preservadas em seu percurso.....	213
Figura 142 – Imagem atual da Figura 141. Excetuando-se as edificações de destaque (Sobrado Radier e a Academia Sobralense de Letras), registra-se a perda das feições externas das edificações em ambas as faces de quadra. Área tombada do SHS.....	213
Figura 143 – Imagem da avenida Dom José voltada para a confluência com a rua Domingos Olímpio. Nessa imagem, registra-se a perda de grande parte das edificações do perfil de quadra à esquerda.....	213

- Figura 144** – Imagem atual da Figura 143. No perfil de quadra no canto esquerdo, no centro, registra-se a perda total das feições externas das edificações. Área tombada do SHS.....213
- Figura 145** – Imagem da rua travessa do Xerez, tendo ao fundo, no centro, o acesso ao Becco do Cotovelo. Nota-se a quantidade de edificações preservadas em seu percurso.....213
- Figura 146** – Imagem atual da Figura 145. Percebe-se que nenhuma das edificações da face de quadra voltadas ao noroeste da Praça da Coluna da Hora, assim como aquelas que emolduram o acesso ao Becco do Cotovelo mantiveram as suas feições originais. Área tombada do SHS.....213
- Figura 147** – Imagem da antiga rua Barão do Rio Branco. Nota-se o bom estado de preservação das edificações.....214
- Figura 148** – Imagem atual da Figura 147. Prolongamento da travessa do Xerez. Nota-se a perda das feições originais das edificações. Área tombada do SHS.....214
- Figura 149** – Imagem do antigo Sobrado do Sr. Manuel Francisco de Moraes e do Mercado Público (ambos demolidos) na confluência da avenida Dom José com a rua Ernesto Deocleciano.....214
- Figura 150** – Imagem atual da Figura 149. Percebe-se que quase todas as edificações dessas duas faces de quadra foram descaracterizadas ou demolidas. Área tombada do SHS.....214
- Figura 151** – Imagem da rua Ernesto Deocleciano em direção à travessa do Xerez, ao lado da Praça da Coluna da Hora.....214
- Figura 152** – Imagem atual da Figura 151. No perfil de quadra da rua Ernesto Deocleciano que se encontra voltado para a face sudoeste da Praça da Coluna da Hora, percebe-se a perda das feições de quase todas as edificações originais. Área tombada do SHS.....214
- Figura 153** – Imagem da avenida Dom José onde se avista o antigo Mercado Público (demolido). Nota-se a Casa Tavares no canto direito da imagem.....215
- Figura 154** – Imagem atual da Figura 153. Tanto a Casa Tavares quanto o imóvel vizinho encontram-se parcialmente descaracterizados. Área tombada do SHS.....215
- Figura 155** – Imagem da travessa do Xerez, no sentido da rua Cel. José Sabóia. Nota-se a quantidade de edificações preservadas em seu percurso.....215
- Figura 156** – Imagem atual da Figura 155. Além da perda das feições originais das edificações que compõem o Becco do Cotovelo, ainda há a interferência visual na

perspectiva do logradouro das 8 cobertas metálicas dispostas no eixo de seu trajeto.	
Área tombada do SHS.....	215
Figura 157 – Imagem do antigo Cine Rangel em destaque (demolido), tendo ao fundo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário pela rua Cel. José Sabóia.....	216
Figura 158 – Imagem atual da Figura 157. Com exceção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário ao fundo e no centro da imagem, todas as edificações nesse trecho da rua foram descaracterizadas. Área tombada do SHS.....	216
Figura 159 – Imagem da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, situada à rua Ernesto Deocleciano. Desprovido de adro, a rua Luzanir Coelho cruzava à frente do templo.....	216
Figura 160 – Imagem atual da Figura 159. Mantendo preservada a sua arquitetura, implantou-se um largo do referido templo em subtração ao correspondente trecho da rua Luzanir Coelho. Área tombada do SHS.....	216
Figura 161 – Imagem do antigo sobrado do Ten. Antônio Januário Linhares, situado à confluência da rua Cel. José Sabóia com a rua Luzanir Coelho.....	217
Figura 162 – Imagem atual do imóvel registrado na Figura 161. Edificação de esquina completamente descaracterizada, assim como os imóveis vizinhos de mesma face de quadra. Área tombada do SHS.....	217
Figura 163 – Imagem do antigo Banco Popular de Sobral à confluência da rua Cel. José Sabóia com a rua Luzanir Coelho.....	217
Figura 164 – Imagem atual da Figura 163. Apesar de manter-se preservada a elevação principal do antigo Banco Popular de Sobral (atual Casa do Contribuinte), parte das edificações da quadra foram completamente descaracterizadas. Área tombada do SHS.....	217
Figura 165 – Imagem da rua Ernesto Deocleciano, a partir do largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Pretinhos. Nota-se a quantidade de edificações preservadas nesse trecho da quadra.....	217
Figura 166 – Imagem atual da Figura 165. Nesse perfil de quadra apenas uma antiga edificação de feições ecléticas, disposta no seu centro, manteve sua feição externa e volumetria preservada. Área tombada do SHS.....	217
Figura 167 – Imagem da Igreja de Nossa Senhora do Rosário situada à rua Ernesto Deocleciano com a nave lateral esquerda em construção.....	218
Figura 168 – Imagem atual da Figura 167. A referida igreja em sua configuração final e com seu largo urbanizado. Área tombada do SHS.....	218

Figura 169 – Imagem de edificação eclética situada à rua Ernesto Deocleciano.....	218
Figura 170 – Imagem atual da Figura 169. Nota-se a descaracterização das edificações vizinhas. Área tombada do SHS.....	218
Figura 171 – Imagem da rua Ernesto Deocleciano em direção à travessa do Xerez. Tem-se a presença de edificações comerciais em ambas as faces de quadra ainda com a permanência do ritmo de vãos.....	219
Figura 172 – Imagem atual da Figura 171. Apenas a edificação no canto esquerdo da imagem permaneceu com as suas feições preservadas, enquanto os demais imóveis desse trecho da rua, em ambas as faces da quadra, foram descaracterizados. Área tombada do SHS.....	219
Figura 173 – Imagem da rua Ernesto Deocleciano, ao lado da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. No canto direito da imagem, tem-se o oitão do antigo Sobrado do Cel. Francisco Joaquim de Souza Campelo (demolido).....	219
Figura 174 – Imagem atual da Figura 173. No perfil de quadra situado ao lado da elevação nordeste da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, todas as edificações sofreram descaracterizações que lhes alteram significativamente o seu aspecto visual. Área tombada do SHS.....	219
Figura 175 – Imagem do antigo largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário na confluência da rua Cel. José Sabóia com a rua Ernesto Deocleciano.....	219
Figura 176 – Imagem atual da Figura 175. Dentre as edificações que se encontravam atrás da Igreja de Nossa Senhora, quase nenhuma manteve suas configurações originais. Área tombada do SHS.....	219
Figura 177 – Imagem do antigo largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário na confluência da rua Cel. José Sabóia com a rua Ernesto Deocleciano. Apreende-se o logradouro urbanizado.....	220
Figura 178 – Imagem atual da Figura 177. Dentre as edificações que se encontravam atrás da Igreja de Nossa Senhora, quase nenhuma manteve suas configurações originais. Área tombada do SHS.....	220
Figura 179 – Imagem da antiga residência do Sr. João Adeodato (demolida) situada à rua Cel. José Sabóia.....	220
Figura 180 – Imagem atual da Figura 179. Agência do Banco Bradesco construída no lote em questão. Área tombada do SHS.....	220
Figura 181 – Imagem da antiga Praça da Meruoca, seccionada em duas pelo prolongamento da rua Cel. Ernesto Deocleciano. Ao fundo, percebe-se a presença de	

edificações de tipologias distintas, porém preservadas, com destaque para a antiga residência de José Modesto Ferreira Gomes (no centro).....	221
Figura 182 – Imagem atual da Figura 181. Foram agregadas as duas porções da praça com a subtração da via que a seccionava. Apenas a antiga residência de José Modesto Ferreira Gomes (hoje Hotel Mirante) permanece com suas feições originais ao fundo do logradouro. Área de entorno do SHS.....	221
Figura 183 – Imagem do antigo Palace Club situado à confluência da rua Ernesto Deocleciano e com a rua Cel. João Barbosa.....	221
Figura 184 – Imagem atual da Figura 183. Percebe-se a expansão da volumetria do Palácio de Línguas Estrangeiras pela rua Cel. José Saboia e a presença de edificações vizinhas descaracterizadas. Área tombada do SHS.....	221
Figura 185 – Imagem da rua Domingos Olímpio, de onde se avistam as torres da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição ao fundo.....	221
Figura 186 – Imagem atual da Figura 185. Grande parte das edificações da rua Domingos Olímpio foram demolidas ou descaracterizadas. Área tombada do SHS.....	221
Figura 187 – Imagem do perfil de quadra da rua Dr. João do Monte. Nota-se o destaque da antiga residência da família Mont’Alverne no canto esquerdo da imagem.....	222
Figura 188 – Imagem atual da Figura 187. Nota-se que a maior parte das edificações antigas remanescentes desse perfil de quadra se mantiveram preservadas. Área tombada do SHS.....	222
Figura 189 – Perfil de quadra 01 – edificações situadas à rua das Dores, na área tombada do sítio histórico.....	231
Figura 190 – Perfil de quadra 02 – edificações situadas à rua Dr. Monte, na área tombada do sítio histórico.....	231
Figura 191 – Perfil de quadra 03 – edificações situadas à rua Cordeiro de Andrade, na área tombada do sítio histórico.....	232
Figura 192 – Perfil de quadra 04 – edificações situadas à rua Dr. Monte, na área tombada do sítio histórico.....	232
Figura 193 – Perfil de quadra 05 – edificações situadas à rua Dr. Monte, na área tombada do sítio histórico.....	232
Figura 194 – Perfil de quadra 06 – edificações situadas à rua Cel. Mont’Alverne, na área tombada do sítio histórico.....	232

Figura 195 – Perfil de quadra 07 – edificações situadas à rua Cordeiro de Andrade, na área tombada do sítio histórico.....	232
Figura 196 – Perfil de quadra 08 – edificações situadas à rua 23 de Setembro, na área tombada do sítio histórico.....	233
Figura 197 – Perfil de quadra 09 – edificações situadas à rua Aracaju, na área de entorno do sítio histórico.....	233
Figura 198 – Perfil de quadra 10 – edificações situadas à rua Aracaju, na área de entorno do sítio histórico.....	233
Figura 199 – Perfil de quadra 11 – edificações situadas à rua Paulo Aragão, na área de entorno do sítio histórico.....	233
Figura 200 – Perfil de quadra 12 – edificações situadas à rua Maria Tomásia, na área de entorno do sítio histórico.....	234
Figura 201 – Perfil de quadra 13 – edificações situadas à rua São José, na área de entorno do sítio histórico.....	234
Figura 202 – Perfil de quadra 14 – edificações situadas à rua Dr. Carlito Pompeu, na área de entorno do sítio histórico.....	234
Figura 203 – Perfil de quadra 15 – edificações situadas à rua Tamarindo, na área de entorno do sítio histórico.....	234
Figura 204 – Perfil de quadra 16 – edificações situadas à rua Conselheiro Rodrigues Junior, na área de entorno do sítio histórico.....	234
Figura 205 – Imagem do antigo pátio da RFFSA, tendo ao fundo, ao sul, o bairro Sumaré com destaque para a Igreja de São José de Sumaré.....	236
Figura 206 – Imagem do bairro Sumaré com destaque para a Igreja de São José de Sumaré, na direção sul.....	236
Figura 207 – Imagem com destaque para a Igreja de São José de Sumaré, na direção sul.....	237
Figura 208 – Imagem com destaque para a Igreja de São José de Sumaré, na direção sul.....	237
Figura 209 – Imagem de trecho da rua Pe. Fialho. Tramo 01. Estação 01.....	243
Figura 210 – Imagem atual da Figura 209. Nota-se a descaracterização dos imóveis que iniciam o primeiro tramo. Área tombada do SHS.....	243
Figura 211 – Imagem de trecho da rua Pe. Fialho. Tramo 01. Estação 02.....	244
Figura 212 – Imagem atual da Figura 211. Nota-se em ambas as faces de quadra da rua a descaracterização dos imóveis. Área tombada do SHS.....	244

Figura 213 – Imagem de trecho da rua Pe. Fialho. Tramo 01. Estação 03.....	244
Figura 214 – Imagem atual da Figura 213. Nota-se a descaracterização das edificações à direita da rua. Área tombada do SHS.....	244
Figura 215 – Imagem de trecho da rua Pe. Fialho. Tramo 01. Estação 04.....	244
Figura 216 – Imagem atual da Figura 215. Nota-se a descaracterização das edificações à direita da rua. Área tombada do SHS.....	244
Figura 217 – Imagem de trecho da rua Jornalista Deolindo Barreto. Tramo 01. Estação 04.....	245
Figura 218 – Imagem atual da Figura 217. Nota-se a descaracterização do perfil de quadra à esquerda. Área tombada do SHS.....	245
Figura 219 – Imagem de trecho da rua Pe. Fialho. Tramo 01. Estação 05.....	245
Figura 220 – Imagem atual da Figura 219. As três edificações posicionadas no cruzamento das vias se encontram em estado satisfatório de preservação, excetuando-se a antiga Capela de Santo Antônio à esquerda. Área tombada do SHS.....	245
Figura 221 – Imagem de trecho da rua Galdino Goldin. Tramo 01. Estação 06.....	246
Figura 222 – Imagem atual da Figura 221. Nota-se que por causa da cobertura vegetal não são reveladas as feições do imóvel. Área tombada do SHS.....	246
Figura 223 – Imagem de trecho da rua Galdino Goldin. Tramo 02. Estação 07.....	246
Figura 224 – Imagem atual da Figura 223. Nota-se a descaracterização dos imóveis à esquerda da rua. Área tombada do SHS.....	246
Figura 225 – Imagem de trecho da rua Galdino Goldin. Tramo 02. Estação 08.....	246
Figura 226 – Imagem atual da Figura 225. Nota-se a descaracterização dos imóveis à esquerda da rua. Área tombada do SHS.....	246
Figura 227 – Imagem de trecho da rua das Dores. Tramo 02. Estação 09.....	247
Figura 228 – Imagem atual da Figura 227. Nota-se a descaracterização em ambas as faces de quadra da rua. Área tombada do SHS.....	247
Figura 229 – Imagem de trecho da rua das Dores. Tramo 02. Estação 10.....	247
Figura 230 – Imagem atual da Figura 229. Ampliando a perspectiva, nota-se a descaracterização das edificações à esquerda da igreja. Área tombada do SHS.....	247
Figura 231 – Imagem de trecho da rua 23 de Setembro. Tramo 03. Estação 11.....	248
Figura 232 – Imagem atual da Figura 231. O imóvel à esquerda da rua foi erguido sobre uma edificação de construção recente que era solta no lote. Área tombada do SHS.....	248

Figura 233 – Imagem de trecho da rua 23 de Setembro. Tramo 03. Estação 12.....	248
Figura 234 – Imagem atual da Figura 233. Nota-se que grande parte das edificações dessa rua são desconformes e recentes. Área tombada do SHS.....	248
Figura 235 – Imagem de trecho da avenida Dr. Guarany. Tramo 01. Estação 01.....	249
Figura 236 – Imagem atual da Figura 235. A grande diferença na perspectiva é a inserção de um amplo canteiro central na avenida. Área de entorno do SHS.....	249
Figura 237 – Imagem de trecho da avenida Dr. Guarany. Tramo 01. Estação 02.....	250
Figura 238 – Imagem atual da Figura 237. Nota-se a presença de edificações recentes e desconformes na face de quadra à direita da avenida. Área de entorno do SHS....	250
Figura 239 – Imagem de trecho da avenida Dr. Guarany. Tramo 01. Estação 03.....	250
Figura 240 – Imagem atual da Figura 239. Nota-se a presença do canteiro central que amplia a perspectiva da avenida. Área de entorno do SHS.....	250
Figura 241 – Imagem de trecho da avenida Dr. Guarany. Tramo 01. Estação 04.....	250
Figura 242 – Imagem atual da Figura 241. Nota-se a supressão do posto de gasolina, porém permanece a desconformidade de algumas edificações. Área de entorno do SHS.....	250
Figura 243 – Imagem de trecho da avenida Dr. Guarany. Tramo 02. Estação 05.....	251
Figura 244. – Imagem atual da Figura 243. Nota-se que a vegetação, além de atenuar os efeitos cáusticos do sol, serve para ocultar parte das descaracterizações das edificações. Área de entorno do SHS.....	251
Figura 245 – Imagem de trecho da rua Menino Deus. Tramo 02. Estação 06.....	251
Figura 246 – Imagem atual da Figura 245. À esquerda da rua, tem-se um dos poucos perfis de quadra com uma quantidade de imóveis preservados superior à de imóveis descaracterizados. Área tombada do SHS.....	251
Figura 247 – Imagem de trecho da rua Menino Deus. Tramo 02. Estação 07.....	252
Figura 248 – Imagem atual da Figura 247. Nota-se a descaracterização da edificação disposta no ponto focal da perspectiva. Área tombada do SHS.....	252
Figura 249 – Imagem de trecho da rua Menino Deus. Tramo 02. Estação 08.....	252
Figura 250 – Imagem atual da Figura 249. Nota-se que a edificação à esquerda se encontra completamente descaracterizada. Área tombada do SHS.....	252
Figura 251 – Imagem de trecho da rua Jornalista Deolindo Barreto. Tramo 02. Estação 09.....	252

Figura 252 – Imagem atual da Figura 251. Nota-se que a volumetria do antigo Solar dos Figueiredo foi restaurada. Área tombada do SHS.....	252
Figura 253 – Imagem de trecho da avenida Dom José. Tramo 03. Estação 10.....	253
Figura 254 – Imagem atual da Figura 253. Nota-se a presença da maior edificação em estatura no Centro antigo à esquerda. Área tombada do SHS.....	253
Figura 255 – Imagem de trecho da avenida Dom José. Tramo 03. Estação 11.....	253
Figura 256 – Imagem atual da Figura 255. Nota-se a profusão de edificações descaracterizadas. Área tombada do SHS.....	253
Figura 257 – Imagem de trecho da rua Domingos Olímpio. Tramo 03. Estação 12.....	254
Figura 258 – Imagem atual da Figura 257. Nota-se a descaraterização da edificação à esquerda mesmo com a supressão do fachadeiro publicitário. Área tombada do SHS.....	254
Figura 259 – Imagem de trecho da avenida Dom José. Tramo 03. Estação 12.....	254
Figura 260 – Imagem atual da Figura 259. Nota-se a descaraterização da face de quadra à esquerda. Área tombada do SHS.....	254
Figura 261 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 03. Estação 13.....	254
Figura 262 – Imagem atual da Figura 261. Nota-se a descaraterização da face de quadra à esquerda e no eixo da perspectiva. Área tombada do SHS.....	254
Figura 263 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 03. Estação 14.....	255
Figura 264 – Imagem atual da Figura 263. Nota-se a intensa descaracterização do setor. Área tombada do SHS.....	255
Figura 265 – Imagem de trecho da travessa do Xerez (Becco do Cotovelo). Tramo 04. Estação 15.....	255
Figura 266 – Imagem atual da Figura 265. Nota-se não somente a descaracterização, mas a presença inadequada das cobertas metálicas no eixo da travessa. Área tombada do SHS.....	255
Figura 267 – Imagem de trecho da travessa do Xerez (Becco do Cotovelo). Tramo 04. Estação 16.....	256
Figura 268 – Imagem atual da Figura 267. Nota-se que não há nenhuma edificação preservada. Área tombada do SHS.....	256

Figura 269 – Imagem de trecho da rua Tabelião Idelfonso Cavalcante. Tramo 05. Estação 17.....	256
Figura 270 – Imagem atual da Figura 269. Nota-se a presença de edificações desconformes e de construção recente. Área tombada do SHS.....	256
Figura 271 – Imagem de trecho da rua Tabelião Idelfonso Cavalcante. Tramo 05. Estação 18.....	256
Figura 272 – Imagem atual da Figura 271. Nota-se a falta de edificações preservadas na face de quadra à direita. Limite entre a área tombada e de entorno do SHS.....	256
Figura 273 – Imagem de trecho da rua Conselheiro José Júlio. Tramo 05. Estação 19.....	257
Figura 274 – Imagem atual da Figura 273. A vegetação urbana encobre parte das elevações descaracterizadas dos imóveis. Área tombada do SHS.....	257
Figura 275 – Imagem de trecho da rua Conselheiro José Júlio. Tramo 05. Estação 20.....	257
Figura 276 – Imagem atual da Figura 275. Nota-se a presença de edificações descaracterizadas à direita. Área tombada do SHS.....	257
Figura 277 – Imagem de trecho da rua Praça Oswaldo Rangel. Tramo 05. Estação 21.....	258
Figura 278 – Imagem atual da Figura 277. Nota-se tanto a presença de edificações descaracterizadas à direita quanto o acréscimo espúrio disposto nos fundos da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio. Limite entre a área tombada e de entorno do SHS.....	258
Figura 279 – Imagem de trecho da travessa Visconde de Sabóia. Tramo 06. Estação 22.....	258
Figura 280 – Imagem atual da Figura 279. Nota-se a presença de edificações descaracterizadas em ambas faces de quadra. Área de entorno do SHS.....	258
Figura 281 – Imagem de trecho da travessa Visconde de Sabóia. Tramo 06. Estação 23.....	258
Figura 282 – Imagem atual da Figura 281. Nota-se a presença de edificações desconformes e recentes em ambas faces de quadra. Área de entorno do SHS.....	258
Figura 283 – Imagem de trecho da travessa Visconde de Sabóia. Tramo 06. Estação 24.....	259
Figura 284 – Imagem atual da Figura 283. Ao fundo e no eixo da perspectiva se encontra a esplanada ferroviária. Área de entorno do SHS.....	259

Figura 285 – Imagem de trecho da margem esquerda do rio Acaraú. Tramo 01. Estação 01.....	261
Figura 286 – Imagem atual da Figura 285. Nota-se a urbanização da margem esquerda do rio Acaraú e a reforma da Biblioteca Lustosa da Costa. Área tombada do SHS.....	261
Figura 287 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 01. Estação 02.....	262
Figura 288 – Imagem atual da Figura 287. Nota-se que a reforma da margem esquerda do rio Acaraú segue com suas benfeitorias até interceptar o início da rua Ernest Deocleciano. Área tombada do SHS.....	262
Figura 289 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 02. Estação 03.....	262
Figura 290 – Imagem atual da Figura 289. Nota-se a descaracterização de algumas edificações à esquerda da rua. Área tombada do SHS.....	262
Figura 291 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 02. Estação 04.....	262
Figura 292 – Imagem atual da Figura 291. Nota-se a reforma da praça da Igreja Matriz com o aumento de áreas verdes em terrapleno. Área tombada do SHS.....	262
Figura 293 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 02. Estação 05.....	263
Figura 294 – Imagem atual da Figura 293. Nota-se que a vegetação urbana encobre tanto as elevações das edificações preservadas quanto dos imóveis descaracterizados. Área tombada do SHS.....	263
Figura 295 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 02. Estação 06.....	263
Figura 296 – Imagem atual da Figura 295. Nota-se que a volumetria e as feições originais do sobrado à esquerda foram restauradas. Área tombada do SHS.....	263
Figura 297 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 03. Estação 07.....	264
Figura 298 – Imagem atual da Figura 297. Nota-se a descaraterização da face de quadra à esquerda e no eixo da perspectiva. Área tombada do SHS.....	264
Figura 299 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 03. Estação 08.....	264

Figura 300 – Imagem atual da Figura 299. Nota-se que, mesmo com a supressão dos fachadeiros publicitários, as edificações se encontram descaracterizadas. Área tombada do SHS.....	264
Figura 301 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 03. Estação 09.....	265
Figura 302 – Imagem atual da Figura 301. Nota-se que as edificações à direita da rua se encontram descaracterizadas. Área tombada do SHS.....	265
Figura 303 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 03. Estação 10.....	265
Figura 304 – Imagem atual da Figura 303. Nota-se que as edificações à direita da rua se encontram descaracterizadas. Área tombada do SHS.....	265
Figura 305 – Imagem de trecho da rua Cel. José Sabóia. Tramo 04. Estação 11.....	266
Figura 306 – Imagem atual da Figura 305. Nota-se que as edificações à direita da rua se encontram descaracterizadas. Área tombada do SHS.....	266
Figura 307 – Imagem de trecho da rua Cel. José Sabóia. Tramo 04. Estação 12.....	266
Figura 308 – Imagem atual da Figura 307. Nota-se que as edificações à direita da rua se encontram descaracterizadas, assim como no eixo da rua ao fundo. Área tombada do SHS.....	266
Figura 309 – Imagem de trecho da rua Luzanir Coelho. Tramo 05. Estação 13.....	266
Figura 310 – Imagem atual da Figura 309. Nota-se que as edificações à esquerda da rua se encontram descaracterizadas. Área tombada do SHS.....	266
Figura 311 – Imagem de trecho da rua Luzanir Coelho. Tramo 05. Estação 14.....	267
Figura 312 – Imagem atual da Figura 311. Nota-se que ambas faces de quadra se encontram completamente descaracterizadas. Limite entre a área tombada e de entorno do SHS.....	267
Figura 313 – Imagem de trecho da rua Lúcia Sabóia. Tramo 05. Estação 15.....	267
Figura 314 – Imagem atual da Figura 313. Nota-se que ambas as faces da quadra se encontram completamente descaracterizadas. Limite entre a área tombada e de entorno do SHS.....	267
Figura 315 – Imagem de trecho da rua Lúcia Sabóia. Tramo 06. Estação 16.....	268
Figura 316 – Imagem atual da Figura 315. Nota-se o único perfil da quadra integralmente preservado do Centro antigo à esquerda. Área tombada do SHS.....	268
Figura 317 – Imagem de trecho da rua Anahid Andrade. Tramo 06. Estação 17.....	268

Figura 318 – Imagem atual da Figura 317. Nota-se que as edificações que se encontram à direita da rua estão completamente descaracterizadas. Área de entorno do SHS.....	268
Figura 319 – Imagem de trecho da rua Cel. Diogo Gomes. Tramo 06. Estação 18...	268
Figura 320 – Imagem atual da Figura 319. Nota-se que as edificações que se encontram à esquerda da rua estão descaracterizadas, assim como os imóveis à direita, após o muro do cemitério. Área de entorno do SHS.....	268
Figura 321 – Imagem de trecho da rua Antônio Crisóstomo de Melo. Tramo 01. Estação 01.....	270
Figura 322 – Imagem atual da Figura 321. Nota-se a presença de edificações desconformes e recentes em ambas as faces de quadra da rua. Área de entorno do SHS.....	270
Figura 323 – Imagem de trecho da rua Antônio Crisóstomo de Melo. Tramo 01. Estação 02.....	270
Figura 324 – Imagem atual da Figura 323. Nota-se à direita da rua a presença do prédio da Santa Casa de Misericórdia. Área de entorno do SHS.....	270
Figura 325 – Imagem de trecho da rua Antônio Crisóstomo de Melo. Tramo 01. Estação 03.....	271
Figura 326 – Imagem atual da Figura 325. Nota-se a presença de edificações desconformes e recentes em ambas as faces de quadra da rua. Área de entorno do SHS.....	271
Figura 327 – Imagem de trecho da rua Antônio Crisóstomo de Melo. Tramo 02. Estação 04.....	271
Figura 328 – Imagem atual da Figura 327. Nota-se a presença de edificações desconformes e recentes em ambas as faces de quadra da rua. Área de entorno do SHS.....	271
Figura 329 – Imagem de trecho da rua Antônio Crisóstomo de Melo. Tramo 02. Estação 05.....	272
Figura 330 – Imagem atual da Figura 329. Nota-se a presença de edificações desconformes e recentes em ambas as faces de quadra da rua. Área de entorno do SHS.....	272
Figura 331 – Imagem de trecho da rua Pe. Antônio Ibiapina. Tramo 02. Estação 06.....	272

Figura 332 – Imagem atual da Figura 331. Nota-se a presença de edificações desconformes e recentes à direita da rua. Área de entorno do SHS.....	272
Figura 333 – Imagem de trecho da rua Estanislau Frota. Tramo 03. Estação 07.....	273
Figura 334 – Imagem atual da Figura 333. Nota-se a presença de edificações desconformes e recentes em ambas as faces de quadra da rua. Área de entorno do SHS.....	273
Figura 335 – Imagem de trecho da rua Estanislau Frota. Tramo 03. Estação 08.....	273
Figura 336 – Imagem atual da Figura 335. Nota-se a que grande parte das edificações da antiga Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano ainda se encontra descaracterizada e em estado de arruinamento. Área de entorno do SHS.....	273
Figura 337 – Imagem de trecho da rua Estanislau Frota. Tramo 03. Estação 09.....	273
Figura 338 – Imagem atual da Figura 337. Nota-se a presença de edificações desconformes e recentes em ambas as faces de quadra da rua. Área de entorno do SHS.....	273
Figura 339 – Imagem de trecho da rua Menino Deus. Tramo 04. Estação 10.....	274
Figura 340 – Imagem atual da Figura 339. Nota-se presença de edificações desconformes e recentes que substituíram outras edificações de igual condição tipológica em ambas as faces de quadra da rua. Área tombada do SHS.....	274
Figura 341 – Imagem de trecho da rua Menino Deus. Tramo 04. Estação 11.....	274
Figura 342 – Imagem atual da Figura 341. Nota-se a descaracterização em graus variados de intensidade em imóveis em ambas as faces de quadra da rua. Área tombada do SHS.....	274
Figura 343 – Imagem de trecho da rua Domingos Olímpio. Tramo 05. Estação 11...	275
Figura 344 – Imagem atual da Figura 343. Área tombada do SHS. Nota-se a presença de edificações descaracterizadas e recentes em ambas as faces de quadra da rua. Área tombada do SHS.....	275
Figura 345 – Imagem de trecho da rua Menino Deus. Tramo 05. Estação 12.....	275
Figura 346 – Imagem atual da Figura 345. Nota-se a presença de edificações descaracterizadas, desconformes e recentes em ambas as faces de quadra da rua. Área tombada do SHS.....	275
Figura 347 – Imagem da representação de um trecho do corte da rua Ernesto Deocleciano na instrução de tombamento (1998).....	280

Figura 348 – Imagem da representação de um trecho do corte da rua Ernesto Deocleciano através do levantamento de perfis de quadra (INFAC), realizado em 2005.....	281
Figura 349 – Imagem da confluência da rua Ernesto Deocleciano com a avenida Dom José, onde se apreende a descaracterização do pavimento térreo de dois imóveis assobradados de referência, sendo um desses a intitulada Casa Tavares (à direita).....	283
Figura 350 – Imagem da confluência da rua Ernesto Deocleciano com a avenida Dom José, onde se apreende a descaracterização do pavimento térreo da Casa Tavares e do imóvel vizinho à sudoeste (em destaque).....	283
Figura 351 – Imagem da confluência da rua Anahid Andrade com as ruas Floriano Peixoto e Luzanir Coelho, onde se apreende a preservação parcial das edificações em destaque que se encontram alinhadas com o passeio da rua Anahid Andrade...284	284
Figura 352 – Imagem da confluência da rua Anahid Andrade com a rua Luzanir Coelho, onde se apreende a preservação parcial da edificação de oitão enobrecido.....	285
Figura 353 – Imagem do mapa das edificações com características originais. A linha tracejada em azul indica o posicionamento dos imóveis das Figuras 349 e 350. A linha tracejada em púrpura indica o posicionamento dos imóveis das Figuras 351 e 352..	286
Figura 354 – Imagem do mapa das tipologias arquitetônicas do núcleo urbano de Sobral.....	287
Figura 355 – Imagem do casario à rua Cordeiro de Andrade, próximo à Praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Notar que, apesar de preservadas, as edificações se encontravam em precário estado de conservação, algumas, por vezes, abandonadas.....	295
Figura 356 – Imagem do perfil de quadra onde estão inseridos os imóveis que compõe a Figura 355 à rua Cordeiro de Andrade. Notar a descaracterização de grande parte das edificações que compõe esse perfil.....	295
Figura 357 – Imagem de uma edificação preservada disposta à confluência da rua Dr. João do Monte com a rua Cel. Frederico Gomes.....	295
Figura 358 – Imagem do perfil de quadra à rua Dr. João do Monte onde está inserido o imóvel que compõe a Figura 357.....	296
Figura 359 – Imagem da confluência da avenida Dom José com a rua Jornalista Deolindo Barreto. Nota-se a descaracterização do imóvel comercial de esquina.....	296

Figura 360 – Imagem do perfil de quadra à avenida Dom José, onde está inserido o imóvel descaracterizado que compõe a Figura 359.....	297
Figura 361 – Imagem do Becco do Cotovelo.....	306
Figura 362 – Imagem do Sobrado dos Figueiredo.....	306
Figura 363 – Imagem do Teatro São João.....	306
Figura 364 – Imagem da Biblioteca Municipal Lustosa da Costa.....	306
Figura 365 – Imagem do Palácio de Ciências e Línguas Estrangeiras.....	307
Figura 366 – Imagem da Escola de Música Maestro José Wilson Brasil.....	307
Figura 367 – Imagem da Escola de Cultura, Comunicação, Ofícios e Artes (ECCOA).....	307
Figura 368 – Imagem da Casa do Contribuinte.....	307
Figura 369 – Imagem da Praça de Cuba.....	307
Figura 370 – Imagem do Museu do Eclipse.....	308
Figura 371 – Imagem da urbanização do Largo da Igreja de Nossa Senhora das Dores.....	308
Figura 372 – Imagem aérea do Centro antigo de Sobral antes da construção da Ponte José Euclides Ferreira Gomes e das intervenções urbanísticas na margem esquerda do rio Acaraú.....	310
Figura 373 – Imagem aérea do Centro antigo de Sobral antes da construção da Ponte José Euclides Ferreira Gomes e das intervenções urbanísticas na margem esquerda do rio Acaraú.....	311
Figura 374 – Imagem aérea do Centro antigo de Sobral depois das intervenções urbanísticas na margem esquerda do rio Acaraú.....	313
Figura 375 – Imagem aérea da margem esquerda do rio Acaraú a partir da Ponte José Euclides Ferreira Gomes.....	314
Figura 376 – Imagem aérea da margem esquerda do rio Acaraú a partir da Ponte Othon de Alencar.....	315
Figura 377 – Imagem aérea da avenida Dr. Guarany antes das intervenções urbanísticas. Ponto de vista a jusante do Centro antigo.....	315
Figura 378 – Imagem aérea da avenida Dr. Guarany antes das intervenções urbanísticas. Ponto de vista a montante do Centro antigo.....	315
Figura 379 – Imagem aérea da avenida Dr. Guarany depois das intervenções urbanísticas. Ponto de vista à jusante do Centro antigo.....	316

Figura 380 – Imagem aérea da avenida Dr. Guarany depois das intervenções urbanísticas. Ponto de vista à montante do Centro antigo.....	316
Figura 381 – Casa de Câmara e Cadeia de Laguna/SC.....	357
Figura 382 – Vista aérea do Centro Histórico de Laguna/SC.....	358
Figura 383 – Vista do Centro Histórico de Laguna/SC.....	358
Figura 384 – Vista do Centro Histórico de Laguna/SC.....	361

LISTA DE MAPAS¹

Mapas 01, 02 e 03 – No extremo superior direito, tem-se o mapa do Ceará demarcando Sobral e seu posicionamento na região norte. No extremo inferior direito, tem-se o mapa do município de Sobral, destacando a sua sede e os municípios vizinhos. No mapa maior, à esquerda, tem-se a ortofoto da sede com o realce do seu o limite urbano.....	50
Mapa 04 – Limite territorial da Vila Distinta e Real de Sobral em 1823.....	52
Mapa 05 – Evolução territorial de 1773 a 1958.....	53
Mapa 06 – Divisão distrital de Sobral e sua sede em 2009.....	54
Mapa 07 – Localização das edificações situadas nos perfis de quadra das Figuras 001, 002, 003 e 004.....	59
Mapa 08 – Principais vias do Ceará colonial.....	92
Mapa 09 – Evolução urbana do povoado da Caiçara – século XVIII.....	96
Mapa 10 – Implantação da primeira capela de Sobral – século XVIII.....	97
Mapa 11 – Localização do casario setecentista a sudoeste da Praça da Igreja Matriz referente à Figura 005.....	101
Mapa 12 – Localização das edificações remanescentes do século XVIII.....	105
Mapa 13 – Localização das edificações remanescentes de meados do século XIX.....	113
Mapa 14 – Localização das edificações remanescentes no último quartel do século XIX.....	125
Mapa 15 – Localização das obras concluídas pelo bispo Dom José Tupinambá da Frota.....	131
Mapa 16 – Localização das edificações remanescentes de meados do século XX.....	134
Mapa 17 – Localização dos bairros periféricos ao Centro antigo.....	143
Mapa 18 – Localização dos conjuntos habitacionais e bairros planejados pelo poder público.....	144
Mapa 19 – Localização das duas principais indústrias em Sobral.....	145

¹ Todos os mapas incluídos nesta dissertação foram desenvolvidos pelo arquiteto Pedro Vitor Monte Rabelo, com orientação do autor.

Mapa 20 – Localização das praças em cujas vizinhanças há a presença de edificações habitacionais de médio padrão.....	145
Mapa 21 – Evolução urbana de Sobral – do século XVIII ao XX.....	147
Mapa 22 – Localização do <i>Shopping Flamboyant</i>	154
Mapa 23 – Localização da antiga residência da Família Figueiredo / Paula Pessoa.....	169
Mapa 24 – Mapa do núcleo urbano de Sobral. Áreas propostas para tombamento (versão inicial descartada).....	179
Mapa 25 – Mapa do núcleo urbano de Sobral. Área proposta para tombamento (versão final).....	180
Mapa 26 – Mapa do estado de preservação das edificações do sítio histórico de Sobral.....	190
Mapa 27 – Localização das Figuras 045 a 050.....	191
Mapa 28 – Localização das Figuras 051 a 056.....	192
Mapa 29 – Localização das Figuras 057 a 072.....	194
Mapa 30 – Localização das Figuras 073 a 090.....	198
Mapa 31 – Localização das Figuras 091 a 106.....	202
Mapa 32 – Localização das Figuras 107 a 188.....	206
Mapa 33 – Localização das edificações situadas nos perfis de quadra das Figuras 189 a 204.....	235
Mapa 34 – Localização do bairro do Sumaré em Sobral e da Igreja de São José do Sumaré.....	237
Mapa 35 – Mapa geral dos percursos.....	241
Mapa 36 – Mapa percurso 01.....	242
Mapa 37 – Mapa percurso 02.....	249
Mapa 38 – Mapa percurso 03.....	260
Mapa 39 – Mapa percurso 04.....	270
Mapa 40 – Localização das edificações situadas nos perfis de quadra das Figuras 347 e 348.....	281
Mapa 41 – Localização das edificações indicadas nas Figuras 349 a 352.....	285
Mapa 42 – Localização das edificações situadas nos perfis de quadra das Figuras 355 a 360.....	297
Mapa 43 – Localização das obras realizadas no Centro antigo nas gestões de Cid Ferreira Gomes (1997/2000 e 2001/2004).....	305

Mapa 44 – Localização da urbanização da margem esquerda do rio Acaraú e da requalificação da avenida Dr. Guarany.....	309
Mapa 45 – Zoneamento proposto no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2000.....	326
Mapa 46 – Normas de Preservação do Sítio Histórico de Sobral/CE – Zonas de Proteção Propostas.....	337
Mapa 47 – Poligonal de Tombamento do Centro Histórico de Laguna pelo Iphan, conforme o Processo nº 1122-T-84.....	357

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Quantidade de imóveis no sítio histórico de Sobral/CE.....	188
Gráfico 02 – Quantidade de imóveis preservados na poligonal de tombamento.....	188
Gráfico 03 – Quantidade de imóveis preservados na área de entorno.....	189
Gráfico 04 – Quantidade de imóveis preservados no sítio histórico de Sobral/CE.....	189
Gráfico 05 – Quantidade de solicitações analisadas no sítio histórico de Sobral/CE.....	344
Gráfico 06 – Quantidade de propostas aprovadas e desaprovadas no sítio histórico de Sobral/CE.....	344
Gráfico 07 – Quantidade de solicitações analisadas e de propostas aprovadas e desaprovadas no sítio histórico de Sobral/CE.....	344
Gráfico 08 – Quantidade de embargos realizados no sítio histórico de Sobral/CE.....	345
Gráfico 09 – Área crítica do patrimônio.....	368

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Número aproximado de imóveis nos sítios históricos tombados pelo IPHAN no Ceará	224
Tabela 02 – Solicitações de intervenção e embargos no sítio histórico de Sobral/CE.....	343

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

4ª SR: 4ª Superintendência Regional do IPHAN

ABEA: Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura

ANPUR: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

APP: Área de Preservação Permanente

BANCESA: Banco do Ceará S.A.

CAU/UFC: Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará

CEPEMA: Centro de Educação Popular em Defesa do Meio Ambiente

CIALP: Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa

CIC: Centro Industrial Cearense

CIDAO: Cia. Industrial de Algodão e Óleos S.A.

COHAB: Companhia de Habitação do Estado do Ceará

COOPNORTE: Cooperativa Agropecuária do Norte do Ceará Ltda.

COSMAC: Companhia Sobralense de Material de Construção

CR: Constituição da República Federativa do Brasil

CURTIMASA: Curtume Machado S.A.

DAF: Departamento de Articulação e Fomento

DPHAN: Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DEPAM: Departamento de Patrimônio Material

ECCOA: Escola de Cultura, Comunicação, Ofícios e Artes

EduFBA: Editora da Universidade Federal da Bahia

EFS: Estrada de Ferro de Sobral

ET-Sobral: Escritório Técnico de Sobral

ETF/Sobral: Estudo de Tombamento Federal/Sobral

FPM: Fundo de Participação dos Municípios

FNC: Fundo Nacional da Cultura

IAB: Instituto dos Arquitetos do Brasil

IBA: Inventário de Bens Arquitetônicos Monumentais

IBAM: Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBPC: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

ICOMOS: Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IFCE: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IPECE: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

INCASSA: Indústria de Castanhas Sobralenses S.A.

INCEU: Inventário de Configuração de Espaços Urbanos

INFAC: Inventário de Fachadas de Perfil de Quadra

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEC: Ministério da Educação e Cultura

METROFOR: Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos

MinC: Ministério da Cultura

NPSHS: Normas de Preservação do Sítio Histórico de Sobral – NPSHS

LAEP: Livro Artístico Etnográfico e Paisagístico

LASSA: Laticínio Sobralense Ltda.

LH: Livro Histórico

LUOS: Lei de Uso e Ocupação do Solo

OEA: Organização dos Estados Americanos

PAEG: Plano de Ação Econômica do Governo

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PDDU Sobral: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral

PDL: Projeto de Decreto Legislativo

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PFL: Partido da Frente Liberal

PL: Projeto de Lei

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMS: Prefeitura Municipal de Sobral

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POEAOS: Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios

PP: Partido Progressista

PPB: Partido Progressista Brasileiro

Programa URBIS: Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PROURB: Programa de Urbanização do Governo do Estado do Ceará

PSB: Partido Social Democrático
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira
PSL: Partido Social Liberal
PT: Partido dos Trabalhadores
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
RFFSA: Rede Ferroviária Federal S.A.
SAAE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEUMA: Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente
SHU: Sítio Histórico Urbano
SHS: Sítio Histórico de Sobral
SICG: Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPU: Secretaria do Patrimônio da União
UFBA: Universidade Federal da Bahia
UFC: Universidade Federal do Ceará
UFF: Universidade Federal Fluminense
UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina
UNIFOR: Universidade de Fortaleza
UNINTA: Centro Universitário INTA - Instituto Superior de Teologia Aplicada
UNIRIO: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UVA: Universidade do Vale do Acaraú
VLT: Veículo Leve sobre Trilhos
ZAM: Zona de Adensamento Médio
ZAP: Zona de Adensamento Preferencial
ZCE: Zona Central de Entorno
ZCR: Zona Central Remanescente
ZEIA: Zona Especial de Interesse Ambiental
ZEIP: Zona Especial de Interesse do Patrimônio Histórico e Cultural
ZEIS: Zona de Especial Interesse Social
ZEPE: Zona Especial de Promoção Econômica
ZE8: Faixa Verde de Amortecimento entre Usos
ZOP: Zona de Ocupação Prioritária
ZPP: Zona de Proteção Paisagística

LISTA DE ANEXOS

Lei Ordinária 0019 – 07-08-1995 – Tombamento e Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico, Artístico e Paisagístico Localizado no Território do Município de Sobral.....	383
Abaixo-assinado – realizado em 17 a 20 de setembro de 1996.....	388
Notificação aos proprietários para efeito de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na Cidade de Sobral – 02-07-1999	395
Publicação do Diário Oficial da União . Seção 3, nº 128, quarta-feira, 7 de julho de 1999.....	399
Lei Ordinária 1244 – 27-06-2013 – Torna Patrimônio Cultural e Imaterial do Município e do Povo Sobralense o Encontro de Bois e Reisados de Sobral e dá outras providências.....	401
Lei Ordinária 1246 – 27-07-2013 – Torna Patrimônio Cultural e Imaterial do Município e do Povo Sobralense o doce Fartes e sua receita e dá outras providências.....	402
Lei Ordinária 1248 – 27-06-2013 – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Preservação, Revitalização e Tombamento dos Campos de Futebol de Várzea no Município de Sobral.....	403
Lei Ordinária 1289 – 25-09-2013 – Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Sobral a Procissão e os Festejos Religiosos dedicados a São Francisco de Assis, comemorados anualmente em nosso município.....	404
Lei Ordinária 1290 – 25-09-2013 – Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Sobral a Procissão e os Festejos Religiosos dedicados à Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município.....	405
Lei Ordinária 1291 – 25-09-2013 – Torna Patrimônio Cultural e Material do Município de Sobral e do povo sobralense as Fontes Olho D'água do Pajé.....	406
Lei Ordinária 1404 – 24-09-2014 – Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Sobral o Becco do Cotovelo.....	407
Lei Ordinária 1444 – 10-03-2015 – Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Sobral, Guarany Sporting Club (Guarany de Sobral).....	409

Lei Ordinária 1470 – 03-07-2016 – Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Sobral o Colégio Sant'ana.....	411
Lei Ordinária 1600 – 01-12-2016 – Dispõe sobre a preservação e o tombamento do imóvel situado na Avenida Artur da Silveira Borges, nº 712, bairro Padre Ibiapina no Município de Sobral, local de nascimento do Ilustre Padre Ibiapina.....	413
Lei Ordinária 1611 – 23-02-2017 – Declara integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Sobral a História do Colégio Estadual Dom José Tupinambá da Frota.....	414

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	50
CAPÍTULO I – PRESERVAÇÃO URBANA: UM PANORAMA MUNDIAL E BRASILEIRO	71
1.1. Patrimônio, monumento, monumento histórico, bem cultural – conceitos iniciais.....	71
1.2. O panorama da preservação urbana mundial.....	75
1.3. O panorama da preservação urbana no Brasil.....	81
CAPÍTULO II – PROCESSO DE FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO URBANA DE SOBRAL/ARQUITETURA E URBANISMO EM SOBRAL	90
2.1. O povoado que surgiu a partir de uma fazenda.....	90
2.2. As edificações assobradadas da Vila de Sobral.....	106
2.3. As edificações enobrecidas da segunda metade do século XIX.....	120
2.4. Os imóveis ecléticos e o patrimônio edificado da Diocese de Sobral.....	128
2.5. Expansão urbana de Sobral para além do “intratrilhos”.....	139
CAPÍTULO III – O QUADRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA SEDE MUNICIPAL DE SOBRAL PRÉ-TOMBAMENTO	149
3.1. A inexistência de uma pauta preservacionista em Sobral.....	150
3.2. O movimento “Por uma Nova Sobral”.....	159
3.3. A demolição do Solar da Família Figueiredo/Paula Pessoa.....	165
3.4. A campanha popular por “medidas de proteção do patrimônio histórico de Sobral”.....	173
3.5. O estado de preservação do acervo edificado de Sobral.....	186

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DO ESTUDO DE TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DE SOBRAL.....226

4.1.	Análise do primeiro volume do estudo de tombamento.....	227
4.2.	Análise do segundo volume do estudo de tombamento.....	239
4.2.1.	<i>Análise morfológica (o interior do espaço urbano).....</i>	<i>239</i>
4.2.2.	<i>Características físicas do sítio histórico.....</i>	<i>277</i>
4.2.3.	<i>Informações secundárias (eixos que estruturam a malha urbana, trama viária e macroparcelamento, espaços públicos e privados – massa edificada e áreas livres, uso e ocupação).....</i>	<i>278</i>
4.2.4.	<i>Composição de planos verticais.....</i>	<i>279</i>
4.2.5.	<i>Tipologia das edificações.....</i>	<i>282</i>
4.2.6.	<i>Recomendações.....</i>	<i>288</i>
4.2.7.	<i>Justificativa da proposta de tombamento.....</i>	<i>291</i>
4.3.	Análise do terceiro volume do estudo de tombamento.....	294

CAPÍTULO V – O QUADRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA SEDE MUNICIPAL DE SOBRAL PÓS-TOMBAMENTO.....301

5.1.	O começo da gestão municipal de 1997.....	301
5.2.	A importância da requalificação do Centro antigo.....	318
5.3.	O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral (PDDU) de 2000.....	324
5.4.	A inexistência de uma legislação de preservação municipal.....	327
5.5.	Desafios da gestão do IPHAN sobre o SHS.....	331
5.6.	Comparações do conceito de cidade-documento empregado em Laguna, em Santa Catarina, com Sobral.....	356

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....364

6.1.	A necessidade de retificação das poligonais do sítio histórico tombado pelo IPHAN.....	364
------	--	-----

REFERÊNCIAS.....371

ANEXOS.....	383
--------------------	------------

INTRODUÇÃO

O município de Sobral² está situado na região noroeste do Estado do Ceará, à distância de 226km de Fortaleza, interligado pela BR-222, sua principal via de acesso. Sua sede é transpassada pelas águas do rio Acaraú e limitada ao norte pela Serra da Meruoca (Mapas 01, 02 e 03).

Possui uma população, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2016, de 203.682 habitantes.³ Sua região de influência perde apenas para a capital, Fortaleza,⁴ e para a cidade de Juazeiro do Norte,⁵ ou seja, caracteriza-se como a primeira cidade mais populosa de sua microrregião, a 32^a do Estado do Ceará e o 813^o município com maior densidade demográfica do país, com 88,67 hab./km².⁶

O mesmo estudo também aponta que, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 88,35% da população do município é urbana, com 166.310 moradores. Portanto, 11,65% dos sobralenses são considerados residentes na zona rural.

Mapas 01, 02 e 03 – No extremo superior direito, tem-se o mapa do Ceará demarcando Sobral e seu posicionamento na região norte. No extremo inferior direito, tem-se o mapa do município de Sobral destacando a sua sede e os municípios vizinhos. No mapa maior à esquerda, tem-se a ortofoto da sede com o realce do seu limite urbano.

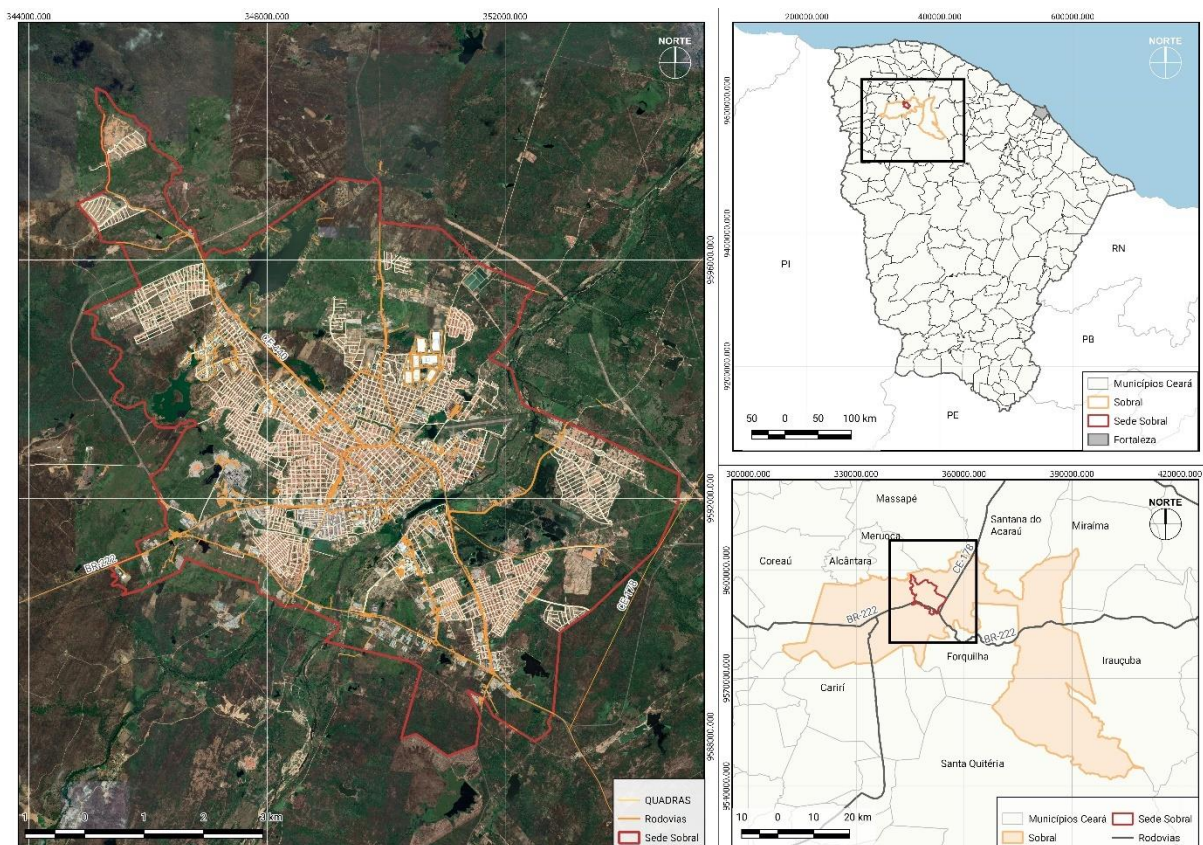
² A área aproximada do município é de 2.122,98 km² e faz limite com os municípios de Miraíma, Santana do Acaraú, Massapê, Meruoca, Alcântaras, Cariré, Groaíras, Forquilha, Santa Quitéria, Canindé, Irauçuba, Coreaú e Mucambo. Possui ainda os seguintes distritos: Aprazível, Aracatiaçu, Bonfim, Caioca, Caracará, Jaibaras, Jordão, Patos, Patriarca, Rafael Arruda, São José do Torto e Taparuaba.

³ É o quinto município mais povoado do Estado (atrás de Fortaleza, Maracanaú, Caucaia e Juazeiro do Norte. Estimativa populacional 2016 IBGE, em 10 de novembro.

⁴ Formada pelos municípios de Caucaia, Maranguape, Pacatuba, Aquiraz, Eusébio, Itaitinga, Guaiúba, Chorozinho, Pacajus, Horizonte, São Gonçalo do Amarante, Pindoretama, Cascavel, Paracuru, Paraipaba, Trairi e São Luís do Curu. Fonte: **Diário Oficial do Estado do Ceará**, nº 166, ano VI, série 3, de 8 de setembro de 2014.

⁵ Formada pelos distritos de Marrocos e Padre Cícero, criados pela Lei Estadual nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

⁶ ARCHITECTUS. **Produto 02** – Plano de Arborização Urbana para a Sede do Município de Sobral – Caracterização e Diagnóstico. Agosto de 2018, p. 44.



Fonte: Apenas o mapa maior tem sua base procedente da SEUMA/SOBRAL/CE, 2019.

Sobre a formação territorial de Sobral, Rocha⁷ (2017) informa que a cidade se originou do estabelecimento de um povoado às margens do rio Acaraú, na segunda década do século XVIII, resultante do encontro da rota de comboieiros de gado aglomerando-se nas proximidades da fazenda denominada Caiçara.

[...] A povoação da Caiçara situava-se no ponto médio da Ribeira do Acaraú em torno da Fazenda de Gado Caiçara, onde cruzavam-se o caminho da Serra da Meruoca e um ramal da Estrada das Boiadas chamado de Estrada da Caiçara, que partia do litoral ao norte até encontrar-se com a rota geral ganadeira em demanda da Zona da Mata. A Fazenda foi local de reunião das boiadas que abasteciam a Paraíba e Pernambuco. Para atender o negócio coureiro os boiadeiros instalaram uma gangorra de prender gado na margem esquerda do Acaraú. O povoado desenvolveu-se a barlavento dos currais. Tão logo os boiadeiros implantaram-se na Ribeira do Acaraú, a Igreja criou o Curato. (ROCHA, 2017, p. 22).

⁷ Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará (UFC) (1990), especialização em Gestão de Projetos de Edificações pela UNIFOR (2014) e mestrado em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU+D da UFC (2017). Atualmente é sócio gerente e arquiteto e urbanista - Aurion Arquitetura e Consultoria Ltda. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em projetos de indústrias e desenho urbano. Autor do livro “O Lado Esquerdo do Rio” que trata dos fatores de localização e expansão da cidade de Sobral, Ceará, desde o século XVIII até metade do século XX. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/4035309357072925>.

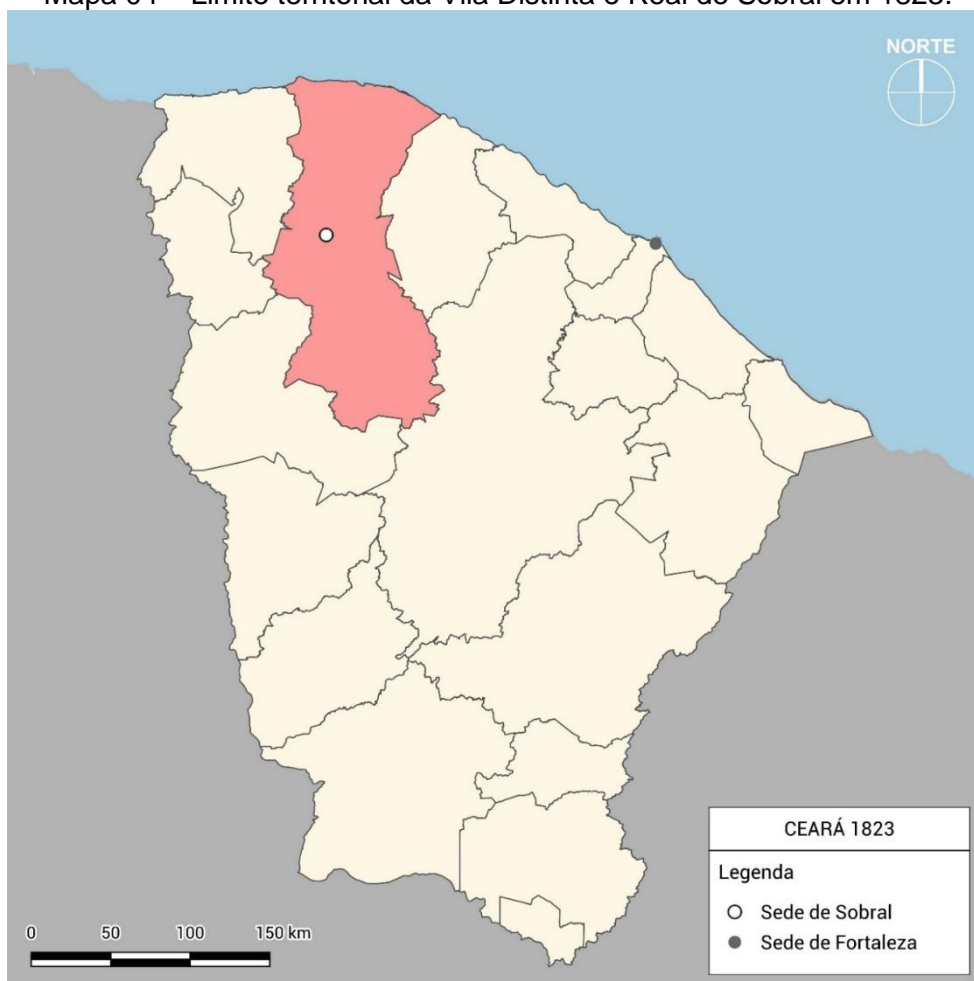
Cumpra a Fazenda Caiçara, assim como outras fazendas de mesmo período, a importante função de núcleo formador dos aglomerados urbanos do território cearense, como explica Jucá Neto (2012).

[...] Elas localizavam-se em pontos estratégicos dentro das sesmarias, muitas das vezes em locais elevados e sempre próximos a um riacho ou rio. Todo o programa das fazendas de gado no Ceará estava diretamente associado às necessidades produtivas da pecuária. (JUCÁ NETO, 2012a, p. 204).

[...] No entorno das fazendas, originou-se a maioria dos núcleos onde mais tarde foi fundada a maioria das vilas de brancos na Capitania cearense, alterando, lentamente, durante todo o século XVIII e início do século XIX, a dispersão reinante. (JUCÁ NETO, 2012a, p. 205).

Transpassando-se para o século seguinte, “[...] em 1842, Sobral deixou de ser vila e passou a ser considerada município. O território de Sobral, por mais de 70 anos compreendia a mesma extensão da fazenda Caiçara” (ALVES, 2009, p. 63) [Mapa 04].

Mapa 04 – Limite territorial da Vila Distinta e Real de Sobral em 1823.



Fonte: ROCHA, Herbert de Vasconcelos. **O Lado Esquerdo do Rio**. São Paulo/Sobral: Editora Hucitec, 2003, p. 218.

A fragmentação do território da antiga fazenda Caiçara resultou na criação de 18 municípios (Mapa 05). Algumas dessas novas municipalidades como Acaraú, Santa Quitéria, Meruoca, a exemplo de Sobral, subdividiram-se em novos municípios pelas seguintes razões: por possuírem condições econômicas favoráveis à emancipação; por apresentarem grandes extensões territoriais; e por razões políticas, que consistiam na tentativa de grupos locais formarem núcleos de poder, buscando representatividade política com a finalidade de obterem benefícios econômicos e eleitorais,⁸ conforme informa Brandt (2010).

Sobre a reconfiguração do território sobralense, atesta-se que “[...] essa fragmentação mostra como no período técnico-científico e informacional os territórios são manipulados. Novos municípios surgem para atender a interesses do lugar e também interesses estranhos a ele” (ALVES, 2009, p. 64).

Mapa 05 – Evolução territorial de 1773 a 1958.

⁸ Esses pequenos municípios, cuja emancipação foi em boa parte motivada por interesses políticos locais, não conseguem gerar receitas próprias para atenderem suas populações e passam a depender fortemente de transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Fonte: BRANDT, Cristina Thedim. A criação de municípios após a Constituição de 1988 – O impacto sobre a repartição do FPM e a Emenda Constitucional nº 15, de 1996. **Revista de informação legislativa**, v. 47, n. 187, p. 59-75, jul./set. 2010, p. 73.

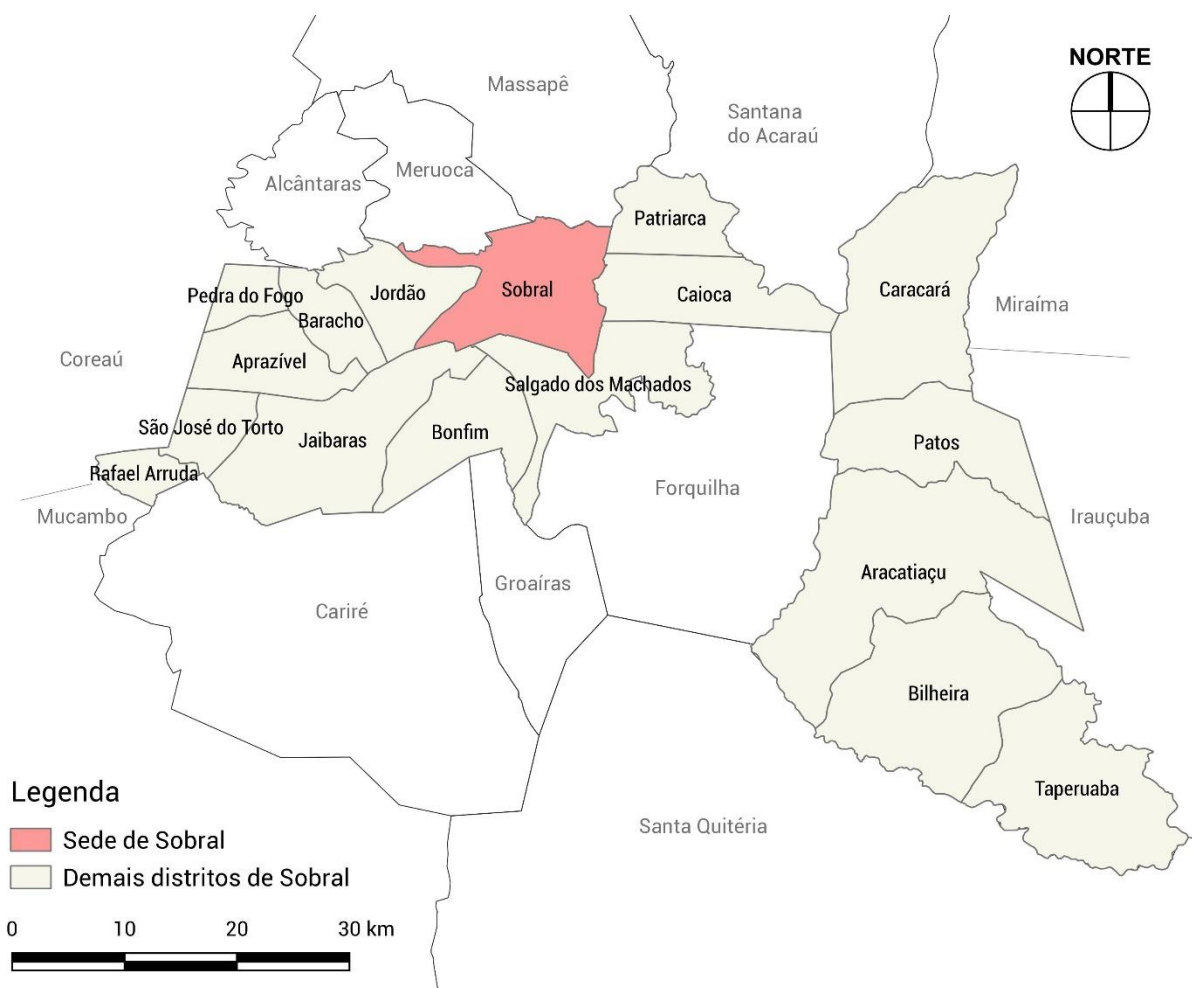


Fonte: ALVES, Maria do Carmo. **Planejamento Urbano e Formação Territorial – Sobral e suas Contradições**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2009, p. 67.

Já o atual município de Sobral é dividido em 17 distritos,⁹ incluída a sua sede, conforme informa o Mapa 06.

Mapa 06 – Divisão distrital de Sobral e sua sede em 2009.

⁹ No Brasil, os distritos são territórios pertencentes aos municípios. Nesses distritos é exercida uma autoridade administrativa, judicial, fiscal, policial ou sanitária. A sua área urbana pode se subdividir em bairros, e a rural, possuir outros povoados. Os distritos dispõem de cartórios de ofícios de registro civil (ou estão subordinados a uma comarca) e sediam subprefeituras. Os distritos, na legislação brasileira, sucedem as antigas freguesias do Brasil Colônia, ainda presentes na divisão territorial da Constituição Portuguesa. Fonte: MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. 18ª edição. São Paulo: Malheiros, 2017, p. 75.



Fonte: ALVES, Maria do Carmo. **Planejamento Urbano e Formação Territorial – Sobral e suas Contradições**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2009, p. 71.

A cidade de Sobral se consolidou historicamente, a partir do século XVIII, como um importante centro comercial desde o início da formação da rede urbana cearense, cuja atividade da pecuária extensiva às margens do rio Acaraú foi fundamental para a sua ocupação no sertão semiárido.

Em 14 de agosto de 1999, o sítio histórico de Sobral,¹⁰ objeto desta dissertação, foi tombado pela então 4ª Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)^{11, 12} ação que significou o reconhecimento da

¹⁰ **Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Sobral**, 1379-T-97. LAEP vol. 2, inscr.123, fl. 07; LH vol. 2, inscr. 558, fl. 49. Fonte: Superintendência do IPHAN no Ceará.

¹¹ 4ª Superintendência do IPHAN no Ceará. Sobral – CE. **Estudo de Tombamento Federal**, volume 2, 1997.

¹² Ao longo da dissertação, utilizar-se-á o nome atual do Iphan, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A instituição teve diversos nomes: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), de 1937 a 1946; Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), 1946 a 1970; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de 1970 a 1979; Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ligada à Fundação Nacional Pró-memória, de

relevância cultural da cidade para todo o país. Entretanto, Sobral, diferente dos outros sítios históricos tombados pelo IPHAN-CE – como Icó (1997), Aracati (2000) e Viçosa do Ceará (2002),¹³ – não é preservado e coeso; pelo contrário, é bastante descaracterizado, diferenciando-se dos sítios restantes muito mais pela desarmonia do seu conjunto de imóveis do que pela sua contiguidade, ou seja, não possui densidade de bens preservados, conforme aponta Duarte Junior (2012, p. 254):

[...] Sobral, como um precioso acervo de arquiteturas e espaços urbanos produzidos em tempos diversos e, portanto, marcos do processo histórico de construção da cidade, não se faz referência na análise empreendida, dentre outros registros de menor qualidade espacial urbana, à desproporção numérica entre os exemplares preservados e aqueles mais numerosos destituídos de valor estético, à falta de unidade entre as diversas porções da cidade, ao baixo nível arquitetônico construtivo das edificações então recentes, ao construído como rebatimento das intervenções na cidade dos grupos sociais em sua luta pelo espaço urbano, à intensa poluição visual ou até mesmo à falta de uma fisionomia característica de sítio histórico, aspectos esses que, em sua maioria, no modo tradicional de preservação edilícia do IPHAN, sempre foram tidos como impeditivos ou pelo menos restritivos a uma visão mais alargada ou mesmo à consideração de uma cidade ou de um trecho urbano como sítio histórico tombado no âmbito federal.

Com relação à densidade de proteção, entende-se:

[...] zona de proteção rigorosa, que corresponderá à de maior densidade monumental ou de ambiente; zona de proteção ou respeito, com maior tolerância; zona de proteção da paisagem urbana, a fim de procurar integrá-la com a natureza circundante (CURY, 2000, p. 120).

Quanto ao IPHAN, além dos desafios e dificuldades inerentes à gestão do bem que se tornou protegido, cabe-lhe como missão maior a responsabilidade de garantir a preservação do patrimônio cultural material inventariado da cidade, ou seja, aquilo que é mais evidente no sítio histórico: seus casarões, seus sobrados, suas praças, suas igrejas e seus espaços peculiares, assim como seus especiais atributos materiais de valor de uso, tudo fundamentado na análise da instrução de tombamento,

1979 a 1981; Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1981 a 1989; Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), de 1989 a 1994; IPHAN, de 1994 ao presente.

¹³ Icó foi tombada em 1997 (Processo 968-T-1978, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Inscrição nº 118; e Livro do Tombo Histórico, Inscrição. nº 551. Portaria 237, DOU nº 131, 13 de julho de 1998); Aracati, em 2000 (Processo 969-T-1978, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Inscrição nº 127; e Livro do Tombo Histórico, Inscrição. nº 561. Portaria 381, DOU nº 187, 27 de setembro de 2000) e Viçosa do Ceará, em 2002 (Processo 1496-T-2002, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Inscrição nº 118; e Livro do Tombo Histórico, Inscrição. nº 551. Portaria 129, DOU nº 103, 31 de maio de 2004). Fonte: Superintendência do IPHAN no Ceará.

do cotidiano da cidade e da história de Sobral, e ainda nos valores que possibilitaram o tombamento.

Entretanto, mesmo com o exaustivo acompanhamento da Superintendência do IPHAN no Ceará (através da realização de audiências públicas, palestras, cartilhas explicativas, ações de fiscalização e atendimento ao público), não é de fácil percepção os limites da poligonal de tombamento e a compreensão dos valores que direcionaram o estudo de tombamento devido ao avançado grau de descaracterização e à grande heterogeneidade das arquiteturas existentes. Inclusive, somado à extensa dimensão e de um entorno não contínuo de construções com caráter de valor de preservação, a poligonal de tombamento gera problemas de fiscalização.

Tombada com base em valores históricos e de formação e evolução urbana, o sítio histórico possui uma área tombada composta por 44 hectares (contendo aproximadamente 1227 imóveis) e a área de entorno composta por 95 hectares (contendo aproximadamente 1648 imóveis), resultando em um total de 139 hectares (por volta de 2875 imóveis)¹⁴ cuja área tutelada pelo IPHAN supera sítios históricos como os de Olinda, em Pernambuco,¹⁵ e Penedo, em Alagoas.¹⁶

Na área tombada, apenas 12,46% desses imóveis¹⁷ estão em estado íntegro de preservação de suas características arquitetônicas tipológicas primitivas.¹⁸

Assim, o destaque à manutenção do traçado urbano primitivo, em detrimento dos núcleos edificados de legibilidade¹⁹ comprovada, pode ser contestável, principalmente pelo fato de que as principais e cotidianas ações do IPHAN não recaem sobre a malha urbana, mas naquilo que a compõe efetivamente: as edificações e os espaços públicos, ou seja, há uma excessiva valorização da historicidade da malha urbana em contraponto à qualidade arquitetônica dos imóveis e do espaço urbano existentes.

¹⁴ Através de levantamento realizado em campo pelo autor no decorrer do ano de 2019.

¹⁵ Olinda possui 120 ha. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/351/>. Acessado em 12 de setembro de 2019.

¹⁶ Penedo possui aproximadamente 30,61 ha. Fonte: dado obtido pelo autor através do *Google Earth*.

¹⁷ Dados obtidos em pesquisa de campo pelo autor que serão demonstradas no Capítulo III.

¹⁸ Nesse conjunto, por exemplo, são postos sobre a arquitetura do Museu Dom José (o quinto museu de arte sacra do país) e as descaracterizadas borracharias e oficinas mecânicas situadas nas imediações da Rua Cel. José Sabóia os mesmos condicionantes cerceadores do direito de intervir.

¹⁹ Facilidade maior ou menor, com se mostra a estrutura morfológica, possibilitando que se a decodifique de maneira mais ou menos rápida. Fonte: KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 210.

Acerca dessa questão, Duarte Junior (2012, p. 431-432, *apud* NASCIMENTO, 2008), informa que

[...] o processo de tombamento da cidade de Sobral se deu tendo como base um estudo que buscou implementar uma nova metodologia de percepção/apreensão do espaço urbano, o que ocasionou, por um lado, a apresentação de outros elementos que passam a constituir essa leitura (relação rio – cidade – serra, num âmbito mais amplo, definição de parâmetros vinculados aos valores topoceptivos, que vão além dos valores formais “tradicionais”) e, por conseguinte, ampliando o conjunto a ser preservado; por outro, passou a gerar problemas no que diz respeito à prática cotidiana da fiscalização (área demasiadamente grande, conjuntos heterogêneos). Considero isso um dos grandes problemas enfrentados hoje em dia no sítio histórico.

Essa assertiva é reiterada por Duarte Junior (2012, p. 432) com a declaração abaixo, na qual afirma que

[...] tanto às extensas superfícies tombada e de entorno do sítio histórico quanto à dificuldade de leitura e aceitação, por parte da população da cidade, do que se encontra protegido, vez que o problema da descaracterização e da desconformidade ainda se constitui em uma séria ameaça à integridade do conjunto tombado.

Esse fato, com efeito, tem sido um dos principais entraves à preservação do sítio histórico, pois há, por parte da comunidade sobralense, dificuldades de enxergá-lo na cidade que é hoje. Neste quesito, a instrução de tombamento concebida torna-se um instrumento técnico idealizado porque trabalha com evidências que não existem mais, transmitindo a concepção de cidade dotada de inúmeros exemplares edificados dos séculos XVIII, XIX e XX. Porém, nenhum dos seus três volumes aborda com profundidade a intensa descaracterização do Centro antigo,²⁰ visto que não há mais, em muitos setores da cidade, a arquitetura referenciada pela instrução de tombamento que se destina a proteger como evidencia, por exemplo, o Mapa 07 e as Figuras 001, 002, 003 e 004.

Figura 001 – Perfil de quadra das edificações situadas à rua Cel. José Sabóia, na área tombada do sítio histórico.

²⁰ Castro (2008, p. 137), informa que “[...] O termo, de origem italiana, faz sentido nas cidades peninsulares, nas que mantêm centro antigo mais ou menos preservado, o centro *storico*, junto ou próximo de um ou até mais centros comerciais modernos e ativos. Isto não ocorre no Brasil, onde o antigo ou o pseudo-antigo se misturam com o moderno ou com o pseudo-moderno. Na verdade, de acordo com uma visão crítica consequente, não se deve esquecer de que todas as partes da cidade são históricas, tal como, aliás, as próprias cidades, entendidas como um todo”. Desta forma, para áreas com referências arquitetônicas antigas, dispersas e, quando muito, datadas de um determinado século, nesta dissertação adotar-se-á o termo “Centro antigo”.



Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Figura 002 – Perfil de quadra das edificações situadas à rua Ernesto Deocleciano, na área tombada do sítio histórico.



Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Figura 003 – Perfil de quadra das edificações situadas à avenida Dom José, na área tombada do sítio histórico.



Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Figura 004 – Perfil de quadra das edificações situadas à rua Oriano Mendes, na área tombada do sítio histórico.



Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Mapa 07 – Localização das edificações situadas nos perfis de quadra das Figuras 001, 002, 003 e 004.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Em Sobral, essa ancianidade é presentida em poucos lugares do sítio histórico por causa do elevado nível de descaracterização e desconformidade dos imóveis, além da presença de outras edificações recentes que, desarmonicamente, rompem com a escala predominante, alteram o ritmo de vãos e de elementos arquitetônicos significativos, interferem na implantação primitiva das quadras e se utilizam de materiais externos incompatíveis com as técnicas tradicionais utilizadas.

Dessa forma, levanta-se a seguinte hipótese: a dificuldade de reconhecer o Sítio Histórico de Sobral como patrimônio cultural nacional pela comunidade sobralense decorre do descompasso e da incoerência entre os valores que foram identificados na instrução de tombamento e os critérios que foram empregados pelos técnicos e pela direção estadual do IPHAN para sua preservação. Logo, há conflitos de ordem conceitual e metodológica na instrução de tombamento que dificultam sobremaneira a atuação do IPHAN e o legítimo entendimento de sua ação por parte dos habitantes. Ressalte-se, pois, que o sítio histórico ainda continua sob a ameaça de descaracterização devido ao fato de que os moradores e usuários não se apropriaram da dimensão real da área tombada, devido ao tamanho grau de

desfiguração de seu acervo edificado. Portanto, são essas questões que a dissertação se propõe a analisar.

Nesse sentido, o objetivo geral da dissertação é analisar o estabelecimento do traçado das poligonais de tombamento e de entorno do sítio histórico de Sobral (SHS) à luz da metodologia desenvolvida por Maria Elaine Kohlsdorf.²¹

Como objetivos específicos, busca-se:

- analisar as relações entre produção e gestão do espaço urbano, a memória e a legislação urbana de Sobral com ênfase na trajetória histórica da preservação urbana dessa cidade;
- analisar a abordagem metodológica que serviu de base ao estudo desenvolvido pela Superintendência do IPHAN no Ceará entre 1997 e 1999 acerca do tombamento do sítio histórico de Sobral;
- compreender as motivações que elevaram o sítio histórico de Sobral à categoria de monumento nacional, considerando seu contexto político à época;
- confrontar os conceitos que serviram de base às políticas de preservação dos sítios históricos;
- confrontar diferentes interpretações do conceito metodológico utilizado enquanto base de procedimentos de tombamento no país;
- analisar os procedimentos de gestão levados a efeito pelo IPHAN-CE e pela Prefeitura de Sobral no sítio histórico.

Justifica-se a pesquisa, tomando como parâmetro, na perspectiva histórica da preservação dos conjuntos urbanos cearenses, a comparação com o tombamento dos sítios históricos de Icó, Aracati e Viçosa do Ceará, os quais seguem a mesma conceituação teórica, enquanto o de Sobral, conforme aponta Duarte Junior (2012, p. 223) segue outra completamente diferente.

²¹ Graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1967), com especialização em Configuração Urbana e Planejamento Urbano pela Universität Stuttgart (Alemanha, 1971-1974), mestrado em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília (1979) e foi docente-pesquisador do Städtebauliches Institut / Universität Stuttgart (Alemanha, 1983). É professora-adjunto aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB). Fonte: <http://lattes.cnpq.br/7261990328025794>.

[...] a investigação espacial do sítio histórico baseada na apreensão e interpretação da forma da cidade tomada analítica e sinteticamente, é a grande novidade metodológica apresentada pelo ETF/Sobral, até então ainda não desenvolvida em qualquer outra instrução de tombamento e completamente diferente (para não dizer antagônica) em relação às demais elaboradas para Icó, Aracati e Viçosa do Ceará.

Nestes sítios, os estudos foram concebidos visando a identificação e a documentação da forma urbana e dos edifícios preservados, assim como da legibilidade das diversas camadas históricas da cidade, para compor e definir o que se encontra no interior de suas poligonais. Em Sobral, a principal justificativa foi o processo sócio-histórico de formação urbana, que é a base do conceito concebido por Luiz Fernando Pereira das Neves Franco²² no final da década de 1970.

Contudo, a metodologia adotada não confere legitimidade à atuação do IPHAN em Sobral, uma vez que grande parte da arquitetura que está lá presente – embora a estrutura fundiária permaneça, além da presença pontual e reduzida de exemplares edificados de qualidade arquitetônica e espaços urbanos singulares – é espúria, desconforme, descaracterizada, transmite uma ambiência histórica rarefeita e, em muitos setores, inexistente. Ao se caminhar pelas ruas de Ouro Preto, Pirenópolis ou São Luís, dificilmente um transeunte não perceberá que está diante de um ambiente cuja arquitetura é harmoniosa, pois a integridade arquitetônica dos edifícios, o desenho coeso e preservado das parcelas urbanas e todo o conjunto dessas relações que se materializam singularmente no espaço são facilmente apreendidas, gerando escalas, proximidades e pregnância.²³ Ou seja, são áreas mais homogêneas, onde se pode identificar e justificar as especificidades e os valores reconhecidos como patrimônio cultural.

Com mais intensidade essas questões são reforçadas por Kühl (1998, p. 208):

[...] O patrimônio edificado apresenta massa construída, configuração espacial, relação entre volume edificado e vazio, ritmo e cores, inserção na paisagem urbana ou natural. As alterações que vêm sendo feitas, principalmente nos centros urbanos, por vezes violentas e rápidas, têm acentuado a conscientização da necessidade de se preservar o conjunto dessas construções.

²² Graduado em Arquitetura pela Universidade de Florença e pós-graduado pela Universidade de Aix-Marseille, França. A partir da década de 1980, retorna ao Brasil atuando na Diretoria de Estudos e Tombamento (DET) do IPHAN (NASCIMENTO, 2016, p. 131).

²³ Qualidade segundo a qual se registra um objeto de maneira indelével. Determinada configuração possui pregnância quando se grava facilmente na memória. Fonte: KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 211.

Inclusive, há mais de trinta anos, Carlos Nelson Ferreira dos Santos²⁴ expusera, já na década de 1980, as mesmas discursões quanto às tais condutas das políticas de patrimônio, das quais se protegia equivocadamente áreas urbanas que não guardam valores e acervos edifícios merecedores da devida proteção, como se transcreve:

[...] Quando se pensa em preservar, alguém logo aparece falando em patrimônio e tombamentos. Também se consagrou a crença de que cabia ao governo resguardar o que valia a pena. Como? Através de especialistas que teriam o direito (o poder-saber) de analisar edifícios e pronunciar veredictos [atribuindo] caráter distintivo a um determinado edifício.

[...] Do jeito que vem sendo praticada, a preservação é um estatuto que consegue desagradar a todos: o governo fica responsável por bens que não pode ou não quer conservar; os proprietários se irritam contra as proibições, nos seus termos, injustas, de uso pleno de um direito; o público porque, com enorme bom senso, não consegue entender a manutenção de alguns pardieiros, enquanto assiste à demolição inexorável e pouco inteligente de conjuntos inteiros de ambientes significativos (SANTOS, 1986, p. 60-61).

Ocorre que tombar uma ampla porção da cidade com base em registros históricos que revelam feições edificadas e aspectos paisagísticos já perdidos tem se tornado um problema para o IPHAN, já que o tombamento também significa cerceamento do direito de propriedade, principalmente em se tratando de uma cidade com economia pujante, como é o caso de Sobral. Como o aspecto original do objeto a ser protegido não mais existe, se considerarmos a delimitação da poligonal de tombamento existente, não somente é mais difícil a sua gestão para a instância que o tombou, como também se torna difícil seu reconhecimento pela comunidade, pois as normativas aplicadas impõem o rigor de uma edificação do século XVIII ou XIX para uma edificação contemporânea.

Quanto à municipalidade, inicialmente, no final da década de 1990 do século passado, um pouco antes da homologação do tombamento do sítio histórico, a Prefeitura de Sobral contactou a Superintendência do IPHAN para ser parceiro na preservação de uma cidade que tinha sofrido sistematicamente uma série de descaracterizações no seu patrimônio construído por causa da forma como a cidade cresceu e se desenvolveu.²⁵

²⁴ Formado pela Universidade do Brasil, em 1966, foi mestre em antropologia social e doutor em planejamento urbano. Também exerceu a função de chefe do Centro de Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF).

²⁵ Conforme será discutido no Capítulo III desta dissertação.

Na época, como ainda hoje, entendia-se que a tarefa de proteção do patrimônio histórico da cidade era um fardo muito árduo para o município assumir sozinho, pois isso poderia gerar uma série de problemas políticos aos seus gestores. Dessa forma, se havia um parceiro como o IPHAN, um órgão federal, a responsabilidade sobre a fiscalização e a preservação do sítio histórico recairia totalmente sobre essa instituição. Todavia, a Constituição Federal de 1988 também dá plenos poderes aos municípios do Brasil no que tange a esse mister, até mesmo de cuidar do patrimônio material e imaterial, para constituir conselhos de preservação e de ter leis próprias voltadas à proteção patrimonial.²⁶

[...] A União, os Estados e os Municípios têm competência concorrente para preservar o patrimônio histórico e artístico. Quanto à possibilidade de alguma dessas pessoas jurídicas tornar bem de domínio de outra, não há, na Constituição, proibição expressa (RABELLO, 2009, p. 89).

Nessas ações, o Município de Sobral pouco avançou, pois o sítio histórico transformou-se num trunfo para que as instâncias municipal e estadual obtivessem recursos públicos advindos do fato de o município possuir um sítio histórico tombado na esfera federal. Nesse passo, todo o ônus da gestão da preservação recaiu sobre o IPHAN-CE, já que nunca houve qualquer legislação de proteção estabelecida pelo município ou pelo Estado,²⁷ nem sequer uma portaria compartilhada.²⁸

Ao IPHAN, restou-lhe uma demanda muito grande de atribuições em áreas sem relevância arquitetônica e completamente descaracterizadas. Quanto às gestões subsequentes das instâncias municipal e estadual, adotou-se a postura de neutralidade, em que as questões antipáticas provenientes da fiscalização e da reparação de ações que venham a arruinar o patrimônio edificado, não gerenciadas por aquelas, são repassadas quase que integralmente ao órgão federal, já que os gestores públicos municipais e estaduais não desejam entrar em conflito com moradores, políticos, empresários ou a diocese local. Somado a este fato, entende-se

²⁶ A competência conferida ao serviço federal para o tombamento de bens não exclui a de serviços congêneres instituídos para o mesmo fim, pelos Estados e Municípios. Fonte: MELLO FILHO, José Celso. **Constituição Federal Anotada**. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 1986.

²⁷ Apenas o Teatro São João é tombado pela instância estadual como bem isolado. Tombamento estadual. Decreto nº 16.237, livro do Tombo Artístico, data: 30 de novembro de 1983, fls. nº 12. Fonte: DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira; DUARTE JUNIOR, Romeu. **Guia dos Bens Tombados do Estado do Ceará**. Fortaleza: Secult. Coleção Nossa Cultura. Série Documenta, 2006.

²⁸ Toda e qualquer solicitação de natureza interventiva física no espaço público ou privado, contida no sítio histórico, passou a ser submetida à ciência, avaliação e autorização do IPHAN-CE.

ainda que a substancial perda sofrida quanto ao acervo edificado que atualmente se tem no sítio histórico em muito se deveu à falta de implementação de uma política pública de preservação pelos gerenciadores do poder local a partir de meados da década de 70 do século XX²⁹ e que antecedeu a referida instrução federal.

Contudo, paradoxalmente, dentre as quatro cidades cearenses detentoras de sítio histórico tombado pelo IPHAN, a cidade de Sobral é no momento presente o exemplo de gestão urbana mais exitosa. Justo no sítio histórico mais descaracterizado, escolheu-se o caminho do planejamento urbano e socioeconômico como uma via de resolução dos problemas urbanos e não o do empirismo ou da improvisação, somado ao fato de ter-se constituído, no âmbito do município, um conjunto de profissionais atuantes em áreas como projeto, urbanismo, perícias e execução de obras, comprometidos ao mesmo tempo com a necessidade da realização de mudanças no quadro urbano e com a valorização e a requalificação das áreas históricas como instrumento de elevação da autoestima da comunidade sobralense.

[...] Seu tombamento pelo IPHAN em 1999 foi incorporado pela Prefeitura Municipal na gestão de Cid Gomes (1997-2004) como um potente instrumento de desenvolvimento urbano e socioeconômico, forte o bastante também para elevar a autoestima da população da cidade, essa às voltas da com administrações municipais medíocres há quase meio século, e garantir a destacada visibilidade político administrativa, sem prejuízo evidentemente, de sua função atrativa relacionada aos fundos públicos e privados necessários à recuperação do conjunto (DUARTE JUNIOR, 2005, p. 360).

Por outro lado, os donos de imóveis privados se apresentam em uma situação favorável, no que diz respeito ao contínuo aumento do valor venal de imóveis na área do sítio histórico, pois essa região conforma-se como uma das áreas da cidade com

²⁹ Em 1972, foi elaborado o Código de Obras e Posturas durante o mandato do prefeito Gerônimo de Medeiros Prado, que, diferente do código anterior de 1930, não versava sobre os procedimentos de intervenção com relação às feições estéticas e volumétricas do patrimônio edificado local. Fonte: ALVES, Maria do Carmo. Planejamento Urbano e Formação Territorial – Sobral e suas Contradições. Sobral: **Edições Territorial**, julho 2011, p. 175.

o metro quadrado mais caro por causa dos maciços investimentos que foram executados pelo poder público³⁰ e pelo fato de possuir status multifuncional.³¹

Essa quantidade de equipamentos públicos e a oferta de serviços variados, importantes e significativos não acontece com frequência em outros sítios históricos. Durante as últimas duas décadas, no âmbito patrimonial, não se registra no Ceará obras da envergadura das que foram feitas no sítio histórico de Sobral,³² a partir do interesse da Prefeitura e do Governo do Estado do Ceará. Contudo, registra-se que grande parte dos problemas apontados reside no cotidiano da gestão e da preservação, em que os valores culturais identificados na instrução desenvolvida pelo IPHAN por não serem tão perceptíveis, mesmo com os amplos investimentos públicos e privados sobrepostos no sítio histórico não se convertem em legítimos, o que faz com que muitos moradores e locatários de imóveis não aprove amplamente os rigorosos ditames do tombamento.

³⁰ O valor financeiro para a compra e a venda de imóveis no Centro de Sobral apresenta uma variação de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) o metro quadrado, mediante a sua localização. Portanto, quanto mais próximo da zona comercial mais intensa (próximo às imediações da Praça da Coluna da Hora e do Becco do Cotovelo), mais valorizado será o imóvel. Fonte: PORTELA, Marceley Luiza Barreira. **Preservação e desenvolvimento:** a dinâmica sócio econômica do sítio histórico de Sobral/CE. Fortaleza, 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Urbanismo e Design) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Fortaleza, 2019, p. 171.

³¹ No Centro, encontram-se a sede da diocese e as principais igrejas da cidade, um núcleo comercial ativo e dinâmico, os principais equipamentos de lazer da população, diversas edificações de cunho institucional, educacional, de saúde, residências, várias praças e a presença do próprio rio Acaraú, tudo isso alcançado em pequenas distâncias a pé.

³² Como exemplos, cita-se: a requalificação das margens esquerda e direita do rio Acaraú; a reurbanização da avenida Dr. Guarany; o restauro da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição; a reconstrução da Coluna da Hora e a requalificação de sua praça; o restauro do Teatro São João e a requalificação de sua praça; a requalificação da Praça de Cuba; a adaptação da antiga fábrica dos Araújo para servir como Instituto ECOA e o restaurante popular; requalificação da Praça Clodoveu Arruda; a conversão da antiga fábrica de tecidos Ernesto Deocleciano na atual Universidade Federal do Ceará – *Campus* de Sobral; a instalação subterrânea das redes elétrica, telefônica e lógica do sítio histórico; a reforma do Museu do Eclipse; a requalificação da Praça Samuel Pontes; a construção do planetário; a requalificação da Praça Senador Figueira; a expansão da rodoviária; a requalificação do largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretinhos; a requalificação da Praça da Igreja de São Francisco; a requalificação da Praça do Bosque; a implantação do projeto de sinalização turística; a implantação da Biblioteca Lustosa da Costa; a construção do Museu Madi; a requalificação da Praça da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, a substituição do revestimento asfáltico das vias por bloquetes pré-moldados de concreto intertravado; o restauro da Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchoa; requalificação da Praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição; reconstrução da antiga residência do Solar dos Figueiredo para abrigar a Casa da Cultura; a requalificação da Praça do Abrigo de Idosos; a conversão do antigo Palace Club no Palácio de Línguas Estrangeiras; alargamento, atendimento ao desenho universal e uniformização de revestimento dos passeios do sítio histórico; a requalificação da Praça da Várzea; a implantação da Pinacoteca de Sobral Espaço Raimundo Cela; Reforma da Praça Dom Jerônimo, conversão de uso da antiga estação ferroviária na Escola de Belas Artes de Sobral, requalificação da esplanada ferroviária (Parque Estação Belchior) etc. Fonte: Superintendência do IPHAN no Ceará.

Esta pesquisa teve como referenciais teóricos a metodologia de apreensão topoceptiva da forma da paisagem de Maria Elaine Kohlsdorf (1996), assimilada por Márcia Genésia de Sant'Anna³³ (1995) e adotada na instrução de tombamento do SHS. Proposta essa que coaduna com o pensamento de Lia Motta (1992 e 2017), cuja produção também é referenciada na dissertação devido à sua análise em sentido ampliado da proteção do patrimônio pelos atributos culturais, históricos, afetivos e de valor documental.

Compara-se o procedimento acolhido em Sobral ao processo de tombamento federal de Laguna, em Santa Catarina, protegido legalmente em nível federal na década de 1980, elaborado metodologicamente de forma semelhante, que se ampara no parecer técnico do Arq. Luiz Fernando Pereira das Neves Franco, o qual abrangeu além da malha urbana, parte do seu entorno natural. Esse sítio histórico foi objeto de pesquisa de outras recentes dissertações e publicações como as de Flávia Brito do Nascimento (2016), Maria Matilde Villegas Jaramillo (2016) e Carlos Eduardo Macagi (2018), que buscam reflexões sobre o Centro antigo de Laguna a partir do conceito empregado, as quais foram também tomadas como referencial teórico.

Em contraponto à metodologia adotada à instrução, tem-se a apreensão de Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1986) e de Nestor Goulart Reis Filho (2004), que configuram uns dos poucos autores que perfazem uma visão crítica à prática dos órgãos de preservação em alargar irrestritamente os conceitos de preservação, em detrimento das qualidades estéticas, integridade arquitetônica e uniformidade estilística dos imóveis. Já em Romeu Duarte Junior (2005, 2012), tais questões também vêm à baila, todavia, com ênfase na experiência da preservação urbana da cidade de Sobral em seu segundo trabalho, contribuindo, portanto, para arrimar teoricamente a dissertação.

A metodologia de pesquisa foi amparada principalmente nas documentações escritas e gráficas que compõem o tombamento do sítio histórico de Sobral

³³ Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (1980), com mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (1995) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (2004). Entre 1987 e 2011 foi servidora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) onde exerceu diversos cargos, entre os quais o de Diretora do antigo Departamento de Proteção (1998-1999) e Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial (2004-2011). Foi Conselheira Titular e membro da Câmara do Patrimônio do Conselho de Cultura da Bahia (2011-2014), vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA (2014-2017) e, de outubro de 2017 a julho de 2018, foi coordenadora em exercício deste programa. Desde 2016, é membro titular do Conselheiro Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/6166316324395133>.

desenvolvido pelo IPHAN, através das quais, além da análise de seu conteúdo, também foram reanalisados os percursos topoceptivos desenvolvidos no referido dossiê, o grau do estado de preservação de todas as edificações do sítio histórico (em sua área tombada e de entorno) e comparou-se registros fotográficos antigos de edificações e de espaços com situações anteriores ao tombamento de 1999.

Os quatro trajetos topoceptivos que constam na instrução de tombamento foram refeitos utilizando imagens atuais das suas visadas em contraponto aos croquis que foram empregados à época, buscando, assim, melhor aferir a metodologia de Kohlsdorf (1996) e seus resultados. Da mesma forma, utilizou-se desenhos mais elaborados de perfis de quadra em contraste aos cortes com representações geométricas que foram aplicados no terreno do sítio histórico, a fim de avaliar a composição de planos verticais que cruzam esse setor. Também foram utilizadas imagens completas das quadras do SH para compará-las com as informações obtidas no estudo de tombamento referente à análise morfológica à distância e no interior do espaço urbano, ampliando sua real percepção tanto para a massa edificada quanto para as áreas livres.

Também foram analisados processos de intervenção no patrimônio edificado tombado do sítio histórico, de forma a se detectar os conceitos e critérios de julgamento quanto à pertinência das obras solicitadas e a forma como a gestão pública federal e municipal atuou no solo urbano desde sua homologação.

Em destaque no campo historiográfico, utilizam-se: as produções pioneiras de José Liberal de Castro (1973, 1977, 1983), que discorrem sobre o urbanismo e a arquitetura de Sobral; de Herbert Vasconcelos Rocha (2003, 2017), que contextualiza e relata o surgimento do povoado no século XVIII, com ênfase nas transformações urbanas durante o império em sua tese de dissertação, alcançado até o fim do século XX em seu primeiro livro; de Clóvis Ramiro Jucá Neto (2007, 2012a, 2012b), que debate o processo histórico de formação e transformação das vilas e cidades brasileiras durante os séculos XVIII e XIX; de Edvanir Maia da Silveira (2013a), que aborda a gestão pública municipal de Sobral durante as três últimas décadas anteriores à gestão de 1996, ou seja, durante o regime militar e a nova república.

No campo da análise do uso do território da cidade de Sobral, suas sucessivas e dinâmicas transformações, e na análise das imagens socialmente construídas para a cidade a partir da gestão municipal de 1996, respectivamente se ampara sobretudo nas produções de Maria do Carmo Alves (2009) e Nilson Amino de Freitas (2000,

2005), para melhor compreender o planejamento urbano e o rebatimento das ações do poder público sobre a comunidade sobralense.

Utilizou-se também de entrevistas com os principais agentes envolvidos na gênese do processo de tombamento e na gestão pública do sítio histórico por parte da Prefeitura Municipal, do Governo do Estado do Ceará e do IPHAN/CE, assim como personalidades outras que participaram direta e indiretamente desse processo, para o qual contribuíram de certa forma.

Assim, as complexas indagações abordadas, estudadas e aprofundadas nesta dissertação, na qual versa-se acerca da arquitetura, do paisagismo e da morfologia urbana do sítio histórico de Sobral, à luz da produção política, social e urbanística que foi exercida durante a sua existência nestes 20 anos (de 1999 a 2019) estão divididas nos seguintes capítulos:

O Capítulo I trata do significado dos conceitos “patrimônio”, “monumento”, “monumento histórico” e “bem cultural”. Utiliza-se das discussões de teóricos do campo do restauro – como Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc,³⁴ John Ruskin,³⁵ Camillo Boito³⁶ e Gustavo Giovannoni³⁷ – sobre a preservação urbana, onde se relata o panorama mundial. Por fim, tendo como foco a discussão dos conceitos de “cidade monumento”, “cidade documento”, “cidade atração” e “cidade instrumento”, os quais foram particularmente adotados em Sobral, aborda-se o modelo brasileiro de preservação urbana.

O Capítulo II expõe o surgimento da urbe no território cearense, sua gênese no território, como a modesta Fazenda Caiçara, situada às margens do rio Acaraú, passando, posteriormente, à condição de vila. Em seguida, descreve-se a condição

³⁴ (1814-1879). A princípio desenhista, é o grande restaurador de edifícios religiosos da Idade Média francesa. Atuou numa época em que a restauração estava se firmando como ciência. Em Paris, assumiu o cargo de subinspetor, ligado à arquitetura oficial, tornando-se em 1838, auditor no Conselho de Construções Cívicas. Fonte: KÜHL, Beatriz Mugayar. **Viollet-le-Duc e o Verbete Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000, p. 10-13.

³⁵ (1819-1900). Escritor, crítico de arte e desenhista, é considerado o principal da preservação do século XIX na Inglaterra. Foi um dos maiores expoentes da crítica romântica, de cunho socialista, à sociedade capitalista industrial e suas evidentes mazelas – miséria generalizada, injustiça social, inchaço urbano, destruição da natureza, entre outras. Fonte: RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**. Tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2008, p. 9-10.

³⁶ (1835-1914). Engenheiro, arquiteto e historiador da arte, lecionou e trabalhou como restaurador de edifícios antigos em Milão. Postula a prioridade do presente em relação ao passado e afirma a legitimidade da restauração. Fonte: CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, Estação Liberdade, 2001. p. 164-165.

³⁷ (1873-1943). Engenheiro, arquiteto e historiador da arte, criador da cadeira da arquitetura da Escola de Engenharia de Roma, ele desenvolveu tanto atividades teóricas quanto práticas de urbanismo e de conservação dos monumentos e da malha urbana antigos. Fonte: *Ibidem*, p. 143.

dessa vila à elevação de cidade. Neste capítulo, relata-se as transformações pelas quais o espaço urbano da sede do município passou entre o século XVIII até o fim do século XX, tendo como resultado evidenciar o legado edificado que perdurou com o tempo.

O Capítulo III, por sua vez, trata da atuação das autoridades de Sobral em relação à proteção do patrimônio edificado anterior ao pleito de 1996; a movimentação política em Sobral, que culminou com a eleição de Cid Ferreira Gomes para prefeito em 1997; a produção do abaixo-assinado público que provocou oficialmente o tombamento ao IPHAN; o convite ao IPHAN para ser parceiro da PMS na empreitada relativa ao tombamento do SHS; as divergências relacionadas ao processo de tombamento do SHS na 4ª SR/IPHAN, em Fortaleza; e o exame do estado de preservação de todo sítio histórico.

Já o Capítulo IV trata da análise da instrução de tombamento com seus conceitos e premissas relacionadas à formação sócio-histórica de formação e evolução da cidade, e a análise e crítica sobre a metodologia de apreensão topoceptiva da forma da paisagem utilizada no estudo de tombamento.

O Capítulo V discorre sobre a organização técnico-administrativa da PMS e do IPHAN-CE em relação à tarefa da fiscalização do SHS, ao cotidiano da preservação do SHS. Ou seja, relata-se e avalia-se aqui as tarefas desenvolvidas por cada um dos dois entes (municipal e federal); a inexistência de parâmetros de proteção do patrimônio cultural edificado no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral de 2000; as principais obras executadas no SHS que alteram sua dinâmica e apropriação do espaço pela população; os conflitos entre a proteção edilícia e a comunidade sobralense; a análise do conceito de cidade-documento empregado como parâmetro na cidade de Laguna, em Santa Catarina, em contraponto com Sobral. E, por fim, apresentam-se as considerações finais.

CAPÍTULO I

PRESERVAÇÃO URBANA: UM PANORAMA MUNDIAL E BRASILEIRO

Inicia-se o capítulo com o significado sobre os principais termos utilizados no campo da preservação, quase sejam: “patrimônio”, “monumento”, “monumento histórico” e “bem cultural”. Eles permitem compreender melhor as discussões que são apresentadas nos demais tópicos, assim como nos subsequentes capítulos acerca do sítio histórico de Sobral.

No segundo tópico é traçado um panorama da preservação urbana mundial, tendo teóricos como principais expoentes, cuja produção intelectual sobre esse tema muito contribuiu para fomentar e aperfeiçoar a atuação da preservação do patrimônio cultural no Brasil através da criação do SPHAN em 1937.

No terceiro e último tópico é abordado como se deu o panorama da preservação urbana no Brasil, tendo o SPHAN como órgão pioneiro e responsável pela política de preservação nacional e auto definidor de quais são os conjuntos de bens sob sua tutela. Também é discutido o significado de patrimônio nacional atribuído pelo referido órgão, cuja definição, como o passar do tempo, altera e amplia o universo de bens protegidos, além de examinar o conceito de “cidades patrimônio” e suas variantes (monumento, documento, atração/empreendimento e instrumento).

“A cidade concebida como monumento consiste na supervalorização do componente estético, onde essa era concebida enquanto obra de arte” (SANT’ANNA, 1995, p. 117). A cidade documento foi compreendida como um “documento histórico, um objeto cultural vinculado a outros campos do conhecimento além da história da arte e da arquitetura (SANT’ANNA, 1995, p. 301). A cidade atração versa sobre a implantação da política de apropriação do patrimônio para o mercado de consumo (SANT’ANNA, 1995, p. 343). Por fim, a cidade instrumento trata da apropriação do patrimônio cultural como amparo e suporte para soerguimento socioeconômico voltado para o desenvolvimento local (DUARTE JUNIOR, 2012, p. 443).

1.1 Patrimônio, monumento, monumento histórico, bem cultural – conceitos iniciais

Françoise Choay (2001), historiadora das teorias e das formas urbanas e arquitetônicas na Universidade de Paris VIII, em sua obra “*A Alegoria do Patrimônio*”, reconstitui a concepção, ao longo do tempo, do que vem a ser patrimônio histórico. De acordo com a autora, a expressão designa:

[...] Um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. (CHOAY, 2001, p. 11).

Choay (2001, p. 11) arremata ainda que o patrimônio faz parte de uma herança que não para de crescer, ampliada por uma constante redefinição dos critérios de seleção, que perpassam pelo debate na comunidade. A inserção de novos sujeitos e atores para esse debate complexifica a discussão porque são assimilados novos elementos que requisitam novas soluções para as questões tipológicas, cronológicas e geográficas que emergem.

Do ponto de vista tipológico, o patrimônio não trata mais tão somente da preservação dos castelos, dos conventos e dos mosteiros. No caso brasileiro, discorre-se sobre as matrizes, as casas de câmara e cadeia, a arquitetura religiosa oficial ou de uma determinada classe social. Portanto, amplia-se o conjunto dessas tipologias arquitetônicas englobando ainda a arquitetura vernacular, industrial, das vilas operárias e residenciais, por exemplo.

Do ponto de vista cronológico, a atenção da preservação se dilata com a inserção de bens edificados cujo término de construção se deram em tempo próximo da contemporaneidade. De modo inclusivo, o Brasil foi um dos primeiros países cujo IPHAN, como órgão máximo de preservação do patrimônio, realizou tal ação ao tomba, por exemplo, o conjunto arquitetônico e paisagístico da Pampulha³⁸ e do Edifício Gustavo Capanema ou Palácio Capanema³⁹ (também largamente conhecido pelo seu uso original, o Ministério da Educação e Cultura, ou ainda como MEC) algumas décadas após a conclusão das obras.

³⁸ Tombado pelo Decreto nº 23.646, de 26 de junho de 1984. O imóvel foi construído no período de 1942 a 1944, teve o projeto assinado pelo arquiteto Oscar Niemeyer (1907-2012). Fonte: IPHAN/MG.

³⁹ Tombado pelo Decreto nº 48.400, de 23 de junho de 1960. O imóvel foi construído no período de 1936 a 1943, teve o projeto assinado pelos arquitetos Oscar Niemeyer (1907-2012), Lucio Costa (1902-1998), Afonso Eduardo Reidy (1909-1964), Jorge Machado Moreira (1904-1962), Ernani Mendes de Vasconcelos (1912-1989) e Carlos Azevedo Leão (1906-1983). Fonte: IPHAN/RJ.

Do ponto de vista geográfico, mesmo em um igual continente, há a influência diferenciada dos povos nativos e de culturas imigrantes, cujos centros antigos não podem ser entendidos como uma porção territorial uniforme. Heranças culturais, recursos naturais, modos de produção, estruturas socioeconômicas díspares determinaram diferenças entre os assentamentos urbanos e rurais dos diferentes países e em diferentes zonas dentro do mesmo país. Assim, constata-se que mesmo um só país não é uma unidade histórico-cultural. A tomar pelo Brasil – se no começo, as ações do IPHAN ocorreram nos estados onde se iniciou a colonização portuguesa como Bahia, Rio de Janeiro, Recife, Minas Gerais e São Paulo, hoje, a importância do patrimônio cultural se alastra em todo o país.

Soma-se ainda à definição do vocábulo patrimônio, de forma dilatada, por Castro (2008, p. 100), ao introduzir valores imateriais.

[...] todos os bens pertencentes a uma pessoa, a uma família, a um grupo de pessoas, a uma firma, a um município, a um estado, a uma nação e à própria humanidade. Geralmente, a referência é feita a bens materiais, mas também se ouve dizer patrimônio cultural, moral, político, intelectual etc.

Portanto, pode-se resumir que o conceito de “patrimônio” é algo que se coloca na perspectiva de valor, que é algo valioso, algo que importa conservar, algo que vale muito para alguém, para uma família, para uma comunidade, e que pode ser transmitido de geração para geração. Tramite a ideia de pertencimento de algo ou uma coisa material ou imaterial para alguém ou para um grande grupo de pessoas, e, por outro lado, transcende a sua condição de uso, pois além da função original da qual foi concebido, permite narrar a história e a passagem do tempo.

Já o conceito do termo “monumento”, conforme demonstra Choay (2001, p. 17-18), advém etimologicamente do latim “*monere*”, que significa advertir ou lembrar, sendo associado à referência emocional de uma memória viva. Ou seja, é algo que é construído e instalado intencionalmente no meio da sociedade ou em um objeto, do qual se faz referência a um determinado evento, acontecimento, personalidade ou algo que é caro a essa comunidade, suficiente para ser memorável. Todavia, a autora lembra que, quando se remete à sociedade, o monumento pode não se referir à sua totalidade, mas a determinadas parcelas do mesmo grupo.

[...] Chamar-se-á monumento tudo que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem

acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças, A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. (CHOAY, 2001, p. 18).

Assim, o conceito faz menção às técnicas construtivas que o constituem ou até mesmo a escala adquirida. Segundo a autora, “

[...] Hoje, o sentido de “monumento” evoluiu um pouco mais. Ao prazer suscitado pela beleza do edifício sucede-se o encantamento ou o espanto provocados pela proeza técnica e por uma visão moderna do colossal” (CHOAY, 2001, p. 19).

E, inclusive, conforme preconiza a Carta de Veneza (1964), há uma intrínseca e indissociável relação com o seu entorno, por mais singelos que esses sejam:

[...] A noção do monumento não é só a criação arquitetônica isolada, mas também a moldura em que está inserida. O monumento é inseparável do meio em que está situado e da história da qual é testemunho. Conseqüentemente, é conferido um valor cultural monumental tanto aos grandes conjuntos arquitetônicos quanto às obras modestas que adquiriram, no decorrer do tempo, significação cultural e humana (RABELLO, 2009, p. 92 *apud* CARTA DE VENEZA, 1964).

“Monumento histórico” se refere a bens que, não tendo a intenção original de se tornarem um monumento ou objeto de rememoração, transcendem-se àquilo que foi inicialmente projetado, convertendo-se em ícones de uma determinada sociedade ou comunidade com o passar do tempo. Choay (2001, p.25-26) cita uma definição concebida por Alois Riegl⁴⁰ para tal conceito:

[...] Todo o objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico, sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial. De modo inverso, cumpre lembrar que todo o artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função memorial. Quanto ao prazer proporcionado pela arte, tampouco é apanágio exclusivo do monumento.

Já o termo “bem cultural” se refere ao significado dado à coisa pela comunidade que a usufrui, seja essa um objeto, um lugar, um ofício ou uma celebração, para além dos valores econômicos e de troca, assim como de uso, enaltecendo o seu valor representativo. Nesse sentido, Fonseca (2005) informa:

⁴⁰ Historiador da arte vienense (1858-1905). Estabeleceu os princípios da história e da teoria da arte. Atuou como presidente da Comissão Austríaca dos Monumentos Históricos, sendo também encarregado de esboçar uma nova legislação para a conservação dos monumentos. Fonte: CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP. Estação Liberdade, 2001, p. 167.

[...] Ao se considerar um bem como bem cultural, ao lado de seu valor utilitário e econômico, (valor de uso quanto habitação, local de culto, ornamento etc.; e valor de troca, determinado pelo mercado), enfatiza-se seu valor simbólico, enquanto referência a significações da ordem da cultura. Na seleção e no uso dos materiais, no seu agenciamento, nas técnicas de construção e de elaboração, nos motivos, são aprendidas referências ao modo e às condições de produção desses bens, a um tempo, a um espaço, a uma organização social, a sistemas simbólicos. No caso dos bens patrimoniais selecionados por uma instituição estatal, considera-se que esse valor simbólico se refere fundamentalmente a uma identidade coletiva, cuja definição tem em vista unidades políticas (a nação, o estado, o município). (FONSECA, 2005, p.42).

Nesse último conceito, a autora demonstra o papel das instâncias governamentais cujo raio de relevância do bem cultural, ou seja, lastro de coletividade a qual a coisa representa, definirá o âmbito estatal de sua preservação.

Inclusive, Chuva (2011),⁴¹ informa o caráter dinâmico do conceito, que muda constantemente.

[...] Os valores identificados nos bens culturais, visando a sua patrimonialização, são atribuídos pelos homens e, portanto, não são permanentes, tampouco são intrínsecos aos objetos ou bens de qualquer natureza. Logo, os processos de patrimonialização de qualquer tipo de bem cultural de qualquer natureza devem colocar em destaque os sentidos e os significados atribuídos ao bem pelos grupos de identidade relacionados a ele. Contudo, os instrumentos a serem adotados para sua efetiva proteção ou salvaguarda podem variar e serem aprimorados de acordo com a natureza e o tipo do bem cultural (OLIVEIRA, 2015, p. 31 *apud* CHUVA, 2011, p. 163).

Neste tópico, os quatro conceitos apresentados servem para identificar e categorizar os tipos de bens que são mencionados durante a dissertação, permitindo melhor entender se, de fato ou em parte, cada um desses atende à sua classificação.

1.2 O panorama da preservação urbana mundial

Com relação à importância do patrimônio edificado, o trato da questão patrimonial surge durante o século XV, durante o período do Renascimento Italiano, época em que a preservação edilícia era cada vez mais consentida como arte e cultura, da qual, através do restauro das edificações, resguarda-se os

⁴¹ É Historiadora, professora associada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professora do Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO e do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Especialista em estudos de patrimônio, focando atualmente nas políticas de memória, patrimônio e museus em contextos pós-coloniais. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/9613240921309900>.

enquadramentos intelectuais, éticos e científicos de cada povo, conforme explana Choay (2001):

[...] Com efeito, durante as décadas de 1420 e 1430, travar-se-ia um diálogo sem precedentes entre artistas e humanistas. Os primeiros formam o olhar dos segundos, ensinando-lhes a ver com outros olhos. Por sua vez, estes últimos revelam aos arquitetos e aos escultores a perspectiva histórica e a riqueza da *humanitas* greco-romana, cujo conhecimento faz parte da sua visão das formas antigas adquire uma acuidade e uma profundidade inéditas (CHOAY, 2001, p. 49).

[...] artistas e humanistas demarcaram o território da arte, articulando-o com o da história para aí, instalar o monumento histórico. Mas nem por isso o novo olhar dos humanistas sobre a arquitetura e a escultura da Antiguidade Clássica implicam em um julgamento estético (CHOAY, 2001, p. 49-50).

Contudo, foi justamente na França, através da Revolução Francesa (1789-1799), que a conservação dos monumentos históricos foi entendida como a primeira ação estatal em seu patrimônio edificado, resultante de uma contra resposta à ação deletéria de revolucionários (jacobinos) em suprimir e destruir qualquer registro material que remetesse à memória da nobreza e do clero, como novamente afirma Choay (2001):

[...] Os monumentos demolidos, danificados ou desfigurados sob as ordens ou com o consentimento dos comitês revolucionários o são na medida em que simbolizam poderes e valores execrados, encarnados pelo clero, pela monarquia e pelos senhores feudais: manifestação de repúdio a um conjunto de bens cuja incorporação conspurcaria o patrimônio nacional impingindo-lhe emblemas de uma ordem finda (CHOAY, 2001, p. 108).

A experiência francesa com a questão da preservação edilícia, conferiu ao Estado a responsabilidade não somente de tratar a manutenção do acervo edificado, mas definiu aquilo que seria considerado monumento pelo país. Essa questão da definição dos monumentos na França do século XIX que viriam a simbolizar o Estado Nação, guarda estreita ligação com a política de definição dos territórios dos países e de novos países, a partir da junção de reinos que existiam. O patrimônio cultural, principalmente o edificado, foi visto pelos governos como algo que iria unificar esses novos países, organizando-os territorial e politicamente sob um único governo, fato que ajudou a definir o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional.

[...] Na França revolucionária, foi o valor nacional que legitimou todos os outros, dos quais é indissociável, e a cujo conjunto hierarquizado ele comunica seu poder afetivo (CHOAY, 2001, p. 117).

[...] Além disso, eles [os monumentos históricos] funcionam como introdução a uma pedagogia geral do civismo: os cidadãos são dotados de uma memória histórica que terá papel efetivo de memória viva, uma vez que mobilizará o sentimento de orgulho e superioridade nacionais (CHOAY, 2001, p. 117).

Recém saído da guerra do povo contra os nobres e a igreja, o Estado francês chamou a responsabilidade para si, a partir da constituição da Comissão de Monumentos Históricos,⁴² em 1837, a proteção de um determinado conjunto de bens considerados de grande interesse de preservação através da organização de serviços técnicos de recuperação, nos quais se incluiu, notadamente, a arquitetura medieval. Com a disponibilidade estatal de recursos financeiros e recursos humanos especializados, a referida Comissão fez valer a sua missão preservacionista na preservação desses edifícios impondo sua autoridade, favorecida pelo conhecimento adquirido sobre a arquitetura medieval e sobre o processo de estruturação das cidades da Europa Central.

[...] Os arquitetos do Conselho deram, pela primeira vez, a primazia à qualidade estética dos edifícios medievais e contribuíram para preparar o reconhecimento a partir da segunda década do século XIX, do valor artístico dos monumentos do passado (CHOAY, 2001, p. 123).

É nesse momento que surgem os principais restauradores e antagonistas que fomentaram as bases sobre os conceitos de preservação. Um desses restauradores foi Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, arquiteto muito influenciado pelo gótico, pioneiro do movimento moderno e um estudioso da arquitetura do passado, um dos profissionais designados pela Comissão para dirigir as obras de restauro na França. Talvez pela deficiência de profissionais que atuassem na área da preservação, ele se tornou uma autoridade no que se refere aos edifícios da antiguidade, cujos conhecimentos sobre o tema iriam lhe conferir prestígio e autonomia de atuação no mencionado órgão público, conforme informa Kühl (2000).

Viollet-le-Duc foi defensor da ideia do restauro estilístico, a partir de um amplo levantamento documental, e, passou a analisar as obras de arquitetura medieval, tanto no que se refere ao projeto da edificação quanto ao estilo arquitetônico e sua importância histórica no período. Portanto, contribuiu com o princípio de tornar necessário um aprofundamento profissional e técnico acerca dos estilos

⁴² Criada pela Circular de 10 de agosto de 1837, o órgão era responsável pelo procedimento de tombamento investido pela autoridade do Estado. Fonte: CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP. Estação Liberdade, 2001, p. 146.

arquitetônicos e formas adequadas de aplicação do restauro, com o objetivo principal de não danificar a obra. Todavia, o arquiteto seguia uma linha de pensamento contrária ao que estava sendo abordado durante o século XIX, tendo em vista que não respeitava modificações posteriores às obras edificadas, buscando pureza de estilo, seguindo uma estética idealizada que adotava a possibilidade de reconstituições de grande extensão. Postura essa vista por muitos arquitetos de sua época como inadequada, tendo em vista a adoção do conceito de falso histórico⁴³ nas obras de restauro, conforme novamente assevera Kühl (2000).

Em contrapartida, na Inglaterra estava ocorrendo o progresso da Revolução Industrial, iniciada em meados do século XVIII, cuja principal característica foi a ruptura do sistema tradicional de manufatura que concorreu para a transformação e degradação do ambiente natural. Nesse período, outro teórico veio a contribuir para a teoria da restauração, o escritor inglês John Ruskin, antípoda aos pensamentos de Viollet-le-Duc. Ruskin passou a difundir um restauro romântico em que afirmava que as edificações possuem ter um compromisso cultural de pertencimento do seu criador, portanto, os procedimentos de restauro desses bens não deveriam ocorrer, visto que a grandiosidade arquitetônica das obras é dada apenas pelo seu autor, pois “[...] o espírito do artífice morto não pode ser invocado, e intimado a dirigir outras mãos e outros pensamentos” (RUSKIN, 2008, p. 80).

Além disso, ele entendia que os arquitetos necessitavam construir de forma que suas obras não fossem passageiras, e sim que perdurassem em sua essência por muito tempo (RUSKIN, 2008). Ou seja, segundo John Ruskin, as residências devem durar por um período suficiente para que seus habitantes e descendentes possam perceber a memória do lugar, compreender de onde nasceram e como viviam seus antepassados,

[...] Caso os homens construíssem as suas próprias casas numa escala mais compatível com sua situação inicial, do que com suas realizações ao final de sua carreira mundana; e construíssem-nas para durar tanto quanto se pode esperar que dure a mais robusta obra humana; registrando para os seus filhos o que eles foram, e de onde – se isso lhes tiver sido permitido – eles ascenderam (RUSKIN, 2008, p. 59).

⁴³ Falso artístico ou falso histórico se traduz quando porções ou o objeto inteiro são reconstruídos através de conjecturas e hipóteses.

Logo, não é apenas o aspecto visual que importa, mas as relações sociais que se dão na edificação. Esse conceito foi adotado de forma mais ampla para os imóveis de valor histórico contidos nas cidades e aglomerados urbanos, pois de forma pioneira versa sobre a importância da história e da dinâmica social de cada local para além da própria arquitetura. Ainda de acordo com o escritor, para se cuidar da forma adequada dos monumentos, não é necessário restaurá-lo, já que muitas vezes a restauração desconfigura a edificação em questão, suprimindo partes de sua história, quando, para o resultado mais adequado, dever-se-ia manter a obra edificada intocada e autêntica (CHOAY, 2001, p. 160).

Mesmo com o desenvolvimento das teorias de John Ruskin de permitir que as obras edificadas envelheçam e pereçam, antagonicamente ainda eram bastante difundidos na Europa Central os conceitos e procedimentos intervencionistas e historicistas de Viollet-le-Duc, denotando que não havia unanimidade de pensamento sobre a restauração (CHOAY, 2001). Muito pelo contrário, quanto mais outros teóricos se aprofundavam sobre o assunto, novos questionamentos e entendimentos eram formulados.

Em decorrência do aprofundamento sobre a teoria e as técnicas de restauro, já no final do século XIX, na Itália, tem-se o destaque de Camillo Boito, com a difusão do restauro filológico, ou seja, com ênfase no valor documental, de postura mais questionadora e de maior amparo técnico com relação às teorias anteriores de Viollet-le-Duc e John Ruskin. Percursor do restauro moderno, Camilo Boito entende o projeto de restauro como a formulação de uma hipótese de trabalho que considera a diversidade de intervenções a realizar, em que se faz necessário o preparo intelectual e técnico do profissional da restauração sobre o objeto de intervenção (BOITO, 2008).

A John Ruskin, Camilo Boito deve sua concepção da conservação dos monumentos baseada na noção de autenticidade, na qual não se deve conservar apenas a pátina dos edifícios antigos, mas também as várias fases do monumento, excetuando-se situações cujos acréscimos fossem de qualidade estilística inferior à do edifício (BOITO, 2008). Já a Viollet-le-Duc, ele deve o entendimento da prioridade da realização de estudos históricos e técnicos sobre os monumentos, de forma aprofundada para cada estilo, para que não ocorra perdas impactantes nas obras. Acrescenta ainda a importância da adoção de uma metodologia científica e de técnicas distinguíveis, reversíveis e contemporâneas para destacar as obras em seu próprio tempo e do substrato original, afirmando, portanto, a legitimidade da

restauração; e a compreensão de que o restauro só deve ser praticado quando todos os meios de salvaguarda (manutenção, consolidação, consertos imperceptíveis), de caráter contínuo e periódico, tiverem fracassado, devendo ser essa a última opção a ser utilizada (BOITO, 2008).

As teorias de Camilo Boito foram amplamente difundidas como disciplina (ética e teórica), consolidadas em um conjunto de regras posteriormente empregadas na recuperação de imóveis destruídos durante a 1ª Guerra Mundial (1914-1918), conforme afirma Choay (2001), as quais ainda hoje são empregadas na temática do restauro.

Também na Itália, durante o início do século XX, tem-se o destaque de outro teórico do restauro moderno, Gustavo Giovannoni. Esse último foi reconhecido internacionalmente por ser um dos redatores da Carta de Atenas (1933),⁴⁴ promovendo um novo questionamento às práticas preservacionistas: a abordagem intervencionista não deveria se limitar ao monumento histórico cultural, mas englobaria o entorno onde esse se insere, ou seja, o seu contexto urbano. Tal postulado proporcionaria a proteção e a conservação dos monumentos, tanto em sua dimensão urbanística quanto em uma dimensão secundária, de uma arquitetura menor, pois, segundo o arquiteto, proteger áreas inteiras é uma forma de proteger o aspecto paisagístico dos monumentos consagrados (maiores) e domésticos (menores) contidos nela (CHOAY, 2001).

Inclusive, transcreve-se aqui um trecho da Conferência de 1931, em Atenas, de autoria de Gustavo Giovannoni, o qual ratifica a última assertiva.

[...] Um dos princípios fundamentais que amadureceram na Itália, e sobre o qual gostaria de chamar a atenção do Congresso, foi aquele de atribuir valor de monumento e de estender as providências de estudo e de conservação não apenas às obras mais significativas e de maior prestígio, mas também àquelas de importância secundária que ou pelo seu conjunto de monumento coletivo, ou pela relação com os edifícios mais grandiosos, ou pelo testemunho que nos oferecem da ordinária vida arquitetônica dos diversos períodos assumem interesse prevalentemente ambiental, seja no que diz respeito à arte ou às recordações históricas, seja em função urbanística.⁴⁵

⁴⁴ A Carta de Atenas é um documento de compromisso, datado de 1933, redigido e assinado por profissionais do campo da restauração como conclusão do Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos que ocorreu em Atenas, na Grécia, em outubro de 1931. Trata dos aspectos legais, os técnico-construtivos e os princípios norteadores da ação de conservação. Fonte: CURY, Isabelle. (org.). **Cartas Patrimoniais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

⁴⁵ Fonte: CABRAL, Rosana Fonseca. A dimensão urbana do patrimônio na Carta de Atenas de 1931. As contribuições da delegação italiana. **Vitruvius**. Arqtextos, n° 179.04, patrimônio, ano 15, maio de 2005. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/15.179/5531>. Acesso em agosto de 2020.

Ao justificar essa teoria, Gustavo Giovannoni questiona a forma do planejamento dos novos usos nos centros antigos das cidades e o desenvolvimento de novas áreas, criticando o que muito aconteceu no início do século XX com a destruição da morfologia antiga das cidades europeias para obras de alargamento de vias como uma das principais soluções para a higienização dos centros urbanos.

Para que essa relação ocorra de forma adequada, o arquiteto aborda em seu livro “*Vecchie Città ed Edilizia Nuova*”, como deve ocorrer o ordenamento urbano, face ao crescimento das cidades em conjunto com a restauração dos monumentos. Dessa forma, o teórico propôs que haja a análise aprofundada da morfologia urbana antiga, prevalecendo a infraestrutura e a rede de circulação local, evitando o tráfego intenso, assim como também a precedência de usos compatíveis com sua escala (moradias, comércio e serviços). A partir dessa conclusão, usos que extrapolam em dimensão e quantidade nessas zonas são planejados e construídos nos bairros novos, para promover a descentralização nas cidades, de forma que ainda ocorra uma conexão entre as duas zonas, sem resultar na destruição do patrimônio histórico remanescente. O arquiteto também entende ser recomendáveis reconstituições, quando necessárias, inclusive de conjuntos edificados, desde que não falseiem ou sejam enganosas, configurando-se em soluções paisagísticas meramente cenográficas. Ou seja, Gustavo Giovannoni – assim como John Ruskin e Camilo Boito – é contrário à prática do falso histórico, conforme aponta Choay (2001).

Os teóricos da área do restauro que foram listados neste tópico, evidenciam que os conceitos de conservação e proteção dos monumentos e monumentos históricos foram ressignificados e aprimorados desde o seu processo de concepção, alargando o campo de atuação das técnicas adotadas sobre diversos tipos de acervos monumentais, a fim de evitar, conforme cada caso, que não ocorram descaracterizações e perdas irreversíveis desses bens materiais. Tais teorias preservacionistas foram amplamente difundidas no Brasil, tendo o órgão SPHAN como pioneiro do tema.

1.3 O panorama da preservação urbana no Brasil

Através da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, em seu art. 46, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sendo a primeira

instituição brasileira responsável, de forma permanente, pela coordenação do processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro. A autarquia federal foi criada justamente 100 anos após a criação da Comissão de Monumentos Históricos, na França.

Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) foi o primeiro diretor do SPHAN, durante o período de 1937 a 1967, cuja gestão visava promover uma consciência nacional de preservação do patrimônio cultural do país. Sua primeira fase, conhecida como “heroica”, ocorreu durante a instauração do Estado Novo,⁴⁶ período marcado por uma intensa ação estatal com o intuito de organizar a vida social e política do país. Nessa época, o “patrimônio” foi utilizado estrategicamente para a construção de uma identidade nacional e de uma tradição brasileira considerada autêntica por uma elite intelectual, a qual, inclusive, compõe os quadros técnicos do SPHAN, conforme explana Fonseca (2005).

A primeira preocupação dos pioneiros do SPHAN foi exatamente eleger um conceito do que seria patrimônio brasileiro. Esses precursores estavam mais interessados na relação da colonização brasileira pelos portugueses, a entrada de cena dos escravos que foram trazidos da África para o Brasil, a presença dos índios e dos recursos autóctones que existiam no país. Como exemplo, Sant’Anna (1995) informa que as principais características de centros urbanos que atendiam essa classificação eram:

[...] homogeneidade do conjunto, com predominância da arquitetura típica dos séculos XVII e, principalmente, XVIII; integridade do conjunto, isto é, poucas alterações realizadas nos elementos arquitetônicos das edificações ou no sistema construtivo; e traçado urbanístico mais ou mesmo espontâneo, caracterizando o modo de urbanização predominante da América portuguesa durante o período colonial (SANT’ANNA, 1995, p. 177).

Neste contexto, as cidades mineiras tiveram destaque, pois tais detentores dos remanescentes da arquitetura barroca e da arte colonial brasileira se enquadravam na visão de um patrimônio nacional concebida pelos intelectuais modernistas do segundo quartel do século XX. Acervo material esse entendido como insubstituíveis monumentos artísticos, os quais comporiam um círculo muito restrito

⁴⁶ Regime político brasileiro instaurado por Getúlio Dornelles Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 31 de janeiro de 1946. Caracterizou-se pela centralização do poder político, nacionalismo e autoritarismo. Fonte: FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo** – Trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª Edição: Editora UFRJ. Minc/IPHAN, 2005, p. 86.

daquilo que era conhecido e considerado como Brasil (FONSECA, 2005, p. 99). Inclusive, os processos de seleção do que era patrimônio brasileiro pelo SPHAN ”

[...] não eram acessíveis à opinião pública, que aceitava a seleção e o modo de intervenção realizados pela instituição apenas com base na autoridade intelectual e moral dos seus agentes” (SANT’ANNA, 1995, p. 167).

A categorização atribuída para as ditas “cidades patrimônio” – ou seja, para as urbes e assentamentos urbanos que possuíam tal unidade estética, estilística, erudita e de excepcionalidade como definição de patrimônio cultural vinculada à visão dos intelectuais modernistas que integravam o SPHAN – foi denominada “cidades monumento”, dentre as quais se privilegia o objeto arquitetônico. Duarte Junior (2012) assevera complementarmente que essa definição se traduz em:

[...] cidades acabadas e exemplares do ponto de vista artístico, verdadeiras expressões museificadas da arquitetura barroca colonial. Se esta vertente da arte brasileira era intensamente valorizada pelos intelectuais modernistas, que se ocupavam ainda da renovação das artes no país, as demais manifestações arquitetônicas posteriores eram mal vistas e freqüentemente “corrigidas”, como aconteceu várias vezes nas cidades mineiras: edifícios neoclássicos, ecléticos, art-nouveau, art-déco eram freqüentemente alterados em suas linhas arquitetônicas para que se adequassem ao modelo predominante de arquitetura urbana. Entretanto, foi o rigor estético, associado ao profundo conhecimento, à qualidade do trabalho e à capacidade de argumentação desses pioneiros, cuja autoridade ninguém ousava afrontar em plena ditadura varguista, as causas que explicam a grande quantidade de bens de grande valor histórico e artístico protegidos e salvos de arruinamento iminente no período (DUARTE JUNIOR, 2012, p. 21 e 22).

Tais intelectuais não ponderavam que o panorama do país no período colonial e no império era de dificuldade de obtenção de recursos, materiais, financeiros e humanos. Tanto é fato que Minas Gerais era o centro da província, junto com o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, cujos ciclos econômicos foram muito mais vigorosos do que, por exemplo, o ciclo do gado no Ceará. Eram realidades completamente diferentes que iriam produzir arquiteturas completamente díspares, as quais se faziam ser compreendidas a partir da história e de seu contexto social.

Após a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade no DPHAN, tendo agora à frente Renato de Azevedo Duarte Soeiro (1911-1984), durante período de 1967 a 1979, o então IPHAN, na década de 1970, face às pressões do crescimento urbano

das cidades brasileiras decorrentes do “milagre econômico”,⁴⁷ e o aumento de bens tombados, levou esse a “buscar alternativas para a preservação do patrimônio através de uma gestão descentralizada e no seu aproveitamento econômico”, conforme assevera Sant’Anna (2017, p. 30). Portanto, em decorrência dos custos financeiros referentes à preservação do patrimônio nacional, o instituto passou a estreitar a

[...] relação entre valor cultural e valor econômico, e não apenas procurar convencer autoridades e sociedade do interesse público de preservar valores culturais, como ocorrera nas décadas anteriores. Essa afirmação foi feita em duas direções, seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado (FONSECA, 2005, p. 142).

Para tanto, ansiou-se pelo ministro da Educação e Cultura, Jarbas Gonçalves Passarinho (1920-2016), realizar uma rede federativa de instituições culturais coordenada pelo DPHAN, institucionalizada com os Encontros de Governadores para a Preservação do Patrimônio, realizados em Brasília, em 1970, e em Salvador, em 1971,⁴⁸ onde recomendou-se que:

[...] estados e municípios exercessem uma atuação supletiva à federal na proteção dos bens culturais de valor nacional e assumissem, sob a orientação técnica do então Dphan, a proteção dos bens de valor regional. Para atender a esse objetivo, estados e municípios deveriam criar, quando fosse o caso, instituições e legislação próprias (FONSECA, 2005, p.142-143).

Informação essa corroborada por Nascimento (2016), que explicita o seguinte:

[...] Uma das saídas foi o “transbordamento” de funções do Iphan com a criação de órgãos estaduais de preservação. Estes iriam compor o sistema de patrimônio no Brasil e atuar na atribuição de valor regional e nos interesses locais, aliviando a já notória sobrecarga de trabalho do Iphan (NASCIMENTO, 2016, p. 5 *apud* CAMPOFIORITO, 1985).

Tal intento não se realizou, pois com a omissão dos municípios e dos Estados com relação à preservação urbana, face à falta de recursos financeiros, administrativos, técnicos e humanos, incluindo questões políticas locais para criar

⁴⁷ Projeto [econômico] liberal entre os anos de 1968 a 1973, que tinha como princípios básicos: a separação entre política e economia; a não diferenciação da estrutura do Estado brasileiro para o de outros países; a ideia de que as raízes do nosso atraso estavam no populismo econômico e de que o papel do Estado seria apenas o de garantir estabilidade monetária e um modelo de tributação que incentivasse os investimentos (SILVEIRA, 2013a, p. 113 *apud* PRADO, 2003, p.17).

⁴⁸ Fonte: **Homenagem do Conselho Consultivo do IPHAN a Renato Soeiro**. IPHAN, 2005, p. 1.

instituições e legislações próprias, o IPHAN invocou para si a responsabilidade solitária de tombamento de uma série de cidades, sítios históricos e conjuntos urbanos através da incorporação de processos mais ampliados de valorização nacional, as quais não se enquadravam no conceito “cidade monumento”.

É nesse período que surge outra figura de cidade histórica a ser preservada, a “cidade documento”, que vai ser concebida como um instrumento de constituição e preservação de monumentos históricos nacionais, o qual passa a incorporar valores culturais mais amplos, de grupos sociais distintos e heterogêneos, acompanhados dos conceitos de entorno⁴⁹ e ambiência e da utilização social dos monumentos.

[...] O conceito de “cidades documento” revela que a importância não era mais conferida somente por um ideal de unidade estética ou por determinado conjunto de atrativos turísticos, mas pela capacidade dos objetos de concentrarem, em si, informações históricas (SANT’ANNA, 2017, p. 32).

[...] Em suma, a área urbana passou a ser percebida como um documento histórico, um objeto cultural vinculado também a história, à etnografia, à arqueologia, ao urbanismo e outras disciplinas, além da história da arte e da arquitetura, como era usual (SANT’ANNA, 1995, p. 301).

Em discordância ao conceito de excepcionalidade atribuído aos pioneiros do IPHAN, inserem-se outras tipologias de edifícios, outras expressões e outros segmentos da sociedade, reclamando a colaboração de outras ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental.

[...] O valor histórico incorporou as ideias e os conceitos da nova historiografia, especialmente a *École des Annales*, reforçando a compreensão dos bens culturais como testemunhos e fatos históricos que demandavam para a sua análise uma postura interdisciplinar. O valor artístico, por sua vez também se dilatou, incorporando os estilos antes considerados como não artísticos pelos cânones modernistas (SANT’ANNA, 1995, p. 302).

Com o advento da Nova República,⁵⁰ a partir da Constituição de 1988, o patrimônio histórico e artístico nacional recebeu uma ampla e generosa definição,

⁴⁹ “Área distinta do bem tombado, mas importante para sua apreensão, tanto por acomodá-lo num ambiente, formado com ele um cenário, quando por conter possíveis ameaças à sua integridade e visibilidade” (SANT’ANNA, 1995, p. 292-293).

⁵⁰ Período da História do Brasil que se seguiu ao fim da ditadura militar aos dias da redemocratização do país. Inclusive, muitos analistas defendem que o regime ditatorial instalado no Brasil, em 1964 só terminou com as eleições diretas para presidente em 1989. A Aliança Democrática que lançou a candidatura de Tancredo Neves e José Sarney foi nada menos do que uma negociação entre os militares e setores conservadores civis para uma transição “lenta, gradual e segura” dos grupos que se mantinham no poder, há vinte anos. Fonte: SILVEIRA, Edvanir Maia da. **Três décadas de Prado e**

decorrente das reformulações do seu conceito, passando a ser designado “patrimônio cultural”.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O Art. 216 da Constituição Federal de 1988 empreendeu uma transformação muito grande a respeito do significado de patrimônio histórico e artístico, transmutando-o em patrimônio cultural. Ou seja, todas as manifestações relacionadas à cultura passaram a fazer parte desse universo, pois, para além de uma classe social, uma expressão, uma tipologia arquitetônica, um conhecimento específico, esses bens pertenceriam a diversas classes que constituem uma sociedade.

É nesse período do início da década de 1990, com a diversificação do patrimônio cultural e o crescente poder do capital, que os sítios urbanos declarados patrimônios nacionais passaram a ser objetos de intervenção de obras e de empreendimentos públicos e privados, uma vez que tais espaços crescentemente serviam de veículos de suporte e comunicação para atrair investimentos como produto turístico e mercadológico, conforme explana Sant’Anna (2017).

[...] Sejam espaços construídos ou recuperados, as intervenções urbanas produzidas ou patrocinadas por marcas comerciais passaram a cumprir, de todo modo, uma função mercadológica de atrair a atenção e de mobilizar emoções caras ao público. Por essa razão, áreas históricas e empreendimentos que se apoiam em referências históricas tornaram-se tão adequados ao desenvolvimento desse tipo de estratégia. Apropriando-se de espaços construídos ou vazios, o *branding* passou a construir áreas que funcionassem como atrações urbanas (SANT’ANNA, 2017, p. 56).

Espaços esses que se tornaram destaque por suas qualidades arquitetônicas, espaciais, urbanísticas, paisagísticas diferenciadas e/ou únicas, pois,

[...] Quanto mais original, tomando o termo no seu sentido de “sem igual”, mais valor mercadológico passa a ter determinado lugar ou cidade. Nesse contexto, centro histórico ou conjunto histórico, passa a ser considerado um dos elementos indissociáveis da “cidade-emprego” (ALTHOFF, 2008, p. 46-47).

Com esse novo preceito, passaram as cidades patrimônio (monumentos ou documentos) a serem consideradas como “cidades atração”, pelo potencial de atrair empreendimentos e ativos financeiros, conforme novamente aponta Sant’Anna (2017):

[...] As intervenções de reconquista de áreas centrais promoveram o patrimônio, os anos 1990, por meio do apoio à realização de eventos e da divulgação das áreas “recuperadas” ou “requalificadas” como novas atrações urbanas. Esse tipo de operação mesclou-se às operações de conservação das áreas sob intervenção e utilizou estratégias de projeto que incluíram o uso da cor, técnicas de iluminação, introdução de objetos de impacto visual, de mobiliário e de sinalização que transformaram essas áreas em ambientes familiares e em verdadeiras peças publicitárias em 3D. Essas estratégias, aliadas a usos vinculados ao turismo, ao consumo e ao lazer, permitiram que os sítios recuperados funcionassem como atrações urbanas e instrumentos de marketing do setor, da cidade e de sua administração, neste último caso, com grande sucesso. Assim, a promoção do patrimônio realizou-se, naquele período, também no registro de sua apropriação midiática e econômica, o que fez com que os bens culturais funcionassem, simultaneamente, como objeto e meio de promoção. Essas operações, aliadas às de conservação, produziram as principais visibilidades que atualizaram e concretizaram a ideia de patrimônio urbano nos anos 1990 e induziram a uma concepção de cidade-patrimônio como cidade-atração (SANT’ANNA, 2017, p. 403-404).

Através do destaque dos sítios históricos e o entendimento de sua importância para o surgimento das cidades que os continham, a preservação, a gestão urbana e a atividade econômica começaram a ser tratadas como ferramentas do ponto de vista do planejamento dessas cidades patrimônio. Mesmo após mais de duas décadas, tal conceito se alinha com os preceitos das Normas de Quito⁵¹ (1967), cujo tópico V, transcreve-se:

V. VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DOS MONUMENTOS

[...] Partimos do pressuposto de que os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos da mesma forma que as riquezas naturais do país. Conseqüentemente, as medidas que levam a sua preservação e adequada utilização não só guardam relação com os planos de desenvolvimento, mas fazem ou devem fazer parte deles.

⁵¹ Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico. Organização dos Estados Americanos (OEA). Quito, novembro/dezembro de 1967.

Essa nova forma de pensar a gestão da cidade patrimônio avalia, portanto, como é possível gerar riqueza e referência de visitação, ao mesmo tempo que não expulsa a população tradicional dos setores mais antigos das cidades, garantindo-lhes a sua permanência. Pois, do contrário, além da perda material, simbólica e financeira, com o êxodo das comunidades tradicionais, vão também embora as manifestações culturais que reforçam o significado dessas áreas. O atual desafio dos centros antigos, portanto, é descobrir as novas vocações sustentáveis que garantirão o usufruto do espaço preservado e a manutenção das populações tradicionais nos seus lugares.

Duarte Junior (2012, p. 430) assevera o sítio histórico de Sobral como expoente cearense desse caso, “cidade instrumento”, onde houve por parte de seus gestores “a operação de transformar a preservação do patrimônio cultural em um dos contributos à recuperação da cidade e à promoção de sua gente”, uma vez que “[...] a preservação urbana não foi encarada como algo externo à planificação urbana e sim como uma ferramenta útil à recuperação e à valorização do ambiente urbano pelo compartilhamento da tutela da área” (DUARTE JUNIOR, 2012, p. 423).

O SH de Sobral, por fim, transmutado em “cidade instrumento” a partir de meados da década de 1990, traduz-se como porção territorial de onde o município se ampara, através do seu acervo edificado e logradouros públicos dotados de valor cultural, os serviços e demandas que a sua sede prescinde para se erguer administrativa e financeiramente. Portanto, não se trata somente de uma preocupação culturalista que justificou a presença, a manutenção e a preservação desses bens em Sobral. Trata-se, ao mesmo tempo, de uma ação por meio da qual o patrimônio cultural gera recursos econômicos que trazem benefícios às comunidades – entendimento esse que influencia a municipalidade desde sua gestão de 1997.

Todavia, apesar de Sobral ser uma cidade cujo sítio histórico foi apreciado sobre os conceitos de monumento (inicialmente), documento (em maior ênfase), atração e instrumento – conforme analisa Duarte Junior (2012) – mesmo ao abrigo desses princípios, seu conjunto urbano tombado vai reunir uma quantidade significativa de bens descaracterizados e desconformes, dotados de poucos edifícios preservados. Tal questão é o cerne dos problemas de falta de legibilidade, representatividade e legitimação do SH da cidade de Sobral por sua população. As incoerências e fragilidades da metodologia aplicada ao conceito de cidade documento

põem em xeque sua elevação à condição de patrimônio nacional, tema que será abordado nos capítulos III, IV e V subsequentes.

CAPÍTULO II

PROCESSO DE FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO URBANA DE SOBRAL/ARQUITETURA E URBANISMO EM SOBRAL

Neste capítulo, inicialmente, aborda-se: o surgimento do povoado no século XVIII que deu origem à Vila de Sobral; a evolução urbana da vila para cidade no início do século XIX; as transformações urbanas da segunda metade do século XIX que coincidem com o período imperial; o legado edificado da Diocese a partir de sua instalação no início do século XX; e a expansão urbana além do Centro na última metade do século.

O eixo das análises é relatar em perspectiva histórica quais foram os principais testemunhos edificados no Centro da sede municipal (monumentos e marcos urbanos), entre o último quartel do século XVIII até o fim do século XX, que perseveraram e alcançaram a contemporaneidade, a fim de demonstrar a exiguidade de exemplares edilícios existentes dessas épocas sobre a morfologia urbana setecentista existente.

2.1. O povoado que surgiu a partir de uma fazenda

Durante a o século XVIII, os primeiros colonos que chegaram ao Ceará vieram, principalmente das capitâneas hereditárias⁵² de Pernambuco, Bahia e Rio Grande, como etapa do processo de urbanização do território brasileiro. A principal atividade econômica eram as lavouras de cana-de-açúcar, que ocuparam grande extensões de terra nestas capitâneas e, em algumas regiões, era impeditivo

⁵² Em 1534 foram criadas 14 capitâneas hereditárias, a saber: Capitania do Maranhão (primeira secção), Capitania do Maranhão (segunda secção), Capitania do Ceará, Capitania do Rio Grande, Capitania de Itamaracá, Capitania de Pernambuco, Capitania da Baía de Todos os Santos, Capitania de Ilhéus, Capitania de Porto Seguro, Capitania do Espírito Santo, Capitania de São Tomé, Capitania de São Vicente, Capitania de Santo Amaro, Capitania de Santana. Esse sistema era baseado na concessão de grandes faixas de terra para um donatário, que passaria a ter total autonomia sobre aquele território e receberia privilégios econômicos, a quem cabia única e exclusivamente, iniciar e desenvolver centros populacionais. As Capitâneas Hereditárias surgem então como consequência de um grande esforço político do governo português em povoar e defender suas terras. Fonte: BENELLI, Yuri Moreira; INNOCENTINI, Thais Cristina; MATTOS, Enlison Henrique Carvalho de. Capitâneas Hereditárias e desenvolvimento econômico: herança colonial sobre desigualdades e instituições. **Pesquisa e Planejamento Econômico – PPE**, v. 42, nº 3, dezembro 2012, p. 438.

desenvolver outras atividades que pudessem rivalizar com a economia açucareira. A criação do gado era uma dessas atividades proibidas, pois os rebanhos necessitavam de grandes extensões de terra para pastar.

[...] A proibição da Coroa portuguesa de utilização dos espaços destinados à cultura canavieira pela pecuária impulsionou este avanço em direção ao sertão e sua localização, sobretudo nas áreas das ribeiras do Acaraú, Jaguaribe, Icó e Seará que demarcavam o território na segunda metade do século XVIII (JUCÁ NETO, 2012a, p. 25).

Já no Ceará, a ocupação no final do século XVII e durante o século XVIII criou duas correntes de penetração e povoamento do sertão cearense, de acordo com JUCÁ NETO (2012a):

[...] com o avanço do criatório do gado em duas vertentes, na referência de Capistrano, a dos “sertões de dentro” e a dos “sertões de fora”, A primeira, proveniente da Bahia em direção ao Piauí e depois para o Ceará e a outra, proveniente de Pernambuco, deslocando-se mais próxima do litoral e depois adentrando o interior do Ceará pelos caminhos úmidos do semiárido (JUCÁ NETO, 2012a, p. 25).

Portanto, o mesmo autor infere que

[...] Todo o processo [de ocupação] esteve diretamente associado à constituição dos fluxos das boiadas no sertão nordestino, à utilização dos caminhos trilhados pelos vaqueiros por parte dos portugueses, à criação de vilas em pontos estratégicos para atividade da pecuária nessas estradas coloniais (JUCÁ NETO, 2012, p. 37).

Os rios exerceram um imprescindível papel nesse processo de povoamento. No Ceará, o curso dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú foram as vias de interiorização da colonização mais utilizadas. Sobral e Icó reuniam as boiadas que iam para abate nas oficinas de salga no litoral, de onde voltavam com carne seca e couros que eram vendidas em Recife. Esse fato permitiu o surgimento de importantes povoados na província ao logo dos seus percursos. Essa informação é complementada novamente por Jucá Neto (2012), onde afirma-se que

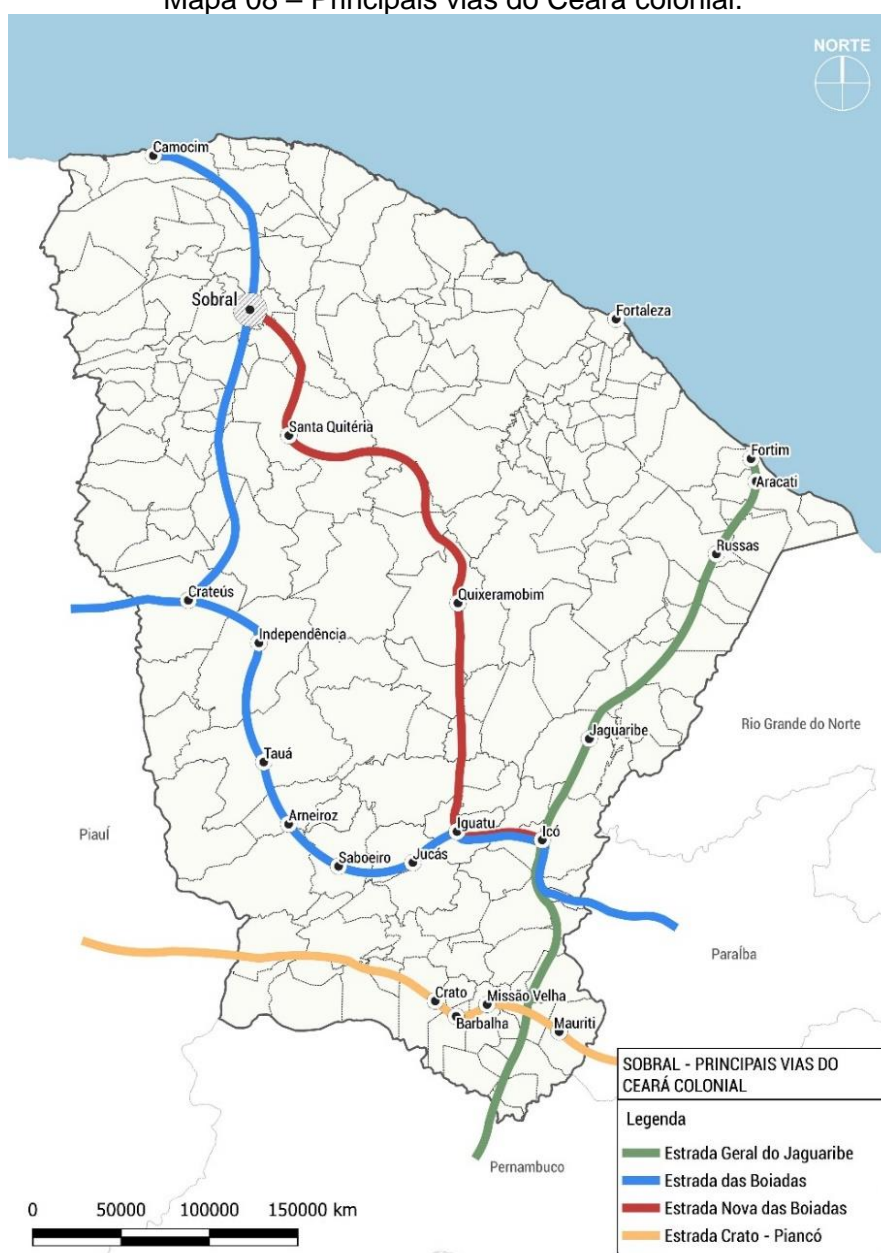
[...] No geral, as vilas achavam-se nos cruzamentos dos caminhos das boiadas, na foz dos rios – zonas portuárias – em suas margens, ou ainda, próximas às zonas propícias para a agricultura, na maioria das vezes em regiões serranas ou em suas proximidades (JUCÁ NETO, 2012a, p. 255).

[...] No conjunto de vilas fundadas, as vilas do Aracati, Icó e Sobral – esta, no último quartel do século XVIII – destacam-se na rede urbana criada em torno da

atividade da pecuária, por suas posições estratégicas no território. A primeira como principal porto do Ceará, exportador da carne salgada e do couro, e as outras duas, por suas posições privilegiadas no sertão, no cruzamento das principais estradas dos boiadeiros. Icó achava-se a meio caminho entre o Piauí e as feiras pernambucanas e paraibanas, e Sobral a meio caminho entre a Ibiapaba e o rio Jaguaribe, nas proximidades dos portos dos rios Acaraú e Coreaú (JUCÁ NETO, 2012a, p. 255).

A espacialização das três vilas é melhor apreendida no Mapa 08 que se segue, onde se identificam as principais vias do Ceará colonial, com destaque para Sobral, como um dos entrepostos de maior importância na região norte da capitania.

Mapa 08 – Principais vias do Ceará colonial.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume I. Folha 77.

Importante citar que esse sistema de ocupação do território decorre da ameaça de interesses econômicos lusitanos sobre a colônia, pois

[...] Portugal considerava a nova propriedade direta e exclusiva da coroa, pelas concessões papais, pelo tratado de limites incluído com a Espanha e pela prioridade do descobrimento. O rei tirava porcentagem dos gêneros levados para além-mar; os armadores queriam auferir lucros de seus esforços e capitais. A presença dos intrusos prejudicava-os a todos os respeitos: nos mercados europeus, oferecendo os gêneros a preços mais vantajosos, pois não tinham quintos a deduzir, e levando-os diretamente aos mercados consumidores, pois não eram obrigados a parar em Lisboa; nas terras brasílicas, conciliando as simpatias dos naturais, que os agasalhariam com maior carinho, poupar-lhes iam traições e aleives, dariam preferência nos carregamentos e se habituariam às mercadorias francesas. Ainda por cima havia a questão de princípio: Portugal não admitia a que os filhos de outra nação pusessem o pé em terras suas no além mar (ABREU, 1976, p. 30-31).

Dessa forma, visando produtividade para a coroa portuguesa, como estratégia de fixação do território e intencionando se estabelecer na região nordeste, essa outorgou a distribuição de sesmarias⁵³ entre os colonos, de modo que “[...] a criação de gados era a principal ocupação dos habitantes; a agricultura rudimentar reduzia-se à produção dos gêneros de consumo local, pois outros não pagariam as despesas de transporte” (ABREU, 1975, p.136).

Os pontos de reunião da boiadas em viagens para as oficinas de salga se davam nas ribeiras dos rios ou em locais de encontro de comboieiros de carne e peles⁵⁴ a caminho dos centros consumidores da zona canavieira. Além do proprietário, se fixavam também os trabalhadores nas fazendas de criação de gado.

[...] A experiência ensinou certos povoadores a estabelecerem-se pelos caminhos, a fazerem açudes, a plantarem mantimentos que não precisavam ser exportados, por que se vendiam na porta dos transeuntes, a comprarem as reses transviadas ou desfalecidas que, tratadas com cuidados, ou serviam à alimentação ou revendiam com lucro. Assim os caminhos foram se povoando lentamente. (ABREU, 1975, p.58).

⁵³ As sesmarias constituem o regime jurídico básico acerca da terra. Esse regime foi instituído no reinado de Fernando I como uma lei agrária de fomento da produção agrícola e do cultivo de terras ermas – reconquistadas pelos mouros ou deixadas ao abandono por conta do declínio da população rural dizimada pela peste negra ou rarefeita pelo êxodo em direção aos centros urbanos. Fonte: NOZOE, Nelson Hideiki. Sesmaria e apossamento de terras no Brasil Colônia. **Economia: revista da ANPEC**, Brasília, ANPEC, v. 7, n. 3, p. 587-605, 2006, p. 2. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf.

⁵⁴ As boiadas partiam de comboios a fim de se protegerem de saqueadores e índios bravios. Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL. **Sobral Patrimônio Nacional**. 2000, p. 13.

Na zona norte do território cearense, conforme explanam Rocha e Costa (2008), a atividade pecuarista tem início no Vale do Acaraú, em 1697.

[...] Os primeiros agentes econômicos modeladores do espaço de Sobral remontam ao século XVIII. Boiadeiros e fazendeiros estabeleceram uma gangorra de pesar gado, seguidos de clero secular com a instalação da Matriz do Curato. Somente depois que a região foi povoada nos primórdios dos setecentos passando a sediar a freguesia é que se registrou a tímida presença da Coroa portuguesa (ROCHA, 2017, p. 53).

No decorrer do século XVIII, foram se instalando várias outras fazendas no Vale do Acaraú. Nelas, além dos currais dos animais e da casa do proprietário – programa de necessidades associado ao sistema produtivo da economia – eram erguidas capelas e igrejas que tornavam pontos de convergência dos que moravam próximo ou estavam de passagem e, dessa maneira, formavam-se os povoados. Ou seja, espontaneamente, sem nenhum ato intencional de fundação, surgiam “[...] arraiais ou povoadores nascidos em locais de pesca, em pousos nos caminhos e seus cruzamentos, nos locais propícios para feiras, em lugares santos, em arrabaldes no entorno de conventos, entre outros pontos” (ORLANDO RIBEIRO, 1994, p. 496 *apud* JUCÁ NETO, 2007, p. 58).

Jucá Neto (2012b, p. 2), em um artigo publicado no Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, manifesta complementarmente que

[...] A instalação dos boiadeiros aliada à da Igreja – domesticando a população indígena que resistia à expansão do criatório – e à participação do Estado português – com a fundação das vilas significou a possibilidade de capitalização em torno da atividade comercial da pecuária.

A atividade pecuarista e com função comercial permitiu o desenvolvimento das populações dispersas no Vale do Acaraú, nas proximidades e na confluência dos pousos situados ao longo das estradas e das fazendas, onde se reuniam os tropeiros, garantindo, em 1722, a formação de uma freguesia.⁵⁵ Até 1742, a sede da freguesia ficava na capela da fazenda São José, quando, por indicação do Visitador Geral Pe. Lino Correia, foi transferida para a fazenda Caiçara, local onde se construiu a atual cidade de Sobral. A justificativa para a transferência da sede da freguesia da fazenda de São José para a fazenda da Caiçara foi de que o local tornou-se ponto de encontro

⁵⁵ Do vocábulo português, significa: igreja paroquial. Fonte: BLUTEAU, D. Rafael. **Diccionario da Lingua Portuguesa**. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 636.

para vaqueiros e comboieiros de charque e de peles e comerciantes que ofereciam produtos de outras regiões, conforme esclarecem Costa e Rocha (2008, p. 32).

Para que fosse cumprida a transferência de sede, o Capitão Antônio Rodrigues Magalhães, proprietário da fazenda Caiçara, doou 100 braças⁵⁶ de terra para a construção de uma capela em homenagem à Nossa Senhora da Conceição. A construção da Capela teve início em 1746, sob a orientação do padre Antônio Carvalho de Albuquerque, fato que atraiu novos moradores e intensificou o comércio pecuarista. A instalação de novas fazendas e moradas nas proximidades da capela demonstra que haviam dois lugares de suma importância dentro do sistema econômico das antigas vilas e cidades coloniais da capitania: as igrejas e a área de mercado. O comércio funcionava como vetor de fixação e expansão do território, já a igreja, conforme informa Jucá Neto (2007, p. 225), sob “o argumento da dispersão e a ideia de civilizar a população”, contribuía para agrupar esses povoados para melhor controlá-los.

Poucos anos após a sua construção, em 1772, a primitiva capela de Nossa Senhora da Conceição ruiu. Em 1778, uma nova igreja foi erguida ao lado do terreno da antiga capela, a 2,70m de sua antecessora,⁵⁷ sendo concluída em 1781. Suas obras de construção perduraram durante grande parte do século XIX, já com a Igreja Matriz em pleno funcionamento. Hoje se constitui na catedral de Sobral.

O local de construção do novo templo acabou por se transformar em importante polo de desenvolvimento urbano, uma vez que, como entreposto “[...] o curato⁵⁸ do Acaraú... tinha por centro a povoação, lugar então mais populoso, que pelo seu comércio, ainda em princípio, atraía os habitantes da ribeira que ali compravam e vendiam as suas mercadorias” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, 2000, p. 16).

Especialmente,

⁵⁶ Braça é uma antiga medida de comprimento equivalente a 2,20 metros linearmente. Apesar de antiga, ainda é usada atualmente e é compreendida por muitos trabalhadores rurais e outras pessoas envolvidas com o meio rural. Ao conjunto de 3.000 braças se dá o nome de légua. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bra%C3%A7a>. Acessado em 24 de outubro de 2019.

⁵⁷ Escavações realizadas no fim da década de 90 do século XX pelo professor Dr. Marcos Antônio Gomes de Mattos de Albuquerque – Coordenador do Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – revelaram os alicerces desse templo.

⁵⁸ Prática introduzida na região que trata da obrigação de se pagar ao Cura um boi por cada fazenda. É um termo de origem religiosa, que era usado antigamente para designar aldeias e povoados com condições necessárias para se tornar uma freguesia, ou seja, tornar-se o distrito de um município. Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL. **Sobral Patrimônio Nacional**. 2000, p. 16.

[...] a Igreja teve fundamental importância na consolidação do território de Sobral, convertendo a pequena Povoação da Caiçara em sede de freguesia na primeira metade do século XVIII, curando suas capelas filiais nos longínquos sertões, praias e serras, para onde acorriam grande parte das pessoas de desobriga nos Vales do Acaraú, Coreaú, Aracatiaçu, Aracati-Mirim e na margem esquerda do Rio Mundaú. A despeito dos sucessivos desmembramentos da freguesia, Sobral continuava sendo, no século XIX, a referência para novas paróquias que se formavam, pois, os novos registros de batismos, casamentos, contagem de almas etc. estavam vinculados aos livros da Matriz original (ROCHA, 2017, p. 60).

Costa e Rocha (2008, p. 33) informam que em 1746, na sede do Curato de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira do Acaraú em terras da Caiçara, foi levantada a primeira capela, onde as edificações pioneiras se aglomeravam em volta, servindo de habitação aos que lá trabalhavam e de estadia ocasional aos proprietários das fazendas de gado quando retornavam à vila aos domingos, durante os eventos litúrgicos que ocorriam no referido templo,⁵⁹ conforme indica o Mapa 09.

[...] Assim, a criação de gado; o estabelecimento da Igreja Católica, exercendo o controle sobre as pessoas e os grupos; e o comércio inicialmente de couro e depois de algodão, definiram durante o século XVIII, a ocupação do vale do Acaraú e a constituição do núcleo que viria a ser, mais tarde, a cidade de Sobral. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, 2000, p. 17).

Mapa 09 – Implantação da primeira capela de Sobral – século XVIII.

⁵⁹ ROCHA. Herbert de Vasconcelos. **O Lado Esquerdo do Rio**. São Paulo/Sobral: Editora Hucitec, 2003, p. 55.

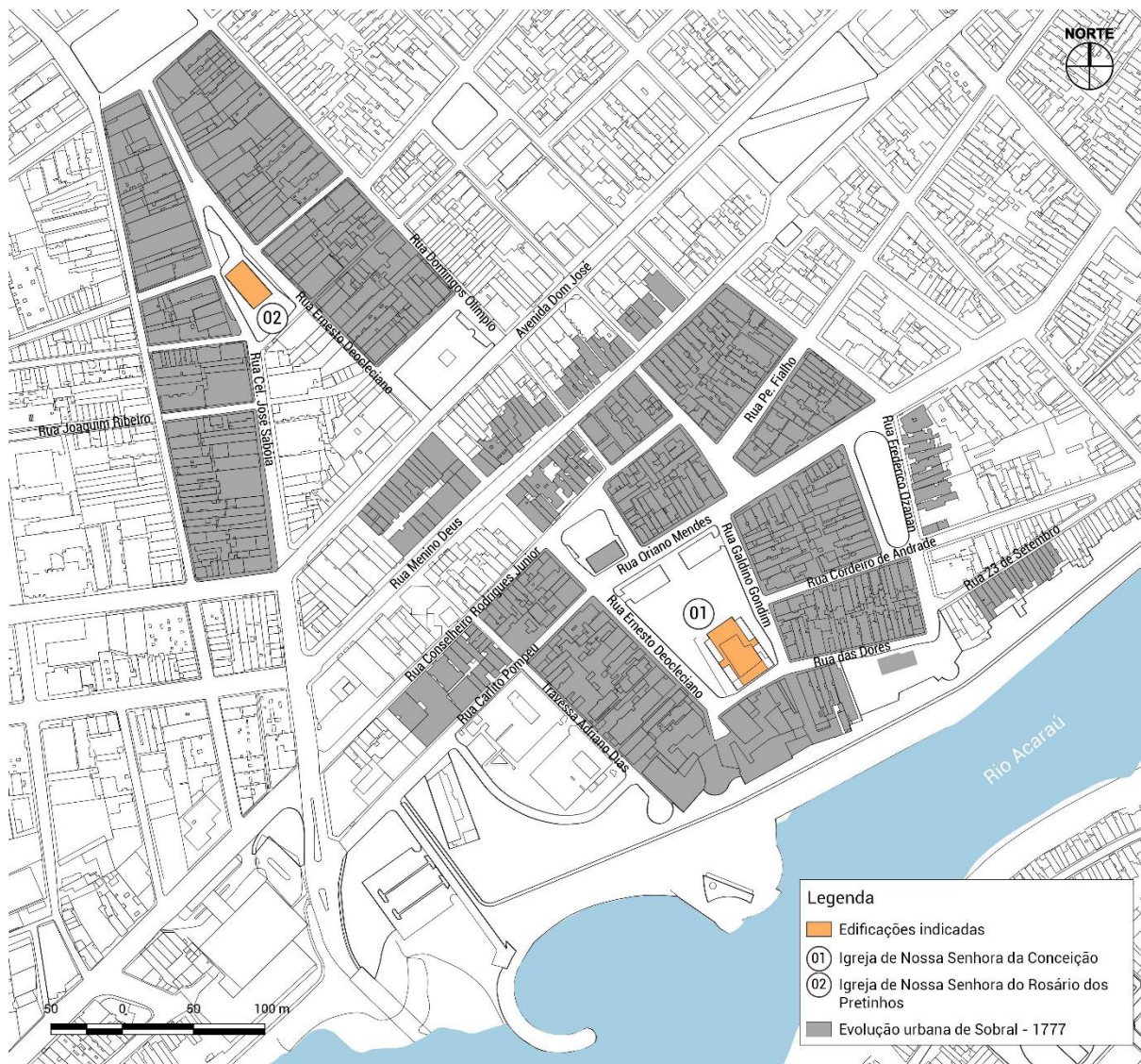


Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume I. Folha 96.

Trinta e cinco anos depois, em 1777, seria erigida na propriedade mais um templo católico, a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretinhos,⁶⁰ localizada em trecho de terreno mais ao norte, onde fixaram morada a mão de obra escrava, conforme indica o Mapa 10.

Mapa 10 – Localização dos dois principais núcleos urbanos de Sobral – último quartel do século XVIII.

⁶⁰ A igreja se coloca como um polo do percurso primitivo que partia da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, tendo como pontos intermediários o prédio da Câmara e a Praça Cel. José Sabóia (este último logradouro citado também é conhecido atualmente como a Praça da Coluna da Hora). Configura-se como o templo religioso mais antigo da cidade, o qual possui visadas estranguladas, resultante da configuração do seu entorno e da sua implantação entre as vias de traçado espontâneo (rua Ernesto Deocleciano e rua Cel. José Sabóia).



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume I. Folha 99.

Após a demolição da primeira capela, vizinha à capela que ruíu em 1762 (COSTA; ROCHA, 2008, p. 33), em 1778 foi iniciada, a construção da nave central daquela que se tornaria a atual Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. A obra foi concluída em 1781, tendo suas demais expansões continuadas durante grande parte do século XIX.⁶¹ Como explica Rocha (2017, p. 108), “

[...] a nova Matriz de N.S. da Conceição substituiu o pequeno templo que ruíra na primeira metade dos setecentos, e ainda estava sem torres, mas já tinha nave central e uma sacristia do lado nascente”.

⁶¹ ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense** – volume I. Fortaleza: Gráfica Editora Cearense, 1974.

À época, a carne do gado cearense abastecia outras capitanias da colônia e essa venda gerava um bom lucro aos criadores, sendo a pecuária responsável pela formação de um mercado interno na colônia. Porém, nos primeiros anos da instalação das fazendas de gado, a localização distante e dispersa das terras tornou-se um obstáculo ao desenvolvimento da economia pecuarista. O gado precisou ser tangido por quilômetros até o local de venda e muitos animais acabavam morrendo, fugindo ou emagrecendo durante o percurso, causando prejuízo aos criadores. Jucá Neto (2012a, p. 169) arremata que tal situação se intensificava com “[...] a conversão da pecuária em economia de subsistência, e, na medida em que as distâncias aumentavam, crescia ainda mais a tendência de uma redução da produtividade”.

[...] se já não bastassem, porém os problemas resultantes das grandes distâncias e da adversidade climática sertaneja, ainda era obrigatório o subsídio do sangue (GIRÃO, 1984, p. 105). Tratava-se de um subsídio militar, estabelecido pela Carta Régia de 15 de maio de 1654, que insidia sobre todo o gado – quatrocentos réis por boi e trezentos e vinte seis por vaca transportado para fora “da capitania ou que nela se consumissem, fossem nos açougues particulares, fosse na sustentação de lavradores e criadores” (GIRÃO, 2000, p. 116 *apud* JUCÁ NETO, 2012a, p. 178).

O problema só foi amenizado quando se descobriu que o uso do sal, um conservante natural, impedia que a carne do animal abatido se estragasse rapidamente. Inventou-se, portanto, a técnica do charque, que levou ao aumento dos lucros com a criação do rebanho de gado no Ceará. Conforme aponta Jucá Neto, (2012a, p. 179):

[...] As charqueadas do Ceará são explicadas como a alternativa econômica para o baixo rendimento da comercialização do boi em pé (NOBRE, 1977, 63), como forma de os proprietários das fazendas de gado livrarem-se do subsídio do sangue. (GIRÃO, 1962, p. 122) e, ainda como solução prática dos fazendeiros do litoral aracatiense concorrerem com os da ribeira do Icó, que favoreciam da sua proximidade geográfica com as feiras de Pernambuco e da Paraíba (NOBRE, 1877, p. 42 *apud* JUCÁ NETO, 2012a, p. 179).

Da fazenda Caiçara, assim como de outras fazendas de povoados vizinhos e ao longo do percurso da ribeira do Acaraú, saíram os animais para o abate nas oficinas de charque do litoral oeste, cuja mercadoria era salgada e exportada. Essa condição de entreposto tornou a referida fazenda em um ponto estratégico de convergência de comboieiros.

[...] Na Capitania, a atividade atendeu aos mercados consumidores da costa oriental brasileira de dois modos distintos: tanto pela remessa do gado em pé para as regiões açucareiras, como já abatido e salgado, através dos portos do litoral. No cruzamento dos caminhos das boiadas e nos locais do abate e da salga da carne, surgiram os primeiros aglomerados que serviram de suporte para implantação de uma incipiente rede urbana, com a instalação dos núcleos portugueses (JUCÁ NETO, 2007, p. 43-44).

Em meados do século XVIII, devido à intensa atividade comercial, Caiçara já se constituía um núcleo habitacional considerável,⁶² o que propiciou as condições para o povoado ser elevado à categoria de vila.

[...] a necessidade da existência de, no mínimo, 50 fogos na sede da povoação a ser transformada em vila. No início da década de setenta, a povoação já contava com 75 casas, o que indica uma relativa prosperidade, e com um núcleo estruturado que possibilitava a instalação de mais atividades e a atração de um número maior de pessoas (4ª COORDENAÇÃO REGIONAL DO IPHAN -CE/RN, 1998, p. 22).

A aglomeração dessas fazendas no espaço territorial do sertão no século XVIII, demonstra que a fazenda de gado no século XVIII não só cumpria diversas funções, além do criatório e do comércio pecuarista, mas atendia funções políticas das famílias que por lá se instalavam.

[...] sede das sesmarias, da unidade familiar, da atividade produtiva e onde se encontraram as condições propícias para os primeiros sinais de acumulação de renda no sertão. Foi também sede da vida política local, de toda autarquia sertaneja e suas famílias com poderes quase que absolutos e da rede de mandos e desmandos que pautou a estruturação do território. A fazenda de gado cumpriu o papel de defesa diante da população indígena ou perante outros sesmeiros na luta pela posse das terras. Em seu espaço, presenciou-se o processo de miscigenação e aculturação entre índios e brancos, de fundamental importância para a formação da sociedade cearense (JUCÁ NETO, 2007, p. 205).

A tecnologia empregada para erguer essas construções, conforme novamente expressa Jucá Neto (2007, p. 206), era “a própria expressão do meio físico e do novo sistema mercantil que se instalava nas ribeiras do sertão cearense”.

[...] uma casa grande diferente, mas como a dos engenhos ricos, índice dum tipo de civilização, a civilização cabocla dos currais do Nordeste. É um espécime arquitetural peculiar ao meio físico, construído com os materiais, as conveniências e as possibilidades do meio físico, refletindo a maneira imperativa da ambientação antropogeográfica do homem do Nordeste do Juazeiro, do

⁶² Vale ressaltar que, em 1776, já existiam 105 fazendas em torno de Sobral (BARBOSA, 2000, p. 14 *apud* COSTA; ROCHA, 2008, p. 33).

Nordeste da terra dura de que fala Gilberto Freire, o outro Nordeste pastoril, inconfundível com o Nordeste vaidoso da terra gorda, do massapé [...] (GIRÃO, 2000, p. 347 *apud* JUCÁ NETO, 2007, p. 206).

Com relação especificadamente às habitações setecentistas em adensamentos urbanos, a exemplo de Sobral, Rocha (2003, p. 54-55 *apud* CASTRO, 1973) relata que tais habitações possuíam as seguintes características (Figura 005 e Mapa 11):

[...] dimensões reduzidas dos lotes e dos pés direitos das fachadas de frente; envasaduras marcadas por requadros de madeira em barrotes de secção quadrada; às vezes, mesmo de tijolos com faixa ressaltada no reboco externo; portas e janelas com tabuado largo, com vergas levemente arqueadas; dobradiças de ferro forjado, presas às folhas por cravos quando sobre gonzos⁶³, chamados de cachimbos; armadores de redes como se fossem argolas; paredes de taipa, adobe e tijolos ligados por argamassa de barro, aparecem reforçadas muitas vezes por uma verdadeira estrutura independente de grossas linhas e de madeira; madeiramento geralmente de aroeira e de pau d'arco para peças "de ar", enquanto o cedro é empregado em portas e janelas; telhas grandes e pesadas, de barro cozido, com perfil em "v" e dispostas sobre encaibramento roliço ou de secção quadrada, lastreada por ripamento de peças próximas umas às outras; beiral arrematado por cachorros de secção sobredimensionada ou por cimalha de boca de telha, chamada de beira-sob-beira, solução essa conhecida popularmente no Ceará como beira sobeira e, em outras partes do país, como beira seveira.

Figura 005 – Imagem do casario setecentista a sudoeste da Praça da Igreja Matriz, situado à antiga rua Defronte à Cadeia; via que seria futuramente denominada de Randal Pompeu.



Fonte: Museu Dom José.

Mapa 11 – Localização do casario setecentista a sudoeste da Praça da Igreja Matriz referente à Figura 005.

⁶³ Designação de dobradiça; peça ou artefato feito em metal e sobre o qual o batente (porta ou janela) pode ser girado ou movimentado.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Destas edificações primitivas que remetem à instalação da Vila Distinta e Real de Sobral, que datam do período de estabelecimento da pecuária como principal motor da economia, a única edificação que perseverou até os dias atuais, mantendo grande parte de suas características primitivas, refere-se à casa que pertenceu ao Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchoa.⁶⁴ Além das funções militares, os capitães-mores eram responsáveis pela chefia da administração governamental da capitania.

⁶⁴ José de Xerez Furna Uchoa nasceu em 16 de setembro de 1722, mais especificamente na Zona da Mata, no Norte do estado de Pernambuco, na cidade de Goiana. Veio a se tornar Capitão-Mor da Ribeira do Acaraú. Também ocupou os postos de vereador e juiz da primeira câmara da Vila Distinta e Real de Sobral. Fonte: ARAÚJO, Edcarlos da Silva; RODRIGUES, Janaina Kelly. História de Vida do Capitão-Mor José de Xerez a Partir de Documentos Escritos. Sobral-CE (1722-1797). **Anais do Encontro Estadual de História do Ceará – EEHCE**. Universidade Estadual do Ceará - UECE. Fortaleza, 2016, p. 1.

[...] O Capitão-Mor, o Ouvidor e a Câmara eram as principais representações do poder Real, responsáveis pela organização e estabilidade político-administrativa das Vilas Coloniais. Cabia ao Capitão-Mor a responsabilidade pela função do exercício policial em seu respectivo distrito, sob inspeção geral do governador. Suas atribuições eram: informar ao Governador da Capitania dos casos ocorridos em sua Vila, acomodar desavenças chamando as partes envolvidas a resolver as questões, prender criminosos e julgá-los quando necessário, tomar conhecimento nos portos das embarcações que entravam e que saíam (GOMES, 2007, p. 297 *apud* ARAÚJO; RODRIGUES, 2016, p. 5-6).

Construída no último quartel do século XVIII, a residência fica situada na rua Randal Pompeu, a sudoeste da Praça da Matriz, a qual guarda as já mencionadas características das antigas habitações setecentistas, apresentando arquitetura rústica, própria da época em que as casas não eram vistas como símbolo de poder.

Inicialmente, a moradia era feita de taipa e chão batido, tendo na fachada duas portas que davam acesso a cômodos isolados, com uma janela entre os vãos. O telhado é constituído de duas águas, uma delas projetada na direção da rua por beirais encachorrados⁶⁵ em madeira, em cujas empenas laterais havia a presença de oitões livres e um quintal ao fundo que servia de curral. Havia um conjunto de estacas de madeira que dava suporte à taipa. No entanto, esse material foi substituído por paredes de tijolos ligados por argamassa com cal. O chão batido foi substituído por tijolos de barro assentados, cujo tipo de estrutura, no período, era sinônimo de conforto e de gente abastada. Enfim, a casa do Capitão-Mor mostra-se como uns dos principais testemunhos da formação primitiva da antiga Vila da Ribeira do Acaraú, pois uma antiga casa de taipa, construída em pleno século XVIII, conseguiu resistir às ações do tempo e das diversas ocupações a que serviu (Figura 006). Entretanto, foi o único exemplar edificado residencial preservado que persistiu até os dias atuais.

Figura 006 – Imagem da antiga Casa do Capitão Mor José de Xerez Furna Uchoa. Atualmente, é o Centro de Referência do Sítio Histórico de Sobral e sede do Escritório Técnico do IPHAN-CE.

⁶⁵ Peça de pedra ou madeira em balanço apoiada no frechal que tem a função de sustentar beiras de telhados. Em geral, é aparente e é frequentemente lavrada ou recortada, constituindo-se também em um elemento de ornamentação. Nas antigas construções, os beirais compostos por cachorros eram chamados de beiral ou beirada de cachorrada, ou beiral encachorrado. Fonte: LA PASTINA FILHO, José. **Manual de Conservação de Telhados**. Brasília: IPHAN / Monumenta, 1999, p. 17.



Elaboração: Alexandre Veras, 2004.

Além da Casa do Capitão-Mor, tem-se ainda como testemunhos edificadas do século XVIII a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (Figura 007) e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Figura 008), conforme informa o Mapa 12.

Figura 007 – Imagem da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.



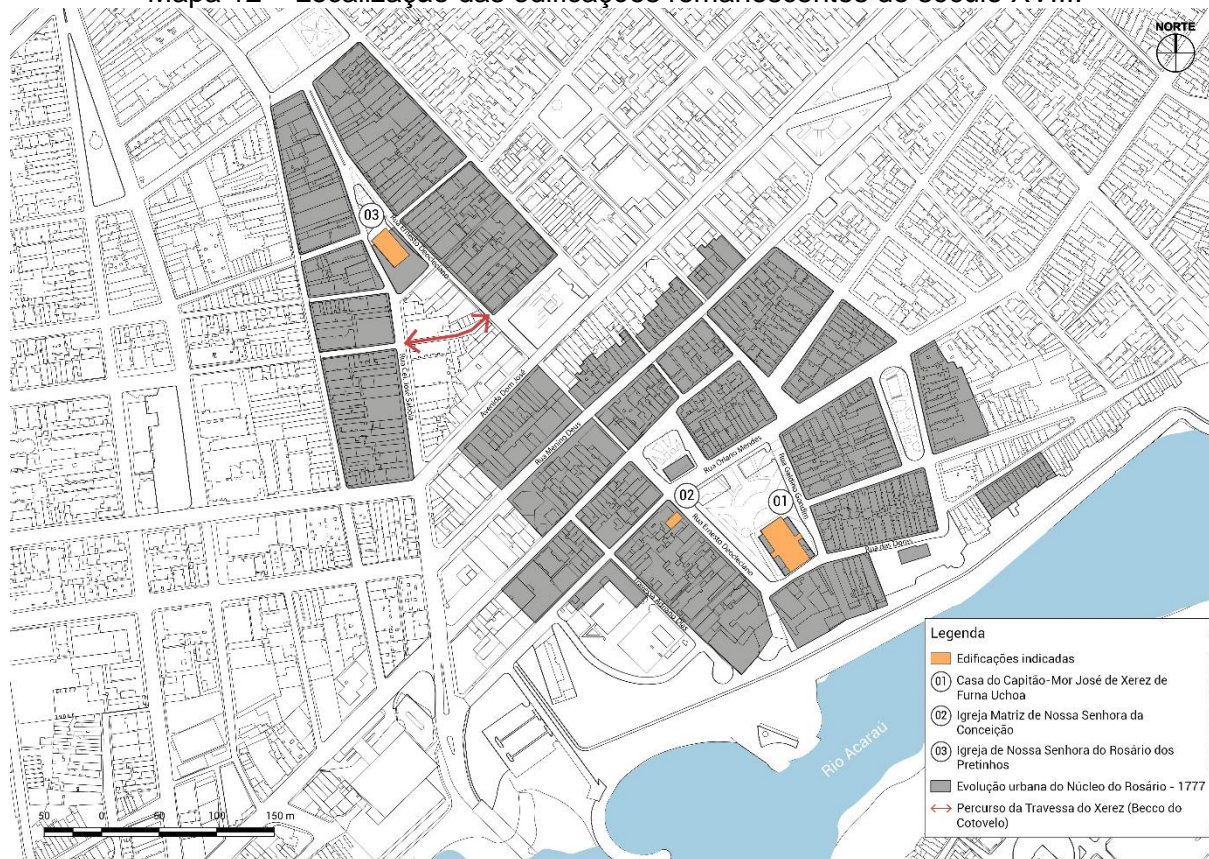
Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 008 – Imagem da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Mapa 12 – Localização das edificações remanescentes do século XVIII.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume I. Folha 99.

Do período dos setecentos, registram-se a presença de apenas três exemplares edificadas que remetem à fundação do antigo povoado da Caiçara que atingiram a contemporaneidade.

2.2. As edificações assobradadas da Vila de Sobral

Em 5 de julho de 1773, refletindo o interesse da coroa portuguesa em diminuir a ocorrência de conflitos e disputas locais provocadas pelo aumento populacional e conter a influência política da igreja, foi criada a Vila Distinta e Real de Sobral, ganhando foros de município. “

[...] Muitas dessas povoações se transformaram em vilas, cuja ereção figurava como instrumento político efetivo voltado para obter a cooperação dos senhores de terras, numa aparente divisão do poder real com essa categoria de súditos” (CASTRO, 1999, p. 39).

Com a instalação da Vila, ergueu-se a casa de câmara, o único edifício público da época, o qual simbolizava o poder municipal e, conjuntamente com a Igreja, o administrativo local. Nesse órgão público atuavam juizes ordinários, vereadores, procurador (advogado e defensor dos colonos), escrivão, tesoureiro e outros funcionários públicos.

[...] Com a criação das vilas, a estrutura administrativa dividiu-se em: câmaras, capitães-mores e ouvidores. As câmaras voltaram-se para tudo o que era ligado ao bem comum, inclusive a organização do espaço construído da cidade. Dentre outras funções, deveria regular as feiras, os mercados, o fluxo da produção, construir, reparar e conservar estradas, pontes e calçadas; além de arborizar, limpar as ruas e construir edifícios (GIRÃO, 2000, p. 102-103). Para tal, foi instituída uma série de impostos – os contratos, as derramas e as fintas, dentre outros – taxados sobre a produção da pecuária (JUCÁ NETO, 2007, p.212).

Em 1773, as poucas edificações existentes implantavam-se próximas da Igreja Matriz e seus arredores, compondo apenas doze ruas na vila, a saber: rua Nossa Senhora do Carmo (lado leste da Praça da Matriz); rua Detrás da Matriz (atual rua Vila das Flôres); rua Defronte da Matriz (atual rua Oriano Mendes); rua Defronte da Cadeia (atual rua Randal Pompeu); rua do Rio (continuação da atual rua das Flôres); rua Nossa Senhora dos Milagres (atual rua Conselheiro Rodrigues Júnior);

rua do Negócio (atual rua Menino Deus); rua Nossa Senhora do Bom Parto (atual rua Pe. Fialho); rua Beira Rio (atual rua Frederico Ozanan); rua da Campina da Jurema (atual rua Santo Antônio); rua Gangorra (atual rua Conselheiro Rodrigues Júnior); rua Defronte a Porta (atual rua Cordeiro de Andrade); e travessa da Matriz (atual rua Cordeiro de Andrade).⁶⁶

É importante ressaltar que, durante as primeiras décadas dos oitocentos, enquanto a Vila Distinta e Real de Sobral se desenvolvia nas cercanias da Igreja Matriz, diversas mudanças ocorriam na colônia no mesmo período. Neste lapso de tempo, sucedeu a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, e a proclamação da independência do Brasil por Dom Pedro I, em 1822.⁶⁷ A mudança de estado do Brasil colônia para império provocou muitas alterações na administração da vila.

No fim do século XVIII, no Ceará, ocorreu a transição da economia baseada na pecuária para o início do plantio da cultura do algodão. A mudança decorreu do “desejo e a necessidade de alargar a pauta de produção, até então restrita à pecuária extensiva” (CASTRO, 2014, p. 30), com incentivos ao cultivo do algodão pelo estado colonial e imperial.

[...] O cultivo do algodão era corrente em Pernambuco e no Maranhão. Nos anos finais do século XVIII, as lutas pela independência americana, provocaram escassez do produto no mercado internacional, já sob controle britânico, fato este indutor do aumento da produção brasileira, ao qual se juntou, na época, um posicionamento econômico lusitano de cunho fisiocrático. Sobre o mais, nos anos derradeiros daquele século, a Capitania se viu assolada por longa seca, quando o rebanho bovino foi em maior parte dizimado. A soma dessas ocorrências redundou na introdução e na expansão do plantio do algodão no Ceará (CASTRO, 2014, p. 29).

Depois da vinda da família real para o Brasil, portos brasileiros foram liberados para comercializar com outros países a partir do ano de 1808. Antes disso, os produtos

⁶⁶ Fonte: 4ª COORDENAÇÃO REGIONAL DO IPHAN (CE/RN). **Estudo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Sobral – Ceará**. Fortaleza, 1998, p 26.

⁶⁷ De uma colônia do Reino de Portugal, o Brasil tornou-se a sede do Império Português, em 1808, quando o então Príncipe Regente de Portugal, D. João VI, reagiu à invasão napoleônica de Portugal estabelecendo a si mesmo e a seu governo no Rio de Janeiro. João VI, em decorrência da Revolução do Porto, retornou a Portugal em 1821, deixando seu filho e herdeiro, Pedro, para governar o Reino do Brasil como regente. Em 7 de setembro de 1822, Pedro proclamou a independência do Brasil e, após liderar uma guerra bem-sucedida contra o reino de seu pai, foi aclamado em 12 de outubro do mesmo ano como Pedro I, primeiro imperador do Brasil, país vasto, etnicamente diverso, porém pouco povoado. Fonte: MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)**. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015.

portugueses só podiam ser vendidos diretamente para Portugal. Com a abertura comercial, os produtores de algodão no Ceará iniciaram a exportação desse produto para a Inglaterra. O comércio era lucrativo e o algodão tornou-se um produto comercialmente vantajoso. Interessados nos ganhos dessa transação, muitos pequenos e médios agricultores passaram a plantar algodão, inclusive, nas serras da Uruburetama e da Meruoca que, na época, faziam parte da Vila distinta e Real de Sobral (ROCHA, 2017, p. 24).

Os pecuaristas também se interessaram pelo negócio e converteram suas terras para a produção do algodão. Estes ficaram com uma parte da produção e os agricultores com a outra. Além disso, a rama algodoeira passou a ser usada na alimentação do gado.

Entretanto, também vale salientar que

[...] a exportação de carne do Ceará perdeu a sua força econômica na América Portuguesa ante a produção do charque no sul da Colônia. A partir daí, a economia cearense, por todo o século XIX, reproduziu a expansão da agricultura brasileira com o cultivo do algodão. A pecuária, sem a expressão do século XVIII, e o algodão em plena ascensão, abastecendo as indústrias têxteis inglesas, estabeleceram um binômio que deu sentido econômico ao Ceará do século XIX (JUCÁ NETO, 2007, p. 228-229).

Desse modo,

[...] O desenvolvimento econômico ocorrido com a atividade pecuarista e algodoeira possibilitou que Sobral se tornasse um importante centro comercial nas últimas décadas do século XVIII, o que favoreceu o surgimento de novas atividades. Uma dessas atividades foi o crescimento da produção artesanal de utensílios feitos de couro, algodão, palha, madeira, barro, entre outros materiais para o consumo próprio e para a venda. Quem levava os bois ou a carne para outros centros trazia mercadorias (desde tecidos a objetos para as casas) desses locais para vender ou trocar em Sobral (SANTOS; ARAÚJO; GALVÃO, 2011, p. 55).

Com o tempo, a dinamicidade e a prosperidade do comércio, somado à existência de um núcleo urbano estruturado, resultaram na necessidade da “instalação de mais atividades (dentre essas, a construção de residências, prédios públicos, casas de farinha, moendas e engenhos) e a atração de um número maior de pessoas”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, 2000, p. 15). Na primeira metade do século XIX, a vila de Sobral reunia toda a produção da região norte do Ceará, indo até o Piauí, conforme informa Castro (2014, p. 58): “

[...] Paralelamente à pecuária extensiva, o município também se dedicou à agricultura, mas a aglomeração urbana, favorecida por sua posição geográfica, tornou-se ponto de distribuição comercial no norte e no oeste da Província e no norte do Piauí”.

Em 12 de janeiro de 1842, a vila de Sobral foi elevada à condição de cidade, com o título Fidelíssima Cidade Januária do Acaraú. No ano seguinte, por decreto imperial, o nome Sobral foi restituído.⁶⁸ Em meados do século XIX, a cidade já era o centro de poder do Vale do Acaraú. Nela encontravam-se constituídos órgãos e entidades do setor público, privado, político e religioso, já então se constituindo em um centro comercial que polarizava toda a produção da região norte da província, destacando-se a presença de lojas e armazéns de tecidos e víveres.

Somado ao exposto, é importante citar o papel da Igreja na construção do desenho urbano da Vila, pois, conforme aponta Rocha (2017, p. 299), “[...] as construções de maior importância estavam ligadas à Igreja e aos agentes da pecuária, que por sua vez se faziam representar por suas Irmandades”.

[...] Segundo Vasconcelos (1997) o exame do papel da Igreja na modelagem do espaço brasileiro é analisado por sua estrutura hierárquica em duas vertentes: o clero secular – ligado à Coroa Portuguesa através do Padroado – e o clero regular – composto pelas ordens religiosas que gozavam de certa autonomia em relação ao Estado. Havia ainda as Irmandades, compostas por leigos que funcionavam com um braço operacional da Igreja junto à sociedade civil e vice-versa. No caso de Sobral os papéis da Igreja e das Irmandades na modelagem do espaço urbano estão intimamente ligados, de modo que compõe uma só categoria de agentes (ROCHA, 2017, p. 60).

No século XIX, as irmandades em Sobral

[...] eram associações de leigos, homens e mulheres, que tinham vários objetivos, seja de ajuda mútua, seja de caridade coletiva, e funcionavam também como bancos, realizando empréstimos. Tinham grande número de imóveis urbanos para rendimento de aluguéis (VASCONCELOS, 1997, p. 254 *apud* ROCHA, 2017, p. 63).

Tais associações promoveram a construção de igrejas e capelas em terrenos próximos ao núcleo primitivo da antiga Vila, o que desencadeou o despontamento de

⁶⁸ SANTOS, Lidia Noemia; ARAÚJO, Nicolai Vladimir Gonçalves de; GALVÃO, Roberto. **Construindo Sobral**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Governo do Estado do Ceará e Banco do Nordeste, 2011, p. 47.

três assentamentos na primeira metade dos oitocentos: o assentamento da Igreja do Menino Deus,⁶⁹ o assentamento da Igreja de Nossa Senhora das Dores⁷⁰ e o assentamento da capela de Santo Antônio.⁷¹

[...] No que diz respeito às edificações religiosas, a primeira metade do século XIX, em Sobral, se caracteriza pela transformação de alguns nichos de oração de igrejas. A Capela das Dores (1818) e a Igreja de Santo Antônio (1853) são exemplos dessa tendência. Merece registro a construção da Igreja do Menino Deus, iniciada em 1810, em decorrência da vinda para a cidade de freiras carmelitas e da criação de um pequeno convento (PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, 2000, p. 24).

Os novos templos recebiam como contrapartida pela sua implantação as benesses financeiras e feitorias urbanas decorrentes da expansão da malha urbana em direção às suas implantações. “

[...] As irmandades não cobraram indenizações pela abertura de ruas e praças nos patrimônios sob sua administração, pois certamente recebiam as vantagens econômicas do arruamento na geração de novos lotes foreiros” (ROCHA, 2017, p. 285-286).

A primeira expansão urbana de Sobral deu-se a partir da interligação de polos de adensamento populacional dispersos no território sobralense, irradiando-se a começar pela da Igreja do Rosário, o mais antigo templo religioso. A implantação Igreja Matriz, que foi construída poucos anos depois, explica em parte o traçado

⁶⁹ Com a construção iniciada na década de 1810, o templo possui uma implantação diferenciada, pois é um dos únicos edifícios antigos da área cuja implantação, ainda que parcialmente, volta-se para o rio Acaraú, estando com sua face norte voltada para a rua das Dores e sua face sul voltada para a margem esquerda do rio Acaraú. O acesso principal para o edifício é realizado pela fachada oeste voltada para o denominado “Largo das Dores”.

⁷⁰ Construída em 1818, o edifício possui uma implantação peculiar, uma vez que se localiza em uma esquina, no alinhamento da rua, sem afastamento de fundo, pois é conjugado com a residência das freiras que administram o templo. Na face sudeste do templo, há um pequeno afastamento formando um pátio lateral. O acesso principal é realizado pela rua Jornalista Deolindo Barreto, tendo ainda acessos secundários laterais pela rua Menino Deus.

⁷¹ Construída em 1853, a capela de dimensões reduzidas apresenta implantação em lote de esquina. Atualmente, foi incorporado em seu programa de necessidades uma escola de ensino fundamental e médio, resultando na alteração de volumetria (com o acréscimo de um pavimento superior sobre a edificação originalmente térrea), e na modificação tanto das suas duas fachadas quanto da distribuição interna do templo. Os poucos e principais elementos arquitetônicos que fazem menção à sua feição primitiva (como cunhais, cimalha e alguns vãos emoldurados com frisos decorados e impostas) estão integrados na sua fachada principal voltada para a rua Pe. Fialho.

irregular de suas ruas mais antigas. Aqui, cada um desses dois elementos gerou uma malha: “

[...] No Sobral, a malha urbana dividiu-se em setores organizados segundo os lados de um triângulo formado pelas vias primitivas que interligavam a Matriz, a igreja do Rosário e a gangorra do gado” (CASTRO, 2014, p. 22).

Fato que também é atestado por Rocha (2017, p. 28-29):

[...] No século XVIII, Sobral apresentava um desenho espontâneo, sem o apelo geométrico da urbanística portuguesa. Já no século XIX, a expansão do traçado urbano a leste e a oeste do núcleo original setecentista formou quadras ortogonais com certa tendência reticulada.

Quais são os traços de união entre as duas malhas mencionadas? Um destes traços é a rua Ernesto Deocleciano, que segue no sentido sudeste-noroeste. O outro elemento de interligação desses dois setores que resulta em um processo de acomodação do desenho das duas malhas é a travessa do Xerez, conhecida como Becco do Cotovelo (grafado assim mesmo, com 2 cês, pelos sobralenses).

[...] O Beco do Cotovelo parte ortogonalmente das ruas oblíquas velha [atual rua Cel. José Sabóia] e Nova do Rosário [atua rua Ernesto Deocleciano], formando inflexão no centro da quadra, conforme sugere a toponímia. O referido Beco é a evidência mais clara da costura dos traçados de tendência ortogonal que se desenvolveram a leste e a oeste da Igreja do Rosário (ROCHA, 2017, p. 214).

A regularização viária far-se-ia gradualmente, com a introdução de preceitos urbanísticos à época, em que, conforme ROCHA (2017, p. 292) “[...] questões decorrentes do crescimento populacional e econômico e das recorrentes epidemias emergiram como problemática urbana”. Portanto, “[...] as soluções [urbanísticas] apontavam para a urgência do crescimento ordenado acompanhado do aformoseamento da cidade”, ocorrida ali especialmente após a elevação da localidade à categoria de cidade, em 1842, dimanando o estabelecimento de um conjunto parcialmente harmônico entre os parcelamentos do solo na forma daqueles ditos espontâneos e naqueles em forma de xadrez.

[...] a maior característica da primeira metade do oitocentos foi, sem dúvida, o caráter econômico e simbólico conferido ao centro pelos sobrados e a implantação do Mercado, integrando os dois núcleos originais da cidade (Matriz

e Rosário) através das ruas Velha e Nova do Rosário e, reforçando a ligação entre elas, o Becco do Cotovelo, ou Travessa do Xerez. A atividade comercial foi, portanto, a articuladora da expansão e integração do espaço urbano sobralense daquela época. Somam-se a ela a nova concepção de traçado ortogonal e a valorização dos espaços que, diante da formação da burguesia comercial sobralense, iriam sofrer influências do requinte arquitetônico dessa nova classe social (ROCHA, 2003, p. 116).

Assim, Rocha (2017) arremata que o papel desse núcleo urbano oitocentista refletiu na regularidade de seu traçado:

[...] a expansão urbana em xadrez aconteceu apenas em Fortaleza. Afora a Capital, somente Sobral expandiu seu tecido a leste tendendo a uma retícula. A organização tardia do traçado do setor oeste, em decorrência da ocupação desordenada diretamente associada às atividades insalubres, baseou-se em planos previamente discutidos e elaborados, sendo executados ainda por coordenação (ROCHA, 2017, p. 292).

Com o desenvolvimento do comércio de exportação de produtos primários, especialmente do algodão, a introdução dos sobrados na paisagem urbana local (caracterizados funcionalmente pelo uso misto de seus espaços internos, isto é, com a utilização do piso térreo para venda de mercadorias e no piso superior para a habitação) no início da primeira metade do século XIX – correspondente à 1ª fase do ciclo comercial – é caracterizada por lotes de testada maior, edificações no alinhamento de rua, coberta de duas águas, telha manufaturada tipo capa e canal, esquadria de madeira tipo calha, beirais arrematados por cornija de massa saliente, reduzido número de portas e janelas e aparência mais pesada.⁷² Existe somente um edifício residencial remanescente desse período em Sobral, o denominado Sobrado Radier (Figura 009), antigo imóvel do Major João Pedro Bandeira de Melo, que, após descaracterizações pretéritas, teve suas feições primitivas recuperadas pelos seus atuais proprietários.

Dentre as edificações não residenciais construídas nesse período que ainda existem em Sobral, destacam-se a Igreja de Nossa Senhora das Dores (Figura 010),⁷³ a Igreja do Menino Deus (Figura 011) e a Casa de Câmara e Cadeia (Figura 012).⁷⁴

⁷² IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 226. O mesmo conteúdo também se encontra no Estudo de Tombamento Federal. Volume 1. Dezembro de 1997, p. 103.

⁷³ Em 1818, já há registros da existência da capela nos documentos da Câmara Municipal. Fonte: GIRÃO, Glória Giovana Saboya Mont'Alverne; SOARES, Maria Norma Maia. **Sobral** – história e vida. Sobral: EdUVA, 1997.

⁷⁴ Construída em 1877 com recursos dos Socorros Públicos, o decurso dessa obra se encontra retratado no romance “Luzia Homem”, de Domingos Olímpio. No século XIX, foi construído um segundo pavimento que lhe confere a atual volumetria. Hoje, destina-se exclusivamente às atividades da Câmara

Em meados do século XIX, em que ocorreu a 2ª fase do ciclo comercial, as edificações se diferenciaram daquelas da 1ª fase, com a adição de coberta de três ou quatro águas, fachadas arrematadas com platibandas ornamentadas, maior número de portas e janelas, aparência mais esbelta e a presença de vidro.⁷⁵ Desse período, tem-se poucos representantes restantes, como o Museu Diocesano Dom José (Figura 013),⁷⁶ o edifício da Casa da Cultura (Figura 014),⁷⁷ o anexo da Câmara Municipal (Figura 015),⁷⁸ o Solar Joaquim Lopes dos Santos (Figura 016),⁷⁹ o prédio que sediou a Academia Sobralense de Letras (Figura 017)⁸⁰ e a Casa Tavares (Figura 018),⁸¹ conforme informa o Mapa 13.

Mapa 13 – Localização das edificações remanescentes de meados do século XIX.

de Vereadores. Fonte: CASTRO, José Liberal de. (org.). **Exposição Comemorativa do Bicentenário de Sobral**. Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará: Sobral, 1973.

⁷⁵ IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 227.

⁷⁶ Construído na década de 1840, o antigo sobrado do Major João Pedro Bandeira de Melo abriga o Museu Dom José. Possui volumetria compacta, pesada, mesmo que suavizada pela expressiva quantidade de esquadrias que possui. Sua coberta se caracteriza pela presença de diversas águas arrematadas por platibandas. Sem nenhum recuo, os únicos espaços livres no lote são os vazios existentes no imóvel, muitos com função clara de iluminação e exaustão. Fonte: CASTRO, José Liberal de. (org.). **Exposição Comemorativa do Bicentenário de Sobral**. Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará: Sobral, 1973.

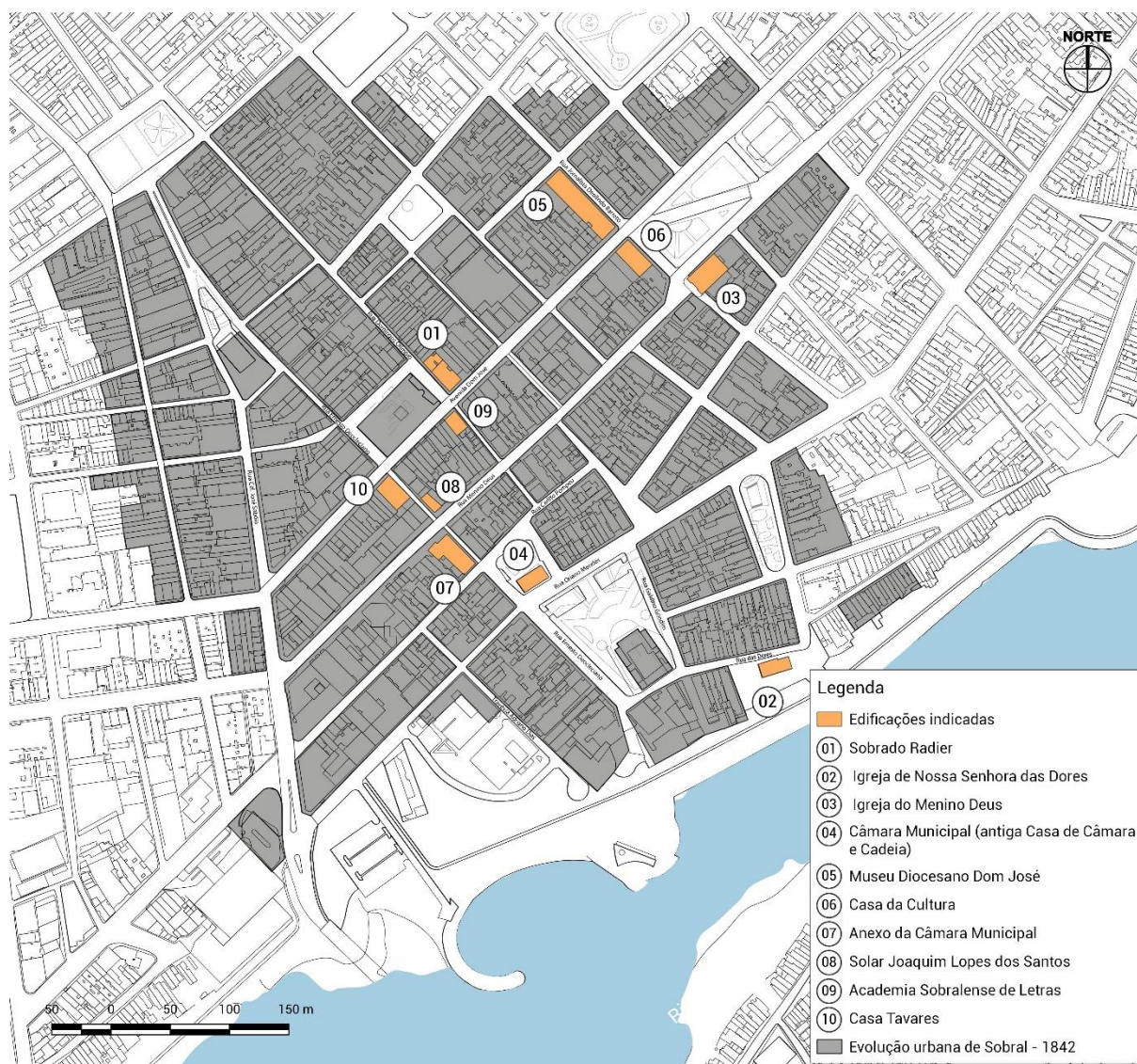
⁷⁷ Antigo imóvel do Pe. Francisco Jorge de Sousa. Fonte: ROCHA. Herbert de Vasconcelos. **O Lado Esquerdo do Rio**. São Paulo/Sobral: Editora Hucitec, 2003, p. 98.

⁷⁸ Antigo imóvel do Major Ângelo Ribeiro Duarte. Essa edificação foi reconstruída volumetricamente e inaugurada no ano de 2006, através de registros fotográficos que revelavam a sua feição primitiva. *Ibidem*, p. 99.

⁷⁹ Registra-se que parte dos vãos originais do pavimento térreo de ambas as fachadas desse imóvel foram alargados, alterando parcialmente o seu ritmo e as feições externas. *Ibidem*, p. 101. Todavia, Castro define o imóvel como “verdadeira jóia da arquitetura residencial cearense”. Fonte: CASTRO, José Liberal de. **Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará**. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1973, p. 31.

⁸⁰ Construído na década de 1830, caracteriza-se como um edifício de esquina em dois pavimentos cujo térreo é ocupado por uso comercial, inclusive no pavimento superior. A fachada do edifício é bastante vazada por esquadrias, tanto no térreo como no pavimento superior. Possui um grau de ornamentação baixo, restringindo-se a molduras nas esquadrias, frisos na platibanda e cunhais nas extremidades das fachadas. Sua implantação segue o modelo dos edifícios da mesma época, sem recuos frontais ou laterais.

⁸¹ O edifício que atualmente abriga a Casa Tavares fora descaracterizado principalmente no que diz respeito à tipologia das fachadas. A principal intervenção diz respeito às novas aberturas feitas no pavimento térreo da edificação que lhe fizeram perder por completo o ritmo original de vãos. Sua planta, apesar de concentrar-se na esquina da avenida Dom José com a rua Ernesto Deocleciano, possui desenho peculiar, dado que se prolonga em direção ao miolo da quadra, contrastando-se com o restante do imóvel. Apresenta no pavimento térreo vários estabelecimentos comerciais.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume I. Folha 100.

Figura 009 – Imagem do Sobrado Radier.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 010 – Imagem da Igreja de Nossa Senhora das Dores.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 011 – Imagem da Igreja do Menino Deus.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 012 – Imagem da Câmara Municipal (antiga Casa de Câmara e Cadeia).



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 013 – Imagem do Museu Diocesano Dom José.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 014 – Imagem da Casa da Cultura.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 015 – Imagem do anexo da Câmara Municipal.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 016 – Imagem do Solar Joaquim Lopes dos Santos.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 017 – Imagem da antiga Academia Sobralense de Letras.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 018 – Imagem da Casa Tavares.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Afora os 10 últimos imóveis citados neste tópico, são exíguas as edificações residenciais e comerciais representantes do início do século XIX ainda existentes, sendo perceptível, inclusive, a parcial descaracterização de alguns exemplares,

evidenciando o quão pouco resistiram às transformações e renovações urbanas das décadas subsequentes.

2.3. As edificações enobrecidas da segunda metade do século XIX

Até então marcada pela singeleza de suas formas e na parcimônia da utilização de atavios ou quaisquer requintes nos frontispícios de casas e edifícios públicos, a arquitetura sobralense veio a sofrer significativas transformações somente ao longo do período imperial da segunda metade do século XIX.

Castro (1977) enfatiza bem a simplicidade sertaneja dessa produção arquitetônica durante os oitocentos:

[...] Assim, a arquitetura antiga no Ceará evidenciará um caráter popular, nitidamente utilitário e claramente ecológico, mesmo em obras administrativas ou religiosas de maior pretensão. É, pois, compreensível admitir-se que, em caso tão especial, não se deva buscar arte nessa arquitetura, mas antes, admirá-la como um comovente testemunho material dos percalços enfrentados na penosa lida civilizatória dos sertões (CASTRO, 1977, p. 8).

Segundo Rocha (2017, p. 95), com o crescimento populacional, assuntos como salubridade, regularidade do traçado urbano e aformoseamento tornaram-se questões presentes nas principais cidades oitocentistas, cuja pauta foi tratada pelas posturas municipais da câmara de Sobral. As diretrizes tratavam do ordenamento urbanístico que objetivava sistematizar a expansão da cidade e a otimização das atividades comerciais através do alinhamento de ruas e da abertura de novas vias, além da inserção de vários equipamentos e serviços urbanos.

A salubridade em Sobral diz respeito à limpeza urbana, às atividades das salgadeiras, o abastecimento de água, o destino do esgoto, as soluções de drenagem, os edifícios insalubres, os novos locais das sepulturas. Temas que visavam tratar da ocorrência de epidemias (ROCHA, 2017).

[...] Com a abundância de chuvas, no terceiro quartel do oitocentos, as epidemias se tornaram mais recorrentes, notadamente as de febre amarela, pressionando o Estado no custeio de ações emergenciais de saúde pública e construção de cemitérios (ROCHA, 2017, p. 100).

A regularidade do traçado urbano consistia na hierarquização de vias e alinhamento de ruas, a fim de garantir a continuidade do traçado das futuras expansões (ROCHA, 2017).

[...] Em 1824 o traçado urbano de Sobral preocupava as autoridades que vendo com dissabor a irregularidade e falta de simetria, com que se tem organizado as ruas desta Villa contrataram o advogado português Antônio Joaquim Moura para se encarregar da perfeita regularidade e simetria no alinhamento e divisões das ruas (FROTA, 1995, p. 446 *apud* ROCHA, 2017, p. 190).

O aformoseamento do espaço citadino sobralense foi implementado na mesma época em outros centros brasileiros, através da qual importava a produção de cenários urbanos formados por edifícios de feições europeias e espaços urbanos paisagisticamente diferenciados, tratados aqui como símbolos de riqueza e modernização.

[...] O aformoseamento da Cidade passava por praças arborizadas e desempachadas de obstáculos ao livre trânsito. Alguns edifícios monumentais, tais como igrejas, o Teatro São João, sobrados e oitões enobrecidos, foram implantados no entorno das praças com a intenção de oferecer uma perspectiva agradável do conjunto, muitas vezes em contraste com o casario pré-existente de baixo padrão construtivo (ROCHA, 2017, p. 162).

O sobralense passou, então, a consumir produtos e adotar hábitos de grandes centros urbanos. As famílias mais abastadas costumavam enviar suas proles para estudar na Europa. Quando eles voltavam, traziam não só produtos, mas a circulação de ideias adquiridas no estrangeiro. Uma herança dessa aproximação, principalmente com a Europa, é a construção do Teatro São João,⁸² inaugurado em 1880, para receber óperas italianas e outras companhias de artistas europeus.

[...] As questões relativas ao embelezamento do núcleo foram selecionadas a partir do sentido atribuído a elas pela classe dirigente, não só nas evidenciadas

⁸² Construído em 1875, o teatro implanta-se em toda uma quadra, estando lindeiro à travessa da praça homônima e a rua Cel. Mont'Alverne. Já as fachadas laterais possuem um grande recuo delimitado por jardins cercados por gradis. Liberal de Castro destaca a solução dada ao frontispício neoclássico em arco, desenho de João José da Veiga Braga, primo de Domingos Olímpio, também autor da Cadeia Pública e das já inexistentes tribunas da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. A afirmação de alguns autores de que o projeto teria por modelo o Teatro Santa Isabel, do Recife, é contestada por Herbert Rocha, o qual afirma: "A fachada do São João, em uma única volumetria, é sua principal característica, cujo frontão em arco rompia com o paradigma do frontão triangular sem, entretanto, fugir ao desenho de padrão neoclássico. Esta originalidade torna o São João um exemplar raro no Brasil". Fonte: ROCHA, Herbert de Vasconcelos. **O Lado Esquerdo do Rio**. São Paulo/Sobral: Editora Hucitec, 2003, p. 127-129.

Atas da Câmara Municipal como também na literatura que indicava o Teatro como símbolo de modernidade Oitocentista. (ROCHA, 2017, p. 161).

Também não há como negar a importância da conclusão da Estrada de Ferro Sobral-Camocim iniciada a partir do ano de 1881,⁸³ uma iniciativa do governo Imperial cuja finalidade precípua era socorrer os flagelados da seca que começara em 1877, cujos efeitos sobre as possibilidades de intercâmbio comercial e os hábitos culturais locais fizeram-se sentir intensamente no meio urbano.

[...] Construída no tempo da calamitosa secca de 1877, a sua directriz, ligando o porto de Camocim à cidade de Sobral foi somente justificada pela necessidade da condução de socorros à população do norte da província, quando de novo flagelada por essa calamidade e pela conveniência de socorrer os famintos que habitavam esta zona trocando o salário pela esmola e prevenindo a aglomeração de toda a população na capital. (ALMEIDA, 1886 *apud* OLIVEIRA, 1994, p. 99).

O estabelecimento da estação ferroviária trouxe à cidade de Sobral o desenvolvimento econômico decorrente da novidade tecnológica. Através da ferrovia, chegavam pessoas ilustres e parentes distantes e transportava-se a produção de farinha de mandioca, algodão, arroz, milho, café, charque, peles, couro e outros produtos advindos de inúmeros engenhos e de fazendas pelo interior da zona norte do Estado, além do material fabril e dos produtos manufaturados. Chegavam também, através da ferrovia, novos códigos de sociabilidade, alterando os hábitos e costumes citadinos e até mesmo rurais como consequência do dinamismo do processo, não deixando de exercer uma influência direta além das áreas onde se instalava, conforme aponta Rocha (2003):

[...] o binário econômico formado por Sobral e Camocim era um exemplo de como as estradas de ferro implantaram no Brasil para atender o comércio e a partir da navegação de cabotagem e o mercado exterior que sustentava os interesses da indústria inglesa (ROCHA, 2003, p. 121).

⁸³ A primeira concessão para a construção de estradas de ferro no Ceará deu-se com o decreto nº 1983, de 3 de outubro de 1857, concedida à companhia Thomaz Dixon Lowdem. Para a exploração por um período de 50 anos no extremo norte da província cearense, esse empreendimento deveria construir uma via férrea a qual, partindo de Camocim e imediações de Granja, seguiria para o Ipu, passando por Sobral. Fonte: LIMA, Francisco de Assis Silva de; PEREIRA, José Hamilton. **Estradas de ferro no Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2007, p. 31.

Ratificam Girão e Soares (1997, p. 118) que: “[...] a estrada contribuiu decisivamente para fazer de Sobral o polo hegemônico da Zona Norte do Ceará, uma vez que a entrada de mercadorias no estado era feita pelo Porto de Camocim”.

Já Rocha (2017), novamente acrescenta que a

[...] Estrada de Ferro de Sobral levava para o porto de Camocim a produção noroeste cearense a partir de 1882. Camocim não obscureceu a importância de Sobral como entreposto, ao contrário, a Cidade chegou ao fim do período imperial com sua posição econômica e político-administrativa consolidada (ROCHA, 2017, p. 292).

Entende-se que o testemunho do momento da implantação e do estabelecimento da linha férrea não se comprova somente pelas próprias edificações da rede ferroviária propriamente dita, mas também pela materialização de ações empreendedoras do poder público e de segmentos da sociedade através da realização de intervenções planejadas no espaço urbano pelo percurso dos trens.

[...] quatro propostas que interferiram no desenho de expansão da Cidade, todas elas da segunda metade do século XIX. A primeira foi do matemático Raja Gabaglia em 1861 que, possivelmente, estruturou o crescimento do tecido urbano a leste. Em 1870 duas propostas antagônicas foram contratadas, ambas focadas na expansão a oeste: uma de autoria do coordenador Paula Quixadá e outra do engenheiro Jorge Ehrhardt, a qual resultou contemplando também o setor leste. Por fim, um plano de menor escala para integração das vias urbanas de acesso à Estação do Trem foi contratado a Rocha Dias, Engenheiro-Chefe da Estrada de Ferro (ROCHA, 2017, p. 234).

Com relação à estação ferroviária,⁸⁴ quando construída em 1882, o equipamento se reverteu em um vetor de expansão de Sobral, a qual, por se localizar em uma área mais afastada do núcleo inicial da cidade, em seu extremo oeste, não causou interferências no desenho urbano oitocentista.

[...] A implantação da Estação Ferroviária em 1882, fora dos limites da Cidade à época, foi indutora da ocupação do setor oeste, porém, o prédio no sítio onde foi construído não influenciou no desenho da Cidade. [...] A caminho da Estação foi construída a Igreja de N. Sra. do Patrocínio, com praça defronte, encerrando a lista de construções institucionais do período imperial em 1885. As

⁸⁴ A edificação contém dois pavimentos, sendo que o térreo possui dimensões maiores que o superior. No primeiro pavimento, há a presença de grandes vãos em arco pleno, enquanto no pavimento superior, sobrepondo-se no centro do primeiro, os vãos abrangem dimensões menores. O edifício apresenta em sua entrada um alpendre e oposto a este, na fachada oeste, a cobertura se prolonga formando uma área de abrigo voltada para a linha férrea.

consequências modernizadoras da chegada da ferrovia avançam no período republicano e ensejam uma outra história (ROCHA, 2017, p. 299).

Com relação à arquitetura, na segunda metade do século XIX, os novos imóveis residenciais empregavam o uso dos sótãos das esquinas, valorizando artisticamente os oitões, o que lhes conferiu a denominação de “enobrecidos”. Esses imóveis localizavam-se de preferência nas esquinas, apresentavam cobertas de duas águas, oitões valorizados com portas e gradis de ferro e havia neles a presença de pátios (em alguns casos com vista para a rua). O mais expressivo exemplar é o Patronato Maria Imaculada⁸⁵ (Figura 019), que, dentro da quadra inteira que ocupa, mantém preservada a arquitetura de sua porção mais antiga. Ainda há a presença de alguns poucos exemplares dessa tipologia, em graus variáveis de estado de preservação.

Figura 019 – Imagem do Patronato Maria Imaculada.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Para tais tipologias, Castro (1973, p. 22) esclarece que

⁸⁵ Construído na década de 1880, o antigo Solar Fernandes Mendes possui elevação principal revestida de azulejos, arcaria neoclássica, dois amplos pátios internos separados por uma ala de salas de aula, oitão valorizado com frontão e platibanda ondulada. Fonte: DUARTE JUNIOR, Romeu. **Sítios Históricos Brasileiros: Monumento, Documento, Empreendimento e Instrumento – O Caso de Sobral-CE.** São Paulo: FAUUSP, 2012, p. 420.

[...] muitas vezes as cobertas tradicionais de duas águas foram mantidas, oferecendo-se, porém, em troca, tratamento especial às empenas dos oitões, curiosamente transformadas e valorizadas como frontões, articulados ao restante da fachada por meio de janela ou janelas. Esta solução de compromisso entre o passado e o presente impressionava a sensibilidade daqueles que, como Antônio Bezerra, visitavam a cidade no último quartel do século XIX (BEZERRA, 1965, p. 306 *apud* CASTRO, 1973, p. 22).

Castro também arremata que tal solução arquitetônica em Sobral anuncia a perda de prestígio da tipologia do sobrado,

[...] por força da expansão urbana e da busca de novas maneiras mais requintadas de viver [...] Tratavam-se de uma adaptação aos lotes mais largos e distantes do Centro antigo, cujas empenas laterais, agora adornadas e utilizando o desvão entre a coberta como pavimento superior útil, se abriam para as ruas e travessas ao gosto de uma emergente burguesia que se fazia diferenciar na sociedade (CASTRO, 1973, p. 21).

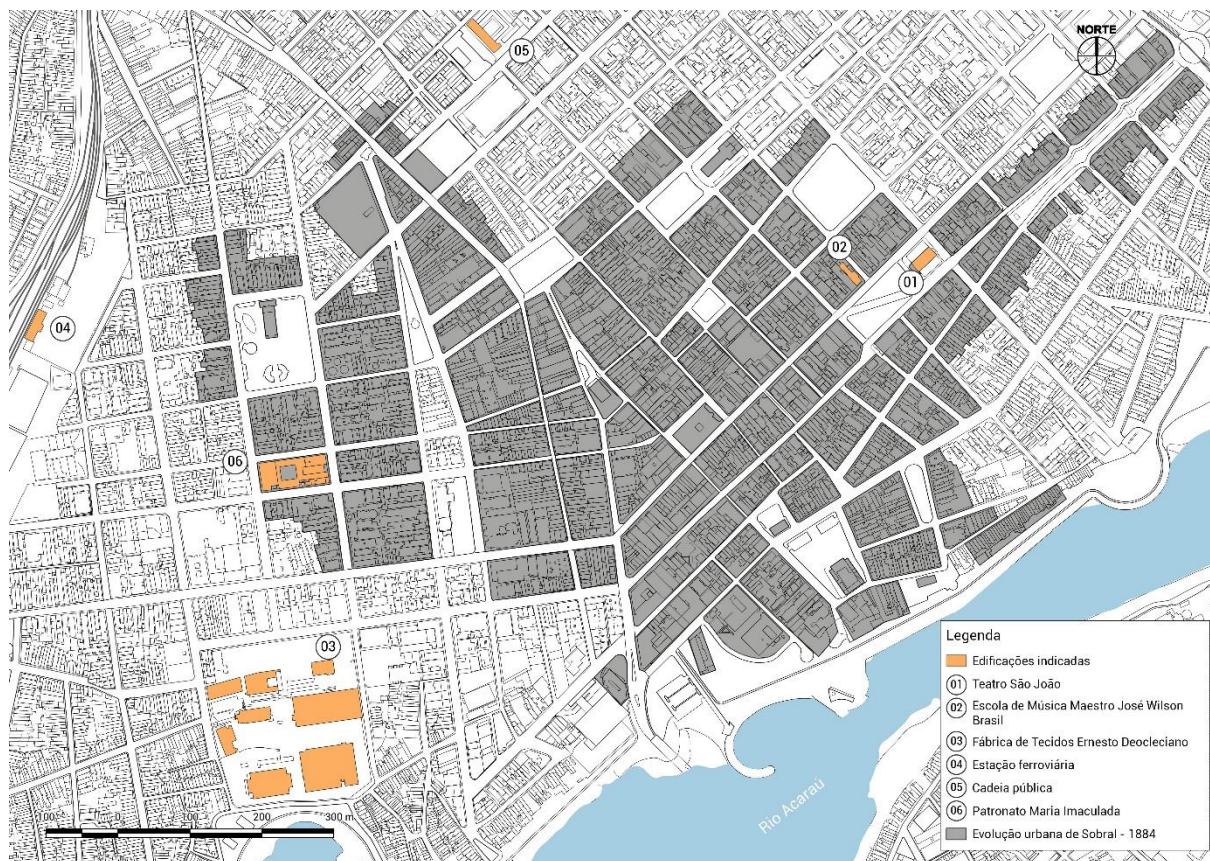
As edificações não residenciais ainda existentes desse período são o Teatro São João (Figura 020), a Escola de Música Maestro José Wilson Brasil (Figura 021),⁸⁶ a antiga Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano (Figura 022),⁸⁷ a estação ferroviária (Figura 023) e a Cadeia Pública (Figura 024),⁸⁸ conforme Mapa 14.

Mapa 14 – Localização das edificações remanescentes no último quartel do século XIX.

⁸⁶ O prédio que abriga a Escola de Música situa-se na Avenida Dom José, nas proximidades da Praça São João dos edifícios da Igreja do Menino Deus, do Teatro São João, da Casa de Cultura e do Museu Dom José. O prédio foi construído no final do século XIX e pertenceu a Francisco Juvêncio de Andrade, cirurgião-dentista formado na Europa. O imóvel foi reformado pela Prefeitura Municipal de Sobral, em 2003, para abrigar a Escola de Música, tendo passado por modificações na estrutura interna com vistas a abrigar salas acústicas e estúdios, específicos da nova função implementada na edificação, resguardando sua fachada e todos os elementos externos originais. Fonte: arquivos da Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furnas Uchoa.

⁸⁷ Construída em 1893, Herbert Rocha, ao tratar sobre aquela que foi durante muitas décadas a principal fábrica da cidade, ressalta as diferentes influências que se mostram nos elementos decorativos de fachadas, inspiradas nos estilos *Art Nouveau* e *Art Déco*. Segundo o autor: “[...] A arquitetura dos galpões, em sua maioria, apresentava fachadas em linhas retas com marcações de pilastras nos planos de alvenaria que, em alguns casos, eram arrematados no topo com frisos de linguagem *Art Déco*”. Tais elementos, embora descaracterizados por muitas reformas e expansões do prédio, ainda podem ser verificados em alguns trechos de fachadas remanescentes que compõem o atual *Campus* da UFC. Destacam-se na fachada principal o volume que abrigava as caldeiras e os blocos do antigo cassino. Fonte: ROCHA, Herbert de Vasconcelos. **O Lado Esquerdo do Rio**. São Paulo/Sobral: Editora Hucitec, 2003, p. 170.

⁸⁸ Em 1879, a enxovia já estava em funcionamento, tendo recebido nesse mesmo ano os presos transferidos do salão térreo da Casa de Câmara e Cadeia. Foi construída em decorrência da seca como obra dos Socorros Públicos. Atualmente, está descaracterizada devido à adição de um segundo pavimento, dentre outras inadequadas intervenções. Fonte: ROCHA, Herbert de Vasconcelos. **Contribuição para o Estudo do Desenho Urbano de Sobral – Século XIX**. 2017. 355 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017, p. 110.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume I. Folha 101.

Figura 020 – Imagem do Teatro São João.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 021 – Imagem da Escola de Música Maestro José Wilson Brasil.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 022 – Imagem da Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano.



Elaboração: Alexandre Veras, 2014.

Figura 023 – Imagem da estação ferroviária.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 024 – Imagem da cadeia pública.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Neste período que antecede a república e o século XX, também se faz notar a exígua quantidade de exemplares existentes, quando não resultantes de intervenções descaracterizantes que lhes desconfiguram seu aspecto primitivo, a exemplo da cadeia pública.

2.4. Os imóveis ecléticos e o patrimônio edificado da Diocese de Sobral

Ao se iniciar o século XX, o movimento da Estrada de Ferro de Sobral já era bastante acentuado, não somente no transporte de passageiros, mercadorias e animais (OLIVEIRA, 1994), mas também na difusão do uso da tecnologia do ferro nas edificações:

[...] nas três primeiras décadas do século XX, as aspirações de progresso, acompanhando as diretrizes ideológicas da República, correspondem a visíveis mudanças em todos os setores. Novos programas e técnicas novas, entre as quais sobressaem as realizações do ferro, bem como o uso de equipamentos mecânicos, alteram as formas das edificações, engalanadas exteriormente com elementos decorativos (CASTRO, 2014, p. 13).

Como também influenciando o ordenamento e a expansão da malha urbana no período pós império, conforme discorre Rocha (2017, p. 69):

[...] A implantação da EFS ocorreu no último quartel do século XIX servido de frente de trabalho emergencial durante a grande seca de 1877-1879. Apesar de sua implantação no trecho Sobral-Camocim ter sido durante o período imperial, os efeitos principais no espaço intra-urbano de Sobral se deram durante a República.

Com o crescente aumento da população e da circulação de mercadorias, elevou-se o número de construções de residências, expandindo os limites da cidade para todos os lados com a continuidade e implementação e novas vias, exceto ao sul, em direção ao rio Acaraú que se firmava como limite físico. “

[...] Vale ressaltar que até os primeiros anos do século XX as ruas não tinham pavimentação e as praças eram simples áreas descampadas, que davam um ar bucólico a alguns espaços urbanos” (ROCHA, 2003, p. 134).

Nesta conjuntura de uso de uma nova tecnologia, de influências europeias e acréscimo populacional, faz-se mister citar a importância da instalação da Diocese de Sobral no ano de 1916 como fator de intervenção urbana na cidade, sagrando o primeiro Bispo de Sobral, Dom José Tupinambá da Frota (1882-1959), por 51 anos, à frente da Diocese. Dentre as principais ações do bispado que se revelam nas edificações e no espaço urbano de Sobral por Dom José, listam-se: a construção da

Santa Casa de Misericórdia⁸⁹ em 1912; a fundação da Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio em 1916; a construção do Seminário no bairro Betânia⁹⁰ em 1918 e sua conclusão em 1928; a construção do Colégio Sobralense⁹¹ em 1925; a reforma do sobrado do Senador Paula Pessoa, atual Colégio Sant'ana⁹² em 1925; a construção do Banco Popular de Sobral⁹³ em 1927; a construção do Abrigo Sagrado Coração de

⁸⁹ O edifício está localizado dentro de uma quadra juntamente com outros blocos construídos mais recentemente. Dotado de fachada principal eclética de composição simétrica, janelas encimadas com elementos *Art Déco*, pátios internos e circulações pavimentadas com ladrilhos hidráulicos estampilhados em baixo relevo. Apresenta de frente a esta mesma fachada, um grande espaço público ocupado por um estacionamento que contribui para valorizar as visuais do edifício. Pelo seu porte e função, o hospital configura-se por ser um marco urbano, rompendo com uma estrutura de lotes e edificações menores que é característico de sua vizinhança.

⁹⁰ Rocha (2003, p. 152) explicita que “[...] O Seminário Menor da Betânia é outro bom exemplo do estilo josefino, elegante e tardio, no caso, muito sóbrio, que abrigaria mais tarde a Universidade do Vale do Acaraú – UVA”. A fachada principal é simétrica e composta por platibanda com frisos, aberturas em madeira com bandeira em arco pleno, modulação e arremates. O programa funcional está distribuído em dois pavimentos, cuja planta possui formato em “u”, marcada pela solução com claustro, espacialidade central em área descoberta, própria dessa tipologia religiosa.

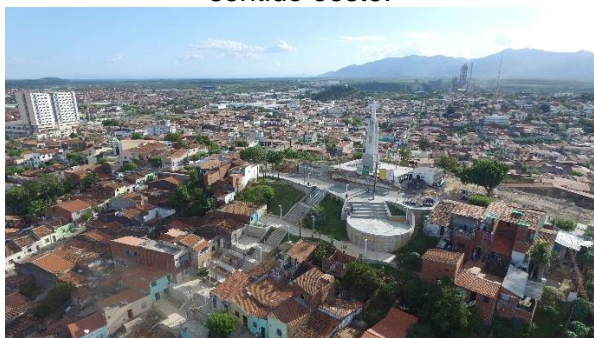
⁹¹ Construído na década de 1940, era destinado exclusivamente ao ensino de rapazes. Rocha (2003, p. 148) informa que o complexo “[...] apresenta extrema simplicidade. As estreitas envasaduras verticais (da fachada principal) sempre em trios, são emolduradas no topo por cimalkas retas. Uma capela na esquina serve de contraponto vertical do longo edifício térreo, sugerindo uma composição *Art Déco*”.

⁹² Castro (1977, p. 33) comenta em específico sobre o imóvel: “[...] obras quase sempre originadas da reforma de prédios antigos, apenas revestidos de roupagem mais em moda, como é principalmente o caso do Colégio Santana”. As intervenções ocorridas na antiga residência do Senador Paula Pessoa (construído em 1836) não se trataram apenas de uma roupagem, uma vez que ela foi totalmente modificada em sua planta, sendo-lhe acrescentados pavimentos superiores, além de receber uma pesada ornamentação eclética que transformou completamente a feição do velho sobrado. O colégio ocupa uma quadra toda na avenida Dom José, mas o bloco de maior relevância arquitetônica é o que se encontra na esquina da avenida Dom José com a rua Cel. Frederico Gómez. Este bloco possui seis lajes em níveis diferentes. Embora observando as fachadas a partir das vias, constata-se a impressão errada de possuir apenas três pisos devido às aberturas existentes apenas no primeiro, terceiro e quinto pavimento. O térreo, segundo pavimento e quarto pavimento não possuem aberturas nas fachadas. Fonte: ROCHA, Herbert de Vasconcelos. **O Lado Esquerdo do Rio**. São Paulo/Sobral: Editora Hucitec, 2003, p. 148-149.

⁹³ Construído com o intuito de gerir recursos financeiros da Diocese (1927-1941), era apenas uma cooperativa e, quando adquirido pela família Machado em 1964, passou a ser Banco de Sobral S.A e, em 1969, Banco do Ceará S.A. (BANCESA), quando encerrou suas atividades em 1995. O prédio foi demolido e em seu lugar se encontra a Casa do Contribuinte da Prefeitura de Sobral (AGUIAR JÚNIOR, 2005, p. 64 *apud* GIRÃO; SOARES, 1997).

Jesus;⁹⁴ o Monumento Cristo Redentor⁹⁵ (Figura 025 e 026) em 1938; e a Igreja Coração de Jesus em 1946 (Mapa 15).

Figura 025 – Imagem do Mirante do Monumento Cristo Redentor. Vista no sentido oeste.



Fonte: Prefeitura de Sobral, 2019.

Figura 026 – Imagem do Mirante do Monumento Cristo Redentor. Vista no sentido leste.



Fonte: Prefeitura de Sobral, 2019.

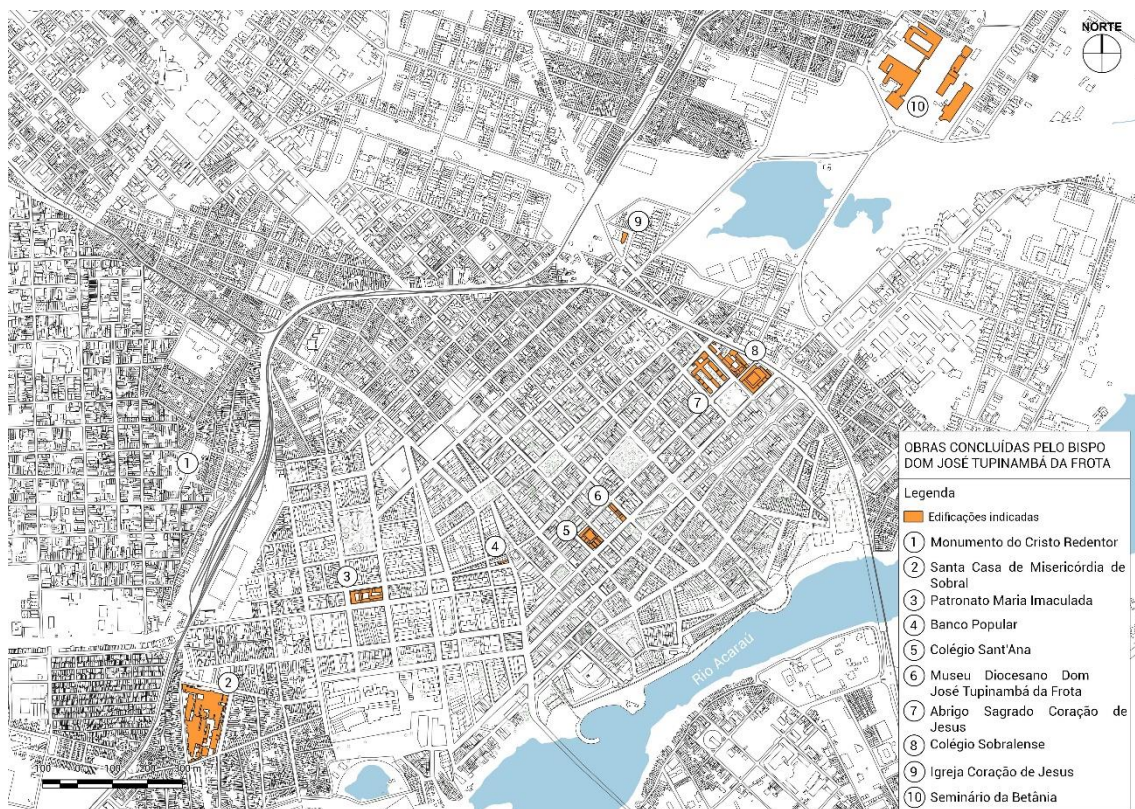
Assim, Dom José ajudou a criar diversas outras escolas

[...] criadas à moda europeia da época, com internatos e semi-internatos, logo instituições como o Colégio Sant'ana para a educação das moças e o Colégio Sobralense para a formação dos rapazes, e o Seminário da Betânia para candidatos ao sacerdócio católico, atraíram alunos de todo o Vale do Acaraú e sertões circunvizinhos (COELHO, 2005, p. 320).

Mapa 15 – Mapa das obras concluídas pelo bispo Dom José Tupinambá da Frota.

⁹⁴ O Abrigo Sagrado Coração de Jesus foi fundado em 1953, diante da preocupação, na época, com o grande número de idosos que vagavam pelas ruas da cidade. Por isso, foi concebido como uma instituição de longa permanência e de assistência às pessoas idosas. Situado numa zona mais afastada do núcleo inicial da cidade, a edificação possui entorno com focos de pequenos comércios e serviços ao redor. Encontra-se no quarteirão delimitado pela rua Dr. João do Monte, ao noroeste, pela rua Dr. Figueiredo, ao nordeste, pela rua Paula Aragão, ao sudoeste, e pela rua Maestro José Pedro, ao sudeste, desenvolve-se em dois pavimentos, compondo um importante marco visual na paisagem do espaço urbano da Praça Quirino Rodrigues, a qual contribui para valorizar ainda mais as visuais do edifício. Entretanto, vale salientar que na mesma quadra também há a presença da Capela do Sagrado Coração de Jesus, da sede da Cúria Diocesana de Sobral e da Faculdade Educare (esta última ocupa o pavimento superior de parte do abrigo) dentre outras dependências. As elevações ressaltam as diferentes influências que se mostram nos seus elementos decorativos (platibandas, frisos, gradis, esquadrias) de composição simétrica, inspiradas nos estilos *Art Nouveau* e *Art Déco*, com destaque para a porta da fachada principal, coroada por um gradil metálico em um tímpano em arco pleno. Registra-se, ainda, que alguns novos elementos foram inseridos com o tempo, como, por exemplo, as varandas que guarnecem a fachada nordeste do abrigo e a fachada sudoeste da ala da administração e do refeitório, assim como uma rampa de concreto que foi construída na frente da porção da edificação que conecta as alas (e que serve hoje como um dos acessos às dependências da Faculdade Educare). *Idem*, p. 151.

⁹⁵ Erguido no topo de um morro denominado como "Alto do Cristo", o monumento tem cerca de 8m de altura, estando implantado próximo da antiga estação ferroviária de Sobral. Por sua localização em terreno elevado, serve de mirante à cidade.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Ainda com relação a Dom José, atesta-se que

[...] suas obras arquitetônicas foram estrategicamente dispostas na cidade e deixavam simbolizado o poder temporal da Igreja. Assim, os edifícios eclesiásticos, não só os templos, como também colégios e outras instituições, ganharam nova força com a figura de D. José, valorizando e ressaltando as características simbólicas, econômicas e político-institucionais do Centro (ROCHA, 2003, p. 155).

Portanto,

[...] À Diocese de Sobral é conferido o papel de redefinidora da lógica urbanística da cidade. Tendo à frente D. José Tupinambá da Frota, bispo-conde cuja autoridade ultrapassava à dos prefeitos de então, a Diocese realizou um programa de obras-marcos, quase uma via processional ornada com edificações de vulto (DUARTE JUNIOR, 2012, p. 240).

A Santa Casa de Misericórdia se encontra no extremo sudoeste do núcleo inicial da cidade,⁹⁶ enquanto a sede da cúria diocesana se localiza no extremo

⁹⁶ Localizada distante do núcleo central por conta do perigo de doenças infecto-contagiosas (tuberculose, entre outras), foi influenciada pela corrente dos médicos higienistas e sanitaristas da época – Oswaldo Cruz e Saturnino de Brito. Fonte: AGUIAR JÚNIOR, Paulo Rocha. **A Cidade e o Rio: Produção do Espaço Urbano em Sobral - Ceará**. 2005. 197 f Dissertação (mestrado) – Universidade

nordeste, ou seja, em pontos diametralmente opostos e tendo, por fim, um dos primeiros vetores da expansão da área central extratrilhos no sentido nordeste, o Seminário da Betânia. Próximo desses equipamentos da Igreja – implantados tanto no extremo sudoeste quanto no extremo nordeste e seu prolongamento, vizinhos a complexos industriais como a Cia. Industrial de Algodão e Óleos S.A. (CIDA0)⁹⁷ e a Companhia de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano –⁹⁸ consolidaram-se os dois eixos de expansão urbana através do crescimento das atividades do Centro naquelas direções contrárias e distantes.

O impacto na forma urbana após a implementação de indústrias em Sobral, em particular da CIDA0, a Companhia de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano e da Fábrica Santa Emiliana,⁹⁹ assim como das ações da Diocese por seu bispo instituidor, evidencia-se por meio das expressivas transformações na morfologia de grande número de edificações, a partir de então construídas e/ou reformadas segundo os preceitos estilísticos europeus com influências ecléticas, *Art Nouveau*, *Art Déco* e protomodernas.¹⁰⁰

Nas edificações ecléticas, predominam as alterações em prédios existentes com o acréscimo de variado elenco de ornatos nas fachadas, edificações no alinhamento da rua (sem recuos), além do fato de que alguns imóveis podem apresentar áreas recuadas, decorrentes da integração casa/natureza.

Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e meio Ambiente – PRODEMA. Fortaleza, 2005, p. 64.

⁹⁷ Fundada em 1921 por Trajano Saboya Viriato de Medeiros, a CIDA0 funcionou até 1980 e foi uma das primeiras indústrias a serem implantadas além dos limites da linha férrea, local visto, na época, como subúrbio, expandindo a área central, criando assim outra centralidade nos bairros Derby e Pedrinhas, próximos ao rio Acaraú. No bairro das Pedrinhas, habitado por uma população de baixa renda, com pequenos casebres à beira dos trilhos da estrada de ferro, Fortaleza-Sobral, perto da ponte Otto de Alencar. Esse edifício configura-se hoje como o *Campus* CIDA0 – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Estadual do Vale do Acaraú – UVA. *Ibidem*, p. 44.

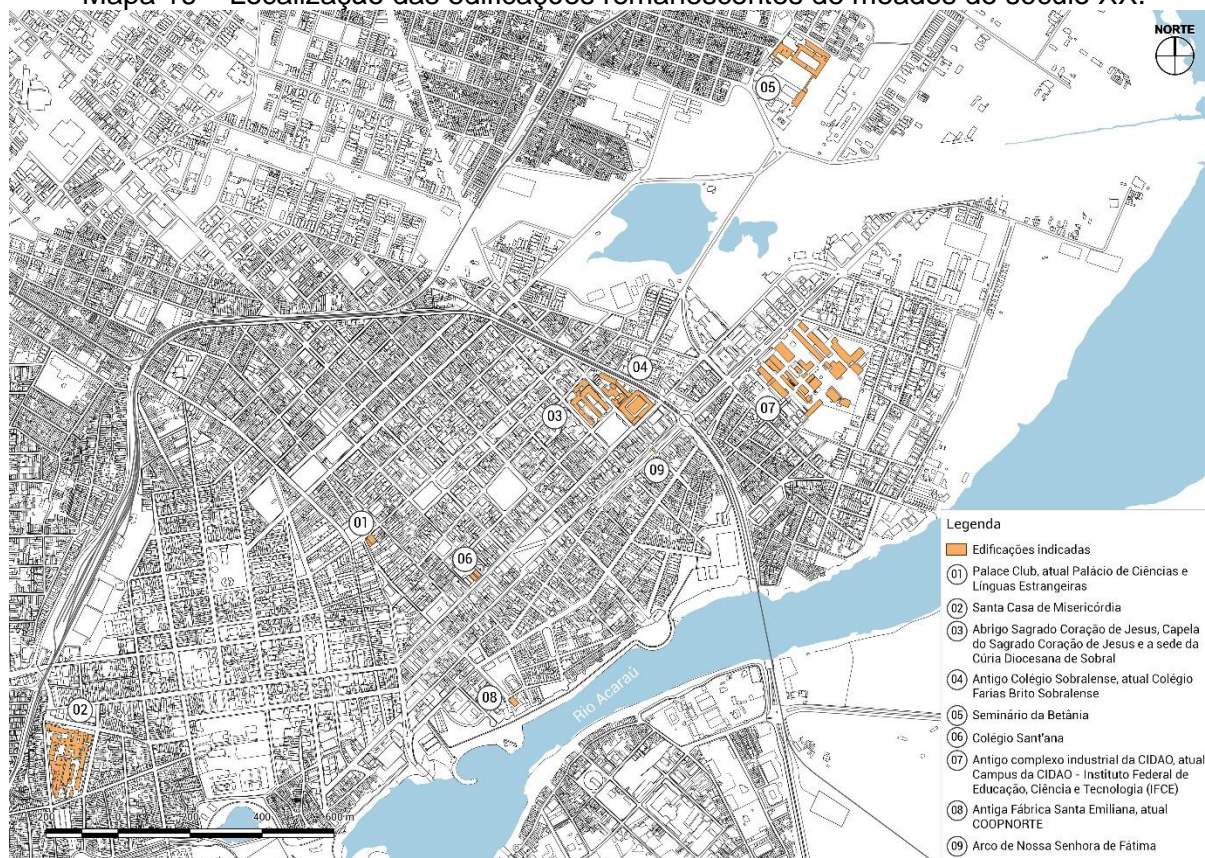
⁹⁸ O *Campus* da Universidade Federal do Ceará implantou-se no antigo complexo fabril da Companhia de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano. Situa-se numa porção relativamente afastada do núcleo de formação da cidade, comunica-se com a rua Estanislau Frota, via de bastante tráfego de veículos e pedestres, ao contrário da fachada oposta que se volta para uma região de habitação popular precária e de ocupação urbana insurgente.

⁹⁹ Em Sobral, atrás da Igreja Matriz, foi construída, em 1918, a Fábrica de Beneficiamento de Algodão e Arroz Santa Emília ou Emiliana, que também abrigou a Usina de Energia e Força, do Sr. Oriano Mendes, figura de grande importância pelas ações de modernização do espaço urbano, com a implantação de sistema de eletrificação no centro antigo, e pelo seu empreendedorismo. Ele fundou, na década de 1940, a Fábrica Randal de beneficiamento de algodão, nas proximidades da Praça da Igreja Matriz, e foi proprietário do Banco de Crédito Agrícola, das primeiras fábricas de rede, de mosaico e de gelo. Atualmente, na antiga fábrica, funciona a Cooperativa Agropecuária do Norte do Ceará Ltda. (COOPNORTE). *Ibidem*, p. 44.

¹⁰⁰ Fonte: IPHAN/CE. **Processo 1379-T-97**. Volume II. Folhas 230-231.

As edificações não residenciais ainda existentes desse período são o Palace Club (Figura 027),¹⁰¹ a Santa Casa de Misericórdia (Figura 028), o Abrigo Sagrado Coração de Jesus (Figura 029), o Colégio Sobralense (Figura 030), o Seminário da Betânia (Figura 031), o Colégio Sant'ana (Figura 032), parte do antigo complexo industrial da CIDAO (Figura 033), a Fábrica Santa Emiliania (Figura 034) e o Arco de Nossa Senhora de Fátima¹⁰² (Figura 035), conforme Mapa 16.

Mapa 16 – Localização das edificações remanescentes de meados do século XX.



¹⁰¹ Inaugurada em 1926, a edificação ocupa a totalidade do lote, sem nenhum afastamento, o que, associado à sua altura, confere-lhe um caráter monumental. As fachadas, com características ecléticas, possuem uma rica ornamentação, com destaque para a porta localizada no encontro entre as duas fachadas, emoldurada por colunas e coroada por um vitral. Internamente, a ornamentação se repete nos capitéis de inspiração clássica dispostos no pavimento superior.

¹⁰² Conforme afirma Herbert Rocha, “[...] O Arco, construído em 1964, é o monumento representativo da mentalidade da glamourosa sociedade em declínio, gravura *kitsch* e marca o limite do nosso recorte no tempo”. “[...] O Arco foi implantado no Bulevar Pedro II (hoje Av. Dr. Guarany) em substituição à ‘Cruz das Almas’ e tem desenho elegante, apesar da desproporção da imagem de N. Sra. de Fátima sobre ele”. Monumento com planta retangular apoiado em quatro pontos no chão. O Arco de maior proporção e altura está sobre a maior dimensão desse retângulo, e os arcos de menor proporção estão sobre a menor dimensão do retângulo. O arco está bem no eixo do cruzamento da avenida. Dr. Guarany com a rua Dr. Figueiredo, tendo suas fachadas maiores voltadas para o sentido da avenida. O alto grau de ornamentação, sua implantação valorizando sua visualização e seu alto porte tornam o arco Nossa Senhora de Fátima um marco na paisagem urbana de Sobral, sendo um dos principais ícones da cidade. Fonte: ROCHA, Herbert de Vasconcelos. **O Lado Esquerdo do Rio**. São Paulo/Sobral: Editora Hucitec, 2003, p. 209.

Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 027 – Imagem do Palace Club, atual Palácio de Ciências e Línguas Estrangeiras.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 028 – Imagem da Santa Casa de Misericórdia.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 029 – Imagem do Abrigo Sagrado Coração de Jesus, Capela do Sagrado Coração de Jesus e a sede da Cúria Diocesana de Sobral.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 030 – Imagem do antigo Colégio Sobralense, atual Colégio Farias Brito Sobralense.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 031 – Imagem do Seminário da Betânia.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 032 – Imagem do Colégio Sant'ana.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 033 – Imagem do antigo complexo industrial da CIDAO, atual *Campus* da CIDAO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE).



Fonte: Maria do Carmo Alves, 2019.

Figura 034 – Imagem da antiga Fábrica Santa Emiliana, atual COOPNORTE.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 035 – Imagem do Arco de Nossa Senhora de Fátima.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Dentre as edificações ecléticas do início do século XX até seus meados, embora em maior número que os imóveis setecentistas e oitocentistas preservados, são poucos os exemplares existentes ainda íntegros. Quanto aos bens imóveis da Diocese de Sobral, apesar da mudança de uso e de intervenções que resultaram em descaracterizações parciais nesse acervo, toda a produção edilícia ainda se mantém presente na cidade.

2.5. Expansão urbana de Sobral para além do “intratrilhos”

Na década de 1960, a cidade de Sobral já despontava como centro comercial e de escoamento de sua produção devido à agilidade nos serviços de infraestrutura à época. Nesse período, tinha sido implantado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG, 1965-1966), que tinha como prioridade atender:

[...] as indústrias de pequeno e médio porte do ramo agropecuário, que beneficiassem produtos regionais, desenvolvendo tanto o rural quanto o urbano para incrementar o setor secundário na “Princesa do Norte”, evitando o êxodo rural para a Capital e para o espaço urbano de Sobral (AGUIAR JÚNIOR, 2005, p. 80-81).

Tal estudo foi determinante para as instalações de algumas empresas no atual Distrito Industrial, situado às margens da BR-222, na direção sudoeste e oeste da cidade, como a Fábrica de Cimento Poty, indústria de grande porte de capital nacional do Grupo Votorantim. Destacam-se também empresas de beneficiamento da matéria-prima local (leite, fiação, tecidos etc.), como a Companhia Sobralense de Material de Construção – COSMAC, 1965; a Industrial Cearense de Castanhas de Caju – INCASSA, 1968; a Laticínio Sobralense Ltda. – LASSA, 1969; e a Curtume Machado S.A. – CURTIMASA, 1973, que trouxeram para perto de si as residências operárias. O resultado é que Sobral era, em certo momento, na década de 1960, um polo de atração de grandes investimentos públicos e privados (AGUIAR, 2005).

Como consequência do vigor econômico pela qual a cidade passava na época, apreende-se que na década de 1970, toda a porção territorial compreendida e delimitada entre a linha férrea¹⁰³ e o rio Acaraú, denominada administrativamente como bairro Centro,¹⁰⁴ excetuando-se as áreas verdes ciliares, praças, logradouros públicos e faixas de domínios, o referido setor já tinha sido quase que completamente ocupado por lotes e construções.

Nesse ambiente, surgia uma classe empresarial amparada pelo PAEG, pelo Governo do Estado para a região Norte, a qual encontrou incentivos adequados para desenvolver atividades produtivas para além dos ofícios rurais que eram muito presentes no modo de vida da sociedade sobralense.

Já na década seguinte de 1980, conforme afirma Silveira (2013a, p.154),

[...] no Ceará, apesar da inovação trazida pela introdução da ideia de planejamento na administração pública, os planos executados não geraram os resultados econômicos esperados, dado ao fato de que não foi elaborado um projeto de transformação estrutural, que seria o ponto nevrálgico deste modelo de política levada a cabo pelos governos locais por mais de duas décadas, nos mesmos moldes do ocorrido em plano nacional sob o regime militar, contudo ninguém discorda que as sementes da modernização foram plantadas naquele período.

¹⁰³ Sempre que houver referência ao Centro, entenda-se que se trata dos limites oficiais da unidade bairro, inscrita no denominado intratrilhos.

¹⁰⁴ Herbert Rocha afirma que a cidade de Sobral sempre viveu no lado esquerdo do rio, que tinha como outro polo a linha férrea – os trilhos. Segundo ele, na década de 1970, o intratrilhos estava praticamente todo ocupado pela elite sobralense. Fora dos limites dos trilhos, estabeleciam-se núcleos habitacionais de população de baixa renda e alguns sítios. Fonte: ROCHA, Herbert de Vasconcelos. **O Lado Esquerdo do Rio**. São Paulo/Sobral: Editora Hucitec, 2003, p. 212.

Em Sobral, aliados locais da ditadura militar, as velhas agremiações de cunho populista dos Prados (Partido da Frente Liberal – PFL) e dos Barreto (Partido Democrático Social – PDS), afeitos à falta de práticas de gestão através de dados científicos, visão empresarial e *marketing*, não encontraram o mesmo prestígio na nova política cearense nos anos de 1980. O novo empresariado que ascendia no governo ligado ao Centro Industrial Cearense (CIC), sob a liderança política de Tasso Ribeiro Jereissati,¹⁰⁵ constituía o grupo mais organizado e coeso, com condições de ser alternativa política após a transição para um ambiente democrático, com participação política (PARENTE, 2002, p. 136-137 *apud* SILVEIRA, 2013a, p. 160).

A falta de tal postura gerencial e de aliados em nível estadual e federal na década de 1980 requereria outras práticas de gestão local para que se mantivessem harmônicas as relações entre as diferentes esferas de poder. Tal inabilidade foi marcada por uma grave crise financeira, que teve reflexos na cidade de Sobral, fazendo com que os indicadores socioeconômicos que davam distinção e prestígio à cidade de Sobral declinassem,¹⁰⁶ conforme novamente informa Silveira (2013a).

O panorama econômico de Sobral na década de 1980 emitia um clima de extrema preocupação à população e investidores. Essa apreensão era devido à alternância de grupos políticos aliados dos Prado e dos Barreto, que ascendiam no município preocupados em construir e implementar a sua agenda pessoal, sem discussões quanto ao planejamento estratégico ou à análise da vocação da economia. Ou seja, sem plano de governo definido que denotava que a administração local era coordenada através do improviso e do empirismo.

[...] A conjuntura de crise de liderança dos velhos chefes abria espaço para entrada em cena de novos atores políticos. O questionamento ao autoritarismo, ao clientelismo e à improbidade administrativa, começava a reunir grupos e pessoas de origem diversas em torno de um projeto de mudança na liderança do poder local. Os partidos de esquerda e os Ferreira Gomes foram alguns desses personagens (SILVEIRA, 2013a, p. 167).

¹⁰⁵ Político e empresário brasileiro. É Senador da República pelo Ceará, ex-Governador do Ceará e ex-Presidente Nacional do PSDB. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tasso-ribeiro-jereissati>.

¹⁰⁶ Além de afastar a instalação de empreendedores, a falta de investimentos e investidores não gerava receitas adicionais ao município. Sob esse horizonte, só a sonegação de impostos no período chegava a 70%. Fonte: Jornal Correio da Semana. Sobral, 2 de setembro de 1987 *apud* SILVEIRA, Edvanir Maia da. **Três décadas de Prado e Barreto: a política municipal em Sobral, do golpe militar à Nova República (1963-96)**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Rio de Janeiro/RJ, 2013a, p. 164.

Como resultante dessa crise, poucos eram os empreendimentos de maior envergadura em Sobral – como a Fábrica de Cimento Poty – que podiam ofertar uma contribuição de ICMS¹⁰⁷ mais generosa às finanças públicas. Essa condição veio gradativamente alterar com a vinda da Grendene,¹⁰⁸ em 1990.

[...] A empresa Grendene foi um dos elementos que proporcionou uma renda até então inexistente na região. A entrada desse capital foi significativa para o incremento e aumento do comércio e dos serviços. A ampliação do número de pessoas com renda fixa foi acompanhada de uma modernização na forma de consumir, seguindo a tendência do consumo nacional. (HOLANDA, 2013, p. 233).

Após a implantação do complexo fabril, intensificou-se a escalada para a reforma de imóveis residenciais e comerciais por parte de seus proprietários, pois novos ativos passaram a circular na cidade. Aos poucos, uma massa salarial crescente influía positivamente no varejo sobralense, demandando serviços mais sofisticados, tais como hotéis, restaurantes, supermercados e serviços de transporte. Esse fato, somado à existência de um dinâmico setor comercial e de serviços, resultou na consolidação de um mercado imobiliário bastante ativo.

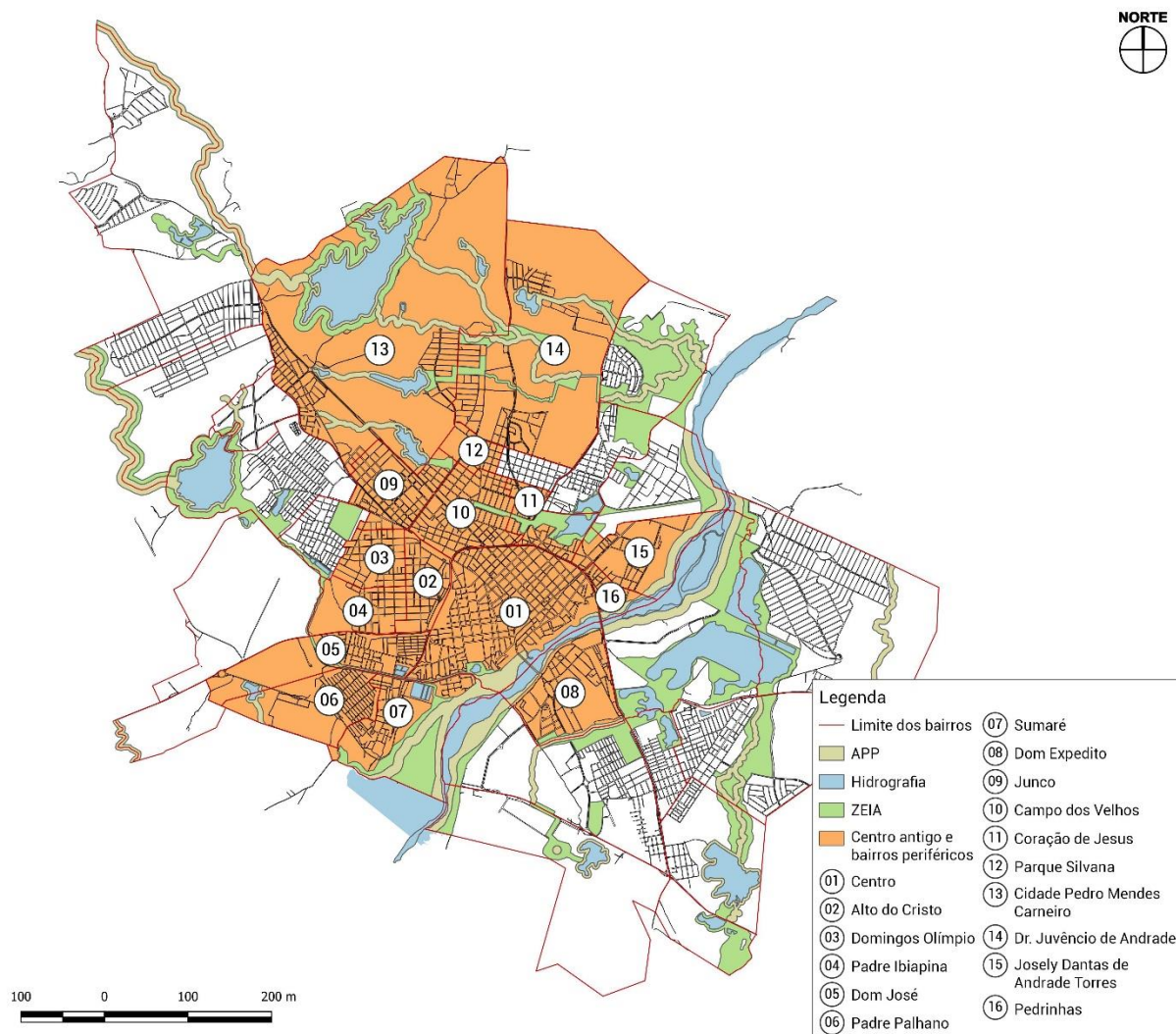
Durante o início da década de 1990, ainda sob os efeitos dos problemas de gestão que assolavam a Prefeitura de Sobral na década anterior, registrou-se em determinados setores da cidade a aglomeração de edificações de baixo padrão construtivo em porções territoriais onde ora a topografia, ora a falta adequada de urbanização, ora a própria imprevisibilidade de cheias do rio Acaraú se mostravam desfavoráveis à ocupação de tais áreas. Seguindo essa constatação, tendo como eixo e ponto de referência o centro antigo, listam-se na cidade (Mapa 17): a periferia oeste (bairros como Alto do Cristo, Domingos Olímpio, Padre Ibiapina Dom José), a periferia sudoeste (bairros como Padre Palhano e Sumaré) e a periferia sul (o bairro Dom Expedito). Esta última detém o privilégio de ser um dos poucos locais onde é possível

¹⁰⁷ O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é um tributo estadual que incide sobre produtos de diferentes tipos, desde eletrodomésticos a chicletes, e que se aplica tanto à comercialização dentro do país como em bens importados. Na prática, este imposto é cobrado de forma indireta, ou seja, seu valor é adicionado ao preço do produto comercializado ou do serviço prestado. Ao vender uma mercadoria ou realizar alguma operação em que se aplique o ICMS, é efetuado o fato gerador quando a titularidade deste bem ou serviço passa para o comprador. Ou seja, o tributo só é cobrado quando a mercadoria é vendida ou o serviço é prestado para o consumidor, que passa a ser o titular deste item ou do resultado da atividade realizada. Fonte: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/icms/>. Acessado em 30 de setembro de 2019.

¹⁰⁸ Empresa brasileira do setor calçadista, fundada em 1971. Fonte: ALBUQUERQUE, Izabelle Mont'Alverne Napoleão; RANGEL, Ana Livia Pongitori Gifoni. **Implantação da Grendene em Sobral – Reflexões Históricas, Sociais e Econômicas**. Sobral: Edições UVA, 2018, p. 7.

ter a apreensão das visuais do Centro antigo a partir das visadas na margem direita do rio. Os bairros situados na periferia norte do Centro são o Junco, Campo dos Velhos, Coração de Jesus, Parque Silvana, Cidade Pedro Mendes Carneiro,¹⁰⁹ Dr. Juvêncio de Andrade.¹¹⁰ Na periferia leste se encontram os bairros Jocely Dantas de Andrade Torres¹¹¹ e Pedrinhas.

Mapa 17 – Localização dos bairros periféricos ao Centro antigo.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

As margens das rodovias, em trechos mais distantes do núcleo melhor infraestruturado da cidade que é o Centro, constituem outro fator de localização da classe média e das camadas sociais menos favorecidas financeiramente. Nessas

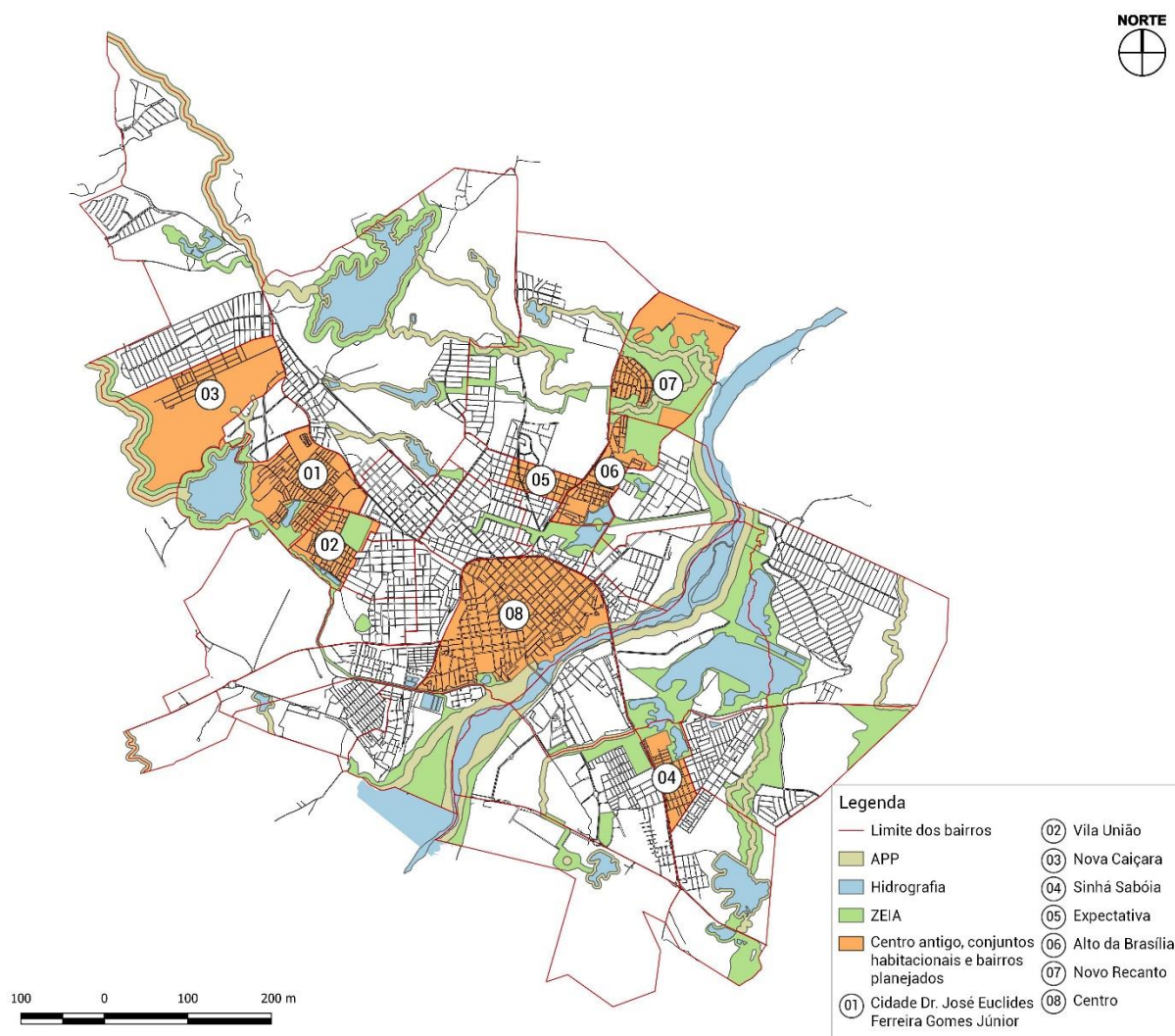
¹⁰⁹ Antigo bairro COABH III.

¹¹⁰ Antigo bairro Colina.

¹¹¹ Antigo bairro Derby Club.

áreas, foram implantados os conjuntos habitacionais e bairros planejados pelo poder público (Mapa 18). São exemplos deles: Cidade Dr. José Euclides Ferreira Gomes Júnior,¹¹² Vila União e Nova Caiçara, na saída da cidade para a Meruoca pela CE-440; Sinhá Sabóia, mais ao sul, na saída para Fortaleza pela BR-222 seguindo o percurso da avenida Senador Fernandes Távora; Expectativa, Alto da Brasília e Novo Recanto, nas proximidades da CE-362, no sentido da saída da sede para a cidade de Massapê.

Mapa 18 – Localização dos conjuntos habitacionais e bairros planejados pelo poder público.



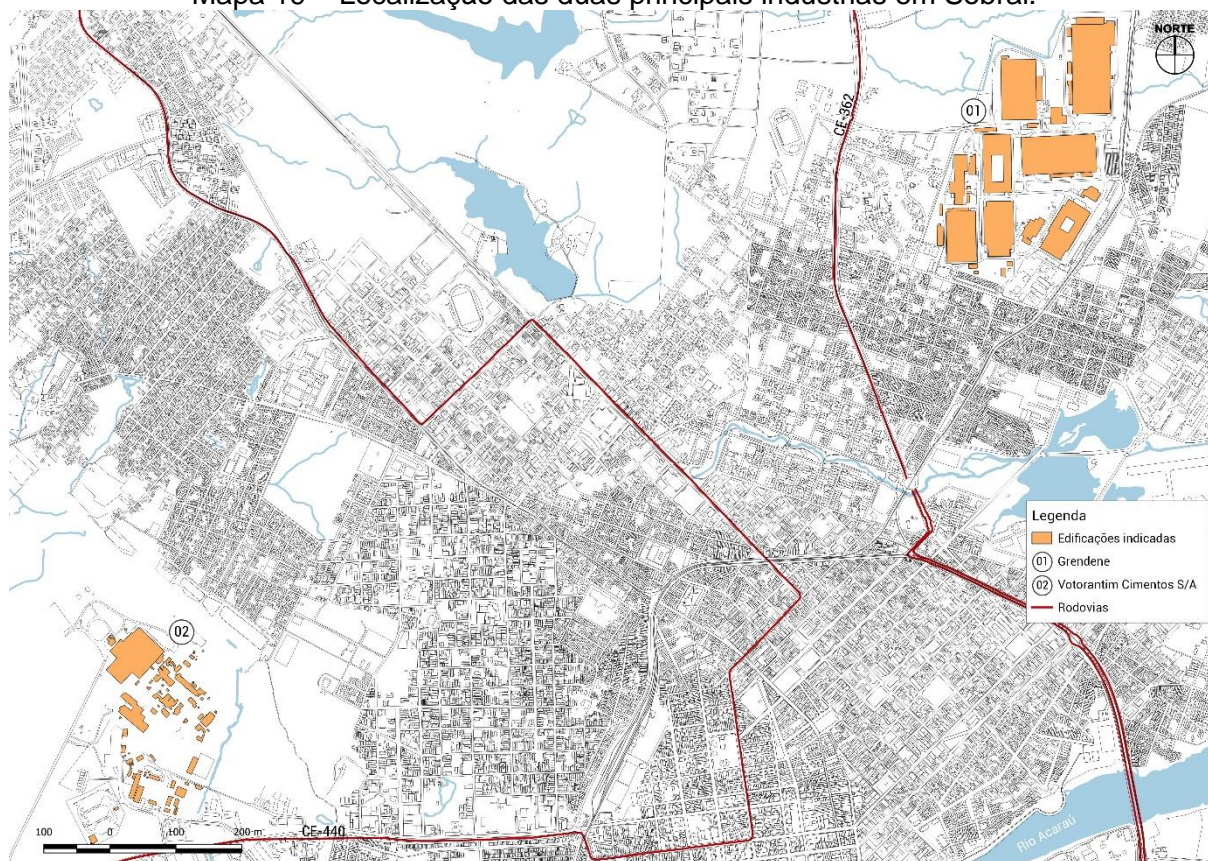
Fonte: Prefeitura de Sobral.

Consta como zonas de uso industrial não apenas o distrito instituído especificamente para tal fim, com localização ao sul da sede, em função da facilidade

¹¹² Conhecido como Terrenos Novos.

de acessos e escoamento da produção pela BR-222 e pela CE-362. Há, ainda, as áreas onde estão situadas as fábricas de calçados Grendene (ao nordeste) e Votorantim Cimentos S/A (ao oeste e ao sotavento das demais áreas de uso habitacional da sede), conforme informa o Mapa 19.

Mapa 19 – Localização das duas principais indústrias em Sobral.



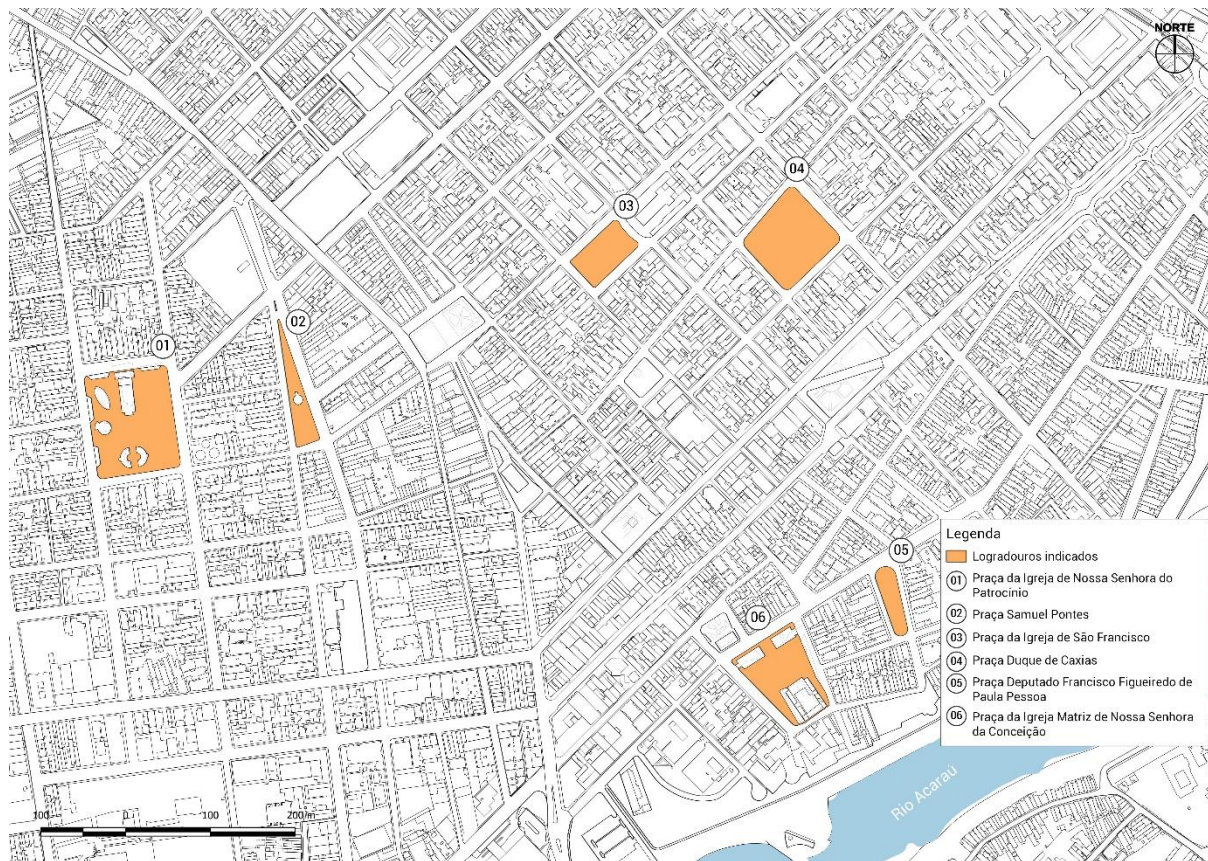
Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Já na área do Centro, prevalecem as habitações de médio padrão, sobretudo concentradas na periferia da área mais comercial deste bairro (arredores da Igreja de Nossa Senhora do Rosário). Destacam-se as imediações das praças, a saber: da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, da Igreja de São Francisco, Duque de Caxias,¹¹³ Samuel Pontes e a Praça Deputado Francisco Figueiredo de Paula Pessoa¹¹⁴ (Mapa 20).

Mapa 20 – Localização das praças em cujas vizinhanças há a presença de edificações habitacionais de médio padrão.

¹¹³ Conhecida como Praça do Bosque.

¹¹⁴ Antiga Praça Manoel Arthur da Frota, conhecida como Praça da Várzea.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Após transpassar o limite físico do bairro Centro, diferente do que ocorre na área antes mencionada, onde convivem no arrabalde classes econômicas distintas, até mesmo vizinhas nas mesmas quadras, isso não ocorre nas áreas consideradas extratrilhos, onde claramente as habitações, os equipamentos públicos ofertados e a infraestrutura urbana existentes distinguem uniforme e espacialmente os padrões econômicos de seus moradores por bairro. Isso é perceptível não somente pela quantidade numérica e qualitativa de benfeitorias realizadas pela municipalidade, mas principalmente pelo fato de tais ambientes manifestarem o mesmo tipo de produção arquitetônica, o que reforça o pensamento de que

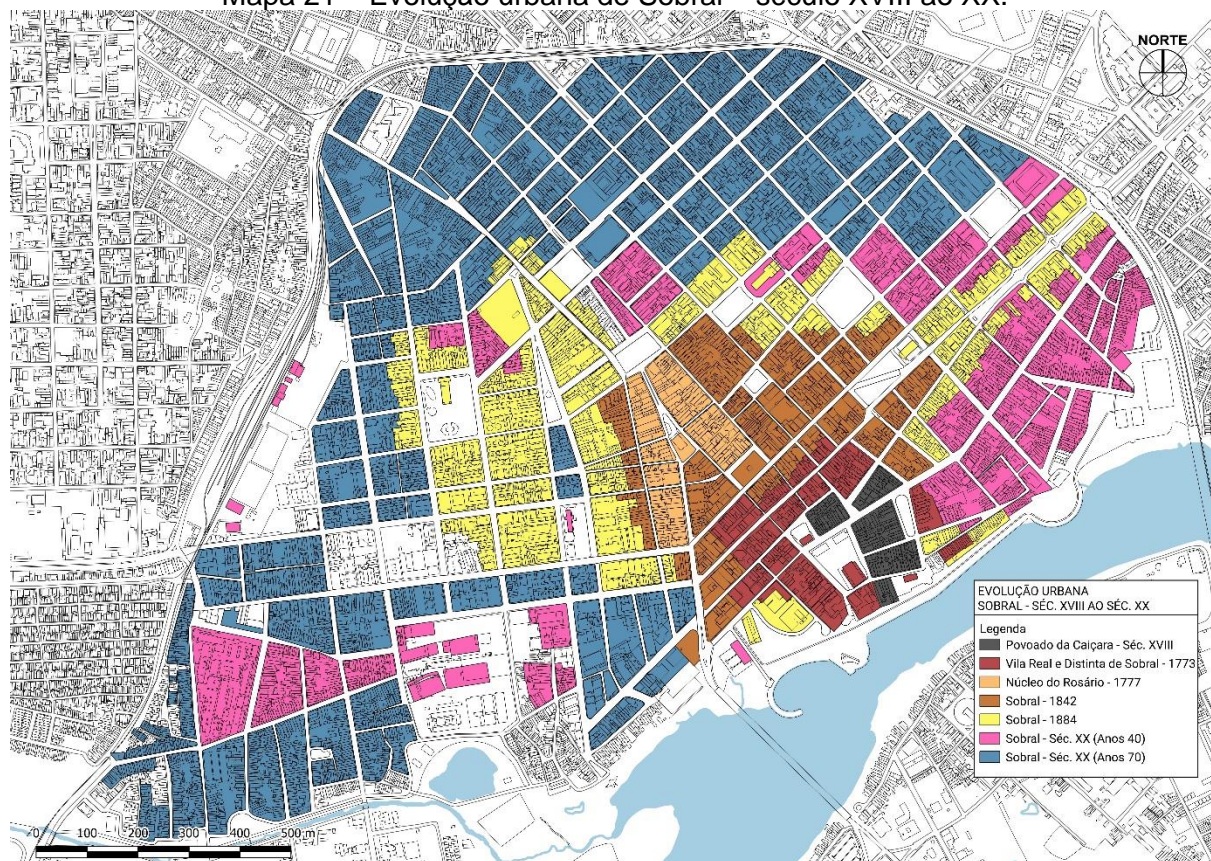
[...] a concentração das redes em determinados pontos do território normalmente irá indicar lugares que são bem servidos por diversos tipos de infra-estruturas, que se dão através de investimentos públicos ou privados, mas que servirão preferencialmente a determinadas parcelas do território e da sociedade (TOLEDO JUNIOR, 2003, p. 95).

Nesses recentes bairros e conjuntos habitacionais que circunscrevem a periferia do Centro, é ainda mais exígua a presença de uma produção arquitetônica

que é objeto de preservação em âmbito público (sobre o tombamento e registro de bens situados fora dos limites territoriais do Centro antigo, vide Capítulo V).

Por fim, como foi abordado nesse capítulo, a malha urbana de Sobral é resultante das transformações de seus vários períodos passados sobrepostos desde o século XVIII até o XX (Mapa 21). A cidade não foi inicialmente feita para se transformar em um monumento, pois ninguém constrói uma cidade por uma questão de rememoração. As cidades são construídas aos poucos para atenderem a uma série de funções: a fixação no território como um refúgio, um lugar para morar, ao mesmo tempo um lugar onde elas podem garantir a sua sobrevivência. À medida que a cidade se expande, ela se transforma em um documento da ocupação do território e de uma série de processos que geram espaços e se traduzem em espaços.

Mapa 21 – Evolução urbana de Sobral – século XVIII ao XX.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume I. Folha 104.

Entretanto, apesar das análises históricas revelarem como o Centro antigo de Sobral se desenvolveu e qual foi o sentido da expansão da malha urbana nessa cartografia, muitos dos testemunhos edificadas desde o século XVIII até meados do século XX não existem mais. Nessa amostragem, persistiram ainda íntegros poucos

exemplares residenciais e comerciais, além de alguns escassos prédios públicos e edifícios consagrados, situação já existente em 1999, ano em que foi homologado o tombamento do sítio histórico. Os primeiros movimentos preservacionistas que buscavam meios de proteção ao acervo edificado em Sobral, seus protagonistas civis e institucionais, o panorama político local e nacional à época, e a repercussão do tombamento à sociedade sobralense, são assuntos abordados no Capítulo III subsequente.

CAPÍTULO III

O QUADRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA SEDE MUNICIPAL DE SOBRAL PRÉ-TOMBAMENTO

[...] Sem nenhum transe romanesco, pode verificar-se, com toda a lucidez e toda a objetividade, que a conservação dos monumentos não vai fatalmente de encontro às necessidades do desenvolvimento urbano. Nem é, de forma alguma, incompatível com o desejo saudável e legítimo que têm todos os homens esclarecidos de viver a vida moderna e criar a cidade moderna.
(ANDRADE, 1939, p. 54).

Neste capítulo se discute a falta de políticas de preservação do patrimônio edificado e os fatores que levaram à intensificação de ações demolitórias e descaracterizantes em Sobral durante meados da década de 1970 até meados da década de 1990. Em 1973, ano do bicentenário da elevação do antigo povoado da Caiçara em vila, ocorreram os primeiros debates sobre o assunto da valorização do patrimônio edificado da cidade, e no ano de 1996, tem-se a campanha eleitoral de Cid Ferreira Gomes para prefeito. Nela, o referido assunto, após um hiato de 23 anos, regressou à sociedade sobralense através de seu plano de governo.

Em seguida, trata-se do ativismo político do movimento intitulado “Por uma Nova Sobral” na década de 1980, motivando gerações autóctones que ansiavam por mudanças na condução da cidade com a substituição de grupos políticos tradicionais, e que vieram posterior e paulatinamente ascender e renovar a máquina pública com novas ideias, dentre elas, a preservação do patrimônio edificado.

Aborda-se a acentuação do processo de descaracterização do patrimônio edificado do Centro antigo de Sobral na década de 1990, cujo evento de demolição de um específico sobrado culminou com a campanha popular por “medidas de proteção do patrimônio histórico local” e o subsequente processo de elaboração da instrução de tombamento pela então 4ª SR/IPHAN. Sob o conceito de “cidade documento” (SANT’ANNA, 1995), o método não convencional empregado para a instrução, de valores muito mais urbanísticos e sócio-históricos do que arquitetônicos,

não era consensual entre técnicos da regional, gerando conflitos internos no Instituto, mas, ainda assim, foi aprovado pelo seu Conselho Consultivo.¹¹⁵

Logo depois, relata-se o grau do estado de preservação do acervo edificado do sítio histórico tombado de Sobral através do mapeamento de todo o setor; do uso de imagens comparativas em períodos remotos e imagens atuais obtidas nos mesmos pontos de visada. A partir desse material, evidencia-se a intensa descaracterização do sítio histórico antes mesmo do seu futuro tombamento, em 1999.

3.1. A inexistência de uma pauta preservacionista em Sobral

Em Sobral, antes da eleição municipal de 1996, havia poucas discussões sobre o patrimônio edificado. A agenda política na cidade era proposta quase que exclusivamente pela valoração da especulação imobiliária. À época, conforme relata Francisco Edilson Ponte Aragão,¹¹⁶ a Prefeitura não detinha nenhum plano de gestão que contemplasse as questões preservacionistas para a cidade. Essa pauta também não era abordada tanto pelos mandatários do mercado imobiliário como das classes populares, pois ambos estavam mais preocupados com as questões de interesse que envolviam a sua sobrevivência, por vezes, imediatas.

Não havia ambiente entre esses três segmentos para debates sobre a importância e a manutenção do patrimônio edilício sobralense, com exceção à UVA, como novamente afirma Edilson Aragão. Na verdade, houve um intenso crescimento urbano a partir da instalação de algumas empresas que comporiam o atual Distrito Industrial que não encontrou correspondência na qualidade espacial da zona central e nos serviços de infraestrutura. A arquitetura referencial dos períodos passados, principalmente os estabelecimentos comerciais e de serviços na paisagem urbana, não atendia aos interesses particulares, encontrando-se ameaçada “pelo avanço comercial na cidade e pela falta de políticas relacionadas à preservação dos bens

¹¹⁵ Órgão colegiado de decisão o qual compete examinar, apreciar e decidir questões relacionadas com: o tombamento e a rerratificação de tombamento; o registro do patrimônio de natureza imaterial e a sua revalidação; e a saída temporária de bens acautelados pela União. Fonte: Decreto 9.238, de 15 de dezembro de 2017. Capítulo V. Seção I. Art. 13.

¹¹⁶ Possui graduação em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal do Ceará (1981) e mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2014). Atualmente é professor substituto da Universidade de Fortaleza e professor adjunto da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Projeto de Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: arquitetura, paisagem urbana, requalificação, urbanização e transporte. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/9954905347593404>.

patrimoniais” (PORTELA, 2019, p. 50), cujo [...] lucro passou a superar todos os outros valores socioculturais que norteavam as intervenções urbanísticas (ROCHA, 2003, p. 221).

Ou seja, no atendimento das demandas do setor comerciário como importante segmento eleitoral, as gestões municipais prevaricavam pela

[...] falta de uma política oficial capaz de imprimir eficácia prática às medidas protecionistas urgentes e de promover a revalorização do patrimônio monumental em função do interesse público e para o benefício econômico da região (Normas de Quito, Seção III *apud* CURY, 2000, p. 107).

Como também,

[...] em Sobral, predominava em anos anteriores – demorados anos – nos Setores da Cultura e do Esporte e Lazer, o que poderíamos denominar de “política de ausência”, no plano institucional, pois inexistia qualquer política pública definida para estas áreas. A Administração Pública excluía de seu planejamento e ações qualquer intervenção organizada e sistematizada nestas áreas (SOARES, 2000, p. 61).

Em 1973, durante a gestão do Prefeito José Parente Prado (1973-1976), quando se comemorou o bicentenário da ascensão do antigo povoado à condição de Vila, houve um dos primeiros momentos de discussão sobre o tema da preservação patrimonial de Sobral. A então Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFC realizou um levantamento do patrimônio histórico da cidade durante a disciplina ministrada pelo professor José Liberal de Castro. Nessa disciplina, os alunos do curso realizaram levantamentos métrico-gráficos e fotográficos de alguns sobrados e igrejas, cujo resultado final foi a exposição dos trabalhos concluídos na própria UFC.¹¹⁷ Em um segundo momento, a exposição foi trazida para Sobral, evidenciando a qualidade do acervo arquitetônico local para, dessa forma, sensibilizar os gestores públicos e as elites locais para que fossem tomadas providências em prol da causa da proteção do patrimônio histórico.

¹¹⁷ Trabalho organizado pelo prof. José Liberal de Castro, elaborado à época pelos universitários Antônio Ricardo Barbosa Rodrigues, Antônio Luciano Lima Guimarães, Francisco Augusto Sales Veloso, Francisco de Deus Barbosa, José Alberto de Almeida e Paulo Heider Forte Feijó (CASTRO et al, 1973). Os painéis de tamanho A1, a maioria em preto e branco, tendo em cores apenas as plantas da Cidade, estão dispostos no Museu Dom José em Sobral.

Castro (1973, p. 33-34) descreve elogiosamente a cidade de Sobral à época, ressaltando o bom grau de preservação de seus exemplares arquitetônicos e das qualidades ímpares dos espaços urbanos:

[...] Considerando como conjunto, os espaços urbanos de Sobral são os mais ricos do Ceará, já que ali se dispõem em harmonia, tardiamente e por mero arcaísmo de implantação, os velhos traçados medievais lusitanos, misturados com as formas novas, difundidas sistematicamente, a partir da época do Marquês de Pombal, das cidades em xadrez, formas das quais tanto se serviriam, no Império, os aglomerados urbanos nacionais, às vezes obrigatoriamente, no período de expansão comercial.

[...] No Ceará – nenhuma, e no Brasil – Poucas talvez ainda hoje sejam as experiências sensoriais de cena urbana que se possam tentar iguais à *promenade* que se faz da Catedral à Igreja do Rosário, pontos de balizamento inicial da cidade (hoje rua Ernesto Deocleciano e seu prolongamento até a Praça da Meruoca – General Tibúrcio), cujos espaços, ora amplos, de praças e avenidas ora aconchegantes, de ruelas que percorrem ou que se cruzam, nos envolvem como se andássemos dentro de um calidoscópio.

É importante citar também que de 1973 até meados da década de 1990, uma das poucas ações pontuais no âmbito da preservação do acervo patrimonial da cidade foi a assinatura de convênio em torno de R\$ 115.000,00 entre o Ministério da Cultura, o Governo do Estado do Ceará e a Diocese de Sobral, no ano de 1996, destinado ao Museu Dom José. Desse recurso financeiro, R\$ 35.000,00 foi disposto à recuperação da infraestrutura da edificação e os R\$ 80.000,00 restantes foi reservado para a formação de museólogos para atuarem no equipamento, cuja gestão dos serviços seria coordenada pela UVA. À época, esteve presente em Sobral o Sr. Francisco Correia Weffort – Ministro da Cultura do Presidente Fernando Henrique Cardoso.¹¹⁸ Os serviços contratados para o prédio do museu se restringiram à reforma da ala Monsenhor Sabino à confecção de móveis e vitrines, à execução de projeto luminotécnico e à recuperação de todas as portas externas do museu, conforme consta no depoimento da Maria Minerva Sanford Frota, ex-administradora do equipamento, ao jornal Tribuna do Ceará.¹¹⁹ O prédio foi reinaugurado em agosto de 1996, contando com a presença do referido Ministro da Cultura, além de Tasso Ribeiro Jereissati (Governador do Estado do Ceará), Paulo Sérgio Bessa Linhares (Secretário de Cultura do Ceará), Dom Walfrido Teixeira Vieira (Bispo Diocesano de Sobral) e José Teodoro Soares (Reitor da UVA).¹²⁰

¹¹⁸ TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza, 9 de março de 1996. Caderno Dia-a-Dia/Interior, p. 22C.

¹¹⁹ TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza, 23 de julho de 1996. Caderno Dia-a-Dia/Interior, p. 20C.

¹²⁰ TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza, 5 de agosto de 1996. Caderno Dia-a-Dia/Interior, p. 18B.

Todavia, mesmo com uma ampla divulgação da exposição da ascensão do antigo povoado à condição de Vila, a qual teve seus painéis incorporados ao acervo permanente do Museu Dom José, e suas restritas reformas prediais, durante um intervalo de 24 anos, as gestões públicas municipais anteriores à de 1997 pouco se interessaram pelo assunto da preservação do patrimônio cultural edificado.

O assunto era entendido como fator de perda de capital político para as eleições vindouras. Portanto, se houvesse algum empecilho, por menor que fosse considerado, que diminuíssem as projeções de retorno político ou financeiro, isso era considerado um entrave, logo, o prenúncio de um mau negócio para os interessados. Assim, a preservação das edificações através do estabelecimento de regras, normas e mecanismos de controle era entendida por gestores públicos e mercado imobiliário como incompatível com o crescimento, desenvolvimento econômico e a dinâmica social de Sobral.

[...] Embora [investidores e profissionais do ramo imobiliário] achassem muito interessante a novidade da manutenção do patrimônio construído, muitos temiam as restrições impostas. Eles não sabiam e nem imaginavam em que tudo aquilo poderia resultar; afinal, era uma incógnita (PORTELA, 2019, p. 76).

Dessa forma, esses agentes entendiam que era preferível demolir os edifícios históricos com valor arquitetônico para permitir a construção de imóveis com as capacidades máximas permitidas de gabarito,¹²¹ taxa de ocupação,¹²² coeficiente de aproveitamento,¹²³ taxa de permeabilidade¹²⁴ e recuo ou afastamento,¹²⁵ índices definidos pelo próprio município. Pois, como afirma Portela (2019, p. 76):

[...] ainda existia no particular, uma crítica de um pequeno grupo pelo fato de não mais permitir as demolições e grandes reformas [devido ao tombamento], e alguns investidores temiam que isso fatalmente poderia vir a prejudicar os investimentos e negócios imobiliários, significando o fim de um progresso.

¹²¹ Medida que limita ou determina a altura das edificações e/ou o número de seus pavimentos. Fonte: Código de Obras e Posturas do Município. Sobral, 2000, p. 9.

¹²² Percentual expresso pela relação entre a área da projeção da edificação e a área do lote, não sendo computados os elementos componentes das fachadas, tais como pérgulas, jardineiras, marquises e beirais. Fonte: *Ibdem*, p. 13.

¹²³ Relação entre a área parcial de uma edificação e a área total da gleba ou lote. Fonte: *Ibdem*, p. 7.

¹²⁴ Percentual expresso pela relação entre a área do lote ou gleba sem pavimentação impermeável, permitindo a infiltração de água e sem construção no subsolo, e a área total do terreno. Fonte: *Ibdem*, p. 14.

¹²⁵ Distância medida entre o limite externo da projeção horizontal da edificação, excluídos os beirais, marquises e elementos componentes da fachada, e a divisa do lote, sendo que o recuo de frente é medido com relação ao alinhamento ou, quando se tratar de lote lindeiro a mais de um logradouro público, a todos os alinhamentos. Fonte: *Ibdem*, p. 12.

Foi assim, por exemplo, que se procedeu com alguns casarões no centro antigo como o Solar dos Figueiredo que hoje é a sede da Secretaria de Cultura, Juventude, Esporte e Lazer, em cujo terreno, uma vez demolido, seria erguido um centro comercial, não fosse sustada a demolição através de uma ação civil pública. Outras edificações não foram poupadas, tais como o casarão que se encontrava quase defronte ao Colégio Sant'ana na avenida Dom José (Figura 36), o qual foi demolido para a construção do *Shopping Flamboyant* (Figura 037 e Mapa 22). Portanto, o mercado imobiliário foi renovando o tecido urbano como se não houvesse formas alternativas de conversão e adaptação de uso para as edificações mais antigas. Dessa maneira, essa preocupação acerca da preservação edilícia não era a tônica da agenda do governo local, pois no período apontado as gestões públicas estavam a reboque dos interesses privados.

Mapa 22 – Localização do *Shopping Flamboyant*.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 036 – Imagem da edificação de esquina assobradada (à esquerda) que foi demolida para dar lugar ao *Shopping Flamboyant*.



Fonte: Neném Papa, 1989.

Figura 037 – Imagem do *Shopping Flamboyant* disposto à avenida Dom José.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

O desabono não era restrito somente ao patrimônio cultural edificado, como explicita Chico Prado no jornal *Correio da Semana*:

[...] Sobral tem duas histórias, antes de Dom José e depois, só que antes, Sobral tinha gabarito político, e homens que amavam seu torrão natal, hoje em dia o

descrédito é absoluto na classe política, que vaga no ostracismo de voto, e na demagogia de encher os seus bolsos às custas da pobreza já morta (CORREIO DA SEMANA, 12 de maio de 1990).

O descaso também era um flagelo que atingia outras áreas sociais, conforme aponta Simielli (2008):

[...] Até meados da década de 1990, Sobral apresentava indicadores sociais alarmantes. Em 1991, a mortalidade infantil era de 67 para cada 1000 nascidos vivos, em comparação a uma taxa de 47 para cada 1000 nascidos vivos no Brasil; a taxa de analfabetismo chegava a 43,7%, praticamente o dobro do Brasil (20%); e a expectativa de vida era de 60,6 anos – seis anos a menos do que a expectativa de vida no Brasil (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1991; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2002) (SIMIELLI, 2008, p. 44).

E novamente informa Soares (2000):

[...] Uma breve análise da história de Sobral revelará a predominância da cultura política oligárquica e excludente no desenho político e administrativo de nosso município, assinalando gravemente os operadores políticos e a própria sociedade civil com profundas cicatrizes do fisiologismo, do paternalismo, descaracterizando as funções do poder público, na medida em que a “coisa pública” era sequestrada para o interesse privado. O caos administrativo, falência no sistema tributário municipal, serviços públicos básicos inexistentes ou ineficazes moldavam o quadro da administração pública de Sobral (SOARES, 2000, p. 68).

Desta forma, atesta-se que qualquer cidade que possua um conjunto de edificações de interesse de preservação, tal setor resiste às agressões físicas, à poluição visual, a uma gestão mal resolvida, à falta de recursos, à falta de fiscalização, até um certo limite. Depois desse ponto, esse começa a se descaracterizar, por vezes, irreversivelmente.

A década de 1990 foi um momento de grande tensão política na cidade de Sobral, onde, sob tal panorama, Cid Ferreira Gomes protagonizou e conduziu a política na cidade que até então era disputada e controlada por famílias de políticos tradicionais, como eram os Prado e os Barreto. Em uma estratégia inédita, o grupo político dos Ferreira Gomes alinhou a questão da preservação do patrimônio cultural, no mesmo patamar de importância de outras ações governamentais. Foi um momento em que Sobral se afirmava como um importante polo econômico, financeiro, político, de serviços, negócios e comércio na zona norte do Estado, mas à custa da destruição do seu próprio patrimônio edilício.

A questão preservacionista foi discutida de forma mais ampla durante a eleição para prefeito em 1996, pela chapa encabeçada por Cid Ferreira Gomes e Francisco Edilson Ponte Aragão (sob o *slogan* “Sobral no rumo certo”), que a tratou como parte do plano de governo. A campanha publicitária utilizada teve o intento de apontar o caminho para se alcançar a modernidade, evocando a novidade e o empreendedorismo aliados aos elementos de um passado de Sobral reconhecido como “triumfante”. Assim, não somente se restabeleceu a cidade como polo de desenvolvimento regional do norte do Estado, mas também se resgatou a autoestima do sobralense pela via da valorização do seu passado, agora transformado em memória e patrimônio.

Foi nesse mesmo período que Soares (2000, p. 62) cunhou o conceito de sobralidade como “

[...] uma nova cultura política de direitos e deveres para o fortalecimento de uma cidadania ativa, sem anular ou excluir o conflito social, mas pedagogizá-lo”.

Logo, tal conceito foi institucionalizado pela municipalidade com o objetivo de revalorizar e reafirmar aspectos culturais locais vinculados ao projeto político de gestão. Inclusive, Girão e Soares (1997, p. 29) já mencionam o vocábulo com a mesma conotação concebida por Soares (2000):

“[...] Rica pela pecuária e pelo comércio, culta pelo intercâmbio com centros europeus e, ainda abençoada pela Igreja, Sobral cresceu e tornou-se portentosa e progressista, gerando um sentimento que não é um simples bairrismo, identificado pelo intelectual e político Parsifal Barroso como a sobralidade” (SOARES, 2000 *apud* GIRÃO; SOARES, 1997, p. 290).

Esse termo, tão amplamente utilizado pela intelectualidade sobralense para caracterizar os habitantes de Sobral, e que seria uma forma especial de comportamento e visão do mundo, foi posteriormente definido por Freitas (2000, p. 24) como

[...] uma “tradição inventada” construída pela elite da Cidade que delimita as bases sociais da “sobralidade” com base em uma memória coletiva que denota um tempo de “triumfo” e de opulência da qual espaços selecionados no contexto urbano são fontes de inspiração (FREITAS, 2000, p. 24).

Portanto, Freitas (2000) afirma que os espaços selecionados pela elite local para seus discursos são selecionados por campos diferentes de memórias e símbolos significativos para fundamentar a construção da identidade que lembra um passado glorioso e estimula um processo de significação tanto dos próprios espaços como de um espírito coletivo.

Todavia, contar essa história triunfal é narrar a origem dos monumentos sob a ótica dos detentores do poder político, econômico, religioso e cultural, por meio da qual “

[...] Desde os tempos mais remotos monumentos são erguidos para comemorar a versão dos vencedores e o espaço urbano tem sido o *locus* por excelência desta prática” (MOASSAB, 2013, p. 23).

Para além do simples regionalismo, esse ponto de vista foi estrategicamente muito utilizado na campanha de 1996, perdurando até hoje como um discurso ufanista por parte da sociedade sobralense, ou melhor, sua elite. Entretanto, em Sobral, não somente os edifícios da elite foram objeto de uma política de patrimonialização, mas de outros segmentos sociais que se encontravam incluídos no que seria conhecido como o sítio histórico tombado de Sobral.

3.2. O movimento “Por uma Nova Sobral”

Os anos de 1980 se caracterizaram por uma crescente pressão pela democratização do país. Acontecimentos como o retorno ao pluripartidarismo, as eleições diretas para governadores de estado, a campanha Diretas-Já, a promulgação da nova Constituição e as eleições diretas para presidente da República confirmaram o desejo de renovação política nacional.

Como afirma Silveira (2013b, p. 1),

[...] Em Sobral, os representantes do regime de exceção, os grupos Prado (representando o Partido da Frente Liberal – PFL) e Barreto (representando o Partido Democrático Social – PDS) continuavam no comando do poder municipal, contudo os mesmos não detinham mais a hegemonia política. A falta de assistência do governo estadual e federal, a autonomia conquistada pelo grupo Ferreira Gomes, velho aliado de Prado, somada à pressão exercida pelos jovens partidos de esquerda, davam sinais de que outra cultura política ganhava espaço na cena pública sobralense.

Por outro lado,

[...] Neste cenário, alguns jovens profissionais sobralenses que buscaram formação de ensino superior alhures a Sobral retornaram de Fortaleza e de outras cidades durante o transcorrer da década de 80 do século XX, trazendo consigo ideias e as propostas do movimento de esquerda nacional que resultaram na fundação do PT, do PC do B, do PDT e do PSB na cidade. Daí, começou-se a debater com maior intensidade as questões da política local e dos problemas da cidade, principalmente nas rádios, que passaram a levantar questões que não eram discutidas antes como formas de não somente alavancar a economia estagnada da cidade, mas levantar a bandeira da liberdade, da democracia, da transparência na administração pública e do exercício da cidadania, o que significava serem opositores dos grupos Prado e Barreto, que comandavam o exercício do poder local há pelo menos duas décadas, revezando-se (SILVEIRA, 2013b, p. 7-8).

José Clodoveu de Arruda Coelho Neto (2019), em entrevista,¹²⁶ relata que a sua geração foi uma das primeiras a retornar a Sobral depois de estudar fora da cidade. As famílias que detinham alguma condição financeira favorável possibilitavam aos seus filhos estudar nas principais cidades do Nordeste, como Fortaleza, Recife, João Pessoa, São Luís ou até mesmo em Belém, na região norte do país. Sobral, na década de 1980, conforme narra Clodoveu Arruda, não oferecia condições de vida e de crescimento profissional adequado para sua geração, já que, ao concluir a formação superior, parte desses profissionais acabava se estabelecendo nos centros urbanos onde se formava, ou seja, não retornava à cidade de origem. Clodoveu Arruda também esclarece que, inclusive pela influência do Colégio Sobralense, de formação humanística, construiu-se uma reflexão sobre Sobral e os movimentos políticos que despontavam no cenário local. Portanto, essa geração regressa com a experiência de ter experimentado outras realidades fora da zona Norte do Estado do Ceará, em outros centros urbanos distantes do país, em um período de luta contra a ditadura e de mudanças das relações de costumes. Isso fez com que surgissem

[...] jovens lideranças construídas dentro das velhas estruturas, que romperam com seus “padrinhos” e constituíram uma nova agremiação, pautada no discurso do equilíbrio orçamentário, na eficiência da máquina pública e na probidade administrativa. A diferença é que em Sobral essa ascensão só aconteceria uma década depois do fim da ditadura (SILVEIRA, 2013a, p. 170).

¹²⁶ Advogado e professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Foi Secretário da Cultura do Município de Sobral (1997-2004), vice-prefeito de Sobral (2005 a 2009) e Prefeito de Sobral (2011 a 2016).

Quando essa geração retornou a Sobral, cada um atuou com a sua trajetória de vida diferenciada, quer seja com experiência na política, quer seja no movimento estudantil, na participação em partidos de linha mais à esquerda (de uma esquerda moderada). Portanto, essa geração passou a se incomodar com os indicadores de desempenho da gestão municipal, visto que, como explana Silveira (2013a, p. 163), “[...] ao longo da segunda metade dos anos de 1980, foram muitas as críticas à perda gradativa do prestígio da cidade frente ao Estado e à União”, [...] marcada por uma grave crise financeira, que teve reflexos na cidade de Sobral”.¹²⁷ Assim, esse grupo propôs mais envolvimento nos processos de mudança e de transformação da cidade nas suas respectivas áreas de atuação profissional.

Contestando os munícipes nesse período,

[...] reúne-se esse referido grupo de jovens sobralenses para buscar a mudança liderança de governo, tendo como futuros aliados, representantes da família Ferreira Gomes. Em outras palavras, o grupo Ferreira Gomes não fez parte do Movimento Por uma Nova Sobral, mas recebeu o apoio do grupo no momento em que ensaiavam sua independência à família Prado (SILVEIRA, 2013b, p. 12).

O conjunto de forças que ocasionou a crise dos velhos gestores foi denominado “Movimento por uma Nova Sobral”, o qual, embora tivesse vida curta e não se enquadrasse como um movimento político eleitoral, criou as bases para a ascensão de outros grupos políticos, que mais tarde assumiriam a chefia do poder municipal. O grupo era formado, dentre seus diversos integrantes, por: José Clodoveu de Arruda Coelho Neto, Francisco Edilson Ponte Aragão, José Luciano Ponte Linhares,¹²⁸ José Alberto Dias Lopes,¹²⁹ José Luiz Lins dos Santos,¹³⁰ Adalberto Alencar¹³¹ e João Conrado Ponte.¹³²

¹²⁷ Até meados de 1990, a cidade carecia de investimentos econômicos há mais de duas décadas e seu comércio local estava em declínio. Inclusive, a classe local de maior poder aquisitivo direcionava seus gastos para as lojas da capital. Fonte: ALBUQUERQUE, Izabelle Mont’Alverne Napoleão; RANGEL, Ana Livia Pongitori Gifoni. **Implantação da Grendene em Sobral** – Reflexões Históricas, Sociais e Econômicas. Sobral. Edições UVA, 2018, p. 41.

¹²⁸ Graduado em Engenharia Civil, elegeu-se vereador em Sobral pelo PSB entre os anos de 1992 a 1994.

¹²⁹ Comerciante local.

¹³⁰ Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1977, e Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), em 2002. Experiência profissional em Infraestrutura de Transportes e em Políticas Públicas de Serviços Públicos Concessionados, tendo atuando na Rede Ferroviária Federal (RFFSA) e Secretarias de Infraestrutura e de Recursos Hídricos do Estado do Ceará.

¹³¹ Presidente do Centro de Educação Popular em Defesa do Meio Ambiente (CEPEMA).

¹³² Graduado em Medicina pela Universidade de Vassouras, no Rio de Janeiro/RJ.

Esse movimento começou a propor outras formas de se fazer política, não se limitando ao grupo hegemônico dos Prado e dos Barreto, lançando, assim, algumas novas candidaturas.

[...] A idade dos velhos caciques e a falta de liderança entre os herdeiros diretos facilitaram o trabalho do grupo de jovens que conquistou o poder em 1986. Chegou com linguagem diferente, propostas de limpeza, argumentos fincados em dados científicos. Os coronéis não sabiam o que era *marketing*, não acreditavam em pesquisas e subestimavam o poder da mídia. Possuíam recursos financeiros, mas não havia um esquema de grandes empresas para financiá-los. Mesmo assim, à época ninguém de bom senso acreditava que eles pudessem ser derrotados (CORREIO DA SEMANA, 19 de novembro de 1994).

A participação da UVA teve um papel importante neste contexto, pois caracterizou-se como espaço para a troca de ideias e para o fomento de discussões acerca do desenvolvimento da cidade. A participação de professores e estudantes produziu uma massa crítica acerca das questões preservacionistas que desencadearam o tombamento do sítio histórico de Sobral, fato que alicerçou também a defesa quanto à imperiosa necessidade de manter esse sítio preservado, tendo em vista a importância para a cidade, para as relações socioespaciais ali ocorridas e em outras porções do município. Inclusive, há de se mencionar que lideranças que estavam alojadas em instâncias da sociedade civil e que lecionavam na universidade, posteriormente adquirindo funções legislativas e institucionalidade, entenderam que a única saída para evitar que o patrimônio material local fosse devastado seria a aplicação do instrumento do tombamento. A partir de então, esses aludidos agentes foram ao encontro do IPHAN, municiados de um abaixo-assinado para que o órgão federal realizasse o tombamento.

Esse fator proporcionou também uma maior cooperação entre as ações da UVA, a prefeitura municipal e o Governo do Estado, possibilitando a realização conjunta de convênios, congressos, simpósios e eventos administrativos, jurídicos e tecnológicos. Foi a partir desse momento que Sobral se tornou uma vitrine para empresas e empreendedores externos através da universidade, com o intuito de esses agentes conhecerem o município e saberem onde e em que investir. Tal parceria propiciou a expansão do *Campus* da UVA, em termos de quantidade e diversidade de cursos ofertados, permitindo ampliar a atuação e a importância desta instituição em Sobral.

Em 1982, Clodoveu Arruda (PC do B) foi candidato a vereador, todavia, não se elegeu. Transcorridos 6 anos, em 1988, Edilson Aragão (PSB) se elegeu vereador, tendo Luciano Linhares na sua Suplência. Já em 1992, Edilson Aragão (PT) se candidatou a prefeito, porém, não se elegeu. Entretanto, a campanha desse mesmo ano conseguiu eleger Clodoveu Arruda (PT) e Luciano Linhares (PT) como vereadores. Ou seja, gradativamente, parte do grupo que compunha o “Movimento por uma nova Sobral”, de vertente política de esquerda, passou não somente a ocupar espaços da administração pública municipal e a renovar os quadros do legislativo a fim de discutir os problemas da cidade (isso por si só, justificava o movimento), mas também se tornaram importantes opositores ante o revezamento das famílias Prado e Barreto à frente do executivo local.

Durante a última gestão antes do pleito municipal de 1996, Freitas (2000, p. 77) informa que

[...] Em 1995, vereadores que faziam oposição à facção política que ocupava a prefeitura municipal haviam denunciado o prefeito Ricardo Barreto, eleito em 1992, por improbidade administrativa. Fato este que ocasionou o que as pessoas nas ruas chamavam de “troca-troca” de prefeitos. Cada vez que o prefeito titular era destituído do cargo, o vice, Aldenor Façanha Júnior assumia, o que era marcado por uma incessante queima de fogos de artifício. Todo recurso judicial fazia com que o titular voltasse a assumir o cargo, o que não teve fim quando não havia mais possibilidades de recorrer. Com o “troca-troca” de prefeitos ocorreu uma reviravolta nas alianças políticas. O vice-prefeito rompeu com o titular e toda vez que assumia, acusava o prefeito de esvaziar os cofres públicos.

Sob esse contexto político, partidos como o PT e o PC do B, que faziam oposição ao PSDB no contexto nacional, em Sobral, tornavam-se aliados. A composição final da chapa à eleição para prefeito nesse ano de 1996 ficou entre os partidos PT, PC do B, PSDB, PSB e PTB. Assim, a agremiação política formada pela aliança, composta por alguns integrantes dos partidos de esquerda e o grupo da família Ferreira Gomes, ancorado no PSDB, justificava a necessidade de composição por existir na época uma suposta crise moral, social, econômica, política e cultural que os candidatos pertencentes às famílias dos Prados e dos Barretos criaram – crise que deveria ser superada por um modelo de gestão menos tradicional e mais técnico. Ou seja, esse padrão requereria preparo técnico e específico, com o intuito de assimilar as novas determinações da gestão pública moderna, além de nomes com competência e especialização nas principais pastas de gestão.

Em 1996, quando foi concretizada a aliança entre Cid Gomes (PSDB) e Edilson Aragão (PT), o programa de governo atuou inicialmente na geração de emprego, no resgate da denominada “sobralidade” e na valorização do patrimônio histórico. Nesse momento, o emprego do termo “sobralidade”, até então inédito, conforme afirma Freitas (2000, p. 16), traduziu-se na

[...] elaboração da identidade por parte da elite da cidade, elite que constrói e projeta um modo de ser com a pretensão de representar e caracterizar cada habitante. O escol elabora um discurso que, em seu conteúdo, tem a pretensão de diferenciar o ser sobralense não só do modo de ser fortalezense, mas de todos os modos de ser relativos a habitantes das demais cidades cearenses. O conteúdo dessa iniciação pode ser encontrado, por exemplo, em artigos recorrentes publicados na imprensa local e estadual, atribuído aos sobralenses um porte aristocrático no comportamento, no modo de expressar e vestir. Aliando-se a essa representação aristocrática a ideia de opulência que delimita o modo de ser sobralense.

Durante as eleições de 1996 para prefeito de Sobral,¹³³ o candidato do PSDB, Cid Ferreira Gomes, ganhou o pleito com uma maioria de 41.605 votos (63,97%) contra 16.680 votos de Cândida Maria Saraiva de Paula Pessoa¹³⁴ (PDT) e 6.756 votos de Marco Antônio Barroso Prado¹³⁵ (PFL).

Assumindo a gestão em 1997, a nova administração percebeu que a Prefeitura Municipal não só tinha um plano diretor desatualizado¹³⁶ como também não participava do Programa de Urbanização do Governo do Estado do Ceará (PROURB), o qual consistia numa linha de investimento que detinha recursos financeiros para a elaboração de planos diretores e a execução de obras de infraestrutura urbana. Dessa forma, incumbido de retomar tal programa, a municipalidade começou a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral (PDDU), já que, desde 1988, era obrigatório que as cidades brasileiras o providenciassem.¹³⁷

¹³³ Brancos: 1.655. Nulos: 2.187. Comparecimento: 68.883. Abstenção: 14.021. Eleitores Aptos: 82.904. Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1996/eleicoes-1996>.

¹³⁴ Inscrita na chapa como Cândida Figueiredo, seu vice foi o Pe. José Linhares do PPB.

¹³⁵ Seu vice foi seu pai e ex-prefeito de Sobral durante as gestões de 1973-1977 e 1989-1992, José Parente Prado, também do PFL.

¹³⁶ Na década de 1960, no momento em que Sobral crescia e trazia consigo toda a problemática que a intensa urbanização provoca, elaborou-se seu primeiro Plano Diretor, precisamente em 1967, por iniciativa do Governo do Estado. Apenas trinta e três anos depois, em 2000, foi aprovado o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Fonte: ALVES, Maria do Carmo. **Planejamento Urbano e Formação Territorial** – Sobral e suas Contradições. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009, p. 208.

¹³⁷ Conforme o parágrafo primeiro do artigo 182, da Constituição Federal de 1988, o Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.

Edilson Aragão, vice-prefeito da chapa de 1996, foi designado coordenador desse programa na confecção do PDDU para o município. Apesar de o plano vir acompanhado de todas as linhas e diretrizes físicas e econômicas e de gestão a serem executadas, o grupo político dos Ferreira Gomes já tinha pautado claramente quais seriam as metas para resgatar e valorizar a cidade. Era necessário entender Sobral como fruto de um longo processo de ocupação territorial e que a sua paisagem urbana é resultante da contínua e ininterrupta construção da história local, cujo testemunho foi deixado tanto nos edifícios quanto na malha urbana.

[...] A cidade ainda guarda, seja no traçado de suas ruas centrais, seja em muitas edificações, a estrutura urbana original de seu núcleo e as marcas da lenta construção e expansão de seu tecido urbano, com suas diversas ocupações e usos. A riqueza e a importância de Sobral ao longo dos anos se fazem visíveis na rica paisagem que compreende a Serra da Meruoca e a silhueta de suas edificações. A importância das estradas, bem como a centralização do poder religioso, revela como ocorreu o processo de ocupação do sertão do país (FREITAS, 2005, p. 58 *apud* BARBOSA; SOUZA; VASCONCELOS, 2000, p. 29).

Assim, resgatou-se o ímpeto pela valorização da arquitetura registrada pelo professor Liberal de Castro na comemoração do Bicentenário em 1973. Naquele momento, aventou-se, por parte da gestão pública, efetuar de fato o tombamento de Sobral como patrimônio histórico nacional.

3.3. A demolição do Solar da Família Figueiredo/Paula Pessoa

Conforme descreve Rocha (2003, p. 87-102), durante o intitulado ciclo comercial (século XIX), observa-se especialmente o aparecimento dos sobrados, isto é, construções de dois pavimentos alinhadas junto aos limites com as vias públicas, de uso misto, inseridas em lotes com testada maior do que os das edificações comuns à centúria anterior, com reduzido número de esquadrias, e beirais rematados com cornijas de massa saliente. A partir do último quartel dos oitocentos (1885-1900), Sobral assistiria a diversas modificações em sua forma urbana decorrentes, sobretudo, dos rendimentos obtidos por comerciantes com a venda do algodão, propiciando as primeiras manifestações neoclássicas nas fachadas das casas abastadas e dos edifícios públicos. Nos trinta anos que se seguiriam, entre 1900 e 1930, marcados como o período de transição entre a economia baseada na exploração econômica do campo e a fabril, deu-se com maior ênfase a apropriação,

na construção dos edifícios, do denominado movimento eclético, caracterizado pela reunião de diversos motivos e ornatos colhidos das mais diversas escolas estilísticas europeias (especialmente, no caso de Sobral, o neoclássico, o *Art Nouveau* e o *Art Déco*).¹³⁸ No centro antigo, destacam-se os edifícios mais significativos, marcos da paisagem urbana, representantes do poder divino (eterno)¹³⁹ e do poder municipal (temporal).¹⁴⁰ A harmonia do conjunto arquitetônico até meados da década de 70 do século passado era evidente, entretanto, na década seguinte, com a construção dos primeiros loteamentos para além da zona central, a intensificação da atividade comercial e a adoção do carro na vida cotidiana dos moradores locais, as habitações antigas passaram a ser foco de intervenções descaracterizantes em suas fachadas e plantas, a fim de atender à expansão do programa de necessidades residenciais e às adaptações para conversão em uso.¹⁴¹

As primeiras edificações que passaram por intervenções descaracterizantes foram os imóveis de arquitetura de feições coloniais, *Art Déco*, *Art Nouveau* e ecléticas, dotadas de vãos externos de largura reduzida, porém dispostos ritmicamente em grande quantidade. Essas ações foram potencializadas com o emprego da tecnologia do concreto armado que permitia vencer vãos maiores que três metros, os quais eram anteriormente executados em arco abatido ou pleno. A partir de então, alcançavam-se aberturas generosas com uma viga de concreto ou trilho de trem para viabilizar o acesso dos carros e, paralelo a isso, tornar as fachadas dos imóveis em vitrines para o comércio.

Tais intervenções pouco agregaram qualidade ao espaço urbano (comércio atacadista, material de construção, oficinas, etc.) responsáveis, em grande medida, pelo nível de descaracterização que atualmente se exhibe. Todas essas mudanças nos imóveis alteraram qualitativa e gradativamente a paisagem urbana, antes mesmo da homologação do tombamento do sítio histórico pelo Diário Oficial do União (DOU)¹⁴².

¹³⁸ ROCHA. Herbert de Vasconcelos. **O Lado Esquerdo do Rio**. São Paulo/Sobral: Editora Hucitec, 2003, p. 164-170.

¹³⁹ Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Igreja de Nossa Senhora das Dores, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Igreja do Menino Deus, Igreja de São Francisco, Abrigo Sagrado Coração de Jesus, Capela do Sagrado Coração de Jesus, Museu Dom José Tupinambá da Frota, Santa Casa de Misericórdia.

¹⁴⁰ Casa de Câmara e Cadeia, Casa da Cultura (sede da Secretaria de Cultura, Juventude, Esporte e Lazer), Pinacoteca de Sobral (Espaço Raimundo Cela), Teatro São João etc.

¹⁴¹ O aparecimento do carro na classe média levou à criação das garagens, ou seja, a abertura de vão de mais de mais ou menos 3 metros, incompatível com as técnicas construtivas dos séculos XVIII e XIX. *Idem*, p. 214.

¹⁴² Portaria n° 392, de 28 de outubro de 1999.

Tal descomedida profusão de ações descaracterizantes no acervo edificado tradicional da cidade teve seu ápice com o início da demolição do Solar da Família Figueiredo/Paula Pessoa, onde hoje funciona a Casa da Cultura¹⁴³ (Figuras 038, 039 e 040) em abril do ano de 1990, para dar lugar a um empreendimento comercial.

Figura 038 – Confluência da avenida Dom José com a rua Jornalista Deolindo Barreto, onde se registra a antiga residência dos Figueiredo, no extremo direito, ainda intacta, assim como também se encontra preservado o imóvel residencial situado na esquina diagonal oposta.



Fonte: Arquivo pessoal de Herbert Rocha, 1989.

Figura 039 – No extremo esquerdo, registram-se as ruínas da demolição da antiga residência dos Figueiredo pela rua Jornalista Deolindo Barreto.

¹⁴³ Antiga residência construída em 1858 pelo Pe. Francisco Jorge de Sousa, vigário de Sobral em 1858. Após sua morte, o prédio foi vendido ao Senador Francisco de Paula Pessoa, onde por longos anos, foi residência das famílias Paula Pessoa e Figueiredo. Denominado anteriormente de Solar dos Figueiredo, hoje funciona a sede da Secretaria de Cultura, Juventude, Esporte e Lazer de Sobral. Fonte: GIRÃO, Glória Giovana Sabóia Mont'Alverne; SOARES, Maria Norma Maia. **Sobral** – história e vida. Sobral: EdUVA, 1997, p. 51.



Fonte: Arquivo pessoal de Herbert Rocha, 1992.

Figura 040 – No extremo esquerdo, registram-se as ruínas da demolição da antiga residência dos Figueiredo pela avenida Dom José.

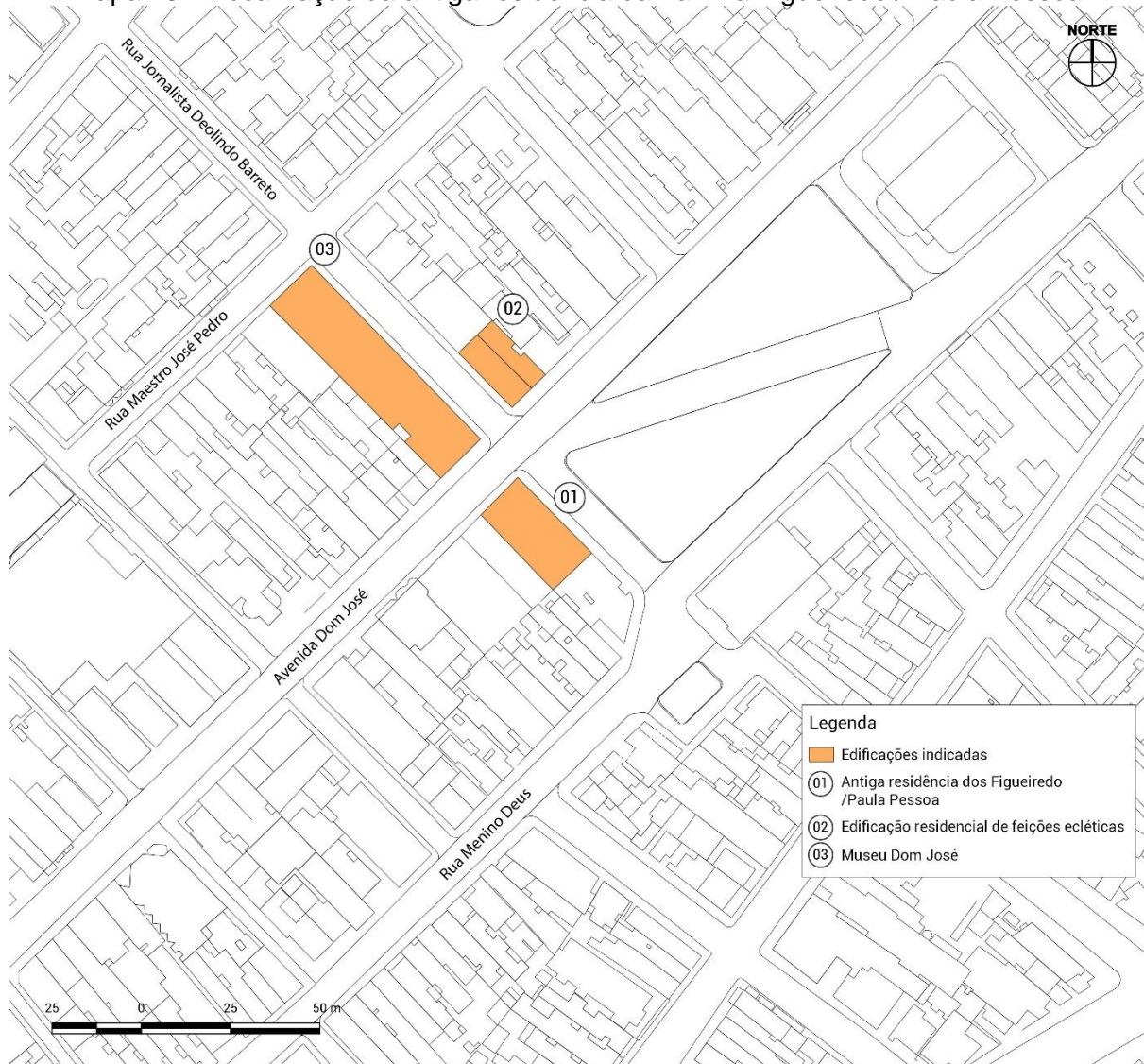


Fonte: Arquivo pessoal de Herbert Rocha, 1992.

O prédio em questão tinha perdido porções significativas de suas platibandas, grande parte de suas paredes internas e toda a sua cobertura. Restava-lhe, ainda, trechos incompletos das fachadas. Não obstante, tal fato gerou uma comoção coletiva capitaneada por personalidades locais que depois viriam a ascender na administração

pública municipal: Francisco Edilson Ponte Aragão, José Clodoveu de Arruda Coelho Neto, além de alguns professores da Universidade do Vale do Acaraú (UVA). Inclusive, na esquina diagonal oposta desse casarão, na confluência da rua Jornalista Deolindo Barreto com a avenida Dom José Tupinambá da Frota, também sucedia a descaracterização da metade da fachada de uma edificação residencial de feições ecléticas para dar lugar a um consultório (Figuras 041, 042 e 043) – tudo isso ocorrendo em dois imóveis da mesma época em uma esquina marcante e homogênea (Mapa 23). O desaparecimento desses imóveis seria um fato muito acintoso na cidade, o que gerou muita discussão na comunidade em torno do tema da necessidade da preservação edilícia.

Mapa 23 – Localização da antiga residência da Família Figueiredo / Paula Pessoa.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 041 – Feição da antiga edificação disposta na esquina diagonal oposta da residência dos Figueiredo antes de ser descaracterizada.



Fonte: Arquivo pessoal de Herbert Rocha, 1989.

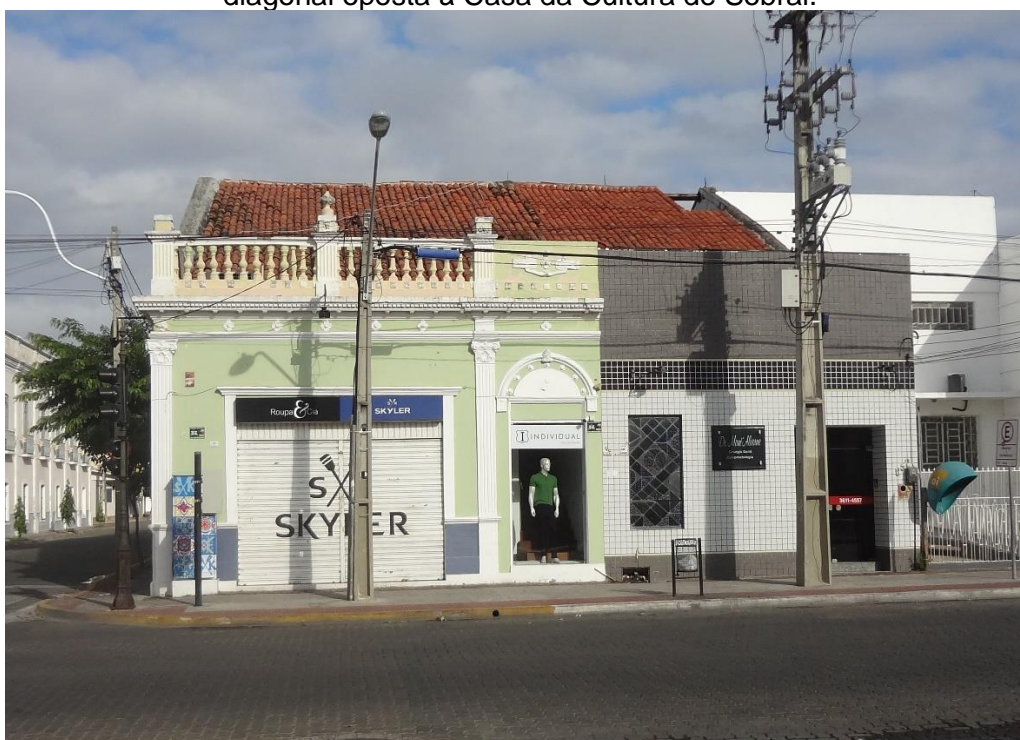
Registra-se ainda que na mesma esquina há o Museu Dom José Tupinambá da Frota, considerado o 5º lugar do Brasil em arte sacra e decorativa pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) (GIRÃO; SOARES, 1997, p. 54). Esse edifício impõe-se na paisagem pela sua grandiosidade comparada às edificações adjacentes, cujo gabarito de dois pavimentos acompanha, sem destoar, as demais edificações próximas.

Figura 042 – Feição da antiga edificação disposta na esquina diagonal oposta da residência dos Figueiredo antes de ser descaracterizada.



Fonte: Arquivo pessoal de Herbert Rocha. Imagem anterior a 1989.

Figura 043 – Fachada principal já descaracterizada da edificação disposta na esquina diagonal oposta à Casa da Cultura de Sobral.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Não obstante, realizar demolições em pleno horário diurno deveu-se pelo fato de que não havia nenhuma proteção jurídico-administrativa que garantisse a permanência das feições originais de suas arquiteturas, a não ser a opinião pública adversa aos empreendimentos. A olhos vistos, a comunidade reagiu às

circunstâncias. Entretanto, quem atuou em favor de sua preservação foi um grupo específico que conhecia os instrumentos legais para evitar a destruição por completo do imóvel. Por isso mesmo, conseguiu-se sustar a demolição através de uma “medida cautelar inominada preparatória de uma ação popular” (sic) movida por Francisco Edilson Ponte Aragão, vereador à época, e Clodoveu Arruda (2019), entrevistado por nós. A liminar foi concedida pelo juiz Francisco Gomes de Moura.

Contudo, em junho de 1991, o embargo sobreposto à obra foi revogado devido à falta de evidências técnicas que atestassem a importância histórica do prédio à cidade. No ano de 1992, a Superintendência de Desenvolvimento Urbano do Estado do Ceará (SEDURB) teve como ação institucional a desapropriação da edificação arruinada, que, na época, custou em torno de CR\$ 28.000.000,00 cruzeiros,¹⁴⁴ a fim de implantar-se inicialmente o projeto para o Palácio da Microempresa (como um equipamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Todavia, apesar da proposta de uso não ter se concretizado, o prédio foi repassado à Prefeitura, mesmo com o arruinamento completo em seu interior. Esse imóvel foi reconstruído com nova planta e novos acabamentos, passando a acolher, além de setores administrativos da vindoura sede da Secretaria de Cultura, espaços para exposições e oficinas e uma sala de cinema com 70 lugares (Cine Falb Rangel). O Governo do Estado do Ceará participou dessa empreitada de recuperar o Sobrado dos Figueiredo, através da Lei Jereissati¹⁴⁵ por intermédio da Telemar (atualmente Empresa Oi), utilizando-se da dedução fiscal de empresas e entidades como o Rotary Clube de Sobral, conforme informou Ivo Ferreira Gomes.¹⁴⁶

O episódio do impedimento da demolição do Solar dos Figueiredo foi o início de uma reversão de comportamento que até então estava em voga na cidade e que havia perdurado por décadas. Entendeu-se que esse processo de descaracterização e destruição deveria ser estancado, que a intervenção nesse sobrado, a partir do impedimento da sua demolição, e a realização do trabalho de restauração e

¹⁴⁴ Jornal Diário do Nordeste. 25 de fevereiro de 1992.

¹⁴⁵ Lei nº 12.464, de 29 de junho de 1995. Dispõe sobre incentivos fiscais à cultura, a administração do Fundo Estadual de Cultura. Permite a dedução de até 100% do valor incentivado até o limite de 2% do ICMS devido, a ser recolhido mensalmente pelo contribuinte. Fonte: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=121873>. Acessado em 8 de fevereiro de 2020.

¹⁴⁶ Ivo Ferreira Gomes é advogado, com mestrado pela Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Pertence aos quadros permanentes da Procuradoria Geral do Município de Fortaleza. É o prefeito da cidade de Sobral desde o dia 1 de janeiro de 2017.

adaptação a um novo uso serviria para implementar uma maneira diferente e nova de como a cidade de Sobral poderia tratar o seu patrimônio edificado.

Essa conjuntura tem a ver diretamente com as questões acerca da defesa do patrimônio, que resultou no embargo da demolição do antigo Solar dos Figueiredo. O manifesto pela preservação e tombamento desse imóvel implicou em um novo direcionamento das pautas políticas discutidas quanto à futura gestão da cidade, além do trinômio educação, saúde e segurança. A ação não se constituiu apenas em algo ligado à preservação do patrimônio *stricto sensu*, mas também em um processo mais amplo de busca de desenvolvimento local e de valorização de uma identidade coletiva única.

3.4. A campanha popular por “medidas de proteção do patrimônio histórico de Sobral”

“[...] O povo sabe o que quer, mas o povo também quer o que não sabe”.
(Gilberto Gil, 1998).

De forma a evitar agressões semelhantes de demolição de edificações importantes e representativas para a cidade de Sobral, houve o manifesto pelo tombamento do sítio histórico encabeçado pelos mesmos agentes que conseguiram impedir a demolição do Sobrado dos Figueiredo, os quais, por meio de uma campanha para abaixo-assinado coletivo, pressionavam para que fosse impetrado um tombamento federal ao conjunto urbano¹⁴⁷ local.

De acordo com o relato de Herbert de Vasconcelos Rocha, um dos articulistas a favor do tombamento, signatários do abaixo-assinado e os segmentos sociais mais envolvidos na causa clamavam por proteção de alguns exemplares edifícios da cidade, pois consideravam a manifestação como um ato político relevante para a manutenção de determinadas edificações e espaços públicos de forma isolada. Assim, esse abaixo assinado não constituiu um ato público eventual, pois adveio como consequência dos dois episódios retromencionados: a demolição do antigo Solar dos

¹⁴⁷ Há uma definição para o termo “conjunto” mencionada no documento intitulado “*Normatização de Cidades Históricas – orientações para a elaboração de Normas de Preservação para área urbanas tombadas*”, constante no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) do IPHAN a partir do qual será discutida ainda nesse Capítulo III a definição em contraponto com o objeto de estudo.

Figueiredo e a descaracterização da casa vizinha na diagonal oposta pela avenida Dom José Tupinambá da Frota, o que tornou o feito importante em toda a cidade, porque constituiu uma manifestação legítima por parte da sociedade em prol da preservação do patrimônio local, cujas assinaturas foram coletadas na UVA e nos ambientes frequentados por seus protagonistas.

Em 20 de setembro de 1996, o abaixo-assinado foi encaminhado à então 4ª Coordenadoria Regional do IPHAN pelos seguintes solicitantes: Pe. Francisco Sadoc de Araújo, Monsenhor Sabino Guimarães Loyola e Glória Giovana Sabóia Mont'Alverne Girão, todos professores da UVA. Esse documento continha 219 assinaturas (incluídas as dos três pleiteantes no ofício de encaminhamento ao invés de constarem no abaixo-assinado), cuja campanha ocorreu entre os dias 17 a 20 de setembro de 1996. O documento em questão abre a sua redação informando:

[...] Como é de conhecimento de V. Sa., a Cidade de Sobral é uma das mais antigas do Estado do Ceará e possui um acervo de bens culturais cujo valor transcende as fronteiras locais. Esse patrimônio vem sendo, nos últimos anos, sistematicamente delapidado, destruído ou descaracterizado, em decorrência da desinformação, da falta de sensibilidade ou simplesmente, do descaso.

[...] Com o intuito de salvar e resguardar o que ainda resta de desse precioso legado, vimos, os abaixo assinados filhos, moradores e admiradores da Cidade de Sobral, solicitar a V. Sa. que examine a possibilidade da adoção imediata de medidas de proteção ao acervo de nossa cidade. Desnecessário mencionar a importância de que se reveste tal iniciativa para as futuras gerações que terão na permanência desses símbolos do passado testemunhos eloquentes do relevante papel desempenhado por nossa cidade no processo de desenvolvimento social, econômico e cultural do estado do Ceará e do Nordeste. Ofício, de 20 de setembro de 1996, constante ao processo de tombamento de nº 1.379-T-97, sobre o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Sobral/CE (IPHAN, 1997, p. 1).

A solicitação de tombamento ao órgão federal decorreu da necessidade de proteção da arquitetura da paisagem urbana construída face à intensa descaracterização das edificações do centro antigo. Elementos esses que servem também como base territorial para a memória e a realização de outras manifestações culturais e religiosas que ainda hoje ocorrem no território (as procissões, grupos de bois e reisados, dentre outros). Todavia, a organização do manifesto por medidas de proteção do acervo edilício foi coordenada por integrantes da UVA em um curto intervalo de tempo, tendo a adesão de um reduzido número de assinaturas.¹⁴⁸ Não se

¹⁴⁸ Em 1996 havia 138.565 habitantes em Sobral em contraponto as 216 assinaturas coletadas. Fonte: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/cecont97.shtm>. Acessado em 18 de maio de 2019.

sabia por parte da população quais eram as medidas de proteção que seriam adotadas pelo IPHAN. No abaixo-assinado, não foi solicitado explícita e especificadamente o tombamento, pois as diligências de proteção no *Caput* do referido documento não discriminavam quais seriam as providências a serem adotadas e como tais providências recairiam sobre a comunidade sobralense (Figura 044).¹⁴⁹ Tanto, é fato, que até hoje ainda se faz necessário explicar como funciona o instrumento do tombamento para os moradores em Sobral. Não havia à época nenhuma política preservacionista local, tampouco, em decorrência disso, uma política de conscientização patrimonial, devido à ausência desse tema nos planos de governos anteriores a 1997.

Figura 044 – Primeira página do abaixo-assinado.

¹⁴⁹ Todas as 7 páginas que compõem o abaixo-assinado se encontram nos anexos desta dissertação.

SÚMULA DA SOLICITAÇÃO DOS ABAIXO ASSINADOS:
MEDIDAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SOBRAL

ASSINATURA	IDENTIDADE	PROFISSÃO	DATA
1. Jhon Nery do Aguiar	1743960-88	Comerciante	19/09/96
2. Kariny Aguiar Parente	2202242-92	Vendedora	19/09/96
3. Alanusa Helena de M. Melo	2173902-91	Vendedora	19/09/96
4. Evairide Elias de Inapca		vendedora	19/09/96
5. Kina de C. Pontes	1964913-9	comerciante	19/09/96
6. Raquel F. Garcia	946811-85	func. pública	19.09.96
7. RENO XIMENES PONTE	10489(OAB/CE)	ADVOGADO	19.09.96
8. ANÍS JUVANAR SAGÓIA DOS REIS	615181-83	COMERCIANTE	19.09.86
9. Francisca Regina Carmichael	324160-81	CONTADORIA	19/09/96
10. M ^{te} do Socorro Simões	695-358	Comerciante	19/09/96
11. Roberto Albuquerque	2174200-91	Aux. Escritório	19/09/96
12. Francisca Irene Miranda	413208-82	Aux. Escritório	19/09/96
13. Ana Cláudia Carmichael	764145-84	Aux. Escritório	19/09/96
14. G. M. M. M.	1639-277-88	Aux. Escritório	19/09/96
15. Maria Valéria S. da F. F.	528945-82	contadora	19/09/96
16. Márcia Maria da Silva	2343690-94	vendedora	19/09/96
17. Francisca das Graças Almeida	1341-628	Comerciante	19/09/96
18. Antônia Lúcia Lins	2603101606	Vendedora	19/09/96
19. Cristiano Mousca Albuquerque	1883217-89	Vendedor	19/09/96
20. Saul de Aguiar Pontes	490602	Professora	19/09/96
21. José Tupinambá Gabaglia	688889-84	Ass. Comercial	19.09.96
22. Marisa de Vasconcelos Figueira	93014011760	Universitária	19.09.96
23. Carlos Antunes dos Reis	2661390-93	ESTUDANTE	19.09.96
24. Edizene dos S. M.	334618-82	COZIAMEIRO	19/09/96
25. Ana Carolina Trana de S. S.	96002228011	DENTISTA	20/09/96
26. Ana Cláudia Thome Felvo	8906002029936	DENTISTA	20/09/96
27. Antonia Virginia Sales	136-048	DOMESTICA	20/09/96
28. Francisco Wilson de Oliveira	287-823	BAUCARU	20/09/96
29. Neide M ^{te} S. Y. Oliveira	1065746	doméstica	20/09/96
30. Ana Cristina de Figueiredo	940024470035	Assist. Social	20/09/96
31. Marcel Adair M. S.	126652-SS-CE	BANQUEIRO	20/09/96
32. Francisco Caboclos	1654891885906	Estudante	20/09/96
33. Maria Inês B. Vianna	431-426	FISIOTERAPEUTA	20/09/96
34. Carlos de Aguiar Pontes	391-444	Administrador	20/09/96
35. Maria Roseleira de A. Pereira	233830	Apresentada	20/09/96



Fonte: IPHAN/CE. Processo Administrativo nº 1379-T-97, p. 2.

Como ato administrativo compulsório, ressalta Rabello (2009) que

[...] O tombamento constitui uma limitação administrativa ao uso do bem tombado. As limitações não dizem respeito à substância do direito de propriedade, mas, sim, ao uso do bem. Mas as limitações que decorrem do tombamento podem afetar substancialmente a finalidade ou o destino do bem sobre o qual incidem (RABELLO, 2009, p. 143 *apud* CAMARGO, Ofício nº 02/8 – SLS – PGE-RJ).

[...] Não tira o tombamento, em momento nenhum, a exclusividade do proprietário sobre a coisa, mas condiciona a forma do exercício das faculdades do domínio. A imposição das limitações pela administração pública não dá a esta nenhum direito próprio, nem titularidade sobre qualquer faculdade do domínio, mas simplesmente explicita o interesse público sobre a coisa (RABELLO, 2009, p. 138).

[...] Sendo uma norma dirigida a todos os cidadãos, é evidente que não exclui o próprio proprietário da coisa. Este, como veremos, além de ter a obrigação de não causar dano ao bem, ainda lhe deve acrescentar o dever de conservá-lo. E é por esse motivo que, ainda que não esteja ele mesmo causando o dano ao bem tombado, isto é, o dano esteja sendo causado por terceiros, como lhe cabe o dever de conservar a coisa, conseqüentemente lhe cabe a responsabilidade de denunciar a ocorrência de eventual agressão ao bem tombado, de modo que a autoridade competente venha a tomar as providências cabíveis à sua proteção (RABELLO, 2009, p. 114).

Quando ocorreu a homologação do tombamento do sítio histórico de Sobral no ano de 1999, a subsequente atuação fiscalizatória e a aplicação dos ditames preservacionistas do IPHAN, resultando no cerceamento do direito de intervenção de bens imóveis, a apreciação sobre o abaixo-assinado passou a não ser tão prontamente palatável por parte de proprietários, locatários e pelos agentes do mercado imobiliário local. Herbert Rocha (2019), em entrevista, informa ainda que no período da coleta de assinaturas, alguns entendiam que a manifestação era apenas um ato simbólico. Inclusive, ninguém foi forçado ou coagido a assinar a petição. O documento apresentado para assinatura tinha em sua súmula a seguinte redação: “medidas de proteção do patrimônio histórico de Sobral”, que era entendida por seus encorajadores como uma informação autoexplicativa. Já os campos de preenchimento se resumiam apenas em assinatura, identidade, profissão e data.

Especula-se que por falta de maior discussão e aprofundamento do assunto, talvez a comunidade (signatária ou não) tivesse entendido que o patrimônio edificado a ser protegido seria o bem imóvel alheio e não o seu próprio. Como a proteção aventada no manifesto estava discriminada por área, supôs-se equivocadamente que o instrumento do tombamento recairia apenas à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, à Igreja de Nossa Senhora das Dores, ao prédio da Câmara Municipal, dentre outros expressivos monumentos, em sua maioria religiosos, o que talvez tenha gerado essas posteriores surpresa e insatisfação coletiva. Herbert Rocha (2019)

arremata, em entrevista, que já havia uma sensibilização da sociedade civil organizada sobre a discussão acerca da preservação do acervo edificado de Sobral. Entretanto, afirma que se tratava mais de um sentimento nostálgico de “grandeza perdida” (sic), cujos agentes da elite econômica local e do setor imobiliário se referenciavam de forma saudosa, mas não se comprometiam de fato com a preservação do patrimônio material. Quando havia prerrogativas financeiras e mercadológicas em demolir um bem imóvel ou nele intervir substancialmente, esses agentes não titubeavam em realizar tais interferências. Portanto, conclui-se que o discurso propagandístico era de viés saudosista, mas as práticas sociais eram outras. A exceção ocorria com as paróquias no Centro que tinham uma postura mais tradicional, onde as igrejas e escolas de ordens religiosas foram pouco reformadas, mantendo um determinado estado de preservação sem intervenções de grande vulto que resultassem em descaracterizações significativas.

É importante citar também que as mesmas famílias tradicionais e a Diocese que estavam atuando pela proteção do acervo edificado, como principais detentoras de capital financeiro, eram também os mesmos agentes que investiam na modernização da cidade, intervindo intensa e plasticamente nos seus imóveis. Em muitas situações, inclusive, descaracterizando-os mesmo antes da efetivação do tombamento.

Para tornar mais célere o processo de tombamento, a Prefeitura e a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará inicialmente contrataram uma equipe de profissionais para fazer a coleta de informações sobre o acervo edificado e o seu referenciamento.¹⁵⁰ Essa iniciativa foi realizada com a orientação e a assessoria do IPHAN, onde, por meio do estudo prévio desenvolvido por esse grupo técnico, foram obtidas as bases de informações e os dados do município para prover a instrução definitiva que seria desenvolvida futuramente pelo IPHAN. O tombamento, nas palavras de Freitas (2005, p. 10), “

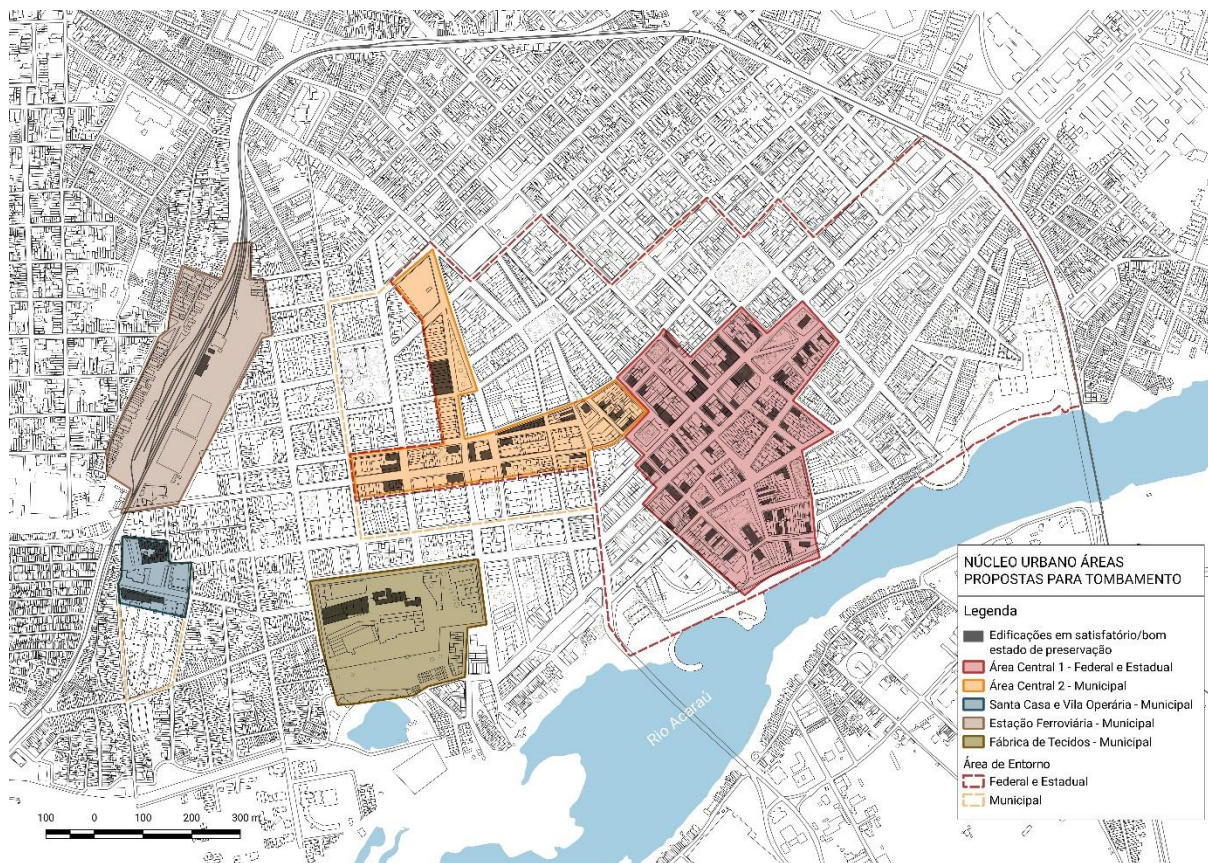
¹⁵⁰ A Equipe era composta por Antônio Carlos Campelo Costa, Maria Eveline Vasconcelos Linheiro, Marfisa Maria de Aguiar Ferreira, Aída Maria Matos Montenegro, Martemísia Jacinto Barbosa, Meize Regina de Lucena Lucas, Raimundo Nonato Rodrigues e Regina Ilka Vieira Vasconcelos. Fonte: IPHAN/CE. **Processo 1379-T-97**. Volume II. Folha 260.

[...] foi um movimento iniciado em 1997, que não partiu da iniciativa do IPHAN, mas sim de integrantes do poder público municipal da administração eleita em 1996 formada pela facção política que apoiava o candidato Cid Gomes”.

Um dos desdobramentos do estudo foi a proposição de uma poligonal inicial que contivesse em seu traçado as referências e os elementos que poderiam ser tombados. O trabalho acabou evoluindo da proposta do tombamento individual das edificações para um tombamento em conjunto. Desta fase, após a avaliação, a revisão e a complementação dos estudos pela Superintendência do IPHAN no Ceará, sob a orientação dos arquitetos Domingos Cruz Linheiro¹⁵¹ e Márcia Genésia de Sant’Anna, propuseram poligonais de tombamento e entorno ampliadas em relação à primeira versão (Mapas 24 e 25). O mapa da primeira versão das poligonais de preservação e proteção do sítio histórico de Sobral não se encontra na instrução de tombamento que foi encaminhada à Presidência do IPHAN. Consta na instrução apenas sua variante definitiva.

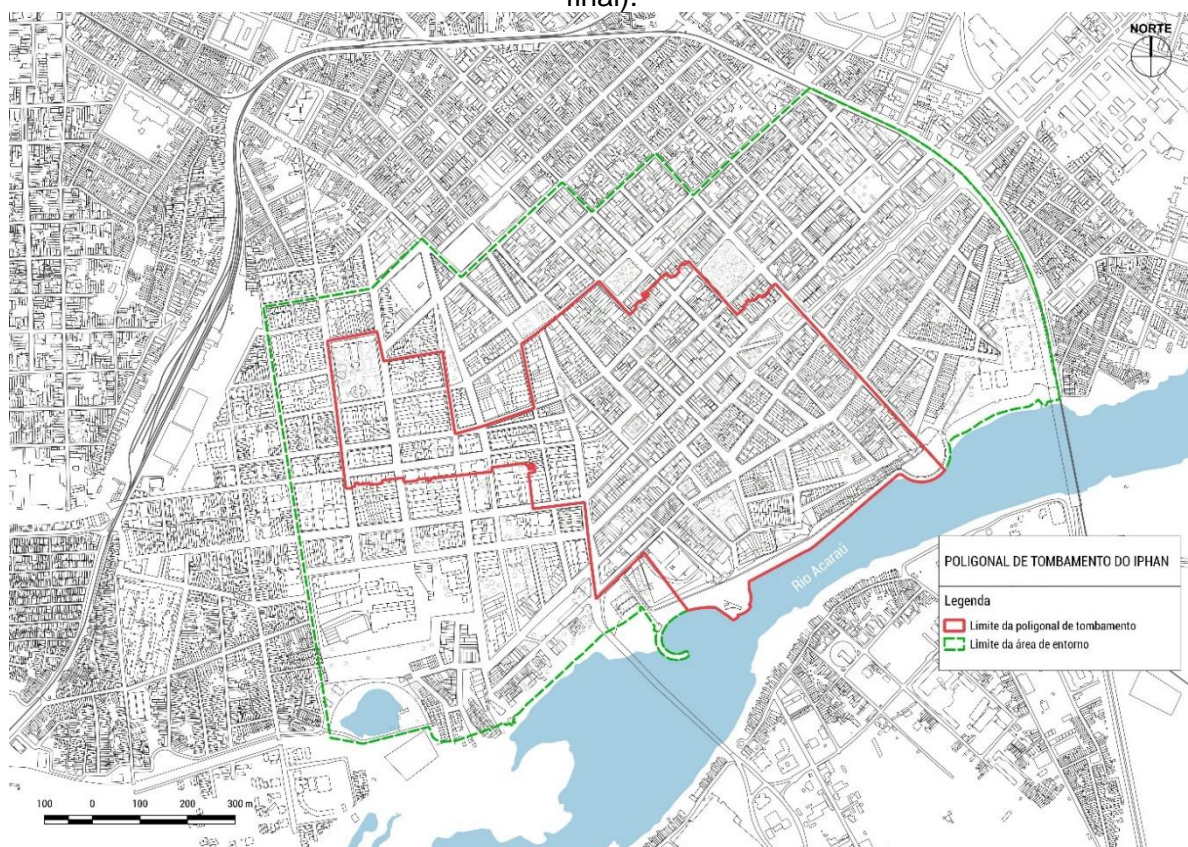
Mapa 24 – Mapa do núcleo urbano de Sobral. Áreas propostas para tombamento (versão inicial descartada).

¹⁵¹ Graduado em Arquitetura pela Universidade Federal da Bahia (1970) e Especialização em Restauro de Monumentos e Sítios Históricos pela Universidade de São Paulo (1974). Atualmente é professor da Universidade de Fortaleza. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Patrimônio e Restauro. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/7292902417767034>.



Fonte: IPHAN/CE, 1998.

Mapa 25 – Mapa do núcleo urbano de Sobral. Área proposta para tombamento (versão final).



Fonte: IPHAN/CE, 1998.

Contudo, a proposta final desenvolvida pelo IPHAN não foi um procedimento pacífico em Fortaleza, tampouco em Brasília, pois havia opiniões divergentes acerca do método empregado para a versão derradeira entre os técnicos. No Ceará, conforme relata Domingos Cruz Linheiro (2019), em entrevista, mesmo este arquiteto não concordando com a proposta encaminhada, foi posta em prática pela Superintendência a versão que abordava em sua essência o traçado urbano primitivo da cidade, sua expansão a partir do núcleo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em direção ao núcleo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a incorporação de outros ulteriores traçados sob a égide do conceito “cidade documento” (SANT’ANNA, 1995). Entretanto, o arquiteto retromencionado manifesta que, à época, não era de seu conhecimento nenhum sítio histórico que fosse tombado pelo IPHAN que não houvesse uma certa correspondência entre o traçado urbanístico e a arquitetura que foi produzida em cada período desses aglomerados urbanos, denotando que a primeira proposta das poligonais de tombamento e de entorno seguia os preceitos de “cidade monumento” (SANT’ANNA, 1995).

Reforçando as palavras de Domingos Cruz Linheiro, Rocha (2017, p. 182) arremata que

[...] A estética dos edifícios, o alinhamento de vias e a limpeza urbana eram questões associadas ao aformoseamento das cidades oitocentistas. Os prédios institucionais ganharam importância simbólica, revelando a problemática urbana e respondendo às questões de segurança pública, salubridade e aformoseamento.

Na explanação de Rocha, evidencia-se que, tanto o traçado urbano por onde se implantaram os imóveis, ruas e logradouros, quanto a presença da arquitetura oitocentista são elementos importantes e indissociáveis entre si, atributos que juntos aformosearam a cidade de Sobral, distinguindo-a dentre outras de seu período. No caso de Sobral, Linheiro (2019) pondera, em entrevista, que a malha urbana era extremamente ampla e a primitiva arquitetura construída sobre essa malha foi aos poucos substituída por uma produção que continha muito menos qualidade, dissociada do contexto da evolução urbana e que muito contribuía para a desqualificação paisagística.

Já Romeu Duarte Junior –¹⁵² empossado como Superintendente da 4ª SR/IPHAN em 1997 – expressa sobre a versão final do estudo de tombamento que

[...] Ao tomarmos conhecimento da proposta que era vazada em uma metodologia completamente nova para nós, diferente de como se trabalhava as questões do patrimônio, principalmente dos sítios históricos urbanos aqui na casa, nós estranhamos um pouco, porque notamos que havia um desequilíbrio grande causado pela hipervalorização da história da cidade e, em detrimento do que a cidade apresentava como realidade construída. Havia uma valorização muito grande dos momentos de construção da cidade, dos processos de formação e evolução urbana, das costuras que aconteceram entre diferentes setores da cidade, que é uma coisa de interesse, mas ao mesmo tempo, havia também, e ninguém poderia negar, um processo de descaracterização e destruição da arquitetura original. Se a cidade mantinha uma trama viária perfeita, ela não apresentava mais, em grande parte, e de uma forma muito fragmentada, muito salpicada, um conjunto de arquitetura de maior interesse, em que você pudesse ter legibilidade, continuidade, homogeneidade. Muito pelo contrário. Você tinha algumas edificações isoladas aqui, outras no outro canto. Então você tinha alguns núcleos, onde você tinha alguns conjuntos com alguma permanência dos elementos arquitetônicos originais, mas boa parte da área da cidade tombada, era ocupada por edificações completamente degradadas (FREITAS, 2005, p. 33-34).

A proposta inicial previa áreas de preservação e de proteção pelo IPHAN de dimensões reduzidas com relação à sua versão final, contendo aproximadamente 17,11 hectares para a área tombada e 75,99 hectares para a área de entorno, em contraponto aos respectivos e atuais 44 hectares e 95 hectares. Somam-se ainda a proposição de uma poligonal de preservação do sítio histórico em âmbito municipal (destacada em laranja no Mapa 24) e o tombamento da Santa Casa de Misericórdia e da vila operária defronte a essa casa, da antiga Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano e da esplanada ferroviária, como bens materiais isolados em âmbito municipal.

¹⁵² Graduado em Arquitetura e Urbanismo pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará-UFC em 1985. Possui mestrado (2005) e doutorado (2012) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. É Professor Adjunto Nível 3 do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC, onde ensina desde 1991 e orienta trabalhos finais de graduação e dissertações de mestrado. Tem experiência nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em História da Arquitetura e do Urbanismo, Teoria de Arquitetura e Urbanismo, Projeto de Arquitetura e Urbanismo e Patrimônio Cultural Edificado. Atuou como titular da Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Ceará – IPHAN/CE (1997 - 2008). Presidente do Departamento do Ceará do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/CE (1992 - 1993 e de janeiro a maio de 1994); Presidente da Direção Nacional do IAB (1994 – 1996), tendo por isso merecido o título de Conselheiro Vitalício do IAB; Diretor da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura - ABEA (1996 - 1998); Delegado do Brasil no Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa – CIALP (1994 - 2003); Coordenador do CAU/UFC (1994 - 1995). Professor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Ceará. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/8189338984248586>.

Entretanto, tal opção que indicava áreas menores para o sítio histórico em âmbito federal e aquilo que seria o primeiro conjunto urbano tombado em nível municipal no estado do Ceará foi descartado, resultando em uma área estendida de competência exclusiva ao IPHAN e sem esboçar outras atribuições de cunho preservacionista à municipalidade. Há apenas a recomendação de que os imóveis retromencionados que se encontram fora da poligonal de entorno sejam tombados pelo Estado do Ceará.

Já em Brasília, apesar do sobreaviso dos arquitetos Domingos Cruz Linheiro (2019) e Romeu Duarte Junior (2019) sobre o nível de descaracterização do sítio histórico de Sobral e a sua ampla dimensão territorial, tais questões não foram avaliadas pela comissão, conforme ambos relatam em entrevista. Decidiu-se internamente que a proposta encaminhada pela 4ª SR/IPHAN não teria seu conteúdo alterado, ou mesmo a sua apreciação pelo Conselho Consultivo não seria sustada. Na verdade, era uma reação interna da direção do IPHAN contra uma hipótese que nunca se atestou, segundo informa Romeu Duarte Junior. Esse arquiteto relata que havia segmentos políticos que atuavam com o objetivo de desregular o Decreto nº 25/37, fazendo com que o patrimônio cultural tombado em âmbito federal se revertesse à condição municipal. Com isso, seriam os municípios os responsáveis por cuidar exclusivamente de seu próprio patrimônio cultural. Não mais caberia a um órgão federal como o IPHAN essa missão. Esse era um grande receio perante segmentos do aludido órgão, de haver uma desregulamentação da legislação de proteção. Ou seja, a apreensão era de que, uma vez aceitando a revisão de um processo de tombamento, abrir-se-ia a jurisprudência para que muitas outras instruções fossem anuladas ou revisadas. Assim, para não abrir flanco para tais possibilidades, para não se mostrar politicamente frágil, para a instituição não declinar da sua própria maneira de trabalhar, essas questões influenciaram na decisão de manter a instrução do tombamento do SHS na pauta do Conselho Consultivo.

Havia uma certa razão para tal pensamento, pois em 1990, durante o governo do presidente Fernando Affonso Collor de Mello, o SPHAN tinha sido extinto juntamente com o seu Conselho Consultivo, sendo alcunhado de Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC).¹⁵³ Somente em 1994, durante o governo do presidente

¹⁵³ Em março de 1990, ocorreu a paralização das atividades do SPHAN em decorrência da reforma administrativa e da dissolução do Conselho Consultivo, sendo este reconduzido em maio de 1992.

Itamar Franco, a instituição retornou com a designação IPHAN.¹⁵⁴ Portanto, reforça-se a hipótese pela qual o processo foi aprovado, ou seja, justificar a importância do IPHAN à proteção do patrimônio cultural brasileiro em um momento em que a própria instituição estava fragilizada politicamente.

Fato esse corroborado por FONSECA (2005), quando a autora relata que

[...] Não foi outro o sentido das emendas apresentadas, 1994, ao texto constitucional de 1988, que ampliava consideravelmente a noção de patrimônio cultural. Essas emendas apresentadas por ocasião da revisão constitucional visavam reduzir tanto o universo do patrimônio como as atribuições da instituição responsável por sua proteção (FONSECA, 2005, p. 27).

[...] As emendas foram encaminhadas pelos senadores Élcio Alvarez (PFL-ES), Jutahy Magalhães (PSDB-BA) e Pedro Teixeira (PP-DF) e pelo deputado Fernando Rigotto (PMDB-RS), que propõem a restrição da proteção, pelo poder público, aos bens de propriedade da União e a breve aquiescência a esses tombamentos pelo Serviço de Patrimônio da União – SPU (FONSECA, 2005, p. 32).

Assim, tal receio intensificou-se na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso com a nomeação de Carlos Henrique Heck¹⁵⁵ à presidência do IPHAN, em 1999, pelo Ministro da Cultura Francisco Correia Weffort.

O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural,¹⁵⁶ ligado ao IPHAN, inclusive, criticou por meio de cartas abertas não somente a nomeação de Carlos Henrique Heck à pasta, como também as mudanças administrativas feitas pelo Ministério da Cultura na condução das políticas de patrimônio. Entretanto, a desregulamentação do

Fonte: FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo** – Trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. Minc/IPHAN, 2005, p. 182.

¹⁵⁴ Através do Decreto nº 99.492, de 03/09/1990, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi substituída pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). A medida provisória de 1994 recuperou o nome da instituição, transformando-a novamente em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Fonte: SANT'ANNA, Márcia Genésia de. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Salvador, 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 1995, p. 100.

¹⁵⁵ Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1964), especialização em Museologia pela Universidade de São Paulo (1965), especialização em Evolução Urbana pela Universidade de São Paulo (1967), especialização em Didática do Ensino Superior pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1997), especialização em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1997) e mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1998). Atualmente é Professor assistente II da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/4249697225932671>.

¹⁵⁶ As cartas foram assinadas por Augusto da Silva Telles, Max Justo Guedes, Roberto Cavalcanti, Ângelo Oswaldo Araújo Santos, Modesto Carvalhosa, Luiz Fernando Duarte, Carlos Lemos, Ítalo Campofiorito e Suzanna Sampaio. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq30019910.htm>. Acessado em 15 de março de 2020.

patrimônio cultural, de transferir as responsabilidades de proteção, manutenção e fiscalização para os municípios, nunca ocorreu em sua gestão.¹⁵⁷

A instrução de tombamento foi encaminhada à apreciação e chancela do Conselho Consultivo do IPHAN. Aprovado pelo referido Conselho, foi homologado pelo DOU o tombamento do sítio histórico de Sobral pela Portaria nº 392, de 28 de outubro de 1999.

Quanto aos procedimentos, transcreve-se aqui uma síntese do processo de tombamento, descrita por Sant'Anna (1995), ainda hoje aplicado pelo Instituto.

[...] A indicação de determinado bem para o tombamento pode partir de qualquer pessoa, mas toda a avaliação da oportunidade do ato e do valor da coisa deverá ser feita pelo SPHAN, o que torna o tombamento um ato discricionário e unilateral do poder público. Decidido o tombamento, cumpre-se o procedimento de notificação do proprietário que, por sua vez, poderá anuir ou não ao ato. No primeiro caso, o tombamento torna-se voluntário e, no segundo, compulsório, se as razões contrárias apresentadas pelo proprietário ao Conselho Consultivo do SPHAN – cumpridos os prazos estabelecidos para impugnação – forem julgados improcedentes. No que diz respeito a bens públicos, o tombamento é simplesmente feito de ofício, isto é, por ordem do Diretor do SPHAN. Assim, a lei se aplica indistintamente às pessoas naturais e às pessoas jurídicas de direito público ou privado. Concluído o processo, o bem é inscrito em um dos Livros do Tombo previsto no Decreto-Lei. Os efeitos do tombamento são, basicamente, os seguintes: restrição à alienabilidade da coisa mediante o exercício do direito de preferência pela União, estados e municípios; proibição da exportação do bem tombado ou de sua saída do país sem expressa autorização; proibição de destruir, desnaturar ou descaracterizar a coisa e de, sem autorização do SPHAN, intervir no bem tombado ou fazer em sua vizinhança qualquer construção que impeça ou reduza sua visibilidade. Esses efeitos passam a ser produzidos ainda durante o processo de tombamento, como forma de garantir a integridade do bem até a inscrição final (SANT'ANNA, 1995, p. 110-111).

Quanto à competência do ato administrativo pelo Conselho Consultivo, esclarece-se que

[...] O ato de tombamento, portanto, é praticado pelo Conselho, através de deliberação coletiva, a ser submetido à homologação ministerial. O conselho consultivo é um órgão competente para essa decisão, conforme previsto na lei, o Decreto Lei 25/37, complementado pelo que dispõe a Lei 6.292/75. Por conta desses dispositivos legais e específicos, essa competência não poderá ser delegada ou avocada (RABELLO, 2009, p. 54).

¹⁵⁷ Como exemplo de outras tentativas de desregulamentação, cita-se que no primeiro semestre de 2020, tramitou na câmara dos deputados um projeto de lei do deputado federal Fábio Schiochet (PSL-SC) que previa a dispensa de multas, pressupunha apenas o tombamento das fachadas das edificações (PL nº 2396-2020) e dificultava o tombamento compulsório realizado pelo IPHAN (PDL nº 146-2020). Tal proposta foi vista por entidades que atuam na área como uma grave ameaça ao patrimônio e tornando o órgão mais suscetível a pressões políticas motivadas por interesses privados. Fonte: <https://oglobo.globo.com/cultura/projeto-de-deputado-do-psl-tira-poderes-do-iphan-em-aco-es-de-tombamento-preservacao-24460017>. Acessado em 3 de junho de 2020.

[...] Isso não significa que no processo de tombamento não haja a participação de outros órgãos ou agentes administrativos que informem o processo, praticando atos preparatórios (RABELLO, 2009, p. 53).

Nesse contexto, entende-se que o instrumento do tombamento sobreveio em um momento muito necessário para impedir a veemente descaracterização nos imóveis, o qual, caso não tivesse sido empregado, gerava o risco de não haver mais nenhuma edificação referencial íntegra, até mesmo os principais monumentos históricos consagrados.

Por conseguinte, torna-se evidente que a velocidade da dilapidação do patrimônio em Sobral estava associada a um ativo circulante maior, que contribuiu sobremaneira para a elevação da arrecadação municipal local e significativamente para o potencial de consumo. A instalação em Sobral de filiais das redes de grandes franquias, lojas, magazines e de um *shopping center* são reflexos da dinamização da economia no início da década de 90 do século XX, ou, na medida que a cidade crescia, impulsionada pela nova conjuntura econômica, as questões cidadinas atingiam maior complexidade, exigindo e impulsionando a realização de investimentos na arquitetura civil e na infraestrutura urbana. O cidadão comum passa, cada vez mais, à condição exclusiva de consumidor, distanciando-se do interesse por todo o aparato simbólico e histórico que envolve a arquitetura. Contudo, é importante ressaltar que os problemas na área da preservação do patrimônio histórico local não decorrem simplesmente do crescimento econômico, mas também do somatório de problemas em um contexto político-institucional, econômico, social e físico-territorial.

3.5. O estado de preservação do acervo edificado de Sobral

“[...] De facto, como pode haver beleza sem forma?”
(FOSTER, 1949).

Para melhor elucidar o conceito do estado de preservação dos imóveis,¹⁵⁸ destacam-se os quatro tipos de situações de intervenção encontradas em um recorte

¹⁵⁸ As categorias adotadas nesta dissertação para os graus de situação de intervenção no sítio histórico de Sobral foram utilizadas a partir do material que consta na minuta para a portaria de “*Normas de Proteção para o Sítio Urbano Histórico de Sobral (CE)*”, Seção VIII, Art. 13, desenvolvida pela Superintendência do IPHAN no Ceará em 2008. Porém, até hoje, ainda não foi homologada. Na sua versão original, a minuta aponta 5 situações de intervenção. Contudo, adotou-se a metodologia de

do bairro Centro, na área que, em 1999, viria a ser o sítio histórico tombado pelo IPHAN:

1. Imóvel Preservado: aquele que preserva, na totalidade, as seguintes características originais:
 - a) quanto à volumetria: gabarito, recuos (saliências e reentrâncias), implantação no lote;
 - b) quanto à cobertura: planos de coberta, estruturas de sustentação, inclinações e materiais construtivos;
 - c) quanto aos elementos de fachada: planos de vedação; vãos (dimensões e ritmo de abertura); elementos arquitetônicos, decorativos e/ou artísticos; e materiais construtivos e de revestimento;
 - d) quanto às esquadrias: desenho e materiais de execução;
2. Imóvel Parcialmente Preservado: aquele que apresenta descaracterizações parciais de um ou mais elementos retromencionados no item 1, mas que ainda permite uma leitura do desenho original, de modo a possibilitar reversão do quadro de descaracterização;
3. Imóvel Descaracterizado: aquele que, por ter sido submetido a alterações relevantes, não preserva características que possibilitem sua reconstituição. Estão também aqui consideradas as edificações recentes, construídas a partir da segunda metade do século XX;
4. Lote Vazio: imóvel que nunca abrigou edificação ou cujas edificações já foram submetidas à ruína.

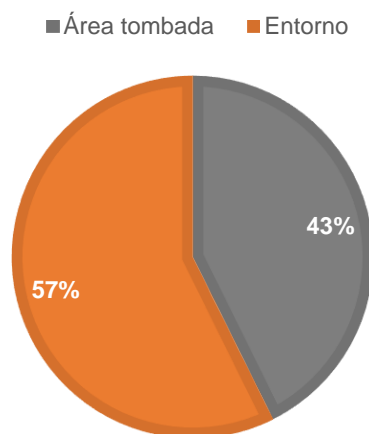
Seguindo esses critérios de identificação do grau de preservação, averiguou-se que na área contida na poligonal de tombamento há aproximadamente 1227

mesclar em uma só categoria o conceito “imóvel descaracterizado” (aquele que, por ter sido submetido a alterações relevantes, não preserva características que possibilitem sua reconstituição) e “outros” (imóveis que não constituem alvo da motivação do tombamento e edificações recentes, construídas a partir da segunda metade do século XX), resultando em 4 divisões apenas: preservado, parcialmente preservado, descaracterizado e lote vazio. Entende-se que as amostragens de ambas as definições estabelecem o mesmo conjunto de bens que exprimem semelhantes situações de falta de relevância arquitetônica.

imóveis¹⁵⁹ representando 43% dos imóveis do sítio histórico (Gráfico 01). Todavia, tem-se: 153 imóveis preservados (12,46%), 349 imóveis parcialmente preservados (28,44%), 711 imóveis descaracterizados (57,94%) e 14 vazios urbanos (1,14), conforme revela o Gráfico 02.¹⁶⁰

Gráfico 01 – Quantidade de imóveis no sítio histórico de Sobral/CE.

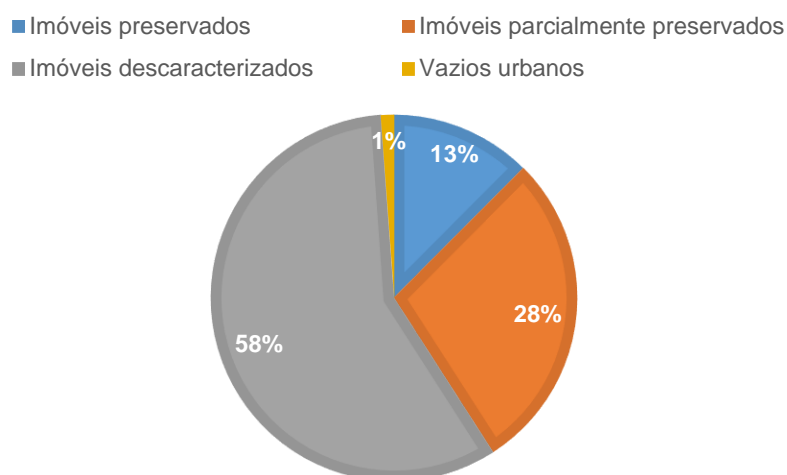
QUANTIDADE DE IMÓVEIS NO SÍTIO HISTÓRICO



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Gráfico 02 – Quantidade de imóveis preservados na poligonal de tombamento.

POLIGONAL DE TOMBAMENTO



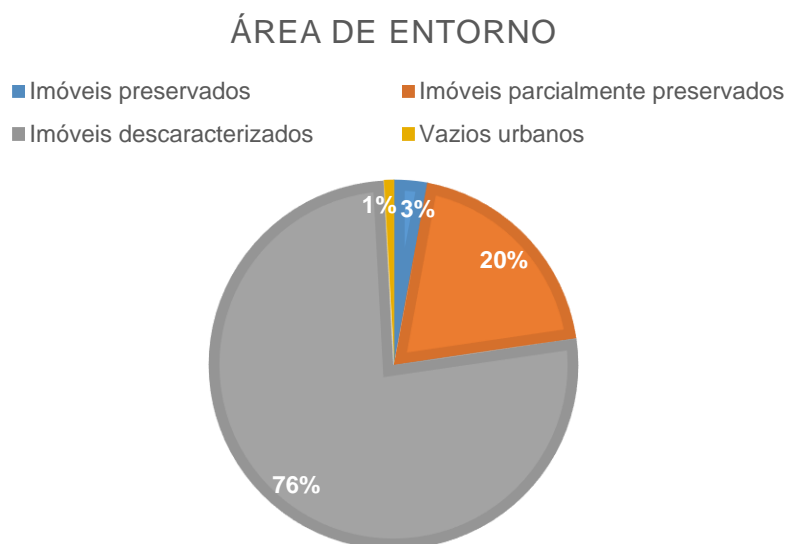
Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

¹⁵⁹ O dado relativo à quantidade total de imóveis que compõem a área tombada do sítio histórico de Sobral foi obtido através da Superintendência do IPHAN/CE em 2018.

¹⁶⁰ Os dados referentes ao estado de preservação dos imóveis do sítio histórico de Sobral foram obtidos através de pesquisa em campo realizada pela arquiteta Úrsula Priscyla Santana Nóbrega, com orientação e revisão do autor em 2019.

Na área contida na extensão territorial de entorno há aproximadamente 1648 imóveis.¹⁶¹ Entretanto, tem-se: 48 imóveis preservados (2,91%), 326 imóveis parcialmente preservados (19,78%), 1260 imóveis descaracterizados (76,45%) e 14 vazios urbanos (0,86%), conforme revela o Gráfico 03.

Gráfico 03 – Quantidade de imóveis preservados na área de entorno.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

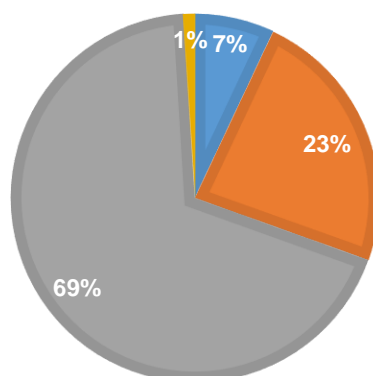
No somatório de ambas as áreas das poligonais de tombamento e entorno, há aproximadamente 2875 imóveis, perfazendo-se: 201 imóveis preservados (6,99%), 675 imóveis parcialmente preservados (23,47%), 1971 imóveis descaracterizados (68,55%) e 28 vazios urbanos (0,99%), conforme revela o Gráfico 04.

Gráfico 04 – Quantidade de imóveis preservados no sítio histórico de Sobral/CE.

¹⁶¹ O dado referente à quantidade total de imóveis que compõem a área de entorno do sítio histórico de Sobral foi obtido através da Superintendência do IPHAN/CE em 2018.

ÁREA DO SÍTIO HISTÓRICO

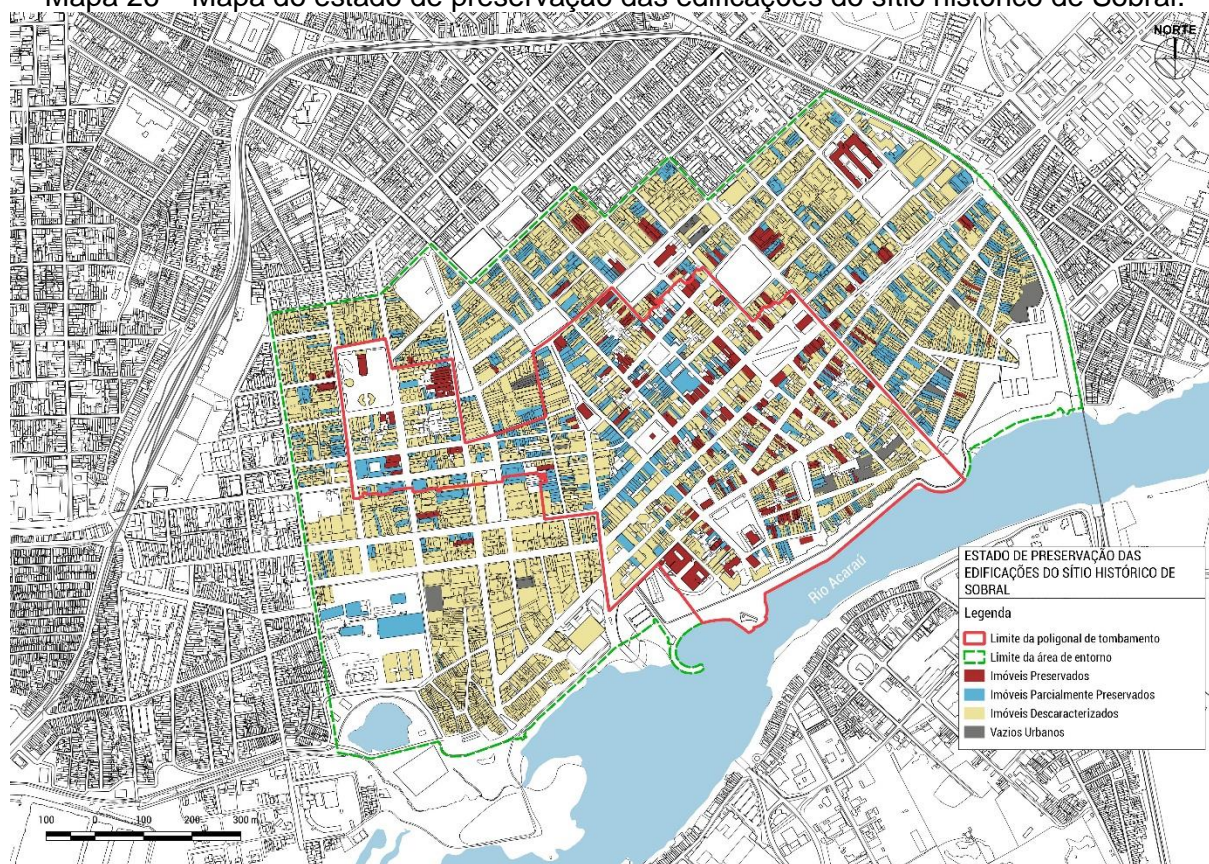
■ Imóveis preservados ■ Imóveis parcialmente preservados
 ■ Imóveis descaracterizados ■ Vazios urbanos



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Assim, tais edificações, em seus respectivos estados de preservação, encontram-se distribuídas no sítio histórico, conforme revela o Mapa 26.

Mapa 26 – Mapa do estado de preservação das edificações do sítio histórico de Sobral.



Elaboração: Alexandre Veras, 2019.

Nas imagens e mapas que se seguem (Figuras 045 a 188 e Mapas 27 a 32), são apresentadas amostragens de edificações e espaços antigos de Sobral no canto esquerdo, representando os testemunhos materiais dos séculos XVIII, XIX e XX. Já no canto direito, tem-se as respectivas imagens dos referidos imóveis e logradouros, em ângulos semelhantes, obtidas no ano de 2020. As imagens comparativas mostram o lastro da descaracterização e da demolição do acervo edificado no Centro antigo que a cidade de Sobral irremediavelmente sofreu antes mesmo da homologação do tombamento em âmbito federal pelo IPHAN.

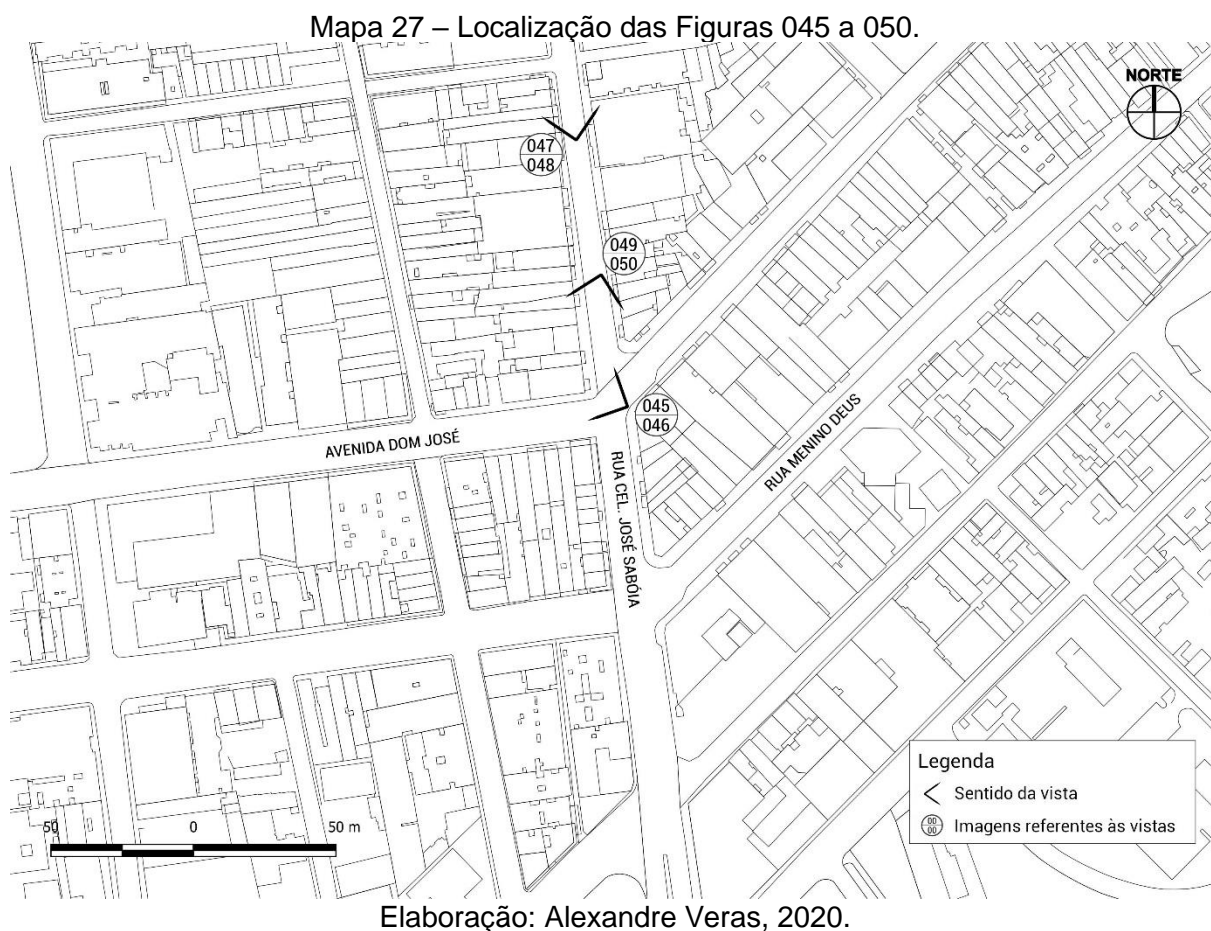


Figura 045 – Sobrado Cel. Ignácio Gomes parente, o Primeiro sobrado a ser erguido em Sobral, situado à confluência da avenida Dom José com a rua Cel. José Inácio.

Figura 046 – Imagem atual da Figura 045. Imóvel já completamente descaracterizado, assim como as edificações vizinhas. Área tombada do SHS.

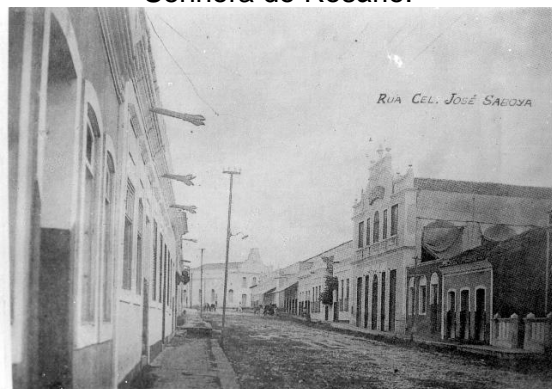


Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 047 – Imagem da rua Cel. José Sabóia, tendo ao fundo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 048 – Imagem atual da Figura 047. Somente a Igreja de Nossa Senhora do Rosário permaneceu com as feições preservadas nesse trecho da rua Cel. José Sabóia. Área tombada do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 049 – Vista do Sobrado Cel. Inácio Gomes Parente e do casario térreo vizinho, no início da rua Cel. José Sabóia.

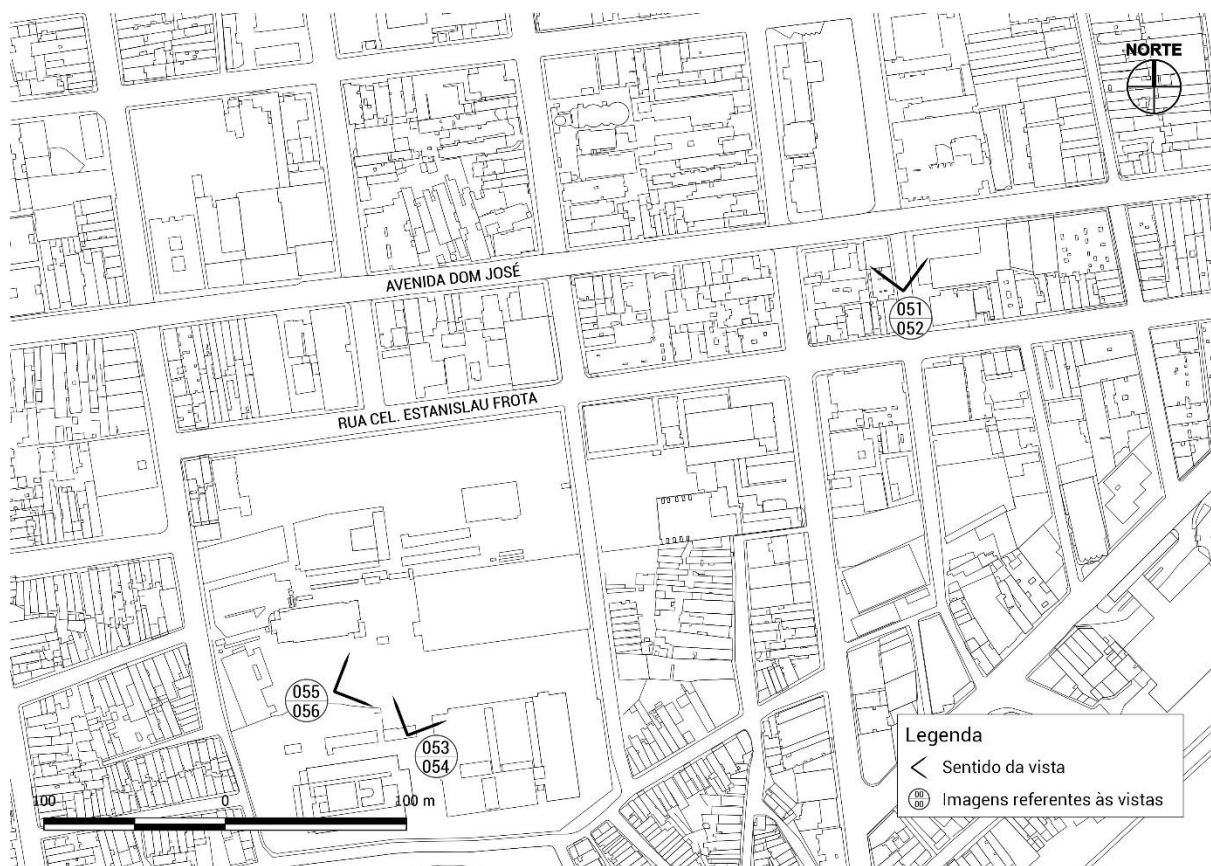


Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 050 – Imagem atual da Figura 049. Todas as edificações desse trecho da rua Cel. José Sabóia foram completamente descaracterizadas. Área tombada do SHS.

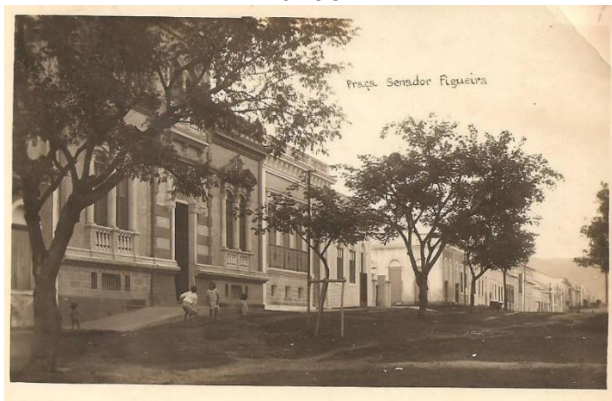


Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 051 – Imagem da rua Lúcia Sabóia e sua confluência com a avenida Dom José ao fundo.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 052 – Imagem atual da Figura 051. Excetuando-se as duas edificações mais próximas da confluência da avenida Dom José com a rua Lúcia Sabóia, os demais imóveis neste trecho da via foram descaracterizados. Área de entorno do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 053 – Imagem da antiga Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano a partir da margem esquerda.

Figura 054 – Imagem atual da Figura 053. A elevação sul do bloco da tecelagem é a que menos sofreu intervenções com o passar do tempo. Área de entorno do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.



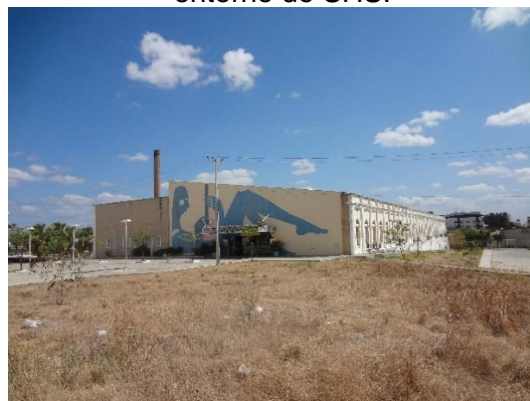
Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 055 – Imagem da antiga Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano. Nesse local vê-se um dos blocos administrativos em primeiro plano e o bloco da tecelagem ao fundo.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 056 – Imagem atual da Figura 055. Vários blocos administrativos da antiga fábrica foram demolidos para dar lugar aos novos blocos do *Campus* da UFC. Área de entorno do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Mapa 29 – Localização das Figuras 057 a 072.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 057 – Imagem da elevação principal da estação ferroviária a partir do largo ao sudeste da edificação. Nota-se a presença de platibandas que encobriam visualmente parte das cobertas do imóvel.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 058 – Imagem atual da Figura 057. Nota-se a inserção de beirais em todas as águas das cobertas do prédio da estação ferroviária e a manutenção do largo ao sudeste da edificação. Área de entorno do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 059 – Imagem de antiga casa com oitão enobrecido situada à confluência da rua Conselheiro José Júlio com a rua Tabelião Idelfonso Cavalcante.

Figura 060 – Imagem atual da Figura 059. O imóvel adaptado para uma agência da Caixa Econômica sofreu a perda de seus vãos originais e dos quintais das áreas livres que valorizavam a sua implantação. Área tombada do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 061 – Imagem da antiga Agência dos Correios, situada à rua Tabelião Idelfonso Cavalcante.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 063 – Imagem da antiga Associação Comercial situada à rua Anahid Andrade.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 065 – Imagem da rua Floriano Peixoto e a sua confluência com a rua Anahid Andrade.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 062 – Imagem atual da Figura 061. Apesar de preservada, é a única edificação em sua quadra em tal condição. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

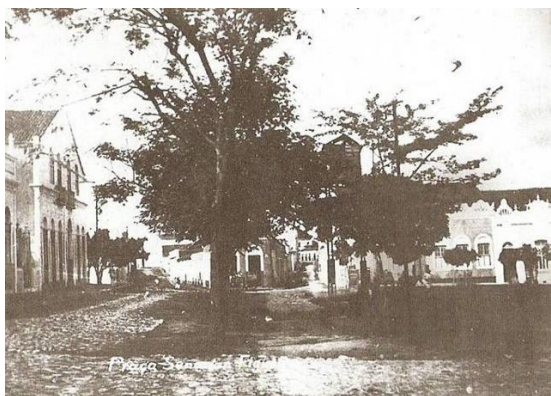
Figura 064 – Imagem atual da Figura 063. Apesar de relativo estado de conservação, seu entorno foi bastante descaracterizado. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 066 – Imagem atual da Figura 065. Nesta imagem, evidencia-se a perda massiva dos exemplares arquitetônicos desse trecho da via, com exceção à edificação de oitão enobrecido na confluência com a rua Luzanir

Coelho. À esquerda, área de entorno do SHS. À direita, área tombada do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 067 – Imagem da Praça da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio. Nota-se a presença do obelisco comemorativo à fundação da cidade no eixo do logradouro.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 068 – Imagem atual da Figura 067. Na Praça, foi construído o Museu do Eclipse em seu eixo, porém, mantendo o obelisco. Área de entorno do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 069 – Imagem da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, visto pela rua Cel. Rangel. Nota-se em primeiro plano o obelisco comemorativo à fundação da cidade no eixo do logradouro à frente do referido templo.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 070 – Imagem atual da Figura 069. Apesar de direcionar o percurso dos transeuntes e a perspectiva à frente da igreja e do obelisco, o Museu do Eclipse é um obstáculo que interfere na amplitude das visuais no logradouro. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 071 – Imagem do largo da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio durante a expedição do Sr. Andrew Crommelin para observar o eclipse solar em 1919. Notam-se os primeiros casarios à rua Cel. José Inácio.



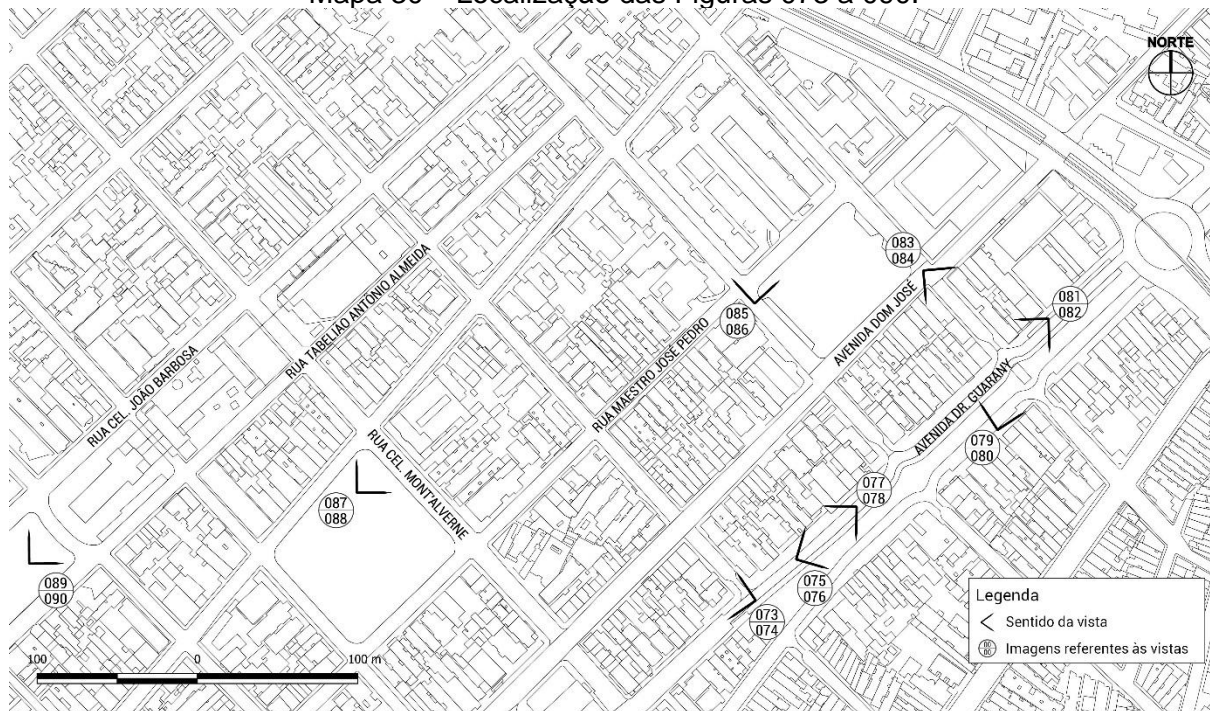
Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 072 – Imagem atual da Figura 071. Vista da confluência da rua Cel. José Inácio com a rua Cel. Rangel. Apreende-se a perda das feições originais das edificações nesta esquina da Praça da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio. Área de entorno do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Mapa 30 – Localização das Figuras 073 a 090.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 073 – Imagem da antiga residência de Falb Rangel situada à avenida Dr. Guarany.

Figura 074 – Imagem atual da Figura 073. A edificação ainda se mantém preservada. Área de entorno do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 076 – Imagem atual da Figura 075. Evidenciam-se o novo paisagismo urbano e o sistema viário. Área de entorno do SHS.

Figura 075 – Imagem avenida Dr. Guarany.



Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 077 – Imagem da avenida Dr. Guarany, voltada para a rua Menino Deus. Nota-se a presença de edificações preservadas, de estilos arquitetônicos variados, de onde sobressai a horizontalidade de suas massas.

Figura 078 – Imagem atual da Figura 077. Apesar das edificações terem suas fachadas parcialmente encobertas pela vegetação da via, poucos são os exemplares que permaneceram com suas feições externas intactas. Área de entorno do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 079 – Imagem da avenida Dr. Guarany com destaque para o Arco de Nossa Senhora de Fátima.

Figura 080 – Imagem atual da Figura 079. Nota-se que, excluindo o monumento no canteiro central, muitas edificações que estão



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 081 – Imagem da avenida Dr. Guarany, voltado para a rua Menino Deus. Nota-se a falta de pavimentação em seu percurso e a não ocupação de edificações no eixo do largo.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 083 – Imagem do Arco de Nossa Senhora de Fátima pela rua Dr. Figueiredo Rodrigues.

em segundo plano já não possuem as feições originais. Área de entorno do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 082 – Imagem atual da Figura 081. Apesar das benfeitorias urbanísticas na via, além da presença do monumento do Arco de Nossa Senhora de Fátima, atesta-se a permanência de apenas uma única edificação preservada no perfil de quadra no canto direito da imagem. Área de entorno do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 084 – Imagem atual da Figura 083. Nota-se a descaracterização das edificações próximas ao monumento. Área de entorno do SHS.



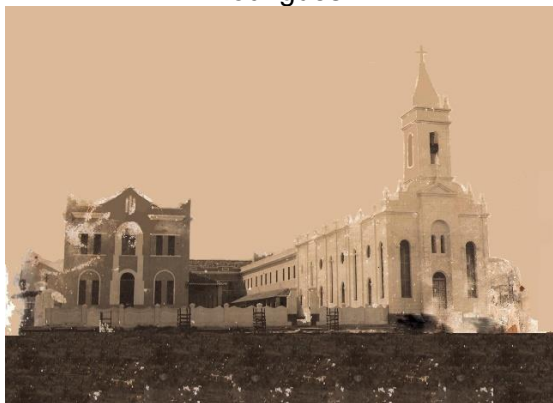
Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 085 – Imagem do Abrigo Sagrado Coração de Jesus, situado à Praça Quirino Rodrigues.

Figura 086 – Imagem atual da Figura 085. O conjunto de edificações ainda se mantém em grande parte íntegro. Área de entorno do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 087 – Imagem da antiga Escola Professor Arruda situada à rua Cel. Mont'Alverne.

Figura 088 – Imagem atual da Figura 087. Atual Escola de Ensino Médio Professor Arruda. Ainda mantém preservada as feições externas de sua arquitetura. Área tombada do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 089 – Imagem da Igreja de São Francisco em sua versão original.



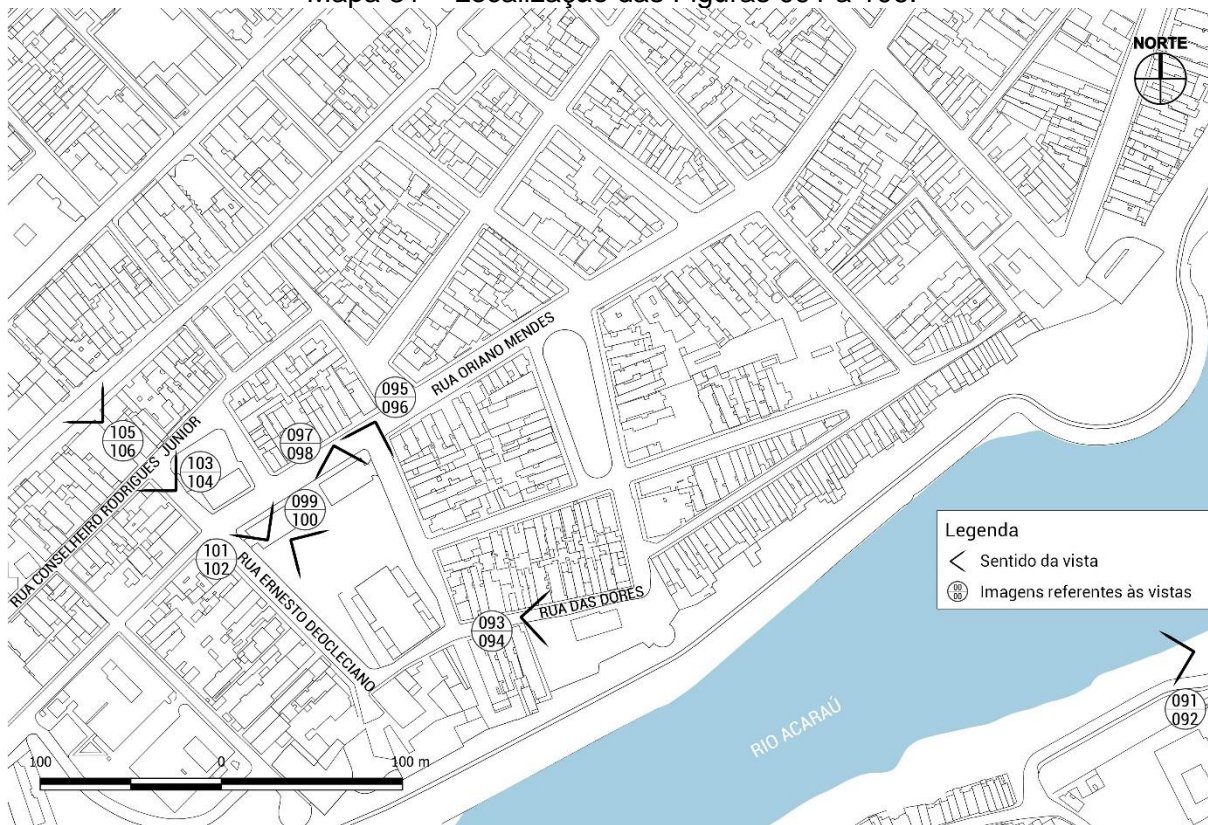
Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 090 – Imagem atual da Figura 089. A antiga capela foi demolida e construída a atual. Área tombada do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Mapa 31 – Localização das Figuras 091 a 106.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 091 – Imagem da margem esquerda do rio Acaraú tendo ao fundo a Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Nota-se a pouca urbanidade e ocupação à margem do rio.

Figura 092 – Imagem atual da Figura 091. Nota-se o tratamento urbanístico que redefiniu e consolidou o limite noroeste da margem do rio, mantendo ainda o destaque de um dos seus principais templos. Área tombada do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 093 – Imagem da Igreja de Nossa Senhora das Dores sem sua torre sineira, e sem o alteamento da coberta da nave principal, situada à rua das Dores durante a cheia do rio Acaraú.

Figura 094 – Imagem atual da Figura 093. A referida igreja em sua configuração final e com seu largo urbanizado. Área tombada do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 095 – Imagem da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em seu terrapleno situado à rua Oriano Mendes.

Figura 096 – Imagem atual da Figura 095. A referida igreja em sua configuração final e com o novo desenho de seu logradouro e implantação de projeto paisagístico. Área tombada do SHS.

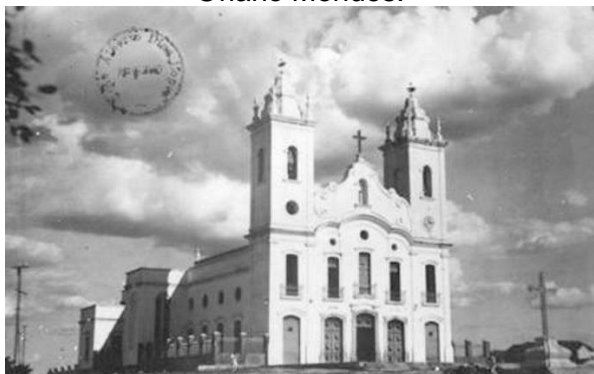


Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 097 – Imagem da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em seu antigo desenho de praça, no qual se avistava em primeiro plano o cruzeiro (demolido) pela rua Oriano Mendes.



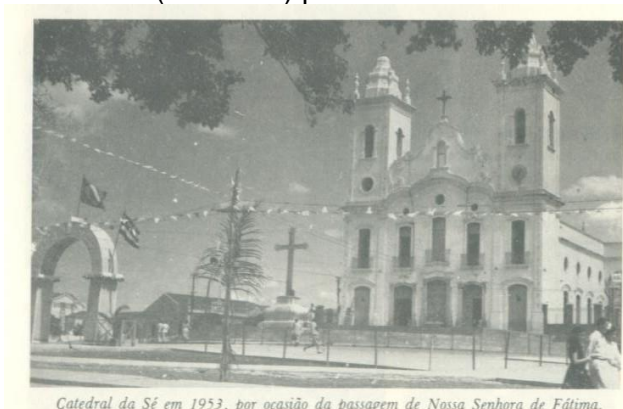
Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 098 – Imagem atual da Figura 097. A referida igreja em sua configuração final e com o novo desenho de seu logradouro e implantação de projeto paisagístico. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 099 – Imagem da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em seu antigo desenho de praça, no qual se avistava em primeiro plano o cruzeiro (demolido) pela rua Oriano Mendes.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 100 – Imagem atual da Figura 099. A referida igreja em sua configuração final e com o novo desenho de seu logradouro e implantação de projeto paisagístico. Apesar de ter sido encontrada a base do cruzeiro, não foi recomposto o seu coroamento bulboso em alvenaria. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 101 – Imagem da antiga Casa de Câmara e Cadeia situada à Praça Dom Jerônimo.

Figura 102 – Imagem atual da Figura 101. Adaptada para o uso exclusivo das atividades da Câmara Municipal, ainda se encontra preservada. Área tombada do SHS.

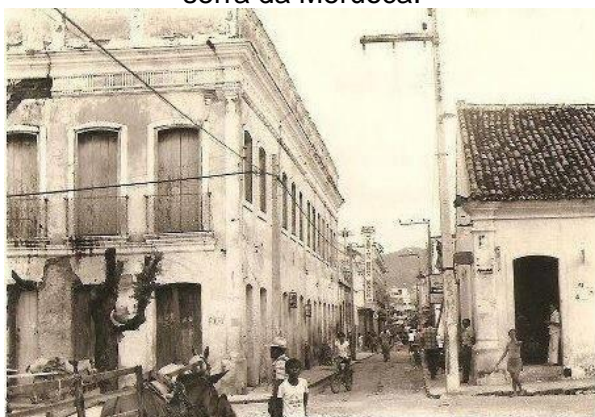


Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 103 – Imagem da confluência da rua Ernesto Deocleciano com a rua Conselheiro Rodrigues Júnior. Deste ponto, avista-se a serra da Meruoca.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 104 – Imagem atual da Figura 103. Ressalte-se que a edificação no canto esquerdo foi reconstruída através de registros fotográficos. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 105 – Imagem do Solar Joaquim Lopes dos Santos na confluência da rua Ernesto Deocleciano com a rua Menino Deus.



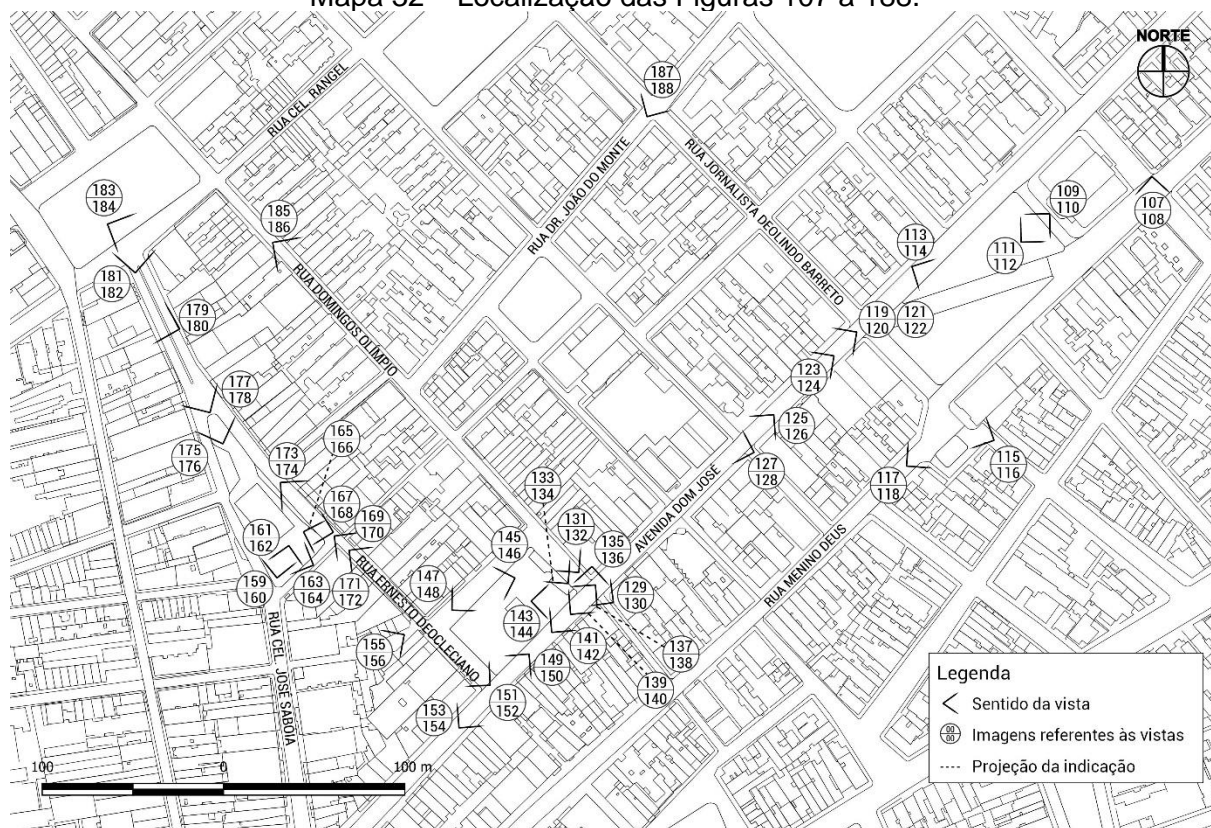
Figura 106 – Imagem atual da Figura 105. A perspectiva ampliada demonstra o entorno já bastante descaracterizado que se encontra na vizinhança imediata da edificação. Área tombada do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

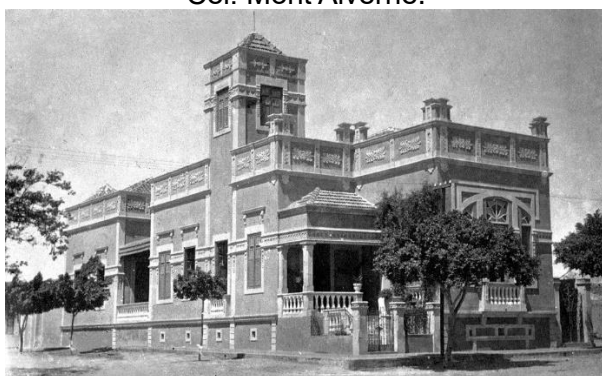
Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Mapa 32 – Localização das Figuras 107 a 188.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 107 – Imagem da antiga residência de Francisco Rangel Parente (demolida), situada à confluência da rua Menino Deus com a rua Cel. Mont'Alverne.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 108 – Imagem atual da Figura 107. Imóvel de esquina, foi completamente demolido, sendo substituído por edificação de uso misto (residencial multifamiliar e comercial). Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 109 – Imagem da Praça do Teatro São João. Vista do lago em direção ao Museu Dom José.

Figura 110 – Imagem atual da Figura 109. Repara-se a permanência do lago, entretanto é notória a presença de maior quantidade de espécimes vegetais de maior porte. Área tombada do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 111 – Imagem do Teatro São João com seu adro prolongado.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 112 – Imagem atual da Figura 111. Nota-se o novo paisagismo executado para a Praça do Teatro São João. Área tombada do SHS.



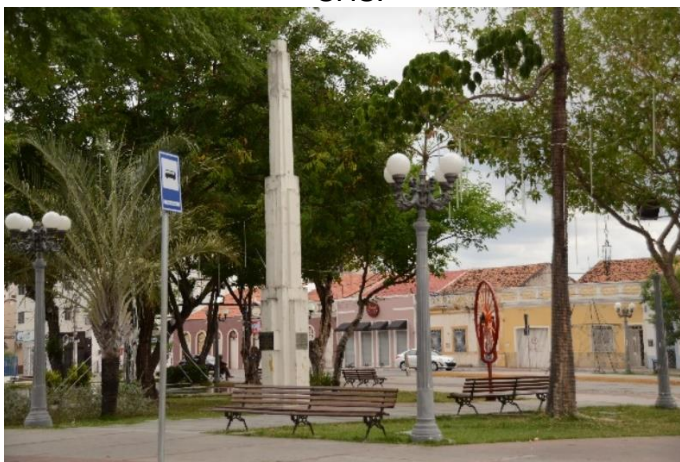
Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 113 – Imagem da antiga coluna da Rádio Imperador erigida por Falb Rangel em 1938. Situa-se à Praça do Teatro São João.



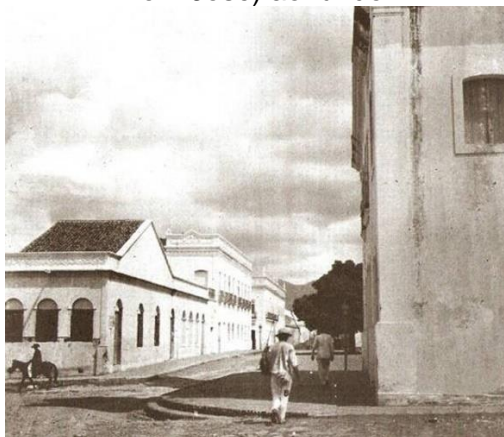
Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 114 – Imagem atual da Figura 113. A edificação que se encontra ao fundo da Figura 36, dotada de torreão, foi demolida. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 115 – Imagem da rua Jornalista Deolindo Barreto, tendo a Igreja do Menino Deus em primeiro plano e a antiga residência do Pe. Francisco Jorge de Souza (Casa da Cultura) e o do Major João Pedro Bandeira de Melo (Museu Dom José) ao fundo.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 116 – Imagem atual da Figura 115. Nota-se que a edificação na confluência da rua Jornalista Deolindo Barreto com a rua Menino Deus, ao sudeste com a divisa de lote da Casa da Cultura, foi demolida. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 117 – Imagem da Igreja do Menino Deus na confluência da rua homônima com a rua Jornalista Deolindo Barreto, tendo a presença do antigo cruzeiro (demolido).



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 118 – Imagem atual da Figura 117. A referida igreja se mantém satisfatoriamente preservada, porém sem seu cruzeiro. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 119 – Imagem da avenida Dom José com destaque para Colégio Sant'ana e o casario à esquerda desse colégio.

Figura 120 – Imagem atual da Figura 119. Percebe-se no canto esquerdo a presença de uma edificação de gabarito excessivo, alinhamento inadequado, materiais e partido arquitetônico incompatíveis. Área tombada do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 121 – Imagem da avenida Dom José com destaque para o Colégio Sant'ana e o casario à esquerda desse colégio.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 122 – Imagem atual da Figura 121. Em perspectiva ampliada, tem-se a presença tanto de edificações que destoam da paisagem urbana quanto de equipamentos públicos dissonantes (posteamto). Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 123 – Imagem da avenida Dom José com destaque para o Colégio Sant'ana e o casario à esquerda desse colégio.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 124 – Imagem atual da Figura 123. Atenta-se para algumas edificações parcialmente descaracterizadas à esquerda do Colégio Sant'ana. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 125 – Imagem do Colégio Sant’ana situado à avenida Dom José. Nota-se a presença ao fundo do Sobrado Manuel Francisco de Moraes (demolido).



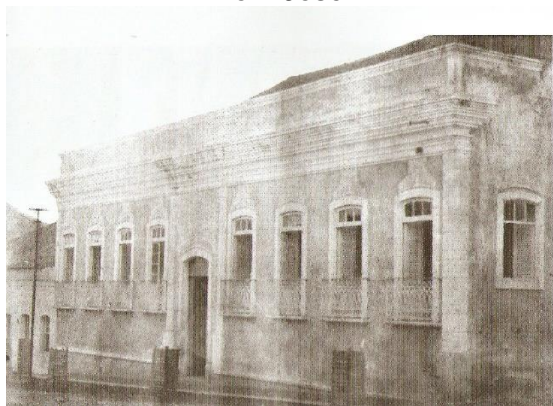
Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 126 – Imagem atual da Figura 125. Atenta-se que entre o Colégio Sant’ana e o Sobrado Radier, as edificações existentes já perderam suas feições originais. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 127 – Imagem da antiga residência do Senador Paula Pessoa, situada à avenida Dom José.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 128 – Imagem atual da Figura 127. Após amplas e classicizantes reformas, a edificação serviu como residência do bispo Dom José Tupinambá da Frota e depois como o Colégio Sant’ana. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 129 – Imagem da rua Domingos Olímpio nas proximidades da Praça da Coluna da Hora. Percebe-se a presença do casario preservado ao noroeste da divisa de lote com o Sobrado Radier.

Figura 130 – Imagem atual da Figura 129. Atesta-se a descaracterização dos imóveis situados ao noroeste da divisa de lote com o Sobrado Radier. Área tombada do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 131 – Imagem da rua Domingos Olímpio na confluência com a rua Dom José. Nota-se a presença de casario preservado ao fundo, no canto esquerdo da imagem.

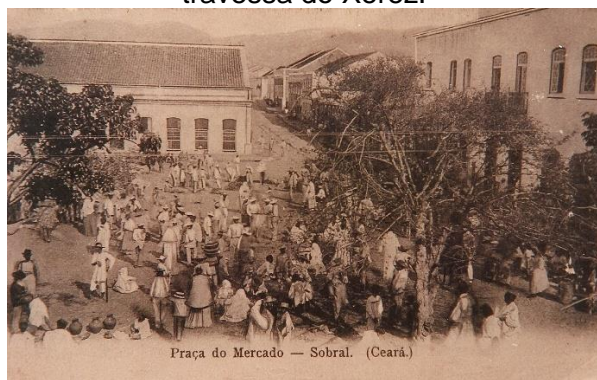


Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 133 – Imagem da rua Domingos Olímpio nas proximidades do antigo Mercado Público (demolido). Percebe-se a presença do casario preservado na confluência da referida rua com o prolongamento com a travessa do Xerez.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 134 – Imagem atual da Figura 133. Atesta-se a descaracterização dos imóveis situados ao fundo, na confluência da rua Domingos Olímpio com a travessa do Xerez. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 135 – Imagem da avenida Dom José quando da época do Mercado Público. Perspectiva voltada para a rua Ernesto Deocleciano.



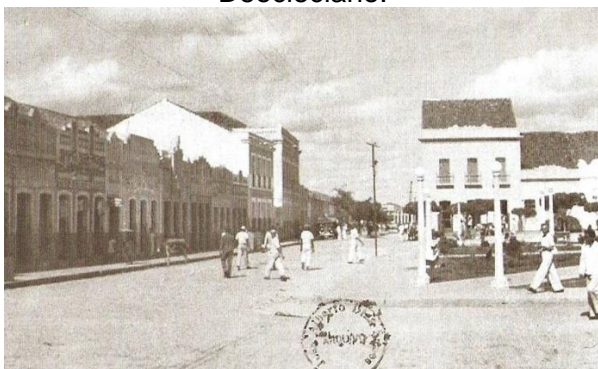
Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 136 – Imagem atual da Figura 135. Com exceção da Academia Sobralense de Letras, percebe-se a quase total perda das feições originais do antigo casario. Área tombada do SHS.



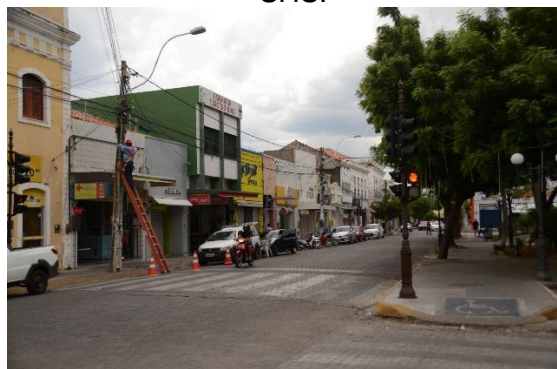
Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 137 – Imagem da avenida Dom José quando da época da Coluna da Hora original. Perspectiva voltada para a rua Ernesto Deocleciano.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 138 – Imagem atual da Figura 137. Percebe-se a quase total perda das feições originais do antigo casario. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 139 – Imagem da avenida Dom José. Perspectiva voltada para a confluência com a rua Domingos Olímpio.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 140 – Imagem atual da Figura 139. Com exceção do Sobrado Radier, quase todas as edificações deste trecho da via perderam suas feições originais. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 141 – Imagem da avenida Dom José voltada para a confluência com a rua Domingos Olímpio. Nota-se em ambas faces de quadra a presença de edificações preservadas em seu percurso.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 142 – Imagem atual da Figura 141. Excetuando-se as edificações de destaque (Sobrado Radier e a Academia Sobralense de Letras), registra-se a perda das feições externas das edificações em ambas as faces de quadra. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 143 – Imagem da avenida Dom José voltada para a confluência com a rua Domingos Olímpio. Nessa imagem, registra-se a perda de grande parte das edificações do perfil de quadra à esquerda.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 144 – Imagem atual da Figura 143. No perfil de quadra no canto esquerdo, no centro, registra-se a perda total das feições externas das edificações. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

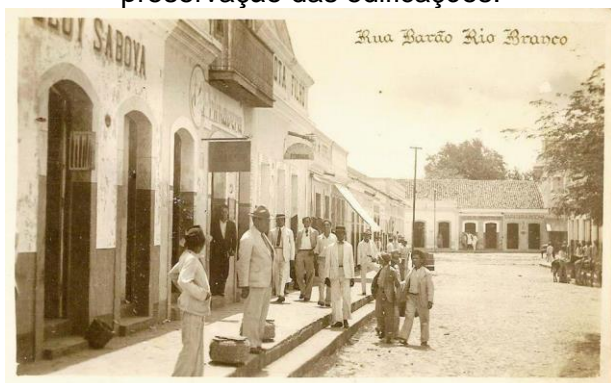
Figura 145 – Imagem da rua travessa do Xerez, tendo ao fundo, no centro, o acesso ao Becco do Cotovelo. Nota-se a quantidade de edificações preservadas em seu percurso.

Figura 146 – Imagem atual da Figura 145. Percebe-se que nenhuma das edificações da face de quadra voltadas ao noroeste da Praça da Coluna da Hora, assim como aquelas que emolduram o acesso ao Becco do Cotovelo mantiveram as suas feições originais. Área tombada do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 147 – Imagem da antiga rua Barão do Rio Branco. Nota-se o bom estado de preservação das edificações.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 149 – Imagem do antigo Sobrado do Sr. Manuel Francisco de Moraes e do Mercado Público (ambos demolidos) na confluência da avenida Dom José com a rua Ernesto Deocleciano.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 151 – Imagem da rua Ernesto Deocleciano, em direção à travessa do Xerez, ao lado da Praça da Coluna da Hora.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 148 – Imagem atual da Figura 147. Prolongamento da travessa do Xerez. Nota-se a perda das feições originais das edificações. Área tombada do SHS.



Fonte: Maria do Carmo Alves, 2021.

Figura 150 – Imagem atual da Figura 149. Percebe-se que quase todas as edificações destas duas faces de quadra foram descaracterizadas ou demolidas. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 152 – Imagem atual da Figura 151. No perfil de quadra da rua Ernesto Deocleciano que se encontra voltado para a

face sudoeste da Praça da Coluna da Hora, percebe-se a perda das feições originais de quase todas as edificações. Área tombada do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 153 – Imagem da avenida Dom José onde se avista o antigo Mercado Público (demolido). Nota-se a Casa Tavares no canto direito da imagem.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 154 – Imagem atual da Figura 153. Tanto a Casa Tavares quanto o imóvel vizinho se encontram parcialmente descaracterizados. Área tombada do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 155 – Imagem da travessa do Xerez, no sentido da rua Cel. José Sabóia. Nota-se a quantidade de edificações preservadas em seu percurso.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 156 – Imagem atual da Figura 155. Além da perda das feições originais das edificações que compõem o Becco do Cotovelo, ainda há a interferência visual na perspectiva do logradouro das 8 cobertas metálicas dispostas no eixo de seu trajeto. Área tombada do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 157 – Imagem do antigo Cine Rangel em destaque (demolido), tendo ao fundo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário pela rua Cel. José Sabóia.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 158 – Imagem atual da Figura 157. Com exceção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário ao fundo e no centro da imagem, todas as edificações neste trecho da rua foram descaracterizadas. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 159 – Imagem da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, situada à rua Ernesto Deocleciano. Desprovido de adro, a rua Luzanir Coelho cruzava à frente do templo.



Figura 160 – Imagem atual da Figura 159. Mantendo preservada a sua arquitetura, implantou-se um largo do referido templo em subtração ao correspondente trecho da rua Luzanir Coelho. Área tombada do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 161 – Imagem do antigo sobrado do Ten. Antônio Januário Linhares, situado à confluência da rua Cel. José Sabóia com a rua Luzanir Coelho.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 162 – Imagem atual do imóvel registrado na Figura 161. Edificação de esquina completamente descaracterizada, assim como os imóveis vizinhos de mesma face de quadra.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 163 – Imagem do antigo Banco Popular de Sobral à confluência da rua Cel. José Sabóia com a rua Luzanir Coelho.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 164 – Imagem atual da Figura 163. Apesar de manter preservada a elevação principal do antigo Banco Popular de Sobral (atual Casa do Contribuinte), parte das edificações da quadra foram completamente descaracterizadas. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 165 – Imagem da rua Ernesto Deocleciano, a partir do largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Pretinhos. Nota-se a quantidade de edificações preservadas nesse trecho da quadra.

Figura 166 – Imagem atual da Figura 165. Nesse perfil de quadra apenas uma antiga edificação de feições ecléticas, disposta em seu centro, manteve sua feição externa e volumetria preservada. Área tombada do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 167 – Imagem da Igreja de Nossa Senhora do Rosário situada à rua Ernesto Deocleciano com a nave lateral esquerda em construção.



Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 169 – Imagem de edificação eclética situada à rua Ernesto Deocleciano.

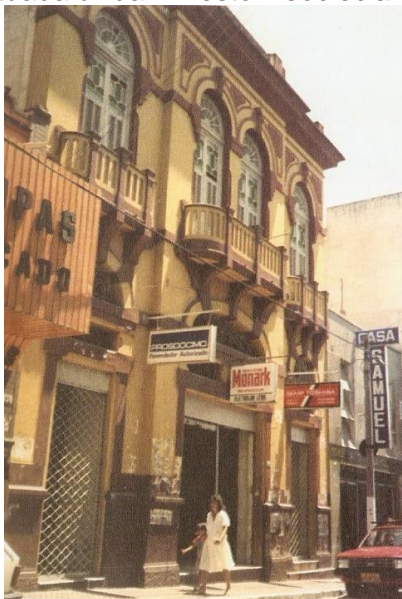


Figura 170 – Imagem atual da Figura 169. Nota-se a descaracterização das edificações vizinhas. Área tombada do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 171 – Imagem da rua Ernesto Deocleciano em direção à travessa do Xerez. Tem-se a presença de edificações comerciais em ambas faces de quadra ainda com a permanência do ritmo de vãos.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

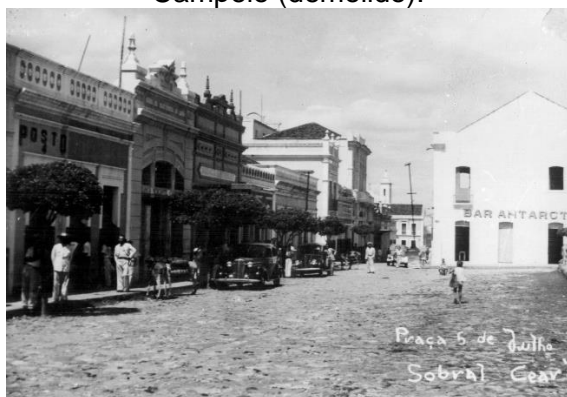
Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 172 – Imagem atual da Figura 171. Apenas a edificação no canto esquerdo da imagem permaneceu com as suas feições preservadas, enquanto os demais imóveis deste trecho da rua, em ambas as faces da quadra, foram descaracterizados. Área tombada do SHS.



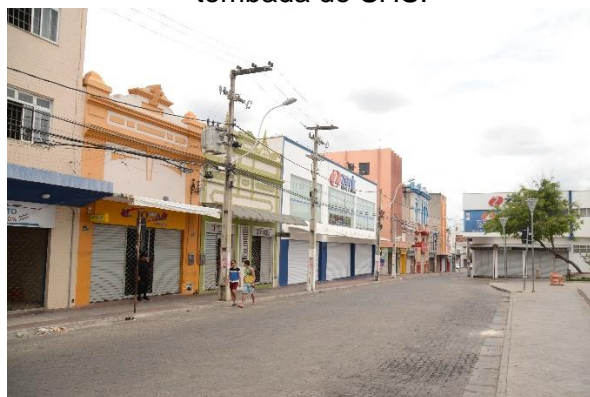
Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 173 – Imagem da rua Ernesto Deocleciano, ao lado da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. No canto direito da imagem, tem-se o oitão do antigo Sobrado do Cel. Francisco Joaquim de Souza Campelo (demolido).



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 174 – Imagem atual da Figura 173. No perfil de quadra situado ao lado da elevação nordeste da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, todas as edificações sofreram descaracterizações que lhes alteram significativamente o seu aspecto visual. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 175 – Imagem do antigo largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário na confluência da rua Cel. José Sabóia com a rua Ernesto Deocleciano.

Figura 176 – Imagem atual da Figura 175. Dentre as edificações que se encontravam atrás da Igreja de Nossa Senhora, quase nenhuma manteve suas configurações originais. Área tombada do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 177 – Imagem do antigo largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário na confluência da rua Cel. José Sabóia com a rua Ernesto Deocleciano. Apreende-se o logradouro urbanizado.

Figura 178 – Imagem atual da Figura 177. Dentre as edificações que se encontravam atrás da Igreja de Nossa Senhora, quase nenhuma manteve suas configurações originais. Área tombada do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 179 – Imagem da antiga residência do Sr. João Adeodato (demolida) situada à rua Cel. José Sabóia.

Figura 180 – Imagem atual da Figura 179. Agência do Banco Bradesco construída no lote em questão. Área tombada do SHS.



Fonte: Prefeitura de Sobral.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 181 – Imagem da antiga Praça da Meruoca, seccionada em duas pelo prolongamento da rua Cel. Ernesto Deocleciano. Ao fundo, percebe-se a presença de edificações de tipologias distintas, porém preservadas, com destaque para a antiga residência de José Modesto Ferreira Gomes (no centro).



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 182 – Imagem atual da Figura 181. Foram agregadas as duas porções da praça com a subtração da via que a seccionava. Apenas a antiga residência de José Modesto Ferreira Gomes (hoje Hotel Mirante) ao fundo do logradouro permanece com suas feições originais. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 183 – Imagem do antigo Palace Club situado à confluência da rua Ernesto Deocleciano com a rua Cel. João Barbosa.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 184 – Imagem atual da Figura 183. Percebem-se a expansão da volumetria do Palácio de Línguas Estrangeiras pela rua Cel. José Saboia e a presença de edificações vizinhas descaracterizadas. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 185 – Imagem da rua Domingos Olímpio, de onde se avistam as torres da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição ao fundo.

Figura 186 – Imagem atual da Figura 185. Grande parte das edificações da rua Domingos Olímpio foram demolidas ou descaracterizadas. Área tombada do SHS.

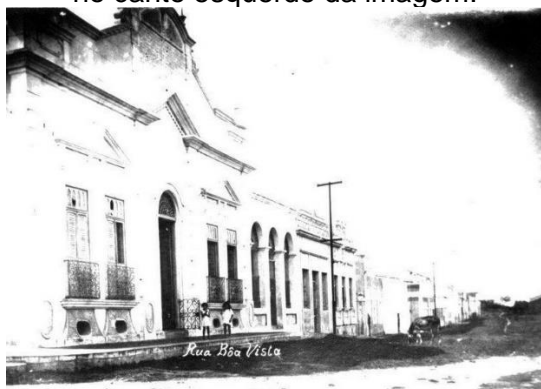


Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Figura 187 – Imagem do perfil de quadra da rua Dr. João do Monte. Nota-se o destaque da antiga residência da família Mont'Alverne no canto esquerdo da imagem.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 188 – Imagem atual da Figura 187. Nota-se que a maior parte das edificações antigas remanescentes desse perfil de quadra se mantiveram preservadas. Área tombada do SHS.



Fonte: Rachel Pessoa Morano, 2020.

Essa amostragem apontada pelos Gráficos 01, 02 e 03 – assim como pelo Mapa 26 e pelas Figuras 045 a 188 – revela quão pouco restou da arquitetura edílicia dos três ciclos econômicos da cidade de Sobral (gado, couro e indústria), edificada de meados do século XVIII até meados do século XX, inclusive, encontrando-se pulverizadas e dispersas na malha do Centro onde é exígua em poucos setores a condição de conjunto urbano, homogêneo e preservado.

Choay (2001) demonstra a importância que é dada à palavra malha urbana das cidades, cujo conceito não diz respeito apenas ao desenho urbano de quadras, vias, lotes, bairros, pois “[...] O urbanismo deixa de se aplicar a entidades urbanas e circunscritas no espaço para se tornar territorial” (CHOAY, 2001, p. 195).

A noção de patrimônio urbano desenvolvido pela autora atribui valores à malha da cidade, bem como à arquitetura doméstica, tratando-a como uma só unidade. Deste modo, a malha também passou a exercer o papel de monumento

histórico, cujo conceito diz respeito a uma territorialidade permeada de significados em todos os seus elementos morfológicos.

[...] Com condição de que recebam o tratamento conveniente, isto é, desde que neles não se implantem atividades incompatíveis com a sua morfologia, essas malhas urbanas antigas ganham dois novos privilégios: elas são, da mesma forma que os monumentos históricos, portadores de valores artísticos e históricos, bem como de valor pedagógico e de estímulos imaginados por Viollet-le-Duc e por Sitte¹⁶², verdadeiros catalisadores no processo de intervenção de novas configurações espaciais (CHOAY, 2001, p. 198).

A palavra malha diz respeito inclusive à presença da arquitetura menor no sentido da escala, da arquitetura dita “de acompanhamento” de Gustavo Giovannoni. Sobre essa questão, Choay (2001) menciona que

[...] A própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, seu ambiente, resulta dessa dialética da “arquitetura maior” e de seu entorno. É por isso que, na maioria dos casos, isolar ou “destacar” um monumento é o mesmo que mutilá-lo. O entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial (CHOAY, 2001, p. 200-201).

Entretanto, no caso de Sobral não havia mais a malha interpretada à luz do conceito italiano de Giovannoni, no qual perseveraram os quarteirões e as quadras, as vias e os lotes, que podiam fazer referência do século XVIII ao século XIX, mas acima deles a arquitetura testemunhal dessas épocas, em sua maioria, já tinha sido em grande parte descaracterizada. O que de fato resistiu no Centro antigo de Sobral? Resiste a forma da cidade traduzida nas quadras e vias, só que a grande parte dos edifícios que estão lá são completamente desconformes. A descaracterização intensa que aconteceu em Sobral simplesmente fez desaparecer quase todos os vestígios edificadas que existiram no passado, mesmo essa cidade tendo sido soerguida através do instrumento do tombamento em monumento histórico nacional, com o propósito de rememoração de sua comunidade por meio do conceito de “cidade documento” (SANT’ANNA, 1995).

A história do desenho da cidade, a permanência e a pregnância de uma arquitetura de referência deveriam ser um ponto fundamental em seu processo de

¹⁶² Camilo Sitte (1843-1903), embora também arquiteto, focaliza a atenção sobre a cidade e a sua organização espacial. Constrói pouco, dedica-se à pedagogia e sobretudo à história e ao estudo das cidades antigas. Fonte: CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP. Estação Liberdade, 2001, p. 186.

tombamento, as quais, no entanto, descompassadamente em favor de conceitos exclusivamente urbanísticos, não o são.

Com relação à quantidade de imóveis, reporta-se à tabela que se segue:

Tabela 01 – Número aproximado de imóveis nos sítios históricos tombados pelo IPHAN no Ceará.

Quantidade de imóveis	Icó	Sobral	Aracati	Viçosa do Ceará
Área tombada	268	1227	275	72
Área de entorno	1545	1648	1157	35
Total	1813	2875	1432	107

Fonte: IPHAN/CE, 2018.

Percebe-se que a quantidade de imóveis constantes na área tombada de Sobral excede em mais de 4 vezes os sítios históricos de Icó e Aracati e 17 vezes o sítio de Viçosa do Ceará. Já a sua área de entorno apresenta quantidade de edificações sutilmente superior a Icó. Com relação à Aracati, há uma diferença um pouco maior, porém, sua divergência numérica supera em 47 vezes a área de entorno de Viçosa do Ceará. Esses números revelam o quão extenso é o sítio histórico de Sobral frente aos demais. Quanto ao gabarito, em Icó, Aracati e Viçosa do Ceará apreende-se o predomínio da horizontalidade harmônica desses sítios, denotando o destaque visual das edificações mais imponentes, representadas principalmente pelas torres de suas antigas igrejas, em contraponto com o restante dos perfis de edificações em menor estatura, mas que compartilham, por vezes, os mesmos panos de cobertura, linhas de cumeeira e platibandas.¹⁶³ Embora Sobral também possua um sítio histórico que exprime certa horizontalidade, registra-se que já na década de 1970,¹⁶⁴ iniciou-se uma intensa renovação do seu acervo edificado, com a construção de diversos prédios, cujas estaturas chegam a alcançar em torno de 30 metros, ou seja, as alturas destes edifícios concorrem e destoam com as torres das igrejas mais antigas da cidade, além de outros monumentos edificados, e, mais enfaticamente, com o casario circunvizinho.

¹⁶³ A exceção em Viçosa do Ceará é dada pela edificação residencial de 5 pavimentos (térreo mais 4 andares) que se encontra à confluência da rua Fontenele Sobrinho e da rua Felizardo de Pinho Pessoa. Mesmo estando situada na poligonal de entorno, o gabarito muito elevado destoava excessivamente do restante do casario, inclusive, na área tombada.

¹⁶⁴ Fonte: ROCHA, Herbert Vasconcelos. **Plano Urbanístico para o Centro de Sobral**. Projeto de Graduação de Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará – UFC, 1990.

O acervo edificado do sítio histórico de Sobral não é somente heterogêneo no que tange à variedade de tipologias arquitetônicas; a sua característica mais perceptível é a descaracterização de grande parte das edificações referenciais e marcos urbanos que foram testemunhos do surgimento e da evolução da cidade. Convivem lado a lado, a desconformidade e a desarmonia de obras de feição contemporânea e poucos exemplares íntegros da antiga arquitetura colonial, eclética, *Art Nouveau*, *Art Déco* e protomodernas. Já os estudos de tombamento dos sítios urbanos de Icó, Aracati e Viçosa do Ceará partiram do entendimento de que o conjunto de edificações preservadas confere caráter, simbologia e significado às respectivas cidades, conforme discorre Duarte Junior (2005, p. 96-97), além de servirem de referência espacial aos seus habitantes ou a qualquer outro visitante que venha percorrer suas vias, cuja antiguidade¹⁶⁵ e legibilidade se encontram tão claramente presentes.

Logo, de forma a melhor compreender os apontamentos expressos nesse tópico 3.5., apresenta-se, no Capítulo IV, a análise do conteúdo do Estudo de Tombamento Federal produzido pelo IPHAN/CE, descrevendo as peças, as informações e o embasamento que o constitui, tendo a análise da metodologia de apreensão topoceptiva da forma da paisagem de Maria Elaine Kohlsdorf (1996), utilizada por Sant'Anna (1995), em Sobral.

¹⁶⁵ Qualidade de expressar a passagem do tempo.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DO ESTUDO DE TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DE SOBRAL

Em dezembro de 1997 foi concluído pela 4ª Coordenação Regional do IPHAN (CE/RN) o Estudo de Tombamento do Conjunto Urbanístico da Cidade de Sobral – Ceará, constituído de três volumes distintos. Nesse Capítulo IV, discorre-se sobre cada um dos tópicos que compõem os referidos volumes, incluindo a análise e crítica sobre a metodologia de apreensão topoceptiva da forma da paisagem.

Em seu primeiro volume, tem-se:

- a apresentação dos estudos de tombamento;
- a descrição da metodologia utilizada;
- dados do meio físico e etimologia;
- o histórico e evolução urbana;
- análise morfológica (análise à distância).

No segundo volume, tem-se:

- a análise morfológica (o interior do espaço urbano);
- informações secundárias do sítio físico (eixos que estruturam a malha urbana, trama viária e macroparcelamento, espaços públicos e privados – massa edificada e áreas livres, uso e ocupação);
- composição de planos verticais;
- tipologia das edificações;
- recomendações;
- justificativa da proposta de tombamento;
- descrição das poligonais de tombamento e entorno;
- bibliografia;
- ficha técnica.

No terceiro e último volume, tem-se:

- fotografias do conjunto edificado da área tombada;
- ficha técnica.

4.1. Análise do primeiro volume do estudo de tombamento

Nesse volume, em sua introdução, informa-se que o estudo de tombamento foi desenvolvido sob os princípios da nova historiografia, decorrente de uma abordagem não somente vinculada à arte e a arquitetura, tal qual foi utilizada pelo IPHAN para os bens denominados “cidade monumento” a partir de sua fase dita “heroica” durante a instauração do Estado Novo (1937-1946), mas incluído outros campos do conhecimento como registro de processos sociais e econômicos do território, para os quais se alinha o conceito de “cidade documento”.

Segundo o que se argumenta, para a efetivação da proteção da área em questão, devido ao avançado estado de descaracterização do seu centro histórico, partiu-se do pressuposto de que é necessário revisar a forma recorrente de definição do patrimônio histórico no Brasil. A ideia não seria tomar edificações isoladas, levando em conta o mérito da preservação e a integridade de sua arquitetura, mas a apreensão de áreas urbanas como marcas testemunhais de processos históricos da organização espacial, em que, para além da arquitetura, consideraram-se aspectos relativos à dimensão sociológica, histórica, etnográfica e arqueológica da cidade.

Em sua introdução, o próprio documento revela que:

[...] [o estudo de tombamento] deixou em segundo plano a análise dos aspectos relativos à dimensão morfológica do espaço urbano. Gerou também alguns problemas de legitimação social do ato de tombamento na medida em que este esteve, em decorrência da própria prática do IPHAN, tradicionalmente vinculado ao valor estético do objeto alvo da proteção.¹⁶⁶

A premissa do material produzido já informa que não foi estado de preservação das arquiteturas do conjunto edificado o balizador da valoração cultural do espaço urbano, conforme se referencia o conceito “cidade monumento” (SANT’ANNA, 1995), inclusive, admite-se dificuldades de “legitimação social” pela

¹⁶⁶ Fonte: IPHAN/CE. **Processo 1379-T-97**. Volume I. Folha 60-61.

falta de compreensão do objeto a ser tombado, visto as comunidades estarem habituadas com a prática de proteção adotada pelo IPHAN vinculada à morfologia das edificações e de seus estilos arquitetônicos.

Ainda assim, mesmo Sobral possuindo um conjunto arquitetônico heterogêneo (com variados estilos) e alterado (descaracterizado), conforme o próprio material do estudo informa, optou-se pela adoção desse procedimento mais amplo de valoração a fim de que o conjunto de conhecimento produzido estabelecesse diretrizes que pudessem “[...] alterar a prática de planejamento e intervir na dinâmica urbana, revertendo o processo de perda e descaracterização”.¹⁶⁷ Ou seja, que um tombamento fosse o instrumento de gestão o qual se regataria a morfologia do Centro antigo ao seu estado mais próximo do original, apesar de que, desde o seu início, o exame das características morfológicas do acervo edificado foi deixado em segundo plano perante motivações da instrução de tombamento e da metodologia aplicada.

A metodologia utiliza-se de informações desenvolvidas a partir do arrolamento do estado da arte referente aos “[...] processos socioeconômicos e históricos de formação e desenvolvimento da cidade e da identificação das características físico-espaciais, ou mais genericamente, morfológicas, que lhe conferem caráter e identidade”.¹⁶⁸ Soma-se ainda o acolhimento das técnicas de apreensão do espaço urbano concebidas pela professora Maria Elaine Kohlsdorf através da percepção de elementos singulares da paisagem.

Essa metodologia empregada parte da ideia de que efeitos visuais ou perceptivos auxiliam na identificação e formação da imagem mental do observador, permitindo avaliar o espaço através de variáveis como: clareza,¹⁶⁹ dominância,¹⁷⁰ originalidade,¹⁷¹ variabilidade,¹⁷² associabilidade¹⁷³ e complexidade¹⁷⁴ através de

¹⁶⁷ Fonte: IPHAN/CE. **Processo 1379-T-97**. Volume I. Folha 61.

¹⁶⁸ Fonte: IPHAN/CE. **Processo 1379-T-97**. Volume I. Folha 63.

¹⁶⁹ Nitidez da configuração de um espaço, considerando, como por exemplo, pela simplicidade de suas leis de composição plástica. Fonte: KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 212.

¹⁷⁰ Supremacia de determinado elemento de composição morfológica sobre outros, por um ou mais de seus atributos, por exemplo, cor e dimensões. Fonte: *Ibidem*, p. 212.

¹⁷¹ Maneira única de ser de um objeto. É a sua singularidade em relação aos demais. A originalidade do espaço urbano associa-se ao contraste para causar efeito de dominância. Fonte: *Ibidem*, p. 212.

¹⁷² Condição que apresentam certos elementos ou situações espaciais de se transformarem e se adaptarem. Fonte: *Ibidem*, p. 213.

¹⁷³ Possibilidade de organizar um grupo ou sequência de elementos por meio de uma cadeia de relações mentais, espaciais e temporais. Fonte: *Ibidem*, p. 212.

¹⁷⁴ Existe quando certos elementos são estruturados a partir de outros, geralmente diferentes e relacionados entre si de maneira diversificada. Fonte: *Ibidem*, p. 213.

composições ocorridas no contexto urbano analisado. Em pontos (chamados de estações) e percursos (chamados de tramos)¹⁷⁵ pré-definidos é apreendida sequencialmente a paisagem da cidade, identificando os efeitos topológicos (de localização do espaço) e perspectivos (de composição cênica).

Contudo, diferenciando-se dos demais sítios históricos cearenses tombados pelo IPHAN, a metodologia adotada para Sobral não adentra no mérito do estado de preservação dos bens imóveis, sejam estes íntegros ou não, dispostos na área nacionalmente reconhecida como tombada. Uma vez persistindo algumas evidências arquitetônicas e de formação sócio-histórica da cidade na malha urbana, seria válida sua proteção, seja qual for o estado de preservação, visto que, conforme explicita Sant'Anna (2000, p. 29), bastava o objeto concentrar em si informações históricas.

Após a descrição da metodologia, tem-se uma breve caracterização do meio físico da etimologia. Entretanto, nesse tópico são abordadas apenas a origem de duas palavras, “Sobral” e “Caiçara”, ao passo que as informações e particularidades relativas ao meio físico – como clima, hidrologia, solo e relevo – não são de fato detalhadas.

Logo em seguida, tem-se o histórico e a evolução urbana da cidade, em que se relata: a ocupação do Vale do Acaraú, desde o século XVIII, com a instalação da antiga fazenda Caiçara e o Curato de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira do Acaraú; a implantação dos dois principais núcleos urbanos ainda no século XVIII, da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretinhos; a ocupação e expansão do espaço urbano de Sobral nos séculos XIX e XX; e, por fim, a apresentação de mapas que permitem melhor compreender a evolução urbana da cidade de Sobral durante as expansões do povoado entre o século XVIII até atingir o fim do século XX.

Frisa-se aqui que o foco desse tomo diz respeito à conformação do traçado das ruas e disposição das quadras, ressaltando a dinâmica de formação e expansão do tecido urbano daquele que viria a se configurar atualmente como o bairro Centro, disposto na área do “intratrilhos”. Portanto, a análise histórica realizada tem um viés mais urbanístico do que arquitetônico, não se atentando a discorrer sobre as intervenções físicas-construtivas pelas quais passaram as edificações, monumentos, ícones e logradouros.

¹⁷⁵ Partes [do percurso] com temática homogênea que se estabelece pela presença marcante de quais quer de seus eventos. Fonte: *Ibidem*, p. 104.

O último tópico desse primeiro volume se refere à análise morfológica (análise à distância) tomada de determinados pontos localizados fora da área urbana à época, de onde se apura o desempenho dos elementos naturais (vegetação, geomorfologia e hidrografia) e a paisagem citadina. Os pontos selecionados das visadas são as principais vias de acesso à cidade de Sobral (CE-362,¹⁷⁶ e CE-440,¹⁷⁷ sobre a Ponte Othon de Alencar) e dois outros locais que proporcionam vistas gerais do conjunto urbano do Centro antigo (bairro Alto do Cristo, bairro Dom Expedito e a avenida José Figueiredo).¹⁷⁸

Nas conclusões desse tópico é apresentado que o Centro antigo da cidade é caracterizado por uma massa edificada densa, homogênea e muito horizontal, cujos poucos elementos que rompem com tal paralelismo é a acentuação vertical promovida pelas torres das igrejas de maior estatura dispostas no bairro Centro (Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Igreja do Menino Deus, Igreja de Francisco, Capela do Sagrado Coração de Jesus) e as chaminés da antiga Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano, em contraste com a silhueta da Serra da Meruoca em segundo plano e da lâmina do rio Acaraú e sua vegetação ribeirinha em primeiro plano. “

[...] A cidade [pelo estudo de tombamento] é sempre representada como uma massa branca horizontal, implantada em terreno plano destituída de visuais caprichosas, da qual emergem, como marcos visuais incontestes, as torres das igrejas” (DUARTE JUNIOR, 2005, p. 276).

A massa edificada ribeirinha, em sua maioria, concentra-se em áreas caracterizadas por vias de largura reduzida voltadas para o sentido nordeste/sudoeste e limitadas pela via paisagística que tangencia a urbanização e a regularização da margem do rio, na faixa definida pelas pontes Othon de Alencar e José Euclides Ferreira Gomes (inserida na área tombada) e na faixa definida pela ponte José Euclides Ferreira Gomes e o largo ao sul do *Campus* da UFC (inserida no entorno da área tombada). É um setor que estabelece relação direta com o rio Acaraú, elemento

¹⁷⁶ Na instrução de tombamento é informado como a BR-222, mas a localização do ponto de visada é a CE-362. Fonte: **IPHAN/CE. Processo 1379-T-97**. Volume I. Folha 107.

¹⁷⁷ Na instrução de tombamento é informado com a “Estrada para a Serra da Meruoca”, mas a localização do ponto de visada é a CE-440. Fonte: *Idem*.

¹⁷⁸ Na instrução de tombamento é informado com a “Estrada dos Remédios”, mas a localização do ponto de visada é a avenida José Figueiredo. Fonte: *Idem*.

estruturante mais importante do sítio físico, predominando o uso residencial de tipologias simples, em que é característica a miscelânea de precárias tipologias arquitetônicas. A descaracterização dessa arquitetura não é mencionada na análise morfológica (à distância), a qual se limita a examinar a massa edificada mais próxima do rio Acaraú em suas características volumétricas mais básicas (horizontalidade, densidade e acentuação vertical de sua silhueta), denotando o estado de abandono de ambas as margens do rio como único fator negativo na leitura do espaço urbano.

Sob tais características urbanísticas, o Centro é entendido como espaço excepcional na sede municipal, pois “

[...] se destaca, claramente, em relação às outras áreas de ocupação mais recente. Essas de modo muito nítido, carecem de elementos que lhes dêem caráter próprio”.¹⁷⁹

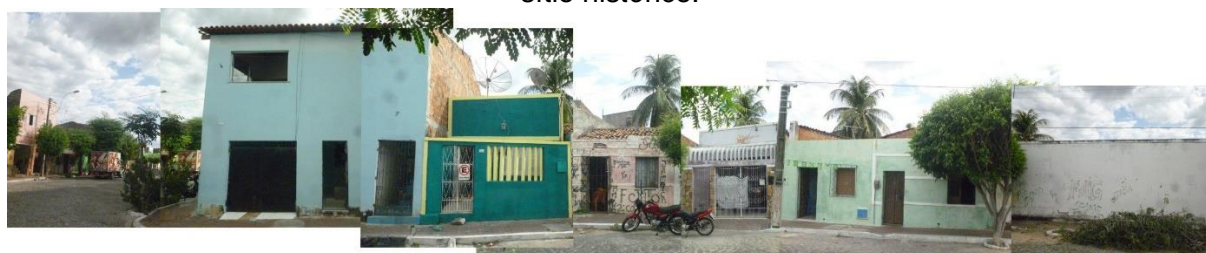
Entretanto, nas Figuras 189 a 204 e no Mapa 33, apreende-se a amostragem de 8 perfis de quadra da área tombada e 8 perfis de quadra da área de entorno, em vias próximas à margem do rio Acaraú, que servem de contra-argumento ante as análises contidas nesse tópico do Volume I.

Figura 189 – Perfil de quadra 01 – edificações situadas à rua das Dores, na área tombada do sítio histórico.



Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Figura 190 – Perfil de quadra 02 – edificações situadas à rua Dr. Monte, na área tombada do sítio histórico.



Fonte: IPHAN/CE, 2015.

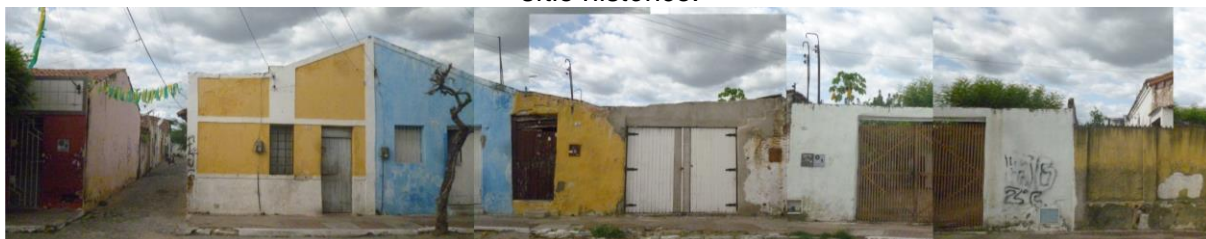
¹⁷⁹ Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume I. Folha 113.

Figura 191 – Perfil de quadra 03 – edificações situadas à rua Cordeiro de Andrade, na área tombada do sítio histórico.



Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Figura 192 – Perfil de quadra 04 – edificações situadas à rua Dr. Monte, na área tombada do sítio histórico.



Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Figura 193 – Perfil de quadra 05 – edificações situadas à rua Dr. Monte, na área tombada do sítio histórico.



Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Figura 194 – Perfil de quadra 06 – edificações situadas à rua Cel. Mont'Alverne, na área tombada do sítio histórico.



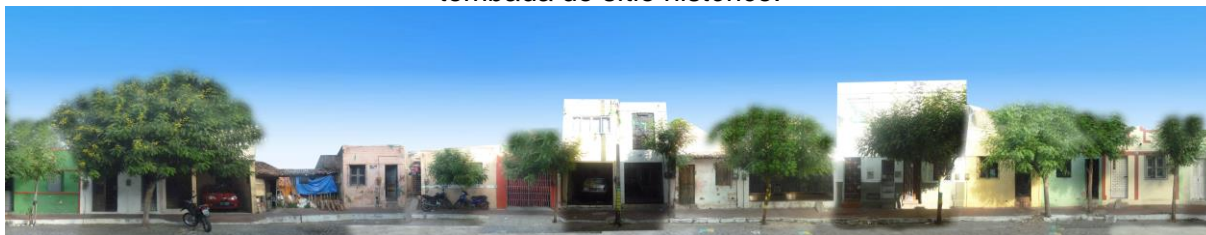
Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Figura 195 – Perfil de quadra 07 – edificações situadas à rua Cordeiro de Andrade, na área tombada do sítio histórico.



Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Figura 196 – Perfil de quadra 08 – edificações situadas à rua 23 de Setembro, na área tombada do sítio histórico.



Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Figura 197 – Perfil de quadra 09 – edificações situadas à rua Aracaju, na área de entorno do sítio histórico.



Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Figura 198 – Perfil de quadra 10 – edificações situadas à rua Aracaju, na área de entorno do sítio histórico.



Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Figura 199 – Perfil de quadra 11 – edificações situadas à rua Paulo Aragão, na área de entorno do sítio histórico.



Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Figura 200 – Perfil de quadra 12 – edificações situadas à rua Maria Tomásia, na área de entorno do sítio histórico.



Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Figura 201 – Perfil de quadra 13 – edificações situadas à rua São José, na área de entorno do sítio histórico.



Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Figura 202 – Perfil de quadra 14 – edificações situadas à rua Dr. Carlito Pompeu, na área de entorno do sítio histórico.



Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Figura 203 – Perfil de quadra 15 – edificações situadas à rua Tamarindo, na área de entorno do sítio histórico.



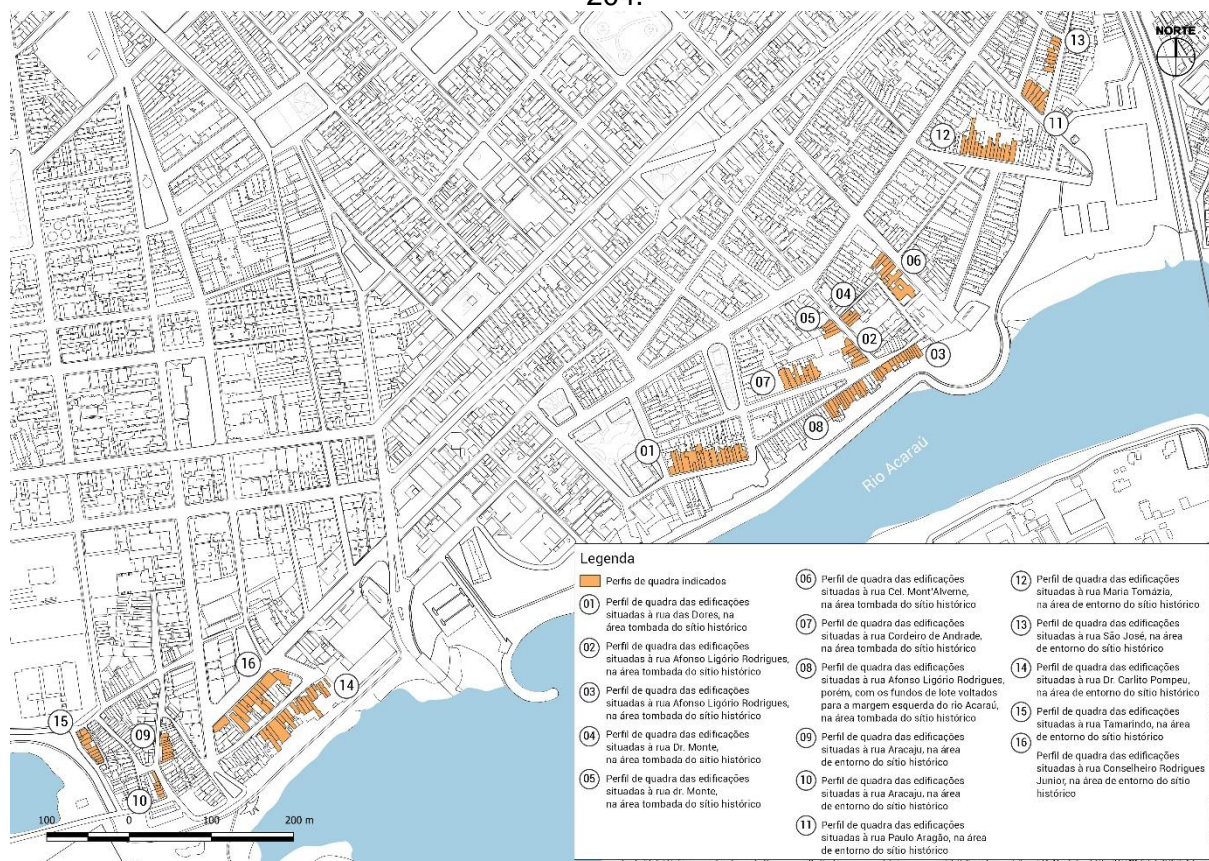
Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Figura 204 – Perfil de quadra 16 – edificações situadas à rua Conselheiro Rodrigues Junior, na área de entorno do sítio histórico.



Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Mapa 33 – Localização das edificações situadas nos perfis de quadra das Figuras 189 a 204.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Constata-se que nesses logradouros que, em termos de qualidade e expressividade arquitetônica, ambos os setores apresentam aspectos idênticos de descaracterização e desconformidade arquitetônica. Tais perfis de quadra, inclusive, têm os mesmos atributos arquitetônicos de áreas diversas situadas em zonas para além do sítio histórico, ou seja, para zonas dispostas mais adiante do bairro Centro, também denominadas coletivamente como “extratrilhos”.

Essas características não se limitam somente às zonas lindeiras ao rio, mas irradiam à medida que se distanciam da área central da cidade, compreendida entre a Praça da Igreja Matriz, o Largo do Rosário e a antiga Praça do Teatro São João, espaços onde se concentram de modo mais denso e perceptível os testemunhos

históricos e urbanísticos que perseveraram até a atualidade. A partir desses espaços, intensifica-se a perda de qualquer vestígio da passagem do tempo na paisagem urbana em direção às bordas da poligonal de tombamento e, de forma exacerbada, subsequentemente, às bordas da poligonal da área de entorno.

Portanto, para além da falta de urbanidade para a região ribeirinha do Centro e adjacências como fator de aviltamento da paisagem urbana, a já pregressa e intensa descaracterização e desconformidade de trechos do acervo edificado do sítio histórico é também um fator negativo para a sua leitura desde meados da década de 1990, o qual não foi considerado como parâmetro de análise no estudo de tombamento, o que não permite distinguir visualmente setores da área tombada com a área de entorno.

Também é mister esclarecer que outras áreas extratrilhos possuem igualmente “caráter próprio” e, inclusive, similar ao SHS, se forem apreendidas com os mesmos parâmetros urbanísticos conferidos à área tombada, como, por exemplo, o bairro Sumaré ao sudoeste do Centro. Tal região diverge dessa última por ser uma área de ocupação mais recente, porém, mantém uma relação direta com o rio Acaraú por sua proximidade geográfica, apresenta marcante horizontalidade e densidade de massa edificada, tem acentuação vertical quase que exclusiva em seu mais destacado monumento histórico (a torre da igreja de São José de Sumaré) e ainda possui o relevo da Serra da Meruoca ao norte para lhe compor moldura em segundo plano (Mapa 34 e Figuras 205 a 208). Dessa forma, sobre tais preceitos urbanísticos, sem levar em conta a qualidade, integridade e importância da arquitetura presente, o bairro Sumaré, também deveria ter sido selecionado e incluído sob o manto do instrumento do tombamento.

Figura 205 – Imagem do antigo pátio da RFFSA, tendo ao fundo, ao sul, o bairro Sumaré com destaque para a Igreja de São José de Sumaré.

Figura 206 – Imagem do bairro Sumaré com destaque para a Igreja de São José de Sumaré, na direção sul.

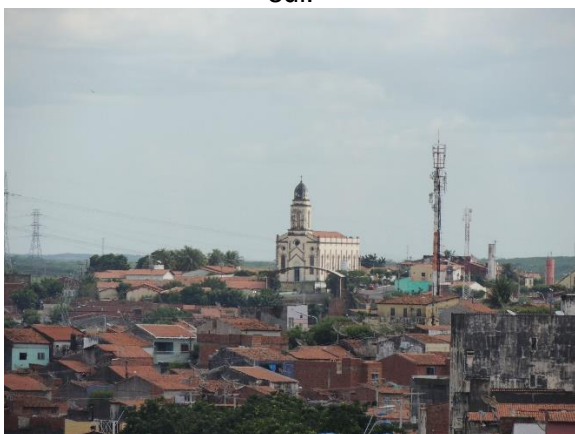


Fonte: Úrsula Priscyla Santana Nóbrega.



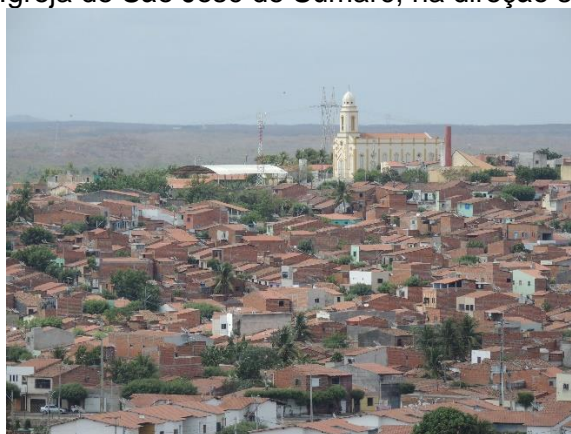
Fonte: Úrsula Priscyla Santana Nóbrega.

Figura 207 – Imagem com destaque para a Igreja de São José de Sumaré, na direção sul.



Fonte: Úrsula Priscyla Santana Nóbrega.

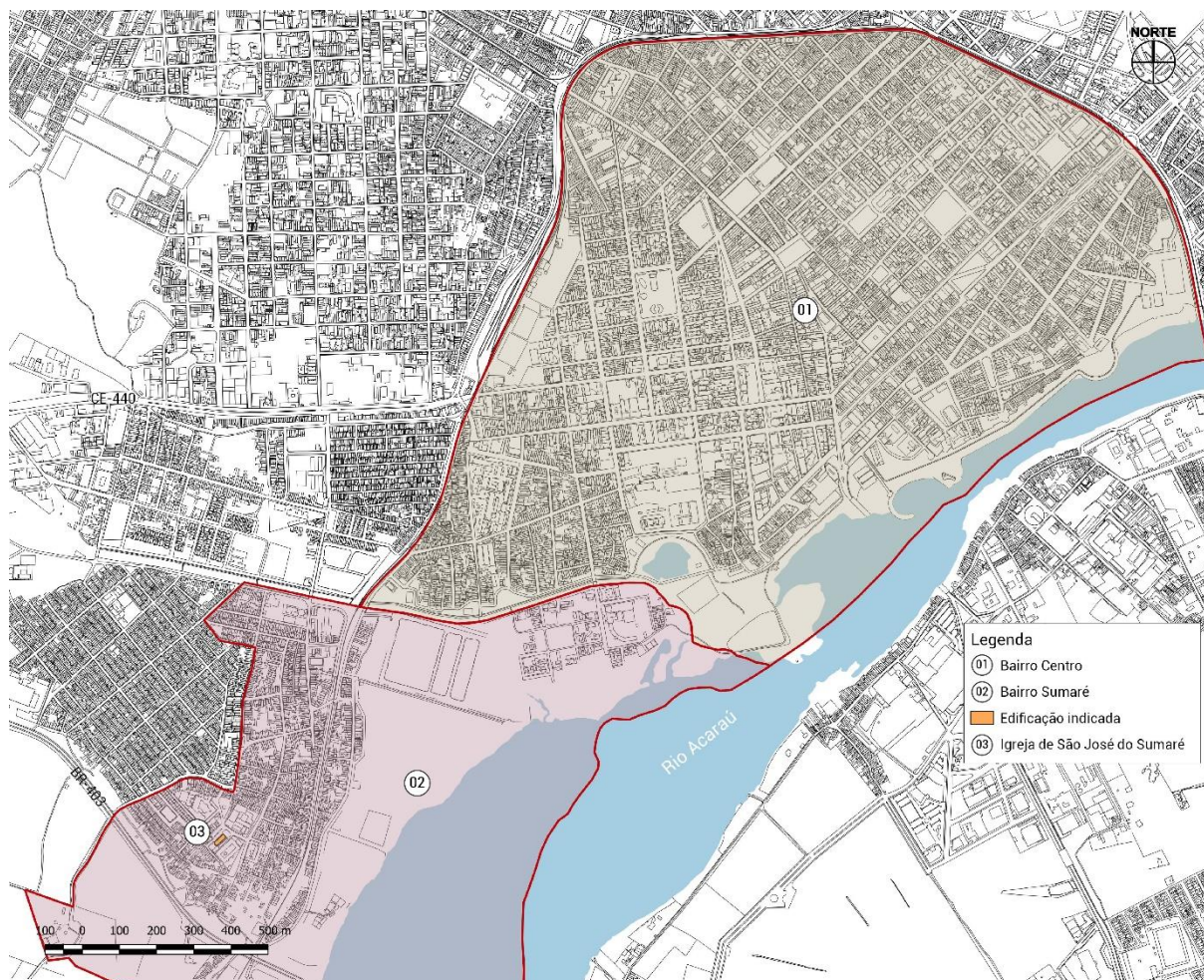
Figura 208 – Imagem com destaque para a Igreja de São José de Sumaré, na direção sul.



Fonte: Úrsula Priscyla Santana Nóbrega.

Esses exemplos demonstram que ao abrigo da metodologia adotada, o universo de bens a serem protegidos se amplia muito além do bairro Centro, situação que não possibilita identificar com exatidão quais são os elementos edificados que são de fato objetos de proteção dentro do SH e, para além índices de gabarito e implantação de lote, como devem ser preservados pela comunidade e pelos órgãos que fazem a sua gestão.

Mapa 34 – Localização do bairro do Sumaré em Sobral e da Igreja de São José do Sumaré.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Aliás, observando-se o papel da Serra da Meruoca, distante a aproximadamente 6km do Centro de Sobral, uma vez trafegando na maioria das ruas do SH, pouco é perceptível a sua apreensão visual em grande parte das vias, com exceção dos percursos que se dirigem para ela ao norte. Sua presença é mais notável em toda cidade onde o gabarito é de menor estatura e onde a massa edificada é mais rarefeita. Contudo, essa é uma condição comum para toda a cidade, sem que tal característica influencie diretamente na qualidade da arquitetura existente nos bairros. Nesse ponto, comprova-se que o estudo de tombamento novamente se omite em debater a produção arquitetônica existente, como também não discute propostas para a verticalização e expansão da cidade que já se faziam notar à década de 1990 (DUARTE JUNIOR, 2005, p. 280).

Seguindo esse raciocínio metodológico, qualquer local neste país, desde que se tenha uma malha urbana preservada, palco e detentor de informações históricas, não importando a qualidade estética, arquitetônica dos elementos que estiverem

sobre si, quer sejam espaços naturais ou edificados, poderia ser indiscriminadamente elevado à condição de patrimônio cultural nacional.

4.2. Análise do segundo volume do estudo de tombamento

4.2.1. Análise morfológica (o interior do espaço urbano)

Nesse volume, inicia-se o subtópico pela análise morfológica (o interior do espaço urbano), em que se esclarece a metodologia aplicada. Conforme define Kohlsdorf (1996, p. 19) em *“A Apreensão da Forma da Cidade”*, obra que serviu de base à técnica utilizada na instrução de tombamento, “[...] é arquitetônico qualquer espaço intencionalmente produzido, e toda construção social é, efetivamente, projetada”. Portanto, a autora considera como espaço arquitetônico, além das cidades e aglomerados urbanos, também o espaço natural, quando esse é também modificado pela presença humana, tornando-se espaço social, além de objeto cognitivo.

A obra evidencia que as cidades se comunicam e falam, informando a localização de seus espaços aos seus usuários e como esses podem se direcionar de um ponto para outro, reconhecendo lugares e reavivando memórias. A facilidade ou a dificuldade de assimilação e decodificação das informações transmitidas dependerá das formas que serão interpretadas como certos sinais capazes de cunhar a identidade dos ambientes através de mecanismos cognitivos sensoriais. Assim, a apreensão do espaço é dada a partir de sua forma física e suas composições plásticas relacionados em conjunto, ou ainda, em partes, conforme diversas abordagens arquitetônicas e geográficas da cidade (KOHLSDORF, 1996, p. 56, 69-70).

Portanto, conforme esclarece a autora, o espaço transmite determinadas “sensações”. Como consequência destas sensações, tem-se a “percepção”. Essa compreensão estaria arraigada em experiências próprias e diferentes para cada observador, de onde se formata a imagem mental. Em seguida, tem-se a “intuição”. Esta última constitui a resposta do indivíduo em relação aos estímulos sensoriais e perceptivos do ambiente, em que a troca de informações entre o observador e o meio irá depender muito particularmente da percepção de cada indivíduo, interpretando e dotando de significado aquilo que se vê (KOHLSDORF, 1996, p. 56-60).

Logo, a metodologia, busca comprovar que os elementos e as relações características da percepção do espaço estão reunidos na técnica de análise

sequencial, cujo objetivo é representar a passagem progressiva do visto para o percebido. Assim, em um percurso pré-determinado, os espaços percebidos pelos indivíduos são capazes de registrar cenas (em estações), em seus respectivos campos visuais (frontal, lateral direito e esquerdo), gerando efeitos topológicos e perspectivais apreendidos por suas características morfológicas básicas compostas de contornos, ângulos, superfícies e linhas (KOHLSDORF, 1996, p. 88-89 *apud* IPHAN, 1998, p. 136).

Do nível do observador, os efeitos básicos topológicos produzidos são três: alargamento e estreitamento,¹⁸⁰ envolvimento,¹⁸¹ e amplidão,¹⁸² além de suas derivações mediante deformações da perspectiva cônica que lhe alteram tamanho, contorno, proporções, ocultação de uns elementos por outros. Essas variantes dos efeitos perspectivais são oito: direcionamento,¹⁸³ visual fechada,¹⁸⁴ impedimento,¹⁸⁵ emolduramento,¹⁸⁶ mirante,¹⁸⁷ conexão,¹⁸⁸ realce¹⁸⁹ e efeito em y¹⁹⁰ (KOHLSDORF, 1996, p. 96-100 *apud* IPHAN, 1998, p. 136).

De acordo com a intensidade do efeito perspectivo, adotou-se diferentes graus de aferição: muito fraco (MF), fraco, (F), médio (M), forte (F) e muito forte (MF), que variam durante o percurso do tramo conforme o posicionamento da estação com a cena apreendida pelo observador. Busca-se com essa metodologia, a

¹⁸⁰ É o efeito em que paredes de delimitação lateral parecem se afastar ou se aproximar do observador. Fonte: KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 89.

¹⁸¹ É o efeito experimentado em um espaço limitado por elementos físicos suficientemente marcantes por todos ou quase todos os lados do observador, e de modo que se possa, do seu interior, ter visão para o exterior. Fonte: *Ibdem*, p. 89.

¹⁸² É o efeito onde os limites físicos e do campo visual estão distantes ou são indefinidos ou insignificantes. A visual não é fechada por isso. Fonte: *Ibdem*, p. 90-91.

¹⁸³ Configura-se quando se enfatiza a continuidade longitudinal do espaço pela estrutura alongada e bem definida dos planos laterais. Fonte: *Ibdem*, p. 96.

¹⁸⁴ Esse efeito organiza a cena perspectiva de forma pouco profunda, fechando-a em um plano paralelo e muito próximo do observador. Fonte: *Ibdem*, p. 96.

¹⁸⁵ Quando a visual é interrompida, mas não se impede que se abranja o final do campo visual. Fonte: *Ibdem*, p. 96.

¹⁸⁶ Efeito que torna contida por certo enquadramento a visão da cena. O campo visual é delimitado por um primeiro plano vertical vazado, paralelo ao observador e não interrompe a cena. Fonte: *Ibdem*, p. 97.

¹⁸⁷ Também chamado de lugar privilegiado, é o efeito de lugar em relação aos seus circunvizinhos pelo qual as possibilidades visuais são maiores como abrangência naquele do que nestes. Fonte: *Ibdem*, p. 97.

¹⁸⁸ Esse efeito mostra descontinuidade nas paredes laterais do espaço, realizada por outros canais que o interceptam, em geral, ortogonalmente. Fonte: *Ibdem*, p. 98-99.

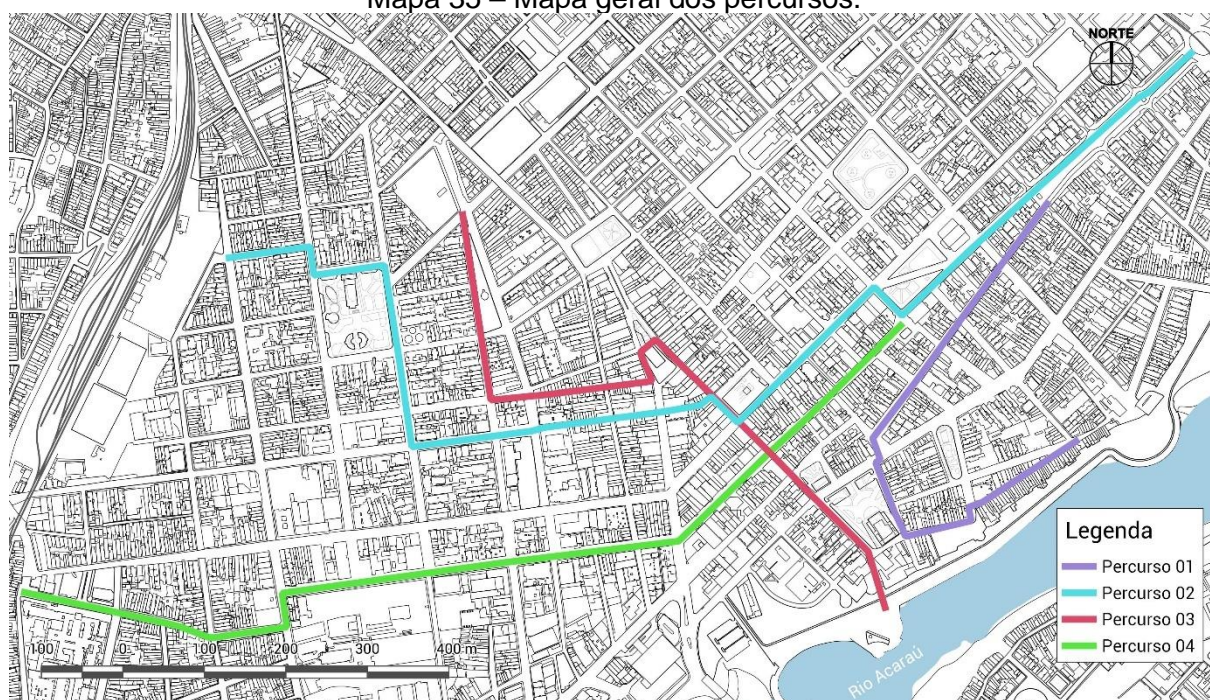
¹⁸⁹ Efeito em que se atrai a atenção do indivíduo para elemento da cena observada, que se comporta como acentuação ou surpresa. Fonte: *Ibdem*, p. 100.

¹⁹⁰ A cena perspectiva mostra uma bifurcação do espaço e, geralmente, seu eixo e segundo ângulos agudos. Fonte: *Ibdem*, p. 100.

caracterização das estruturas morfológicas presentes no espaço de Sobral, apresentando a avaliação das particularidades mais fortes ou mais fracas dos lugares.¹⁹¹ Esse postulado serviria para indicar as principais características do sítio histórico e os elementos de destaque na paisagem que permitem identificação e orientação pelos transeuntes, inclusive, identificando elementos que interferem de forma negativa à paisagem.

Para tanto, foram selecionados 4 percursos distintos que cruzam o bairro Centro nos sentidos oeste-nordeste e noroeste-sudeste, conforme ilustra o Mapa 35.

Mapa 35 – Mapa geral dos percursos.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 144.

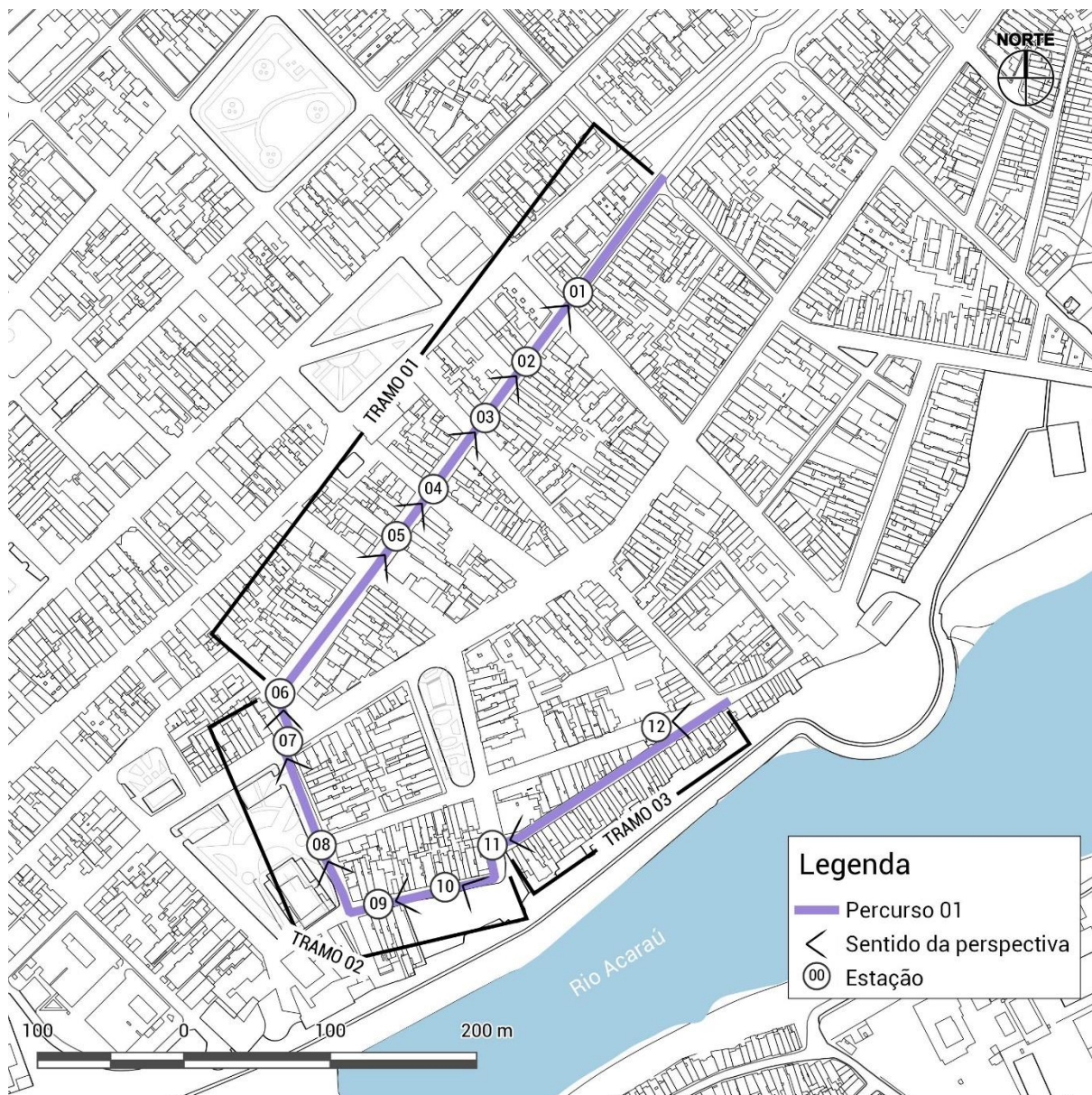
Nesses percursos, cada vista apreendida em sua respectiva estação foi representada em desenho através de silhuetas que reforçam os efeitos perspectivos das vias e logradouros, assim como o destaque dos volumes dos imóveis, do mobiliário e da vegetação existente. Isto é, a principal questão é que, por contornar a periferia dos objetos, edificações e demais elementos, a metodologia não representa de fato a feição das arquiteturas da cidade durante os percursos, tampouco analisa seu estado de preservação. Como na instrução de tombamento não foi inserida nenhuma imagem fotográfica do estado real desses trajetos para efeito de

¹⁹¹ Fonte: IPHAN/CE. **Processo 1379-T-97**. Volume II. Folha 138-141.

comparação, de forma a melhor elucidar os pontos a que se propõe discutir esse tópico do Capítulo IV, apresenta-se para cada estação os desenhos elaborados à época e as suas devidas imagens fotográficas. Salienta-se que as discrepâncias identificadas entre os desenhos e as imagens se dão em maior quantidade nas intervenções urbanísticas do que nas edificações, o que demonstra que a maioria das imagens do conjunto urbano obtidas no ano de 2020 mantiveram a mesma volumetria e aparência dos respectivos desenhos concebidos em 1997.

O primeiro percurso (Mapa 36) contém 3 tramos e 12 estações. Inicia-se na confluência da rua Maria Tomásia com a rua Pe. Fialho. Segue pela rua Pe. Fialho, rua Galdino Gondim, rua das Dores e rua 23 de Setembro. Encerra-se na confluência da rua 23 de setembro com a rua Dr. Monte.

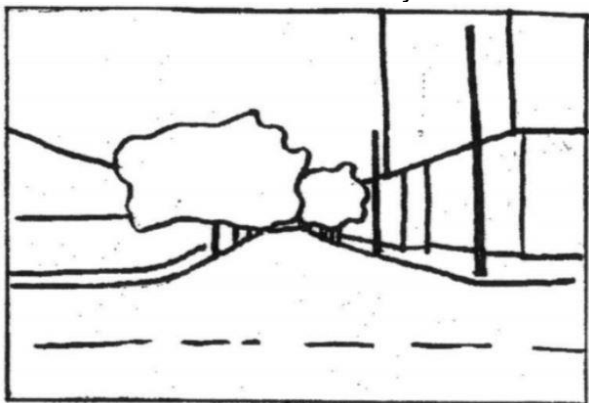
Mapa 36 – Mapa percurso 01.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 144.

Figura 210 – Imagem atual da Figura 209. Nota-se a descaracterização dos imóveis que iniciam o primeiro tramo. Área tombada do SHS.

Figura 209 – Imagem de trecho da rua Pe. Fialho. Tramo 01. Estação 01.



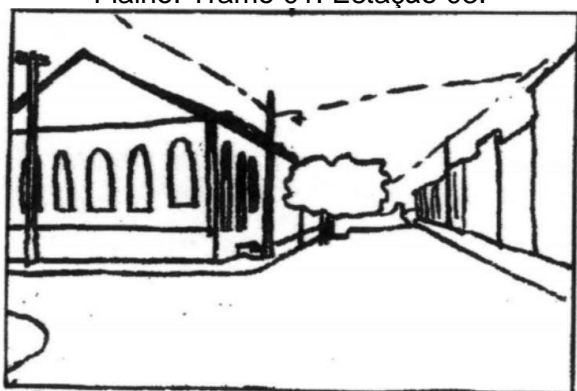
Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 150.

Figura 211 – Imagem de trecho da rua Pe.
Fialho. Tramo 01. Estação 02.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 150.

Figura 213 – Imagem de trecho da rua Pe.
Fialho. Tramo 01. Estação 03.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 150.

Figura 215 – Imagem de trecho da rua Pe.
Fialho. Tramo 01. Estação 04.

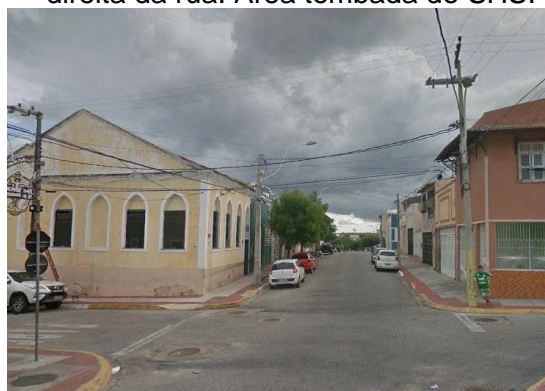
Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 212 – Imagem atual da Figura 211.
Nota-se em ambas as faces de quadra da rua
a descaracterização dos imóveis. Área
tombada do SHS.



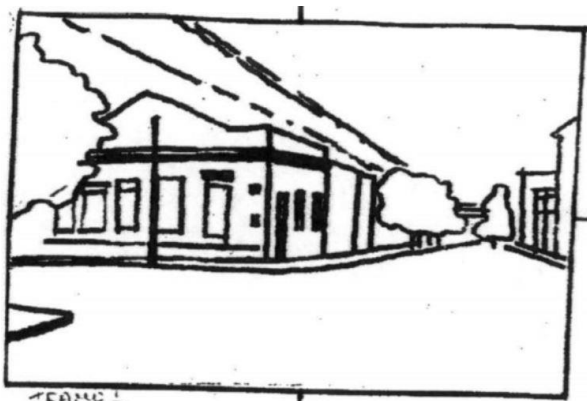
Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 214 – Imagem atual da Figura 213.
Nota-se a descaracterização das edificações à
direita da rua. Área tombada do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 216 – Imagem atual da Figura 215.
Nota-se a descaracterização das edificações à
direita da rua. Área tombada do SHS.



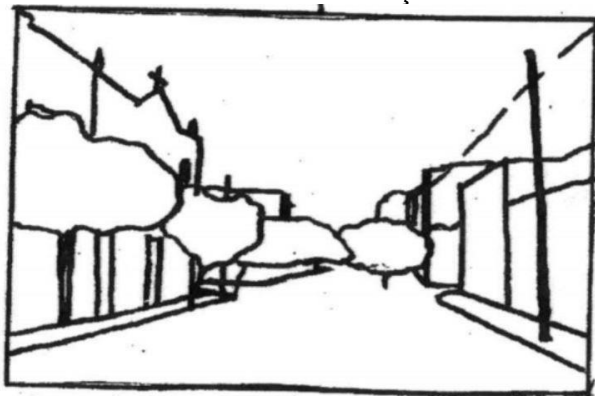
Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 150.

Figura 217 – Imagem de trecho da rua
Jornalista Deolindo Barreto. Tramo 01.
Estação 04.



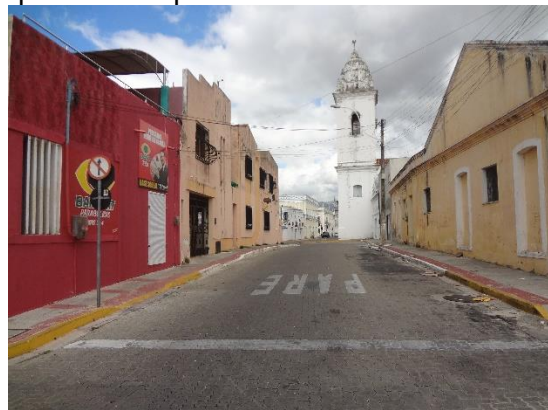
Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 150.

Figura 219 – Imagem de trecho da rua Pe.
Fialho. Tramo 01. Estação 05.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 218 – Imagem atual da Figura 217.
Nota-se a descaracterização do perfil de
quadra à esquerda. Área tombada do SHS.



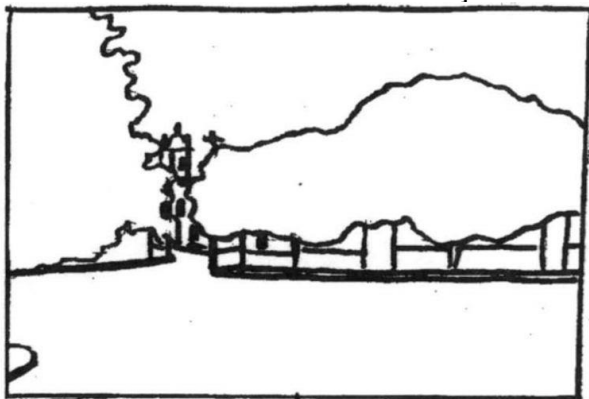
Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 220 – Imagem atual da Figura 219. As
três edificações posicionadas no cruzamento
das vias se encontram em estado satisfatório
de preservação, excetuando-se a antiga
Capela de Santo Antônio à esquerda. Área
tombada do SHS.



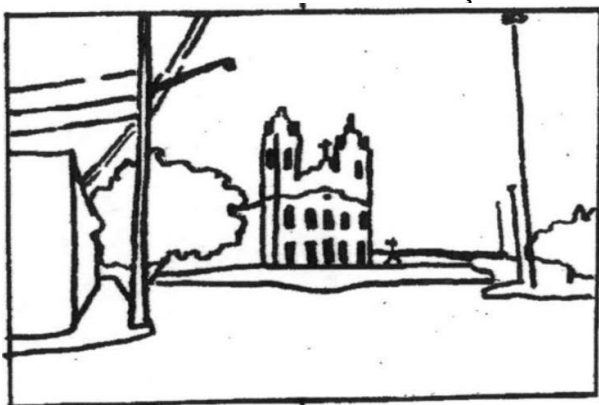
Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 150.

Figura 221 – Imagem de trecho da rua
Galdino Goldin. Tramo 01. Estação 06.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 151.

Figura 223 – Imagem de trecho da rua
Galdino Goldin. Tramo 02. Estação 07.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 151.

Figura 225 – Imagem de trecho da rua
Galdino Goldin. Tramo 02. Estação 08.

Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 222 – Imagem atual da Figura 221.
Nota-se que por causa da cobertura vegetal
não são reveladas as feições do imóvel. Área
tombada do SHS.



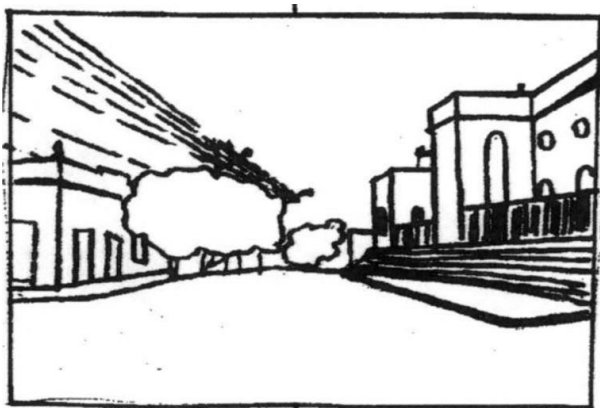
Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 224 – Imagem atual da Figura 223.
Nota-se a descaracterização dos imóveis à
esquerda da rua. Área tombada do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 226 – Imagem atual da Figura 225.
Nota-se a descaracterização dos imóveis à
esquerda da rua. Área tombada do SHS.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 151.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 227 – Imagem de trecho da rua das
Dores. Tramo 02. Estação 09.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 151.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 229 – Imagem de trecho da rua das
Dores. Tramo 02. Estação 10.



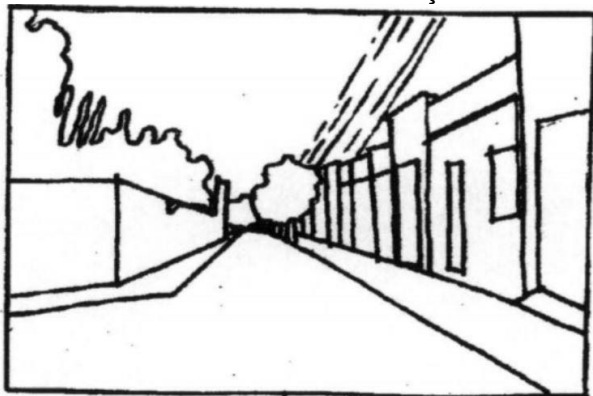
Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 151.

Figura 230 – Imagem atual da Figura 229.
Ampliando a perspectiva, nota-se a
descaracterização das edificações à
esquerda da igreja. Área tombada do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 231 – Imagem de trecho da rua 23 de Setembro. Tramo 03. Estação 11.



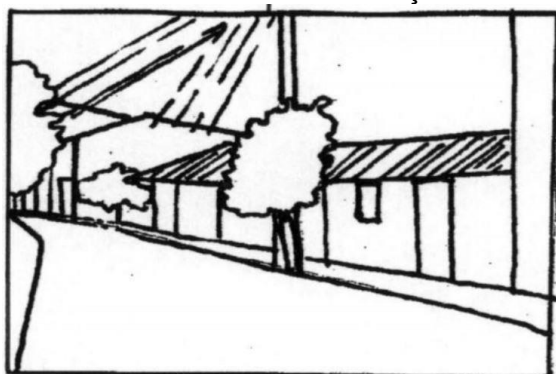
Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 152.

Figura 232 – Imagem atual da Figura 231. O imóvel à esquerda da rua foi erguido sobre uma edificação de construção recente que era solta no lote. Área tombada do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 233 – Imagem de trecho da rua 23 de Setembro. Tramo 03. Estação 12.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 152.

Figura 234 – Imagem atual da Figura 233. Nota-se que grande parte das edificações dessa rua são desconformes e recentes. Área tombada do SHS.

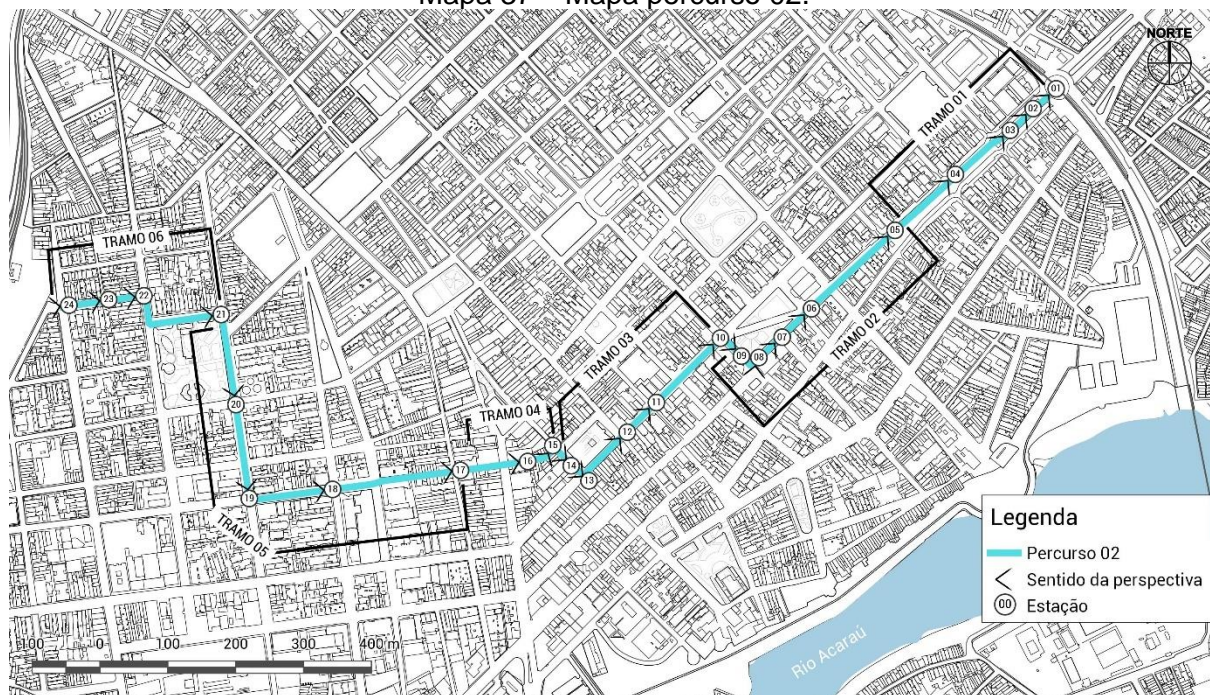


Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Nesse primeiro percurso são informados que os principais elementos negativos da paisagem são: o posteamento de iluminação pública, a fiação aérea, as antenas parabólicas, um anúncio publicitário pintado no muro de fundo de lote e a presença de um único edifício de estatura elevada no referido trajeto (Figura 210). Equivocadamente não se menciona o estado de preservação das edificações, onde a análise menciona em viés quantitativo a variedade de tipologias arquitetônicas cuja “[...] diversidade não chega a interferir de modo negativo na apreensão do espaço” (IPHAN, 1998, p. 148).

O segundo percurso (Mapa 37) contém 6 tramos e 24 estações. Inicia-se na confluência da avenida Othon de Alencar com a avenida Dr. Guarany. Segue pela avenida Dr. Guarany, rua menino Deus, rua Jornalista Deolindo Barreto, avenida Dom José, rua Ernesto Deocleciano, Becco do Cotovelo, rua Tabelião Idelfonso Cavalcante, rua Conselheiro José Júlio, rua Praça Oswaldo Rangel e travessa Visconde de Sabóia. Encerra-se na confluência da travessa Visconde de Sabóia com a rua Pe. Antônio Ibiapina.

Mapa 37 – Mapa percurso 02.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 162.

Figura 235 – Imagem de trecho da avenida Dr. Guarany. Tramo 01. Estação 01.

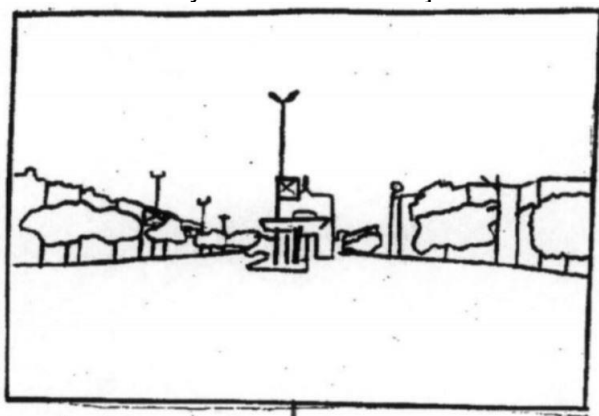
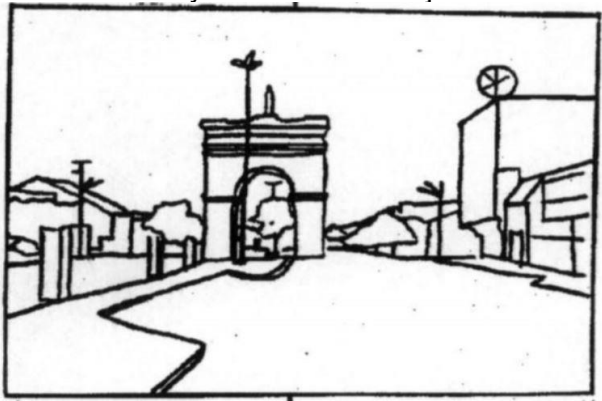


Figura 236 – Imagem atual da Figura 235. A grande diferença na perspectiva é a inserção de um amplo canteiro central na avenida. Área de entorno do SHS.



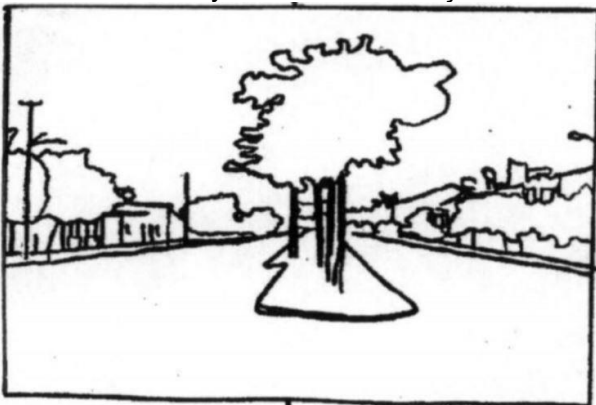
Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 163.

Figura 237 – Imagem de trecho da avenida Dr. Guarany. Tramo 01. Estação 02.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 163.

Figura 239 – Imagem de trecho da avenida Dr. Guarany. Tramo 01. Estação 03.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 163.

Figura 241 – Imagem de trecho da avenida Dr. Guarany. Tramo 01. Estação 04.

Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 238 – Imagem atual da Figura 237. Nota-se a presença de edificações recentes e desconformes na face de quadra à direita da avenida. Área de entrono do SHS.



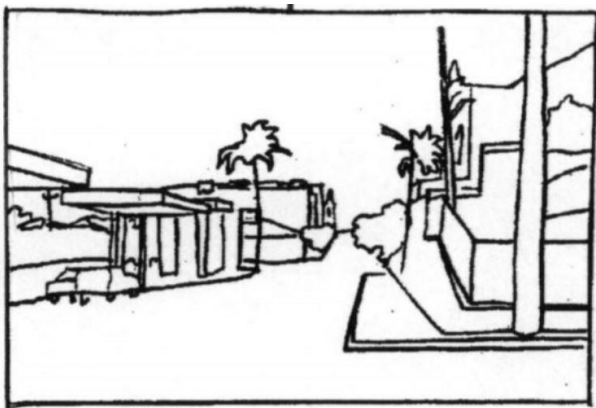
Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 240 – Imagem atual da Figura 239. Nota-se a presença do canteiro central que amplia a perspectiva da avenida. Área de entrono do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 242 – Imagem atual da Figura 241. Nota-se a supressão do posto de gasolina, porém permanece a desconformidade de algumas edificações. Área de entrono do SHS.

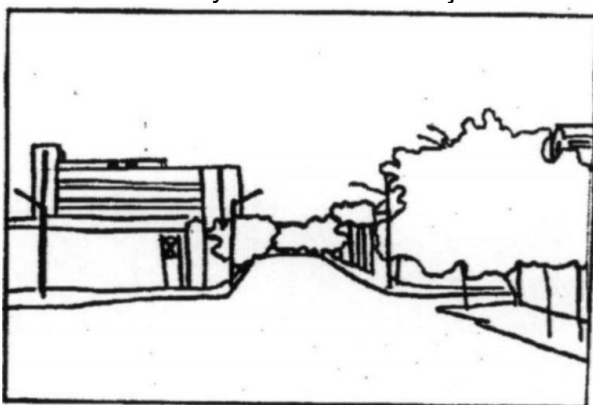


Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 163.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 243 – Imagem de trecho da avenida
Dr. Guarany. Tramo 02. Estação 05.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 164.

Figura 244 – Imagem atual da Figura 243.
Nota-se que a vegetação, além de atenuar os
efeitos cáusticos do sol, serve para ocultar
parte das descaracterizações das edificações.
Área de entrono do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 245 – Imagem de trecho da rua Menino
Deus. Tramo 02. Estação 06.

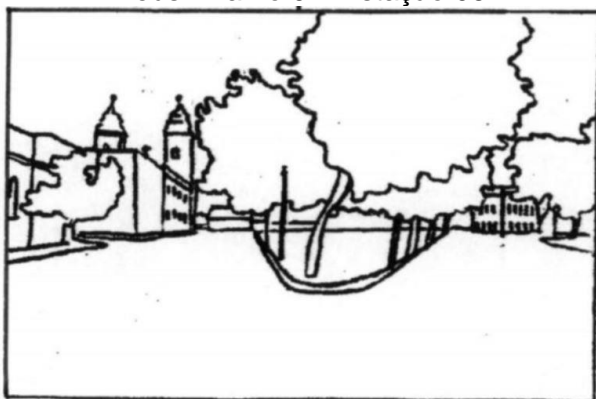
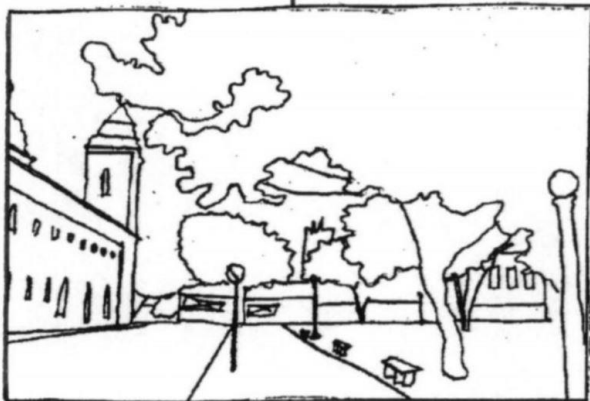


Figura 246 – Imagem atual da Figura 245. À
esquerda da rua, tem-se um dos poucos
perfis de quadra com uma quantidade de
imóveis preservados superior à de imóveis
descaracterizados. Área tombada do SHS.



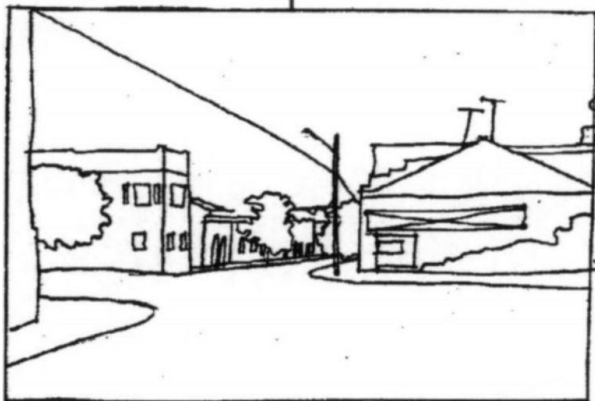
Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 164.

Figura 247 – Imagem de trecho da rua Menino Deus. Tramo 02. Estação 07.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 164.

Figura 249 – Imagem de trecho da rua Menino Deus. Tramo 02. Estação 08.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 164.

Figura 251 – Imagem de trecho da rua Jornalista Deolindo Barreto. Tramo 02. Estação 09.

Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 248 – Imagem atual da Figura 247. Nota-se a descaracterização da edificação disposta no ponto focal da perspectiva. Área tombada do SHS.



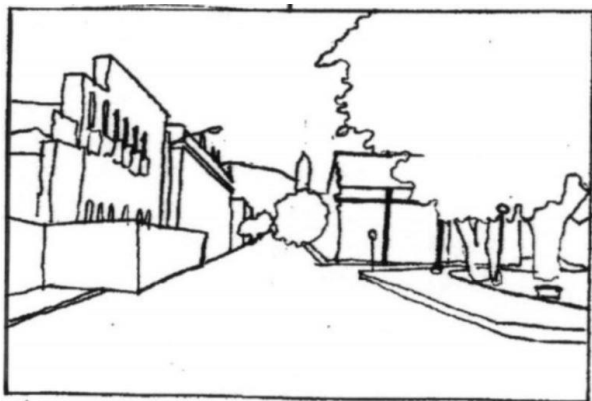
Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 250 – Imagem atual da Figura 249. Nota-se que a edificação à esquerda se encontra completamente descaracterizada. Área tombada do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 252 – Imagem atual da Figura 251. Nota-se que a volumetria do antigo Solar dos Figueiredo foi restaurada. Área tombada do SHS.

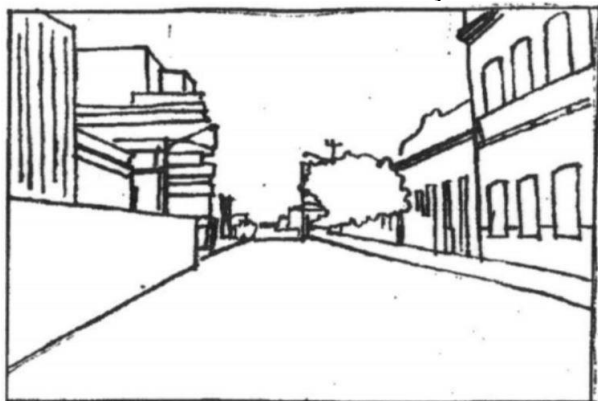


Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 164.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 253 – Imagem de trecho da avenida
Dom José. Tramo 03. Estação 10.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 165.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 255 – Imagem de trecho da avenida
Dom José. Tramo 03. Estação 11.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 165.

Figura 256 – Imagem atual da Figura 255.
Nota-se a profusão de edificações
descaracterizadas. Área tombada do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 257 – Imagem de trecho da rua Domingos Olímpio. Tramo 03. Estação 12.



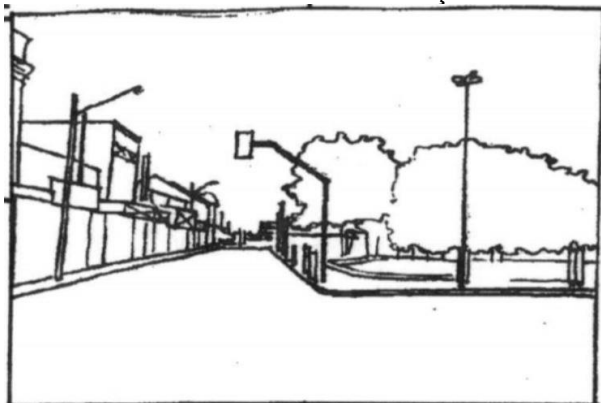
Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 165.

Figura 258 – Imagem atual da Figura 257. Nota-se a descaracterização da edificação à esquerda mesmo com a supressão do fachadeiro publicitário. Área tombada do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 259 – Imagem de trecho da avenida Dom José. Tramo 03. Estação 12.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 165.

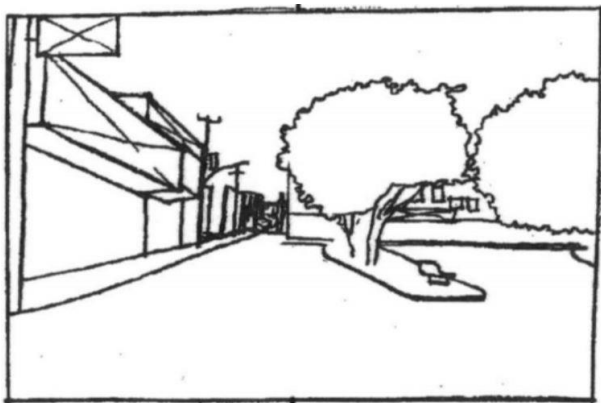
Figura 260 – Imagem atual da Figura 259. Nota-se a descaracterização da face de quadra à esquerda. Área tombada do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 261 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 03. Estação 13.

Figura 262 – Imagem atual da Figura 261. Nota-se a descaracterização da face de quadra à esquerda e no eixo da perspectiva. Área tombada do SHS.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 165.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 263 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 03. Estação 14.



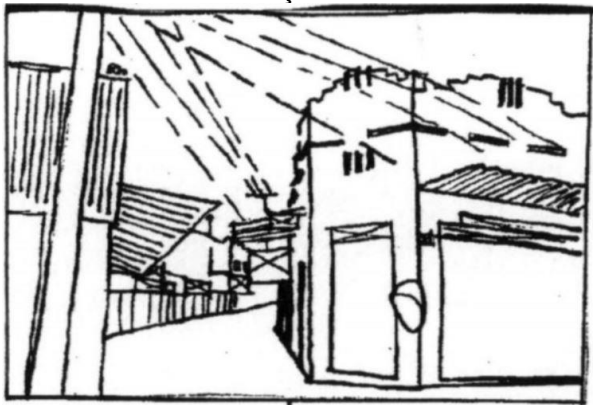
Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 165.

Figura 264 – Imagem atual da Figura 263.
Nota-se a intensa descaracterização do setor.
Área tombada do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 265 – Imagem de trecho da travessa do Xerez (Becco do Cotovelo). Tramo 04. Estação 15.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 166.

Figura 266 – Imagem atual da Figura 265.
Nota-se não somente a descaracterização,
mas a presença inadequada das cobertas
metálicas no eixo da travessa. Área tombada
do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 267 – Imagem de trecho da travessa do Xerez (Becco do Cotovelo). Tramo 04. Estação 16.



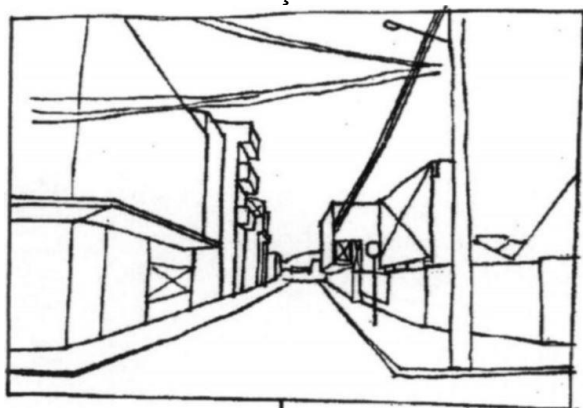
Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 166.

Figura 268 – Imagem atual da Figura 267. Nota-se que não há nenhuma edificação preservada. Área tombada do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 269 – Imagem de trecho da rua Tabelaão Idelfonso Cavalcante. Tramo 05. Estação 17.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 167.

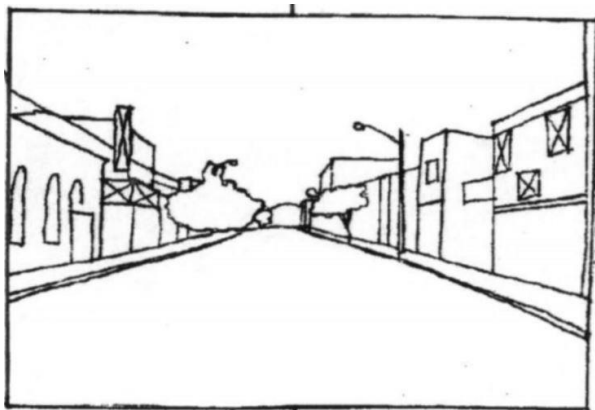
Figura 270 – Imagem atual da Figura 269. Nota-se a presença de edificações desconformes e de construção recente. Área tombada do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

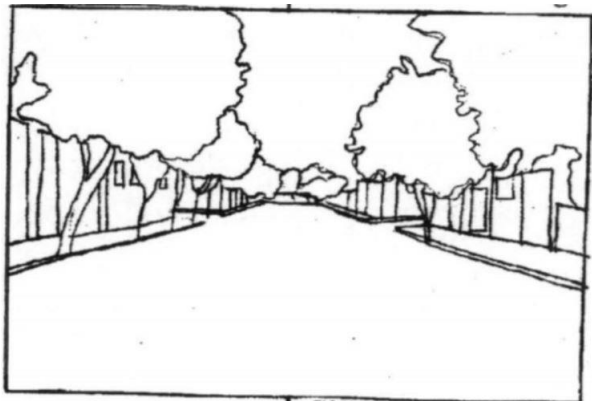
Figura 271 – Imagem de trecho da rua Tabelaão Idelfonso Cavalcante. Tramo 05. Estação 18.

Figura 272 – Imagem atual da Figura 271. Nota-se a falta de edificações preservadas na face de quadra à direita. Limite entre a área tombada e de entorno do SHS.



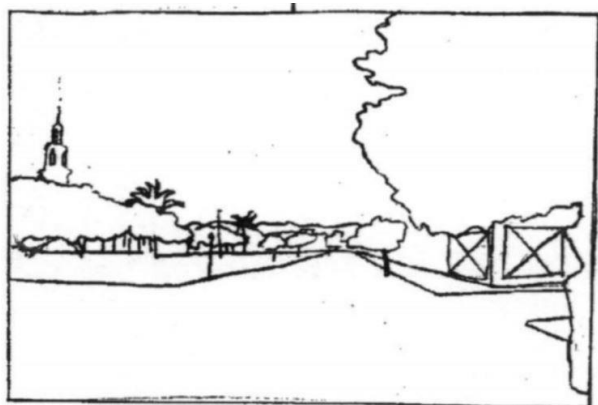
Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 167.

Figura 273 – Imagem de trecho da rua
Conselheiro José Júlio. Tramo 05. Estação
19.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 167.

Figura 275 – Imagem de trecho da rua
Conselheiro José Júlio. Tramo 05. Estação
20.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 167.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 274 – Imagem atual da Figura 273. A
vegetação urbana encobre parte das
elevações descaracterizadas dos imóveis.
Área tombada do SHS.



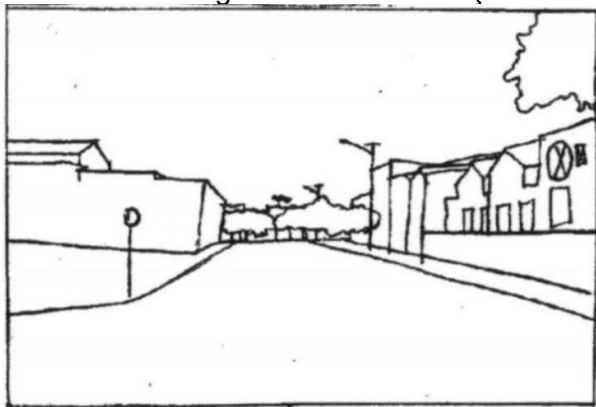
Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 276 – Imagem atual da Figura 275.
Nota-se a presença de edificações
descaracterizadas à direita. Área tombada do
SHS.



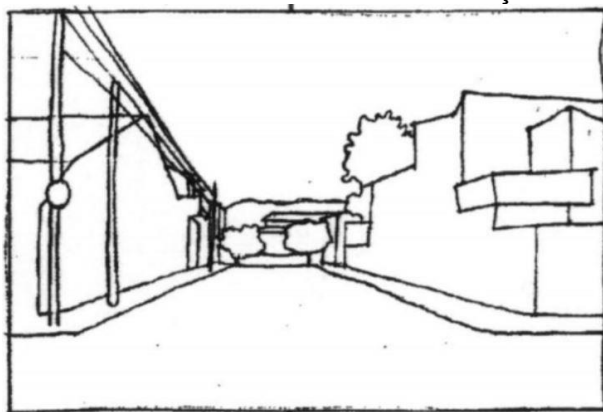
Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 277 – Imagem de trecho da rua Praça Oswaldo Rangel. Tramo 05. Estação 21.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 168.

Figura 279 – Imagem de trecho da travessa Visconde de Sabóia. Tramo 06. Estação 22.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 168.

Figura 281 – Imagem de trecho da travessa Visconde de Sabóia. Tramo 06. Estação 23.

Figura 278 – Imagem atual da Figura 277.
Nota-se tanto a presença de edificações descaracterizadas à direita quanto o acréscimo espúrio disposto nos fundos da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio. Limite entre a área tombada e de entorno do SHS.



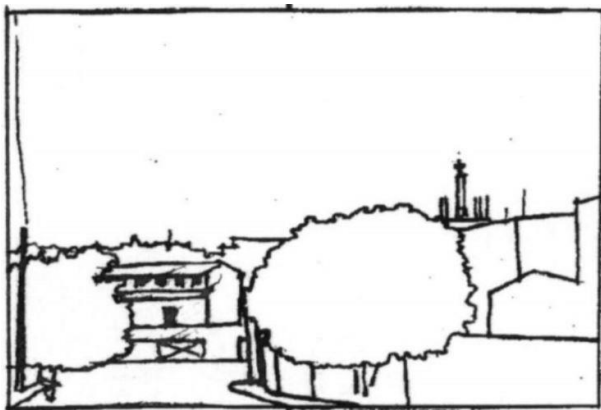
Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 280 – Imagem atual da Figura 279.
Nota-se a presença de edificações descaracterizadas em ambas faces de quadra. Área de entrono do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 282 – Imagem atual da Figura 281.
Nota-se a presença de edificações desconformes e recentes em ambas faces de quadra Área de entrono do SHS.

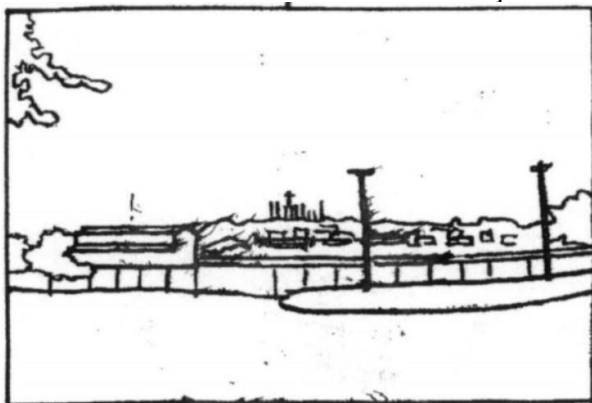


Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 168.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 283 – Imagem de trecho da travessa
Visconde de Sabóia. Tramo 06. Estação 24.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 168.

Figura 284 – Imagem atual da Figura 283. Ao
fundo e no eixo da perspectiva se encontra a
esplanada ferroviária. Área de entrono do
SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Nesse segundo percurso são informados que os principais elementos negativos da paisagem são: o posteamo de iluminação pública, a fiação aérea, os anúncios publicitários afixados nas edificações e pintadas em muros, as antenas parabólicas, alguns equipamentos (posto de gasolina disposto no canteiro central), a sinalização de trânsito, as construções precárias (em estado de ruína),¹⁹² edificações de estatura inadequada e excessiva para o setor urbano (rivalizando com os monumentos e os monumentos históricos), as marquises, a poluição visual, o mau trato com o espaço público, a complexidade tipológica e a ausência de leitura morfológica clara.

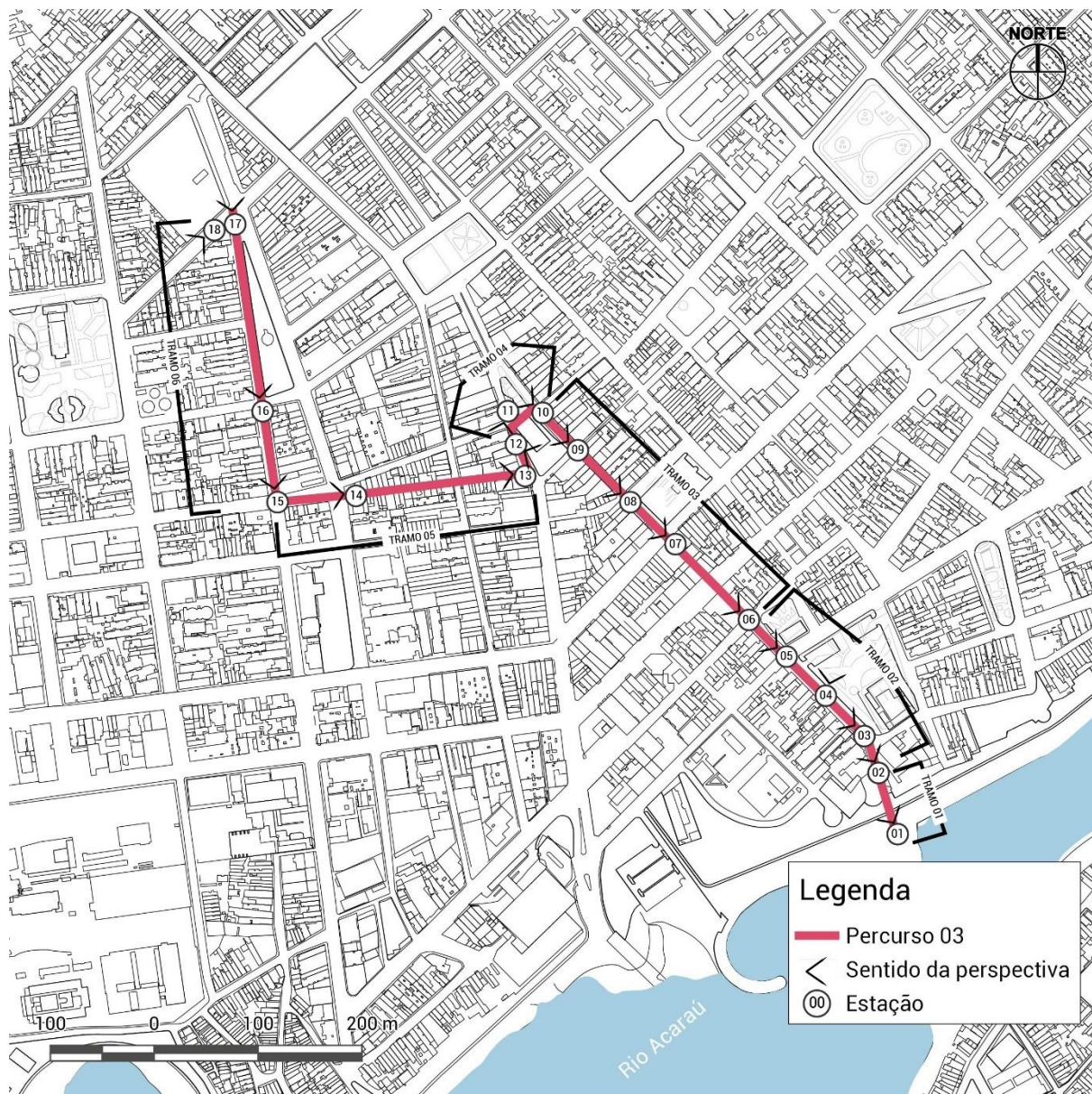
¹⁹² Referindo-se ao Solar da Família Figueiredo/Paula Pessoa.

A poluição visual é considerada um elemento degradador do espaço urbano cuja condição poderia ser revertida com a supressão dos engenhos publicitários (IPHAN, 1998, p. 154), contudo, não se comenta o muito pouco da arquitetura primitiva dos imóveis que sobrou atrás desses dispositivos propagandísticos. Também é um equívoco atribuir o principal traço morfológico negativo de alguns tramos à poluição visual e a elementos propagandísticos sem apontar a intensa descaracterização do acervo edificado em trechos desse percurso como um elemento que também o desqualifica (IPHAN, 1998, p. 157).

Principalmente por cruzar de um extremo ao outro do bairro Centro, seria mais adequado atribuir para as diversas estruturas morfológicas adjetivadas pelos termos “variedade”, “heterogeneidade”, “mais ou menos homogênea”, “complexidade para as paredes laterais” e “ausência de leitura morfológica clara” as denominações que de fato descrevem as características de suas arquiteturas: “descaracterização” e “desconformidade”.

O terceiro percurso (Mapa 38) contém 6 tramos e 18 estações. Inicia-se na confluência da margem esquerda do rio Acaraú com o prolongamento da rua Ernesto Deocleciano. Segue pela rua Ernesto Deocleciano, rua Cel. José Sabóia, rua Luzanir Coelho e rua Anahid Andrade. Encerra-se na confluência da rua Anahid Andrade com a rua Cel. Diogo Gomes.

Mapa 38 – Mapa percurso 03.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 175.

Figura 285 – Imagem de trecho da margem esquerda do rio Acaraú. Tramo 01. Estação 01.

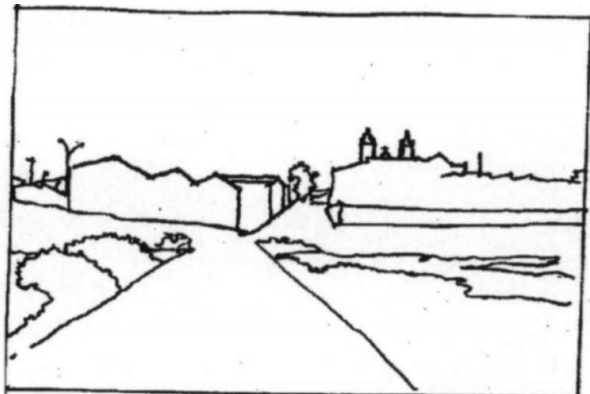
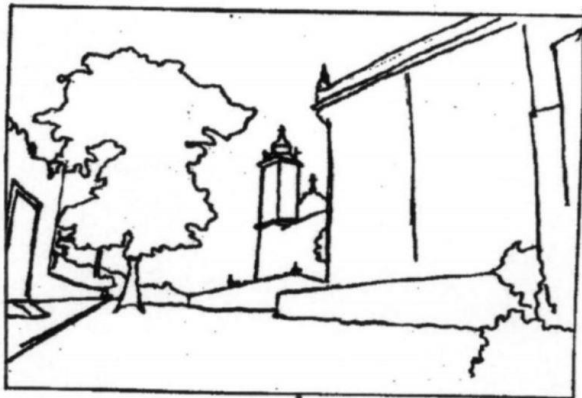


Figura 286 – Imagem atual da Figura 285. Nota-se a urbanização da margem esquerda do rio Acaraú e a reforma da Biblioteca Lustosa da Costa. Área tombada do SHS.



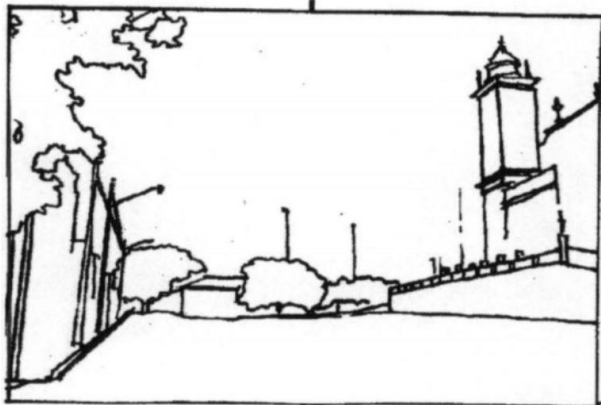
Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 177.

Figura 287 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 01. Estação 02.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 178.

Figura 289 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 02. Estação 03.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 178.

Figura 291 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 02. Estação 04.

Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 288 – Imagem atual da Figura 287. Nota-se que a reforma da margem esquerda do rio Acaraú segue com suas benfeitorias até interceptar o início da rua Ernest Deocleciano. Área tombada do SHS.



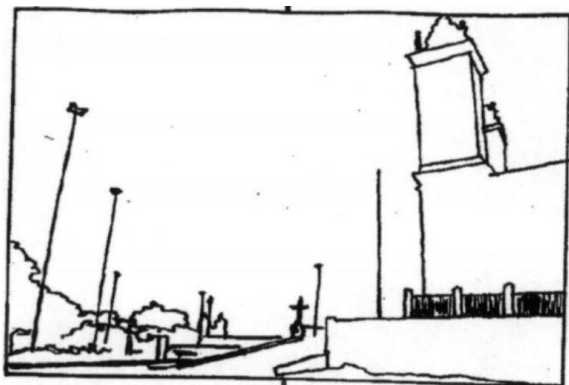
Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 290 – Imagem atual da Figura 289. Nota-se a descaracterização de algumas edificações à esquerda da rua. Área tombada do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 292. Imagem atual da Figura 291. Nota-se a reforma da praça da Igreja Matriz com o aumento de áreas verdes em terrapleno. Área tombada do SHS.

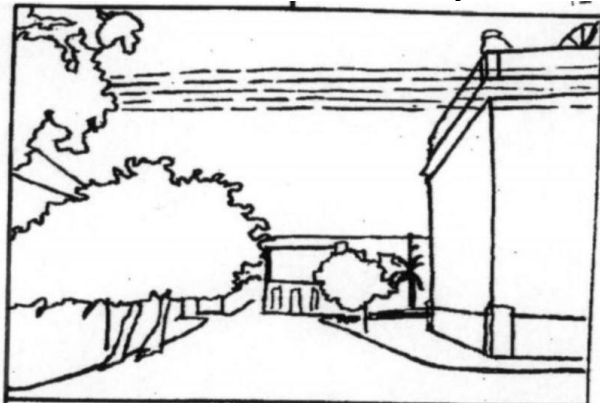


Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 178.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 293 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 02. Estação 05.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 178.

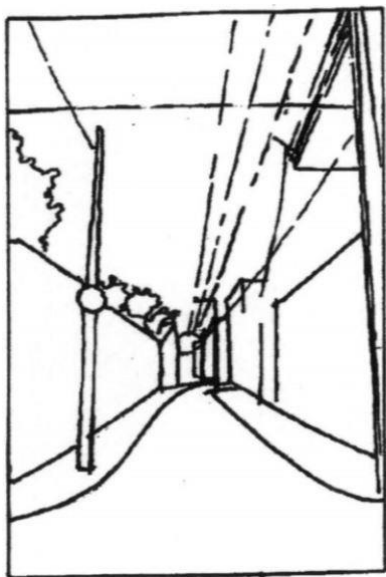
Figura 294 – Imagem atual da Figura 293. Nota-se que a vegetação urbana encobre tanto as elevações das edificações preservadas quanto dos imóveis descaracterizados. Área tombada do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 295 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 02. Estação 06.

Figura 296 – Imagem atual da Figura 295. Nota-se que a volumetria e as feições originais do sobrado à esquerda foram restauradas. Área tombada do SHS.

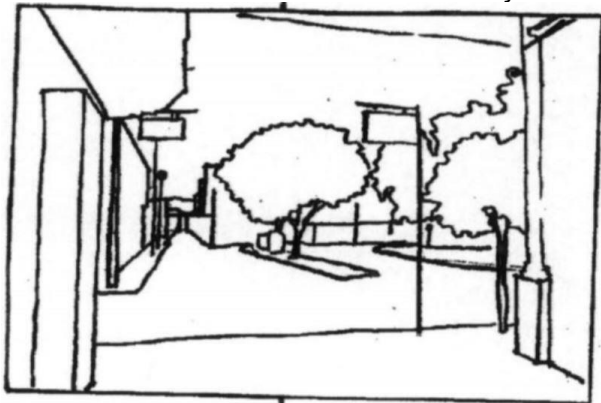


Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 179.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 297 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 03. Estação 07.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 179.

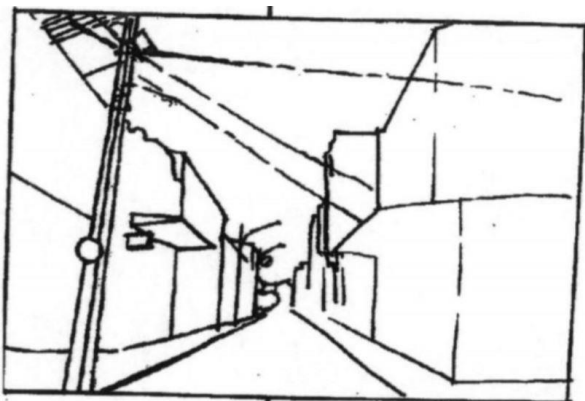
Figura 299 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 03. Estação 08.

Figura 298 – Imagem atual da Figura 297. Nota-se a descaracterização da face de quadra à esquerda e no eixo da perspectiva. Área tombada do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 300 – Imagem atual da Figura 299. Nota-se que, mesmo com a supressão dos fachadeiros publicitários, as edificações se encontram descaracterizadas. Área tombada do SHS.

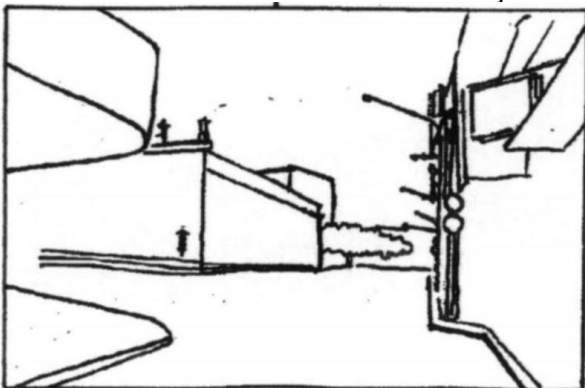


Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 179.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 301 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 03. Estação 09.

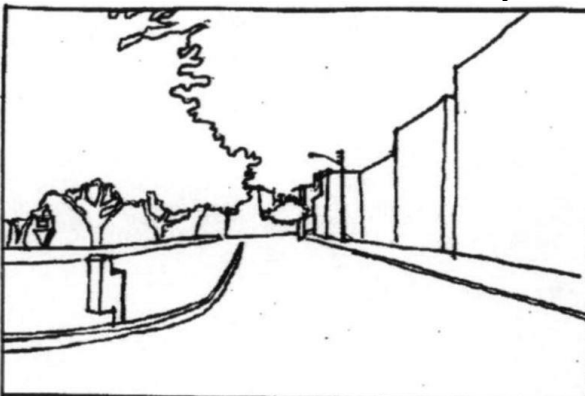


Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 179.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 303 – Imagem de trecho da rua Ernesto Deocleciano. Tramo 03. Estação 10.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 180.

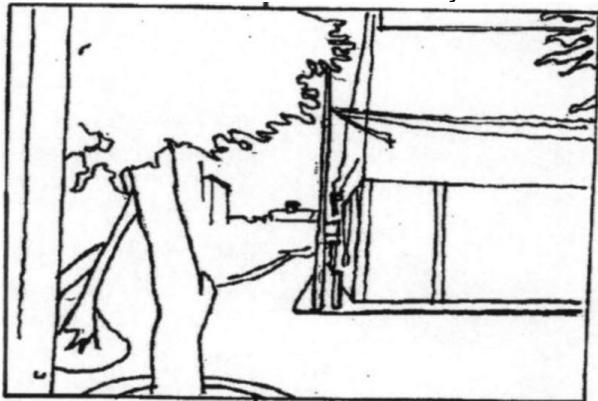


Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 302 – Imagem atual da Figura 301.
Nota-se que as edificações à direita da rua se encontram descaracterizadas. Área tombada do SHS.

Figura 304 – Imagem atual da Figura 303.
Nota-se que as edificações à direita da rua se encontram descaracterizadas. Área tombada do SHS.

Figura 305 – Imagem de trecho da rua Cel. José Sabóia. Tramo 04. Estação 11.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 180.

Figura 306 – Imagem atual da Figura 305. Nota-se que as edificações à direita da rua se encontram descaracterizadas. Área tombada do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 307 – Imagem de trecho da rua Cel. José Sabóia. Tramo 04. Estação 12.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 180.

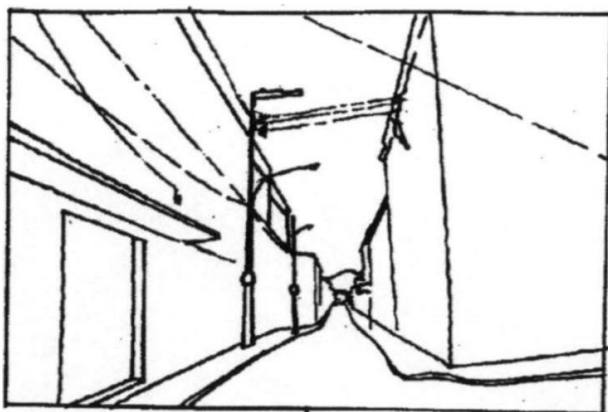
Figura 308 – Imagem atual da Figura 307. Nota-se que as edificações à direita da rua se encontram descaracterizadas, assim como no eixo da rua ao fundo. Área tombada do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 309 – Imagem de trecho da rua Luzanir Coelho. Tramo 05. Estação 13.

Figura 310 – Imagem atual da Figura 309. Nota-se que as edificações à esquerda da rua se encontram descaracterizadas. Área tombada do SHS.

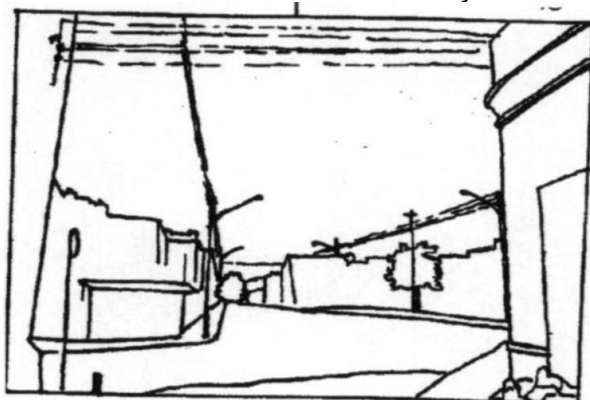


Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 181.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 311 – Imagem de trecho da rua
Luzanir Coelho. Tramo 05. Estação 14.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 181.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 313 – Imagem de trecho da rua Lúcia
Sabóia. Tramo 05. Estação 15.

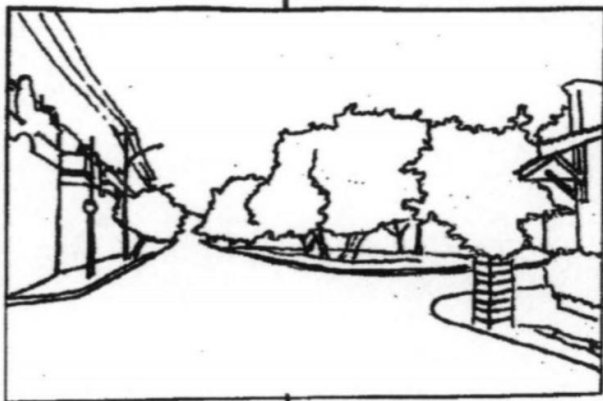


Figura 314 – Imagem atual da Figura 313.
Nota-se que ambas as faces da quadra se
encontram completamente descaracterizadas.
Limite entre a área tombada e de entorno do
SHS.



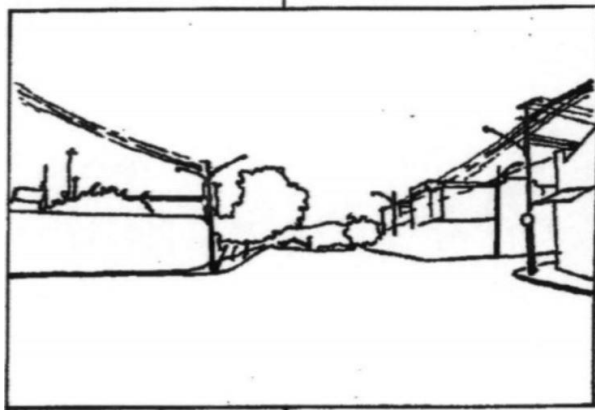
Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 182.

Figura 315 – Imagem de trecho da rua Lúcia Sabóia. Tramo 06. Estação 16.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 182.

Figura 317 – Imagem de trecho da rua Anahid Andrade. Tramo 06. Estação 17.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 182.

Figura 319 – Imagem de trecho da rua Cel. Diogo Gomes. Tramo 06. Estação 18.

Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 316 – Imagem atual da Figura 315.
Nota-se o único perfil da quadra integralmente preservado do Centro antigo à esquerda. Área tombada do SHS.



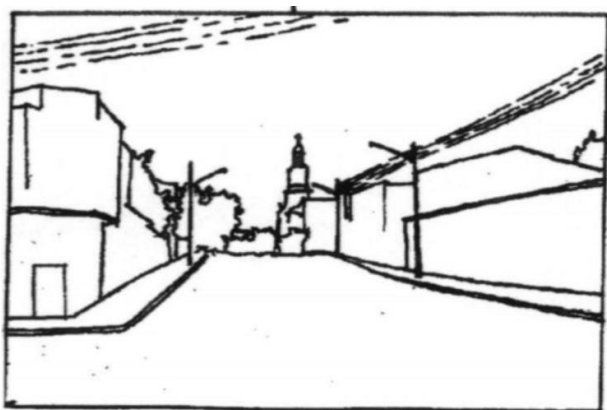
Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 318 – Imagem atual da Figura 317.
Nota-se que as edificações que se encontram à direita da rua estão completamente descaracterizadas. Área de entorno do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 320 – Imagem atual da Figura 319.
Nota-se que as edificações que se encontram à esquerda da rua estão descaracterizadas, assim como os imóveis à direita, após o muro do cemitério. Área de entorno do SHS.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 182.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Nesse terceiro percurso é informado que os principais elementos negativos da paisagem são: o mau trato das margens do rio, o posteamento de iluminação pública, a fiação aérea, os anúncios e os engenhos publicitários, as marquises, a complexidade das paredes laterais e a diversidade de tipologias arquitetônicas.

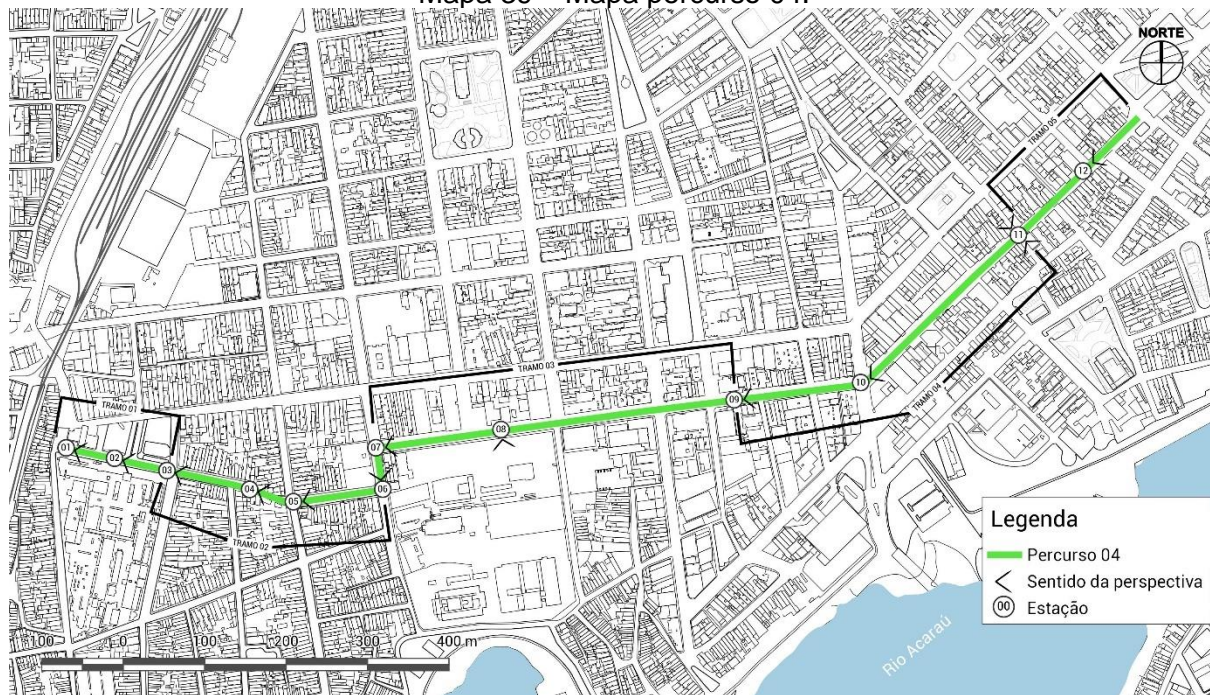
Embora seja o trajeto que conecte os dois antigos núcleos setecentistas,¹⁹³ somadas às omissões e aos equívocos apontados nos dois primeiros trajetos que também se repetem nesse terceiro, afirma-se que, através da “[...] força e a clareza da trama viária, reforçada pelo alinhamento homogêneo das construções, ainda mantém forte clareza morfológica do trecho” (IPHAN, 1998, p. 171), mesmo admitindo a existência de “[...] um desenho urbano que apesar de alterado, mantém ainda a maior parte de suas características originais” (IPHAN, 1998, p. 173). Ou seja, novamente atribui-se somente à malha urbana e ao fato da maioria das edificações estarem alinhadas com a testada dos lotes a sua condição irrefutável de referência do espaço urbano, independente do estado de preservação das arquiteturas que por lá se encontram e da profusão da má qualidade das edificações que as sucederam. Inclusive, face à já citada horizontalidade da cidade em decorrência de sua topografia plana, é atenuada a ausência de unidade estética, estilística, erudita e vernacular, reforçando que “[...] as interferências negativas ocorrem por conta de intervenções arquitetônicas de má qualidade, mas que, por manter a escala geral, não chegam a ser especialmente danosas” (IPHAN, 1998, p. 174).

O quarto percurso (Mapa 39) contém 5 tramos e 12 estações. Inicia-se na confluência da rua Cel. Albuquerque com a rua Antônio Crisóstomo de Melo. Segue

¹⁹³ Núcleos urbanos da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretinhos.

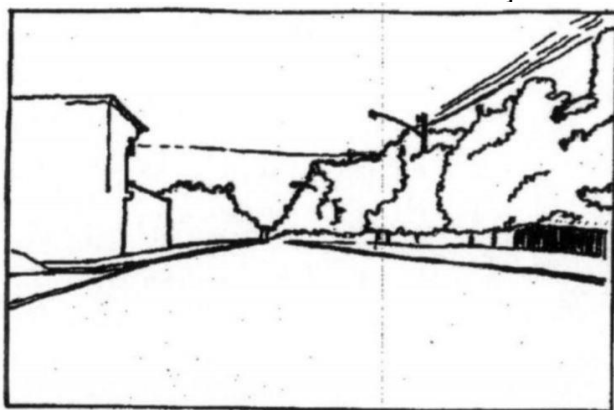
pela rua Antônio Crisóstomo de Melo, rua Pe. Antônio Ibiapina, rua Cel. Estanislau Frota e rua Menino Deus. Encerra-se na confluência da rua Menino Deus com a rua Jornalista Deolindo Barreto.

Mapa 39 – Mapa percurso 04.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 176.

Figura 321 – Imagem de trecho da rua Antônio Crisóstomo de Melo. Tramo 01. Estação 01.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 189.

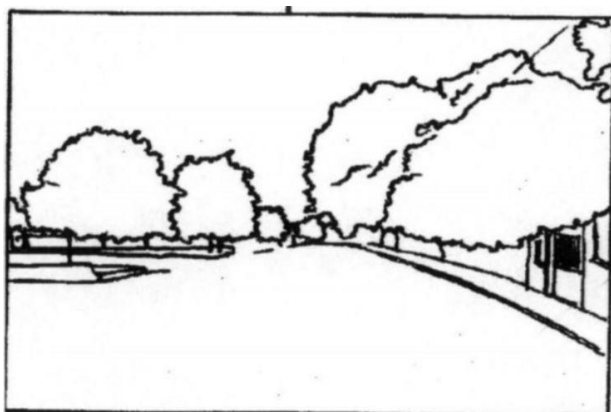
Figura 323 – Imagem de trecho da rua Antônio Crisóstomo de Melo. Tramo 01. Estação 02.

Figura 322 – Imagem atual da Figura 321. Nota-se a presença de edificações desconformes e recentes em ambas as faces de quadra da rua. Área de entorno do SHS.



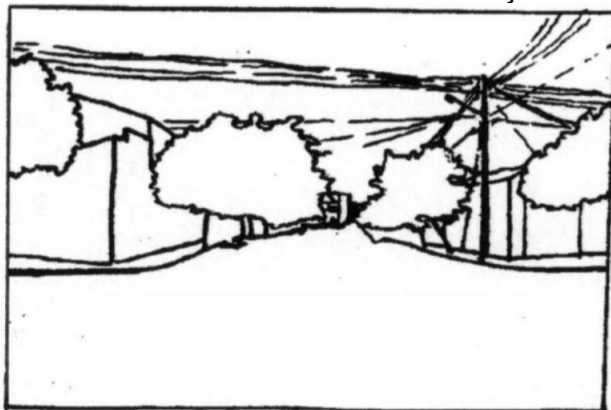
Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 324 – Imagem atual da Figura 323. Nota-se à direita da rua a presença do



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 189.

Figura 325 – Imagem de trecho da rua Antônio Crisóstomo de Melo. Tramo 01. Estação 03.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 190.

Figura 327 – Imagem de trecho da rua Antônio Crisóstomo de Melo. Tramo 02. Estação 04.

prédio da Santa Casa de Misericórdia. Área de entorno do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 326 – Imagem atual da Figura 325.

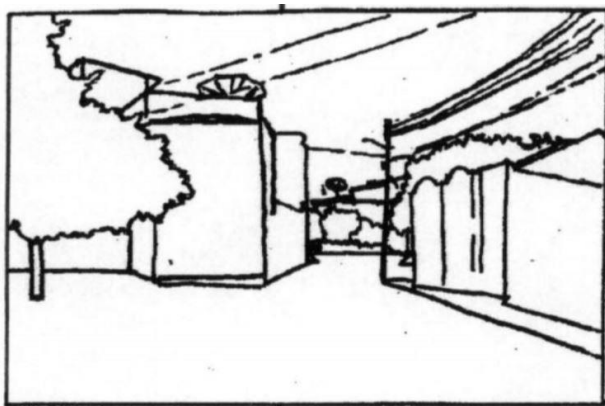
Nota-se a presença de edificações desconformes e recentes em ambas as faces de quadra da rua. Área de entorno do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 328 – Imagem atual da Figura 327.

Nota-se a presença de edificações desconformes e recentes em ambas as faces de quadra da rua. Área de entorno do SHS.

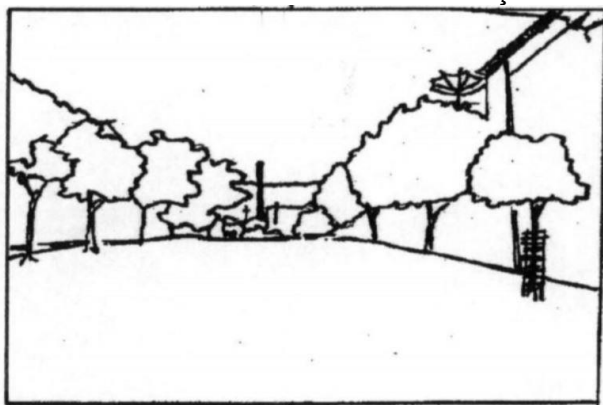


Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 190.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 329 – Imagem de trecho da rua Antônio
Crisóstomo de Melo. Tramo 02. Estação 05.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume
II. Folha 190.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 331 – Imagem de trecho da rua Pe.
Antônio Ibiapina. Tramo 02. Estação 06.

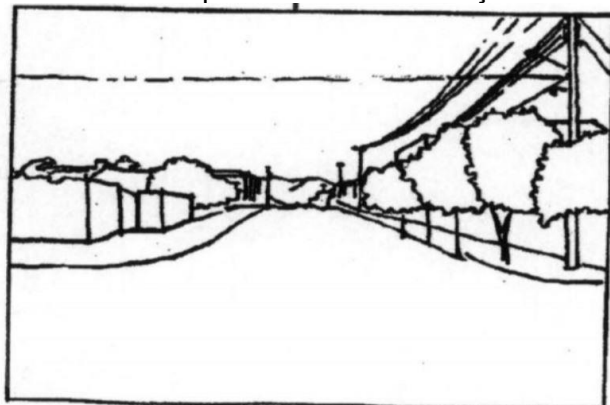
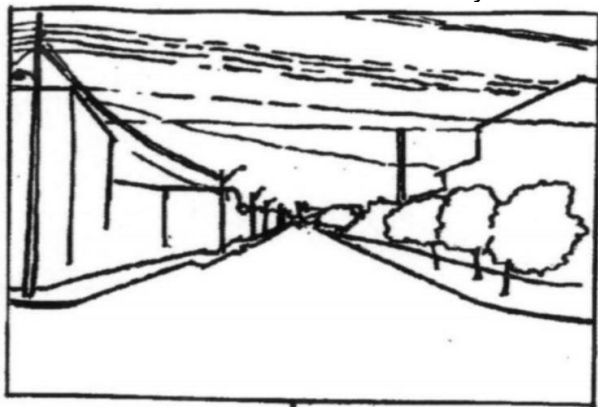


Figura 332 – Imagem atual da Figura 331.
Nota-se a presença de edificações
desconformes e recentes à direita da rua.
Área de entorno do SHS.

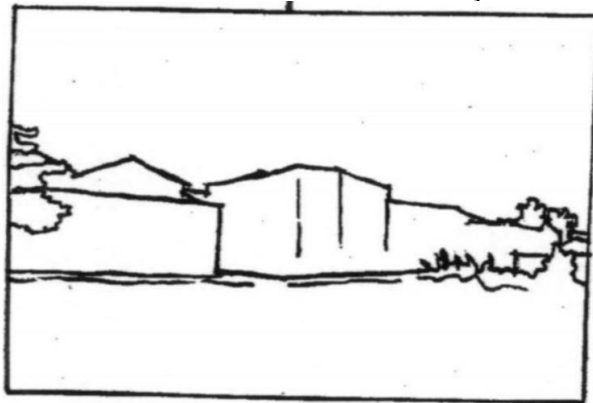
Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 190.

Figura 333 – Imagem de trecho da rua Estanislau Frota. Tramo 03. Estação 07.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 191.

Figura 335 – Imagem de trecho da rua Estanislau Frota. Tramo 03. Estação 08.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 191.

Figura 337 – Imagem de trecho da rua Estanislau Frota. Tramo 03. Estação 09.

Fonte: Maria do Carmo Alves, 2021.

Figura 334 – Imagem atual da Figura 333.
Nota-se a presença de edificações desconformes e recentes em ambas as faces de quadra da rua. Área de entorno do SHS.



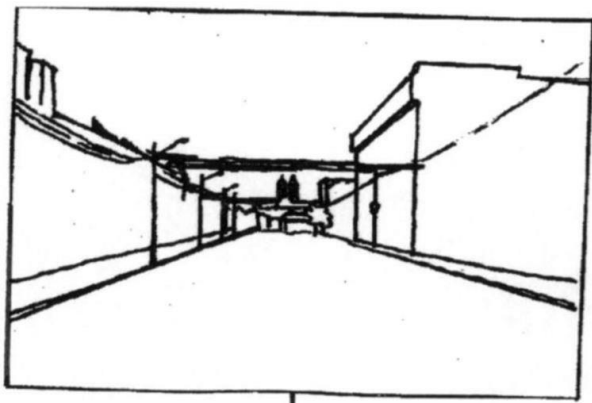
Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 336 – Imagem atual da Figura 335.
Nota-se a que grande parte das edificações da antiga Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano ainda se encontra descaracterizada e em estado de arruinamento. Área de entorno do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 338 – Imagem atual da Figura 337.
Nota-se a presença de edificações desconformes e recentes em ambas as faces de quadra da rua. Área de entorno do SHS.

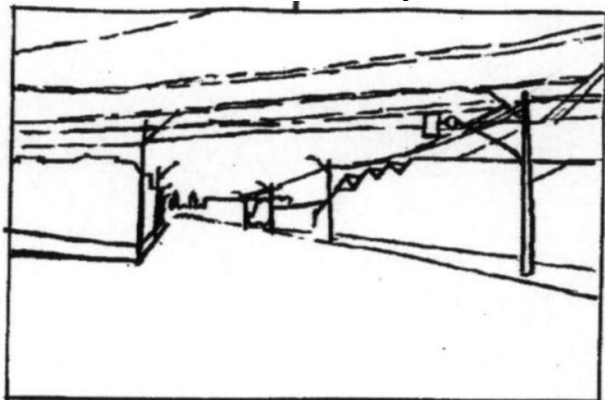


Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 192.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 339 – Imagem de trecho da rua Menino Deus. Tramo 04. Estação 10.



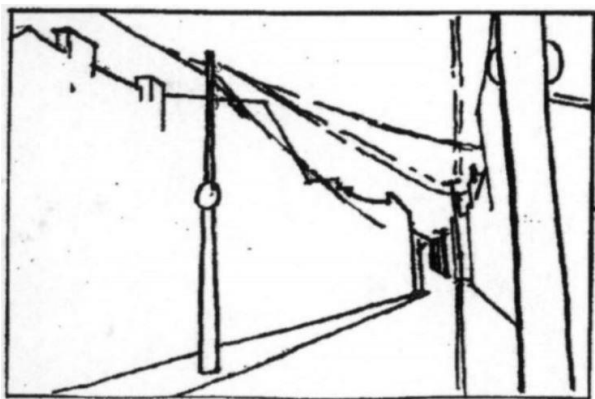
Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 192.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 341 – Imagem de trecho da rua Menino Deus. Tramo 04. Estação 11.

Figura 342 – Imagem atual da Figura 341. Nota-se a descaracterização em graus variados de intensidade em imóveis em ambas as faces de quadra da rua. Área tombada do SHS.

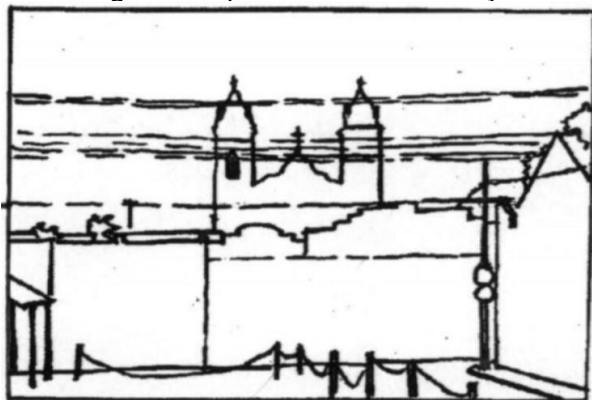


Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 193.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 343 – Imagem de trecho da rua Domingos Olímpio. Tramo 05. Estação 11.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 193.

Figura 344 – Imagem atual da Figura 343. Área tombada do SHS. Nota-se a presença de edificações descaracterizadas e recentes em ambas as faces de quadra da rua. Área tombada do SHS.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 345 – Imagem de trecho da rua Menino Deus. Tramo 05. Estação 12.



Figura 346 – Imagem atual da Figura 345. Nota-se a presença de edificações descaracterizadas, desconformes e recentes em ambas as faces de quadra da rua. Área tombada do SHS.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97.
Volume II. Folha 193.

Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Nesse quarto percurso é informado que os principais elementos negativos da paisagem são: o mau trato do espaço público, a pouca definição lateral, o posteamento de iluminação pública, a fiação aérea, as antenas parabólicas, a diversidade de tipologias arquitetônicas, a má qualidade arquitetônica, a complexidade das paredes laterais, os anúncios e os engenhos publicitários.

Não seria diferente a análise desse percurso no estudo de tombamento, pois repete-se a premissa dos trajetos anteriores, onde, mesmo constatando a degradação do ambiente urbano, tanto pela falta das arquiteturas “menores” preservadas quanto ao bom trato urbanístico, manifesta-se que essas questões ainda não afetam os aspectos físicos da cidade de Sobral ao se afirmar o caráter de possível reversibilidade apenas pela conversão de uso e a incorporação harmoniosa de novos imóveis à trama: “

[...] A degradação circundante, bem como a descaracterização das edificações, contudo, não diminuiu o seu potencial paisagístico enquanto área renovável por meio de propostas de adequação de uso e integração à paisagem ribeirinha” (IPHAN, 1998, p. 185).

As melhorias no espaço público poderiam trazer a urbanidade para o setor, mas não reverter a perda das edificações que foram demolidas ou irremediavelmente descaracterizadas há tempos. Como exemplo da discussão, para as Figuras 339 e 340, contidas no quadrante que viria a ser parte da área tombada, já à época ocupado por oficinas e borracharias, afirma-se especificadamente que, nesse trecho, “[...] a arquitetura existente é de péssima qualidade e a pavimentação em asfalto é realçada pela largura exagerada da via, gerando um aspecto árido e desagradável” (IPHAN, 1998, p. 186). Em outras palavras, tal constatação que remete à falta de elementos edificados para se preservar não foi impeditiva de tornar a referida região em área de preservação rigorosa sob o pretexto da reversibilidade da degradação do espaço urbano, da restauração de imóveis descaracterizados e da reconstrução de edificações referenciais destruídas.

Para tanto, a análise topológica arremata reconhecer um sítio histórico, desde que haja:

[...] A manutenção da atual volumetria que das edificações que compõem os planos laterais; o alinhamento das testadas de lote e sem recuos laterais; a preservação da trama viária; a preservação das edificações que constituem os principais referenciais urbanos e o controle e adequação dos engenhos publicitários são fundamentais para a preservação da identidade das áreas de Sobral que possuem estruturas morfológicas mais claras e mais ricas (IPHAN, 1998, p. 199).

Mostra-se que a metodologia topoceptiva não demonstra claramente como pode ajudar a reconhecer espaços dotados de valor cultural ou que compõem a história oficial da arquitetura e do urbanismo, visto que essa não aborda e identifica em nenhum dos trajetos apresentados: a apreensão de cores, texturas e contrastes onde a intensidade e o brilho favorecem a apreensão dos fenômenos perspectivos; o aprofundamento da profusão de detalhes, subdetalhes e materiais de revestimento nos planos; a existência de formas edificadas retorcidas, não regulares e orgânicas; e a evolução histórica dos lugares pelas modificações da arquitetura de suas composições. Ou seja, as silhuetas não revelam a aparência das edificações, quer sejam essas preservadas ou não, aplicando-se para qualquer lugar da cidade, sem adentrar no mérito da presença de bens preservados de valor cultural para além dos monumentos e monumentos históricos consagrados, os quais são justamente os elementos que mais intensamente possuem as características de legibilidade e pregnância (como as igrejas, por exemplo), e que pouco aponta a necessidade de integridade das edificações “menores” como suporte eficaz que se soma à metodologia da instrução de tombamento.

4.2.2. Características físicas do sítio histórico

O próximo subtópico a ser discutido são as características físicas do sítio histórico, onde se certifica a presença da Serra da Meruoca como incontestável moldura e pano de fundo da cidade a partir das visadas no sentido sudeste-noroeste que se tem da margem esquerda do rio Acaraú, apesar dessa “[...] não determinar ou influenciar a conformação, a localização ou seu traçado” (IPHAN, 1998, p. 186). Essa assertiva reafirma o rio Acaraú como o elemento que de fato determinou a instalação do antigo povoado na região e não a serra da Meruoca, e até mesmo hoje, por não

interferir na malha urbana, essa não é considerada um parâmetro urbanístico para as intervenções construtivas que ocorrem no Centro antigo.

Outros aspectos apontados são a topografia quase horizontal da cidade, excetuando-se pelo aclive do bairro Alto do Cristo que possui a característica de mirante sobre o restante da cidade, e o clima quente e seco na maior parte do ano que reflete na forma em que o sobralense busca atenuar os efeitos cáusticos do sol com a implantação de toldos e marquises nas fachadas das edificações, por vezes, não importando-se com a harmonização dessas cobertas com as arquiteturas mais antigas, culminando na descaracterização dos exemplares.

4.2.3. Informações secundárias (eixos que estruturam a malha urbana, trama viária e macroparcelamento, espaços públicos e privados – massa edificada e áreas livres, uso e ocupação)

Informa-se neste subtópico que a área do Centro antigo é delimitada espacialmente pela linha férrea ao norte, ao leste e ao oeste, assim como pelo rio Acaraú ao sul. É dentro dessas divisas que surgiram os principais eixos que estruturaram a malha urbana de Sobral desde meados do século XVIII até o XX e que serviram para organizar o desenvolvimento da cidade.

O primeiro eixo se refere aos trajetos entre os dois núcleos primitivos setecentistas: os percursos que ligam a triangulação entre a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretinhos e a gangorra de pesar gado implantadas no século XVIII, das quais se segue em direção à Serra da Meruoca, conforme afirma Rocha (2017, p. 25), O segundo alude sobre o percurso que liga a Santa Casa de Misericórdia em direção ao *Campus* Betânia (no extratrilhos), espaços já consolidados no segundo quartel do século XIX, sob a assertiva do mesmo autor (ROCHA, 2017, p. 192).

É sob esses eixos que se manteve a trama viária, cujos traçados irregulares de seus núcleos primitivos resultaram em eixos de direcionamento ortogonais. À medida que se distancia desses núcleos, o próprio macroparcelamento se torna cada vez mais regular e homogêneo. Também se denota que as quadras na porção mais antiga do Centro não possuem vazios em seus miolos, além dos quintais dos terrenos, quando não, ocupando-se integralmente todo o lote com o volume das edificações (IPHAN, 1998, p. 205-206).

Quanto ao uso, apreende-se que o comércio se concentra no Centro antigo, com densidade expressiva nas imediações da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e se desenvolvendo linearmente na área de influência da avenida Dom José e da rua Menino Deus, integrando-se ainda à esta última via a avenida Dr. Guarany, até alcançar espaçada e perpendicularmente a avenida Othon de Alencar.

Já o entorno das diversas praças do Centro antigo se tornou especialmente atraente para a implantação concentrada de comércios, assim como ocorreu, também na maioria dos trechos da avenida Dom José e na área circunvizinha à igreja de Nossa Senhora do Rosário, promovendo a essa última, característica geral de abrigar atividades de comércio popular. Há que se considerar ainda o comércio tradicional de alimentos, roupas e produtos artesanais na vizinhança do mercado público, enquanto nas imediações da rua Cel. José Sabóia, próximo à rodoviária e nas ruas transversais apertadas, encontra-se também a presença de oficinas de consertos de veículos.

4.2.4. *Composição de planos verticais*

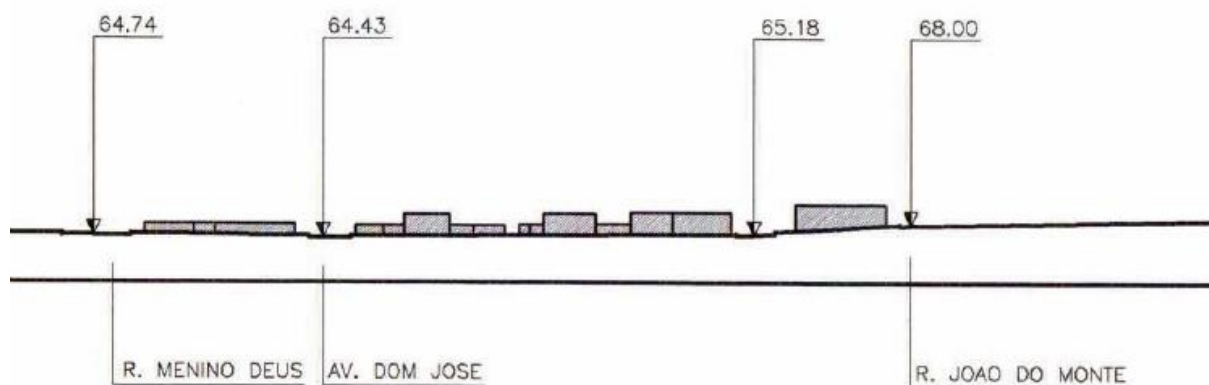
Denota-se neste subtópico que o Centro antigo, local onde se concentra os exemplares edificados de maior interesse morfológico, por causa de sua notória horizontalidade, sobressai-se em estatura as brancas torres das igrejas como os principais marcos visuais na paisagem urbana, mesmo tendo a presença de alguns poucos edifícios de gabarito elevado que interferem com esse destaque visual. (IPHAN, 1998, p. 213).

O realce ocorre em maior intensidade na vizinhança da Igreja de Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretinhos (muito mais pela implantação do que pela altura), Igreja do Menino Deus, Igreja de Nossa Senhora das Dores, Igreja de São Francisco, Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, na torre da chaminé da antiga Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano, onde, pela condição topográfica horizontal da região, adotou-se: “

[...] A delimitação de uma área razoavelmente extensa para controle de gabaritos a fim de manter a configuração da paisagem que se usufrui dos principais pontos de vista da cidade” (IPHAN, 1998, p. 214).

Ou seja, justifica-se a dimensão adotada para generosa extensão da delimitação das poligonais apenas para garantir o destaque dos monumentos retromencionados como forma de preservar tal distinção paisagística da cidade em determinados pontos de vista. A questão é que esse argumento não considera o estado de preservação das demais edificações situadas entre os monumentos históricos, tornando não só vasta a área, mas igualmente ampla a quantidade de imóveis descaracterizados e desconformes que se encontram inseridos dentro do raio de influência visual dos monumentos históricos religiosos. Também é importante salientar que, para a obtenção dessa conclusão, foram aferidas as volumetrias de apenas três trajetos representados em corte no Centro antigo¹⁹⁴ (Figura 347 e Mapa 40). Nesses percursos, aponta-se a falta de apuro de informações onde há quadras não representadas nos trajetos e massas edificadas reproduzidas genericamente que não expressam a situação real das arquiteturas e, por vezes, das escalas, visto que a altura e o volume dos imóveis não são confrontadas apenas pela testada da fachada, mas também pela cumeeira, pelos panos de telhado e pelas caixas d'água que estão em segundo plano ao coroamento horizontal de beirais e platibandas.

Figura 347 – Imagem da representação de um trecho do corte da rua Ernesto Deocleciano na instrução de tombamento (1998).



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 193.

¹⁹⁴ Rua Ernesto Deocleciano sentido sul/norte (lado direito e esquerdo), avenida Dom José sentido oeste leste (lado esquerdo). Fonte: IPHAN/CE. **Processo 1379-T-97**. Volume II. Folha 217.

Com a execução do levantamento de perfis de quadra (INFAC) realizado pelo IPHAN em 2005 (Figura 348),¹⁹⁵ tem-se um esmero maior de informações gráficas que permitem não somente melhor avaliar a estatura das edificações, face à real exposição da arquitetura que se encontra nas quadras, mas também permite orientar e disciplinar as intervenções propostas para o espaço urbano e imóveis.

Figura 348 – Imagem da representação de um trecho do corte da rua Ernesto Deocleciano através do levantamento de perfis de quadra (INFAC), realizado em 2005.



Fonte: IPHAN/CE.

Mapa 40 – Localização das edificações situadas nos perfis de quadra das Figuras 347 e 348.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

¹⁹⁵ Os inventários que foram desenvolvidos pelo IPHAN em Sobral após o tombamento serão discutidos no Capítulo V no tópico 5.5. (Desafios da gestão do IPHAN sobre o SHS).

Entretanto, tal metodologia gráfica foi aplicada tardiamente. Hoje ainda serve como instrumento de gestão tanto pelo IPHAN quanto pelo município, mas, à época de 1998, poderia ser utilizada como uma ferramenta de melhor aferição das generosas dimensões das poligonais de tombamento e de entorno, uma vez que permitiria a avaliação do estado de preservação de todo conjunto urbano.

4.2.5. Tipologia das edificações

Neste subtópico são apresentadas as principais tipologias arquitetônicas existentes no Centro antigo conforme os três ciclos econômicos da cidade de Sobral (gado, couro e indústria), edificadas de meados do século XVIII até meados do século XX, amparados pelos estudos progressos de Castro (1973, 1977).¹⁹⁶ Já se discutiu no Capítulo II as características morfológicas dos imóveis nesses períodos e seus principais representantes e remanescentes, matéria que também é versada na instrução de tombamento.

Todavia, no estudo de tombamento trata-se da caracterização morfológica sob o viés historiográfico e categórico, pois, como se informa enfaticamente nessa análise, não só se omite a informação da exígua quantidade de edificações preservadas e que hoje resultam em apenas 6,99% do acervo edificado existente no somatório de ambas as áreas das poligonais de tombamento e entorno, como também não se analisa a arquitetura ora parcialmente preservada (23,47%), ora descaracterizada (68,55%) e, por vezes, substituída em sua maioria por exemplares de má qualidade arquitetônica, quando também não se avaliam as edificações contemporâneas e desconformes como uma categoria igualmente constituinte do acervo edificado do Centro antigo.

Esclarece-se ainda que, de forma equivocada, é informado no seu Volume II, Folha 133, um mapa onde são destacadas as edificações de características originais (Figura 353). Tal levantamento induz que essas edificações estão em um estado íntegro de preservação, mas, como se atesta no exemplo das Figuras 349-350 e Figuras 351-352 do próprio estudo de tombamento, e Mapa 41, muitos casos já se encontravam parcialmente preservados ou até mesmo descaracterizados, porém, ainda assim, porções importantes das mencionadas “características originais” dos

¹⁹⁶ Fonte: IPHAN/CE. **Processo 1379-T-97**. Volume II. Folha 218-233.

imóveis, como elementos de revestimento, ritmo de vãos, detalhes e elementos arquitetônicos primitivos já tinham sido alteradas em tempos passados e até hoje não restaurados.

Figura 349 – Imagem da confluência da rua Ernesto Deocleciano com a avenida Dom José, onde se apreende a descaracterização do pavimento térreo de dois imóveis assobradados de referência, sendo um desses a intitulada Casa Tavares (à direita).



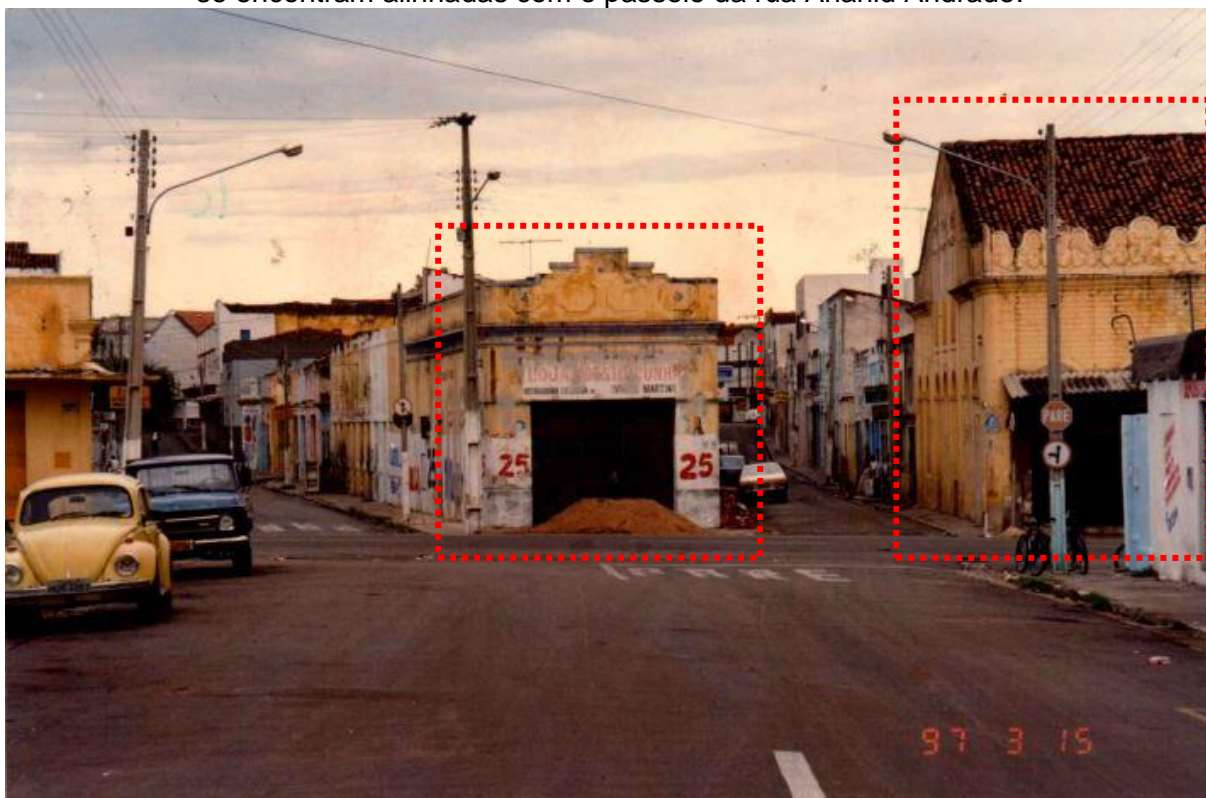
Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume III. Folha 315.

Figura 350 – Imagem da confluência da rua Ernesto Deocleciano com a avenida Dom José, onde se apreende a descaracterização do pavimento térreo da Casa Tavares e do imóvel vizinho à sudoeste (em destaque).



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume III. Folha 316.

Figura 351 – Imagem da confluência da rua Anahid Andrade com as ruas Floriano Peixoto e Luzanir Coelho, onde se apreende a preservação parcial das edificações em destaque que se encontram alinhadas com o passeio da rua Anahid Andrade.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume III. Folha 341.

Figura 352 – Imagem da confluência da rua Anahid Andrade com a rua Luzanir Coelho, onde se apreende a preservação parcial da edificação de oitão enobrecido.



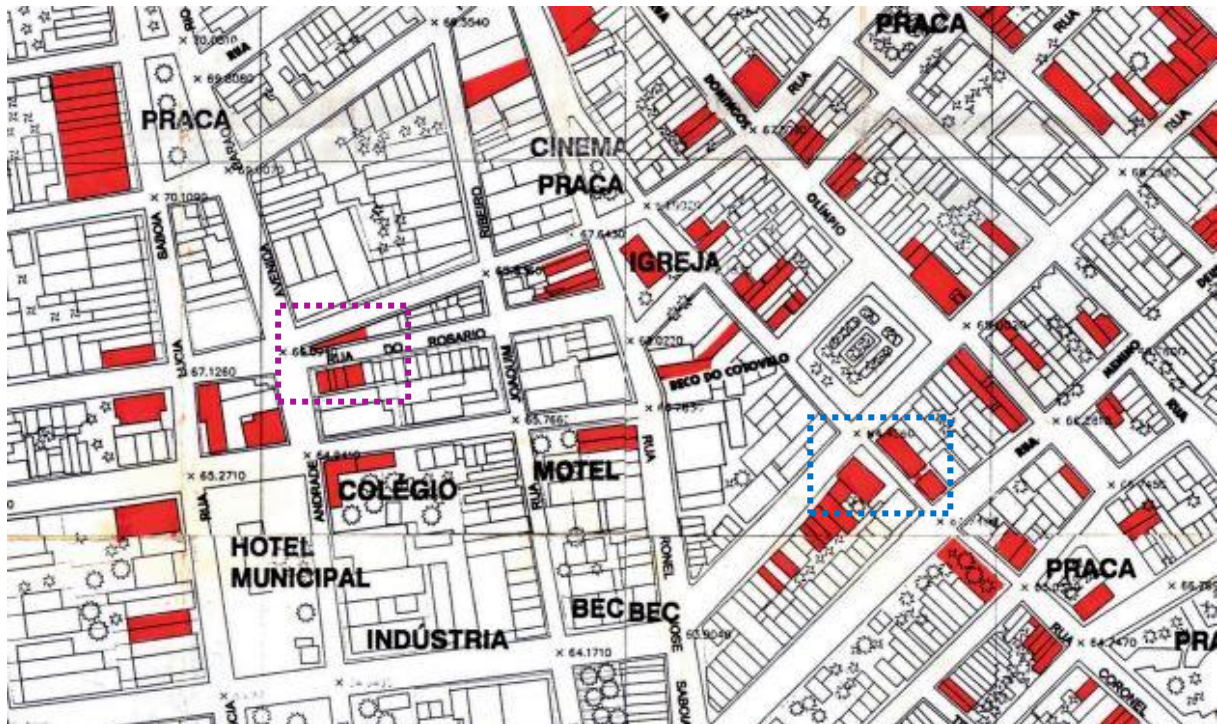
Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume III. Folha 344.

Mapa 41 – Localização das edificações indicadas nas Figuras 349 a 352.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 353 – Imagem do mapa das edificações com características originais. A linha tracejada em azul indica o posicionamento dos imóveis das Figuras 349 e 350 (em azul) e Figuras 351 e 352 (em púrpura) anteriores.

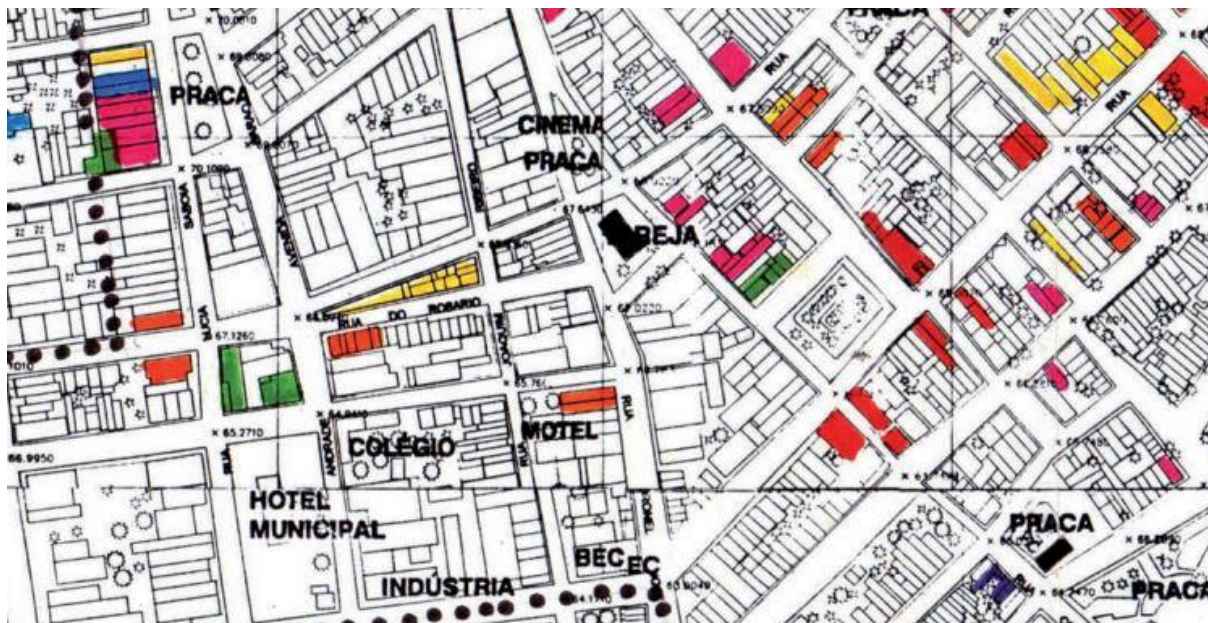


Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 233.

Aqui, as “características originais” descritas dizem mais respeito às edificações se enquadrarem em um determinado estilo arquitetônico (eccléticas, *Art Nouveau* e *Art Déco*) possuindo a maioria dos traços morfológicos que permitiriam identifica-las como tal, sem adentrar no aprofundamento do exame do estado de preservação.

Todavia, já há um mapa com a localização das tipologias arquitetônicas já existentes no Centro antigo (Figura 354), inclusive, demonstrando a exiguidade da quantidade de edificações melhor preservadas.

Figura 354 – Imagem do mapa das tipologias arquitetônicas do núcleo urbano de Sobral.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume II. Folha 232.

Portanto, o mapa da Figura 353, de fato superestima a quantidade de bens imóveis preservados, induzindo a um entendimento equivocado sobre o sítio histórico, pois, diferente do que informa, a área tombada delimitada não possuía esse universo de edificações dotadas de integridade arquitetônica que se pretendia tutelar.

4.2.6. Recomendações

Neste subtópico são sugeridas ações de gestão à municipalidade, com o intuito de evitar o prejuízo na caracterização dos elementos formadores da identidade urbana do sítio histórico, o que reforçaria e complementaria a atuação do IPHAN nas áreas indicadas para proteção federal. Lembra-se, entretanto, que se tratam apenas de recomendações à Prefeitura Municipal, que não têm caráter impositivo, não lhe estabelecendo quaisquer obrigações de cumprir tais princípios, tampouco sanções legais pela sua não efetivação, com exceção dos itens 1, 2 e 7 para ações realizadas diretamente em imóveis da própria PMS.

Em síntese, os itens indicados são, conforme informa o IPHAN (1998, p. 240-241):

1. manutenção do gabarito das edificações vizinhas aos marcos visuais e referencias;

2. manutenção da contiguidade das paredes de rua (a não permissão de execução de recuos frontais aos imóveis);
3. a não permissão e remembramento de lote;
4. disposição de áreas de sombreamento em locais de intensa circulação através da implantação de vegetação de copa generosa;
5. controle do gabarito nas visadas que contêm a Serra da Meruoca como pano de fundo, assim como a preservação da vegetação de suas encostas;
6. execução de tratamento paisagístico e ecológico para o rio Acaraú;
7. supressão dos elementos e dispositivos publicitários inadequados, excessivos e de dimensões generosas que contribuem para a poluição visual do Centro antigo;
8. proposição de iluminação pública adequada que valorize os elementos de valor arquitetônico;
9. implantação de um parque urbano na esplanada ferroviária.

A gestão municipal de Sobral após a homologação do tombamento é um assunto abordado no Capítulo V. Porém, antecipa-se que todos os pontos retromencionados foram realizados no decorrer desses mais de 20 anos de existência do SHS. Inclusive, o atendimento dos três primeiros itens é, por fim, relatado no Plano de Mobilidade Urbana de Sobral de 2017 (Produto IV, Diagnóstico, Prognóstico e Diretrizes),¹⁹⁷ apesar de até hoje não constarem parâmetros urbanísticos, como ferramentas de planejamento urbano e territorial para a zona em questão. Essa incumbência gerencial recai solitariamente ao IPHAN, de onde se transcreve:

[...] ZE8, Sítio de Preservação tombado a nível federal, que segundo a legislação não poderá sofrer alterações que modifiquem suas atuais características, principalmente no que tange a sua estrutura física e área construída. Segundo a lei de uso e ocupação do solo fica esta zona limitada quanto à novas construções, reformas, altura das edificações, remembramentos, recuos, afastamento, e deverá obedecer à legislação federal pertinente, devendo qualquer projeto de construção ou reforma, dentro da ZE8 bem como dentro da área de proteção a esta zona tombada, ser submetido à apreciação prévia do IPHAN / 4ª Superintendência Regional - CE. Este perímetro compreendido no centro da cidade de Sobral é caracterizado como uma área de atividades comerciais intensas e de baixo adensamento populacional. (PREFEITURA DE SOBRAL, 2017, p.67).

¹⁹⁷ Executado pela Secretaria das Cidades do Governo do Estado do Ceará, Contrato 027/Cidades/2016/maio 2017.

Para o quarto e o sexto item, mesmo antes do Plano de Arborização Urbana para a Sede do Município de Sobral de 2018, as gestões que vieram a partir de 1997 entendiam que a adoção de uma arborização frondosa e copa densa contribuiria para a redução da temperatura do clima quente e seco da região e da poluição sonora nos locais onde se implantariam os espécimes vegetais, conforme informou, em entrevista, Francisco Edison Ponte Aragão (2019), vice-prefeito à época. Devido a essa constatação, soma-se a importância da preservação da área de várzea do rio Acaraú e os demais outros recursos hídricos e margens de corpos d'água que também concorrem como espaços de grande relevância ecológica pela exuberância e diversidade das espécies existentes, pela capacidade de abrigo de fauna e por todo o potencial que têm de recuperação de áreas degradadas e antropizadas. Dessa forma, concebeu-se, inicialmente como uma das principais ações estruturantes pela PMS (1997-2000) a urbanização da margem esquerda do rio Acaraú, assunto que também será tratado no Capítulo V.

Para o último item, salienta-se que está em execução pela PMS a proposta de conversão de uso da antiga estação ferroviária na Escola de Belas Artes de Sobral, enquanto sua esplanada (Parque Estação Belchior) destina-se à construção de uma areninha, quadra de tênis, *playground*, pista de *skate*, terminal rodoviário para ônibus e vans, academia ao ar livre e uma praça com 61 boxes comerciais.¹⁹⁸

Afinal, nota-se ainda que, por parte do estudo de tombamento, não há nenhuma menção a recomendações que venham a reverter e desestimular ações descaracterizantes no acervo edificado do SHS, além da poluição visual propagandística, omitindo tal relevante proposição de requalificação do espaço urbano, uma vez que bastaria a execução de benfeitorias e diretrizes de cunho urbanísticas, como as que foram apresentadas, em vias, logradouros e áreas livres.

Entretanto, é importante salientar o valor estético, inclusive como algo que também qualifica e conserva o espaço urbano, conforme cita a própria Sant'Anna (1995) e que também deveria ser diretriz de recomendação:

[...] Frequentemente a dimensão estética é, ela própria, dividida em dimensão urbana e dimensão arquitetônica, fazendo-se referência à conservação da relação entre espaços construídos e espaços vazios e às características arquitetônicas dos edifícios (SANT'ANNA, 1995, p. 78).

¹⁹⁸ Fonte: PREFEITURA DE SOBRAL. **Três Anos Ocupando Sobral**, 2020, p. 8.

Todavia, mesmo com a realização de todas essas considerações perante as gestões públicas subsequentes, grande parte do casario do sítio histórico não revela há tempos a sua arquitetura primitiva de forma íntegra e, portanto, revelando-se ainda ilegível como conjunto edificado face à perda e a desconfigurações irreversíveis.

4.2.7. *Justificativa da proposta de tombamento*

Elenca-se neste subtópico a importância de Sobral considerando o seu papel no processo de formação da região nordeste do Brasil, cuja malha urbana de seus núcleos primitivos setecentistas e suas subsequentes expansões até meados do século XX serviram para estruturar a cidade e dotá-la de aspectos paisagísticos particulares únicos, apreendidos tanto na forma urbana quanto nos marcos históricos edificados, conforme se transcreve:

[...] Como se verifica, a história da ocupação do território do Ceará – que se confunde, em grande parte, com a colonização do sertão nordestino – não pode ser compreendida sem a história da formação dos seus primeiros núcleos urbanos e econômicos, entre os quais Sobral surge como um dos mais significativos. Essa importância é ainda mais realçada pelo fato de que a cidade se manteve sempre na vanguarda econômica, política e cultural do estado ao longo de dois séculos, produzindo bens que são hoje de grande valor documental para registro desse processo (IPHAN, 1998, p. 245).

Decorrente dessa condição urbanística, evoca-se a existência de ricos e diversificados percursos na paisagem, responsáveis tanto pela capacidade de identificação das marcas do desenvolvimento econômico e da formação sócio-histórica da cidade, quanto da sua leitura morfológica.

[...] A convivência dessas formas tão distintas e sua delicada “costura” urbanística produziram espaços urbanos de grande qualidade. Assim, Sobral de hoje possui uma morfologia cheia de surpresas que nem mesmo a poluição visual existente em seu centro comercial consegue eclipsar. A constante alternância entre alargamentos e estreitamentos dos planos laterais que compõe as vias – em geral bem proporcionadas – não permite percursos pobres ou monótonos. Ao mesmo tempo a pouca altura da maior parte do casario permite a visão e o destaque, em vários pontos, das edificações mais monumentais que, assim pontuam e conferem ritmo ao espaço urbano, tanto em vistas a partir do seu interior quanto à distância. (IPHAN, 1998, p. 246).

E do número suficiente de exemplares, que apesar de dispersos, justificam solidariamente o tombamento do SH.

[...] do ponto de vista arquitetônico, o conjunto de Sobral é muito fragmentado, mas ainda com um número suficiente de exemplares para justificar a preservação desse aspecto. A arquitetura produzida durante os três grandes ciclos econômicos da cidade está ainda muito bem representada e presente no espaço urbano, proporcionando uma boa percepção do seu crescimento e evolução (IPHAN, 1998, p. 247).

Assim como da presença das quatro principais igrejas integrantes do SH, configuradas como os mais imponentes marcos arquitetônicos e paisagísticos de Sobral¹⁹⁹.

É indiscutível o papel da cidade de Sobral na formação do território cearense como centro da pecuária e da atividade pastoril na região norte do Ceará colonial, principais atividades econômicas desenvolvidas durante o século XVIII e início do XIX, devendo-se também reconhecer os méritos pela sua localização geográfica disposta entre a serra da Uruburetama e a Chapada da Ibiapaba, às margens do rio Acaraú, que lhe conferiram condição de entreposto comercial entre os Estados do Piauí, Paraíba e Pernambuco. Por outro lado, também é importante citar sua inserção na rota de comunicação entre a Serra da Ibiapaba e o Porto de Camocim na foz do rio Coreaú como outro fator de desenvolvimento da cidade (JUCÁ NETO, 2007, p. 190, 240, 242-243).

Tais condições permitiram ascensão da cidade na hierarquia urbana do Estado, já que “a configuração urbana de Sobral, desde a sua origem até os dias de hoje, se dá pelo encadeamento das estruturas urbanas definidas em cada período, marcado por fatores que ensejam sua expansão” (ROCHA, 2003, p. 23). Duarte Junior (2012) corrobora e arremata as assertivas do autor, informando que

[...] cada nova situação econômica gera situações políticas e sociais que, por sua vez, surgem novas formas arquitetônicas para satisfação das classes dominantes, ideia sempre presente nas periodizações relativas ao processo urbano de Sobral (DUARTE JUNIOR, 2012, p. 199).

Portanto, é legítimo o reconhecimento da importância da cidade de Sobral na formação do Estado do Ceará e a sua participação na ocupação e no desenvolvimento do nordeste brasileiro que se faz presente nos testemunhos históricos, arquitetônicos e urbanísticos existentes.

¹⁹⁹ A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretinhos, Igreja do Menino Deus e Igreja de Nossa Senhora das Dores. Fonte: IPHAN/CE. **Processo 1379-T-97**. Volume II. Folha 247.

Frisa-se a importância dos efeitos perspectivais únicos e diversos, decorrentes dos percursos das vias, enfatizados pelo baixo gabarito do casario em contraponto ao destaque de determinados monumentos históricos, mesmo que essas visadas ocorram à distância do Centro de Sobral. Mas vale lembrar que tais efeitos não são privilégio das “cidades patrimônio”, são características de qualquer aglomerado urbano, detentor ou não de bens de valor histórico arquitetônico, tampouco de uma cidade bela. Conforme afirma Lynch (1997), a percepção da cidade não parte dela mesma, mas da forma como seus habitantes lhe conferem significado.

Aliás, Lynch (1997, p. 18) já havia informado que “uma imagem do meio ambiente pode ser analisada sob três componentes: identidade, estrutura e significado”. Para haver vínculo do objeto com o observador, aqui no caso em questão, do morador ou visitante com o SH, a imagem e as formas teriam que ser claras, aparentes, legíveis, visíveis e comunicáveis para garantir uma relação espacial com os seus usuários. Ou seja, isso leva à definição do autor de imaginabilidade, em que se define:

[...] Qualidade de um objeto físico que lhe dá uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador. Refere-se à forma, cor ou arranjo que facilitam a formação de imagens mentais do ambiente fortemente identificadas, poderosamente estruturadas e altamente úteis (LYNCH, 1960, p. 20).

Se grande parte dos bens edificados não consegue garantir essa relação, de serem capazes de conferir valor prático e afetivo aos indivíduos, ligando à sua identidade e seu papel dentro de uma estrutura mais ampla, deduz-se que, quanto menos identidade, qualidade arquitetônica ou estado de preservação esses tivessem, certamente a imagem global seria mais prejudicada e haveria menos significado a aferir. E que, portanto, a descaracterização morfológica é sim um fator de depreciação patrimonial que deveria ter sido avaliado para os estudos de tombamento do conjunto urbano de Sobral.

Para além disso, o estudo de tombamento não apresenta registros gráficos do casario, monumentos e monumentos históricos existentes, mesmo que estes estivessem inconclusos, o que permitiria um melhor conhecimento de toda a complexidade geométrica, construtiva e dimensional das edificações. Somente é abordado, conforme relatado no subtópico 4.2.5 – Tipologia das edificações, as categorizações estilísticas das arquiteturas produzidas durante os ciclos econômicos

de Sobral que transpassaram o século XVIII ao XX. Inclusive, não são utilizados como referência e conteúdo os levantamentos métrico-gráficos produzidos pela UFC, sob a guia do professor José Liberal de Castro em 1973. O que denota o caráter eminentemente historiográfico e urbanístico de sua matéria.

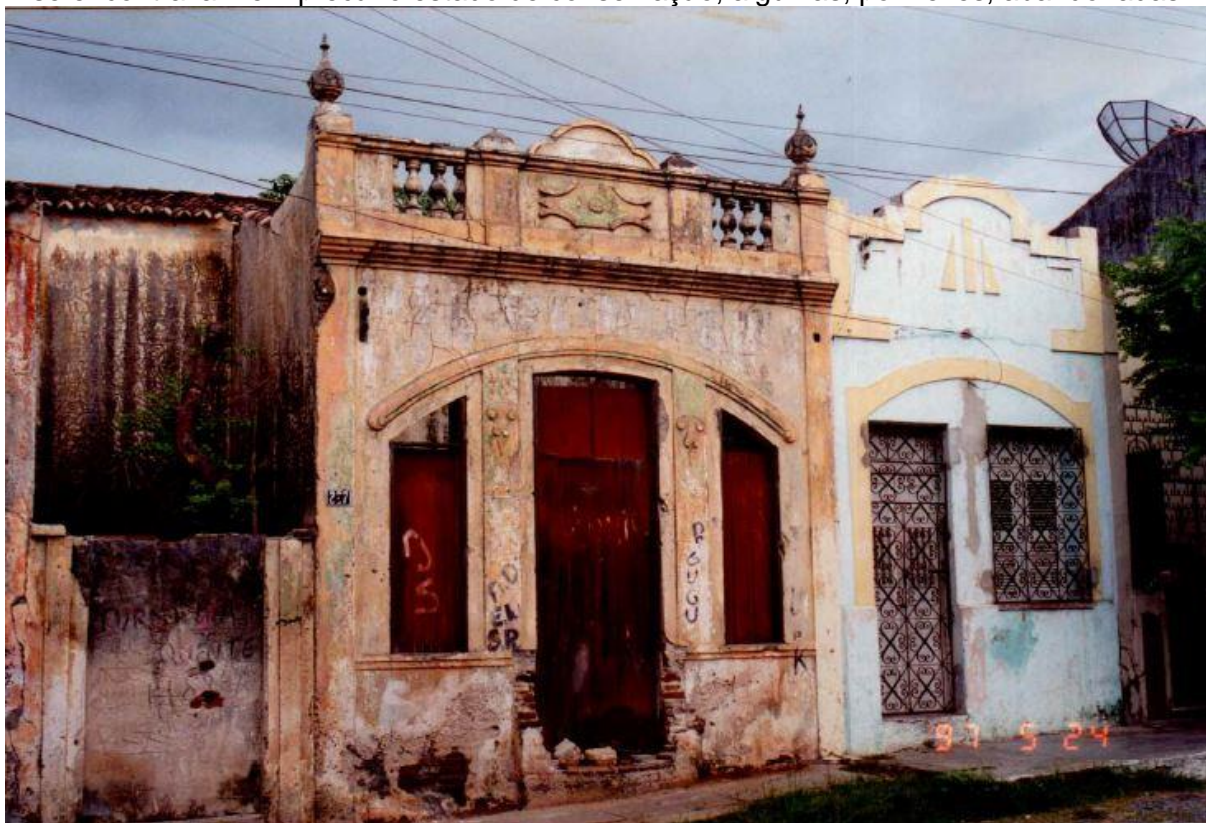
Soma-se ainda que não é informada a “quantidade de imóveis que justifiquem o tombamento”, inclusive, em nenhuma parte dos estudos são apresentados números que quantifiquem os imóveis preservados, a dimensão em metro quadrado ou em hectare das poligonais propostas de tombamento ou entorno, e o somatório das edificações dispostas dentro dos retromencionados perímetros de proteção. Ou seja, não há aprofundamento da arquitetura referencial e da arquitetura “menor” que foi produzida e mantida intacta, a qual, face às constatações apontadas, uma vez essas sendo de pleno conhecimento do Conselho Consultivo do IPHAN, poderiam redundar na revisão da instrução, alterando a proposta de delimitação das poligonais para um viés menos idealizado e mais próximo da condição real do estado de preservação do conjunto edificado.

4.3. Análise do terceiro volume do estudo de tombamento

O terceiro volume trata de imagens, ora do casario, ora dos principais monumentos históricos, ora de perspectivas obtidas no eixo das vias, no ano de 1997, conforme indica a marca d’água sobre as fotos, entretanto, todas essas exclusivas daquela que viria a ser a área tombada.

As imagens salientam as edificações de arquitetura colonial, eclética, *Art Nouveau* e *Art Déco* que se encontram em melhor estado de preservação, privilegiando efeitos de perspectiva de foco e realce, em geral, para as igrejas ou monumentos. Pouco se denota sobre os demais imóveis descaracterizados ou desconformes dispostos nos perfis de quadra, ou seja, a convergência se dá sobre os monumentos e exemplares edificados notáveis, sem revelar a grande quantidade daqueles que perderam por completo suas feições originais e que, inclusive, formam perfis de quadra em maioria numérica ou inteiros, a exemplo das Figuras 355 a 360, e Mapa 42, que não são casos isolados, mas sim a situação majoritária.

Figura 355 – Imagem do casario à rua Cordeiro de Andrade, próximo à Praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Notar que, apesar de preservadas, as edificações se encontravam em precário estado de conservação, algumas, por vezes, abandonadas.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume III. Folha 272.

Figura 356 – Imagem do perfil de quadra onde estão inseridos os imóveis que compõe a Figura 355 à rua Cordeiro de Andrade. Notar a descaracterização de grande parte das edificações que compõe esse perfil.



Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Figura 357 – Imagem de uma edificação preservada disposta à confluência da rua Dr. João do Monte com a rua Cel. Frederico Gomes.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume III. Folha 287.

Figura 358 – Imagem do perfil de quadra à rua Dr. João do Monte onde está inserido o imóvel que compõe a Figura 357.



Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Figura 359 – Imagem da confluência da avenida Dom José com a rua Jornalista Deolindo Barreto. Nota-se a descaracterização do imóvel comercial de esquina.



Fonte: IPHAN/CE. Processo 1379-T-97. Volume III. Folha 301.

Figura 360 – Imagem do perfil de quadra à avenida Dom José, onde está inserido o imóvel descaracterizado que compõe a Figura 359.



Fonte: IPHAN/CE, 2015.

Mapa 42 – Localização das edificações situadas nos perfis de quadra das Figuras 355 a 360.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Caso a perspectiva da maioria das imagens obtidas do Volume III fosse alargada, apreender-se-ia a considerável profusão de edificações descaracterizadas e desconformes que por lá estão. Desproporcionalmente, a instrução de tombamento apresenta uma cidade de feições coloniais e ecléticas, que, de fato é, em determinados setores do Centro para a ambiência conferida ao espaço urbano por essas arquiteturas ainda preservadas, mas não para toda a extensa dimensão designada pela poligonal de tombamento e seu entorno, já que tal anciandade se manifesta em certos e reduzidos aglomerados nessas áreas indicadas.

O conjunto de características arquitetônicas e urbanísticas encontradas no traçado urbano, no parcelamento, nas edificações e nas relações entre áreas livres e áreas construídas que expressavam importantes aspectos da história da cidade e do seu desenvolvimento, conforme se relata neste Capítulo IV, não garante a ambiência ora evocada no estudo de tombamento para grande parte dos espaços expostos à luz dos preceitos de “cidade documento” (SANT’ANNA, 1995). Mesmo sendo palco de

fatos históricos e detentor de uma malha urbana intacta, falta integridade e continuidade à arquitetura da maioria do acervo edilício, e, não menos importante, falta legibilidade capaz de revelar e assimilar através dessas características o próprio SH.

De onde se conclui, a despeito da extensa dimensão aferida de ambas poligonais e do objeto por essas englobado dentro de seus limites, que os valores atribuídos, em parte, estão equivocados (não condizem com o objeto existente) e extrapolados (não possuem a dimensão aferida). Portanto, entende-se que o conjunto urbano tombado em âmbito federal não é, em sua totalidade, um sítio histórico.

Assim, corrobora-se as seguintes assertivas de Duarte Junior (2005):

[...] os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados [edifícios isolados ou conjuntos urbanos] [...] se constituem a expressão de uma cultura anterior e se correspondem a um interesse geral [...] nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. (CURY, 2000, p. 52 *apud* DUARTE JUNIOR, 2005, p. 45).

[...] Reitera-se aqui, portanto, o conceito legitimador do tombamento, qual seja, a do sítio histórico como palco de acontecimentos relevantes, os quais deixaram suas marcas no espaço físico da cidade, transformando-a num museu de arquiteturas, em que estas são valorizadas por sua condição de boa manutenção, legibilidade e qualidade artística (DUARTE JUNIOR, 2005, p. 228).

Portanto, apreendeu-se no Capítulo III o panorama do processo histórico, social, político e técnico que culminou no tombamento do SHS e os atores e as instituições que estiveram direta e indiretamente envolvidos no seu processo e na efetivação legal de sua metodologia. O Capítulo IV não oferece dúvidas sobre o seu caráter excessivamente acadêmico, pouco acessível para leigos, comunidade local e profissionais de áreas afins que não têm familiaridade com as técnicas urbanísticas de apreensão topoceptivas. Em termos práticos, nesta pesquisa utilizou-se como metodologia os mesmos percursos empregados na instrução de tombamento para aferir a análise morfológica (o interior do espaço urbano), a composição de planos verticais e a tipologia das edificações, todavia, fazendo-se uso de imagens fotográficas atuais e de perspectiva abrangente, além de desenhos gráficos mais fidedignos à sua real morfologia, em contraponto aos croquis e as imagens de perspectiva reduzida utilizadas inicialmente. Portanto, ampliando-se a qualidade dos dados arquitetônicos para o mesmo postulado, revela-se como a metodologia aplicada escamoteou informações da exata feição das edificações do Centro antigo.

Somada à essa afirmação, os estudos realizados desconsideraram a dinâmica social da comunidade sobralense, ignorando e omitindo as intensas mudanças pregressas ocorridas no conjunto edificado e na paisagem do Centro antigo já antes de 1999, culminando, dessa forma, na idealização do tombamento e da própria imagem da cidade de Sobral.

Após a proteção institucional do SHS pelo IPHAN em 1999, descortina-se no Capítulo V, a partir da nova forma de apreensão da área pela comunidade e de gestão pelos órgãos públicos, a experiência, as questões e os resultados obtidos durante esses 20 anos de homologação do tombamento.

CAPÍTULO V

O QUADRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA SEDE MUNICIPAL DE SOBRAL PÓS-TOMBAMENTO

Aborda-se, neste capítulo, as primeiras ações do plano estratégico da gestão municipal de 1997 frente à nova realidade de ter um sítio histórico tombado, explicitando as dificuldades, os conflitos e as principais obras realizadas que qualificaram o espaço urbano de Sobral, alterando a dinâmica e as relações entre a comunidade sobralense com o referido espaço.

Na sequência, trata-se também do processo de elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral de 2000, o qual, curiosamente não versava sobre o patrimônio cultural do município, denotando a falta de amparo de uma legislação específica de preservação do patrimônio cultural local e a necessidade de parceria institucional com o IPHAN para realizar o disciplinamento urbano exigido.

Relatam-se os desafios da gestão do IPHAN sobre um sítio histórico descaracterizado e de grande extensão territorial que não só torna mais onerosa a atuação do órgão público sobre o território sobralense, como gera conflitos na área tombada devido à incompreensão dos procedimentos específicos e restritivos, relativos à preservação do objeto de interesse do tombamento à comunidade.

Por fim, com ênfase para o emprego do conceito de “cidade-documento”, concebido por Luiz Fernando Pereira das Neves Franco no final da década de 1970, tecem-se críticas à metodologia utilizada pela falta de abordagem ao grau de descaracterização e perda das antigas edificações referenciais na paisagem urbana de Sobral, comparando o mesmo procedimento empregado à cidade de Laguna, em Santa Catarina, onde se evidenciam os conflitos de aprovação do SHS e seu principal problema, a falta de legitimação do instrumento do tombamento.

5.1. O começo da gestão municipal de 1997

Com o início da gestão, a Prefeitura passou a mobilizar um processo de planejamento participativo em todas as áreas, o que foi caracterizado como um planejamento estratégico da cidade. As discussões tiveram início com a realização,

no Hotel Ytacaranha, no evento denominado “Conferência em Busca de Futuro”,²⁰⁰ no ano de 1997, cuja intenção era planejar o destino desejado para a cidade em um horizonte de 20 anos, conforme relatou Edilson Aragão (2019) em entrevista. Junto com essas diretrizes foram implantados outros instrumentos de participação social, como, por exemplo, o Orçamento Participativo²⁰¹ e a Agenda 21 Local,²⁰² já que não havia qualquer discussão sobre política urbana ou cultural. Como resultado dessas primeiras discussões, foi confiada à cada secretaria municipal a tarefa de realizar o planejamento estratégico da área em que atuava.

Coube à recém-criada Secretaria de Cultura, Mobilização e Desporto²⁰³ a responsabilidade de organizar e coordenar a construção e a execução da política de patrimônio cultural, por meio da qual uma das medidas adotadas foi estabelecer maior aproximação não somente de pessoas de Sobral com afinidade à futura política de preservação, mas buscar parceiros importantes em Fortaleza, como o IPHAN e o Departamento de Arquitetura da UFC. A ideia era, através de iniciativas da própria municipalidade, adotar providências com o intuito de restaurar bens públicos para a adaptação de novos usos com recursos próprios e captados em outras esferas

²⁰⁰ Ocorreram três conferências dessa natureza durante a gestões de Cid Ferreira Gomes: a primeira, em 1997, a segunda, em 2000, e a terceira, em 2004, visando orientar a gestão seguinte.

²⁰¹ O orçamento participativo é um importante instrumento de complementação da democracia representativa, pois permite que o cidadão debata e defina os destinos de uma cidade. Nele, a população decide as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano, com os recursos do orçamento da prefeitura. Além disso, ele estimula o exercício da cidadania, o compromisso da população com o bem público e a corresponsabilização entre governo e sociedade sobre a gestão da cidade. Fonte: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/elaboracao-e-execucao-do-orcamento/o-que-e-orcamento-participativo>. Acessado em 3 de novembro de 2019.

²⁰² A Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de um determinado território que envolve a implantação, ali, de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos. No Fórum, são também definidos os meios de implementação e as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações. Fonte: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>. Acessado em 3 de novembro de 2019.

²⁰³ São oito secretarias preenchidas pela seguinte ordem: Educação, com Ada Pimentel Fernandes Vieira, pedagoga, ex-Secretária da Educação do Estado e Presidente da COHAB-CE; Cultura e Mobilização Social, com José Clodoveu de Arruda Coelho Neto, professor da UVA, advogado, ex-vereador; Saúde e Assistência Social, com Luís Odorico Monteiro de Andrade, médico sanitário e ex-Secretário de Saúde dos municípios de Icapuí e Quixadá; Agricultura e Recursos Hídricos, com Francisco Quintino Vieira, engenheiro civil; Negócios, Indústria e Comércio, com Luís Fernando Vieira Coelho, engenheiro, empresário e professor da UVA; Desenvolvimento Urbano, com Francisco Edílson Ponte Aragão, vice-prefeito eleito, arquiteto e professor da UVA; Obras, com José Maria Félix, vereador e engenheiro operacional; Administração e Finanças, com Luís Edésio Solon, administrador de empresas, professor e Pró-Reitor de Assuntos Estudantis da UVA. Por fim, o chefe de gabinete e o Procurador Geral do município são respectivamente, Ivo Ferreira Gomes e Reno Ximenes Ponte. Fonte: TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza, 2 de janeiro de 1997. Caderno Dia-a-Dia/Interior, p. 19B.

públicas, como também instituições não governamentais. Dessa forma, delineou-se um plano estratégico de preservação e identificação das principais edificações públicas que deveriam ser preservadas na sede municipal.

Constatar que diferentes segmentos da comunidade, reunidos sob mesma porção territorial, manifestavam o desejo de preservar suas referências através da permanência das evidências testemunhais edilícias, urbanas e afetivas deixadas pelos seus antecedentes foi um elemento importante para a construção da política municipal de preservação.

Entretanto, há outras questões também importantes que surgiram após o tombamento federal do sítio histórico de Sobral. Uma vez tombado, como os proprietários e locatários de imóveis procederiam no usufruto dos seus bens? O que poderiam ou não fazer com suas propriedades? Quais órgãos, a partir de então, responsabilizar-se-iam pelas aprovações, anuências ou pelo fornecimento de esclarecimentos à comunidade? Como equacionar minimamente as condições de habitabilidade e uso entre a modernidade e a preservação do patrimônio edificado?

Devido a tais indagações, a reação do mercado imobiliário não foi receptiva, gerando uma grande crise na cidade, a ponto de a municipalidade tentar convencer os proprietários de que, mesmo na condição de donos, locatários ou justos possuidores, não detinham direito absoluto sobre os imóveis. Elucidar didaticamente essa nova forma de pensar e atuar em relação ao mercado imobiliário, sempre acostumado a renovar o espaço urbano sem qualquer piedade e a construir o novo, passou a ser um constante desafio aos órgãos públicos, conforme relata Edilson Aragão (2019).

Para tanto, como informa Clodoveu Arruda (2019), que, na época, assumiu a Secretaria da Cultura e Mobilização Social, concebeu-se a ideia de que a preservação do patrimônio não significava o impedimento do desenvolvimento, mas, sim, o contrário, exprimiria a possibilidade de construir um novo referencial de gestão para gerar crescimento urbano, econômico, social e cultural, levando em consideração a permanência do acervo edificado de valor histórico e cultural. Ou seja, a preservação e o desenvolvimento deveriam trabalhar articuladamente. Proposta de gestão essa que coaduna com o conceito de “cidade empreendimento” (DUARTE JUNIOR, 2012).

Tem-se assim uma visão local de cultura que não se traduz como mera política de eventos, mas é considerada uma civilidade que definiu o tipo de organização social

que foi proposta para a cidade construir e se desenvolver. Assim, como afirma Ferreira (2013, p. 146),

[...] Para o poder público, a cidade tombada passou a equacionar o desvelo do passado com a afirmação recente de cidade que está pronta para a competitividade e para atração de recursos. O patrimônio adquire uma semântica que ultrapassa o âmbito nacional e se assevera para o âmbito global, pois é a partir da monumentalização que Sobral parte para o discurso do cosmopolitismo e da abertura para o *city marketing*.

De forma ampla, foi preciso ter a confluência de planos, obras e publicações executadas tanto pela Prefeitura quanto pelo IPHAN, cujos espaços selecionados para as futuras intervenções foram ressignificados, lembrando um passado de opulência, servindo-se dele como estratégia para o discurso de desenvolvimento anunciado pelo poder público municipal no presente.

A partir do PDDU de 2000, tem-se uma série alentada de obras de restauração que foram realizadas na cidade desde o seu tombamento, a partir da entrada em cena tanto do PROURB,²⁰⁴ que montou uma programação de intervenções na cidade com base em prioridades de intervenção, quanto do Programa URBIS,²⁰⁵ que tratou do planejamento estratégico das operações, programas que são seguidos pelas gestões subsequentes da Prefeitura até hoje.

Através da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Mobilização Social, com a contratação de um grupo de profissionais oriundos de Minas Gerais, criou-se o Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios – POEAOS. Através desse projeto, foram realizadas ações de restauro em diversos imóveis do Centro antigo. O projeto consistia em uma ação socioeducativa e profissionalizante para adolescentes que estavam respondendo em liberdade assistida por atos infracionais ou em situação de

²⁰⁴ Dentre os 44 municípios selecionados para o Programa de Urbanização do Estado, Sobral foi o primeiro a atender às exigências necessárias para a liberação de recursos, que, inicialmente atenderam a área de desenvolvimento institucional para a elaboração do Plano Diretor da cidade e a área de infraestrutura. Os valores destinados à Sobral pelo PROURB para serem gastos durante o biênio de 1997 e 1998, incluindo serviços no setor de infraestrutura, totalizam R\$ 4.350.000,00. Fonte: TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza, 23 de outubro de 1997. Caderno Dia-a-Dia/Interior, p. 17B.

²⁰⁵ Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos (URBIS), coordenado pelo MinC / IPHAN, que teve como premissa básica promover e fomentar o desenvolvimento de um conjunto de ações estratégicas de gestão urbana voltadas para sítios históricos tombados em nível federal em que a preservação do patrimônio cultural é o elemento propulsor ao desenvolvimento das comunidades. A intenção foi criar estrutura de gestão compartilhada dos espaços a serem preservados. Na primeira etapa, o Programa foi implantado nas cidades de Laguna/SC, Pirenópolis/GO, Mariana/MG e Sobral/CE. Fonte: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programa_des_urbano/programa_des_urbano/infraestrutura_setor_publico/prsh/saiba_mais.asp. Acessado em 23 de janeiro de 2020.

vulnerabilidade social, previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A Instalação do POEAOS viria a suprir a falta de restauradores especializados na técnica de conservação e manutenção dos prédios tombados pelo IPHAN no SHS.²⁰⁶

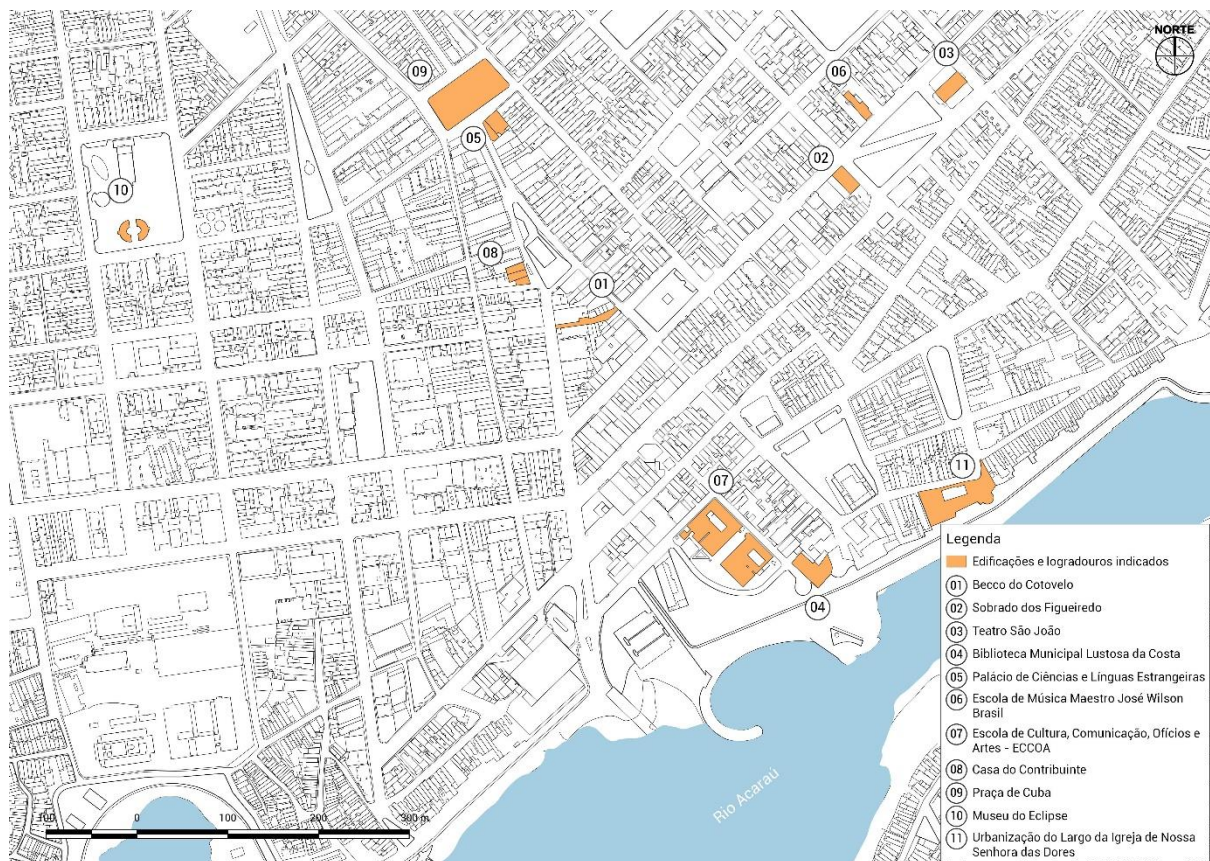
Dentre as obras promovidas e executadas pela prefeitura no Centro antigo durante as gestões de Cid Ferreira Gomes (1997/2000 e 2001/2004), tem-se: requalificação do Becco do Cotovelo (Figura 361); restauro do Sobrado dos Figueiredo (Figura 362); restauro do Teatro São João (Figura 363); reforma destinada à restauração e à adaptação para novo uso das instalações da Biblioteca Municipal Lustosa da Costa (Figura 364); restauro e adaptação do Palácio de Ciências e Línguas Estrangeiras (Figura 365); restauro e adaptação da Escola de Música Maestro José Wilson Brasil (Figura 366); adaptação da Usina dos Araújo à Escola de Cultura, Comunicação, Ofícios e Artes – ECCOA (Figura 367); construção da Casa do Contribuinte²⁰⁷ (Figura 368); requalificação da Praça de Cuba (Figura 369); requalificação da avenida Dr. Guarany, conhecida como avenida do Arco; construção do Museu do Eclipse²⁰⁸ (Figura 370); urbanização do Largo da Igreja de Nossa Senhora das Dores (Figura 371); e a urbanização da margem esquerda do rio Acaraú (Mapa 43).

Mapa 43 – Localização das obras realizadas no Centro antigo nas gestões de Cid Ferreira Gomes (1997/2000 e 2001/2004).

²⁰⁶ O Projeto Oficina de Artes e Ofícios teve à época a coordenação nacional do ex-secretário de Cultura de Ouro Preto/MG, Júlio Cesar Barros, que foi Diretor do Patrimônio Histórico daquela Cidade. Durante o curso, os alunos recebem orientação teórica e prática, estudando principalmente história, artes, relações humanas, patrimônio histórico e construção civil. Em 2001, a iniciativa ganhou a 7ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, que trata da promoção de boas práticas de valorização e preservação de bens culturais no Brasil, por meio de iniciativas das mais diversas realizadas por qualquer organização, instituição ou pessoa física. Fontes: TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza, 3 de agosto de 2000. Caderno Dia-a-Dia/Interior p. 16C; GUEDES. Maria Tarcila Ferreira. **Trajetórias do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987-2008)**. Rio de Janeiro: Rotaplan Gráfica e Editora Ltda, DAF/IPHAN, 2015, p. 131.

²⁰⁷ A atual Casa do Contribuinte é o local onde estão centralizados os serviços de arrecadação tributária do município e onde funcionou o Banco Popular de Sobral, fundado pela Diocese.

²⁰⁸ O Museu do Eclipse está implantado no exato ponto onde foi observado o eclipse de 1919. Serve como equipamento de auxílio aos estudos de ciências e de geografia das escolas de ensino fundamental da cidade. Lá, em parceria com o curso de Física da Universidade Estadual do Vale do Acaraú, os visitantes também podem aprender como o fenômeno do eclipse acontece. Além disso, no espaço interno do museu, é possível ver réplicas dos planetas e dos satélites naturais do sistema solar, além de jornais nacionais e estrangeiros da época, que contam sobre a expedição científica e astronômica em Sobral. A edificação é dividida em duas alas semienterradas de plantas idênticas, porém, espelhadas. Cada planta corresponde à metade de uma circunferência. Entre as duas alas, há o obelisco comemorativo à fundação da cidade de Sobral implantado em patamar mais elevado e posicionado em frente à elevação principal da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 361 – Imagem do Becco do Cotovelo.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 362 – Imagem do Sobrado dos Figueiredo.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 363 – Imagem do Teatro São João.

Figura 364 – Imagem da Biblioteca Municipal Lustosa da Costa.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 365 – Imagem do Palácio de Ciências e Línguas Estrangeiras.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 367 – Imagem da Escola de Cultura, Comunicação, Ofícios e Artes (ECCOA).



Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 366 – Imagem da Escola de Música Maestro José Wilson Brasil.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 368 – Imagem da Casa do Contribuinte.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 369 – Imagem da Praça de Cuba.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 370 – Imagem do Museu do Eclipse.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 371 – Imagem da urbanização do Largo da Igreja de Nossa Senhora das Dores.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

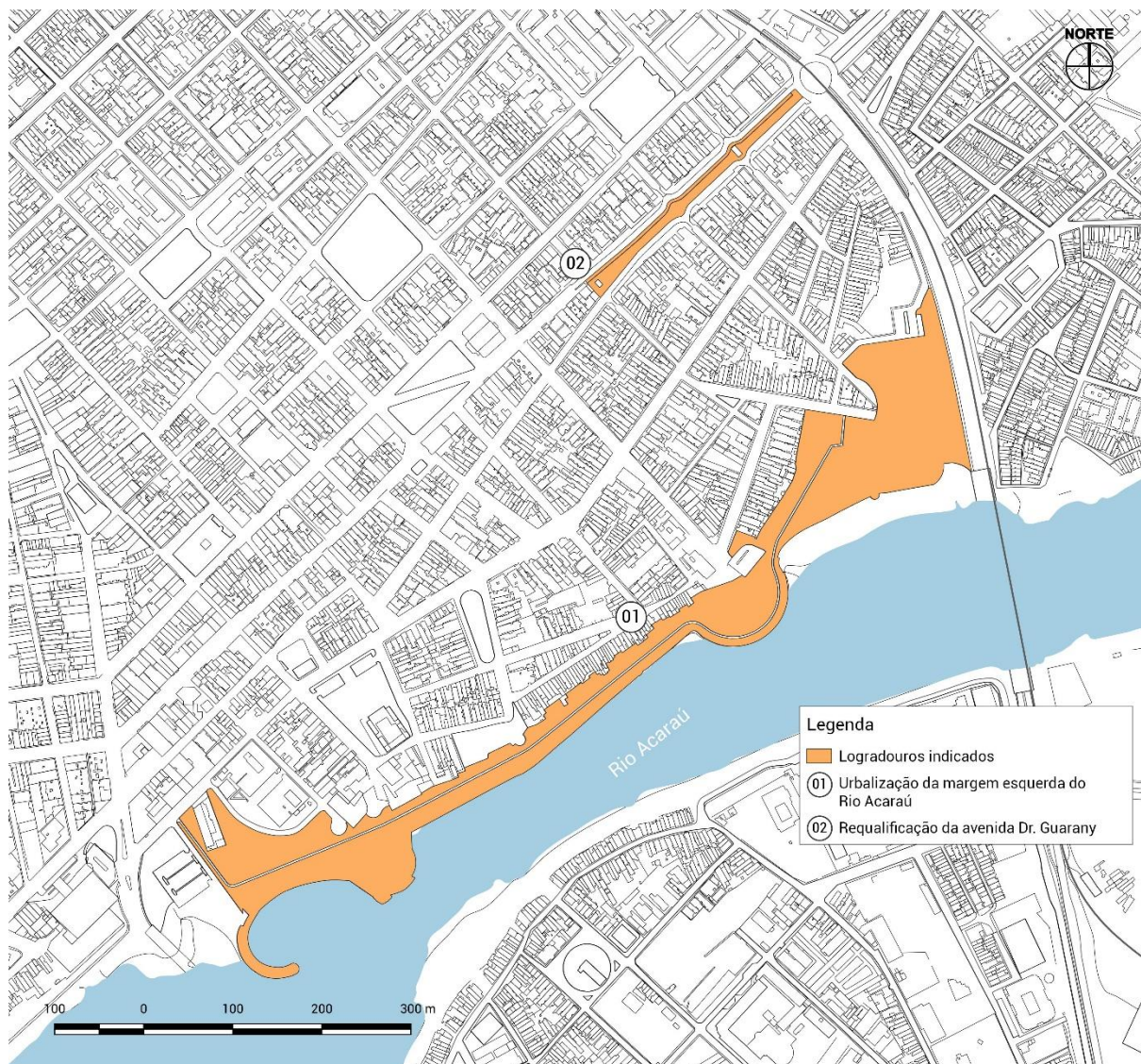
A urbanização da margem esquerda do rio Acaraú foi a primeira grande obra executada no sítio histórico de Sobral e se deu a partir de um termo de referência integrante do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral, elaborado em 1999. O referido termo tinha como projeto estruturante a reurbanização da margem oeste do rio, pensado, a princípio, em dois segmentos, a saber: o parque do rio Acaraú e a via paisagística. Objetivava-se promover uma urbanização nas duas margens e o incremento de áreas de lazer e espaços urbanos de forma a recuperar paisagística e ambientalmente o elemento natural, então completamente degradado e sem interação com o espaço construído, sendo usado como local de despejo de lixo. Portanto, percebe-se o quanto o próprio rio, elemento de fixação de populações e formação de aglomerados humanos, já era desprezado nas antigas vilas cearenses do século XVIII.²⁰⁹ Conforme informa Castro (1983, p. 301),

[...] assim, fazendas de criação dispersas nas regiões mais distantes e pequenas vilas espalhadas pelo Ceará formam um quadro em que se desenvolve a isolada vida setecentista cearense. Quanto à disposição espacial das vilas, o modo de implantação mais coerente era a associação da cidade, situada em terreno protegido, a um curso d'água que lhe abastecesse, porém sempre de costas para aquele que a beneficiava.

A intervenção também teve o intento de valorizar o centro antigo, a partir da primeira vista que se tem da cidade de Sobral ao se cruzar a Ponte Othon de Alencar trafegando pela CE-362 (Mapa 44, Figuras 372 e 373).

Mapa 44 – Localização da urbanização da margem esquerda do rio Acaraú e da requalificação da avenida Dr. Guarany.

²⁰⁹ Apenas com o advento da cidade industrial é que se inicia a ocupação de áreas próximas desses elementos naturais com outras funções de cunho recreativo, residencial e comercial.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Figura 372 – Imagem aérea do Centro antigo de Sobral antes da construção da Ponte José Euclides Ferreira Gomes e das intervenções urbanísticas na margem esquerda do rio Acaraú.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 373 – Imagem aérea do Centro antigo de Sobral antes da construção da Ponte José Euclides Ferreira Gomes e das intervenções urbanísticas na margem esquerda do rio Acaraú.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Observa-se, portanto, uma necessidade de revalorização da imagem da área não somente sob o ponto de vista físico, mas também simbólico segundo os conceitos de “cidade atração” (SANT’ANNA, 1995). Em suma, como aponta o Termo de Referência integrante do PDDU de Sobral (1999, p. 17),

[...] essa intervenção possibilitaria a criação de uma silhueta urbana da cidade, vista do leste, dando-lhe a feição contemporânea em diálogo com seu perfil histórico, e ao mesmo tempo promoveria a requalificação ambiental local, ensejando aí a criação de novas iniciativas imobiliárias.

Todavia, essa proposta não era consensualmente aceita por parte da população de Sobral, já que se aventava a ideia de ter na margem do rio uma avenida veicular aos moldes da Beira-Mar de Fortaleza. Dessa forma, a gestão municipal promoveu um concurso nacional de ideias com o apoio do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e da 4ª SR/IPHAN com o objetivo de buscar soluções arquitetônicas em

nível de anteprojeto, com total liberdade de proposição, desde que a gestão municipal detivesse informações gerais e determinantes quanto à implantação da obra, ao aspecto formal, às especificações dos materiais e ao sistema construtivo a ser utilizado, obedecendo às indicações e disposições técnicas da PMS e da 4ª SR/IPHAN constantes no edital.²¹⁰

Com a urbanização e a requalificação da margem esquerda do rio Acaraú, abrangendo a área compreendida entre as pontes que dão acesso à cidade de Sobral pelas Avenidas Othon de Alencar e Cel. José Sabóia, houve grandes transformações nesse novo espaço, de que resultam a reconfiguração da paisagem urbana e mudanças no *modus vivendi* da população da cidade. Sobral, que antes dava as costas para o rio Acaraú, tendo-o como mero local de despejo de lixo e outros dejetos, hoje redescobre esse espaço como área de lazer e contemplação. As comunidades locais, principalmente as ribeirinhas, mantiveram-se nesse local sem ter havido gentrificação ou expulsão branca (Figuras 374, 375 e 376).

Conforme informa Freitas (2005, p. 101):

[...] O que parece estar implícito nesta narrativa é a condição de limpeza, higiene, correção estética, esmero, apuração, através dos recursos da arquitetura e da engenharia, que a obra presumidamente oferece. O público, que frequenta o espaço, passou a ser mais diversificado. Os moradores, que passaram a ter toda aquela estrutura urbanizada, como adendo do quintal de suas casas, passaram também a ocupar o espaço de distintas formas. É comum, ao andar nos calçadões, se ver grupos de pessoas fazendo churrasco, ouvindo música, bebendo e se divertindo próximo de suas residências no gramado plantado, que compõe a área urbanizada. Durante a noite, também é comum ver grupos de amigos que se encontram no gramado para conversar, beber e se divertir.

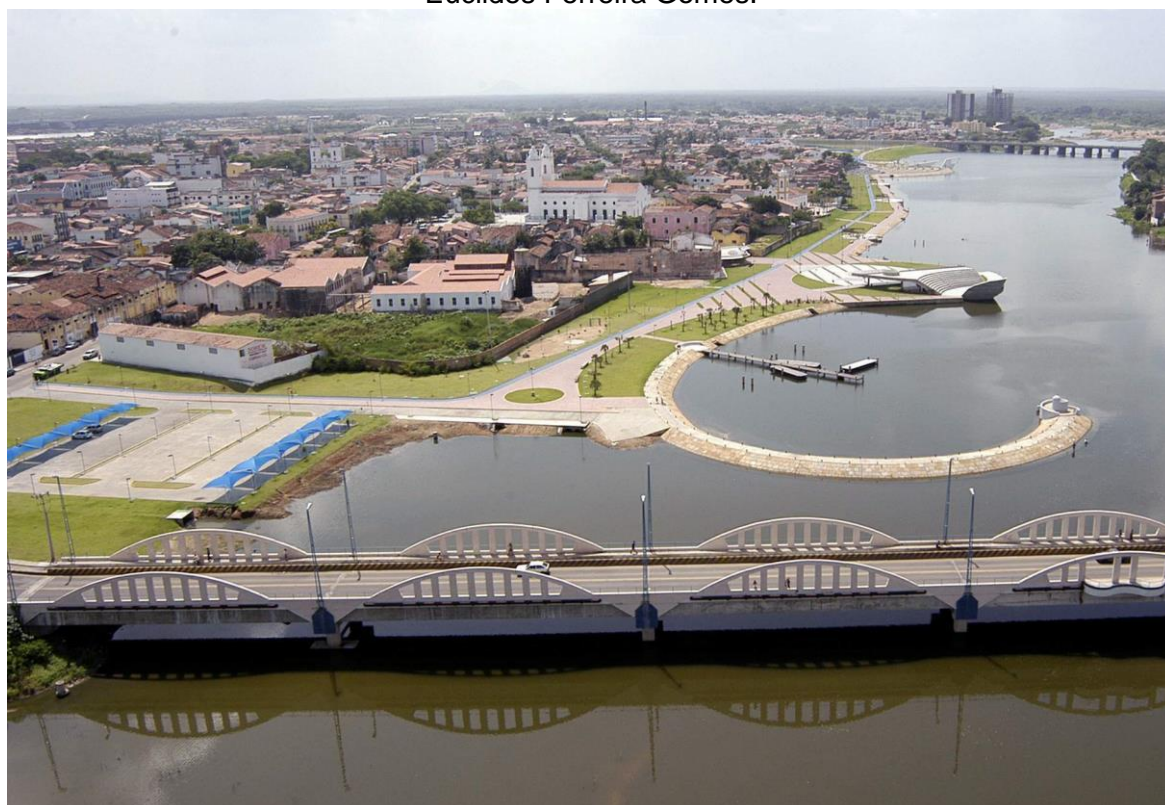
Figura 374 – Imagem aérea do Centro antigo de Sobral depois das intervenções urbanísticas na margem esquerda do rio Acaraú.

²¹⁰ A proposta vencedora foi a dos arquitetos Nelson Serra e Neves, Antônio Carlos Campelo Costa e Aída Maria Matos Montenegro. Fontes: TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza, 26 de setembro de 2000. Caderno Dia-a-Dia/Interior, p. 19C; IPHAN/CE. **Processo 1379-T-97**. Volume III. Folha 357.



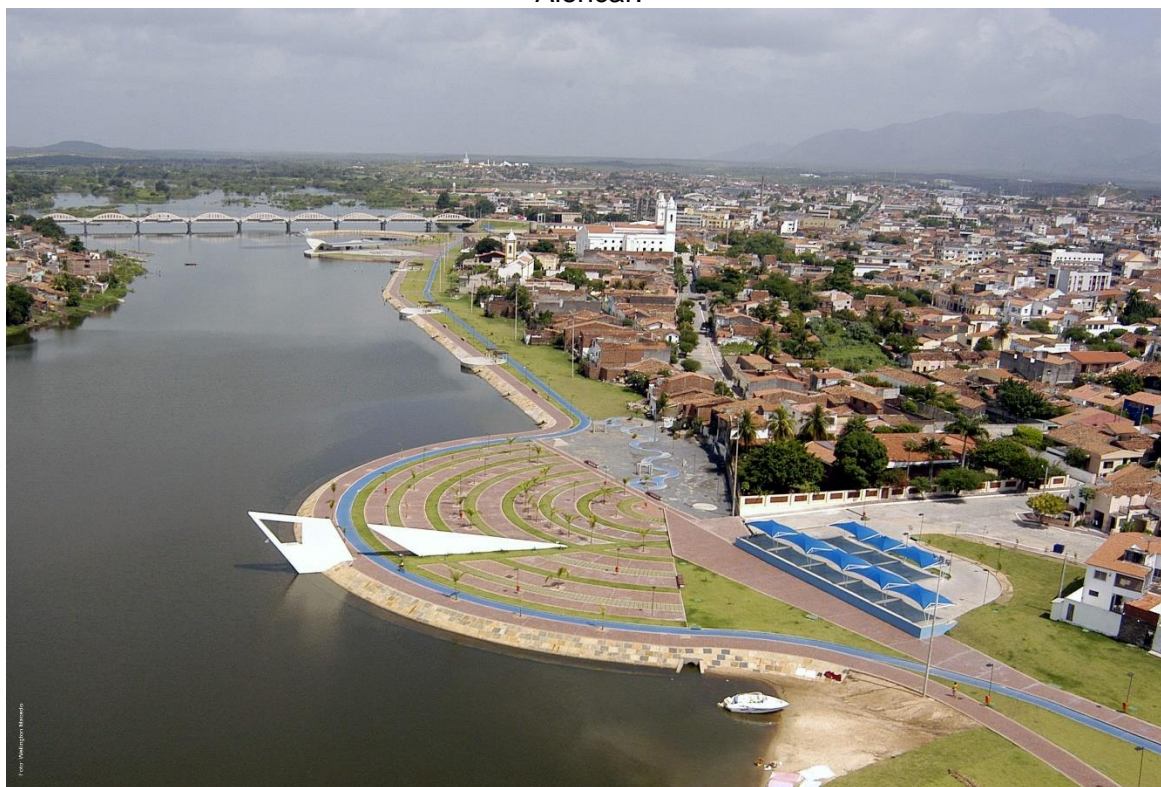
Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 375 – Imagem aérea da margem esquerda do rio Acaraú a partir da Ponte José Euclides Ferreira Gomes.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 376 – Imagem aérea da margem esquerda do rio Acaraú a partir da Ponte Othon de Alencar.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Como esse plano de recuperação de espaços públicos tinha a ver ainda com a valorização do passado, estendeu-se a atuação para outras áreas do Centro, a exemplo da execução do projeto urbanístico da avenida Dr. Guarany,²¹¹ que conecta monumentos históricos importantes da cidade ao longo do seu trajeto em direção ao centro comercial da cidade, como o Teatro São João, a Igreja do Menino Deus e a Casa da Cultura (Figuras 377, 378, 379 e 380).

Figura 377 – Imagem aérea da avenida Dr. Guarany antes das intervenções urbanísticas. Ponto de vista a jusante do Centro antigo.

Figura 378 – Imagem aérea da avenida Dr. Guarany antes das intervenções urbanísticas. Ponto de vista a montante do Centro antigo.

²¹¹ Também conhecida como Boulevard do Arco porque nela se encontra o monumento do Arco do Triunfo de Nossa Senhora de Fátima.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 379 – Imagem aérea da avenida Dr. Guarany depois das intervenções urbanísticas. Ponto de vista à jusante do Centro antigo.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Figura 380 – Imagem aérea da avenida Dr. Guarany depois das intervenções urbanísticas. Ponto de vista à montante do Centro antigo.



Fonte: Prefeitura de Sobral.



Fonte: Prefeitura de Sobral.

Nessa proposta, foram subtraídos do eixo da avenida os postos de gasolina, quiosques, retorno e passagem de veículos. A avenida Dr. Guarany passou por uma grande reforma, convertendo-se, para além de um simples corredor viário e de pedestres, em um local de lazer e programação noturna da cidade, o que pressionou a transformação de usos das edificações lindeiras, tornando-se eixo preferencial para alocação de serviços de gastronomia e pequenos comércios e serviços. Com a implantação de trechos em “tráfego calmo”, com lombadas de marcha lenta para os veículos, grande parte do tráfego foi deslocado para a avenida Dom José e para a rua Oriano Mendes, proporcionando aos moradores e usuários a circulação segura pelos passeios e áreas livres.²¹² É importante citar também que essa mesma obra contemplou a substituição da fiação aérea elétrica, telefônica e de lógica pela atual rede subterrânea, além do incremento de novo posteamento para a iluminação pública disposto pelos novos passeios alargados.

²¹² O projeto urbanístico é de autoria dos arquitetos Itatiane Garcia, Maximino Barreto Frota Júnior, Tiago Veras e Vládio Frota Aragão. Fonte: Prefeitura de Sobral.

Dentre essas obras listadas, os principais pontos dessa nova política de preservação para a PMS foi o convencimento da população sobre a importância da preservação e de não mais promover ou admitir a degradação ou a destruição de expressivos exemplares e marcos históricos edificados e naturais da paisagem urbana. Portanto, a política urbana municipal buscou, através da compreensão coletiva de que a preservação do patrimônio cultural oferece uma forma especial de desenvolvimento, qualificar o espaço urbano para ofertar qualidade de vida para as pessoas que o habitam e que o utilizam para atividades laborais, religiosas e recreativas, inclusive, permitindo o fomento de um ambiente de negócios favorável para o estímulo de atividades econômicas em conformidade ao conceito de “cidade atração” (SANT’ANNA, 1995).

5.2. A importância da requalificação do Centro antigo

A requalificação do Sobrado dos Figueiredo, com a inauguração da Casa da Cultura, é um marco na política de preservação do patrimônio histórico local por três razões: primeiro, porque, ao reconstituir o imóvel com qualidade, demonstra-se didaticamente à comunidade que é possível atribuir novos usos, inclusive de exigências contemporâneas, aos imóveis de datação mais antiga sem apagar por completo as evidências físicas dessas edificações referenciais do convívio citadino; segundo, pelo uso que foi dado, pois além de funcionar um destacado equipamento institucional da Prefeitura Municipal, o qual disponibiliza diversos espaços para a prática e a apreciação artísticas, foi implantada a sala de cinema Falb Rangel, já que desde 1975 não funcionava mais nenhum cinema em Sobral²¹³ (com a volta do cinema, a sala passou a ser o novo ponto de encontro da comunidade); terceiro, e mais importante, valorizou o patrimônio da cidade de Sobral. Conforme aponta Duarte Junior (2013, p. 128), o Sobrado dos Figueiredo, “

[...] ameaçado pela demolição para construção, em seu lugar, de um centro de compras, foi reconstruído em sua volumetria e modenatura originais, convertendo-se em símbolo da recuperação e valorização do patrimônio edificado da cidade”.

²¹³ O último cinema a funcionar na cidade foi o Cine Glória, construído em 1928, reformado e transformado em Cine Rangel em 1947. Posteriormente, foi incendiado e ruiu. Fonte: ROCHA, Herbert. **O Lado Esquerdo do Rio**. Sobral: Editora Ucitec, 2003, p. 200.

Com o retorno de determinados equipamentos, como o cinema, a comunidade sobralense passou a usufruir das dependências das edificações mais antigas e expressivas da cidade, não somente dos seus imóveis, mas também dos antigos logradouros e áreas públicas livres, como o Largo da Igreja das Dores,²¹⁴ às margens do rio Acaraú.

Tais propostas foram perfeitamente aceitas e implementadas pela gestão de 1997 como plano de soerguimento da economia local aliadas ao reconhecimento de cidadania e respeito ao cidadão através da valorização do seu patrimônio, segundo a compreensão do conceito “cidade empreendimento” (DUARTE JUNIOR, 2012). Contudo, o patrimônio local não era apenas composto pelos edifícios e logradouros públicos. Havia também o acervo edificado privado que, paulatinamente, era descaracterizado ou substituído por uma arquitetura que pouco ou nada agregava qualidade à imagem da cidade, o qual precisava também ser foco de medidas de proteção.

Tanto naquela época, quanto ainda hoje há o entendimento por parte de segmentos sociais de que as restrições construtivas poderiam induzir em desvalorização do comércio imobiliário. Entretanto, isso dependeria dos interesses atribuídos aos bens protegidos. No caso do mercado imobiliário, este sempre atuará na reprodução do capital. Em um imóvel de interesse de preservação ou tombado, a capacidade de reprodução é reduzida, chegando a ser quase nula, dependendo do seu estado de preservação, da forma do tombamento²¹⁵ e das motivações que determinaram o tombamento. No máximo, o bem imóvel mantém o seu valor venal. Se o empreendedor realiza uma demolição, tendo a possibilidade de construção verticalizada, multiplica-se expressivamente seu valor financeiro. Contudo, esse não é o único critério de valorização. Há outros discernimentos que podem elevar ainda mais o valor venal dos imóveis através da valorização da paisagem, do patrimônio e, consentaneamente, da cidade. O PDDU de 2000 tinha apontado algumas soluções para a estagnação econômica e financeira pela qual Sobral atravessava. Reproduzido o capital imobiliário para as zonas de periferia da cidade, haveria novas zonas onde

²¹⁴ Tal local não possuía um tratamento urbanístico que se correlacionasse sustentavelmente com a vegetação ciliar e com o curso d'água por lá próximos.

²¹⁵ Se estiver tombado isoladamente ou em conjunto, ou mesmo inserido em uma área de entorno de bem tombado.

seria possível erguer edifícios de maior gabarito, livrando o centro antigo de tais pressões imobiliárias.

No contravapor dessas pressões, a gestão de Cid Ferreira Gomes, em seu primeiro mandato, desapropriou algumas edificações expressivas na cidade, como o antigo Palace Club,²¹⁶ a antiga usina dos Araújo²¹⁷ e o Solar dos Figueiredo, para propiciar à população a inclusão de novos usos absolutamente contemporâneos.

A escolha dessas edificações foi uma prática política eminentemente seletiva, legitimada pela autoridade de quem as selecionava, embora a escolha tenha sido balizada pela capacidade de atendimento de programa de necessidades específico, pelo estado de preservação das edificações, pela possibilidade de restituição das feições originais e pelo custo financeiro da empreitada.

Portanto, a reutilização desses bens pela municipalidade, conforme aponta Choay (2001, p. 219), “[...] reintegrar o edifício desativado a um uso normal, subtraí-lo a um destino de destino de museu é a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil de valorização do patrimônio”.

O desafio da gestão era realizar o preenchimento de vazios urbanos e edificações ociosas para requalificar o centro antigo e aumentar a densidade, mantendo, porém, a vitalidade da porção comercial, a partir da Praça da Coluna da Hora, sem incorrer no erro do esvaziamento habitacional. Nesse setor, mesmo sendo caracterizado como uma região de uso comercial por excelência, evitou-se a monofuncionalidade do espaço urbano através do incentivo a usos diversos e prolongados com as obras de requalificação que estavam em curso. Caso não tivessem sido criadas, antecipadamente circunstâncias favoráveis para a permanência da habitação residencial no Centro antigo, já haveria, no final da década de 1990, a existência de zonas completamente desertas em determinados períodos da noite, como atualmente ocorre nos setores eminentemente comerciais. Outro desafio seria incentivar a habitação nessa área central, convivendo com os exemplares edificados preservados, o que significa garantir as feições arquitetônicas de determinadas tipologias e perfis de quadra, além de volumetrias específicas e elementos naturais.

²¹⁶ Convertida no Palácio de Ciências e Línguas Estrangeiras no ano de 1999.

²¹⁷ Convertida na ECCOA no ano de 2004.

Essa postura coaduna com o que preconiza a Carta de Petrópolis (1987, p. 1), em seu item 7:

[...] Sendo a polifuncionalidade uma característica do SHU, a sua preservação não deve dar-se à custa de exclusividade de usos, nem mesmo aqueles ditos culturais, devendo necessariamente, abrigar os universos de trabalho e do cotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e plural. Guardando essa heterogeneidade, deve a moradia constituir-se na função primordial do espaço edificado, haja vista a fragorante carência habitacional brasileira. Desta forma, especial atenção deve ser dada à permanência no SHU das populações residentes e das atividades tradicionais, desde que compatíveis com a sua ambiência.

Nesse ponto, percebe-se que os problemas urbanos de Sobral foram tratados com a implementação de grandes obras de urbanismo e a inserção de novos equipamentos públicos em edifícios de relevância histórica, integrando-os à dinâmica da cidade. Isso potencializou vitalidade ao centro antigo, pois, junto ao tombamento, foi dado tratamento diferenciado ao referido setor. Portanto, implementou-se não somente uma política de preservação e adaptação de imóveis públicos para novos usos, mas também uma inédita ação institucional de valorização de bens culturais imóveis. A condução desse processo se deu tanto na transformação física do espaço urbano quanto na promoção do sítio histórico através de jornais, publicações e cartilhas²¹⁸ com informações sobre a área protegida, de forma a possibilitar a sua compreensão pela população, não apenas com a referência espacial que sempre teve, mas com o intuito de descobrir novos valores e novas simbologias agregadas a esses elementos a partir desta nova gestão.

Essa assertiva é corroborada por Alves (2009, p. 171), quando afirma que

[...] As mudanças socioespaciais da cidade de Sobral ocorreram junto à implantação de um conjunto de objetos técnicos, formando uma densa rede técnica que viabiliza a fluidez do território, elemento central para o funcionamento do modo de produção dominante.

[...] Entre elas podemos citar: criação dos sistemas de engenharia, ampliação de infraestrutura; estudos e ampliação do sistema viário; pavimentação de rodovias; abertura de largas avenidas com ciclovias; redes virtuais; sinalização do trânsito; tombamento e restauração do centro histórico; reforma e ampliação do mercado; construção de um Centro de Convenções; criação de novos distritos industriais; construção de um aterro sanitário; construção de novos equipamentos como: museus, bibliotecas, escolas, praças, postos de saúde; revitalização dos espaços públicos; construção de áreas de lazer; atração de novas universidades públicas e privadas, bem como novos cursos nessas universidades.

²¹⁸ Uma das cartilhas produzidas pelo IPHAN para promoção do SHS foi *Roteiro para a Preservação do Patrimônio Cultural – Sobral, Patrimônio de todos*, no ano de 1999.

A fim de possibilitar o cumprimento dessas ações, a municipalidade atuou ativa e continuamente no sentido de captar recursos financeiros, como afirma Alves (2009, p. 166):

[...] A partir de 1997, a nova administração municipal se empenhou significativamente no incremento das receitas públicas e na execução orçamentária que tiveram um aumento fora do comum, se comparadas ao ano de 1996, último ano que antecedeu a gestão do Prefeito Cid Gomes.

Essa postura administrativa serviu de laboratório para replicar o êxito alcançado pela gestão municipal em outras ações do âmbito estadual, projetando e reafirmando a cidade de Sobral como principal polo econômico da zona norte do Estado, conforme novamente afirma a autora retromencionada: “

[...] o desenvolvimento econômico experimentado por Sobral, na virada do século XXI, contribuiu para um significativo crescimento do Ceará” (ALVES, 2009, p. 166).

Todavia, foi justamente a importância do tombamento pelo IPHAN que garantiu a intervenção dessas ações no centro antigo. Urbanisticamente, isso foi fundamental, pois tem a ver, para além da gestão do sítio histórico como bem em si, com a gestão de toda a cidade. As benesses para Sobral através desse plano de governo também se concretizaram tanto no âmbito urbanístico quanto propriamente na proteção e conservação dos ícones edificados e espaços naturais inseridos nas poligonais de tombamento e seu entorno, sob o abrigo do conceito de “cidade atração” (SANT’ANNA, 1995).

Das consequências do tombamento para a cidade de Sobral, um dos primeiros pontos adotados em termos de planejamento urbano foi não permitir que o centro antigo fosse objeto de intervenções ao sabor do capital imobiliário. Ou seja, para além de evitar que ocorressem descaracterizações em edificações referenciais preservadas e parcialmente preservadas, as ações governamentais, principalmente locais, teriam que reforçar a manutenção do poder civil no Centro e evitando o seu esvaziamento com a permanência das habitações residenciais, inclusive dos moradores situados nas áreas mais próximas da margem do rio Acaraú.

Para tanto, após a homologação do tombamento do sítio histórico de Sobral, a então 4ª SR/IPHAN, lançou como uma de suas primeiras ações, publicação específica sobre educação patrimonial, a cartilha intitulada *Roteiro para a Preservação do Patrimônio Cultural – Sobral, Patrimônio de todos*, por meio da qual informava e orientava a comunidade sobralense, que mora e usufrui do sítio histórico, sobre seus direitos e deveres. Esse trabalho educativo vem sendo desenvolvido no Estado desde 1998, quando o referido Instituto lançou sua primeira cartilha em Icó. Depois vieram as demais versões para Aracati, Viçosa do Ceará, os Monólitos de Quixadá e, por fim, a Região do Cariri. Foram editados numerosos exemplares da publicação para serem distribuídos em escolas, bibliotecas e residências. A cartilha utilizava uma linguagem simples, apresentava textos sobre as legislações de proteção vigentes, versava sobre o significado e a importância da preservação do patrimônio cultural local, e definia as atribuições e competências dos agentes públicos e privados.²¹⁹

Afora as restrições da capacidade de intervenção nos imóveis do sítio histórico, outro fator que potencializa a mudança de uso residencial unifamiliar tradicional para uso residencial multifamiliar, comercial e de uso misto é a dificuldade de guarda e abrigo dos veículos em espaços internos às edificações preservadas. Isso é devido à não adaptação das garagens à morfologia de determinados edifícios do sítio histórico, caracterizando-se como um constante desafio de convencimento e conciliação entre os moradores e os ditames preservacionistas do IPHAN. Tal problemática, assim como outras correlatas, foram mitigadas pela gestão municipal através da oferta de novos equipamentos públicos e da requalificação de vias, logradouros e praças, como também de novas propostas alternativas para o sistema de transporte urbano.

Aqui percebe-se que a elevação da qualidade de vida urbana e ambiental através da realização de benfeitorias no Centro antigo, suprimindo-o com outras necessidades essenciais à população, como urbanidade, serviços e equipamentos públicos, potencializou a ideia de convívio possível com o patrimônio cultural edificado, valorizando-o e atribuindo novo valor de uso para a comunidade.

²¹⁹ Conforme relata o Jornal Tribuna do Ceará, a cartilha foi lançada pela Prefeitura de Sobral. O IPHAN não é mencionado em nenhum momento na matéria, atribuindo à PMS, equivocadamente, a autoria da produção editorial. Fonte: TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza, 9 de maio de 2000. Caderno Dia-a-Dia/Interior, p. 14C.

5.3. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral (PDDU) de 2000

Nesse ponto, ressalta-se quanto o tombamento do sítio urbano de Sobral influenciou o principal instrumento de legislação urbanística da cidade, o PDDU, aprovado no ano de 2000. De acordo com Domingues (2010, p. 112):

[...] O Plano nada previu como projetos de recuperação de edifícios no centro histórico, mas seu foco esteve voltado para a melhoria do sistema viário e de esgotamento sanitário do município, o que inclui os distritos, vários projetos de urbanização de determinadas áreas da cidade, a reurbanização da margem esquerda do rio Acaraú, principal “face” da sede da cidade voltada para o rio, a construção do centro de convenções e de um centro cultural, além de prever a criação de roteiros culturais para Sobral, e de diversas outras ações.

Entretanto, com relação aos imóveis dos moradores, diferente do que preconizava o Código de Obras e posturas de 1930, o PDDU de 2000, fruto de uma experiência terceirizada do Consórcio Fausto Nilo – Espaço Plano, não legislava sobre a permanência do estado de preservação de monumentos e das edificações referenciais, quer sejam públicas ou privadas, não se aprofundando nos enfrentamentos do patrimônio histórico local, ou seja, pura ausência de política de urbanização que considerasse o patrimônio, como ressalta Duarte Junior (2012, p. 343):

[...] o processo de elaboração do PDDU/Sobral se deu de forma bastante acelerada, com caráter estritamente técnico e sem maior participação da comunidade, método empregado em todas as experiências do tipo no Ceará. O conceito de organização, gestão, controle e planejamento espacial empregado foi o de unidades de vizinhança, modelo clássico modernista de ordenamento do uso e ocupação do território urbano em que as funções habitar, trabalhar, recrear-se e circular são dispostas em setores sobre uma superfície necessariamente amorfa e histórica, a ser moldada pelos fluxos decorrentes das trocas entre aqueles setores.

O autor complementa a análise:

[...] Mesmo tendo recebido com bastante antecedência o estudo para tombamento federal do sítio histórico de Sobral e sendo informada oficialmente da decretação da proteção federal, a empresa optou por desconhecer ambos os fatos, estabelecendo padrões de uso e ocupação completamente desconformes para aquele setor, como foi o caso da determinação de um gabarito máximo de 16 metros para as novas edificações a serem erigidas no sítio histórico local, como já se viu, onde predominam edificações térreas e se destaca a verticalidade das torres das igrejas e das chaminés das fábricas.

Na proposta que fora elaborada, as especificidades da cidade de Sobral não foram consideradas como patrimônio cultural e ambiental *sui generis*. Da mesma forma, não foram previstas medidas que definissem horizontes de desenvolvimento para a população, de modo compatível com os objetos tutelados pelo IPHAN, assim como também não havia um plano educativo de preservação e orientação para os habitantes e os visitantes. Na verdade, foi uma tentativa de modernização urbana que desconsiderava em grande parte as questões relacionadas à cultura, à natureza e ao patrimônio local.

Com o tombamento homologado no ano de 1999, face à exiguidade de tempo de aprovação do PDDU perante a Câmara Municipal, uma vez que o próprio IPHAN foi alijado do processo de discussão, a proposta inicialmente concebida foi revisada, visto que entrava em conflito direto com a legislação de tombamento.²²⁰ Desta vez, omitindo-se a indicação de quaisquer critérios e índices construtivos apropriados às tipologias arquitetônicas que lá se encontram, negligenciou-se a confecção de normas específicas de preservação do acervo edilício do sítio histórico. Assim, O PDDU optou pelo zoneamento do bairro Centro em 5 regiões distintas, onde foram instauradas, obedecendo o exato traçado das poligonais das áreas tombada e de entorno, respectivamente a Zona Especial de Interesse do Patrimônio Histórico e Cultural (ZEIP) e Zona Central de Entorno (ZCE)²²¹ (Mapa 45).

A única observação adicional mencionada em seu Anexo III é: “[...] Projeto sujeito à análise preliminar por parte do Conselho Municipal do Plano Diretor e, quando couber, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e de órgãos Federais e Estaduais de Defesa do Meio Ambiente”.

Nessas zonas, diferente das demais zonas criadas,²²² apreende-se que não há nenhum indicador urbano de ocupação do solo.²²³ As questões patrimoniais sobre o solo urbano municipal ficaram a cargo da Superintendência do IPHAN no Ceará,

²²⁰ Decreto Lei nº 25/37.

²²¹ As três outras zonas são a Zona de Especial Interesse Social (ZEIS), a Zona Central Remanescente (ZCR) e a Área de Preservação Permanente (APP), conforme consta no PDDU de 2000.

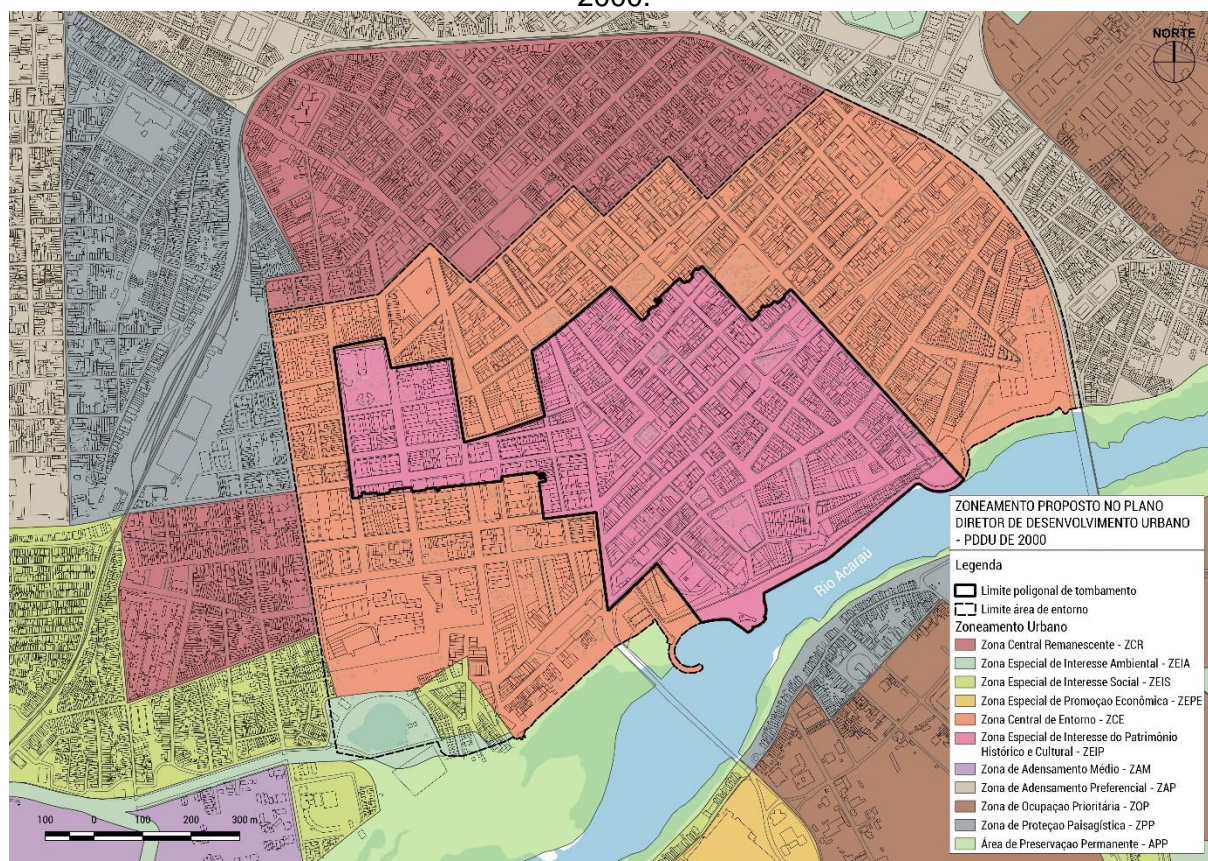
²²² Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA), Zona Especial de Promoção Econômica (ZEPE), Zona de Adensamento Médio (ZAM), Zona de Adensamento Preferencial (ZAP), Zona de Ocupação Prioritária (ZOP), Zona de Proteção Paisagística (ZPP) e Área de Preservação Permanente (APP).

²²³ Anexo III. Lei de Parcelamento e Uso e Ocupação do Solo – Indicadores Urbanos de Ocupação do Solo.

responsável por desenvolver e aplicar solitariamente a legislação específica para tais questões.

Dessa forma, percebe-se a ausência de normas eficazes para a gerência de projetos, obras e quaisquer outras intervenções na área envoltória, dificultando tanto o controle em relação à aplicabilidade dessas normas por parte da Prefeitura quanto a inclusão delas no Plano Diretor Municipal. Tais problemas com o zoneamento proposto pelo PDDU contribuíram para a redução da qualidade urbana do sítio histórico, uma vez que propiciavam, entre outros males, a perda e/ou a descaracterização de parte do patrimônio cultural que levou à proteção dessas áreas.

Mapa 45 – Zoneamento proposto no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2000.



Fonte: PDDU, 2000.

Na Zona Especial de Interesse do Patrimônio Histórico e Cultural (ZEIP) e Zona Central de Entorno (ZCE), há quatro linhas de interesse: do setor público; do comércio e serviços locais; do setor imobiliário; dos moradores. A primeira linha, de interesse público, consiste da ação dos órgãos de preservação, no caso o IPHAN, bem como dos órgãos municipais responsáveis pela aprovação de obras. A segunda

linha, a dos interesses do comércio e serviços locais, possui como principal objetivo o estímulo ao aumento dessas atividades, se possível sem limites, por ser uma das principais atividades econômicas do município, principalmente na área urbana. A terceira linha de interesse, a do setor imobiliário, diretamente articulado ao anterior, exerce sempre pressão para o adensamento e a realização de reformas que, sem coordenação, tenderiam para a descaracterização e até mesmo destruição do patrimônio existente. Uma quarta linha, a de interesse dos moradores, consiste na tendência tanto à realização de obras para reformar e ampliar seus imóveis, quanto à construção de novos andares sobre os existentes, descaracterizando o espaço urbano tombado, inclusive algumas residências.

Portanto, o maior desafio na elaboração do PDDU, porém não enfrentado, foi definir de forma objetiva e evidente os parâmetros de intervenção no sítio histórico, dentro de uma visão não só estética e arquitetônica, mas sobretudo, observando a questão da viabilidade econômica do comércio e a flexibilidade construtiva adaptada à heterogeneidade do Centro antigo. Ou seja, fazer com que a população se sentisse totalmente amparada pelas instituições de proteção ao patrimônio cultural e que não tivesse receio de intervir no sítio histórico de Sobral de forma sustentável.

5.4. A inexistência de uma legislação de preservação municipal

O primeiro Plano Diretor foi elaborado no mandato do prefeito Jerônimo de Medeiros Prado, em 1967, ano que correspondia ao início do seu governo, e permaneceu vigente até a elaboração do PDDU, no ano 2000.²²⁴ Além disso, o Código de Posturas utilizado até aí era de 1972. De acordo com Alves (2009, p. 175),

[...] o plano simplesmente narra os aspectos sociais e físicos do Município sem fazer nenhuma análise. Não trata das políticas, apenas descreve a situação de cada uma, identificando nos objetos, melhorias em cada um dos setores. Contudo nada se propõe de forma clara, apenas se prevê que medidas devem ser tomadas. No plano está explícito que não existia controle tributário ou físico. Afora isso ele é confuso, retórico, apresenta características de forma vaga, o que perpassa todo o documento.

O PDDU de 1967, mesmo em seu tempo, não tratava dos diversos enfrentamentos da gestão municipal, quanto mais daqueles que se referem às

²²⁴ O PDDU subsequente só foi concluído no final da década de 1990, na administração municipal do então prefeito Cid Ferreira Gomes, que iniciou sua gestão em 1997.

questões da preservação do patrimônio local. Concorreram, para tanto não apenas as dificuldades costumeiras enfrentadas na gestão dos sítios históricos urbanos, a exemplo da carência de posturas municipais específicas para o controle urbanístico destes setores, mas, em especial, a não aplicação de parte dos instrumentos previstos nos Artigos 182 e 183 da Constituição da República Federativa do Brasil, os quais transcrevem-se em sequência:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º. As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º. É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;
II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º. Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

No que tange à Constituição Federal de 1988, esta Carta Magna outorgou aos municípios brasileiros plenos poderes para cuidar do patrimônio material e imaterial, para constituir conselhos de preservação e para elaborar suas próprias leis voltadas

à proteção patrimonial. Até o ano de 1995, quando foi publicada a Lei nº 019/95-AFJ,²²⁵ não havia, no âmbito municipal, uma legislação que abordasse a questão da preservação do acervo edificado de relevância histórico-cultural, tampouco instrísse medidas protetivas.²²⁶ A Lei nº 019/95-AFJ implementou o instrumento do tombamento no município de Sobral, aplicando de forma genérica a proteção edilícia imediata de 11 imóveis,²²⁷ sem apresentar em anexo nenhum estudo técnico que justificasse a escolha de tais edificações. Além disso, não informa quais são os tipos de intervenção permitidas, as subtrações aceitáveis, qual é a delimitação espacial e o que pode ser realizado no entorno circundante de cada bem tombado.

Novas ações jurídico-administrativas só foram impetradas com procedimento similar à gestão do ex-prefeito Aldenor Façanha Júnior, durante a gestão do Prefeito Clodoveu Arruda Coelho Neto (2012-2016), em que foram tombados 3 bens imóveis²²⁸ e nomeadas 7 manifestações culturais como bens imateriais,²²⁹ através de leis ordinárias sem qualquer estudo prévio de tombamento e registro que amparasse tal decisão, ou, em alguns casos, que identificasse claramente qual é o objeto a ser protegido e que instrumentos de salvaguarda serão utilizados. Já na gestão do prefeito Ivo Ferreira Gomes (2017-2020), foi registrado apenas uma manifestação cultural através do mesmo procedimento²³⁰ e sob as mesmas prerrogativas das retromencionadas gestões.

²²⁵ Lei ordinária nº 019, de 7 de agosto de 1995. Dispõe sobre o tombamento e preservação do patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico localizado no município de Sobral. Promulgada na gestão do Prefeito Aldenor Façanha Júnior. A respectiva lei municipal se encontra nos anexos desta dissertação.

²²⁶ Apenas o Teatro São João é tombado na instância estadual como bem isolado. Fonte: Decreto nº 16.237, livro do Tombo Artístico, data: 30 de novembro de 1983, fls. nº 12; DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira; DUARTE JUNIOR, Romeu. **Guia dos Bens Tombados do Estado do Ceará**. Fortaleza. Secult. Coleção Nossa Cultura. Série Documenta, 2006.

²²⁷ Foram tombados discricionariamente o Teatro São João, o Arco de Nossa Senhora de Fátima, o Museu Dom José, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a Igreja do Menino Deus, a Igreja de São Francisco, a Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, o Abrigo Sagrado Coração de Jesus, o conjunto arquitetônico Vale do Acaraú (*Campus* Betânia), o Seminário São José e o Colégio Sant'ana. A respectiva lei municipal se encontra nos anexos desta dissertação.

²²⁸ Foram tombados em âmbito municipal: os campos de futebol de várzea, as Fontes Olho D'água do Pajé e a casa onde nasceu o Pe. Ibiapina. Esses tombamentos foram registrados, respectivamente, nas Leis Ordinárias nº 1248/2013, 1291/2013 e 1600/2016, que se encontram nos anexos desta dissertação.

²²⁹ Foram registrados (respectivamente nas Leis Ordinárias nº 1244/2013, 1246/2013, 1289/2013, 1290/2013, 1404/2014; 1444/2015; 1470/2016) como bens culturais imateriais em âmbito municipal: o encontro de bois e reisados; o doce fartes e sua receita; a procissão e os festejos religiosos dedicados a São Francisco de Assis; a procissão e os festejos dedicados à Nossa Senhora da Conceição; o Becco do Cotovelo; o Guarany *Sporting Club*; o Colégio Sant'ana. Essas leis municipais encontram-se nos anexos desta dissertação.

²³⁰ Foi registrado como bem cultural em âmbito municipal a história do Colégio Estadual Dom José Tupinambá da Frota através da Lei Ordinária nº 1611/2017. A respectiva lei municipal se encontra nos anexos desta dissertação.

Há em comum em todas essas leis ordinárias municipais, a falta de estudos técnicos que sustentem e justifiquem a seleção dos bens tombados e registrados, quanto também a falta de orientação tanto aos procedimentos de preservação, fiscalização, multa e ações de reparação que incidem sobre detentores e usuários desses bens culturais.

Assim, para legislações de análogas características, esclarece-se:

[...] Uma lei que apenas diga que determinados bens estão “protegidos”, sem estabelecer consequência desta proteção, é inócua, se a lei objetivar que seus efeitos venham a restringir direitos, ao menos a previsão genérica dos efeitos dessa restrição deverá estar nela indicada, para que se obedeça ao princípio constitucional da legalidade (RABELO, 2009, p. 49).

Portanto, as legislações protetivas existentes não geraram efeitos jurídicos concretos que fornecessem amparo técnico e administrativo necessários para impedir ações demolitórias e descaracterizantes, tendo mais como título honorífico do que como peça técnica. Vale ressaltar ainda que os poucos bens materiais tombados por essas leis não se encontram inseridos no sítio histórico protegido pelo IPHAN, o que não invalidaria as prerrogativas de uma legislação pela outra.²³¹ Muito pelo contrário, reforçaria a proteção edilícia e compartilharia competências de gestão entre instâncias.

Destarte, à falta de uma legislação municipal eficiente, soma-se a necessidade da presença de um parceiro institucional capaz de realizar a fiscalização e o disciplinamento urbano patrimonial exigido para tanto, ainda mais em uma área vasta como a do sítio histórico de Sobral, cujos gestores municipais delegaram tal incumbência quase que exclusivamente ao IPHAN. Portanto,

[...] claramente, vê-se que a alternativa do tombamento federal foi empregada para resolver um problema eminentemente municipal, perfeitamente solucionável através de medidas legais e urbanísticas de mesma essência e escala e, no viés, prestando-se ainda à perfeição para destacar nacionalmente

²³¹ A repartição de competência legislativa entre os entes da federação pode ser horizontal, na qual se estabelece campos materiais distintos, em atenção ao princípio da predominância do interesse. Por meio desse princípio, cabe à União as matérias em que predomine o interesse nacional; aos Estados, as de interesse regional e aos Municípios, as de interesse local, o que será sempre averiguado de acordo com a Constituição em respeito ao denominado princípio da supremacia constitucional. Por outro lado, a repartição também pode ser vertical, de acordo com o art. 24 da CR/88, que firma a competência legislativa concorrente, na qual um ente estabelecerá as normas gerais e o outro as normas suplementares. Fonte: <https://fg.jusbrasil.com.br/noticias/2543248/ha-hierarquia-entre-as-leis-federais-estaduais-municipais-e-distritais>.

a cidade e sua administração e servir de balão-de-ensaio à nova formulação de preservação edilícia (DUARTE JUNIOR, 2012, p. 337).

Do ponto de vista técnico, pela falta atual de normatização específica por parte da Prefeitura, restou ao IPHAN como interventor federal definir as regras de preservação e a cobrança de seu estrito cumprimento, exigindo inclusive da Prefeitura o atendimento a essas regras, sob risco de ser destruída a herança cultural do município, que serve de base para as atividades comerciais, culturais e imobiliárias ser destruída. Todavia, não é aceitável para a municipalidade, como principal gestora da territorialidade local, que admita a ocorrência de quaisquer agressões ao patrimônio edificado em maior ou menor escala (como uma pequena permissão para ultrapassar as normas, com aparente espírito de conciliação). É imprescindível que a Prefeitura evite a adoção de posturas com base em omissão, conivência ou leniência. Na verdade, o trabalho da proteção do patrimônio cultural edificado não termina com o tombamento, apenas começa para os gestores públicos municipais.

5.5. Desafios da gestão do IPHAN sobre o SHS

A despeito da visibilidade dos avanços e conquistas relativos à preservação do sítio nos últimos 20 anos, construída pela reconhecida qualidade da atuação das citadas instituições, problemas e dificuldades ainda são enfrentados na rotina dos que ali trabalham. Individual e/ou conjuntamente, na prática, a atuação institucional nem sempre ocorre de modo satisfatório, demandando novos instrumentos, ajustes e redirecionamentos constantes. Muito embora descreva, até hoje, a base da atuação do IPHAN, não apenas sobre o sítio histórico urbano de Sobral, mas sobre tantos outros em que opera, o Decreto-Lei nº 25/37 constitui uma peça datada, cujo conteúdo denuncia ter sido elaborada sob contexto distinto do atual quanto à compreensão acerca da preservação. Também não distingue, em passagem alguma, critérios mais específicos de análise de projetos. Transcrevem-se, na sequência, alguns dos principais artigos da referida lei, que têm amparado as decisões dos técnicos na área.

Artigo 17 – As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, serem destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem a prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Artigo 18 – Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinqüenta por cento do valor do mesmo objeto.

Artigo 20 – As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-las sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Só depois de quase cinquenta anos de vigência do Decreto-Lei de 1937, foi publicada a Portaria nº 10/1986,²³² de regulamentação desse mesmo decreto. Essa portaria surgiu do reconhecimento e da necessidade de uniformização dos procedimentos de aprovação de projetos e a execução de obras em bens tombados ou no seu entorno. Diferentemente do Decreto-Lei, esta portaria menciona a necessidade de elaboração de normas específicas, trazendo em sua redação novidades na utilização de palavras, como entorno e ambiência. A referida portaria alude também à necessidade de articulação com as Prefeituras Municipais para o encaminhamento de processos de licenciamento de obras.

Artigo 2º – As obras e atividades a serem realizadas em bens tombados pelo Poder Público Federal ou nas áreas de seus respectivos entornos, que estejam sujeitas a licenciamento municipal, deverão ser precedidas de aprovação pelo SPHAN.

Parágrafo 1º – Dependem de expressa aprovação da SPHAN quaisquer obras de construção ou reconstrução, total ou parcial, tais como modificações, acréscimos, reformas ou consertos de edifícios, marquises, muros de frente ou de divisa, muralhas, muros de arrimo, desmontes ou explorações de todo gênero, arruamentos, parcelamentos, condomínios horizontais, assentamentos e demolições, a serem executados nas áreas constituídas por bens tombados ou integrantes de seus respectivos entornos.

Parágrafo 2º – Caberá às Prefeituras Municipais, previamente à comissão de licenças, bem como à de suas prorrogações, enviar à competente Diretoria Regional da SPHAN, para análise e aprovação, os respectivos pedidos formulados pelos requerentes, preferencialmente já com as informações sobre a viabilidade de sua aprovação ou não pelas leis municipais.

Toda e qualquer solicitação de natureza interventiva física no espaço público ou privado, contida no sítio histórico, passou a ser submetida à ciência, avaliação e autorização do IPHAN. Condição comum à grande parte da população, mas que se

²³² Revogada pela Portaria nº 420/2010, assinada em 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.

agrava nos segmentos sociais de menor grau de escolaridade e baixo poder aquisitivo oriundos dos setores mais próximos da margem esquerda do rio Acaraú.

Desta forma, face à ampla dimensão territorial do SHS, sua grande quantidade de imóveis sob os ditames do tombamento e a dificuldade de moradores e técnicos da Prefeitura de apreender os valores de proteção atribuídos à área, cada vez mais era requerida uma maior atuação presencial do IPHAN na sede municipal. Transcorridos 5 anos após a homologação do tombamento do SHS, apenas em 2004 foi criada uma Chefia do Escritório Técnico do IPHAN para Sobral, composto por apenas um arquiteto, estando sediado na Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furnas Uchoa. A partir do concurso do IPHAN realizado em 2018, ou seja, 14 anos depois de sua implementação, além da Chefia do Escritório Técnico, soma-se agora mais um arquiteto para compor a referida unidade.

A criação do ET-Sobral demonstrava a ampliação do trabalho do Instituto em suas ações permanentes de fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação e revitalização do sítio histórico. Nesse sentido, a demanda crescente exigia um atendimento aproximado com a comunidade para desburocratizar processos, sempre em parceria com a Prefeitura Municipal e demais instituições, haja vista que a própria PMS cedeu parte de uma das edificações mais antigas da cidade para sediar este posto avançado do IPHAN na cidade.

Assim, amparado por suas devidas portarias, o ET-Sobral foi criado para dar uma resposta mais efetiva de gestão pelo IPHAN/CE. A unidade local, em sua essência, foca suas ações no SHS, em perspectiva histórica, no atendimento da população com informações e orientações técnicas de forma a orientar proprietários, locatários e justos possuidores de imóveis que intencionam a execução de reformas e construções na área do sítio histórico e nos bens protegidos legalmente. Além dessa ação, tem-se também a permanente função fiscalizatória no Centro em conformidade com os ditames emanados pelo Decreto-Lei n° 25/37 e os valores atribuídos ao sítio histórico pelo estudo de tombamento. Não havia, à época da criação do ET-Sobral, a existência de outros instrumentos como portarias auxiliares, além da Portaria n° 10/1986, e outros inventários, afora o Inventário Nacional de Bens Imóveis de Sítios Urbanos (INBI-SU),²³³ que permitissem maior eficiência nos esforços pela preservação do sítio.

²³³ Realizado em 2000 pela Prefeitura de Sobral, foi feito a partir da coleta e das pesquisas de fontes documentais, levantamentos físico-arquitetônicos, entrevistas com os moradores e levantamentos

Em 2005, foram realizados outros inventários pelo IPHAN para que fossem coadjuvantes na gestão do ET- Sobral, quais sejam: o Inventário de Bens Arquitetônicos Monumentais (IBA),²³⁴ Inventário de Fachadas de Perfil de Quadra (INFAC)²³⁵ e o Inventário de Configuração de Espaços Urbanos (INCEU).²³⁶

A importância dos inventários para o sítio histórico advém do fato de que quanto mais o Instituto trabalha com instrumentos gráficos de fácil entendimento e interpretação, mais fácil será a compreensão da comunidade local sobre as possibilidades e as limitações construtivas dos seus bens imóveis. Constituem, portanto, uma ferramenta de esclarecimento, pois, em geral, os proprietários e locatários de imóveis não têm conhecimento na área da construção civil. Dessa forma, os desenhos produzidos esclarecem e auxiliam na avaliação da exequibilidade das intervenções pretendidas, constituindo instrumental de suporte tanto de conhecimento da realidade a ser trabalhada, como de monitoramento e sistematização das normas de preservação pela Instituição.

Se é complexo para muitos arquitetos entenderem os ditames preservacionistas do IPHAN, imagina-se para população leiga. Volume? Ritmo? Quinta fachada (coberta)? A comunidade sobralense, não raro, indaga-se sobre esses

fotográficos de 204 imóveis situados parte na área de preservação, parte na área de entorno do sítio histórico de Sobral. A metodologia utilizada integrou o preenchimento de formulários variados elaborados pelo IPHAN referentes às características arquitetônicas dos imóveis (materiais de acabamento, cobertura, pavimentação etc.), seu estado de conservação, acompanhamentos dos respectivos levantamentos gráficos (apenas em implantação e plantas) e fotográficos, informações sobre a história da edificação e sobre os moradores. O inventário não foi concluído, tampouco seus dados foram sistematizados, resultando apenas no levantamento gráfico das edificações. Fonte: IPHAN/CE.

²³⁴ Realizado nos anos de 2005 e 2006, com recursos do IPHAN, o inventário objetivou registrar os exemplares arquitetônicos de tipologia excepcional ou monumentos inseridos no sítio histórico. O método IBA prevê consulta a informações produzidas previamente, disponíveis em arquivos de instituições, como por exemplo, a Universidade Federal do Ceará (UFC) e o IPHAN, assim como em outras instituições municipais ou estaduais. Foram executados levantamentos de campo para atualização das plantas, verificação do estado de conservação dos imóveis, levantamento fotográfico, de usos e da ambiência. Como complementação ao INBI-SU, foram inventariados 22 monumentos, a saber: Casa de Câmara e Cadeia, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Igreja do Menino Deus, Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, Igreja de Nossa Senhora das Dores, Igreja de São Francisco, Patronato Maria Imaculada, Sobrado Radier, Casa da Cultura, Palácio de Línguas Estrangeiras, Casa Tavares, ECCOA, Estação Ferroviária, casa da família Mont'Alverne, Museu Dom José, Academia Sobralense de Letras, Arco de Nossa Senhora de Fátima, Colégio Sant'ana, Teatro São João e Antiga Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano. Fonte: IPHAN/CE.

²³⁵ Trata-se de levantamentos bidimensionais dos perfis de quadra da área de proteção do sítio histórico de Sobral, constituindo 262 perfis inventariados. Todavia, não foi realizado o levantamento da área e entorno. Fonte: IPHAN/CE.

²³⁶ O inventário considera dois níveis de apreensão do espaço urbano: o da percepção visual e o da representação geométrica, avaliando suas características morfológicas. Dividiu o sítio histórico de Sobral em nove partes temáticas, a partir da análise de sete categorias, a saber: planta baixa, planos verticais, sítio físico, elementos edifícios, elementos de engenharia urbana, elementos complementares e estrutura interna do espaço. Fonte: IPHAN/CE.

tópicos. É difícil para eles compreenderem as determinações impostas pela Superintendência Estadual quando as decisões projetuais, além de subjetivas, não estão especificadas na legislação de proteção ao patrimônio cultural (Decreto-Lei nº 25/37), conforme enfatiza a arquiteta Ana Caroline Alves Parente Nogueira (Chefe de Escritório Técnico do IPHAN em Sobral/CE). Por isso, ressaltava-se pelo ET-Sobral o fornecimento de parâmetros claros e precisos para elucidar questões, dirimir dúvidas e possibilitar uma maior aproximação entre o órgão público e a população.

Dessa forma, ainda faltava ao referido órgão público a elaboração de uma portaria de regulamentação de ordenamento e disciplina urbanística do sítio histórico de Sobral, a qual consistiria nos respectivos regulamentos relacionados à organização da área protegida e seu entorno em zonas e setores e à definição dos padrões de uso e ocupação do solo urbano, em consonância com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal e com as determinações do Estatuto das Cidades.²³⁷

Nas palavras de Dalmo Viera Filho, ex-diretor do DEPAM/IPHAN, quanto à importância da implementação de tal portaria para os sítios históricos:

[...] A ausência de regras, seja da parte do Iphan, ou de regras não efetivas, no que diz respeito a sua ação ou mesmo na atuação do município, reduz a qualidade urbana no Brasil, uma vez que propicia, entre outros males, a perda e/ou descaracterização de parte do patrimônio cultural que levou à proteção destas áreas (IPHAN, 2010, p. 5).

Destarte, tendo em vista o panorama de ausência de normas eficazes para controle de projetos, obras e quaisquer outras intervenções na maioria das áreas tombadas e nas áreas envoltórias, e ainda, a falta de controle de sua aplicação pelas Prefeituras, somada à não inclusão de tais normas nos Planos Diretores Municipais, elas foram criadas no ano de 2006 para o fortalecimento institucional do IPHAN, através do Programa Monumenta.

[...] As normas e critérios de preservação que estabelecem os parâmetros que orientam o processo de preservação dos sítios históricos urbanos, sua paisagem, edifícios, espaços públicos e demais artefatos que constituem suportes materiais do valor patrimonial, legalmente protegidos pelo tombamento. Visam resguardar a integridade física e transmissão do bem ao futuro, por meio da regulamentação de intervenções que porventura se fizerem necessárias, tendo como fundamentação legal o Decreto-Lei nº 25/37 (Monumenta, 2006).

²³⁷ Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

O DEPAM/IPHAN definiu que as primeiras cidades a elaborarem as normas de preservação seriam aquelas que dispunham de inventário concluído recentemente, independente da fonte de recursos, e que contam com alguma legislação específica, reunindo condições de contribuir para a elaboração das normas. As cidades-piloto escolhidas foram: Laguna/SC, Mariana/MG, Petrópolis/RJ, Sobral/CE, Belém/PA, Paraty/RJ e Pirenópolis/MG.

Em 2008, foram confeccionadas as Normas de Preservação do Sítio Histórico de Sobral (NPSHS),²³⁸ cujo intuito era dar suporte às prerrogativas de preservação do ET-Sobral, servindo de orientação, sistematização e facilitação para a atuação técnica do IPHAN quanto à análise de projetos, bem como fornecendo uma legislação de proteção específica em relação às características e valores atribuídos ao SHS. Esse material detinha um conteúdo mais palatável à comunidade sobralense, com orientações e determinações mais claras, que reduziam a propensão de análises avaliadas caso a caso e, muitas vezes, entendidas como discricionárias pelos solicitantes. Consiste, porém, em um avanço para o Instituto, pois

[...] legislar sobre assuntos de interesse local [...] vai além da discussão sobre a arrecadação de tributos, os serviços públicos de interesse municipal ou, ainda, quanto às obras públicas necessárias, mas é também promover a proteção dos bens e lugares de memória, do patrimônio cultural e ambiental de sua população, definindo as normas e as condições mais adequadas à sua proteção (ARNAUT, 1992, p. 34, *apud* MOTTA, 1992).

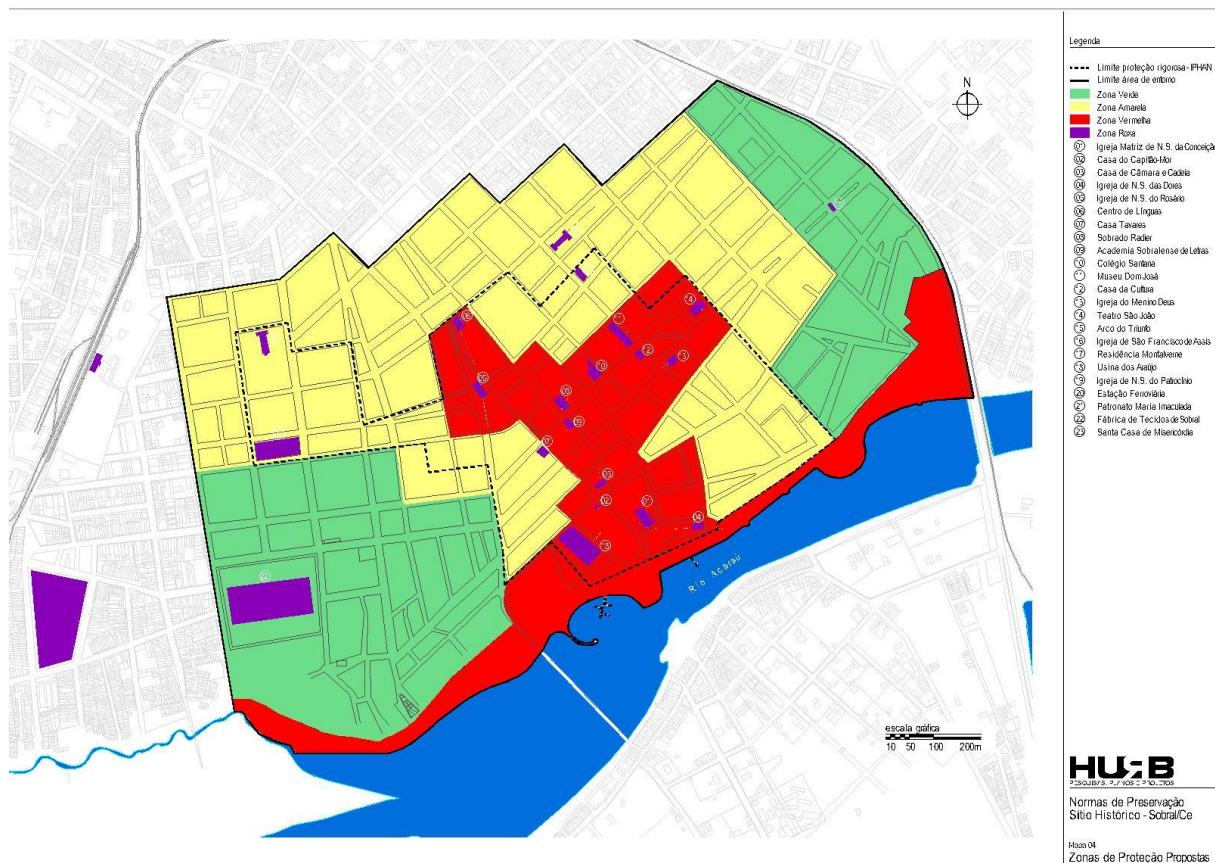
A NPSHS resultou em uma minuta de portaria, obtida das contribuições de cada um dos inventários realizados, com ênfase no desenvolvimento de uma análise específica dos setores morfológicos descritos no Inventário INCEU, à luz das particularidades da NPSHS. Obtiveram-se aqui 4 zonas de proteção distintas, sobrepostas à área do SHS, a saber (Mapa 46):

1. Zona Verde: área onde não se verifica maior relevância do conjunto urbanístico-arquitetônico do SHU de Sobral;
2. Zona Amarela: compreende áreas com importância histórica e/ou arquitetônica relevantes para o conjunto urbano, porém de ocupação mais recente;

²³⁸ O desenvolvimento do trabalho deu-se através da contratação de empresa de arquitetura e urbanismo, sob a coordenação do IPHAN, por meio do DEPAM, em nível geral, e por meio do Escritório Técnico de Sobral e da 4ª Superintendência Regional, em nível local, para o sítio contemplado. Fonte: IPHAN/CE.

3. Zona Vermelha: compreende os núcleos urbanos primitivos de Sobral nas proximidades da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, bem como parte da faixa lindeira à margem esquerda do rio Acaraú, áreas essas que contêm preservada a maior parte do acervo edificado;
4. Zona Roxa: formada por conjuntos, monumentos e/ou edificações isoladas que inspiram interesse particular de preservação, ainda que pulverizadas em zonas de menor rigor de aplicação das diretrizes e critérios de preservação.

Mapa 46 – Normas de Preservação do Sítio Histórico de Sobral/CE – Zonas de Proteção Propostas.



Fonte: IPHAN/CE, 2008.

A delimitação dessas 4 zonas foi obtida através do mapeamento do estado de preservação da morfologia das edificações que se encontram no sítio histórico de Sobral) conforme o conceito de “cidade monumento” e não através dos processos

sócio-históricos de formação urbana preconizados pela “cidade documento”. Assim, observa-se que a zona vermelha indicada aglutina a área de maior adensamento de edificações de melhor estado de preservação de suas características morfológicas originais, além de também incluir toda a margem esquerda do rio Acaraú na porção correspondente ao SHS como faixa de valorização da paisagem através das visadas obtidas pela margem direita do rio. Para esta zona, as determinações disciplinares de preservação seriam entendidas como as mais rigorosas, equivalendo-se aos ditames da área tombada.

A zona amarela funcionaria como uma zona de transição entre a zona vermelha e a verde, contendo a presença rarefeita dessa categoria de edificações preservadas, e que, diferente da zona vermelha, pouco transmite a noção de conjunto arquitetônico ocupado por duas ou mais obras arquitetônicas ordenadas pelo mesmo contexto (morfológico e histórico), estando dispersas pelo Centro antigo, equivalendo-se aos ditames da área de entorno.

A zona verde atuaria como uma área de entorno de regramentos mais brandos que a zona amarela, pela quase inexistência de edificações de interesse de preservação e pela total falta de qualquer tipo de conjunto arquitetônico. Por fim, a zona roxa consiste nos principais monumentos edificados pulverizados sobre o SHS.

A principal questão da não aplicação dessa ferramenta de gestão pelo IPHAN e a homologação da minuta em uma portaria reside no fato de que, levando em consideração o grau de preservação do acervo edificado de Sobral que perseverou durante esses 247 anos, o resultado obtido revela uma outra poligonal de tombamento e entorno de dimensões bem mais reduzidas. Isso significa que muitas extensões compreendidas na área tombada, pela qualidade de seu rol edificado, passariam a ser tratadas como área de entorno, devido, inclusive, à ampla descaracterização edilícia, como área externa ao sítio histórico. Essa situação entraria em conflito com a atual legislação de preservação (Decreto-Lei nº 25/37).

Ademais, é importante citar que o documento intitulado *Escopo para Normas de Preservação de Sítios Urbanos Tombados pelo IPHAN – Programa Monumenta*, aprovado em reunião técnica no DEPAM, em 20 de abril de 2006, informava em seu item 4 (metodologia) que, para a obtenção das normas, a leitura morfológica do sítio urbano histórico e a contextualização desse sítio na dinâmica urbana da cidade precedem a formulação de diretrizes de preservação para áreas temáticas “morfológicamente homogêneas”. Entretanto, mesmo tendo a existência de variados

inventários, de extensos diagnósticos da dinâmica urbana do Centro antigo, a condição morfológica do Sítio Histórico de Sobral, em sua maioria, não é homogênea. Pelo contrário, é espúria, descaracterizada e fruto de intensa renovação promovida pelo mercado imobiliário.

Portanto, como seria possível aplicar uma normativa de disciplinamento sobre o patrimônio edificado se esse patrimônio possui áreas completamente descaracterizadas do restante da cidade que não transmitem o conceito de conjunto e, por esta razão, sua fisionomia se assemelha a áreas degradadas sem nenhuma relevância edificada preservada além da própria malha urbana? Sem ter sido concebida para esse fim, a NPSHS, apesar de não aplicável, evidencia o paradoxo de ser um conjunto urbano de apenas 12,46% de seu acervo preservado e disperso, cuja ferramenta de gestão do IPHAN empregada em outras cidades não funciona em Sobral sem haver a devida revisão da delimitação das poligonais e dos valores atribuídos ao SHS pela instrução de tombamento.

A própria instrução de tombamento não faz distinção de setores do Centro antigo, composto por partes distintas, de setores que foram construídos em tempos diferentes, em que é necessário dar tratamento diferente para aquilo que é diferente. Não se pode fazer um tombamento amplo e homogêneo para áreas que são completamente distintas, em formação e evolução urbana, em desenho, em escalas, em textura e em usos. Então, faz-se necessário tratar de forma diferenciada essas questões para que, juntas, consigam conformar de fato um sítio histórico. Logo, a minuta das NPSHS não é aplicável, devido ao grau de conflito que as áreas preservada e protegidas legalmente congregam, evidenciando que, caso sejam revisadas as suas delimitações, as edificações que não forem tuteladas pelo IPHAN devem ser amparadas pelo Estado ou pelo município, ou, ainda, que devem ser suprimidas aquelas áreas que não possuem nenhum valor de preservação, a fim de aliviar pressões imobiliárias reprimidas, com possibilidades maiores de intervenções de implantação, gabarito, forma e uso de materiais de revestimento externo.

Quanto às edificações isoladas indicadas na zona roxa, dois desses monumentos se encontram fora do sítio histórico: a Santa Casa de Misericórdia e a estação ferroviária. Como as normas de preservação iriam balizar a atuação do supracitado órgão público sobre essas duas edificações se tais edificações não se encontram dentro da área de jurisdição do IPHAN ou tampouco não se configuram como bens imóveis tombados isoladamente em âmbito federal? Logo, encontra-se

aqui outra divergência sobre o instrumento de gestão que não possibilita ao IPHAN legislar sobre as áreas de preservação sem haver previamente adequações acerca do lastro de suas competências.²³⁹ Portanto, face a essas alegações, até o início do ano de 2021, as NPSHS não foram aplicadas pela Superintendência do IPHAN no Ceará.

No ano de 2010, foram implementadas nacionalmente as Portarias n° 187²⁴⁰ e 420²⁴¹ e a capacitação de fiscais das Superintendências do IPHAN para a implementação dos novos procedimentos que devem ser adotados antes da intervenção de um patrimônio edificado.

Assim, quanto às condutas e aos critérios atualmente adotados pelo IPHAN para a análise dos processos, a atuação do ET-Sobral, conforme relata Ana Caroline Alves Parente Nogueira (2019), em entrevista, tem sido pautada fundamentalmente por questões de natureza morfológica, ou seja, pela preocupação com a manutenção das características formais do objeto de tombamento do sítio histórico de Sobral. Para tanto, o acompanhamento das intervenções em campo, ação proveniente da rotina de fiscalização, é realizado através do contato com os profissionais responsáveis por sua execução ou com os proprietários dos referidos imóveis. Em Sobral, devido à expressiva quantidade de bens imóveis em ambas as poligonais de preservação e entorno, essa situação resulta em uma grande quantidade de processos e questões analisadas anualmente. Sem dúvida, a meta de qualquer órgão público é desburocratizar e agilizar os seus trâmites internos. No caso do Chefe do Escritório Técnico poder prestar esclarecimentos o quanto antes, mesmo se tratando de consulta prévia, tem-se uma situação menos conflituosa com o morador, porque a demora no atendimento, não raro, resulta na realização de intervenções nas

²³⁹ Em 31 de maio de 2007, foi homologada a Lei n° 11.483, cujo Art. 9° estabelece que “Caberá ao IPHAN receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção”. A referida Lei trata da transferência de direitos e obrigações e destinação de bens ao DNIT e ao IPHAN, por meio da qual este último, em uma nova forma especial de acatamento e proteção, administra atividades e iniciativas, possíveis e em direito permitidas, que se mostrem adequadas ou apresentem factíveis de serem executadas, com vistas à conservação e à preservação da memória ferroviária. Portanto, através dessa Lei, o bem cultural móvel ou imóvel não se encontra tombado, mas pode ser cedido a outrem sob a tutela do IPHAN com a obrigação de preservá-lo.

²⁴⁰ Homologado em 11 de junho de 2010. Dispõe sobre os procedimentos para a apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações.

²⁴¹ Homologado em 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.

edificações e no espaço público sem a devida ciência e anuência do Instituto e, por vezes, da Prefeitura.

Devido à inexistência de normativas, a análise de cada projeto é realizada de acordo com cada situação apresentada. Em determinadas ocasiões, não se tem respostas prontas aos solicitantes, sendo necessário analisar a ambiência da vizinhança do bem imóvel, evitando-se indicar soluções que potencializem situações de desqualificação e descaracterização do espaço urbano protegido. Há ainda casos que são avaliados sob visões diferenciadas, com circunstâncias que requerem interdisciplinaridade. Dessa forma, são requeridos os préstimos de especialistas para o auxílio em diversas ações, a exemplo da engenharia, museografia e arqueologia. Logo, para não prejudicar o curso da análise dos processos, é recomendada a elaboração de projetos de intervenção através de profissionais da área da construção civil mais afeitos ao patrimônio cultural para que sejam alcançados os melhores e mais adequados resultados.

Com relação ao tipo de solicitações propostas encaminhadas ao IPHAN, elas são em sua maioria compostas de reformas de edificações existentes que visam atender a novos usos comerciais e de serviços, o que inclui ainda a inserção de engenhos publicitários e placas para identificação dos referidos empreendimentos nas elevações externas. Há ainda outra grande variante, as tão conhecidas *kitnets*, as quais tratam da conversão de residências unifamiliares em multifamiliares. Ou seja, são pequenas unidades residenciais decorrentes das subdivisões dos ambientes internos das edificações, em maior número possível a ser multiplicado no seu interior, a fim de atender principalmente o público universitário da cidade.

A construção de novas edificações é aceitável perante o Instituto no SHS, mesmo na área tombada, desde que não resulte na desconfiguração e na demolição de um imóvel referencial preservado ou parcialmente preservado, ou que através de soluções inadequadas²⁴² em uma edificação já descaracterizada ou lote vazio redundem na perda da integridade física, do destaque e leitura visual do conjunto

²⁴² Como exemplos de soluções inadequadas ao SHS, listam-se: escala excessiva com relação ao perfil de quadra; uso de materiais de revestimento incompatíveis com as técnicas tradicionais utilizadas no conjunto histórico; implantação inadequada com relação aos demais bens imóveis vizinhos referenciais dispostos na quadra; realização imprópria de avanço aéreo sobre passeio; uso de elementos publicitários e propagandísticos de proporções agigantadas, adversos ao empreendimento, de posicionamento inadequado e em quantidade exagerada; execução de falso artístico ou falso histórico; construção de volumes que interfiram na leitura do pano de cobertas das edificações como caixas d'água tipo torre e torres de telefonia e rádio.

arquitetônico e dos valores paisagísticos apontados na instrução de tombamento. As intervenções permitidas, conforme preconiza a Superintendência do IPHAN no Ceará, não devem intensificar ou potencializar soluções descaracterizantes, prezando por revertê-las, conforme cada caso, ou na falta de informações físicas e documentais, que se obtenha um partido arquitetônico que seja contemporâneo, mas que dialogue harmonicamente com as várias camadas do tempo passado que se encontram encrustadas no acervo edílico do SHS.

Para obtenção da concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno perante o IPHAN, em atendimento à Portaria nº 420, seja o solicitante um ente público ou privado, faz-se necessário a apresentação dos seguintes documentos:

I – para todas as categorias de intervenção:

- a) formulário de requerimento de autorização de intervenção devidamente preenchido;
- b) cópia do CPF ou CNPJ do requerente e;
- c) cópia de documento que comprove a posse ou propriedade do imóvel pelo requerente, tais como escritura, contrato de locação, contas de luz ou de água ou talão de IPTU.

II – para colocação de Equipamento Publicitário ou Sinalização:

- a) descrição ou projeto do equipamento publicitário ou da sinalização, contendo, no mínimo, indicação do local onde ele será instalado, dimensões gerais e descrição dos materiais a serem utilizados.

III – para Reforma/Construção Nova:

- a) anteprojeto da obra contendo, no mínimo, planta de situação, implantação, plantas de todos os pavimentos, planta de cobertura, corte transversal e longitudinal e fachadas, diferenciando partes a demolir, manter e a construir, conforme normas da ABNT.

IV – para Restauração:

- a) anteprojeto da obra contendo, no mínimo, planta de situação, implantação, plantas de todos os pavimentos, planta de cobertura, corte transversal e longitudinal e fachadas, diferenciando partes a demolir, manter e a construir, conforme normas da ABNT;
- b) levantamento de dados sobre o bem, contendo pesquisa histórica, levantamento planialtimétrico, levantamento fotográfico, análise tipológica, identificação de materiais e sistema construtivo;
- c) diagnóstico do estado de conservação do bem, incluindo mapeamento de danos, analisando-se especificamente os materiais, sistema estrutural e agentes degradadores;
- d) memorial descritivo e especificações;
- e) planta com a especificação de materiais existentes e propostos.

Uma vez obtidos tais documentos, o interessado os encaminha à superintendência do IPHAN em Fortaleza ou ao Escritório Técnico em Sobral para submeter o pleito à ciência e análise da autarquia federal, emitindo posteriormente

parecer técnico aprovando-o ou desaprovando-o. Somente após aprovada a solicitação²⁴³ ou projeto executivo, o requerente será autorizado pelo Iphan a executar a intervenção ou obra.

De forma mais elucidativa, apresenta-se a Tabela 02 com a quantidade de solicitações analisadas (aprovados ou não) e embargos realizados pelo Escritório Técnico do IPHAN em Sobral durante os anos de 1999 até o ano de 2017.²⁴⁴

Tabela 02 – Solicitações de intervenção e embargos no sítio histórico de Sobral/CE.

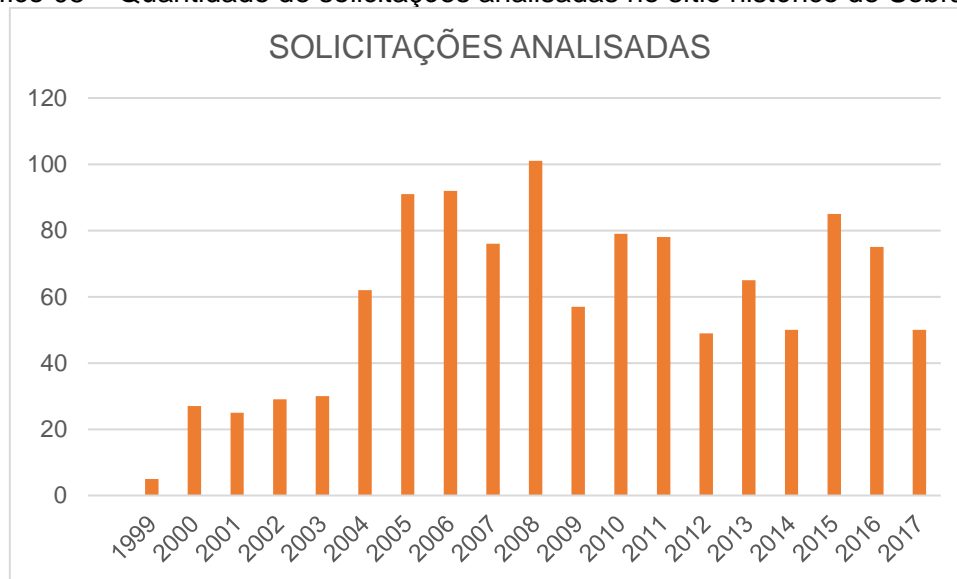
Ano	Quantidade de solicitações analisadas	Propostas aprovadas	Propostas desaprovadas	Embargos
1999	5	4	1	1
2000	27	22	4	2
2001	25	22	3	0
2002	29	26	3	1
2003	30	28	2	0
2004	62	47	15	0
2005	91	63	28	1
2006	92	67	25	4
2007	76	56	20	1
2008	101	76	25	1
2009	57	53	4	2
2010	79	68	11	2
2011	78	65	13	3
2012	49	44	5	1
2013	65	59	6	3
2014	50	42	8	2
2015	85	65	20	3
2016	75	58	17	4
2017	50	46	4	0
Total	1126	911	214	31

²⁴³ A exceção da obrigatoriedade de apresentação dos projetos é para os casos nos quais a solicitação é enquadrada como reforma simplificada. Conforme informa a Portaria nº 420, Art. 3º, Inciso IV, reforma simplificada trata de: obras de conservação ou manutenção que não acarretem supressão ou acréscimo de área, tais como: pintura e reparos em revestimentos que não impliquem na demolição ou construção de novos elementos; substituição de materiais de revestimento de piso, parede ou forro, desde que não implique em modificação da forma do bem em planta, corte ou elevação; substituição do tipo de telha ou manutenção da cobertura do bem, desde que não implique na substituição significativa da estrutura nem modificação na inclinação; manutenção de instalações elétricas, hidrossanitárias, de telefone, alarme, etc.; substituição de esquadrias por outras de mesmo modelo, com ou sem mudança de material; inserção de pinturas artísticas em muros e fachadas.

²⁴⁴ Não foi possível obter os quantitativos das análises e embargos realizados nos anos de 2018 e 2019 na Superintendência do IPHAN no Ceará.

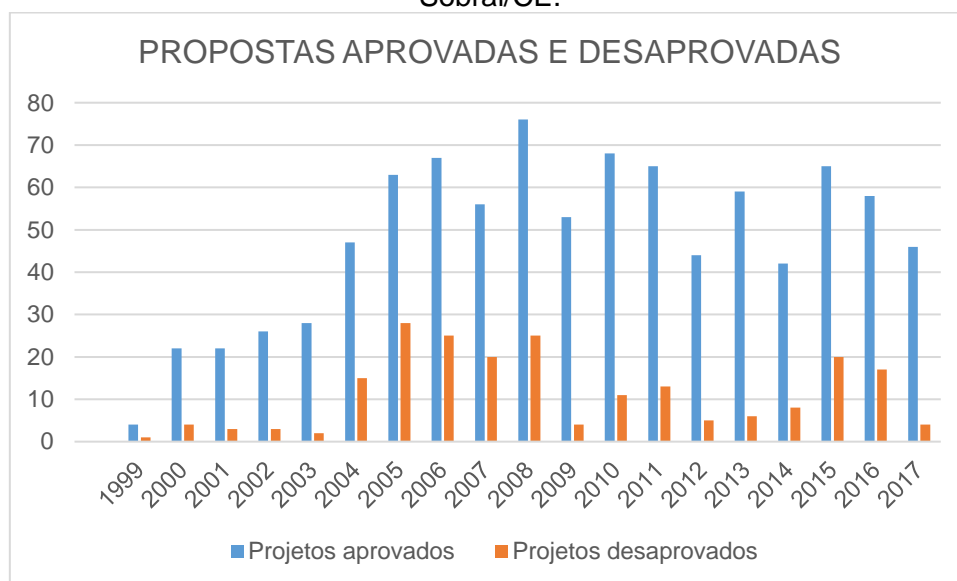
Fonte: IPHAN/CE.

Gráfico 05 – Quantidade de solicitações analisadas no sítio histórico de Sobral/CE.



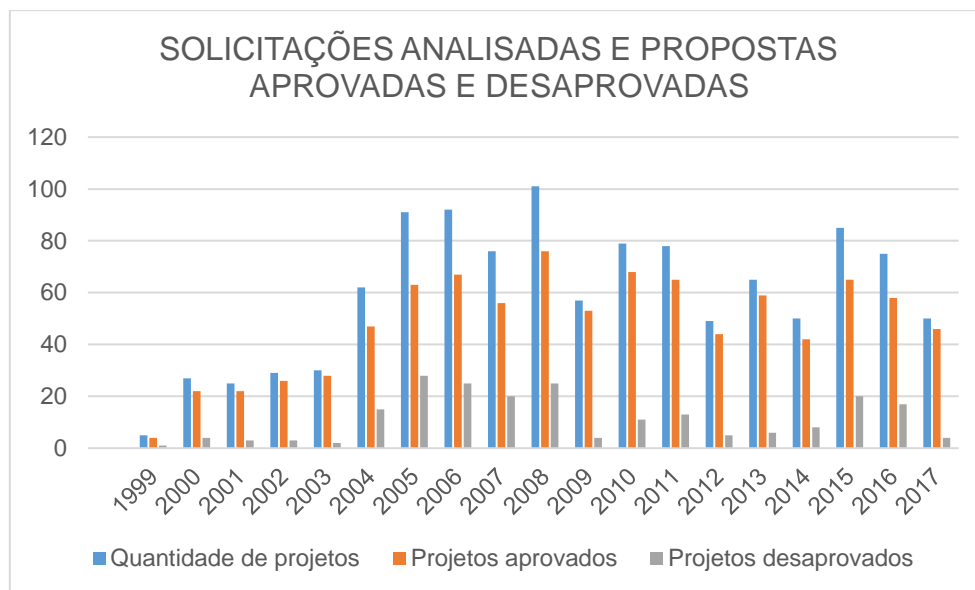
Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Gráfico 06 – Quantidade de propostas aprovadas e desaprovadas no sítio histórico de Sobral/CE.



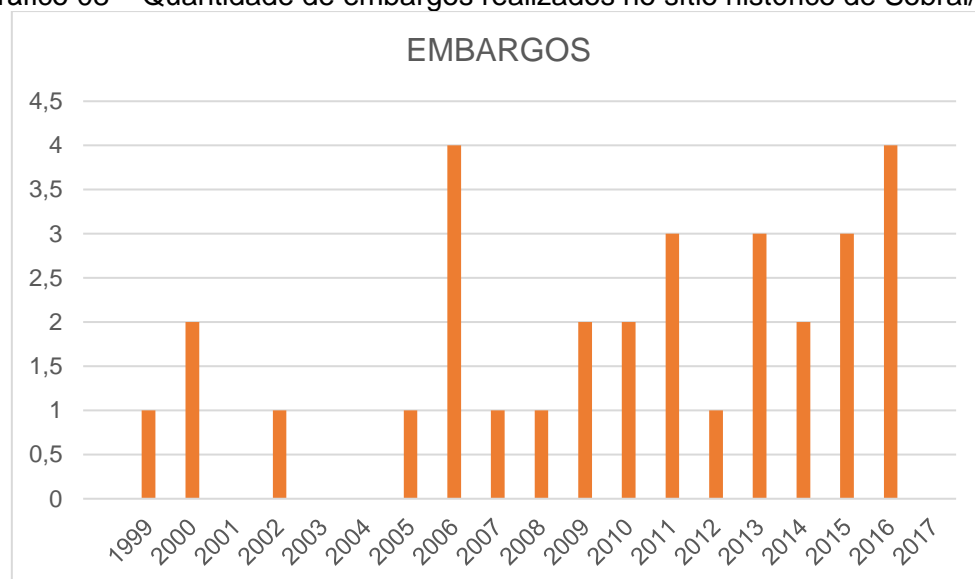
Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Gráfico 07 – Quantidade de solicitações analisadas e de propostas aprovadas e desaprovadas no sítio histórico de Sobral/CE.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Gráfico 08 – Quantidade de embargos realizados no sítio histórico de Sobral/CE.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

Através dos Gráficos 05, 06 e 07, percebe-se que, a partir do ano de 2004, no qual se deu a implantação do Escritório Técnico, houve aumento significativo das solicitações de análise de propostas de intervenção nos imóveis do SHS, decorrente da maior presença das ações do Instituto na cidade, as quais ultrapassam a média de 50 análises ao ano. Em um intervalo de 18 anos houve 911 novas intervenções executadas em contraponto as 214 solicitações não aprovadas. Não raro, os projetos aprovados eram frutos de orientações prévias entre os interessados e o Chefe de Escritório Técnico, inclusive presencialmente nas edificações e lotes que eram objeto

das intervenções, possibilitando, dessa maneira, reduzir o tempo de análise e a quantidade de desaprovações.

Da mesma forma, com uma fiscalização mais efetiva, mesmo em uma área demasiadamente extensa, impediu-se proliferação de ações irregulares (obras sem licença e demolições), pois, em uma extensão de 139 hectares que compreende por volta de 2875 imóveis, havia uma variância de apenas 2 a 4 embargos por ano (conforme aponta o Gráfico 08).

Esses dados demonstram que, desde a homologação do tombamento do SHS passaram a haver consequências jurídicas e pecuniárias efetivas para quem as executasse. Isso não quer dizer que os conflitos de interesses não deixaram de existir, ou mesmo situações de pressões políticas e de ameaças à integridade dos técnicos (já que atuavam sozinhos em campo) com relação àqueles que agiam ao arrepio da legislação de proteção. Contudo, foi devido à ação fiscalizatória e policial da IPHAN que se alcançou o disciplinamento urbano, tão desejado pela PMS, que impediu a continuidade da destruição de bens imóveis referenciais no Centro antigo.

Neste ponto, algo interessante surgiu na cidade: o cidadão comum passou a ser um fiscal informal da preservação edilícia. Para além do bairrismo ou da compreensão da importância da preservação do patrimônio cultural, os moradores estavam atuando como fiscais informais porque seguiam o seguinte aforismo: “se eu não posso, o outro também não pode. Se o outro fizer, eu também quero fazer”. Ou seja, queriam ter a plena liberdade de intervir em seus imóveis, em sua herança, como bem lhes conviessem. Foi então que cada membro da comunidade sobralense começou a fiscalizar o bem imóvel alheio quando se iniciava uma obra no SHS, acionando o IPHAN ou a PMS conforme o caso.

Com relação à eficiência do IPHAN, quanto ao atendimento de suas atribuições nos sítios históricos, já era considerado pela Direção do Departamento de Patrimônio Material (DEPAM) que,

[...] A estrutura de fiscalização do IPHAN é sempre modesta, devido à falta de recursos. Não existe um sistema de permanente monitoramento, de avaliação de resultados práticos das medidas propostas, não existem avaliações de conjunto do estado das áreas preservadas. Também não existem programas educacionais e de valorização social desse patrimônio perante a população, de modo a obter sua cooperação permanente para a defesa dessa herança. Do mesmo modo, não existem programas mais amplos de promoção, que possam alcançar o público em geral e que possam trazer compensações significativas à população da cidade (REIS FILHO, 2011, p. 125-126).

Apesar do principal objetivo do IPHAN ser o de assegurar a integridade do patrimônio cultural tombado no que se refere à preservação e à conservação, Reis Filho (2011) já afirmava que, no âmbito do Instituto, há poucos aportes financeiros e reduzido número de recursos humanos para atuar nos sítios históricos. Essa realidade não é diferente em Sobral, cujas ações de fiscalização, devido à demanda, sobrepõem-se às ações de planejamento para o desenvolvimento e a autossustentabilidade.

Para além da função policesca, o IPHAN tem se tornado um agente de desenvolvimento para Sobral. Se permanecesse apenas na postura de disciplinador urbano, sempre seria apreendido como antipático e antidemocrático em suas atribuições legais. Sem obter adesões, esse Instituto, se não fomentasse ou obtivesse recursos financeiros para ações concretas no SHS e, inclusive, se não buscase diálogo com outros setores, tal postura institucional não traria retorno econômico, social e político para o bem tombado.

Contudo, o tombamento de uma área demasiada em Sobral veio a suprir a baixa ação do Estado e do município pela preservação edilícia, através da anexação de generosas porções do Centro antigo que poderiam ser gerenciadas pelas demais instâncias, o que fez o IPHAN ocupar de forma quase solitária a atribuição de fiscalizar e de ser ouvidor das denúncias da destruição do patrimônio local, impedindo que a cidade fosse arruinada pelos agentes do mercado imobiliário. Tais áreas desprovidas de qualidade e de integridade arquitetônica e paisagística geram problemas de deslegitimação e banalização do tombamento, com o custo maior de gestão do sítio histórico pelo Instituto, resultando na falta de reconhecimento da população com relação ao tombamento pelo simples fato de que a grande maioria de imóveis protegidos não possui valor agregado para ser preservado.

Dessa forma, a fiscalização, sob o viés da preservação do patrimônio cultural, não deve ser exclusiva do IPHAN, cuja prefeitura possui o seu próprio setor de inspeção, também responsável por essa prerrogativa. A fiscalização da PMS foi concebida a fim de vistoriar a sede inteira, mas se faz necessário atuar no sítio histórico sob a ótica da preservação, porque é justamente a porção urbana diferencial da cidade. É o que faz Sobral ser diferente dentre as demais cidades da região Norte. É o que faz a cidade se projetar para o Ceará, para o país e além-mar, monetizando-se para obter caixa financeiro para promover a execução de novos programas, benfeitorias e intervenções. Inclusive, cumpre esclarecer que Sobral ocupa a 11^a

Posição no *ranking* dos 50 municípios com maiores investimentos financeiros no setor da cultura, conforme informa a Folha de São Paulo²⁴⁵ e o IBGE no ano de 2018,²⁴⁶ o que inclui também a realização de festas populares, de empreendimentos artísticos, comerciais, de formação e educação.

Portanto, atesta-se que, para realizar as obras previstas e não criar conflitos na gestão do patrimônio histórico de Sobral, a municipalidade contactou o IPHAN em meados da década de 90 do século XX para ser parceiro de suas ações. Isso possibilitou não somente a realização do projeto de governo tencionado pelo supracitado clã familiar, mas potencializou a projeção da cidade para além das fronteiras do Estado do Ceará²⁴⁷ dentre uma das mais promissoras²⁴⁸ para investimentos.²⁴⁹ Tal parceria favoreceu o sítio histórico tombado na obtenção de recursos financeiros de várias fontes e ministérios para requalificá-lo, o que eleva a estima do cidadão sobralense em ter uma cidade considerada como patrimônio nacional. Porém, tanto a gestão pública municipal quanto a comunidade local, inclusive aqueles que advêm de outras cidades para visitar, morar e empreender, têm dificuldades em compreender os valores atribuídos ao tombamento devido ao avançado estado de descaracterização do acervo edificado do sítio histórico.

Essa questão – principalmente em um país como o Brasil, em que boa parte dos municípios e os Estados da Federação não se interessam pela preservação –

²⁴⁵ Fonte: <http://blogdoeliomar.com.br/2019/08/26/sobra-e-o-11o-no-ranking-das-50-cidades-que-mais-investiram-em-cultura-em-2018/>.

²⁴⁶ Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/08/cidades-respndem-por-52-de-toda-a-despesa-publica-com-a-cultura.shtml>.

²⁴⁷ JOHNSON, Sarah: 'People think is magic': how one of Brazil's poorest cities gets its the best school results. **The Guardian**, Sobral, 25 de março de 2020. The Upside. Disponível em: https://amp.theguardian.com.cdn.ampproject.org/v/s/amp.theguardian.com/world/2020/mar/25/people-think-its-magic-how-one-of-brazils-poorest-cities-gets-its-best-school-results?usqp=mq331AQFKAGwASA%3D&_js_v=0.1#referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&_tf=From%20%251%24s&share=https%3A%2F%2Fwww.theguardian.com%2Fworld%2F2020%2Fmar%2F25%2Fpeople-think-its-magic-how-one-of-brazils-poorest-cities-gets-its-best-school-results. Acessado em 25 de março de 2020.

²⁴⁸ Sobral ocupa a 2ª entre cidades do futuro. O estudo, divulgado em abril de 2017, foi feito pela *fDi Intelligence*, produzida pelo jornal inglês *Financial Times*. A revista analisou mais de 400 localidades para elaborar a relação das cidades americanas do futuro 2017-18. Os dados foram coletados levando-se em conta cinco fatores: potencial econômico, amizade de negócios, capital humano e estilo de vida, eficácia de custos e conectividade. As cidades avaliadas foram classificadas de acordo com a população. Fonte: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/negocios/sobral-ocupa-a-2-posicao-entre-cidades-do-futuro-1.1782963>. Acessado em 2 de setembro de 2019.

²⁴⁹ Pela terceira vez, o ranking internacional elaborado pelo grupo *Financial Times* destaca Sobral com a segunda posição entre as pequenas cidades das Américas com a melhor relação custo-eficácia, ficando atrás apenas da cidade de Potosí, na Bolívia. Fonte: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/sobral-entre-as-mais-promissoras-a-investimentos-1.1786327>. Acessado em 2 de setembro de 2019.

recai exclusivamente ao IPHAN, enquanto responsável pela proteção do patrimônio edificado de diversas cidades, que poderiam ter escalas mais apropriadas nos demais âmbitos de proteção. No entanto, pela omissão desses Estados e municípios, o órgão federal acaba por se responsabilizar pelas questões que concernem ao tombamento e tem que despender somas consideráveis de recursos financeiros para realizar os processos de preservação dessas cidades em locais que são dotados de amplos espaços urbanos descaracterizados, desconformes, desarmônicos, os quais perderam completamente as suas feições arquitetônicas e estéticas primitivas há tempos, só existindo como referência histórica, a exemplo do sítio histórico da cidade de Sobral, tombando através do conceito de cidade documento (SANT'ANNA, 1995).

Sobral sempre teve um papel de destaque na zona norte pelo seu poderio político e por causa das atividades comerciais e de serviços, o que a transformou no principal polo urbano da região. Porém, até o início da década de 1990, era uma cidade estagnada do ponto de vista do desenvolvimento econômico, cujo Centro antigo não contava com a fiscalização, tampouco com a disciplina urbanística, promovida pelo IPHAN e pela Prefeitura, ação que já vem sendo desenvolvida desde 1999.²⁵⁰ Antes disso, o Centro era tratado como uma porção urbana qualquer de uma cidade mediana do interior do Ceará, pois, mesmo demonstrando um desenvolvimento maior na região devido à instalação de importantes indústrias na década de 1960, ainda detinha uma atividade comercial similar às demais sedes dos municípios da região norte do Estado.

Hoje, a urbe apresenta um destaque maior do seu setor comercial como consequência das ações políticas que também propiciaram seu tombamento. Desta forma, houve dois fatores que permitiram à cidade desenvolver-se e se projetar para além das divisas geopolíticas no Estado: a importância do tombamento do SHS e a gestão da família Ferreira Gomes à frente da máquina pública municipal.

O tombamento impulsionou o desenvolvimento do sítio histórico, já que essa ação teve um papel de destaque no processo de gestão urbana do poder público municipal, pois, no momento em que esta peculiar porção territorial da cidade começou a ser percebida por alguns agentes da sociedade pela relevância de suas características arquitetônicas e históricas, com o fito de sua preservação, passou a comunidade a ter um olhar diferenciado para aquela área. Antes, as atividades

²⁵⁰ Potencializado através do PDDU de 2000 e seus instrumentos (Lei de Uso e Ocupação do Solo e o Código de Obras e Posturas).

comerciais e de serviço eram menos diversificadas. Depois do advento do sítio histórico, Sobral passou a ser considerada atrativa também pelo novo empresariado, apesar das restrições impostas pelo órgão federal de preservação. A importância do sítio histórico da cidade reside justamente no fato de conter aquilo que ficou como testemunho do passado, o que resistiu ao tempo e à dinâmica urbana. Dessa forma, tornou-se imprescindível que o patrimônio cultural fosse socializado. Seria preciso integrá-lo tanto para os cultos e abastados quanto para os pobres e desvalidos. Esses agentes não podiam ser invisíveis e nem a cidade invisível para eles. Assim, o IPHAN criou as condições para que a Prefeitura se instrumentalizasse no que tange à realização de seu plano anunciado na campanha de 1997.

Apreende-se, portanto, que a proposta política de Cid Ferreira Gomes, ao tomar posse como prefeito, em 1997, atribuiu ao patrimônio edificado local o mesmo patamar de importância que possuíam as outras funções urbanas, pondo em evidência a grande novidade pela qual a municipalidade conduziu a gestão pública local, cuja dimensão os sobralenses desconheciam, que é a preservação do patrimônio histórico. Assim, o tombamento constituiu um instrumento que possibilitou a concretude das mudanças apontadas do plano de governo das gestões municipais de 1997-2000 e de 2001-2004, influenciando as gestões subsequentes.

É necessário acrescentar que o tombamento, inicialmente, não constituiu um projeto idealizado como linha alternativa para obtenção de recursos financeiros, mas para o atendimento à pauta de um eleitorado, visto que a municipalidade não conseguiria implementar a proteção edilícia dos imóveis de importância histórica porque a aplicação das restrições construtivas soaria antipático perante a comunidade. Esse ônus recairia exclusivamente ao IPHAN. Tratar das restrições impostas pelo tombamento resultaria em conflitos com correligionários políticos, empresários, moradores, familiares e com a própria igreja. Atender às exigências e aos anseios de cada um desses segmentos seria, cada vez mais, arruinar a identidade de uma cidade a qual se ambicionava, institucionalmente, resgatar e projetar. Quanto mais se destruísse irremediavelmente essas edificações referenciais, mais Sobral perderia identidade e ficaria cada vez mais parecida com outras cidades, não possibilitando à comunidade identificar-se com a territorialidade, cujos indivíduos sentem-se partícipes de determinado local por laços de afeto, história e representatividade.

Na gestão do espaço público, a Prefeitura e o IPHAN possuem papéis distintos, porém complementares, por meio do qual a instância local encontra na instância federal uma retaguarda importante para a realização de suas ações institucionais e para a implementação de uma cultura de fiscalização e de ordenamento urbano. Tornou-se necessário, portanto, que o município se instrumentalizasse através do órgão federal que é o IPHAN, para frear e coibir a destruição do patrimônio edificado da cidade, realizando transformações urbanas planejadas através da preservação desse mesmo patrimônio cultural edificado (haja vista que a campanha “Sobral no rumo certo” evocava a imagem de uma Sobral heroica e áurea de outrora, cujo fortalecimento do sentimento de bairrismo do sobralense permitiu ao grupo político representado por Cid Ferreira Gomes ganhar os referidos pleitos).

É importante ressaltar também que muitos sobralenses estavam migrando para a cidade em meados da década de 90 do século XX. Através do nativismo fomentado pela referida gestão local, desencadeou-se o movimento inverso: as populações congêntas retornaram para Sobral, devido não somente às intensas transformações do espaço urbano e ao restauro de edificações significativas, mas também devido às maiores oportunidades profissionais e de mercado que o panorama político propiciava. Com mais apreço pela cidade e com uma conjuntura e uma diversidade econômica favorável, os universitários e os profissionais de diversas áreas passaram a se deslocar menos para centros urbanos alhures, a exemplo de Fortaleza, São Luís, Teresina, Natal e Recife. Concomitante a esse fato, houve um crescente número de jovens advindos de outros distritos, municípios e estados, resultante da ampliação qualitativa e quantitativa da oferta de equipamentos de educação, como universidades, faculdades e centros de ensino.

O tombamento do sítio histórico de Sobral é sem dúvida um ato técnico porque, através de uma metodologia, validou-se o instrumento jurídico de proteção do patrimônio edificado sobralense. Mas também é um instrumento político motivado pela gestão municipal de 1997. Caso não tivesse sido homologado, se não fosse protegido o que foi determinado nas poligonais de tombamento e de entorno da instrução de tombamento, o Centro antigo de Sobral teria se tornado um dos setores menos propícios à moradia, visto que o mercado imobiliário local atua de forma muito incisiva e agressiva na cidade. Com a possível perda total do patrimônio edificado privado, o Centro antigo se transmutaria em local para a atividade comercial por excelência,

restando apenas as principais igrejas e os monumentos históricos administrados pela prefeitura, já que o elemento que assegura o usufruto dos imóveis deste setor, como residência e habitação, é a proteção na esfera federal. Sobral seria outra cidade completamente diferente do que é hoje, cujas características arquitetônicas depreciadas afetariam até mesmo o discurso coletivizado de bairrismo e a autoestima da população diante da visão equivocada e propagandeada por agentes imobiliários de que a preservação do patrimônio cultural, o desenvolvimento econômico e a modernidade são incompatíveis.

Cumprido ressaltar também que, se a organização técnica não tivesse ocorrido por parte do município, ficaria ainda mais difícil responder às demandas que concernem à preservação do patrimônio cultural. Antes mesmo do tombamento do sítio histórico, a prefeitura investiu na contratação de arquitetos, engenheiros e administradores para que se pudesse dispor de uma base técnica que lhe permitisse elaborar projetos de restauro e adaptação de uso, além do acompanhamento e da execução de obras. Essa célula técnica também atuou na busca pela obtenção de recursos financeiros, quer fosse através do FNC²⁵¹ ou através de mecenato com a iniciativa privada, a exemplo da Grendene,²⁵² que apoia as ações institucionais da prefeitura desde que se instalou na cidade. À época, assim como hoje, as demandas que concernem à preservação edilícia eram muitas, sempre urgentes e bastante onerosas. Obra que envolve o patrimônio é uma obra cara por definição, pois deve possuir grande durabilidade, já que é problemático submetê-la a constantes restauros, pois, do contrário, o objeto restaurado perde a autenticidade.

Para tanto, buscou-se o equilíbrio financeiro, administrativo e operacional da Prefeitura, alcançado a partir da gestão de 1997. Antes desse período, a municipalidade não detinha uma situação financeira confortável, tampouco havia um sistema de fiscalização urbana eficiente, diferente dos dias atuais. Hoje, no ano de 2020, a municipalidade possui um produto interno bruto expressivo,²⁵³ instrumentos

²⁵¹ O Fundo Nacional da Cultura (FNC) é um fundo de promoção da cultura no Brasil, que foi criado pela Lei nº 8.313/1991, através do Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC. Tem o objetivo de captar e destinar recursos para projetos culturais compatíveis com as finalidades do PRONAC. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8313cons.htm. Acessado em 23 de fevereiro de 2020.

²⁵² A Grendene se tornou a maior empregadora da sede, fornecendo substancial suporte à arrecadação municipal. Emprega-se mais de 17.000 funcionários na fábrica de Sobral, o equivalente a um pequeno município. Fonte: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/egidio/grendene-tem-8-fabricas-em-sobral/>. Acessado em 18 de maio de 2019.

²⁵³ O demonstrativo das receitas das metas anuais fiscais estima o valor corrente total do município para o ano de 2020 em R\$ 775.659.800,00 (setecentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e cinquenta e

jurídicos variados e atualizados que lhe permitem atuar com legitimidade sob o solo urbano. Há, outrossim, diversos investidores com um montante de investimentos que promovem uma projeção nos âmbitos regional, estadual e nacional. Essa condição foi alcançada através dos logros obtidos pelo tombamento do sítio histórico, tornando possível que a própria Prefeitura realize por si mesma, financeiramente, as intervenções físicas que o município requer. Esse fato é atestado por Portela (2019, p. 142), quando diz que a PMS, no período compreendido entre os anos de 2000 a 2010, aplicou o montante aproximado de R\$ 62.894.751,65 (sessenta e dois milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e cinco centavos) de investimentos financeiros aplicados no Centro antigo de Sobral, o que representa em torno de 1,2% de receita pública municipal durante os respectivos anos/exercícios.

Esse entendimento coaduna com os pressupostos das Normas de Quito, em que se apreende que,

[...] Partimos do pressuposto de que os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos da mesma forma que as riquezas naturais do país. Conseqüentemente, as medidas que levam a sua preservação e adequada utilização não só guardam relação com os planos de desenvolvimento, mas fazem ou devem fazer parte deles (NORMAS DE QUITO, 1967, p. 4).

[...] Em suma, trata-se de mobilizar os esforços nacionais no sentido de procurar o melhor aproveitamento dos recursos monumentais de que se disponha, como meio indireto de favorecer o desenvolvimento econômico do país. Isso implica uma tarefa prévia de planejamento em nível nacional, ou seja, a avaliação dos recursos disponíveis e a formulação de projetos específicos dentro de um plano de ordenação geral (NORMAS DE QUITO, 1967, p. 7).

Portanto, estabeleceu-se como preocupação maior a valorização da cultura e da educação, colocando na pauta de ações a instrumentalização da cidade de Sobral em relação a seu patrimônio histórico. As intervenções que foram realizadas nos edifícios caminhavam nesse sentido, como “cidade empreendimento” (DUARTE JUNIOR, 2012).

Não foi através de uma ação isolada que se reabilitou o Teatro São João; que se implantou um Palácio de Ciências e Línguas Estrangeiras no antigo Palace Club;

nove mil, oitocentos reais). As principais fontes de informação foram o Boletim Focus, do Banco Central, de 8 de março de 2019, e o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. Fonte: <http://www.sobral.ce.gov.br/diario/public/files/diario/56421e7248217eddbc73a8697cab13e8.pdf>. Acessado em 9 de fevereiro de 2020.

que se instalou em uma antiga residência a Escola de Música Maestro José Wilson Brasil; que se restaurou a antiga residência do Pe. Francisco Jorge de Souza para convertê-la na Casa da Cultura; que se estabeleceu um *Campus* avançado da UFC na antiga Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano; que se adaptou a antiga Usina dos Araújo como sede da ECCOA, dentre outras ações. Esses equipamentos são demandas que dão suporte às atividades que movimentam a economia da cidade e a transformam em polo regional. Dessa forma, o patrimônio cultural edificado foi utilizado com a finalidade de permitir que a cidade pudesse ser instrumento de avanço e valorização do nível de vida do tecido social.

[...] a proteção das extensas áreas tombada e de entorno foi proposta como ferramenta estratégica para o soerguimento de uma cidade que procurava se reinventar transcriando-se, o tombamento do sítio histórico de Sobral, seu modelo de gestão urbana e as realizações que se seguiram na esteira exitosa de todo esse processo foram também trabalhadas em uma dimensão de empreendimento multifacetado, reforçando ainda mais a relevância da cidade e do município em seu contexto regional e estadual (DUARTE JUNIOR, 2012, p. 424).

Sobre essa questão, Simão (2006), arremata que as cidades

[...] convivem com problemas semelhantes às cidades pares, relacionados à mínima garantia de qualidade de vida local, como a deficiência no sistema de infraestrutura básica, estagnação ou declínio da economia local tradicional, a precariedade dos serviços públicos, a utilização predatória do solo urbano, o clientelismo das administrações locais. Portanto, pensar alternativas para as cidades preservadas extrapola os limites de seu patrimônio cultural. É necessário encará-las como organizações diversas, ambíguas e complexas, que têm adicionado ao seu conjunto de variáveis a preservação do acervo cultural” (SIMÃO, 2006, p. 96).

A família Ferreira Gomes, além da tradição política local, tinha como aliado o aparato administrativo do Estado e o total apoio das lideranças políticas sobralenses para a execução do seu plano de governo. Cid Ferreira Gomes, ao ascender à máquina pública do município em 1997, adotou o “governo de coalizão”²⁵⁴ como regime de governança. Na prefeitura, em seu primeiro mandato, assim como no

²⁵⁴ Governo de coligação ou coalizão é um gabinete de um governo sustentado por vários partidos políticos, que cooperam, o que reduz o domínio de qualquer uma das partes dentro dessa coalizão. Um governo de coalizão também pode ser criado em um momento de dificuldade ou crise nacional, por exemplo, durante guerras ou crises econômicas, para dar ao governo um alto grau de percepção de legitimidade política ou de identidade coletiva, desempenhando um papel na diminuição de conflitos políticos internos. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Governo_de_coaliz%C3%A3o. Acessado em 9 de fevereiro de 2020.

mandato subsequente, em coalisão, todos os segmentos políticos existentes em Sobral foram convocados para atuar em sua gestão, inclusive opositores de outros partidos que eram ideologicamente diferentes, ou mesmo rivais.²⁵⁵ Seu Vice-Prefeito, Francisco Edílson Ponte Aragão, que é do PT, passou a atuar como Secretário de Desenvolvimento Urbano. José Clodoveu de Arruda Coelho Neto, também do PT, foi seu Secretário de Cultura e Mobilização Social. Luís Edésio Solon, Pró-Reitor de Assuntos Estudantis da UVA, tornou-se o Secretário de Administração e Finanças. Herbert de Vasconcelos Rocha, que apoiou a candidatura de Cândida Maria Saraiva de Paula Pessoa (PDT) no pleito de 1997, tornou-se o Secretário de Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente na gestão de 2001-2004. Inclusive, seu maior opositor à época da eleição de 1997, José Linhares Pontes (PPB, que viria a se tornar PP), vice de Cândida Maria, também passou a ser um importante aliado.²⁵⁶

Como o próprio Cid Ferreira Gomes (2000) avalia,²⁵⁷ “

[...] A oposição tem um papel importante a cumprir, é uma baliza para a administração e quero pautar as minhas relações dentro desse sentimento, porque a população de Sobral está acima de qualquer diferença partidária”.

Portanto, por meio dessas alianças que zigzaguearam entre os segmentos políticos de direita,²⁵⁸ e até da esquerda,²⁵⁹ o grupo político capitaneado pela família Ferreira Gomes ganhou as eleições em 1996, mantendo-se no comando do poder local há 23 anos, revezando-se entre aliados.²⁶⁰ Todos esses protagonistas, dentre outros em diferentes instâncias, compõem funções na gestão municipal de Cid Ferreira Gomes, sem criar divisões ideológicas e partidárias em prol de um planejamento estratégico com o interesse de construir um plano de gestão específico para a cidade de Sobral e tendo o IPHAN como parceiro e instrumento para sua operacionalização. Entretanto, como contraponto, há a questão das atribuições do IPHAN como órgão paralelo de gestão e fiscalização do Centro antigo que reduz a

²⁵⁵ TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza, 7 de outubro de 2000. Caderno Dia-a-Dia/Interior p. 17C.

²⁵⁶ *Idem*. Fortaleza, 3 de outubro de 1997. Caderno Política p. 3A.

²⁵⁷ *Idem*. Fortaleza, 4 de janeiro de 1997. Caderno Dia-a-Dia/Interior, p. 23C.

²⁵⁸ *Idem*. Fortaleza, 23 de junho de 2000. Caderno Política, p. 2A.

²⁵⁹ *Idem*. Fortaleza, 16 de junho de 2000. Caderno Política, p. 2A.

²⁶⁰ *Idem*. Fortaleza, 2 de maio de 2000. Caderno Política, p. 3A.

plena autonomia administrativa da prefeitura em seu solo urbano, porém, minimiza os problemas de condução política da fiscalização da cidade pela esfera municipal.

5.6. Comparações do conceito de cidade-documento empregado em Laguna, em Santa Catarina, com Sobral

Nesse último tópico, versa-se comparativamente o procedimento de tombamento do sítio histórico de Laguna, em Santa Catarina, com o sítio histórico de Sobral. Ambos sob a égide do tombamento da “cidade documento”.

Laguna é uma cidade do litoral sul de Santa Catarina, a qual possui dois objetos tombados pelo IPHAN: a Casa de Câmara e Cadeia como bem imóvel isolado no ano de 1953²⁶¹ (Figura 381) e o Centro Histórico como conjunto urbano em 1985²⁶² (Figura 382).

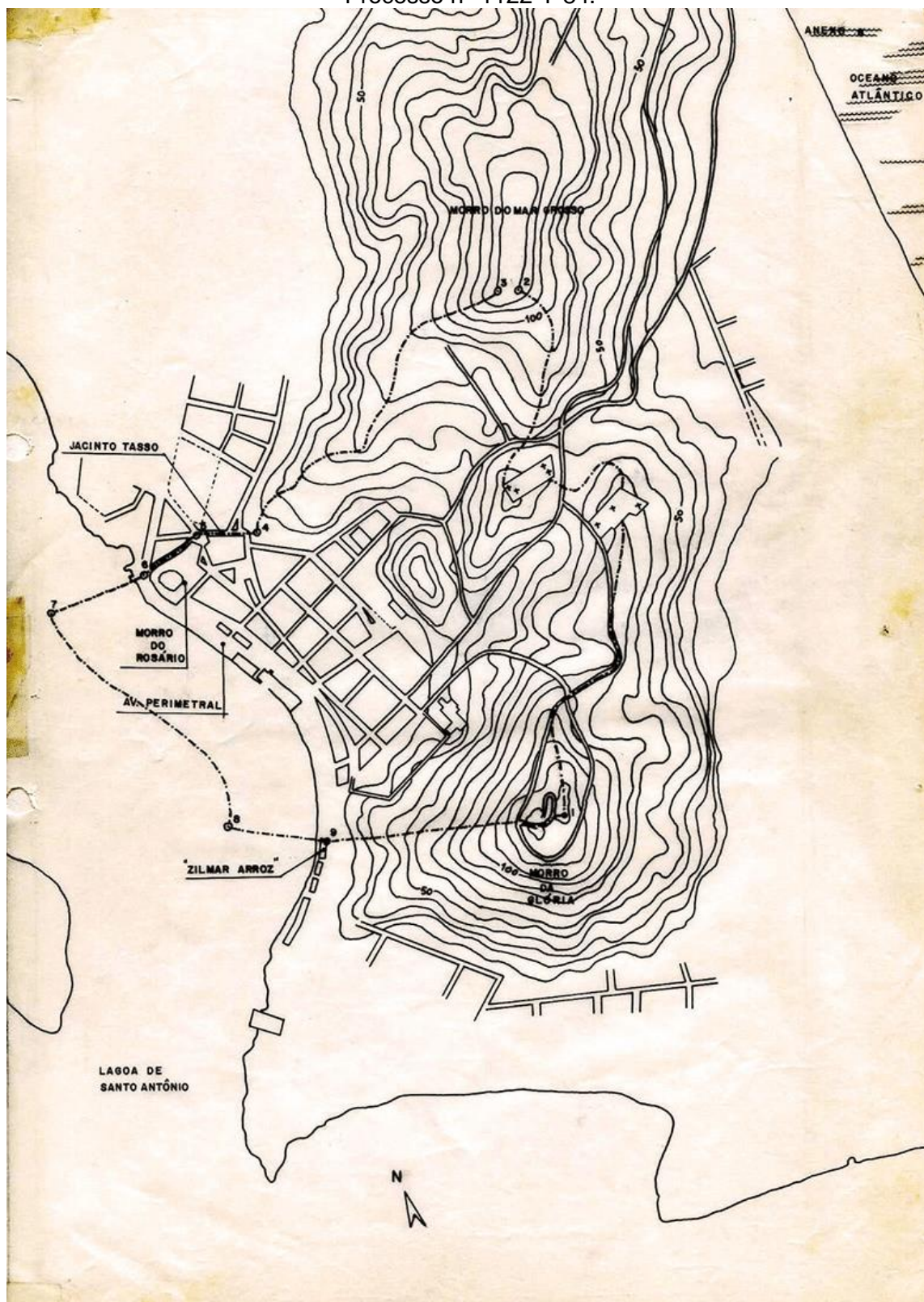
A área protegida é composta por cerca de 600 imóveis, com 1,2 km², sendo delimitada pela enseada da Lagoa de Santo Antônio ao oeste, pelo Morro do Rosário ao noroeste e pelos Morros do Inhame, da Cruz e da Glória ao leste e ao norte (Mapa 47). Foi palco da Revolução Farroupilha (Guerra dos Farrapos – de 1835 a 1845) e constituiu a terceira povoação portuguesa no litoral de Santa Catarina (JARAMILLO, 2016, p. 28-29, 54).

Excetuando-se a casa de câmara e cadeia, imóvel mais antigo e dotado de características arquitetônicas coloniais, o patrimônio arquitetônico do Centro antigo se distingue pela presença do conjunto de edificações ecléticas com profusão de adornos decorativos; esquadrias dotadas de caixilharia de vidros desenhados e elementos em ferro importado; telhados arrematados com as mais variadas influências de estilos arquitetônicos, como pinhas, vasos, figuras humanas e de animais, balaústres e calha para escoar a água das chuvas; alvenaria constituída de tijolos e cal; cuja simetria, composição e proporção são os seus traços mais marcantes (JARAMILLO, 2016, p. 179) (Figura 383).

²⁶¹ Atual Museu Anita Garibaldi. Compõe o Processo nº 462-T-53. Fonte: MACAGI, Carlos Eduardo. Tombamentos Federais em Laguna (SC): Disparidades de representações no espaço urbano entre IPHAN e a administração municipal. **Anais do XVII Encontro Estadual de História da ANPUH – SC**, UNIVILLE, Joinville/SC, 2018.

²⁶² Centro Histórico de Laguna, 1122-T-84. LAEP, inscr.089; LH, inscr. 500. Fonte: FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo** – Trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. Minc/IPHAN, 2005, p. 270.

Mapa 47 – Poligonal de Tombamento do Centro Histórico de Laguna pelo Iphan, conforme o Processo nº 1122-T-84.



Fonte: IPHAN/SC, 1984.

Figura 381 – Casa de Câmara e Cadeia de Laguna/SC.



Fonte: IPHAN/SC.

Figura 382 – Vista aérea do Centro Histórico de Laguna/SC.



Fonte: IPHAN/SC.

Figura 383 – Vista do Centro Histórico de Laguna/SC.



Fonte: MACAGI, 2018.

Conforme manifestou o arquiteto que elaborou o parecer de tombamento, Luiz Fernando Pereira das Neves Franco, esse técnico “

[...] organiza sua argumentação a partir das premissas da legislação do Iphan, anunciando que o seu ponto de vista será diverso: a cidade era um documento precioso da história urbana do país ainda por ser contada” (NASCIMENTO, 2016, p. 13).

As justificativas pelo tombamento não foram atribuídas à homogeneidade ou expressividade da arquitetura existente, muito pelo contrário, estão mais vinculadas ao conjunto formado pelas edificações, logradouros públicos e a natureza envolvente, com “[...] ênfase ao processo de formação da cidade, apoiando-se nos discursos de intelectuais regionais ao salientar a importância de Laguna no aumento do território da colônia portuguesa” (MACAGI, 2018, p. 11) e “[...] sob uma perspectiva histórica, corroborando a importância da cidade como testemunho de um processo histórico de formação da região sul” (MACAGI, 2018, p. 14).

[...] Em sua dimensão estritamente arquitetônica, o patrimônio construído do centro histórico de Laguna não representa as características de excepcionalidade normalmente adotadas como critério para decidir sobre a oportunidade do tombamento. Sob este ponto-de-vista, não saberíamos eleger outra edificação que atenda individualmente àquele critério, além da Casa de

Câmara e Cadeia, tombada em 1953 pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cremos, não obstante, tratar-se de documento precioso da história urbana do país (FRANCO, 1984, p. 1 *apud* JARAMILLO, 2016, p. 78)

Portanto, Laguna também foi tombada sob os preceitos de “cidade documento”, já que, de acordo com Motta (2017), em Centros históricos de igual metodologia utilizada, foram considerados:

[...] os processos históricos de ocupação dos sítios e os vestígios de seu desenvolvimento, sem as exigências de padrões estilísticos e de uniformidades que regiam as ações até então.

[...] De modo geral, entendeu-se que esses tombamentos diziam respeito a bens de características distintas daquelas coloniais valoradas pela instituição no início de sua atuação, ou despojados dos estilos consagrados pela historiografia da arquitetura, incorporados como passíveis de valorização pelo IPHAN na década de 1970. São bens para os quais se identifica, nos processos de tombamento, um esforço de atendimento a novas demandas pela proteção, o estabelecimento de relações entre os bens e seus significados para as comunidades usuárias e o seu potencial como fontes de uma história nacional que incluísse uma diversidade de situações e grupos sociais (MOTTA, 2017, p. 59).

Ressalta-se ainda que a Prefeitura Municipal foi um dos principais interessados pelo tombamento do Centro histórico, devido a sua incapacidade de aplicar o disciplinamento e o controle urbano, com o intuito de conter e coibir as intervenções que, na década de 1980, estavam pondo em risco a preservação do acervo edificado existente. Somente a partir e através da atuação do IPHAN, foi possível garantir tanto a preservação daquilo que a municipalidade não poderia, ou não queria, tomar, gerir e fiscalizar.

[...] o prefeito [João Gualberto Pereira]²⁶³ comenta a dificuldade da administração pública, com poucos recursos e amparos estaduais e federais, para manter o patrimônio edificado na cidade contra seu processo de degradação e desaparecimento, sendo que a nomeação do Centro histórico de Laguna enquanto “monumento nacional” a última solução viável para sua proteção. (MACAGI, 2018, p. 9).

Através das pesquisas de Jaramillo (2016) e Macagi (2018), percebe-se que a atuação do IPHAN/SC no referido Centro Histórico de Laguna passa por questões

²⁶³ João Gualberto Pereira atuou como prefeito da cidade de Laguna (SC) entre os anos de 1983 e 1989 e, novamente, entre 1996-2000, foi vice-prefeito durante a gestão de Mário José Remor (1978 – 1982), cujo gabinete era responsável por coordenar a Comissão Municipal de Cultura, pela lei responsável pelos estudos de tombamentos municipais. Fonte: MACAGI, Carlos Eduardo. Tombamentos Federais em Laguna (SC): Disparidades de representações no espaço urbano entre IPHAN e a administração municipal. **Anais do XVII Encontro Estadual de História da ANPUH – SC**, UNIVILLE, Joinville/SC, 2018, p. 9.

de gestão similares às de Sobral pelo IPHAN/CE, pois a atuação de fiscalização e de orientação acerca das intervenções perante o Instituto recaem principalmente sobre as edificações, indistintamente ao seu estado de preservação, ao invés dos elementos físico-geográficos (como a malha, o complexo de morros e a enseada) que motivaram o tombamento dessa área (Figura 384).

[...] se continua trabalhando e normatizando as novas edificações ou ampliações como se elas se encontrassem inseridas dentro de conjuntos homogêneos, representativos de um tipo de arquitetura, e não em sequências urbanas que se caracterizam por apresentar grande variedade de edificações de diferentes tipologias urbanas e arquitetônicas, um dos elementos pelos quais foi tombada como cidade-documento (JARAMILLO, 2016, p. 255).

[...] Durante a trajetória da preservação de Laguna, se observa que o IPHAN/SC tem dificuldade para aprovar inserções de arquitetura contemporânea, algumas vezes preferindo a arquitetura mimética, chamada de “neutra” que não representa a evolução urbana e arquitetônica preconizada no seu tombamento. E é precisamente pela falta da compreensão dos elementos acima enunciados que essa dificuldade se faz mais evidente. Também, por esta razão, pode-se observar que os processos de aprovação de projetos de obras novas e acréscimos são difíceis de resolver, tanto internamente na Instituição, como com relação aos proprietários e aos profissionais que atuam na elaboração dos projetos, fragilizando a ação institucional do IPHAN (JARAMILLO, 2016, p. 255).

Figura 384 – Vista do Centro Histórico de Laguna/SC.



Fonte: IPHAN/SC, 1984.

O processo de “cidade documento” é um instrumento que fomenta o tombamento, visto que amplia o conceito de patrimônio a ser protegido pelo IPHAN, entretanto, uma vez implementado, seus postulados não auxiliam na gestão e manutenção dos sítios históricos face a fluidez de suas reflexões. Isso demonstra a incoerência nos valores adotados pela dificuldade de percepção e compreensão desses atributos pela comunidade, e, por vezes, pelos técnicos do próprio IPHAN.

Jaramillo (2016) também chegou nessa mesma conclusão, justamente ao estudar o processo de tombamento e de gestão do IPHAN em Laguna, uma das cidades brasileiras pioneiras e emblemáticas na adoção dessa metodologia, pois como se atesta no discorrer dos Capítulos III, IV e V desta dissertação, o modelo acolhido é abrangente nos valores culturais atribuídos, porém falho na gestão da preservação. Inclusive, para servir de amparo à falta de gerência dos municípios na área do patrimônio, ampliando a competência do Instituto para questões de cunho local. O que comprova a hipótese aludida aqui. Lembrando que o “

[...] conceito de cidade-documento não vem orientando as novas intervenções no Centro Histórico de Laguna. O conceito foi utilizado no discurso do tombamento, mas não na prática da preservação” (JARAMILLO, 2016, p. 260).

E que, portanto, “

[...] ainda cabe responder o que é a cidade-documento na prática da gestão e em que medida este conceito vem orientado as ações de gestão do IPHAN em Laguna (JARAMILLO, 2016, p. 258).

Provavelmente, há outros sítios tombados que utilizaram a mesma reflexão²⁶⁴ e que também possuem os mesmos problemas conceituais e que culminam à falta de respostas quanto às intervenções edilícias que os afetam e estão sujeitos.

Não se trata de a cidade apresentar, conforme esclarece Motta (2017):

[...] códigos” tradicionalmente usados pelo IPHAN, como: “mais antigo”, “tradicional”, “único”, “último”, “conjunto monumental” e “importância nacional”. Isto é, “códigos” semelhantes àqueles usados nos trabalhos de tombamento

²⁶⁴ Através de questionário respondido por *e-mail* em 21 de junho de 2019, Lia Motta cita a cidade de Cuiabá/MT.

aceitos desde 1938, confirmando que, independentemente da motivação do pedido de tombamento, da importância do bem ou dos pareceres processuais, os discursos são adequados à linguagem historicamente usada nas práticas com o patrimônio arquitetônico e sítios urbano do emprego de conceitos como tradicional (MOTTA, 2017, p. 59).

Mas tornar plenamente assimiláveis os conjuntos edificados e sítios urbanos protegidos como bens materiais a serem preservados pela sociedade, entendendo a importância da adoção de critérios arquitetônicos e na harmonia e integridade dos edifícios. E em casos da existência de um sítio histórico muito rarefeito, de difícil percepção, demasiadamente descaracterizado, cuja cidade de Sobral é exemplo mor do problema metodológico discutido, será que se valendo apenas da referência histórica é possível manter a preservação desses espaços singulares e diferenciados? Sem legitimidade pelas comunidades, até quando será possível esse modelo manter a preservação de suas áreas pela instância que o tombou?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] É preciso escolher o que é mais visível, mais monumental, porque através dele é mais fácil e mais correto impor-se uma linha de conduta”.

(Aloísio Sérgio Barbosa Magalhães, 1970).

6.1 A necessidade de retificação das poligonais do sítio histórico tombado pelo IPHAN

Não deixando de mencionar a importância de atores e instituições citados nessa dissertação que estiveram direta e indiretamente envolvidos no processo de tombamento, é louvável a atuação e o posicionamento da Prefeitura Municipal de Sobral perante a proteção do acervo edificado da cidade com o advento da gestão de 1997 e as subsequentes gestões de grupos aliados que a sucederam, tornando a preservação do patrimônio cultural uma linha de plano de governo e uma de suas mais importantes diretrizes de planejamento (urbano, administrativo, financeiro etc.) da PMS. Essa atitude gerencial se destaca entre outros centros urbanos brasileiros detentores de sítios históricos tombados pelo IPHAN, não somente por ocorrer em uma cidade interiorana de um estado reconhecidamente pobre, mas também porque, comumente, essa matéria não é assimilada pela máquina pública como instrumento de gerência e desenvolvimento local, quer seja pela falta de corpo técnico próprio para tratar do patrimônio cultural, pela dificuldade de enxergar os valores atribuídos pelos órgãos de preservação, pela incapacidade de estabelecer um trabalho produtivo entre o IPHAN e as municipalidades, ou pela falta de regramentos específicos e compreensíveis que recaem sobre os objetos tombados e a falta de incentivos e retorno financeiros e sociais aos municípios.

Tais justificativas coadunam com o manifesto de Márcia Genésia de Sant’Anna,²⁶⁵ quando afirma que

[...] o grande desafio [aos sítios históricos brasileiros] é de gestão e isso inclui a necessidade de que façam parte do planejamento urbano conduzido pelas municipalidades e sejam objeto de planos específicos de preservação, dotados de dimensões normativas e propositivas, concertados entre Iphan e municípios,

²⁶⁵ Através de questionário respondido por *e-mail* no dia 16 de agosto de 2020.

contemplando a participação das populações locais e demais interessados na preservação. Os sítios urbanos tombados necessitam também ser tratados como partes da cidade que abrigam usos de interesse local e atendem a demandas das populações e não como atrações turísticas, pura e simplesmente. Em suma, sua gestão deve ser planejada e apoiada em instrumentos legais, urbanísticos e incentivos adequados, além de provisão de assistência técnica à população.

Os desafios se tornam maiores às cidades quando são tutelados espaços, conjuntos urbanos e sítios históricos fazendo uso de argumentos subjetivos como “até onde a vista alcança”²⁶⁶ e “excepcionalidade”²⁶⁷ (inclusive para as paisagens de fundo dessas cidades), falta de poligonais definidas, amparo quase exclusivo de aspectos históricos e urbanísticos em detrimento de valores mais evidentes como a qualidade da própria arquitetura, seja esta popular e/ou erudita, e o seu nível de preservação, sendo estes últimos pontos a tônica da dissertação.

Com relação à Sobral, Motta (2017) informa que a linha metodológica do estudo de tombamento de Sobral tratava de:

[...] estudar o processo de ocupação e crescimento urbano na identificação das marcas ainda presentes, capazes de informar sobre os processos de formação e sua relação com os agentes sociais produtores do sítio, independentemente da diversidade formal dos imóveis, épocas de construção e suas qualidades (MOTTA, 2017, p. 147-148).

A autora denota que para apreender a identidade do sítio histórico é fundamental a permanência das características de suas ruas, becos, largos etc., contrastando as áreas mais antigas com as recentes, o que propiciaria diferentes apreensões e afetos, proporcionando, inclusive, usos diferenciados. Entretanto, a leitura morfológica deveria se encontrar presente nas estratégias de seleção, identificação e valoração do patrimônio cultural. A desconsideração do estado da qualidade arquitetônica, do nível de preservação e da integridade espacial e paisagística do espaço urbano, questões detectáveis não apenas por olhos técnicos

²⁶⁶ Frase atribuída à Rodrigo Mello Franco de Andrade. No parecer sobre a proposta construção de edificação no sítio Alagadiço Novo, na vizinhança da Casa José de Alencar, em Fortaleza/CE, no ano de 2008, Carlos Fernando de Moura Delphim, Arquiteto da Paisagem DEPAM/IPHAN, arremata a expressão: “[...] Mais do que isso, é até onde o alcance da visão humana pode chegar. Uma visão integradora, nunca dissociadora dos elementos que a compõem. A preservação de uma paisagem exige ainda a preservação dos pontos de vista sob os quais pode ser percebida”. Fonte: http://portal.iphan.gov.br/files/Intranet/Parecer_C.Fdo.Delphim_Casa_J.de_Alencar.definitivol.pdf.

²⁶⁷ [...] Mais problemático sempre foi o conceito difuso de excepcionalidade, que justifica a seleção de bens entre vários de uma mesma classe ou período. Na atribuição de “excepcional valor” fica patente o caráter discricionário de que se reveste o tombamento na legislação brasileira. Fonte: FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo** – Trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. Minc/IPHAN, 2005. p. 109.

como também pelos da própria comunidade, contribuiu com o passar do tempo para a deslegitimação do tombamento da área urbana estudada por parte desta.

Os capítulos anteriores demonstraram essa constatação, qual seja, de que a metodologia desenvolvida para a proteção do patrimônio cultural edificado de Sobral apresenta equívocos em seus atributos de valor cultural, de difícil compreensão por leigos no tema, demasiadamente extensa com relação à territorialidade e seletivamente omissa quanto aos dados concernentes à arquitetura do Centro antigo. A produção edificada, mesmo de caráter “menor”, recente ou até mesmo descaracterizada constitui também importante informação que complementa a dos elementos urbanísticos existentes. Dar prosseguimento ao estudo de tombamento ignorando essa realidade resultou em um sítio histórico idealizado, o qual, durante esses anos, por causa do desenho concebido para as poligonais de tombamento e entorno mediante esse preceito, não foi possível obter respostas aos conflitos gerados por tal questão, prejudicando em excesso a gestão do SHS pelo IPHAN/CE.

Se o IPHAN, em suas primeiras décadas de atuação (fase heroica), priorizou a proteção de determinadas produções edilícias para a construção de uma identidade nacional através de uma visão preservacionista, principalmente de valor artístico, secundariamente, de valor de testemunho, esses valores de proteção se ampliaram na década de 1970 (fase moderna), com a relativização do conceito de monumento nacional em razão da saída de cena ou da recusa a entrar em cena de Estados e municípios sobre o tema da preservação, abarcando um universo bem maior de monumentos, monumentos históricos, conjuntos urbanos, agentes e protagonistas, produções e manifestações culturais, identidades coletivas e particulares, sobrepondo a ideia de identidade nacional vigente até primeira metade do século XX (FONSECA, 2005, p. 169). Isso significa que houve uma ampliação dos conceitos e práticas dentro do IPHAN, apesar da contestação dos trabalhos das gerações pioneiras pela segunda geração iphânica dentro do instituto.

Dito isso, uma metodologia não deveria anular a contribuição de outros campos de conhecimento como a própria arquitetura, entretanto, o que acontece na instrução de tombamento do sítio histórico de Sobral: os postulados urbanísticos da “cidade documento” se sobrepõem a quaisquer outros entendimentos de preservação que não coadunem com o método empregado, em que, de forma arbitrária e absoluta, bastando haver referências históricas, tudo cabe. Tudo se torna patrimonializável. Cidades que tem partes descaracterizadas ou desconformes podem agora requerer

esse tipo de proteção fazendo com que surja o perigo da deslegitimação do tombamento, que em outras palavras significa a banalização do tombamento. É como afirma Sant'Anna (1995, p. 82): “

[...] A respeito dessa “inflação” do patrimônio, Michel Parent (1983, p.39), por exemplo, alerta para o perigo de se considerar tudo que existe como patrimônio porque isso poderia ser equivalente a não considerar nada”.

O que depõe que qualquer cidade brasileira poderia ser tombada como patrimônio nacional independente da qualidade da produção arquitetônica existente.

Desse modo, apesar dos conceitos de “cidade monumento” e “cidade documento” serem inconciliáveis, a posição mais ajuizada deveria ser aquela que combina o melhor das duas doutrinas, onde o ambiente de interesse de proteção não seria composto apenas por arquitetura, tampouco somente pelo urbanismo, mas a soma desses campos do conhecimento em conjunto com a sociologia, antropologia, geografia, arqueologia e áreas afins, de modo que todos esses saberes são arremate do instrumento de tombamento, configurando-se como a “área crítica do patrimônio” (Gráfico 09). O espaço de interseção desses conhecimentos é o universo daquilo que deve ser protegido, social e indubitavelmente reconhecido e que não pode ser simplesmente cognoscível para o acadêmico (RABELLO, 2009). Não se trata de ter um axioma arquitetônico, mas sim de discorrer sobre a arquitetura e o urbanismo ao longo de todo o processo histórico das cidades e indicar aquilo que pode e deve ser preservado pelo órgão por seus valores materiais e imateriais, entretanto, havendo integridade e legibilidade física para tanto, ou seja, a preeminência da forma e a existência do patrimônio visível dos edifícios preservados.

Esse conceito de interdisciplinaridade dos campos de conhecimento se faz presente na Carta de Washington²⁶⁸ (ICOMOS, 1986), da qual se transcreve a seguinte premissa:

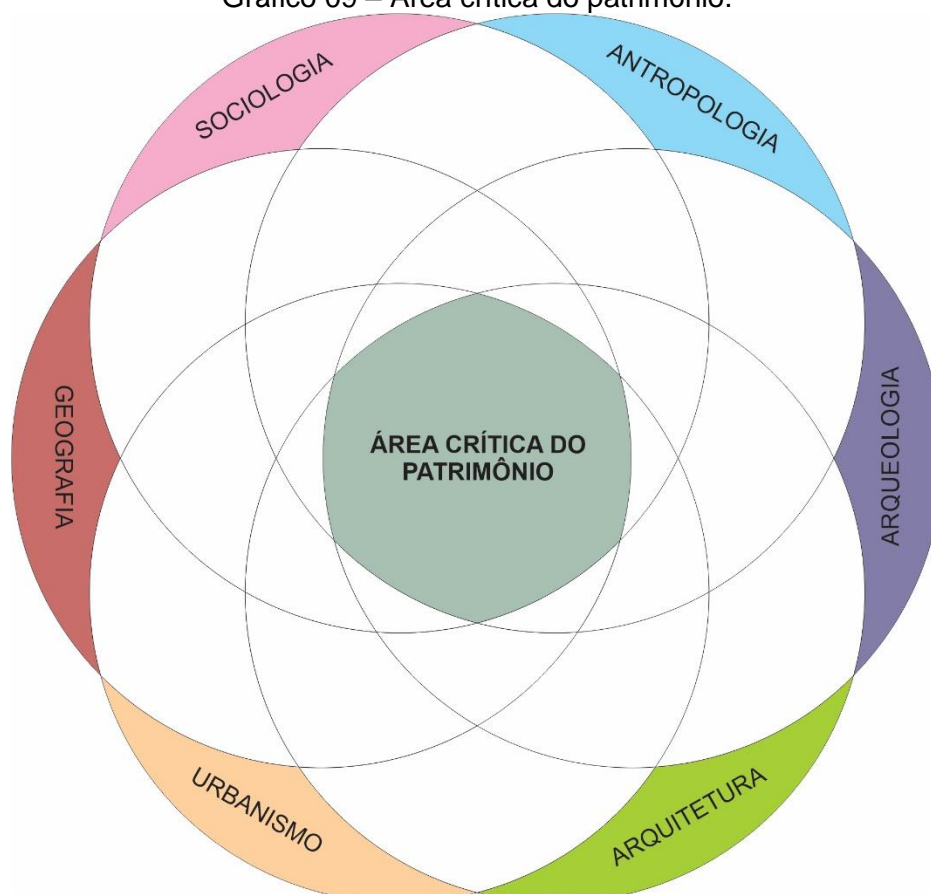
²⁶⁸ Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas. Diz respeito mais precisamente às cidades grandes ou pequenas e aos Centros ou bairros históricos com o seu entorno natural ou construído, que, além de sua condição de documento histórico, exprime valores próprios das civilizações urbanas tradicionais. Atualmente, muitas delas estão ameaçadas de degradação, deterioração e até mesmo de destruição, sob efeito de um tipo de urbanização nascido na era industrial e que hoje atinge universalmente todas as sociedades. CURY, Isabelle. (org.). **Cartas Patrimoniais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000, p. 281.

[...] O planejamento da salvaguarda das cidades e bairros históricos deve ser precedido de estudos multidisciplinares. O plano de salvaguarda deve compreender uma análise dos dados, particularmente arqueológicos, históricos, arquitetônicos, técnicos, sociológicos e econômicos e deve definir as principais modalidades de ações a serem empreendidas no plano jurídico, administrativo e financeiro” (CURY, 2000, p. 283).

Assim como também é referenciado na Carta de Petrópolis (1987).²⁶⁹

[...] Entende-se como sítio histórico urbano o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. Esse sítio histórico urbano deve ser entendido em seu sentido operacional de “área crítica”, e não por oposição a espaços não históricos da cidade, já que toda a cidade é um organismo histórico” (CURY, 2000, p. 285).

Gráfico 09 – Área crítica do patrimônio.



Elaboração: Alexandre Veras, 2020.

²⁶⁹ A Carta de Petrópolis foi elaborada no 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, em 1987. Nela, é tratada a questão de preservação e consolidação da cidadania, ao reforçar a necessidade de dar ao patrimônio função na vida da sociedade. Fonte: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/cotidiano/cartas-patrimoniais/61157>. Acessado em 5 de janeiro de 2021.

Se tal resultado não é assimilado pela própria população, compondo um sério indicio de incoerência, caberia ao órgão de proteção reavaliar a instrução e desenvolver a revisão das poligonais propostas, ação que também não foi feita até o presente momento. Portanto, como é possível fazer a gestão urbana eficiente do SHS se não há regramentos claros sobre as intervenções nas edificações perante o IPHAN e se o morador não consegue reconhecer as qualidades inequívocas que o órgão de preservação informa que o objeto possui?

Para esse novo caminho, dever-se-á avaliar essas questões com mais rigor na obtenção de dados e bases conceituais mais objetivas e assimilativas, inventários mais precisos e com mais exatidão com relação a percepção da cidade antiga entre as suas quadras, vias, lotes e arquitetura dos seus edifícios nas suas diversas tipologias. Deste modo, o tombamento deveria ser mais complexo do ponto de vista da análise dos valores que incidem ou que são imanentes a essa área urbana. E, quem sabe assim, no caso de Sobral, poder retificar as poligonais de tombamento e proteção do SH para que se reflita de fato sobre aquilo que deve ser protegido em âmbito federal.

Quanto aos outros elementos significativos de importância local, o IPHAN não deveria ocupar a lacuna deixada pelo Estado e pela Prefeitura Municipal no campo da preservação do patrimônio cultural ao ampliar suas competências através do conceito “cidade documento”. Nem tudo está sob a égide do patrimônio nacional. Caberia essas instâncias, enfim, desempenharem as suas correlatas funções de proteção e, desta forma, cumprir o papel colaborativo de proteger um novo desenho de sítio histórico que poderá surgir em Sobral, revelando os elementos significativos de sua história que ainda resistiram no decorrer desses 247 anos, tendo o justo reconhecimento da população que possibilite sua participação na proteção e promoção de tais bens.

Quanto aquilo que se perdeu, lamentável e irremediavelmente se perdeu. Não tem como ser tombado. Logo, qual é o lugar das coisas que não existem mais como matéria, a não ser como registro em documentos textuais, gráficos, fotográficos e na lembrança afetiva? Qual espaço poderia contar a história daquilo que já desapareceu e do processo de formação e evolução urbana? Como resposta à essa indagação, já

na década de 1930, Mário de Andrade²⁷⁰ apontou os museus como os equipamentos que didaticamente educariam sobre o reconhecimento e a importância do patrimônio cultural em suas específicas instâncias, conforme informa FONSECA (2005):

[...] Enquanto os museus nacionais e os das grandes cidades tenderiam à especialização, os museus municipais seriam ecléticos, seus acervos heterogêneos, e os critérios de seleção das peças ditados pelo valor que apresentam para a comunidade local, que participaria ativamente na coleta de bens (FONSECA, 2005, p.101).

Os museus seriam os mais adequados espaços destinados a expor pedagogicamente a preservação urbana do que eram as cidades antigas do Brasil com base em uma visão histórica. Arrima-se aí o resgate da postura original do IPHAN em sua fase heroica que era trabalhar como um órgão condutor da política de preservação do patrimônio federal do Brasil e os museus de congregar os espaços de promoção e divulgação da ação do órgão.

Essas discussões têm que ser apreciadas tanto pelo IPHAN quanto pela Prefeitura de Sobral, pois o tombamento não pode continuar a trazer apenas imposições e conflitos como os que vieram desde 1999, mas novas alternativas para os desafios que a cidade e o sítio histórico enfrentam cotidianamente.

²⁷⁰ Mário Raul de Moraes Andrade (1893-1945) foi um agitador do modernismo desde 1917. Definiu o programa de modernização na primeira fase, defendeu a bandeira da brasilidade, na segunda metade dos anos 1920, construiu uma noção de arte social, que tentou concretizar na direção do Departamento de Cultura de São Paulo, em 1935 (JARDIM, 2020, p. 4). O projeto unificador da ideia de patrimônio de Mário de Andrade é bastante abrangente, englobando as “diferentes formas de “cultura popular”; a “autêntica” identidade nacional; uma “visão pluralista e, de certo modo, “antropológica” do Brasil”, continuando o patrimônio a ser pensado também como uma “causa” (GONÇAVES, 1995, p. 56 *apud* CASTRIOTA, 2012, p. 57).

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. 4ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Capítulos de História Colonial**. 6ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo Rocha. **A Cidade e o Rio: Produção do Espaço Urbano em Sobral - Ceará**. 2005. 197 f Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e meio Ambiente – PRODEMA. Fortaleza, 2005.

ALBUQUERQUE, Izabelle Mont'Alverne Napoleão; RANGEL, Ana Livia Pongitori Gifoni. **Implantação da Grendene em Sobral – Reflexões Históricas, Sociais e Econômicas**. Sobral: Edições UVA, 2018.

ALVES, Maria do Carmo. **Planejamento Urbano e Formação Territorial – Sobral e suas Contradições**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2009.

ALTHOFF, Fátima Regina. **Política de Preservação do Patrimônio Edificado Catarinense – A Gestão do Patrimônio Urbano de Joinville**. 2008. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – UFSC. Florianópolis, 2008.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. O Patrimônio e Artístico Nacional (palestra proferida na Escola Nacional de Engenharia em 27 de setembro de 1939). **Revista Municipal de Engenharia**, v. VI, n. 5, 1939.

ARAGÃO, Edilson. **Entrevista concedida a Alexandre Veras em 12/09/19**. Fortaleza: [s.n.], 2019.

ARAÚJO, Edcarlos da Silva; RODRIGUES, Janaina Kelly. História de Vida do Capitão-Mor José de Xerez a Partir de Documentos Escritos. Sobral-CE (1722-1797). **Anais do Encontro Estadual de História do Ceará – EEHCE**. Universidade Estadual do Ceará - UECE. Fortaleza, 2016.

ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. **Cronologia Sobralense** – volume I. Fortaleza: Gráfica Editora Cearense, 1974.

ARCHITECTUS. **Produto 02** – Plano de Arborização Urbana para a Sede do Município de Sobral – Caracterização e Diagnóstico. Agosto de 2018. Disponível em: <http://www.sobral.ce.gov.br/servicos/plano-de-arborizacao-urbana-de-sobral-versao-preliminar>. Acesso: agosto de 2020.

BENELLI, Yuri Moreira; INNOCENTINNI, Thais Cristina; MATTOS, Enlison Henrique Carvalho de. Capitâneas Hereditárias e desenvolvimento econômico: herança colonial sobre desigualdades e instituições. **Pesquisa e Planejamento Econômico – PPE**, v. 42, n° 3, dezembro 2012.

BLUTEAU, D. Rafael. **Diccionario da Lingua Portugueza**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

BOITO, Camilo. **Os Restauradores**. 3ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

BRANDT, Cristina Thedim. A criação de municípios após a Constituição de 1988 – O impacto sobre a repartição do FPM e a Emenda Constitucional n° 15, de 1996. **Revista de informação legislativa**, v. 47, n. 187, p. 59-75, jul./set. 2010.

CABRAL, Rosana Fonseca. A dimensão urbana do patrimônio na Carta de Atenas de 1931. As contribuições da delegação italiana. **Vitruvius**. Arquitectos, n° 179.04, patrimônio, ano 15, maio de 2005. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/15.179/5531>. Acesso em agosto de 2020.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2006.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. A via crítica no patrimônio cultural: uma perspectiva comparativa. **1º Seminário da Rede Conservação BR**, 2012.

CASTRO, José Liberal de. (org.). **Exposição Comemorativa do Bicentenário de Sobral**. Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará: Sobral, 1973.

_____. **Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará**. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1977.

_____. **Aspectos da arquitetura no nordeste do país: Ceará**. *In: História Geral da Arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983.

_____. Urbanização Pombalina no Ceará: A Vila de Montemor-O-Novo D'América. Fortaleza. **Separata da Revista do Instituto do Ceará**, nº 113, 1999.

_____. Preservação do Patrimônio Cultural. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 2008.

_____. Arquitetura no Ceará. O Século XIX e algumas antecedências. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza. 2014.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP. Estação Liberdade, 2001.

COELHO, Modesto Siebra. Ceará: do litoral e do sertão. *In: SILVA, José Borzacchiello et al (org.). Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.

COELHO NETO, José Clodoveu de Arruda. **Entrevista concedida a Alexandre Veras em 06/05/19**. Fortaleza: [s.n.], 2019.

CONSÓRCIO FAUSTO NILO – ESPAÇO PLANO / SEINFRA / PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral**. Sobral, 1999.

COSTA, Antônio Carlos Campelo; ROCHA, Herbert de Vasconcelos. **Sobral da Origem dos Distritos**. Sobral: Sobral Gráfica e Editora Ltda, 2008.

CURY, Isabelle. (org.). **Cartas Patrimoniais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira; DUARTE JUNIOR, Romeu. **Guia dos Bens Tombados do Estado do Ceará**. Fortaleza: Secult. Coleção Nossa Cultura. Série Documenta, 2006.

DOMINGUES, Jacqueline de Carvalho Nogueira. **Caminhando juntos: o planejamento estratégico e a conservação integrada no início do século XXI em Sobral (CE)**. Recife, 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

DUARTE JUNIOR, Romeu. **Novas Abordagens do Tombamento Federal de Sítios Históricos - Política, Gestão e Transformação: a Experiência Cearense**. São Paulo: FAUUSP, 2005.

_____. **Sítios Históricos Brasileiros: Monumento, Documento, Empreendimento e Instrumento - O Caso de Sobral-CE**. São Paulo: FAUUSP, 2012.

_____. **Sítio Histórico de Sobral – Monumento Nacional**. Fortaleza: Lumiar, 2013.

FERREIRA, Diocleide Lima. **A (re)invenção de uma cidade: Cid Marketing e a requalificação urbana em Sobral-CE**. São Paulo, 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo** – Trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. Minc/IPHAN, 2005.

FOSTER, Edward Morgan. **A Passage to Índia**. Nova York: Harcourt, 1949.

FRANCO. Luíz Fernando Pereira das Neves. Por uma História da Forma Urbana. Análise de uma Amostra de Tecido do Centro Histórico de Belém. São Paulo. In: **Desenho urbano**: Anais do II SEDUR – Seminário sobre desenho urbano no Brasil, 1986.

FREITAS, Marcelo de Brito Albuquerque Pontes. Da cidade – monumento ao sítio urbano: uma análise da formação do pensamento de conservação urbana no Brasil. **X Encontro Nacional da Anpur**, 2013.

FREITAS. Nilson Amino de. **Sobral**: opulência e tradição. Universidade do Vale do Acaraú, 2000.

_____. **O sabor de uma cidade**: práticas cotidianas dos habitantes de Sobral. Universidade Federal do Ceará, abril de 2005.

GOMES, Ivo Ferreira. **Entrevista concedida a Alexandre Veras em 20/01/20**. Fortaleza: [s.n.], 2019.

GIRÃO, Glória Giovana Saboya Mont'Alverne; SOARES, Maria Norma Maia. **Sobral**: História e Vida: Sobral, Edições UVA, 1997.

GUEDES. Maria Tarcila Ferreira. **Trajetórias do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987-2008)**. Rio de Janeiro: Rotaplan Gráfica e Editora Ltda, DAF/IPHAN, 2015.

HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante. Sobral-CE: os dois circuitos da economia urbana em uma cidade média do nordeste brasileiro. **Revista Ocara**. Geografia em Debate, Universidade do Vale do Acaraú. João Pessoa/PB. vol. 7, n° 2, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Processo Administrativo nº 1379-T-97**, 1997.

_____. **Estudo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Sobral - Ceará**. Fortaleza, janeiro de 1998.

_____. **Homenagem do Conselho Consultivo do IPHAN a Renato Soeiro**. 2005.

_____. **Normas de Proteção para o Sítio Urbano Histórico de Sobral (CE)**. 2008.

_____. **Normatização de Cidades Históricas** – orientações para a elaboração de Normas de Preservação para área urbanas tombadas. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

JARAMILLO, Maria Matilde Villegas. **Entre Morros e a Lagoa: Laguna Cidade Documento**. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2016.

JARDIM, Eduardo. **Entrevista concedida a Omar Godoy em 14/01/20**. Jornal da Biblioteca Pública do Paraná. Curitiba, 2020. Disponível em: <https://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Pagina/Entrevista-Eduardo-Jardim>. Acesso em abril de 2021.

JUCÁ NETO. Clóvis Ramiro. **A Urbanização do Ceará Setecentista**. As Vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Salvador. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

_____. **Primórdios da Urbanização no Estado do Ceará.** Fortaleza: Edições UFC. Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012a.

_____. Primórdios da Organização do Espaço Territorial e da Vila Cearense – Algumas Notas. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, vol. 20. n° 1, janeiro/junho de 2012b.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da Forma da Cidade.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo.** São Paulo: Ateliê Editorial, Fapesp, Secretaria da Cultura, 1998.

_____. **Viollet-le-Duc e o Verbete Restauração.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

LA PASTINA FILHO, José. **Manual de Conservação de Telhados.** Brasília: IPHAN / Monumenta, 1999.

LINHEIRO, Domingos Cruz. **Entrevista concedida a Alexandre Veras em 05/04/19.** Fortaleza: [s.n.], 2019.

LIMA, Francisco de Assis Silva de; PEREIRA; José Hamilton. **Estradas de ferro no Ceará.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2007.

LYNCH, Kevin Andrew. **A Imagem da Cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACAGI, Carlos Eduardo. Tombamentos Federais em Laguna (SC): Disparidades de representações no espaço urbano entre IPHAN e a administração municipal. **Anais do XVII Encontro Estadual de História da ANPUH – SC**, UNIVILLE, Joinville/SC, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro.** 18ª edição. São Paulo: Malheiros, 2017.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)**. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015.

MELLO FILHO, José Celso. **Constituição Federal Anotada**. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 1986.

MOASSAB, Andréia da Silva. O patrimônio arquitetônico no século 21. Para além da preservação uníssona e do fetiche do objeto. **SURES** – Revista Digital do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, n. 02. Foz do Iguaçu, Unila, 2013.

MOTTA, Lia. As Cidades: Sua Valorização e Proteção como Documentos. *In: Memória e Educação*. Rio de Janeiro: Edições IBPC, 1992.

_____. Sítios Urbanos e Referência Cultural: a situação exemplar da Maré. **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 28, d2e33, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010147142020000100410&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 6 fevereiro de 2020.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Patrimônio Cultural e Escrita da História: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. **Anais do Museu Paulista**, vol. 24, n. 3, p. 121-147, set-out, 2016.

NASCIMENTO, José Clewton do. **Uma Princesa “Tombada” às Margens do Rio Salgado: Dinâmica Urbana e Ações Preservacionistas na Cidade de Icó, CE**. Salvador, 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

_____. **(Re)Descobriram o Ceará?** Representações dos Sítios Históricos de Icó e Sobral: entre Areal e Patrimônio Nacional. Salvador, 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

NOGUEIRA, Ana Caroline Alves Parente. **Entrevista concedida a Alexandre Veras em 26/12/19**. Fortaleza: [s.n.], 2019.

NORMAS DE QUITO. **Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico**. OEA – Organização dos Estados Americanos, novembro/dezembro de 1967.

NOZOE. Nelson Hideiki. Sesmaria e apossamento de terras no Brasil Colônia. **Economia: revista da ANPEC**, Brasília, ANPEC, v. 7, n. 3, p. 587-605, 2006, p. 2. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf.

OLIVEIRA. André Frota de. **Estrada de Ferro de Sobral**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 1994.

OLIVEIRA. Fernanda Rocha de. **Novos olhares e antigas práticas no tombamento de centros históricos: o caso de Natal-RN**. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

PORTELA, Marcelly Luiza Barreira. **Preservação e desenvolvimento: a dinâmica sócio econômica do sítio histórico de Sobral/CE**. Fortaleza, 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Urbanismo e Design) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Fortaleza, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL. **Termo de Referência integrante do PDDU de Sobral**. 1999.

_____. **Sobral Patrimônio Nacional**, 2000.

_____. **Plano de Mobilidade Urbana – Sobral**. Secretaria das Cidades. Governo do Estado do Ceará, 2017.

_____. **Três Anos Ocupando Sobral**, 2020.

RABELLO, Sônia. **O Estado na Preservação de Bens Culturais: o Tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Arquitetura não é Goiabada: Sou Contra o Sistema de Tombamento no Varejo. **Revista Projeto Design**, n. 287. São Paulo: Projeto editores Associados, janeiro, 2004.

_____. Patrimônio cultural e problemas urbanos. In: **Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011.

REP. Intérprete: Gilberto Gil. Compositor: Gilberto Gil. In: **Sol de Oslo**. EUA: Blue Jackel Entertainment, 1998

ROCHA, Herbert Vasconcelos. **Plano Urbanístico para o Centro de Sobral**. Projeto de Graduação de Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará – UFC, 1990.

_____. **O Lado Esquerdo do Rio**. São Paulo/Sobral: Editora Hucitec, 2003.

_____. **Contribuição para o Estudo do Desenho Urbano de Sobral – Século XIX**. 2017. 355 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

_____. **Entrevista concedida a Alexandre Veras em 28/03/19**. Fortaleza: [s.n.], 2019.

RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**. Tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2008.

SANT'ANNA, Márcia Genésia de. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. Salvador, 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 1995.

_____. Justificativa da Proposta de Tombamento. *In: Sobral Patrimônio Nacional*. Sobral: Prefeitura Municipal de Sobral, 2000.

_____. **A Cidade-Atração**. A norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990. Salvador: EDUFBA. PPG-AU FAUFBA, 2017.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Preservar não é Tombar, Renovar Não é Por Tudo Abaixo. **Revista Projeto**, n. 86. São Paulo: Projeto Editores Associados. Abril, 1986.

SANTOS, Lidia Noemia; ARAÚJO, Nicolai Vladimir Gonçalves de; GALVÃO, Roberto. **Construindo Sobral**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Governo do Estado do Ceará e Banco do Nordeste, 2011.

SIMIELLI, Lara Elena Ramos. Sobral: A definição das políticas públicas a partir da participação popular. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 13, n. 52, 2008.

SILVEIRA, Edvanir Maia da. **Três décadas de Prado e Barreto**: a política municipal em Sobral, do golpe militar à Nova República (1963-96). Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Rio de Janeiro/RJ, 2013a.

_____. A Nova República e o “Movimento Por uma Nova Sobral”. **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, 2013b.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **A Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOARES, José Teodoro. **A idéia de modernidade em Sobral**. Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000.

TOLEDO JUNIOR, Rubens de. **Telecomunicações e uso do território brasileiro**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **O homem e a montanha**: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro. Belo Horizonte: Cultura Brasileira, 1944.

ANEXOS

LEI Nº 019/95-AFJ

DISPÕE SOBRE O TOMBAMENTO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, HISTÓRICO, ARTÍSTICO E PAISAGÍSTICO LOCALIZADO NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL.

Faço saber que a Câmara Municipal de Sobral decretou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei tem por finalidade preservar a memória do município de Sobral, através da proteção, preservação e conservação, mediante tombamento, dos bens a que se referem os incisos de seu artigo 2º.

Art. 2º - Constituem o patrimônio histórico, artístico, paisagístico e cultural do município de Sobral, a partir do respectivo tombamento e na forma desta Lei, os seguintes bens públicos ou particulares, situados no território municipal.

I - construção e obras de arte de notável qualidade estética ou particularmente representativas de determinada época ou estilo;

II - edificações, monumentos intimamente vinculados a fato memorável local ou a pessoa de excepcional notoriedade;

III - monumentos naturais, como sítios arqueológicos e paisagísticos de notável feição, inclusive os agenciados pela indústria humana.

Art. 3º - Dar-se-á o tombamento pela inscrição do bem no livro próprio, com a discriminação das características que o individualizam.

.....





Fl. 02

§ 1º - O tombamento poderá ser total ou parcial, especificando-se, no segundo caso, com a precisão possível, as partes tombadas.

§ 2º - Compete ao Prefeito Municipal, através de Decreto, determinar o tombamento dos bens referidos no artigo 2º desta Lei, o qual deverá ser publicado no Diário Oficial do Município ou em jornal impresso local.

§ 3º - Dar-se-á certidão do ato do tombamento a qualquer interessado, com as especificações solicitadas.

Art. 4º - Consideram-se tombadas por esta Lei, os seguintes monumentos públicos e particulares do município de Sobral: Teatro São João, ARco Nossa Senhora de Fátima, Museu Dom José, Catedral da Sé, Igreja do Rosário, Igreja Menino Deus, Igreja São Francisco, Igreja do Patrocínio, Abrigo Coração de Jesus, Conjunto Arquitetônico da Universidade Estadual Vale do Acaraú - CAMPUS BETÂNIA - Seminário São José e Colégio Sant'Ana.

Art. 5º - O tombamento se fará voluntária ou compulsoriamente.

§ 1º - Proceder-se-á ao tombamento voluntário quando o proprietário o requerer e o bem se revestir de qualquer dos requisitos constantes dos incisos do art. 2º desta Lei, ou quando mesmo proprietário anuir por escrito, à notificação que se lhe fizer, para inscrição do bem.

§ 2º - Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário, através de impugnação fundamentada, recusar-se a anuir à inscrição do bem.

Art. 6º - O tombamento será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição do bem no competente livro de tomo.



Fl. 03

§ 1º - Em se tratando de bem imóvel, o tombamento definitivo será averbado à margem da respectiva matrícula no Registro de imóveis.

Art. 7º - O imóvel tombado, a partir do exercício seguinte àquele em que foi feita a averbação do Registro de Imóveis, será isento do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), porventura devido, e de contribuição de melhoria que acaso vier ser criada pelo município.

Art. 8º - A proteção administrativa dos bens tombados cabe precipuamente à Prefeitura Municipal.

§ 1º - Os bens tombados ficam sujeitos à permanente inspeção da Prefeitura Municipal, que terá acesso a eles, sempre que necessário, para a realização de exames e vistorias.

§ 2º - Para melhor proteção, todas as entidades administrativas do município deverão prestar a colaboração que lhes for solicitada, dentro de suas respectivas atribuições, devendo, para tanto, serem inteiradas dos atos de tombamento e das notificações a que se refere o artigo 5º desta Lei.

Art. 9º - Os bens tombados serão mantidos sempre em perfeito estado de conservação e ao abrigo de possíveis danos, por seus proprietários, que procederão porventura necessárias, depois de atualizadas pela Prefeitura Municipal.

§ 1º - Verificada a necessidade de reparações, o proprietário omissor será notificado para realizá-las, tendo 30 (trinta) dias para iniciar as referidas obras. Ultrapassando este prazo, sem que o proprietário inicie as obras, poderá o município realizá-las cobrando dele depois, o respectivo custo, inclusive por meio de processo executivo fiscal.

.....





Fl. 04

§ 2º - Correrão as reparações por conta do município, quando comprovadamente faltarem ao proprietário os recursos necessários para a sua realização.

§ 3º - Se o bem estiver sujeito a possível dano resultante de ato de terceiros ou fato da natureza, a Prefeitura Municipal notificará o proprietário para que reponha o bem em estado de segurança, procedendo, em seguida, se for o caso, na forma prevista no § 1º deste artigo.

Art. 10 - Os bens tomados, em qualquer de seus elementos componentes, não poderão ser demolidos, salvo no caso de ruína iminente, nem modificados, transformados, pintados ou removidos sem a prévia autorização da Prefeitura Municipal e nos termos em que esta vier a ser concedida.

Parágrafo Único - Essa autorização será também necessária para a prática de qualquer ato que, de alguma forma, altere a aparência do bem.

Art. 11 - O disposto no artigo anterior, aplica-se também aos imóveis situados nas proximidades do bem tombado, assim como em sua inserção no conjunto panorâmico ou urbanístico circunjacente.

Art. 12 - O ato de tombamento somente poderá ser revogado por Lei Municipal:

I - quando se provar que resultou de erro de fato quando à sua determinante;

II - por exigência indeclinável de desenvolvimento urbanístico do município;

III - por outro motivo de relevante interesse público.

Art. 13 - O Prefeito Municipal baixará, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência desta Lei, a-

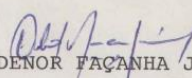


Fl. 05

través de Decreto a regulamentação que for julgada necessária à sua fiel execução.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 07 de agosto de 1995.


ALDENOR FAÇANHA JÚNIOR
Prefeito Municipal

lcc.



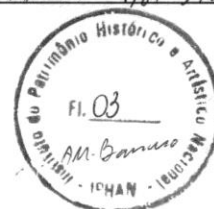
SÚMULA DA SOLICITAÇÃO DOS ABAIXO ASSINADOS:
MEDIDAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SOBRAL

ASSINATURA	IDENTIDADE	PROFISSÃO	DATA
1. <i>[assinatura]</i>	1743960-88	Comerciante	19/09/96
2. <i>[assinatura]</i>	2202242-92	Vendedora	19/09/96
3. <i>[assinatura]</i>	2173902-91	Vendedora	19/09/96
4. <i>[assinatura]</i>		vendedora	19/09/96
5. <i>[assinatura]</i>	1964913-90	comerciante	19/09/96
6. <i>[assinatura]</i>	946811-85	func. pública	19.09.96
7. <i>[assinatura]</i>	10489(OAB/CE)	ADVOGADO	19.09.96
8. <i>[assinatura]</i>	615181-83	comerciante	19.09.96
9. <i>[assinatura]</i>	324160-81	CONTADORA	19/09/96
10. <i>[assinatura]</i>	695-358	Comerciante	19/09/96
11. <i>[assinatura]</i>	2174200-91	Aux. Escritório	19/09/96
12. <i>[assinatura]</i>	413208-82	Aux. Escritório	19/09/96
13. <i>[assinatura]</i>	764145-84	Aux. Escritório	19/09/96
14. <i>[assinatura]</i>	1639.277-88	Aux. Escritório	19/09/96
15. <i>[assinatura]</i>	528945-82	contadora	19/09/96
16. <i>[assinatura]</i>	2343690-94	vendedora	19/09/96
17. <i>[assinatura]</i>	1341.628	Comerciante	19/9/96
18. <i>[assinatura]</i>	2603101606	Vendedora	19/9/96
19. <i>[assinatura]</i>	1883217-89	vendedora	19/09/96
20. <i>[assinatura]</i>	490602	Professora	19/09/96
21. <i>[assinatura]</i>	688889-84	Ass. Comercial	19.09.96
22. <i>[assinatura]</i>	93014031860	Universitária	19.09.96
23. <i>[assinatura]</i>	2661390-93	ESTUDANTE	19.09.96
24. <i>[assinatura]</i>	334618-82	COZINHEIRO	19/09/96
25. <i>[assinatura]</i>	96002228011	DENTISTA	20/09/96
26. <i>[assinatura]</i>	8906002029936	DENTISTA	20/09/96
27. <i>[assinatura]</i>	136.048	DOMESTICA	20/09/96
28. <i>[assinatura]</i>	287.823	BANQUEIRO	20/09/96
29. <i>[assinatura]</i>	1067796	domestica	20/09/96
30. <i>[assinatura]</i>	940034470035	Assist. Social	20/09/96
31. <i>[assinatura]</i>	126652 SSP-CE	BANQUEIRO	20/09/96
32. <i>[assinatura]</i>	1654891885806	Estudante	20/09/96
33. <i>[assinatura]</i>	431.426	FISIOTERAPISTA	20/09/96
34. <i>[assinatura]</i>	391.444	Administradora	20/09/96
35. <i>[assinatura]</i>	233830	Aposentada	20/09/96



SÚMULA DA SOLICITAÇÃO DOS ABAIXO ASSINADOS:
MEDIDAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SOBRAL

ASSINATURA	IDENTIDADE	PROFISSÃO	DATA
1. <i>Adalberto V. Rocha</i>	20754 CREAGE	ARQUITETO	17/09/96
2. <i>Leopoldo de Souza</i>	11864/DUREA	ARQUITETO	17/09/96
3. <i>Luiz de Souza</i>	590185-83	TECNICO COMP	17/09/96
4. <i>João Carlos F. Marquês</i>	2110828-91	Secretário	17/09/96
5. <i>Marcos Rous</i>	858247-85	ANALISTA SIST.	17.09.96
6. <i>Ana Cristiana Aragão Parente</i>	1353544-87	Comerciante	17-09-96
7. <i>Fernando Pereira de Azevedo</i>	22511681	Balconista	17/09/96
8. <i>Julio Opolino Rous</i>	1.458.788	comerciante	17/09/96
9. <i>Cláudia Maria Aguiar</i>	667506-83	comerciante	17/9/96
10. <i>Roberto L. Rolfe</i>	329559	comerciante	17-9-96
11. <i>Luiz Rogério de V. Rocha</i>	299.977	Comerciante	17-9-96
12. <i>Luiz Carlos de M. Rocha</i>		DESIGNISTA	17-9-96
13. <i>Elisabete Santos de Mesquita</i>	962664-85	desenhista	17-9-96
14. <i>João Gualberto Mendes Barreto</i>	271449-81	ADMINISTRADOR	17-9-96
15. <i>BRUNO</i>	41978-80	ADMINISTRADOR	17-09-96
16. <i>Levi Inácio de Siqueira Lima</i>	222248-SSPAV	JORNALISTA	17-09-96
17. <i>Françisco José Herman V. de S.</i>	722.114-84	PROFESSOR	17.09.96
18. <i>Nirvana M. de S. de S.</i>	824.575	COMERCIANTE	17.09.96
19. <i>Luiz Carlos de S.</i>	2146457-91	DESIGNISTA	17/09
20. <i>Luiz Carlos de S.</i>	2296	Médico	17/9/96
21. <i>Luiz Carlos de S.</i>	78913	ferreiro	17/09/96
22. <i>Fco José Alves de S.</i>	857384	Balconista	17/09/96
23. <i>Roberto de S.</i>		Balconista	17/09/96
24. <i>Dani de S.</i>	172.516-81	Comerciante	17/09/96
25. <i>Paulo Rogério de S.</i>	239893	Comerciante	" " "
26. <i>Maria de Lourdes de S.</i>	6112345	Assist. Social	17/09/96
27. <i>Luiz Carlos de S.</i>	8031744272	Engenheiro	17/09/96
28. <i>Luiz Carlos de S.</i>	15337-CREA	ENGA. ELET.	17/09/96
29. <i>Luiz Carlos de S.</i>	1.01.559-SSP	AUDITOR FISCAL	17-09-96
30. <i>Luiz Carlos de S.</i>	1.8021-SSP	Comerciante	17-9-96
31. <i>Luiz Carlos de S.</i>	1.192.073	Economista	17-9-96
32. <i>Luiz Carlos de S.</i>		Professora	17/9/96
33. <i>Luiz Carlos de S.</i>	239.585	Tec. Química	17/9/96
34. <i>Pedro Manoel</i>	1010855719	Clavista	17/09/96
35. <i>Luiz Carlos de S.</i>	394080-87	Programador	17/09/96



SÚMULA DA SOLICITAÇÃO DOS ABAIXO ASSINADOS:
 MEDIDAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SOBRAL

ASSINATURA	IDENTIDADE	PROFISSÃO	DATA
1. [Assinatura]	606021-83	BANQUEIRO	19/09/96
2. [Assinatura]	834063	Contador	19/09/96
3. Hermoza Maria Alves	230182	Economista	19/09/96
4. Tracianna [Assinatura]	192158	Professora	19/09/96
5. [Assinatura]	328964	Professora	19/09/96
6. [Assinatura]	319.007	Professora	19/09/96
7. [Assinatura]	17420554	Comerciante	19/09/96
8. [Assinatura]	1098805	Comerciante	19/09/96
9. [Assinatura]	259256-	Comerciante	19/09/96
10. [Assinatura]	353.519	Médico	19/09/96
11. [Assinatura]	291.170	Advogado	19/09/96
12. [Assinatura]	490449	Professora	19/09/96
13. [Assinatura]	1.415.547	Arquiteto	19/08/86
14. [Assinatura]	458586	Médico	19/09/96
15. Maria Maria A. B. Pontes	418087	Empresária	19/09/96
16. Loui Cordeiro Damascos	186.299	Advogado	19/09/96
17. Joaquim Mariano Ant	537.744	Geólogo	19/09/96
18. [Assinatura]	433.146	DENTISTA	19/09/96
19. [Assinatura]	186404	COMERCIANTE	19/09/96
20. Célia Maria Rocha	232044	Comerciante	19/09/96
21. Adriana Cavalcanti	907149-85	Comerciante	19/09/96
22. [Assinatura]	94002373139	ENGENHEIRO	19/09/96
23. [Assinatura]	332952	ENFERMEIRO	19/09/96
24. [Assinatura]	489420	Eng. Civil	19/09/96
25. Antonio Alves Cavine	15624058	Economista	19/09/96
26. Maria Apare C. [Assinatura]	29989058	Func. Pub. Serv	19/09/96
27. [Assinatura]	20375-80	ADVOGADO	19/09/96
28. Elizabeth de [Assinatura]	1.173015	Coord Pedag.	19/09/96
29. [Assinatura]	143.310	Engenheiro	19/09/96
30. [Assinatura]	143.316	Empresário	19/09/96
31. [Assinatura]	88.672	Comerciante	19/09/96
32. [Assinatura]	321.367	Industrial	19/09/96
33. [Assinatura]	5974	Dentista	19/09/96
34. [Assinatura]	1099858	Eng. Civil	19/09/96
35. [Assinatura]	007.937/87	ADVOGADO	19/09/96



SÚMULA DA SOLICITAÇÃO DOS ABAIXO ASSINADOS:
MEDIDAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SOBRAL

ASSINATURA	IDENTIDADE	PROFISSÃO	DATA
1. F ^{co} Eligio B. Lima	2414096-92		
2. José Afonso Medeiros	83226 D. casa - Banco		17/09/96
3. Wagner	768.556		
4. Francisco	9.221141	Psicólogo	17/09/96
5. Manoel S	156750-SP/PA	Economista	17/09/96
6. ROBINSON WELTON A. SILVA	2209154-91	Aux. Contabilista	17/09/96
7. José Djalma Gomes	554084-82	Bancário	17/09/96
8. José Edir de Paiva	350.387	Comerc -	17/91
9. Shirley Mendonça de Paiva	395058-82	COMERCIANTE	17/09/96
10. Francisco Cândido de Souza	990.110	Vendedor	17/09/96
11. Humberto dos Anjos	3414738-87	Administrador	18.09.96
12. Roberto dos Anjos	2551376-93	Comerciante	18-09-96
13. Antônio Oliveira Brito		CARTEI	19/09/96
14. Augusto César de Augusto Souza	3404000-84	Lib. PLISTA	19/09/96
15. Luiz Gonzaga de Lima	156.354-DF	F. Público	19.09.96
16. F ^{co} Dorivaldo F. Soares	02496-80 SP	comerciante	19.09.96
17. Antônio José dos Santos	613.906-SSP	Carreira	19.09.96
18. Elizabeth Mendonça de Paiva		Comerciana	19.09.96
19. Antônio Claudio Mendonça Paiva	9500262982	COMERCIANTE	19/09/96
20. Luiz	673081	Carreira	19/09/96
21. F ^{co} Costa Oliveira		GARÇEM	19-9-96
22. Maria Emília Gomes	699-399	Bancária	19-09-96
23. Antônio		Vigia	19-09-96
24. Antônio	984779	Segurança	19-09-96
25. Kercia de Sa Moraes	1822233	Estagiária	19-09-96
26. Maria Helena de V. Albuquerque	169056763-68	Economista	19-09-96
27. Antônio	1.389.798	ECONOMISTA	19.09.96
28. Antônio	1.104563	Economista	19.09.96
29. André Luiz de S. Oliveira	184007-81	Economista	19.09.96
30. Maria Inês de Oliveira Silva	2109838-91	Aux. Procurador	19.09.96
31. Maria Hortência Alves de Oliveira	227738-81	Telefonista	19-09-96
32. José ASSUNÇÃO LIBERATO MESSOURA	1013462	Estagiário	19-09-96
33. Cláudia Maria da S. Rodrigues	1.089.167	BANCAIRO	19-09-96
34. Roberto de Maria M. Batista	243676-81	Economista	19-09-96
35. Roberto	10225-D-CREB	F. Habilitado	19.09.96



SÚMULA DA SOLICITAÇÃO DOS ABAIXO ASSINADOS:
MEDIDAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SOBRAL

ASSINATURA	IDENTIDADE	PROFISSÃO	DATA
1. Rosa Maria C. de Melo		Desenhista	17/09/96
2. Valdeci Sousa Rocha	0320540685	ESTUDANTE	17/09/96
3. Luiz Carlos	227523	GRIG.	18/09/96
4. Alcega	698.821-6	Empresário	18/09/96
5. Moisés	6331-10	Estudante	18/09/96
6. Erivaldo	912.543-71	Aux. Engenharia	18/09/96
7. Wagner	742.236	Dentista	18/09/96
8. Luiz	593.416	Eng. Quím.	18/09/96
9. Luiz	1796162-89	Estudante	18/09/96
10. Antônio	990200200890	Juiz de Direito	18/09/96
11. Luiz	609.082	Advogado	18/09/96
12. Luiz	727.818	EMPRESÁRIO	18/09/96
13. Luiz	822203-84	EMPRESÁRIO	18/09/96
14. Luiz	667.286	Emp. Civil	18/09/96
15. Luiz		Comerciante	18/09/96
16. Luiz	1244632	Psicólogo	18/09/96
17. Luiz	1236841	Comerciante	18/09/96
18. Luiz			
19. Luiz	4162/eng. q	Advogado	18.09.96
20. Luiz	1.104.544	Professora	18.09.96
21. Luiz	1.330.603	Professora	19.09.96
22. Luiz	92002306486/SP	Escritório	19.09.96
23. Luiz	697.396	Professora	19.09.96
24. Luiz	1411544-87	Empresário	19.09.96
25. Luiz	1082854	Eng. Civil	19.09.96
26. Luiz	533027-82	OP. DE GTA	19.09.96
27. Luiz	1.230.253	Patrimônio	19.09.96
28. Luiz	177571059	Aux. Escritório	19.09.96
29. Luiz	1.385.566	Aux. Escritório	19/09/96
30. Luiz	1423.947	Eng. Civil	19/09/96
31. Luiz		Eng. Forst.	19/09/96
32. Luiz	1570215-88	Aux. Escritório	19.09.96
33. Luiz	21.213-80	Aux. Escritório	19.09.96
34. Luiz	816.664		
35. Luiz	1.033.824	Aux. Escritório	19.09.96



SÚMULA DA SOLICITAÇÃO DOS ABAIXO ASSINADOS:
MEDIDAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SOBRAL

ASSINATURA	IDENTIDADE	PROFISSÃO	DATA
1. <i>Campos</i>	182274-81	TERAPEUTA OCUPACIONAL	20.09.96
2. <i>R. B. M. S.</i>	95002210645	ANALISTA DE SISTEMAS	20.09.96
3. <i>Osile Albuquerque</i>	95002210734	DENTISTA	20.09.96
4. <i>Ciro Timmers</i>	1213805	GARÇOM	20.09.96
5. <i>Osine Borges dos Reis</i>	831089-84	DENTISTA	20.09.96
6. <i>Maria Teles de Silve Holanda</i>	672229	Assist. Social	20/9/96
7. <i>Heriberto Holanda de Azevedo</i>	237.028	ADMINISTRADOR	20/9/96
8. <i>Elizabeth Marques Vieira</i>	340.713	ADVOGADA	20/9/96
9. <i>Maurício Renato Guimarães</i>	1432170	AGRONOMO	20/9/96
10. <i>João M. de A.</i>	191.212	ADVOGADO	20/9/96
11. <i>Pro. Cláudio Vancanally Salom.</i>	806924-84	CONTADOR	20/9/96
12. <i>Luiz Carlos de A.</i>	264983	PROF.	20/9/96
13. <i>Edson de A. Costa</i>	472.335	COMER.	20/9/96
14. <i>Lâmia de A. Gomes Salom</i>	624.574	D. CASA	20/9/96
15. CARLOS M. BARRIOS SUCHETZ	4028402-5	ARQUITETO	20/9/96
16. <i>Adriano de A.</i>	7045360188	TÉC. CONSTR.	20/9/96
17. <i>Adriano de A.</i>	3005639772	ADVOGADO	20.09.96
18. <i>Francisco A. Pinheiro</i>	0AR/RS45612	adv.	20.09.96
19. <i>Antônio de A. de A.</i>	8583/D	ENC. OP.	20.09.96
20.			
21.			
22.			
23.			
24.			
25.			
26.			
27.			
28.			
29.			
30.			
31.			
32.			
33.			
34.			
35.			



SÚMULA DA SOLICITAÇÃO DOS ABAIXO ASSINADOS:
MEDIDAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SOBRAL

ASSINATURA	IDENTIDADE	PROFISSÃO	DATA
1. <i>[Handwritten Signature]</i>	1419 50511	Comerciante	17/09
2. <i>[Handwritten Signature]</i>	281.223.CE	banqueiro	17/09
3. <i>[Handwritten Signature]</i>	05099-80	comerciant	17/09
4. <i>[Handwritten Signature]</i>	1027821	Arquiteto	18/09
5. <i>[Handwritten Signature]</i>	758.586	PROFESSOR	18/09
6. <i>[Handwritten Signature]</i>	833.306	Professor	18/09
7. <i>[Handwritten Signature]</i>	581.303	ENGENHEIRO	18/9
8. <i>[Handwritten Signature]</i>	124348-7	ENGENHEIRO	18/9
9. <i>[Handwritten Signature]</i>	1105384-87	PROFOTORA	18/9
10. <i>[Handwritten Signature]</i>	672.830	DEPUTADA	18/9
11. <i>[Handwritten Signature]</i>	157.370	Deputado	18/9
12. <i>[Handwritten Signature]</i>	152.477	Eng.-Agr.	18/09
13. <i>[Handwritten Signature]</i>	70.376-20	COMERCIANTE	"
14. <i>[Handwritten Signature]</i>		Professor	18/09/96
15. Isaura Cláudia M. de Freitas	103316672-7	Professor	19/09/96
16. NILSON ALMIRINO DE FREITAS	1105372-86	PROFESSOR	19/09/96
17. Amélia Soares (André)	796527-84	Professora	19/09/96
18. <i>[Handwritten Signature]</i>	838538-84	Professora	19/09/96
19. Antonioilton Martins	93002201399	Professor	19/09/96
20. <i>[Handwritten Signature]</i>	1483.886-88	Aluno	19/09/96
21. <i>[Handwritten Signature]</i>	3.503.403	Professor	19/09/96
22. <i>[Handwritten Signature]</i>	619.283-83	PAULISTA	19/09/96
23.			
24.			
25.			
26.			
27.			
28.			
29.			
30.			
31.			
32.			
33.			
34.			
35.			



Serviço Público Federal
Ministério da Cultura
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN



E D I T A L

NOTIFICAÇÃO AOS PROPRIETÁRIOS PARA EFEITO DE TOMBAMENTO DO “CONJUNTO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO NA CIDADE DE SOBRAL”, NO MUNICÍPIO DE SOBRAL, NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos proprietários e/ou demais interessados o **INSTITUTO DO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN**

N O T I F I C A

para efeito de tombamento da área integrante do “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na Cidade de Sobral”, no Ceará, cujo perímetro de proteção vem a seguir descrito:

*“Inicia-se no **PONTO A**, na interseção da margem do Rio Acaraú com o eixo da Rua Coronel Monte Alverne, seguindo pelo eixo desta rua até o **PONTO B**, na confluência com o prolongamento da linha da divisa de fundo do imóvel de nº 700 da Avenida Dom José (incluído). Neste ponto deflete à esquerda e continua pelo prolongamento desta linha até atingir a divisa de fundo do imóvel de nº 700, onde*

prossegue pelas divisas de fundo dos imóveis de nº 700 a 800 da Avenida Dom José (incluídos) até o **PONTO C**, no encontro com o eixo da Rua Dr. Monte. Neste ponto deflete à direita e segue pelo eixo da Rua Dr. Monte até o **PONTO D**, no cruzamento com o prolongamento da linha da divisa de fundo do imóvel de nº 798 (incluído) da Rua João do Monte. Neste ponto deflete à esquerda, segue pelo prolongamento desta linha e continua pela divisa de fundo do imóvel de nº 798 e pelas divisas de fundo dos lotes no lado par desta rua (incluídos), cruzando a Rua Jornalista Deolino Barreto e prosseguindo pelas divisas de fundo dos lotes no lado par da Rua João do Monte (incluídos) até o **PONTO E**, na interseção com o eixo da Rua Coronel Frederico Gomes. Neste ponto deflete à direita e segue pelo eixo desta rua até o **PONTO F**, na confluência com o eixo da Rua Boulevard João Barbosa, onde deflete à esquerda, seguindo pelo eixo desta rua até o **PONTO G**, no encontro com o eixo da Rua Joaquim Ribeiro. Neste ponto deflete novamente à esquerda e segue pelo eixo desta rua até o **PONTO H**, no cruzamento com o eixo da Rua Floriano Peixoto, onde, defletindo à direita, prossegue pelo eixo desta rua até o **PONTO I**, na interseção com o eixo da Rua Lúcia Sabóia, onde deflete à direita e continua pelo eixo desta rua até o **PONTO J**, na confluência com o eixo da Rua Sabino Guimarães. Neste ponto deflete à esquerda e segue pelo eixo desta rua até o **PONTO K**, no encontro com o eixo da Rua Conselheiro José Júlio, defletindo à direita e seguindo pelo eixo desta rua até o **PONTO L**, no cruzamento com o eixo da rua que passa no fundo da Praça Osvaldo Rangel. Neste ponto deflete à esquerda e segue pelo eixo desta rua até o **PONTO M**, na interseção com o eixo da Rua Coronel José Inácio, defletindo novamente à esquerda e seguindo pelo eixo desta rua até o **PONTO N**, na confluência com o prolongamento da linha da divisa de fundo do imóvel de nº 583 da Rua Tabelaão Cavalcante (incluído). Neste ponto deflete à esquerda, segue pelo prolongamento desta linha e pela divisa do imóvel de nº 583 e continua pela linha de fundo dos lotes no lado ímpar desta rua (incluídos) até o **PONTO O**, no encontro com o eixo da Rua Lúcia Sabóia. Neste ponto prossegue em linha reta na mesma direção até o **PONTO P**, no cruzamento com a divisa lateral direita do imóvel de nº 356 da Rua Anahide Andrade (incluído). Neste ponto prossegue em linha reta pelas divisas de fundo dos imóveis voltados para o lado ímpar da Rua Tabelaão Cavalcante até atingir o **PONTO Q**, na interseção com a divisa de fundo do imóvel de nº 331 da Rua Joaquim Ribeiro (incluído). Neste ponto deflete à direita e prossegue pelas divisas de fundo dos imóveis da Rua Joaquim Ribeiro (incluídos) até o **PONTO R**, na confluência com o eixo da Avenida Dom José. Neste ponto deflete à esquerda e prossegue pelo eixo desta rua até o **PONTO S**, no encontro com o eixo da Rua Coronel Sabóia, onde deflete à direita e prossegue pelo eixo desta rua até o **PONTO T**, no cruzamento com o eixo da Rua Dr. Carlito Pompeu. Neste ponto deflete à esquerda e continua pelo eixo desta rua até o **PONTO U**, na interseção com o prolongamento da linha da divisa lateral esquerda do imóvel de nº 175 (excluído). Neste ponto deflete à direita e prossegue em linha reta pelo prolongamento desta linha, pela divisa lateral esquerda do



*imóvel de nº 175 e por novo prolongamento desta linha de divisa até o **PONTO V**, na confluência com a margem do Rio Acaraú. Neste ponto deflete à esquerda e acompanha a margem deste rio até o encontro com o eixo da Rua Coronel Monte Alverne, retornando ao ponto inicial desta poligonal.*

O presente edital implica o tombamento do aludido conjunto, passando, por conseguinte, a ter a proteção especial do Poder Público Federal, o qual, por intermédio do IPHAN, velará para que os efeitos previstos em suas normas disciplinadoras e adiante especificadas sejam devidamente respeitados, no interesse geral da coletividade.

Os proprietários dos bens integrantes deste conjunto terão um prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente, para, comprovando o seu título e domínio, impugnarem, se assim convier, o tombamento.

Como entorno do referido conjunto, o IPHAN estabelece os limites a seguir descritos, cuja área está assim definida:

*“Inicia-se no **PONTO 1**, na interseção do prolongamento da linha da estrada de ferro com a margem do Rio Acaraú, e segue pelo eixo dos trilhos desta estrada até o **PONTO 2**, na confluência com o prolongamento do eixo da Rua Boulevard João Barbosa. Neste ponto deflete à esquerda e prossegue pelo prolongamento deste eixo até atingir o eixo da Rua Boulevard João Barbosa, onde continua até o **PONTO 3**, no encontro com o eixo da Rua Coronel Monte Alverne. Neste ponto deflete à direita, prosseguindo pelo eixo desta última rua até o **PONTO 4**, no cruzamento com o eixo da Rua Coronel Antônio Mendes Carneiro, onde deflete à esquerda e segue pelo eixo desta rua até o **PONTO 5**, na interseção com o eixo da Rua Jornalista Deolino Barreto, onde, defletindo à direita, prossegue pelo eixo desta rua até o **PONTO 6**, na confluência com o eixo da Avenida Diogo Gomes. Neste ponto deflete à esquerda e prossegue pelo eixo desta avenida até o **PONTO 7**, no encontro com a Rua Viriato de Medeiros. Neste ponto deflete à direita e continua pelo eixo desta rua até o **PONTO 8**, no cruzamento com o eixo da Rua Coronel Adeodato, onde deflete à esquerda e segue pelo eixo desta rua até o **PONTO 9**, na interseção com o eixo da Rua Conselheiro José Júlio, defletindo ligeiramente à direita neste ponto e prosseguindo pelo eixo desta rua até o **PONTO 10**, na confluência com o eixo da Rua Padre Antônio Ibiapina. Neste ponto deflete à esquerda, prossegue pelo eixo desta rua e continua em linha reta pelo prolongamento deste eixo até o **PONTO 11**, no encontro com a margem do Rio Acaraú. Neste ponto deflete à esquerda e acompanha a margem deste rio até o cruzamento com o prolongamento da linha da estrada de ferro, retornando ao ponto inicial desta poligonal.*



Ficam sujeitos ao prévio exame e aprovação da 4ª Superintendência Regional do IPHAN todos os projetos que visem a alterar os bens integrantes deste conjunto, ficando igualmente condicionados à prévia análise da entidade federal os projetos relacionados à sua vizinhança, a fim de se proteger a visibilidade e a ambiência do referido conjunto.

MOTIVAÇÃO : Valores histórico e paisagístico.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1.379-T-97

AMPARO LEGAL: Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, art. 216, V, § 1º, Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990, Decreto nº 2.807, de 21 de outubro de 1998 e Portaria SPHAN nº 11, de 11 de setembro de 1986.

RESPONSÁVEL PELA ÁREA : 4ª Superintendência Regional do IPHAN - Rua Liberato Barroso nº 525 - Centro - Praça José Alencar - Cep: 60.030-160 - Fortaleza - Ceará

Superintendente: Dr. Romeu Duarte Júnior

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: SBN, Quadra 02, Edifício Central Brasília - 6º andar - Procuradoria Jurídica do IPHAN - Brasília - Distrito Federal.



CHHECK
CARLOS HENRIQUE HECK
 PRESIDENTE

**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL -
 IPHAN**

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 81.553 - Kits para Serviço de Hemoterapia
Contratada: Biomédica C. - Indústria Importação e Exportação Ltda.
Fundamento Legal: artigo 25, inciso I, Lei 8.666/93.
Autorização: 23/06/99 - Ratificação: 28/06/99

Processo nº 91.438 - Sondas Asp. Traq. Sist. Fechado Nºs 08,08,10,12,14
Contratadas: CEI Comércio Exportação e Importação de Mat. Médicos Ltda.
Fundamento Legal: artigo 25, inciso I, Lei 8.666/93.
Autorização: 25/06/99 - Ratificação: 30/06/99

(Of. nº 98/99)

MINISTÉRIO DA CULTURA

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

EDITAIS

NOTIFICAÇÃO AOS PROPRIETÁRIOS PARA EFEITO DE TOMBAMENTO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO NA CIDADE DE SOBRAL, NO MUNICÍPIO DE SOBRAL, NO ESTADO DO CEARÁ.

Aos proprietários e/ou demais interessados o INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

Notifica

para efeito de tombamento da área integrante do "Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na Cidade de Sobral", no Ceará, cujo perímetro de proteção vem a seguir descrito:
"Inicia-se no PONTO A, na interseção da margem do Rio Acaraú com o eixo da Rua Coronel Monte Alverne, seguindo pelo eixo desta rua até o PONTO B, na confluência com o prolongamento da linha da divisa de fundo do imóvel de nº 700 da Avenida Dom José (incluído). Neste ponto deflete à esquerda e continua pelo prolongamento desta linha até atingir a divisa de fundo do imóvel de nº 700, onde prossegue pelas divisas de fundo dos imóveis de nº 700 a 800 da Avenida Dom José (incluídos) até o PONTO C, no encontro com o eixo da Rua Dr. Monte. Neste ponto deflete à direita e segue pelo eixo da Rua Dr. Monte até o PONTO D, no cruzamento com o prolongamento da linha da divisa de fundo do imóvel de nº 798 (incluído) da Rua João do Monte. Neste ponto deflete à esquerda, segue pelo prolongamento desta linha e continua pela divisa de fundo do imóvel de nº 798 e pelas divisas de fundo dos lotes no lado par desta rua (incluídos), cruzando a Rua Jornalista Deolindo Barreto e prosseguindo pelas divisas de fundo dos lotes no lado par da Rua João do Monte (incluídos) até o PONTO E, na interseção com o eixo da Rua Coronel Frederico Gomes. Neste ponto deflete à direita e segue pelo eixo desta rua até o PONTO F, na confluência com o eixo da Rua Boulevard João Barbosa, onde deflete à esquerda, seguindo pelo eixo desta rua até o PONTO G, no encontro com o eixo da Rua Joaquim Ribeiro. Neste ponto deflete novamente à esquerda e segue pelo eixo desta rua até o PONTO H, no cruzamento com o eixo da Rua Floriano Peixoto, onde, defletindo à direita, prossegue pelo eixo desta rua até o PONTO I, na interseção com o eixo da Rua Lúcia Sabóia, onde deflete à direita e continua pelo eixo desta rua até o PONTO J, na confluência com o eixo da Rua Sábino Guimarães. Neste ponto deflete à esquerda e segue pelo eixo desta rua até o PONTO K, no encontro com o eixo da Rua Conselheiro José Júlio, defletindo à direita e seguindo pelo eixo desta rua até o PONTO L, no cruzamento com o eixo da rua que passa no fundo da Praça Osvaldo Rangel. Neste ponto deflete à esquerda e segue pelo eixo desta rua até o PONTO M, na interseção com o eixo da Rua Coronel José Inácio, defletindo novamente à esquerda e seguindo pelo eixo desta rua até o PONTO N, na confluência com o prolongamento da linha da divisa de fundo do imóvel de nº 583 da Rua Tabelião Cavalcante (incluído). Neste ponto deflete à esquerda, segue pelo prolongamento desta linha e pela divisa do imóvel de nº 583 e continua pela linha de fundo dos lotes no lado impar desta rua (incluídos) até o PONTO O, no encontro com o eixo da Rua Lúcia Sabóia. Neste ponto prossegue em linha reta na mesma direção até o PONTO P, no cruzamento com a divisa lateral direita do imóvel de nº 356 da Rua Anahide Andrade (incluído). Neste ponto prossegue em linha reta pelas divisas de fundo dos imóveis voltados para o lado impar da Rua Tabelião Cavalcante até atingir o PONTO Q, na interseção com a divisa de fundo do imóvel de nº 331 da Rua Joaquim Ribeiro (incluído). Neste ponto deflete à direita e prossegue pelas divisas de fundo dos imóveis da Rua Joaquim Ribeiro (incluídos) até o PONTO R, na confluência com o eixo da Avenida Dom José. Neste ponto deflete à esquerda e prossegue pelo eixo desta rua até o PONTO S, no encontro com o eixo da Rua Coronel Sabóia, onde deflete à direita e prossegue pelo eixo desta rua até o PONTO T, no cruzamento com o eixo da Rua Dr. Carlito Pompeu. Neste ponto deflete à esquerda e continua pelo eixo desta rua até o PONTO U, na interseção com o prolongamento da linha da divisa lateral esquerda do imóvel de nº 175 (excluído). Neste ponto deflete à direita e prossegue em linha reta pelo prolongamento desta linha, pela divisa lateral esquerda do imóvel de nº 175 e por novo prolongamento desta linha de divisa até o PONTO V, na confluência com a margem do Rio Acaraú. Neste ponto deflete à esquerda e acompanha a margem deste rio até o encontro com o eixo da Rua Coronel Monte Alverne, retornando ao ponto inicial desta poligonal.

O presente edital implica o tombamento do aludido conjunto, passando, por conseguinte, a ter a proteção especial do Poder Público Federal, o qual, por intermédio do IPHAN, velará para que os efeitos previstos em suas normas disciplinadoras e adiante especificadas sejam devidamente respeitados, no interesse geral da coletividade.

Os proprietários dos bens integrantes deste conjunto terão um prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente, para, comprovando o seu título e domínio, impugnar, se assim convier, a medida em questão.

Como entorno do referido conjunto, o IPHAN estabelece os limites a seguir descritos, cuja área está assim definida:

"Inicia-se no PONTO 1, na interseção do prolongamento da linha da estrada de ferro com a margem do Rio Acaraú, e segue pelo eixo dos trilhos desta estrada até o PONTO 2, na confluência com o prolongamento do eixo da Rua Boulevard João Barbosa. Neste ponto deflete à esquerda e prossegue pelo prolongamento deste eixo até atingir o eixo da Rua Coronel Monte Alverne. Neste ponto deflete à direita, prosseguindo pelo eixo desta última rua até o PONTO 4, no cruzamento com o eixo da Rua Coronel Antônio Mendes Carneiro, onde deflete à esquerda e segue pelo eixo desta rua até o PONTO 5, na interseção com o eixo da Rua Jornalista Deolindo Barreto, onde, defletindo à direita, prossegue pelo eixo desta rua até o PONTO 6, na confluência com o eixo da Avenida Diogo Gomes. Neste ponto deflete à esquerda e prossegue pelo eixo desta avenida até o PONTO 7, no encontro com a Rua Viriato de Medeiros. Neste ponto deflete à direita e continua pelo eixo desta rua até o PONTO 8, no cruzamento

com o eixo da Rua Coronel Alverne, onde deflete à esquerda e segue pelo eixo desta rua até o PONTO 9, na interseção com o eixo da Rua Conselheiro José Júlio, defletindo ligeiramente à direita neste ponto e prosseguindo pelo eixo desta rua até o PONTO 10, na confluência com o eixo da Rua Padre Antônio Ibiapina. Neste ponto deflete à esquerda, prossegue pelo eixo desta rua e continua em linha reta pelo prolongamento deste eixo até o PONTO 11, no encontro com a margem do Rio Acaraú. Neste ponto deflete à esquerda e acompanha a margem deste rio até o cruzamento com o prolongamento da linha da estrada de ferro, retornando ao ponto inicial desta poligonal. Ficam sujeitos ao prévio exame e aprovação da 4ª Superintendência Regional do IPHAN todos os projetos que visem a alterar os bens integrantes deste conjunto, ficando igualmente condicionados à prévia análise da entidade federal os projetos relacionados à sua vizinhança, a fim de se proteger a visibilidade e a ambiência do referido conjunto.

MOTIVAÇÃO: Valores histórico e paisagístico.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1.379-T-97

AMPARO LEGAL: Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, art. 216, V, § 1º, Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990, Decreto nº 2.807, de 21 de outubro de 1998 e Portaria SPHAN nº 11, de 11 de setembro de 1986.

RESPONSÁVEL PELA ÁREA: 4ª Superintendência Regional do IPHAN - Rua Liberato Barroso nº 525 - Centro - Praça José Alencar - Cep: 60.030-160 - Fortaleza - Ceará

Superintendente: Dr. Romeu Duarte Júnior

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: SBN, Quadra 02, Edifício Central Brasília - 6º andar - Procuradoria Jurídica do IPHAN - Brasília - Distrito Federal.

NOTIFICAÇÃO AO(S) PROPRIETÁRIO(S) PARA EFEITO DA EXTENSÃO DO TOMBAMENTO DO "CONJUNTO HISTÓRICO DA VILA DE SANTO AMARO" - GENERAL CÂMARA - RIO GRANDE DO SUL.

Ao(s) proprietário(s) e/ou demais interessados o INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

Notifica

para efeito da extensão do tombamento do "Conjunto Histórico da Vila de Santo Amaro", no Município de General Câmara, no Estado do Rio Grande do Sul, que toda a área em volta da Igreja Matriz e a da Praça Marechal Câmara, que lhe é fronteira, integram o tombamento do conjunto em questão.

O presente edital implica a extensão do tombamento do conjunto em apreço, submetendo as áreas acima descritas à mesma proteção especial do Poder Público Federal, conferida aos bens tombados anteriormente.

Os(s) proprietário(s) da(s) área(s) objeto desta extensão de tombamento terão(ão) um prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente, para, comprovando o seu título e domínio, impugnar(em), se assim convier, a medida em questão.

O entorno do referido conjunto fica alterado, porquanto as áreas acima mencionadas deixam de integrá-lo, para compor o conjunto tombado.

Estão sujeitos ao prévio exame e aprovação da 12ª Superintendência Regional do IPHAN todos os projetos que visem a modificar os bens integrantes deste conjunto, sejam aqueles objeto da presente extensão, sejam aqueles já contemplados com o tombamento anterior, ficando igualmente condicionados à prévia análise da entidade federal os projetos relacionados à sua vizinhança, a fim de se proteger a visibilidade e a ambiência do conjunto.

MOTIVAÇÃO: Valor histórico.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1.376-T-96

AMPARO LEGAL: Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, art. 216, V, § 1º, Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990, Decreto nº 2.807, de 21 de outubro de 1998 e Portaria SPHAN nº 11, de 11 de setembro de 1986.

RESPONSÁVEL PELA ÁREA: 12ª Superintendência Regional do IPHAN - Avenida Independência nº 867 - Porto Alegre - Cep: 90.035-076 - Rio Grande do Sul

Superintendente: Dr. Luiz Fernando Rhoden

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: SBN, Quadra 02, Edifício Central Brasília - 6º andar - Procuradoria Jurídica do IPHAN - Brasília - Distrito Federal.

NOTIFICAÇÃO AOS PROPRIETÁRIOS PARA EFEITO DE TOMBAMENTO DO "CONJUNTO ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO NA CIDADE DE IGATU, INCLUSIVE AS RUÍNAS DE HABITAÇÕES DE PEDRAS", NO DISTRITO DE IGATU, NO MUNICÍPIO DE ANDARAÍ, NO ESTADO DA BAHIA.

Aos proprietários e/ou demais interessados o INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

Notifica

para efeito de tombamento da área integrante do "Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico na Cidade de Igatu, inclusive as ruínas de habitações de pedras", no Distrito de Igatu, no Município de Andaraí, na Bahia, cujo perímetro de proteção vem a seguir descrito:

"Inicia-se na ponte sobre o Rio Coisa Boa, incluída, (PONTO 1 - coordenadas S 12º53'45" W 41º19'25" W) que passa na entrada do Distrito de Igatu, e segue pela margem esquerda do Rio Coisa Boa, a seiscentos metros rio abaixo (PONTO 2 - coordenadas S 12º53'12" W 41º19'03" W). Neste ponto deflete à esquerda e segue na direção oeste em linha curvilínea, acompanhando a trilha do antigo rego do garimpo, na confluência com o final da Rua Luís dos Santos, incluída, (PONTO 3 - coordenadas S 12º53' 02" W 41º19'12" W), onde deflete novamente à esquerda e prossegue por um quilômetro em linha reta na direção sudeste no encontro com o Poço do Brejo, incluído, (PONTO 4 - coordenadas S 12º53'34" W 41º19'25" W). Neste ponto deflete outra vez à esquerda e continua em linha reta até a interseção com o final da Rua Bambolim de Cima incluída, (PONTO 5 - coordenadas S 12º53'54" W 41º19'08" W), onde deflete ligeiramente à direita e segue em linha reta até o cruzamento com o final da Rua da Estrela, incluída, (PONTO 6 - coordenadas S 12º53'51" W 41º19'11" W). Neste ponto deflete novamente à direita e prossegue em linha reta até a confluência com um rio de duzentos metros que tem por epicentro o final da Rua da Biquinha, incluída, (PONTO 7 - coordenadas S 12º53'56" W 41º19'30" W), onde deflete à esquerda e acompanha a linha sinuosa da trilha de acesso ao Cemitério dos Brejúngtos, incluída, atravessando a ponte sobre o Riacho dos Pombos, incluída, até a altura do túnel da Senhora Maria Cândida Guedes, incluído, (PONTO 8 - coordenadas S 12º54'10" W

41°19'25") Neste ponto segue em linha reta até o alto do Morro do Cruzeiro de Cima, incluído, (PONTO 9 - coordenadas S 12°54'00" / W 41°19'10"), contornando este morro de modo a incluí-lo completamente, e prossegue em linha reta na direção nordeste até a margem esquerda do Rio Coisa Boa, nas proximidades do Poço da Malena, incluído, a duzentos metros rio acima da ponte sobre este rio, (PONTO 10 - coordenadas S 12° 53' 50" / W 41°18'58"). Neste ponto deflete à esquerda e prossegue pela margem esquerda do Rio Coisa Boa até a interseção com a ponte sobre este rio, encontrando o ponto inicial desta poligonal.

O presente edital implica o tombamento provisório do aludido conjunto, passando, por conseguinte, a ter a proteção especial do Poder Público Federal, o qual, por intermédio do IPHAN, velará para que os efeitos previstos em suas normas disciplinadoras e adiante especificadas sejam devidamente respeitados, no interesse geral da coletividade.

Os proprietários dos bens integrantes deste conjunto terão um prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente, para, comprovando o seu título e domínio, impugnarem, se assim convier, o tombamento.

Ficam sujeitos ao prévio exame e aprovação da 7ª Superintendência Regional do IPHAN todos os projetos que visem a alterar os bens integrantes deste conjunto, ficando igualmente condicionados à prévia análise da entidade federal os projetos relacionados à sua vizinhança, a fim de se proteger a visibilidade e a ambiência do referido conjunto.

MOTIVAÇÃO: Valores histórico, artístico e paisagístico.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1.411-T-98 AMPARO LEGAL: Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, art. 216, V, § 1º, Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990, Decreto nº 2.807, de 21 de outubro de 1998 e Portaria SPHAN nº 11, de 11 de setembro de 1986.

RESPONSÁVEL PELA ÁREA: 7ª Superintendência Regional do IPHAN - Rua Visconde de Itaparica nº 08 - Barroquinha - CEP: 40.020-080 - Salvador - Bahia.

Superintendente: Dr. Eduardo Furtado de Simas.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: SBN, Quadra 02, Edifício Central Brasília - 6º andar - Procuradoria Jurídica do IPHAN - Brasília - Distrito Federal.

CARLOS HENRIQUE HECK
Presidente do Instituto

(Of. nº 21/99)

Fundação Casa de Rui Barbosa

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 01550.00031/96-65. Contratante: Fundação Casa de Rui Barbosa. Contratante: Promotional Travel Viagens e Turismo Ltda. Espécie: Contrato nº 1/99. Objeto: Prestação de serviços de emissão de passagens aéreas e/ou terrestres nacionais e internacionais, fretes e/ou remessa de encomendas e cargas e reservas em estabelecimentos hoteleiros, no país e no exterior, para a Contratante. Modalidade da Licitação: Convite nº 1/99. Recursos: o empenho estimativo, no valor de R\$ 30.000,00, emitido para cobrir as despesas no presente exercício, correrá à conta do PT nº 558176, Natureza da Despesa 3490.33.00, Fonte 100, e nos exercícios seguintes à conta das dotações orçamentárias da contratante. Vigência: doze meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo que formalize acordo entre as partes. Data e assinatura: Rio de Janeiro, 19 de abril de 1999. Assinam: Rosa Maria Barbosa de Araujo, pela Contratante, e Luiz Antonio Strauss de Campos, pela Contratada.

(Of. nº 73/99)

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Delegacia Regional do Trabalho e Emprego no Pará

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Nº 025/99 - Proc. 46222-005868/99. Convenientes: Delegacia Regional do Trabalho e Emprego e a Prefeitura Municipal de Anajás.
Objeto do Convênio: emissão de Carteiras de Trabalho e Previdência Social aos trabalhadores do citado Município. Vigência: 03 (três anos) a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União.
Assinaturas: Luiz Otávio Mota Pereira pela Delegacia Regional do Trabalho e Emprego e Raimundo Nogueira Filho, pela Prefeitura Municipal de Anajás. Testemunhas: Regina Lúcia Monteiro e Sávio Roberto Rosay da Oliveira.

Nº 024/99 - Proc. 46222-001290/99. Convenientes: Delegacia Regional do Trabalho e Emprego e a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá.
Objeto do Convênio: emissão de Carteiras de Trabalho e Previdência Social aos trabalhadores do citado Município. Vigência: 03 (três anos) a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União.
Assinaturas: Cláudia Maria Pereira Pinto Marques pela Delegacia Regional do Trabalho e Emprego e Raimundo Celso Rodrigues da Cruz, pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá. Testemunhas: Nóbria Xabregas Pamplona e Anselmo Pereira Lima Neto.

(Of. nº 146/99)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 95/95 Locação de Imóvel situado no Município de Itaituba.
Objeto: Locação de imóvel onde funciona a Agência de Atendimento do Trabalho em Itaituba.
Vigência: 12 meses, a partir de 09.06.99.
Data da Assinatura: 09/06/99.
Signatários: Pela DRT/PA - Luiz Otávio Mota Pereira e o Sr. João Alípio Sávio.

(Of. nº 146/99)

Delegacia Regional do Trabalho e Emprego em Rondônia

EDITAL DE AUTO DE INFRAÇÃO Nº 3/99

O DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 688 de 21.08.96 e de conformidade com o art. 9º e 6º da Portaria M.T.B nº 148/96, Resolve:

Notificar as firmas abaixo relacionadas, a apresentarem defesa dos Autos de Infração a seguir, no prazo de 10 (dez) dias da publicação deste Edital nos termos do art. 23 e 24 e 2º da Portaria acima mencionada. As defesas deverão ser encaminhadas à Delegacia Regional do Trabalho e Emprego em Rondônia - Anexo - Av. Carlos Gomes, 2443 - São Cristóvão - Setor de Multas e Recursos.

- FOLHICE DEO CTDIM - PROC. 46216.0766/99 - AI-003837679 - Código da Ementa 0000108 - Art. 41, caput, da CLT - J.S. INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME. PROC. 46216.0789/99 - AI-003836584 - Código da Ementa 0000108 - Art. 41, caput, da CLT - J.S. INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME. PROC. 46216.0787/99 - AI 003836592 - Código da Ementa 1060104 - Art. 166 da CLT c/c o item 6.6.1 alínea "D" da NR.6, aprovada pela Portaria 3214/78 com suas alterações posteriores. - J.S. INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME - PROC. 46216.0785/99 - AI 003836606 - Código da Ementa 3120190 - Art. 157, inciso I da CLT c/c o subitem 11.3.3, da NR.12, aprovada pela Portaria 3214/78, com suas alterações posteriores. - J.S. INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME - PROC. 46216.0786/99 - AI 003836550 - Código da Ementa 1400330 Art. 151, inciso I da CLT c/c o subitem 14.1.3, da NR. 24, aprovada pela Portaria 3214/78. - J.S. INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME - PROC. 46216.0788/99 - AI 003836614 - Código da Ementa - Art. 151, inciso I da CLT c/c o subitem 14.7.1 da NR. 24, aprovada pela Portaria 3214/78. - SAN GOO DE RONDÔNIA IND E COMÉRCIO LTDA. PROC. 46216.0888/99 - AI 003835294 - Código da Ementa 9999999 - Art. 54 da CLT.

(Of. nº 146/99)

SAMUEL MARQUES DOS SANTOS

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

A publicação concentra as normas que dispõem sobre a proteção do consumidor, mediante o disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, além de legislação complementar.

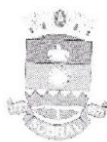


IMPRENSA NACIONAL
SG, Quadra 6, lote 800, CEP: 70610-460
Brasília - DF



INFORMAÇÕES:
(061) 313-9900





**ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

LEI N.º 1244 DE 27 DE JUNHO DE 2013

Torna Patrimônio Cultural e Imaterial do Município e do Povo Sobralense o Encontro de Bois e Reisados de Sobral, e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado Patrimônio Cultural Imaterial do Povo Sobralense a Festa Popular de Rua, o Encontro de Bois e Reisados de Sobral.

Parágrafo Único. O órgão municipal de proteção do patrimônio Cultural adotará os atos necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 2º O Poder Executivo, por seus órgãos competentes, apoiará as iniciativas que visem à valorização e divulgação contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural, à criatividade humana e o turismo no Município de Sobral.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES
FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 27 de junho de 2013.**


JOSÉ CLODOVEU DE ARRUDA COELHO NETO
Prefeito Municipal



**ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

LEI N.º 1246 DE 27 DE JUNHO DE 2013

**Torna Patrimônio Cultural e Imaterial do
Município e do Povo Sobralense o
doce Fartes e sua receita, e dá outras
providências.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado Patrimônio Cultural Imaterial do Povo Sobralense o doce Fartes e sua receita.

Parágrafo Único. O órgão municipal de proteção do patrimônio cultural adotará os atos necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 2º O Poder Executivo, por seus órgãos competentes, apoiará as iniciativas que visem à valorização e divulgação contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural, à criatividade humana e o turismo no Município de Sobral.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES
FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 27 de junho de 2013.**


JOSÉ CLODOVEU DE ARRUDA COELHO NETO
Prefeito Municipal



**ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

LEI N.º 1248 DE 27 DE JUNHO DE 2013

Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Preservação, Revitalização e Tombamento dos Campos de Futebol de Várzea no Município de Sobral.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Sobral autorizado a Criar o Programa de Preservação, Revitalização e Tombamento dos Campos de Futebol de Várzea existentes em terrenos pertencentes ao Município de Sobral.

Art. 2º Será criada a Comissão Gestora do Programa, formada por membros da Secretaria de Esporte, Liga Sobralense de Futebol, Representantes dos clubes de Futebol Amador.

Art. 3º Fica proibida a edificação e construção no perímetro campos de várzea tombados.

Art. 4º Será elaborado um mapeamento com a localização e descrição de todo os campos de futebol de várzea com valor histórico e cultural para a cidade de Sobral.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES
FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 27 de junho de 2013.**


JOSÉ CLODOVEU DE ARRUDA COELHO NETO
Prefeito Municipal



**ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

LEI N.º 1289 DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Sobral a Procissão e os Festejos Religiosos dedicados a São Francisco de Assis, comemorados anualmente em nosso município.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a declarar como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Sobral a Procissão e os Festejos Religiosos de São Francisco de Assis realizados na Igreja de São Francisco de Assis, em Sobral - Ce.

Art. 2º. O evento instituído pelo artigo 1º fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Sobral.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 25 de setembro de 2013.

JOSÉ CLODOVEU DE ARRUDA COELHO NETO
Prefeito Municipal



**ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

LEI N.º 1290 DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Sobral a Procissão e os Festejos Religiosos dedicados a Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a declarar como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Sobral a Procissão e os Festejos Religiosos dedicados a Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município.

Art. 2º. O evento instituído pelo artigo 1º fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Sobral.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES
FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 25 de setembro de 2013.**

JOSÉ CLODOVEU DE ARRUDA COELHO NETO
Prefeito Municipal



**ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

LEI N.º 1291 DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

**Torna Patrimônio Cultural e Material do
Município de Sobral e do povo sobralense
as Fontes Olho D'água do Pajé.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarado Patrimônio Cultural e Material do povo sobralense as Fontes Olho D'água do Pajé.

Parágrafo Único. O órgão municipal de proteção do patrimônio cultural adotará os atos necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 2º. O Poder Executivo por seus órgãos competentes apoiará as iniciativas que visem à valorização e divulgação contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural, à criatividade humana e ao turismo no município de Sobral.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES
FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 25 de setembro de 2013.**

JOSÉ CLODOVEU DE ARRUDA COELHO NETO
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE SOBRAL

LEI Nº 1404 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

**Declara Patrimônio Cultural Imaterial do
Município de Sobral o Becco do Cotovelo.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Sobral o Becco do Cotovelo.

Art. 2º O evento instituído pelo Art. 1º fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Sobral.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA
GOMES JÚNIOR, em 24 de setembro de 2014.**


JOSÉ CLODOVEU DE ARRUDA COELHO NETO
Prefeito Municipal



**ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

SANÇÃO PREFEITURAL Nº 1273/14
Ref. Projeto de Lei nº 1767/14

Empós análise ao Projeto de Lei em epígrafe, o qual
“**Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Sobral o**
Becco do Cotovelo.” aprovado pela Augusta Câmara Municipal de
Sobral, pronunciamo-nos por sua **SANÇÃO EXPLÍCITA E**
IRRESTRITA.

Publique-se.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES
FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 24 de setembro de 2014.


JOSÉ CLODOVEU DE ARRUDA COELHO NETO
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE SOBRAL

LEI Nº 1444 DE 10 DE MARÇO DE 2015

**Declara Patrimônio Cultural Imaterial do
Município de Sobral, Guarany Sporting
Club (Guarany de Sobral).**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a declarar como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Sobral o **Guarany Sporting Club (Guarany de Sobral)**.

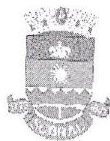
Art. 2º É declarado patrimônio cultural imaterial do Município de Sobral nos termos e para os fins, **Guarany Sporting Club** - popularmente conhecido como **(Guarany de Sobral)**.

Art. 3º O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES
FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 10 de março de 2015.**


JOSÉ CLODOVEU DE ARRUDA COELHO NETO
Prefeito Municipal



**ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

SANÇÃO PREFEITURAL Nº 1311/15
Ref. Projeto de Lei nº 1822/15

Empós análise ao Projeto de Lei em epígrafe, o qual
“**Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Sobral,
Guarany Sporting Club (Guarany de Sobral)**” aprovado pela
Augusta Câmara Municipal de Sobral, pronunciamo-nos por sua
SANÇÃO EXPLÍCITA E IRRESTRITA.

Publique-se.

**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES
FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 10 de março de 2015.**


JOSÉ CLODOVEU DE ARRUDA COELHO NETO
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE SOBRAL

LEI Nº 1470 DE 03 DE JUNHO DE 2015

**Declara Patrimônio Cultural Imaterial do
Município de Sobral, o Colégio Sant'Ana.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É declarado Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Sobral, o COLÉGIO SANT'ANA DE SOBRAL, nos termos e para os fins desta Lei.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente lei por meio de Decreto a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES
FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 03 de junho de 2015.**


JOSÉ CLODOVEU DE ARRUDA COELHO NETO
Prefeito Municipal

VISTO: 
Antônio Lourenço Tomás Arcanjo
Procurador-Geral
Município de Sobral-CE



ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE SOBRAL


SANÇÃO PREFEITURAL Nº 1337/15
Ref. Projeto de Lei nº 1853/15

Empós análise ao Projeto de Lei em epígrafe, o qual
“**Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Sobral,**
o Colégio Sant’Ana.” aprovado pela Augusta Câmara Municipal de
Sobral, pronunciamo-nos por sua **SANÇÃO EXPLÍCITA E**
IRRESTRITA.

Publique-se.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES
FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 03 de junho de 2015.


JOSÉ CLODOVEU DE ARRUDA COELHO NETO
Prefeito Municipal

VISTO: 
Antônio Lourenço Tomás Arcanjo
Procurador-Geral
Município de Sobral-CE



ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE SOBRAL

LEI N.º 1600 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a preservação e tombamento do imóvel situado na Avenida Artur da Silveira Borges, nº 712, bairro Padre Ibiapina no Município de Sobral, local de nascimento do Ilustre Padre Ibiapina.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica garantido à preservação e tombamento do imóvel situado na Avenida Artur da Silveira Borges, nº712, bairro Padre Ibiapina no Município de Sobral, local de nascimento do ilustre Padre Ibiapina.

Parágrafo Único. O Poder Público Municipal garantirá proteção especial ao imóvel a que se refere o caput deste artigo, além de tomar, restaurar na forma original e manter bem conservada.

Art. 2º O Imóvel será tombado e reconhecido como patrimônio histórico e cultural do Município de Sobral, e deverá concentrar o acervo do Padre Ibiapina. A preservação é de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, turístico e/ou científico.

Art. 3º O município procederá ao tombamento do imóvel que constituirá o seu patrimônio histórico e cultural segundo os procedimentos e regulamentos desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 01 de dezembro de 2016.


JOSÉ CLODOVEU DE ARRUDA COELHO NETO
Prefeito Municipal


Município de Sobral
Roque Hudson Ursulino Pontes
Procurador Adjunto
OAB/CE 17717



MUNICÍPIO DE SOBRAL
Câmara Municipal de Sobral

LEI Nº 1611 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

Declara integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Sobral a História do Colégio Estadual Dom José Tupinambá da Frota.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL** aprovou e o Presidente da Câmara promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Sobral a História do Colégio Estadual Dom José Tupinambá da Frota.

Art. 2º O Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL, em 23 de fevereiro de 2017.

PAULO CÉSAR LOPES VASCONCELOS
Presidente da Câmara Municipal